SIGPUB - SISTEMA GERENCIADOR DE PUBLICAÇÕES LEGAIS

# DIÁRIO OFICIAL DOS MUNICÍPIOS DE RONDÔNIA

AROM Associação Rondoniense de Municípios

Rondônia , 08 de Janeiro de 2024 • Diário Oficial dos Municípios do Estado de Rondônia • ANO XV | Nº 3636

**Expediente 2023**
**Associação Rondoniense de Municípios – AROM**
**MUNICIPALISMO UNIDO, MUNICÍPIO FORTE**

**Diretoria 2023**

Conselho Diretor

**Presidente: HILDON DE LIMA CHAVES**

**Vice-Presidente: MARCÉLIO RODRIGUES UCHÔA**

**Secretário Geral: CORNÉLIO DUARTE DE CARVALHO**

**1º Secretário: VALÉRIA APARECIDA MARCELINO GARCIA**

**Tesoureiro: SIDNEY BORGES DA FONSECA**

**1º Tesoureiro: ISAÚ RAIMUNDO DA FONSECA**

Conselho Fiscal

**Titular: EVALDO DUARTE ANTÔNIO**

**Titular: MOISÉS GARCIA CAVALHEIRO**

**Titular: VALTEIR GERALDO GOMES DE QUEIROZ**

**Suplente: ALDAIR JÚLIO PEREIRA**

**Suplente: PAULO HENRIQUE DOS SANTOS**

**Suplente: RAISSA DA SILVA PAES**

==========

**Diretoria FUNDADORA 2011/2012**

Conselho Diretor

**Presidente: LAERTE GOMES**
**Vice-presidente: Roberto Eduardo Sobrinho**
**Secretário Geral: Kleber Calistode Souza**
**Membros: Eloisa Helena Bertoletti, Daniel Deina, Silvino Alves Boaventura**

Conselho Fiscal

**Titular: Luiz Gomes Furtado**
**Titular: Augusto Tunes Plaça**
**Titular: Valcir Silas Borges**

**O Diário Oficial dos Municípios do Estado de Rondônia é uma solução voltada à modernização e transparência da gestão municipal.**

**Contatos com a entidade:**
**web-site: www.arom.org.br**
**fam page: facebook.com/arom.org.br**
**e-mail de contato: arom@arom.org.br**

## ESTADO DE RONDÔNIA
## CIMCERO - CONSORCIO INTERMUNICIPAL DA REGIÃO CENTRO LESTE DO ESTADO DE RONDÔNIA

### PROCURADORIA
### PORTARIA Nº 001/2024/CIMCERO

**PORTARIA Nº 001/2024/CIMCERO**

*Estabelece regras e diretrizes para atuação do agente de contratação/pregoeiro, equipe de apoio, comissão de contratação e gestor e fiscal de contrato, de que trata a Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no âmbito do CIMCERO, e dá outras providências.*

**O PRESIDENTE DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DA REGIÃO CENTRO LESTE DO ESTADO DE RONDÔNIA**, fundamentado no disposto no artigo 16, inciso X do Estatuto Social, atendendo às necessidades; e
**Considerando** o disposto na Lei nº 14.133/2021(Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos);
**Considerando** a necessidade de conceituar, definir e indicar as ações, regras e diretrizes para atuação do agente de contratação/pregoeiro, equipe de apoio, comissão de contratação e gestor e fiscal de contrato no âmbito do CIMCERO;
**Considerando** a competência administrativa de promover gestão por competências e designar agentes públicos para o desempenho das funções essenciais à execução da Lei nº 14.133/2021;
**Considerando** o Decreto nº 11.246, de 27 de outubro de 2022, que regulamenta o disposto no § 3º do art. 8º da Lei nº 14.133/2021, para dispor sobre as regras para a atuação do agente de contratação e da equipe de apoio, o funcionamento da comissão de contratação e a atuação dos gestores e fiscais de contratos, no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional; e
**Considerando** a necessidade de regulamentar as contratações públicas realizadas pelo CIMCERO.

**RESOLVE:**

**Art. 1º** Esta Portaria estabelece regras e diretrizes para atuação do agente de contratação/pregoeiro, equipe de apoio, comissão de contratação e gestor e fiscal de contrato de que trata a Lei nº 14.133/2021, no âmbito do CIMCERO.

**CAPÍTULO I**
**DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**
**Art. 2º** Para fins deste regulamento considera-se:
I - agente de contratação: pessoa designada pela autoridade competente para tomar decisões, acompanhar o trâmite da licitação, dar impulso ao procedimento licitatório e executar quaisquer outras atividades necessárias ao bom andamento do certame até a homologação;
II - autoridade competente: agente público dotado de poder de decisão no âmbito daquele processo administrativo, conforme atribuições estabelecidas pelo órgão e entidade;
III - comissão de contratação: conjunto de agentes públicos indicados pela Administração, em caráter permanente ou especial, com a função de receber, examinar e julgar documentos relativos às licitações e aos procedimentos auxiliares;
IV - equipe de apoio: conjunto de agentes públicos do órgão ou entidade que têm a função de auxiliar o agente de contratação, o pregoeiro ou a comissão de contratação nas etapas dos procedimentos licitatórios ou auxiliares;
V - pregoeiro: denominação do agente de contratação nos casos da modalidade pregão;
VI - agente público: indivíduo que, em virtude de eleição, nomeação, designação, contratação ou qualquer outra forma de investidura ou vínculo, exerce mandato, cargo, emprego ou função em pessoa jurídica integrante da Administração Pública;
VII - empregado público: são agentes públicos ocupantes de empregos públicos dos quadros permanentes ou não (comissionados e concursados) do CIMCERO, cujos contratos são regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho - CLT;
VIII - ocupante de função temporária: são agentes públicos aprovados em Processo Seletivo lançado pelo CIMCERO, exercentes de função temporária junto ao Consórcio, cujos contratos são regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho - CLT;

IX - alta administração: no âmbito do CIMCERO, composta por Presidente e Secretaria Executiva, responsáveis pela gestão e governança das contratações, competentes para implementar processos e estruturas, inclusive de gestão de riscos e controles, para avaliar, direcionar e monitorar os processos licitatórios e os respectivos contratos, com o intuito de promover ambiente íntegro e confiável, assegurar o alinhamento das contratações ao planejamento estratégico e às leis orçamentárias e promover eficiência, efetividade e eficácia em suas contratações;
X - termo de cooperação - instrumento que formaliza qualquer acordo sem transferência de recursos financeiros e que tenha como partícipe, de um lado, o CIMCERO, e de outro, órgão ou entidade da Administração Pública Federal, Estadual, Distrital ou Municipal, ou entidades privadas que não se caracterizem como organizações da sociedade civil, visando à execução de programa de governo, que envolva a realização de projeto, atividade, serviço, aquisição de bens ou evento de interesse recíproco, em regime de mútua cooperação.
**Art. 3º** A designação do agente de contratação, pregoeiro, equipe de apoio e comissão de contratação deverá observar os requisitos elencados no art. 7º da Lei nº 14.133/2021.
Parágrafo único. Somente por decisão fundamentada da autoridade competente, poderá ser afastada a ordem de preferência na designação do agente público para o desempenho das funções essenciais à execução da Lei nº 14.133/2021, conforme inciso I do art. 7° da lei.

**CAPÍTULO II**
**DOS AGENTES PÚBLICOS**
**Art. 4º** Caberá ao Presidente do Consórcio, assessorado pela Secretaria Executiva, promover gestão por competências e designar agentes públicos para o desempenho das funções essenciais ao processo licitatório e contratações públicas, que preencham os seguintes requisitos:
I - sejam, preferencialmente, empregados públicos do quadro permanente do CIMCERO ou servidores efetivos cedidos;
II - tenham atribuições relacionadas a licitações e contratos ou possuam formação ou qualificação compatível com a função a que foi nomeado;
III - não sejam cônjuge ou companheiro de licitantes ou contratados habituais da Administração nem tenham com eles vínculo de parentesco, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, ou de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista e civil;
IV – não sejam cônjuge, companheiro ou parente, consanguíneo ou afim, em linha reta ou colateral, até o terceiro grau, inclusive, de quem integra escritório de advocacia, com procuração específica para atuar nessa seara, de licitante ou contratados habituais da Administração;
V – quando o agente público for, de qualquer forma, interessado na futura contratação de empresa licitante.
**§ 1º** A autoridade referida no caput deste artigo deverá observar o princípio da segregação de funções, vedada a designação do mesmo agente público para atuação simultânea em funções mais suscetíveis a riscos, de modo a reduzir a possibilidade de ocultação de erros e de ocorrência de fraudes na respectiva contratação.
**§ 2º** A aplicação do princípio da segregação de funções de que trata o §1° deste artigo:
I - será avaliada em cada situação fática processual;
II - poderá ser ajustada em razão de características do caso concreto, como o valor e a complexidade do objeto da contratação.
**§ 3º** O disposto no caput e no § 1º deste artigo, inclusive os requisitos estabelecidos, também se aplica aos órgãos de assessoramento jurídico e de controle interno do CIMCERO.
**§ 4º** A nomeação dos agentes a que se refere este artigo deve ser feita por meio de Normativa própria, seja a função exercida em caráter permanente ou temporário.
**§ 5º** Considera-se Contratado Habitual, para fins desta Portaria, a pessoa física ou os sócios da Pessoa Jurídica que mantiver contrato com vigência superior a 2 (dois) anos com este CIMCERO ou celebrado mais de 2 (dois) contratos com o CIMCERO nos 5 (cinco) anos anteriores à publicação do Edital.
**§ 6º** A vedação de que trata o inciso III do caput incide sobre o agente público que atue em processo de contratação cujo objeto seja do mesmo ramo de atividade em que atue o licitante ou o contratado habitual com o qual haja o relacionamento.
**§ 7º** Sem prejuízo das disposições anteriores, todos os Editais de Licitação e Contratos deverão ser instruídos com Anexo específico contendo os impedimentos acima, a ser subscrito pelo Licitante/Contratado.
**§ 8º** O agente público que se julgar impedido/suspeito de atuar, na forma deste artigo, deverá fazê-lo de forma fundamentada, em despacho juntado aos autos.
**§ 9º** A omissão do agente impedido importa em infração funcional e a responsabilidade será apurada em processo administrativo, ainda que já encerrado o vínculo funcional com o CIMCERO, sem prejuízo dos demais encaminhamentos à autoridade competente.
**§ 10.** Qualquer agente público que atuar no processo de licitação e/ou contratação e estiver ciente do impedimento alheio, deve representá-lo à autoridade competente, para o afastamento do agente e nomeação de outro em substituição, por meio de Portaria.
**§ 11.** A Secretaria Executiva podem, de ofício, promover os afastamentos e substituições a que se referem os §§ 1º ao 4º.
**§ 12.** Caso não haja no quadro permanente de empregados do CIMCERO outro agente apto à substituição, seja por falta de habilitação profissional, seja por falta de pertinência com a função ou em razão de igual impedimento/suspeição, fica autorizada a celebração de Termo de Cooperação não onerosa com Município consorciado, para, de forma pontual e temporária, indique servidor apto a suprir a vacância.
**§ 13.** As vedações de que trata este artigo estendem-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.
**Art. 5º** A licitação será conduzida por agente de contratação, pessoa designada pela autoridade competente, entre empregados públicos concursados do quadro permanente do CIMCERO, ou servidores efetivos cedidos, para tomar decisões, acompanhar o trâmite da licitação, dar impulso ao procedimento licitatório e executar quaisquer outras atividades necessárias ao bom andamento do certame até a homologação.
**§ 1º** O agente de contratação será auxiliado por equipe de apoio, quando houver, e responderá individualmente pelos atos que praticar, salvo quando induzido a erro pela atuação da equipe.
**§ 2º** Em licitação que envolva bens ou serviços especiais, o agente de contratação poderá ser substituído por Comissão de Contratação nomeada por Portaria e formada por, no mínimo, 3 (três) membros, que responderão solidariamente por todos os atos praticados pela comissão, ressalvado o membro que expressar posição individual divergente fundamentada e registrada em ata lavrada na reunião em que houver sido tomada a decisão.
**§ 3º** Os agentes de contratação e a equipe de apoio contará com o auxilio dos orgãos de assessoramento jurídico e de controle interno ou de outros setores do órgão ou da entidade para o desempenho das funções essenciais à execução do disposto nesta Portaria.
**§ 4º** O requerimento a que se refere o § anterior deve ser formulado de forma escrita, indicando as razões da dúvida, e em tempo hábil à resposta pelo setor consultado.
**§ 5º** Em licitação que envolva bens ou serviços especiais cujo objeto não seja rotineiramente contratado pela Administração, poderá ser contratado, por prazo determinado, serviço de empresa ou de profissional especializado para assessorar os agentes públicos responsáveis pela condução da licitação, observadas as regras de licitação e desta Portaria.
**§ 6º** Em licitação na modalidade pregão, o agente responsável pela condução do certame será designado pregoeiro.
**§ 7º** Somente ante a ausência de empregado público dos quadros permanentes do CIMCERO, ou de servidor público cedido efetivo, poderá ser nomeado ocupante de emprego em comissão, desde que devidamente justificada a escolha e comprovada sua formação compatível, qualificação atestada por certificação profissional emitida por entidade qualificada ou notória experiência em licitações e contratações públicas.
**§ 8º** O exercício da faculdade prevista no §7º deste artigo deverá ser motivada e estar acompanhada da demonstração de medidas a serem adotadas para seu saneamento, o que deverá ser demonstrado de maneira progressiva a cada exercício.
**§ 9º** Para o atendimento do §8º deste artigo, em cada exercício deverá ser demonstrada a inviabilidade de se nomear empregado de quadro permanente, bem como a evolução das medidas administrativas para adequação integral desta Portaria.

**Art. 6º** É vedado ao agente público designado para atuar na área de licitações e contratos, ressalvados os casos previstos em lei:
I - admitir, prever, incluir ou tolerar, nos atos que praticar, situações que:
a) comprometam, restrinjam ou frustrem o caráter competitivo do processo licitatório, inclusive nos casos de participação de sociedades cooperativas;
b) estabeleçam preferências ou distinções em razão da naturalidade, da sede ou do domicílio dos licitantes;
c) sejam impertinentes ou irrelevantes para o objeto específico do contrato.
II - opor resistência injustificada ao andamento dos processos e, indevidamente, retardar ou deixar de praticar ato de ofício, ou praticá-lo contra disposição expressa em lei.
**Art. 7º** Se as autoridades competentes e os servidores públicos que tiverem participado dos procedimentos relacionados às licitações e aos contratos de que trata esta Lei precisarem defender-se nas esferas administrativa, controladora ou judicial em razão de ato praticado com estrita observância de orientação constante em parecer jurídico elaborado na forma da Lei 14.133/2021, a Assessoria Jurídica do CIMCERO preferencialmente o subscritor do Parecer, ainda que já desligado do Consórcio, promoverá, a critério do agente público, sua representação judicial ou extrajudicial.
Parágrafo único. Não se aplica o disposto no caput deste artigo quando o agente processado tiver comprovadamente deixado de atentar a ressalvas do Parecer Jurídico ou ter praticado atos ilícitos dolosos.
**Art. 8º** O encargo de agente de contratação, de integrante de equipe de apoio, de integrante de comissão de contratação, não poderá ser recusado pelo agente público.
**§ 1º** Na hipótese de deficiência ou de limitações técnicas que possam impedir o cumprimento diligente das atribuições, o agente público deverá comunicar o fato ao seu superior hierárquico.
**§ 2º** Na hipótese prevista no § 1º, a autoridade competente poderá providenciar a qualificação prévia do servidor para o desempenho das suas atribuições, conforme a natureza e a complexidade do objeto, ou designar outro servidor com a qualificação requerida.

**SEÇÃO I**
**DO AGENTES DE CONTRATAÇÃO/PREGOEIROS**
**Art. 9º** O agente de contratação/pregoeiro é o agente público designado pela autoridade competente, na forma do artigo 8º da Lei nº 14.133/2021, para tomar decisões, acompanhar o trâmite da licitação, dar impulso ao procedimento licitatório e executar quaisquer outras atividades necessárias ao bom andamento do certame até a homologação, e possui as seguintes atribuições:
I - coordenar e conduzir os trabalhos da equipe de apoio, quando houver;
II - receber, examinar e decidir as impugnações e os pedidos de esclarecimentos ao edital e aos anexos;
III - iniciar e conduzir a sessão pública da licitação;
IV - receber e examinar as credenciais e proceder ao credenciamento dos interessados;
V - receber e examinar a declaração dos licitantes dando ciência da regularidade quanto às condições de habilitação;
VI- verificar a conformidade da proposta em relação aos requisitos estabelecidos no edital;
VII - coordenar a sessão pública e o envio de lances e propostas;
VIII - verificar e julgar as condições de habilitação;
IX- conduzir a etapa competitiva dos lances e propostas;
X - sanear erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos de habilitação e sua validade jurídica e, se necessário, afastar licitantes em razão de vícios insanáveis;
XI - receber recursos, e se não reconsiderar a decisão, no prazo de 3 (três) dias úteis, apreciar sua admissibilidade encaminhá-los à autoridade competente;
XII - proceder à classificação dos proponentes depois de encerrados os lances;
XIII - indicar a proposta ou o lance de menor preço e a sua aceitabilidade;
XIV- indicar o vencedor do certame;
XV- negociar diretamente com o proponente para que seja obtido preço melhor;
XVI- elaborar, em parceria com a equipe de apoio, a ata da sessão da licitação;
XVII - instruir e conduzir os procedimentos auxiliares e os procedimentos para contratação direta;
XVIII- encaminhar o processo licitatório, devidamente instruído, após a sua conclusão, às autoridades competentes para a homologação e contratação;
XIX- propor à autoridade competente a revogação ou a anulação da licitação;
XX- propor à autoridade competente a abertura de procedimento administrativo para apuração de responsabilidade;
XXI - providenciar a inserção dos dados referentes ao procedimento licitatório e/ou à contratação direta no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), no sítio oficial do CIMCERO na internet e as publicações previstas em lei.
**§ 1º** O agente de contratação e/ou pregoeiro deverá acompanhar a fase preparatória da licitação, promovendo diligências, se for o caso, para que o calendário de contratação seja cumprido na data prevista, observado, ainda, o grau de prioridade da contratação.
**§ 2º** A atuação do Agente de Contratação/Pregoeiro na fase preparatória deve se ater à supervisão e às eventuais diligências para o bom fluxo da instrução processual, eximindo-se do cunho operacional da elaboração dos seguintes atos:
I - estudos técnicos preliminares;
II - anteprojeto, termo de referência ou projeto básico;
III - pesquisa de preços e relatório comparativo de preços para definição do orçamento estimado;
IV - acompanhar ou fiscalizar a execução do contrato, se houver;
V - autorizar a abertura do processo licitatório;
VI - declarar a disponibilidade orçamentária e financeira;
VII - atribuir notas a quesitos de natureza qualitativa no julgamento por melhor técnica ou por técnica e preço, nos termos do inciso II do art. 37 da Lei nº 14.133/2021;
VIII - adjudicar o objeto e homologar a licitação.
**§ 3º** A aplicação do princípio da segregação de funções de que trata o §2° deste artigo:
I - será avaliada em cada situação fática processual; e
II - poderá ser ajustada em razão de características do caso concreto, como o valor e a complexidade do objeto da contratação.
**Art. 10.** O agente de contratação/Pregoeiro deve comunicar à autoridade superior qualquer interferência indevida sobre o exercício de suas competências.
**Art. 11.** Quando solicitado, o agente de contratação/pregoeiro prestará apoio técnico e informações relevantes ao desenvolvimento da fase preparatória da licitação.

**SEÇÃO II**
**DA EQUIPE DE APOIO**
**Art. 12.** Caberá à equipe de apoio, quando houver, nomeada na forma do artigo 4º, auxiliar o agente de contratação/pregoeiro nas etapas do processo licitatório.

**SEÇÃO III**
**DA COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO**
**Art. 13.** A Comissão de Contratação permanente ou especial é nomeada na forma do artigo 5º, com indicação expressa de Presidente responsável, o qual terá, no que couber, as atribuições do Agente de Contratação/Pregoeiro e também a de examinar e julgar documentos relativos às licitações e aos procedimentos auxiliares de que trata o art. 78 da Lei nº 14.133/2021, definidos em regulamento.
**§ 1º** Caso a licitação seja realizada na modalidade diálogo competitivo, a Comissão de Contratação funcionará de forma obrigatória.
**§ 2º** No caso do parágrafo anterior, a Comissão poderá requerer a contratação de profissionais para assessoramento técnico.
**Art. 14.** São competentes para designar as Comissões de Licitação, homologar o julgamento e adjudicar o objeto ao licitante vencedor, a Secretaria Executiva do CIMCERO.
**Art. 15.** A Comissão de Contratação poderá instruir os procedimentos auxiliares e os procedimentos para contratação direta, além das competências estabelecidas para o agente de contratação, no que couber.
**Art. 16.** No caso da modalidade concurso e nas demais licitações que utilizam o critério de melhor técnica, o julgamento será efetuado por uma Comissão Especial, integrada por pessoas com comprovado conhecimento da matéria em exame, preferencialmente, por

empregados públicos do quadro permanente do CIMCERO ou servidores efetivos cedidos.
**§ 1º** A comissão a que se refere o caput deste artigo, no caso de concurso para elaboração de documentos técnicos, poderá ser homogênea ou heterogênea, ou seja, admitida a participação de empregados públicos com formação em outras áreas, desde que presidida por empregado da área específica.
**§ 2º** Não havendo no quadro permanente de empregados do CIMCERO empregado ou servidor efetivo cedido habilitado fica autorizada a celebração de Termo de Cooperação não onerosa com Município consorciado, para, de forma pontual e temporária, indicar servidor apto a suprir a vacância.

**CAPÍTULO III**
**GESTORES E FISCAIS DE CONTRATOS**
**Art. 17**. Os gestores e os fiscais de contratos e os respectivos substitutos serão representantes da administração designados pelo Secretaria Executiva ou quem vier a substituí-lo, para exercer as funções estabelecidas no art. 23 ao art. 26, observados os requisitos estabelecidos no art. 19.
**§ 1º** Para o exercício da função, o gestor e os fiscais de contratos deverão ser formalmente cientificados da indicação e das respectivas atribuições antes do início da execução do objeto do contrato.
**§ 2º** Na designação de que trata o caput**,** serão considerados:
- a compatibilidade com as atribuições do cargo;
- a complexidade da fiscalização;
- a capacidade para o desempenho das atividades.

**§ 3º** A eventual necessidade de desenvolvimento de competências de agentes públicos para fins de fiscalização e de gestão contratual deverá ser demonstrada no estudo técnico preliminar e deverá ser sanada, conforme o caso, previamente à celebração do contrato, conforme o disposto no inciso X do § 1º do art. 18 da Lei nº 14.133/2021.
**§ 4º** Excepcional e motivadamente, a gestão do contrato poderá ser exercida por setor do órgão designado pela autoridade de que trata o caput.
**§ 5º** Na hipótese prevista no § 4º, o titular do setor responderá pelas decisões e pelas ações tomadas no seu âmbito de atuação.
**§ 6º** Nos casos de atraso ou de falta de designação, de desligamento e de afastamento extemporâneo e definitivo do gestor ou dos fiscais do contrato e dos respectivos substitutos, até que seja providenciada a designação, as atribuições de gestor ou de fiscal caberão ao responsável pela designação.
**Art. 18**. Os fiscais de contratos poderão ser assistidos e subsidiados por terceiros contratados pela administração, observado o disposto no art. 27.

**SEÇÃO I**
**REQUISITOS PARA A DESIGNAÇÃO**
**Art. 19**. O agente público designado para o cumprimento do disposto nesta Portaria deverá preencher os seguintes requisitos:
I - ser, preferencialmente, servidor efetivo ou empregado público dos quadros permanentes da administração pública;
II - ter atribuições relacionadas a licitações e contratos ou possuir formação compatível ou qualificação atestada por certificação profissional emitida por escola de governo criada e mantida pelo Poder Público;
III - não ser cônjuge ou companheiro de licitantes ou contratados habituais da administração nem tenha com eles vínculo de parentesco, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, ou de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista e civil.
**§ 1º** Para fins do disposto no inciso III do caput, consideram-se contratados habituais as pessoas físicas e jurídicas cujo histórico recorrente de contratação com o órgão ou com a entidade evidencie significativa probabilidade de novas contratações.
**§ 2º** A vedação de que trata o inciso III do caput incide sobre o agente público que atue em processo de contratação cujo objeto seja do mesmo ramo de atividade em que atue o licitante ou o contratado habitual com o qual haja o relacionamento.
**§ 3º** Os agentes de contratação, os seus substitutos serão designados dentre servidores efetivos ou empregados públicos dos quadros permanentes da administração pública.
**Art. 20**. O encargo de agente de contratação, de integrante de equipe de apoio, de integrante de comissão de contratação, de gestor ou de fiscal de contratos não poderá ser recusado pelo agente público.
**§ 1º** Na hipótese de deficiência ou de limitações técnicas que possam impedir o cumprimento diligente das atribuições, o agente público deverá comunicar o fato ao seu superior hierárquico.
**§ 2º** Na hipótese prevista no § 1º, a autoridade competente poderá providenciar a qualificação prévia do servidor ou empregado para o desempenho das suas atribuições, conforme a natureza e a complexidade do objeto, ou designar outro servidor com a qualificação requerida, observado o disposto no § 3º do art. 17.

**SEÇÃO II**
**PRINCÍPIO DA SEGREGAÇÃO DAS FUNÇÕES**
**Art. 21**. O princípio da segregação das funções veda a designação do mesmo agente público para atuação simultânea em funções mais suscetíveis a riscos, de modo a reduzir a possibilidade de ocultação de erros e de ocorrência de fraudes na contratação.
Parágrafo único. A aplicação do princípio da segregação de funções de que trata o caput:
I - será avaliada na situação fática processual;
II - poderá ser ajustada, no caso concreto, em razão:
a) da consolidação das linhas de defesa;
b) de características do caso concreto tais como o valor e a complexidade do objeto da
contratação.

**SEÇÃO III**
**DAS VEDAÇÕES**
**Art. 22**. O agente público designado para atuar na área de licitações e contratos e o terceiro que auxilie a condução da contratação, na qualidade de integrante de equipe de apoio, de profissional especializado ou de funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica, deverão observar as vedações previstas no art. 9º da Lei nº 14.133/2021.

**SEÇÃO IV**
**DA ATUAÇÃO E DO FUNCIONAMENTO**
**Art. 23**. As atividades de gestão e de fiscalização dos contratos deverão ser realizadas de forma preventiva, rotineira e sistemática e exercidas por agentes públicos, por equipe de fiscalização ou por agente público único, assegurada a distinção das atividades.
**§ 1º** A distinção das atividades de que trata o caput não poderá comprometer o desempenho das ações relacionadas à gestão do contrato.
**§ 2º** Para fins da fiscalização setorial de que trata o inciso IV do caput, o órgão ou a entidade poderá designar representantes para atuarem como fiscais setoriais nos locais de execução do contrato.
**Art. 24**. Deverão ser observados os procedimentos estabelecidos na lei do gestor e fiscal do contrato para a execução das atividades de gestão e de fiscalização dos contratos.
**Art. 25**. Caberá ao gestor do contrato e, nos seus afastamentos e seus impedimentos legais, ao seu substituto, em especial:- acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato das ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, e informar à autoridade superior aquelas que ultrapassarem a sua competência:
I - acompanhar a manutenção das condições de habilitação do contratado, para fins de empenho de despesa e de pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais;
II - coordenar a rotina de acompanhamento e de fiscalização do contrato, cujo histórico de gerenciamento deverá conter todos os registros formais da execução, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, e elaborar relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração;
III - coordenar os atos preparatórios à instrução processual e ao envio da documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de que trata o inciso I do caput do art. 18 da Lei nº 14.133/2021;
IV - elaborar o relatório final de que trata a alínea "d" do inciso VI do § 3º do art. 174 da Lei nº 14.133/2021, com as informações obtidas durante a execução do contrato;

V - emitir relatório, quando necessário, referente ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos;
VI - tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133/2021, ou pelo agente ou pelo setor competente para tal, conforme o caso.
**Art. 26**. Caberá ao fiscal do contrato e, nos seus afastamentos e seus impedimentos legais, ao seu substituto, em especial:
I - prestar apoio técnico e operacional ao gestor do contrato com informações pertinentes às suas competências;
II - anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados;
III - emitir notificações para a correção de rotinas ou de qualquer inexatidão ou irregularidade constatada, com a definição de prazo para a correção;
IV - informar ao gestor do contato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem a sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso;
V - comunicar imediatamente ao gestor do contrato quaisquer ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas estabelecidas;
VI - fiscalizar a execução do contrato para que sejam cumpridas as condições estabelecidas, de modo a assegurar os melhores resultados para a administração;
VII - comunicar ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual;
VIII - auxiliar o gestor do contrato com as informações necessárias, na elaboração do documento comprobatório da avaliação realizada na fiscalização do cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, conforme o disposto no inciso V docaputdo art. 25.

**SEÇÃO V**
**TERCEIROS CONTRATADOS**
**Art. 27**. Na hipótese da contratação de terceiros para assistir e para subsidiar os fiscais de contrato nos termos do disposto nesta Portaria, será observado o seguinte:
I - a empresa ou o profissional contratado assumirá responsabilidade civil objetiva pela veracidade e pela precisão das informações prestadas, firmará termo de compromisso de confidencialidade e não poderá exercer atribuição própria e exclusiva de fiscal de contrato;
II - a contratação de terceiros não eximirá o fiscal do contrato da responsabilidade, nos limites das informações recebidas do terceiro contratado.

**SEÇÃO VI**
**DECISÕES SOBRE A EXECUÇÃO DOS CONTRATOS**
**Art. 28**. As decisões sobre as solicitações e as reclamações relacionadas à execução dos contratos e os indeferimentos aos requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do contrato serão efetuados no prazo de um mês, contado da data do protocolo do requerimento, exceto se houver disposição legal ou cláusula contratual que estabeleça prazo específico.
**§ 1º** O prazo de que trata ocaputpoderá ser prorrogado uma vez, por igual período, desde que motivado.
**§ 2º** As decisões de que trata ocaputserão tomadas pelo fiscal do contrato, pelo gestor do contrato ou pela autoridade superior, nos limites de suas competências.

**CAPÍTULO IV**
**DISPOSIÇÕES FINAIS**
**Art. 29.** O agente de contratação/pregoeiro, equipe de apoio, comissão de contratação e o gestor do contrato e os fiscal contarão com o apoio dos órgãos de assessoramento jurídico e de controle interno para o desempenho das funções essenciais à execução do disposto neste regulamento.
**Parágrafo único.** Na hipótese do caput os agentes públicos deverão formular as solicitações de apoio de modo objetivo e adequado às competências institucionais das mencionadas unidades.
**Art. 30.** Os procedimentos para contratação direta serão instruídos e conduzidos por agente público, observado o disposto no art. 7º da Lei nº 14.133/2021.
Parágrafo único. Somente por decisão fundamentada da autoridade competente, poderá ser afastada a ordem de preferência na designação do agente público para o desempenho das funções essenciais à execução da Lei nº 14.133/2021, conforme inciso I do art. 7°.
**Art. 31.** Compete à Secretaria Executiva do CIMCERO desenvolver ações e iniciativas que visem à capacitação e à formação dos agentes de contratação, pregoeiros, equipes de apoio e comissões de contratação.
**Art. 32.** Os casos omissos decorrentes da aplicação desta Portaria serão dirimidos pela autoridade competente.
**Art. 33.** Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Ji-Paraná, na data da assinatura.

( Assinado Eletronicamente)
***CORNÉLIO DUARTE DE CARVALHO***
Presidente do CIMCERO

**Publicado por:**
Jackson Junior de Souza
**Código Identificador:**8B52C4F6

**PROCURADORIA**
**PORTARIA Nº 002/2024/CIMCERO**

**PORTARIA Nº 002/2024/CIMCERO**

*Regulamenta o art. 12, inciso VII, da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, para dispor sobre o plano anual de contratações, no âmbito do CIMCERO, e dá outras providências.*

**O PRESIDENTE DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DA REGIÃO CENTRO LESTE DO ESTADO DE RONDÔNIA**, fundamentado no disposto no artigo 16, inciso X do Estatuto Social, atendendo às necessidades; e
**Considerando** a previsão do plano anual de contratações como instrumento de planejamento da Administração, conforme definido no art. 12 da Lei nº 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos);
**Considerando** a necessidade de padronizar os procedimentos para a elaboração e execução do plano anual de contratações, no âmbito do CIMCERO;
**Considerando** o atendimento aos princípios da eficiência e da transparência, possibilitando a mitigação de riscos relacionados ao processo de compras do CIMCERO;
**Considerando** o Decreto nº 10.947, de 25 de janeiro de 2022, que regulamenta oinciso VII do caput do art. 12 da Lei nº 14.133/2021, para dispor sobre o plano de contratações anual e instituir o Sistema de Planejamento e Gerenciamento de Contratações no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional;
**Considerando** a Resolução n° 15, de 20 de março de 2017, que institui o Programa de Licitações Compartilhadas - PROLICITA; e
**Considerando** a necessidade de constante aperfeiçoamento das ferramentas necessárias para o registro e a gestão das informações de planejamento, na área de contratações.

**RESOLVE:**

**CAPÍTULO I**
**DISPOSIÇÕES GERAIS**
**Art. 1º** Esta Portaria estabelece as regras e as diretrizes sobre a elaboração, a divulgação e o acompanhamento do Plano de Contratações Anual do CIMCERO, nos termos da Lei nº 14.133/2021.
**Parágrafo único.** O Plano de Contratações Anual do CIMCERO englobará as demandas internas do consórcio, abrangendo a Secretaria Executiva e os Programas instituídos, assim como as licitações compartilhadas com objetos comuns aos municípios consorciados.

**Art. 2º** Para os efeitos desta Portaria, serão adotadas as seguintes definições:
I - data prevista para publicação do edital: interstício temporal dito como marco para o lançamento do edital do processo licitatório;
II - documento de formalização de demanda - DFD: documento inicial que instrui a elaboração do Plano de Contratações Anual, em que o Programa requisitante evidencia e detalha a necessidade e a data prevista para publicação do edital;
III - plano de contratações anual - PCA: documento que consolida todas as demandas que os municípios consorciados e o CIMCERO pretendem contratar ou prorrogar no exercício subsequente, elaborado pelo Programa de Licitações Compartilhadas, com auxílio das comissões técnicas constituídas por servidores técnicos dos municípios, e pelos demais Programas do CIMCERO, contendo os descritivos dos itens, unidade de medida e valor estimado para contratação;
IV - calendário de contratações: documento que contenha a relação dos objetos a serem licitados durante o próximo exercício e a data prevista para a publicação do processo licitatório, que será disponibilizado aos municípios consorciados, órgãos cooperados e demais programas do consórcio;
V - programa de licitações compartilhadas - PROLICITA: programa responsável pelo planejamento, pela coordenação e pelo acompanhamento das ações destinadas à realização das contratações no âmbito do CIMCERO, bem como responsável por gerenciar e executar as licitações compartilhadas com objetos comuns dos municípios consorciados e, competência para conduzir o PCA definido nesta Portaria;
VI - requisitante: município consorciado, órgão cooperado, Secretaria Executiva ou Programa do CIMCERO que, por meio de adesão à IRP e do DFD, requer a contratação de bens, serviços, obras e soluções de tecnologia da informação e de comunicações;
VII - comissões: equipe designada, referente a cada área específica, com conhecimento técnico-operacional sobre o objeto demandado, responsável pela elaboração dos descritivos dos itens contidas nos IRPs e nos DFDs.

## CAPÍTULO II
## DIRETRIZES E OBJETIVOS
### SEÇÃO I – DAS DIRETRIZES

**Art. 3º** O PROLICITA do CIMCERO deverá desenvolver o PCA do CIMCERO, para subsidiar a elaboração do orçamento do CIMCERO e organizar o calendário de processos licitatórios compartilhados com os municípios consorciados, tudo com o assessoramento das comissões designadas para cada área de conhecimento específico.
**Parágrafo único**. O Plano de Contratações Anual - PCA deverá conter:
I - a previsão de todas as contratações a serem realizadas no ano subsequente, que englobam as compras, as obras e os serviços gerais, inclusive de engenharia e tecnologia da informação;
II - os valores estimados para as contratações a que se refere o inciso I deste artigo;
III - as datas previstas para publicação dos processos licitatórios.
**Art. 4º** Os Municípios consorciados, órgãos cooperados, Secretaria Executiva e os Programas do CIMCERO deverão aderir e preencher os quantitativos de cada objeto dos processos licitatórios disponíveis e de interesse destes, no sistema de gestão do CIMCERO.
**§ 1º** Quando houver a solicitação para inclusão de novos ramos de atividade ao Plano Anual de Contratações, pertinentes as licitações compartilhadas, estes serão apreciados pela Diretoria do CIMCERO. Se aprovados, a ata da diretoria será encaminhada ao Programa de Licitações Compartilhadas para os encaminhamentos necessários.
**§ 2º** Para a inclusão de novos processos licitatórios exclusivos e internos do CIMCERO, o Programa requerente deverá formalizar tal pedido (DFD) junto à Secretaria Executiva do CIMCERO, que analisará a pertinência/necessidade deste e, acaso aprovada a inclusão, encaminhará a solicitação ao PROLICITA.
**§ 3º** Compete ao Programa de Licitações Compartilhadas:
I - instituir e regulamentar o procedimento de elaboração do Plano de Contratações Anual, estabelecer prazos e definir modelos e formulários padronizados de documentos;
II - orientar os municípios consorciados, órgãos cooperados, Secretaria Executiva e os Programas do CIMCERO quanto à adesão do DFD;
III - publicar o Plano de Contratações Anual do CIMCERO consolidado no Portal Nacional de Compras Públicas até o dia 30 de junho de cada exercício para apoiar a elaboração das Leis Orçamentárias Anuais de cada município consorciado e órgãos cooperados, bem como ao orçamento do CIMCERO referente ao exercício seguinte.
**Art. 5º** Ficam dispensadas de registro no Plano de Contratações Anual:
I - as informações classificadas como sigilosas, nos termos do art. 24 da Lei nº 14.133/2021 ou abrangidas pelas demais hipóteses legais de sigilo;
II - as hipóteses previstas nos incisos VI, VII e VIII do caput do art. 75 da Lei nº 14.133/2021;
III - as contratações realizadas por meio de concessão de suprimento de fundos, previstas em portaria própria expedida pelo CIMCERO;
IV - os contratos verbais, de pequenas compras, e a prestação de serviços, de pronto pagamento, de que trata o §2º do art. 95 da Lei nº 14.133/2021;
V - a concessão de diárias;
VI - a folha de pessoal, as despesas previdenciárias, os encargos sociais, as parcelas indenizatórias de verbas salariais e as remunerações de estagiários e bolsistas;
VII - o seguro obrigatório de veículos, as taxas anuais de licenciamento e as multas veiculares;
VIII - as obrigações tributárias, as taxas, os serviços da dívida pública, as decisões judiciais e as multas de entidades governamentais.
**Parágrafo único**. Na hipótese de classificação parcial das informações de que trata o inciso I do caput deste artigo, as partes não classificadas como sigilosas serão registradas no PCA, quando isso couber.

### SEÇÃO II - DOS OBJETIVOS

**Art. 6º** Os Planos de Contratações Anuais - PCAs elaborados pelo CIMCERO são instrumentos de governança das contratações do consórcio e das licitações compartilhadas e têm como objetivos:
I - racionalizar as contratações dos municípios consorciados, órgãos cooperados, Secretaria Executiva e dos Programas do CIMCERO;
II - garantir o alinhamento das contratações com o planejamento estratégico do CIMCERO;
III - subsidiar a elaboração da lei orçamentária nos municípios consorciados, órgãos cooperados e orçamento do CIMCERO;
IV - auxiliar a programação e a execução financeiras dos municípios consorciados, órgãos cooperados e do CIMCERO;
V - permitir a gestão dos processos de contratações, com o embasamento das decisões a serem tomadas pelos municípios consorciados e pelo CIMCERO e com o auxílio na definição de estratégias, planos de execução, prazos e metas;
VI - garantir a eficiência e a economicidade do gasto público, bem como a gestão de estoque e patrimônio dos municípios consorciados, órgãos cooperados, Secretaria Executiva e dos Programas do CIMCERO;
VII - garantir maior transparência e controle das contratações nos municípios consorciados, órgãos cooperados e no CIMCERO.

## CAPÍTULO III
## PROCEDIMENTOS PARA A ELABORAÇÃO DO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL
### SEÇÃO I - DO DOCUMENTO DE FORMALIZAÇÃO DE DEMANDA

**Art. 7º** O procedimento para a elaboração do Plano de Contratações Anual - PCA do ano subsequente para os processos licitatórios compartilhados inicia-se com a publicação da Intenção de Registro de Preços – IRP no Diário Oficial dos Municípios e no site do CIMCERO, que deverão ser preenchidos através do sistema de gestão do consórcio, até 15 de maio de cada ano pelos municípios consorciados, órgãos cooperados e pelo CIMCERO, através dos programas instituídos.
**Parágrafo único**. O PROLICITA deverá publicar as Intenções de Registro de Preços – IRP para adesão e preenchimento dos municípios consorciados, órgãos cooperados e do CIMCERO, através de sua Secretaria Executiva e Programas instituídos até o dia 31 de março.
**Art. 8º** O procedimento para a elaboração do Plano de Contratações Anual – PCA do ano subsequente para os Programas instituídos e Secretaria Executiva do CIMCERO, quando não se tratar de licitação

compartilhada, se iniciará com o preenchimento dos Documentos de Formalização de Demanda – DFD pelo requisitante, que deverão ser preenchidos no sistema de gestão do consórcio até o dia 15 de maio, sendo informados no mínimo os descritivos dos itens, unidades de medida e orçamento estimado para contratação.
**Parágrafo único**. O orçamento estimado deve estar em consonância com as demais regulamentações próprias do CIMCERO.
**Art. 9º** A Secretária Executiva, juntamente com as comissões do CIMCERO fará a definição de objetos, em consonância com as necessidades dos municípios consorciados e dos Programas instituídos no CIMCERO, a serem licitados para permitir a publicação e adesão às IRP.

**SEÇÃO II – DA CONSOLIDAÇÃO DAS DEMANDAS E SUA DIVULGAÇÃO**
**Art. 10.** O planejamento estratégico deverá analisar as demandas encaminhadas pelos municípios consorciados, órgãos cooperados, Secretaria Executiva e Programas instituídos no CIMCERO e promover as diligências necessárias para:
I - racionalizar os esforços de contratação e seguir os princípios da padronização e da economicidade;
II - consolidar o Plano de Contratações Anual do CIMCERO;
III - construir o Calendário de Contratações por grau de prioridade da demanda de acordo com o planejamento estratégico do CIMCERO.
**Art. 11.** O Presidente do CIMCERO deverá aprovar o Plano de Contratações Anual ou, se for necessário, devolvê-lo para o PROLICITA para que sejam realizadas as devidas readequações, o que deverá ocorrer em tempo hábil à aprovação do PCA nos termos desta Portaria.
**Art. 12.** O CIMCERO deverá publicar o Plano de Contratações Anual e as suas revisões no PNCP e no site oficial do consórcio até o dia 30 de junho, em atendimento ao art. 12, inciso VII e § 1º, da Lei nº 14.133/2021.

**CAPÍTULO IV**
**DA EXECUÇÃO E DA REVISÃO DO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL**
**SEÇÃO I – DA EXECUÇÃO DO PCA**
**Art. 13.** Os processos licitatórios deverão ser publicados de acordo com o Calendário de Contratações do PROLICITA.
**Art. 14.** Nos casos excepcionais em que, o objeto pretendido não esteja previsto no PCA, mas que se tratar de demanda interna do consórcio, o setor requisitante deverá justificar sua urgência e sua necessidade, encaminhando um requerimento de inclusão à Secretaria Executiva do CIMCERO. Se aprovado, será encaminhado para iniciar o processo de contratação.
**Parágrafo único.** O processo de contratação se iniciará após o preenchimento do Documento de Formalização de Demanda DFD no sistema de gestão do CIMCERO.

**SEÇÃO II - DA REVISÃO E DO REDIMENSIONAMENTO**
**Art. 15.** Poderão ser revistas, incluídas, excluídas ou redimensionadas as contratações previstas no PCA nas seguintes hipóteses:
I - quando houver aprovação de novos ramos de atividade pela Diretoria do Consórcio;
II - necessidade de adequação das programações orçamentária e financeira dos programas do CIMCERO;
III - modificação de demanda em virtude da definição do objeto a ser contratado após a realização dos estudos técnicos preliminares à contratação;
IV - nos casos excepcionais devidamente justificado e com aprovação da Secretaria Executiva.

**CAPÍTULO V**
**DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**
**Art. 16.** O PCA para o exercício de 2024 será realizado com os mesmos procedimentos, porém com cronograma diferenciado por não haver tempo hábil de realização.
**Art. 17.** O PROLICITA deverá solucionar os casos omissos, expedir normas complementares, disponibilizar materiais de apoio e instituir modelos padronizados de documentos para a execução dos procedimentos de que trata esta Portaria, que poderá ser apoiada por solução de tecnologia da informação e da comunicação a ser adotada.
**Art. 18.** O CIMCERO poderá, desde que devidamente justificado, dispensar a aplicação do disposto neste Decreto ao que for incompatível na realização de licitação compartilhada, com objetivo principal de atender os municípios consorciados, observados os princípios gerais de licitação e a legislação pertinente.
**Art. 19**. Os órgãos, as entidades, os dirigentes e os servidores que utilizarem o Plano de Contratação Anual - PCA responderão administrativa, civil e penalmente por ato ou fato que caracterize o uso indevido de senhas de acesso ou que transgrida as normas de segurança instituídas.
**Art. 20**. Os órgãos e as entidades assegurarão o sigilo e a integridade dos dados e das informações constantes do PCA, e o protegerão contra danos e utilizações indevidas ou desautorizadas.
**Parágrafo único**. O CIMCERO deverá definir e divulgar calendário com os prazos para adesão às licitações compartilhadas pelos municípios consorciados, órgãos cooperados e de elaboração dos PCAs pela Secretaria Executiva e Programas do CIMCERO, para garantir o cumprimento das normas deste Regulamento.
**Art. 21.** Os casos omissos decorrentes da aplicação desta Portaria serão dirimidos pela autoridade competente.
**Art. 22.** Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Ji-Paraná, na data da assinatura.

( Assinado Eletronicamente)
***CORNÉLIO DUARTE DE CARVALHO***
Presidente do CIMCERO

**Publicado por:**
Jackson Junior de Souza
**Código Identificador:**EFB81DC1

---

**PROCURADORIA**
**PORTARIA Nº 003/2024/CIMCERO**

**PORTARIA Nº 003/2024/CIMCERO**

*Dispõe sobre normas gerais de licitação e contratação, Termo de Referência, Catálogo Eletrônico de Padronização, procedimentos de pesquisa de preços e valor máximo para aquisição de bens e contratação de serviços em geral, Estudo Técnico Preliminar ETP e da Contratação Direta, nas áreas de que trata a Lei Federal n. 14.133, de 1º de abril de 2021, no âmbito do CIMCERO, e dá outras providências.*

**O PRESIDENTE DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DA REGIÃO CENTRO LESTE DO ESTADO DE RONDÔNIA**, fundamentado no disposto no artigo 16, inciso X do Estatuto Social, atendendo às necessidades; e
**Considerando** o disposto na Lei nº 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos).

**RESOLVE:**

**CAPÍTULO I**
**DA NATUREZA E DIRETRIZES**

**Art. 1º** Esta Portaria dispõe normas gerais de licitação e contratação, Termo de Referência, Catálogo Eletrônico de Padronização, procedimentos de pesquisa de preços e valor máximo para aquisição de bens e contratação de serviços em geral e Estudo Técnico Preliminar ETP e da Contratação Direta, nas áreas de que trata a Lei nº 14.133/2021, no âmbito do CIMCERO e se aplica a:
I - alienação e concessão de direito real de uso de bens;
II - compra, inclusive por encomenda;
III - locação;
IV - concessão e permissão de uso de bens públicos;
V - prestação de serviços, inclusive os técnico-profissionais especializados;
VI - obras e serviços de arquitetura e engenharia;
VII - contratações de tecnologia da informação e de comunicação.
**§ 1º** Na aplicação deste regulamento, serão observados os Princípios da Legalidade, da Impessoalidade, da Moralidade, da Publicidade, da

Eficiência, do Interesse Público, da Probidade Administrativa, da Igualdade, do Planejamento, da Transparência, da Eficácia, da Segregação de Funções, da Motivação, da Vinculação ao Edital, do Julgamento Objetivo, da Segurança Jurídica, da Razoabilidade, da Competitividade, da Proporcionalidade, da Celeridade, da Economicidade e do Desenvolvimento Nacional Sustentável, assim como as disposições do Decreto-Lei nº 4.657, de 4 de setembro de 1942 (Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro).

**§ 2º** Quando forem executados recursos da União decorrentes de transferências voluntárias, deverão observar os procedimentos de que tratam a Instrução Normativa SEGES/ME nº 65, de 7 de julho de 2021, ou outra que vier a lhe substituir.

**Art. 2º** Para fins do disposto nesta Portaria, considera-se:

I - órgão: setor de atuação integrante do CIMCERO ou de seus Municípios Consorciados.

II - entidade: unidade de atuação dotada de personalidade jurídica, como o CIMCERO ou seus Municípios Consorciados;

III - administração: órgão do CIMCERO ou o próprio CIMCERO;

IV - autoridade: agente público dotado de poder de decisão;

V - compra: aquisição remunerada de bens para fornecimento de uma só vez ou parceladamente, considerada imediata aquela com prazo de entrega de até 30 (trinta) dias da ordem de fornecimento;

VI - serviço: atividade ou conjunto de atividades destinadas a obter determinada utilidade, intelectual ou material, de interesse da Administração;

VII - obra: toda atividade estabelecida, por força de lei, como privativa das profissões de arquiteto e engenheiro que implica intervenção no meio ambiente por meio de um conjunto harmônico de ações que, agregadas, formam um todo que inova o espaço físico da natureza ou acarreta alteração substancial das características originais de bem imóvel;

VIII - bens e serviços comuns: aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado;

IX - bens e serviços especiais: aqueles que, por sua alta heterogeneidade ou complexidade, não podem ser descritos na forma do inciso XIII deste artigo, exigida justificativa prévia do contratante;

X - serviços e fornecimentos contínuos: serviços contratados e compras realizadas pela Administração Pública para a manutenção da atividade administrativa, decorrentes de necessidades permanentes ou prolongadas;

XI - serviço de engenharia: toda atividade ou conjunto de atividades destinadas a obter determinada utilidade, intelectual ou material, de interesse para a Administração e que, não enquadradas no conceito de obra a que se refere o inciso XII deste artigo, são estabelecidas, por força de lei, como privativas das profissões de arquiteto e engenheiro ou de técnicos especializados, que compreendem:

a) serviço comum de engenharia: todo serviço de engenharia que tem por objeto ações, objetivamente padronizáveis em termos de desempenho e qualidade, de manutenção, de adequação e de adaptação de bens móveis e imóveis, com preservação das características originais dos bens;

b) serviço especial de engenharia: aquele que, por sua alta heterogeneidade ou complexidade, não pode se enquadrar na definição constante da alínea "a" deste inciso;

XII - obras, serviços e fornecimentos de grande vulto: aqueles cujo valor estimado supera R$ 200.000.000,00 (duzentos milhões de reais), atualizável por normativa federal.

XIII - catálogo eletrônico de padronização de compras, serviços e obras: sistema informatizado, de gerenciamento centralizado e com indicação de preços, destinado a permitir a padronização de itens a serem adquiridos pela Administração Pública e que estarão disponíveis para a licitação;

XIV - sítio eletrônico oficial: sítio da internet, certificado digitalmente por autoridade certificadora, no qual o ente federativo divulga de forma centralizada as informações e os serviços de governo digital dos seus órgãos e entidades;

XV - sobrepreço: preço orçado para licitação ou contratado em valor expressivamente superior aos preços referenciais de mercado, seja de apenas 1 (um) item, se a licitação ou a contratação for por preços unitários de serviço, seja do valor global do objeto, se a licitação ou a contratação for por tarefa, empreitada por preço global ou empreitada integral, semi-integrada ou integrada;

XVI - superfaturamento: dano provocado ao patrimônio da Administração, caracterizado, entre outras situações, por:

a) medição de quantidades superiores às efetivamente executadas ou fornecidas;

b) deficiência na execução de obras e de serviços de engenharia que resulte em diminuição da sua qualidade, vida útil ou segurança;

c) alterações no orçamento de obras e de serviços de engenharia que causem desequilíbrio econômico-financeiro do contrato em favor do contratado;

d) outras alterações de cláusulas financeiras que gerem recebimentos contratuais antecipados, distorção do cronograma físico-financeiro, prorrogação injustificada do prazo contratual com custos adicionais para a Administração ou reajuste irregular de preços.

XVII - contratação integrada: regime de contratação de obras e serviços de engenharia em que o contratado é responsável por elaborar e desenvolver os projetos básico e executivo, executar obras e serviços de engenharia, fornecer bens ou prestar serviços especiais e realizar montagem, teste, pré-operação e as demais operações necessárias e suficientes para a entrega final do objeto;

XVIII - contratação semi-integrada: regime de contratação de obras e serviços de engenharia em que o contratado é responsável por elaborar e desenvolver o projeto executivo, executar obras e serviços de engenharia, fornecer bens ou prestar serviços especiais e realizar montagem, teste, pré-operação e as demais operações necessárias e suficientes para a entrega final do objeto;

XIX - fornecimento e prestação de serviço associado: regime de contratação em que, além do fornecimento do objeto, o contratado responsabiliza-se por sua operação, manutenção ou ambas, por tempo determinado.

## CAPÍTULO II
## DO PROCEDIMENTO PARA PLANEJAMENTO DAS LICITAÇÕES E CONTRATOS

**Art. 3º** A Secretaria Executiva e o Programa de Licitação Compartilhada - PROLICITA são responsáveis pela governança das contratações e devem implementar processos e estruturas, inclusive de gestão de riscos e controles, para avaliar, direcionar e monitorar os processos licitatórios e os respectivos contratos, promover um ambiente integro e confiável, assegurar o alinhamento das contratações ao planejamento estratégico e as resoluções orçamentárias e promover eficiência, efetividade e eficácia em suas contratações.

**Parágrafo único**. A governança das contratações deve ter os seguintes objetivos:

I - assegurar a seleção da proposta apta a gerar o resultado de contratação mais vantajoso para a Administração Pública, inclusive no que se refere ao ciclo de vida do objeto;

II - assegurar tratamento isonômico entre os licitantes, bem como ajusta competição;

III - evitar contratações com sobrepreço ou com preços manifestamente inexequíveis e superfaturamento na execução dos contratos;

IV - incentivar a inovação e o desenvolvimento nacional sustentável;

V - promover a internalização de tecnologias diferenciadas e sistemas construtivos inovadores que promovam a melhoria na produtividade, sustentabilidade ambiental, eficiência e qualidade.

**Art. 4º** O planejamento das licitações e contratações se dará, além do previstos nas Resoluções Orçamentárias, por meio do Plano de Contratação Anual e do Estudo Técnico Preliminar - ETP, e, a depender do objeto a ser contratado, do Termo de Referência, do Anteprojeto, do Projeto Básico e/ou Executivo.

**Parágrafo único**. É de responsabilidade da alta administração adequada gestão de riscos, especialmente na fase de planejamento.

**Art. 5º** A fase preparatória do processo licitatório é caracterizada pelo planejamento e deve compatibilizar-se com o plano de contratações anual e com as resoluções orçamentárias, bem como abordar todas as considerações técnicas mercadológicas e de gestão que podem interferir na contratação, compreendidos, observando-se as regras do art. 18 da Lei nº 14.133/2021.

## CAPÍTULO III
## DO TERMO DE REFERÊNCIA

**Art. 6º** O Termo de Referência é o documento elaborado a partir de estudos técnicos preliminares e deve conter o conjunto de elementos necessários e suficientes, com nível de precisão adequado, para caracterizar os serviços a serem contratados ou os bens a serem fornecidos, capazes de permitir à Administração a adequada avaliação dos custos com a contratação e orientar a correta execução, gestão e fiscalização do contrato.
**§ 1º** O termo de referência deverá ser elaborado de acordo com os requisitos previstos no inciso XXIII do caput do art. 6° da Lei nº 14.133/2021, e deverá conter ainda as seguintes informações:
I - especificação do produto, preferencialmente conforme catálogo eletrônico de padronização, observados os requisitos de qualidade, rendimento, compatibilidade, durabilidade e segurança;
II - indicação dos locais de entrega dos produtos e das regras para recebimentos provisório e definitivo, quando for o caso;
III - especificação da garantia exigida e das condições de manutenção e assistência técnica, quando for o caso;
IV - avaliação da necessidade de inserir como obrigação do contratado a execução de logística reversa;
V - formas, condições e prazos de pagamento, bem como o critério de reajuste, quando for o caso;
VI - as parcelas de maior relevância ou valor significativo, sobre os quais serão exigidos os atestados;
VII - a definição de exigências técnicas especificas que serão realizadas durante o certame, conforme a necessidade.
**§ 2º** O termo de referência será elaborado após a apresentação do estudo técnico preliminar e decisão sobre a melhor forma de atendimento da demanda.
**§ 3º** O termo de referência deverá ser assinado pelo servidor que o elaborou e por servidor com conhecimento técnico da área a que seu objeto estiver relacionado, sendo, na sequência, aprovado pela Secretaria Executiva, por meio de despacho motivado, indicando os elementos técnicos fundamentais que o apoiam, bem como quanto aos elementos contidos no orçamento estimativo e no cronograma físico-financeiro de desembolso, se for o caso.

**SEÇÃO I**
**REGRAS ESPECÍFICAS PARA A ELABORAÇÃO DE TERMO DE REFERÊNCIA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS**

**Art. 7º** As licitações para aquisições de bens e prestações de serviços deverão ser precedidas de elaboração de termo de referência, que além do disposto no art. 6° deste Regulamento, deverão conter os seguintes dados:
I - justificativa a respeito do não parcelamento do objeto, se for o caso;
II - controle da execução;
III - sustentabilidade;
IV - contratação de microempresas e empresas de pequeno porte;
V - subcontratação;
VI - alteração subjetiva;
VII - sanções administrativas;
VIII - a marca e similaridade;
IX - a padronização;
X - os prazos de vigência e execução;
XI - as planilhas de composição de custos, que servirão como base para a apresentação das propostas que serão apresentadas.
**Art. 8º** O termo de referência poderá contemplar, segundo os termos da legislação vigente e em correlação com os demais elementos da contratação, as seguintes disposições, sempre de forma justificada:
I - vedação à participação, em licitações, de pessoas jurídicas em consórcio, além de suas condicionantes, quando admissíveis;
II - percentual mínimo da mão de obra responsável pela execução do objeto da contratação constituído por mulheres vítimas de violência doméstica e egressos do sistema prisional;
III - exigência de garantia de execução ou de proposta, prazos, percentuais, modos e condicionantes de prestação, de substituição, de liberação e de renovação;
IV - substituição do instrumento de contrato por outro instrumento hábil, nos termos legais;
V - critérios para remuneração variável vinculada ao desempenho do contratado, com base em metas, padrões de qualidade, critérios de sustentabilidade ambiental e prazos de entrega previstos para a contratação;
VI - meios alternativos de prevenção e resolução de controvérsias que, pela natureza da contratação ou especificidade do objeto, não venham a ser admissíveis;
VII - alocação de riscos previstos e presumíveis em matriz especifica, com ou sem projeção dos reflexos de seus custos no valor estimado da contratação e no equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, possibilitado o uso de métodos e de padrões usualmente utilizados por entidades públicas ou privadas;
VIII - as planilhas de custos poderão ser elaboradas pela própria administração ou por empresa contratada para esta finalidade, com a composição e valor de cada item que a constitui, ou exigida da licitante no momento da proposta, caso em que poderá ser apresentado pela administração apenas o valor final estimado para a contratação.

**SEÇÃO II**
**REGRAS ESPECÍFICAS PARA A ELABORAÇÃO DE TERMO DE REFERÊNCIA PARA AQUISIÇÃO DE BENS**

**Art. 9º** O termo de referência que precede e instrui a aquisição de bens, além dos elementos descritos no art. 6° deste Regulamento, deverá conter, quando for o caso, os seguintes itens e informações:
I - a especificação do produto, preferencialmente conforme catálogo eletrônico de padronização;
II - a marca e similaridade;
III - a padronização;
IV - a indicação dos prazos e locais de entrega do produto e os critérios de aceitação do objeto;
V - a especificação da garantia exigida e das condições de manutenção e assistência técnica, caso previsto;
VI - se a entrega dos bens solicitados a serem fornecidos ocorrerá de forma imediata e integral, caso em que poderá ser dispensado o instrumento de contrato;
VII - caso o bem adquirido congregue vários serviços para sua fabricação ou entrega, poderá ser exigido das licitantes que apresentem a composição dos custos do objeto a ser adquirido, caso em que poderá ser apresentado pela administração apenas o valor final estimado para a contratação.
**Parágrafo único**. A Administração, desde que justificado em estudo técnico preliminar, poderá exigir a prestação dos serviços de manutenção e assistência técnica mediante deslocamento de técnico ou disponibilização em unidade de prestação de serviços localizada em distância compatível ao atendimento da necessidade.

**SEÇÃO III**
**REGRAS ESPECÍFICAS PARA A ELABORAÇÃO DE PROJETOS BÁSICO, EXECUTIVO E TERMO DE REFERÊNCIA PARA CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE ENGENHARIA**

**Art. 10**. A licitação e contratação de serviços de engenharia será precedida e instruída com projetos básico e executivo e o termo de referência, na forma estabelecida neste Regulamento.
**§ 1º** A contratação se iniciará com a identificação das necessidades da administração mediante a elaboração de estudo técnico preliminar, bem como a definição da melhor forma de resolvê-la.
**§ 2º** Definida a forma de solução, será expedida a ordem de serviço para a elaboração dos projetos básico e executivo, os quais poderão ser elaborados por empresa contratada para esta finalidade.
**§ 3º** Caso os projetos sejam elaborados por empresa terceirizada, eles deverão ser recebidos por servidor ou comissão de recebimento, com formação na área de engenharia ou arquitetura, a depender do objeto do projeto.
**§ 4º** O servidor ou a comissão deverão atestar o recebimento dos projetos e a regularidade para os fins especificados no estudo técnico. Havendo, pendências, os projetos deverão ser devolvidos para correção.
**§ 5º** Após o recebimento definitivo, será elaborado o termo de referência.
**§ 6º** O termo de referência deverá ser elaborado em conjunto com profissional da área de engenharia ou arquitetura, podendo solicitar apoio aos municípios consorciados quando for o caso, de acordo com regulamentação federal das referidas profissões, ou equipe técnica coordenada por profissional com essas características.

**§ 7º** O termo de referência deverá ser aprovado pela Secretaria Executiva.
**§ 8º** Deverão constar ainda do processo:
I - a Anotação de Responsabilidade Técnica - ART e/ou Registro de Responsabilidade Técnica - RRT do responsável pela elaboração dos projetos e identificação do autor e sua assinatura em cada uma das peças gráficas e documentos produzidos;
II - as licenças e autorizações ambientais exigidas pelos órgãos competentes;
III - o levantamento topográfico e cadastral contendo, no mínimo:
a) conhecimento geral do terreno, tais como relevo, limites, confrontantes, área, localização, amarração e posicionamento;
b) informações sobre o terreno destinadas a estudos preliminares, anteprojetos ou projetos básicos de projetos;
IV - pareceres de sondagem, de acordo com norma técnica especifica;
a) condições de solidez, de segurança e de durabilidade;
b) visão global dos investimentos, com estimativa razoável do investimento a ser feito para a construção da obra ou serviço de engenharia e sua operacionalização;
c) prazo de entrega;
d) demais detalhes que podem ser importantes para o entendimento completo do projeto esperado.
V - matriz de riscos que defina a repartição objetiva de responsabilidades advindas de eventos supervenientes à contratação.
**Art. 11**. O termo de referência tem o objetivo de estabelecer os aspectos necessários e as condições mínimas que orientarão à contratação das especificações contidas projetos de engenharia e/ou arquitetura e nortear a execução dos projetos.
**Art. 12**. O termo de referência para a contratação deverá conter no mínimo:
I - a justificativa da necessidade da contratação, dispondo, dentre outros, sobre:
a) motivação da contratação, incluindo o programa de necessidades;
b) benefícios diretos e indiretos que resultarão da contratação;
c) conexão entre a contratação e o planejamento existente, sempre que possível;
d) definição dos motivos que levarão o agrupamento de itens em lotes, quando houver;
e) critérios de sustentabilidade adotados a serem levados em conta na elaboração dos projetos;
f) inexigibilidade ou dispensa de licitação, se for o caso;
g) referências aos estudos preliminares.
II - o objetivo, identificando o que se pretende alcançar com a contratação;
III - o objeto da contratação, com os produtos e os resultados esperados com a execução do serviço, com a descrição detalhada dos serviços a serem executados, elencando todos os projetos a serem executados e as exigências a serem feitas na elaboração, inclusive a qualificação técnico-operacional, técnico-profissional e econômico-financeira;
IV - especificações dos serviços com o conteúdo dos projetos a serem contratados;
V - a justificativa da relação entre a demanda e a quantidade de serviço a ser contratada, acompanhada, no que couber, dos critérios de medição utilizados, documentos comprobatórios, pranchas, CDs e outros meios probatórios que se fizerem necessários;
VI - o modelo de ordem de serviço, que deverá conter os seguintes campos:
a) a definição e especificação dos serviços a serem realizados;
b) o volume de serviços solicitados;
c) o cronograma de realização dos serviços, incluídas todas as tarefas significativas e seus respectivos prazos;
d) definição do preço, com a respectiva metodologia utilizada para a quantificação e medição desse valor;
e) definição do prazo máximo para a execução;
f) a identificação dos responsáveis pela solicitação, pela avaliação da qualidade e pelo ateste dos serviços realizados.
VII - a metodologia de avaliação da qualidade e aceite dos serviços executados;
VIII - o enquadramento ou não do serviço contratado como serviço comum engenharia ou especial de engenharia;
IX - o quantitativo da contratação;
X - o valor máximo da contratação, global e por etapa realizada, estabelecido em decorrência da identificação dos elementos que compõem o preço dos serviços;
XI - condições do local onde o projeto será implantado e croquis de localização e informações complementares;
XII - deveres da contratada e do contratante;
XIII - forma de pagamento, bem como os prazos de vigência e execução;
XIV - as parcelas de maior relevância técnica ou valor significativo do objeto;
XV - a marca e modelo do material a ser utilizado serão indicados quando houver risco à execução adequada das especificações.
**Parágrafo único**. Nas licitações de obras e serviços de engenharia e/ou arquitetura, sempre que adequada ao objeto licitação, poderá, a critério do órgão ou entidade licitante, ser adotada a Modelagem da Informação da Construção (Building Information Modelling- BIM), ou de tecnologias e processos integrados similares ou mais avançados que venham a substituí-la.
**Art. 13**. O termo de referência para contratação de projetos deve ser elaborado levando-se em consideração, no mínimo, os parâmetros definidos no estudo técnico preliminar.

**SEÇÃO IV**
**REGRAS ESPECÍFICAS PARA A ELABORAÇÃO DE TERMO DE REFERÊNCIA PARA CONTRATAÇÃO DE SOLUÇÕES EM TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO**

**Art. 14.** As contratações de soluções em tecnologia da informação e comunicação deverão ser precedidas e instruídas com termo de referência, elaborado a partir do estudo técnico preliminar, que deverá observar o disposto neste Regulamento, sem prejuízo da observância dos procedimentos do Estudo Técnico Preliminar e do Plano Anual de Contratações, no que for pertinente.
**Art. 15**. O estudo técnico preliminar deverá ser realizado por comissão composta por 03 servidores, sendo 01 da área de tecnologia, os quais deverão durante o estudo verificar a existências de soluções que atendem aos interesses e necessidades da administração, inclusive de forma gratuita ou que sejam fornecidas por outros entes governamentais.
**Art. 16**. Os requisitos da contratação devem contemplar, quando couber, os seguintes aspectos:
I - requisitos de negócio, que independem de características tecnológicas e que definem as necessidades e aspectos funcionais da solução de TIC;
II - requisitos legais, considerando normas com as quais a solução de TIC deve estar em conformidade;
III - requisitos de segurança da informação;
IV - requisitos de manutenção, definindo a necessidade de manutenção preventiva conetiva, evolutiva e adaptativa;
V - requisitos tecnológicos, englobando, de acordo com a solução, os seguintes:
a) arquitetura tecnológica, composta de hardware, software, padrões de interoperabilidade, linguagens de programação, interfaces, dentre outros;
b) projeto e implementação, que estabelecem o processo de desenvolvimento do software ou solução de TIC, técnicas, métodos, forma de gestão, de documentação, dentre outros;
c) implantação, alusiva ao processo de disponibilização da solução em ambiente de produção, dentre outros;
d) garantia e manutenção, com definição da forma que será conduzida a manutenção e a comunicação entre as partes;
e) capacitação, definindo o ambiente tecnológico dos treinamentos a serem ministrados, perfis e outros;
f) necessidade de interligação com outros sistemas ou serviços; e
g) outros requisitos aplicáveis.
VI - previsão de que os direitos de propriedade intelectual e direitos autorais da solução de TIC sobre os diversos artefatos e produtos a serem criados por decorrência do contrato a ser firmado pertencerão à Administração Pública, incluindo, dentre outros, documentação, código-fonte de aplicações, modelos de dados e bases de dados.
**§ 1º** Quando se tratar de contratação de licenciamento de software, devem também ser observados:

I - a necessidade de avaliar a contratação de serviços agregados, a exemplo dos serviços de atualização de versão, manutenção e suporte técnico;
II - a prospecção de alternativas de atendimento aos requisitos junto a fabricantes distintos no que couber, de forma a viabilizar a ampliação da participação no procedimento licitatório.
**§ 2º** Na definição das obrigações do contratado deve constar, além de outras obrigações pertinentes, as seguintes:
I - ceder os direitos de propriedade intelectual e direitos autorais da solução de TIC sobre os diversos artefatos e produtos criados em decorrência da relação contratual, na forma do inciso VI do caput deste artigo;
II - observar as normas, processos e procedimentos internos do contratante no que concerne a Políticas e Metodologias aplicáveis à Governança de Tecnologia da Informação e Comunicação, Gestão de Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação, Desenvolvimento e Sustentação de Software, Segurança da Informação e Privacidade de Dados;
III - apresentar termo de compromisso e confidencialidade relativo as exigências do inciso anterior, quando solicitado pela contratante.
**§ 3º** Nas contratações que envolvam acesso ou tratamento de dados pessoais controlados pelo contratante deverá haver cláusulas relativas à proteção dessas informações, com estabelecimento de obrigações específicas do contratado, cuja previsão incluirá exemplificativamente:
I - apresentar evidências que indicam a aplicação de um conjunto de medidas técnicas e administrativas de segurança, para proteção de dados pessoais, conforme legislação de regência;
II - manter registros de tratamento de dados pessoais que realizar, com condições de rastreabilidade e de prova eletrônica a qualquer tempo;
III - facultar acesso a dados pessoais somente para o pessoal autorizado, cuja necessidade esteja pautada no exercício das atribuições inerentes a execução do objeto contratual e que tenha assumido compromisso formal de preservação da confidencialidade e segurança de tais dados, disponibilizando tal compromisso caso exigido pelo contratante;
IV - permitir a realização de auditorias, bem como disponibilizar toda informação necessária para demonstrar o cumprimento das obrigações firmadas em torno da proteção dados pessoais;
V - auxiliar o contratante no atendimento de obrigações perante titulares de dados pessoais, legítimos interessados e autoridades competentes;
VI - comunicar, formal e tempestivamente, o contratante sobre a ocorrência de riscos, ameaças ou incidentes de segurança que possam acarretar comprometimento ou dano a titular de dados pessoais;
VII - descartar, de forma irrecuperável, ou devolver ao contratante, todos os dados pessoais e as cópias existentes, após a satisfação da finalidade contratual que justificava a manutenção dos referidos dados;
VIII - indicar encarregado pelo tratamento de dados pessoais;
IX - indicar dentre as obrigações, a necessidade de a contratada contribuir com eventuais migrações de sistema.

## CAPÍTULO IV
## DA CENTRALIZAÇÃO DOS PROCEDIMENTOS DE AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS

**Art. 17**. Compete ao PROLICITA as atividades de relativas às licitações, observadas as regras de competências e procedimentos para a realização de despesas da Administração, estabelecer os parâmetros e procedimentos referentes aos respectivos contratos, bem como:
I - instituir instrumentos que permitam a centralização dos procedimentos de aquisição e contratação de bens e serviços, inclusive pelo Sistema de Registro de Preços;
II - criar catálogo eletrônico de padronização de compras, serviços e obras, admitida a adoção do catálogo do Poder Executivo federal;
III - instituir, com auxílio dos órgãos de assessoramento jurídico e de controle interno modelos de minutas de editais, de termos de referência, estudos técnicos e de outros documentos, observando o tanto quanto possível as editadas pelo Poder Executivo Federal.
IV - Os estudos técnicos e os termos de referência serão elaborados conforme competências atribuídas pelo PROLICITA, que poderá ser auxiliada por outros órgãos ou entidades da Administração Pública com expertise relativa ao objeto que se pretende contratar.

## CAPÍTULO V
## DO CATÁLOGO ELETRÔNICO DE PADRONIZAÇÃO

**Art. 18**. O Catálogo Eletrônico de Padronização é o sistema informatizado criado e alimentado pelo CIMCERO, destinado à padronização de bens, serviços e obras a serem adquiridos ou contratados.
**Art. 19**. O Catálogo Eletrônico de Padronização conterá:
I - a especificação de bens, serviços ou obras;
II - descrição de requisitos de habilitação de licitantes, conforme o objeto da licitação; e
III - modelos de:
instrumentos convocatórios;
minutas de contratos;
termos de referência e projetos referência;
listas de verificação;
manuais de procedimento administrativo;
cadernos orientadores;
pareceres referenciais;
outros documentos necessários ao procedimento de licitação e à contratação direta que possam ser padronizados.
**§ 1º** O Catálogo Eletrônico de Padronização será destinado a bens, serviços e obras que possam ser adquiridos ou contratados pelo critério de julgamento menor preço ou maior desconto.
**§ 2º** Enquanto não for elaborado o catálogo eletrônico a que se refere o caput, serão adotados nos termos do art. 19, inciso II, da Lei nº 14.133/2021, o Catálogo de Materiais (CATMAT) e o Catálogo de Serviços (CATSER), do Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais (SIASG) do Governo Federal ou os que vierem a substituí-los.
**§ 3º**Poderá ser usado, além do disposto neste capitulo, no que couber, aPortaria SEGES/ME nº 938, de 2 de fevereiro de 2022, queinstitui o catálogo eletrônico de padronização de compras, serviços e obras, no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional, em atendimento ao disposto no inciso II do art. 19 da Lei nº 14.133/2021.

## CAPÍTULO VI
## DA PESQUISA DE PREÇOS E VALOR MÁXIMO DA CONTRATAÇÃO

**Art. 20.** A pesquisa de preços será materializada em documento que conterá, no mínimo:
I - descrição do objeto a ser contratado;
II - identificação do(s) agente(s) responsável(is) pela pesquisa;
III - caracterização das fontes consultadas;
IV - série de preços coletados;
V - método estatístico aplicado para a definição do valor estimado (mediana, média ou menor valor);
VI - justificativas para a metodologia utilizada, em especial para a desconsideração de valores inconsistentes, inexequíveis ou excessivamente elevados, se aplicável;
VII - memória de cálculo do valor estimado e documentos que lhe dão suporte;
VIII - justificativa da escolha dos fornecedores, no caso da pesquisa direta.
**Art. 21.** - O valor máximo da contratação deverá ser compatível com os valores praticados pelo mercado, considerados os preços constantes de bancos de dados públicos e as quantidades a serem contratadas, a potencial economia de escala e as peculiaridades do local de execução do objeto e, sempre que possível, a realidade do mercado local e/ou regional.
**Parágrafo único**. Fica permitida a utilização de ferramentas de pesquisa contratadas para tal fim, desde que não seja a única fonte e observe os métodos previstos nesta Portaria e na Lei nº 14.133/2021, certificadas pelo setor.
**Art. 22**. Na pesquisa de preços, sempre que possível, deverão ser observadas as condições comerciais praticadas, incluindo prazos e locais de entrega, instalação e montagem do bem ou execução do serviço, quantidade contratada, formas e prazos de pagamento, fretes, garantias exigidas e marcas e modelos, quando for o caso, observadas a potencial economia de escala e as peculiaridades do local de execução do objeto.

**Art. 23**. A pesquisa de preços deverá ser realizada da forma mais ampla possível, incluindo o maior número de fontes disponíveis, mediante a utilização dos seguintes parâmetros, empregados de forma combinada ou não, dentre outros:
I - composição de custos unitários menores ou iguais à mediana do item correspondente nos sistemas oficiais do governo, como Pesquisa de Preços, Painel de Preços ou banco de preços, observando o índice de atualização de preços correspondente.
II - preferencialmente, quando existente os itens em sistema especializados privados em pesquisa de preços, como referência de preços, observadas as quantidades adquiridas e a correção do valor pelo INPC ou outro índice que venha a substituí-lo, desde a data da compra até a data da pesquisa de preços;
III - a composição de custos unitários menores ou iguais à mediana do item correspondente no painel para consulta de preços, disponível no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), no período de 1 (um) ano anterior à data da pesquisa de preços, observada a correção do valor pelo INPC ou outro índice que venha a substituí-lo, desde a data da homologação do certame até a data da pesquisa de preços;
IV - consulta a preços publicados em mídia especializada, sítios eletrônicos especializados ou de domínio amplo, desde que contenha a certificação da data e hora de acesso pelo agente que realizou a pesquisa, no intervalo de até 6 (seis) meses de antecedência da data de divulgação do edital, sendo vedada a utilização de preços promocionais, com descontos condicionais ou com acréscimos em virtude de parcelamento;
V - contratações similares feitas pela Administração Pública, inclusive do próprio CIMCERO, considerados eventuais reajustes, repactuações e reequilíbrios concedidos, em execução ou concluídas no período de 1 (um) ano anterior à data da pesquisa, inclusive mediante sistema de registro de preços, observado o índice de atualização de preços correspondente;
VI - pesquisa direta com, no mínimo, 3 (três) fornecedores, mediante solicitação formal de cotação, por meio de ofício ou e-mail, desde que seja apresentada justificativa da escolha desses fornecedores e que não tenham sido obtidos os orçamentos com mais de 6 (seis) meses de antecedência da data de divulgação do edital, e observado o seu prazo de validade;
VII - pesquisa em bancos de preços públicos ou privados devidamente estabelecidos e reconhecidos no mercado; e
VIII - preços obtidos em pesquisa na base nacional ou regional de notas fiscais eletrônicas, no período de 1 (um) ano anterior à data da pesquisa de preços, observada a correção do valor pelo INPC ou outro índice que venha a substituí-lo, desde data da emissão da nota até a data da pesquisa de preços.
**§ 1º** Quando a pesquisa de preços for realizada com fornecedores, nos termos do inciso VI, deverá ser observado:
I - prazo de resposta conferido ao fornecedor compatível com a complexidade do objeto a ser licitado;
II - obtenção de propostas formais, contendo, no mínimo:
descrição do objeto, valor unitário e total;
número do Cadastro de Pessoa Física - CPF ou do Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ do proponente;
endereços físico e eletrônico e telefone de contato;
data de emissão;
nome completo e identificação do responsável.
III - informação aos fornecedores das características da contratação contidas no Art. 8º, com vistas à melhor caracterização das condições comerciais praticadas para o objeto a ser contratado; e
IV - registro, nos autos do processo da contratação correspondente, da relação de fornecedores que foram consultados e não enviaram propostas como resposta à solicitação de que trata o inciso VI do caput.
**§ 2º** Em situação excepcional, o valor da proposta apresentada informalmente pelo fornecedor, poderá ser certificada por empregado público nominado, com indicação da data valor, prazo de validade e identificação do fornecedor.
**§ 3º** Não serão admitidas estimativas de preços obtidas em sítios de leilão ou de intermediação de vendas.
**Art. 24.** Serão utilizados, como métodos para obtenção do preço estimado, a média, a mediana ou o menor dos valores obtidos na pesquisa de preços, desde que o cálculo incida sobre um conjunto de três ou mais preços, oriundos de um ou mais dos parâmetros de que trata o art. 9º, desconsiderados os valores inexequíveis, inconsistentes e os excessivamente elevados.
**§ 1º** Para fins de aplicação dos métodos, considera-se:
I - Mediana = método utilizado quando a pesquisa apresentar valores heterogêneos, incluindo valores extremos, em que se elege o valor intermediário.
II - Média = método utilizado quando a pesquisa apresentar valores homogêneos, desprezados os valores extremos, em que se soma os valores e divide o resultado pela quantidade de fontes.
III - Menor dos valores = utilizado quando não for possível ou não for aconselhável a adoção de um dos métodos anteriores.
**§ 2º** Poderão ser utilizados outros critérios ou métodos, desde que devidamente justificados nos autos pelo gestor responsável e aprovados pela autoridade competente.
**§ 3º** Com base no tratamento de que trata o caput, o preço estimado da contratação poderá ser obtido, ainda, acrescentando ou subtraindo determinado percentual, de forma a aliar a atratividade do mercado e mitigar o risco de sobrepreço.
**§ 4º** Para desconsideração dos valores inexequíveis, inconsistentes ou excessivamente elevados, deverão ser adotados critérios fundamentados e descritos no processo administrativo.
**§ 5º** Excepcionalmente, será admitida a determinação de preço estimado com base em menos de três preços, desde que devidamente justificada nos autos pelo gestor responsável e aprovada pela autoridade competente.
**Art. 25.** Nas contratações diretas por inexigibilidade ou por dispensa de licitação, aplica-se o disposto nos artigos anteriores.
**§ 1º** Quando não for possível estimar o valor do objeto na forma estabelecida no caput, a justificativa de preços será dada com base em valores de contratações de objetos idênticos, comercializados pela futura contratada, por meio da apresentação de notas fiscais emitidas para outros contratantes, públicos ou privados, no período de até 1 (um) ano anterior à data da contratação pela Administração, ou por outro meio idôneo.
**§ 2º** Excepcionalmente, caso a futura contratada não tenha comercializado o objeto anteriormente, a justificativa de preço de que trata o parágrafo anterior poderá ser realizada com objetos semelhantes de mesma natureza, devendo apresentar especificações técnicas que demonstrem similaridade com o objeto pretendido.
**§ 3º** Fica vedada a contratação direta por inexigibilidade, sob o fundamento de ausência de pluralidade de fornecedores/prestadores, caso a justificativa de preços demonstre a possibilidade de competição.
**§ 4º** Na hipótese de dispensa de licitação com base nos incisos I e II do art. 75 da Lei nº 14.133/2021, a estimativa de preços de que trata o caput poderá ser realizada concomitantemente à seleção da proposta economicamente mais vantajosa.
**§ 5º** O procedimento do § 4º será realizado por meio de solicitação formal de cotações a fornecedores.
**Art. 26.** No processo de contratação de obras e serviços de engenharia, o valor máximo da contratação será definido por insumo ou serviço da planilha de composição de custos, sendo acrescido o percentual de Benefícios e Despesas Indiretas (BDI) e Encargos Sociais cabível pelo custo correspondente do Sistema de Custos Referenciais de Obras (Sicro), para serviços e obras de infraestrutura de transportes, ou do Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices de Construção Civil (Sinapi), para as demais obras e serviços de engenharia.
**§ 1º** Os valores dos insumos e serviços que não estiverem disponíveis nas tabelas Sinapi ou Sicro poderão ser obtidos pelos seguintes parâmetros, nesta ordem:
I - dados de outras tabelas de referência formalmente aprovadas pelo Poder Executivo federal, estadual, distrital ou municipal;
II - dados de pesquisa publicada em mídia especializada ou em sítios eletrônicos especializados ou de domínio amplo, desde que contenham a data e a hora de acesso;
III - preços de contratações similares feitas pela Administração Pública, em execução ou concluídas no período de 1 (um) ano anterior à data da pesquisa de preços, observado o índice de atualização de preços correspondente;
IV - preços obtidos em pesquisa na base nacional de notas fiscais eletrônicas, no período de 1 (um) ano anterior à data da pesquisa de preços, observada a correção do valor pelo INPC ou por outro índice

que venha a substituí-lo, desde a data da emissão da nota até a data da pesquisa de preços; e
V - preços obtidos em pesquisa direta com, no mínimo, 3 (três) fornecedores, sendo necessária justificativa caso não se alcancem 3 (três) cotações.
**§ 2º** Em decorrência de Convênio firmado ou de obrigação definida pelo órgão repassador dos recursos, poderão ser utilizadas outras tabelas oficiais.
**Art. 27.** No processo licitatório para contratação de obras e serviços de engenharia, sob os regimes de contratação integrada ou semi-integrada, o valor máximo da contratação será calculado nos termos deste artigo, acrescido ou não de parcela referente à remuneração do risco, e, sempre que necessário e o anteprojeto permitir, a estimativa de preço será baseada em orçamento sintético, nos termos do art. 24 desta Portaria, devendo a utilização de metodologia expedita ou paramétrica e de avaliação aproximada, baseada em outras contratações similares, ser reservada às frações do empreendimento não suficientemente detalhadas no anteprojeto.
**Parágrafo único** - Na hipótese de que trata este artigo, será exigido dos licitantes ou contratados, no orçamento que compuser suas respectivas propostas, no mínimo, o mesmo nível de detalhamento do orçamento sintético referido no dispositivo.
**Art. 28.** Desde que justificado, o orçamento estimado da contratação poderá ter caráter sigiloso, sem prejuízo da divulgação do detalhamento dos quantitativos e das demais informações necessárias para a elaboração das propostas, salvo na hipótese de licitação cujo critério de julgamento for por maior desconto.
**Parágrafo único** - O sigilo a que se refere o caput deste artigo não se aplica aos órgãos de controle interno e externo.
**Art. 29**. A pesquisa de preços para fins de aferição de vantajosidade econômica das adesões às atas de registro de preços e prorrogações contratuais será realizada mediante a utilização dos parâmetros estabelecidos nesta Portaria.
**§ 1º** Nas prorrogações dos contratos de fornecimento de mão de obra com dedicação exclusiva a verificação da vantajosidade deverá considerar os valores estabelecidos em norma coletiva de trabalho em vigor.
**§ 2º** Para efeito de comparação com os preços pesquisados, deverão ser considerados os valores contratuais com reajustamento, quando devidamente requerido pela contratada, ainda que pendente de concessão.
**§ 3º** Os parâmetros estabelecidos neste dispositivo também se aplicam à aferição da vantajosidade econômica de contratos de fornecimento ou de serviços contínuos com prazo de vigência inicial superior a 12 (doze) meses, quando houver indício de flutuação atípica dos preços de mercado, a fim de subsidiar a decisão pela extinção antecipada ou pela manutenção do contrato, nos termos da legislação vigente.

## CAPÍTULO VII
## DO ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

**Art. 30.** Para fins do disposto nesta Portaria, considera-se:
I - estudo técnico preliminar (ETP): documento constitutivo da primeira etapa do planejamento de uma contratação que caracteriza o interesse público envolvido e a sua melhor solução e dá base ao anteprojeto, ao termo de referência ou ao projeto básico a serem elaborados, caso se conclua pela viabilidade da contratação;
II - contratações correlatas: aquelas cujos objetos sejam similares ou correspondentes entre si;
III - contratações interdependentes: aquelas que, por guardarem relação direta na execução do objeto, devem ser contratadas juntamente para a plena satisfação da necessidade da Administração;
IV- requisitante: agente ou unidade responsável por identificar a necessidade de contratação de bens, serviços e obras e requerê-la;
V - área técnica: agente ou unidade com conhecimento técnico-operacional sobre o objeto demandado, responsável por analisar o documento de formalização de demanda, e promover a agregação de valor e a compilação de necessidades de mesma natureza; e
VI - equipe de planejamento da contratação: conjunto de agentes que reúnem as competências necessárias à completa execução das etapas de planejamento da contratação, o que inclui conhecimentos sobre aspectos técnico-operacionais e de uso do objeto, licitações e contratos, dentre outros.
**§ 1º** Os papéis de requisitante e de área técnica poderão ser exercidos pelo mesmo agente público ou unidade, desde que, no exercício dessas atribuições, detenha conhecimento técnico-operacional sobre o objeto demandado.
**§ 2º** A definição dos requisitantes, das áreas técnicas e da equipe de planejamento da contratação não ensejará, obrigatoriamente, a criação de novas estruturas nas unidades organizacionais.
**§ 3º** A critério da Alta Administração, poderá ser autorizada a utilização do ETP digital, desde que atenda às necessidades do CIMCERO.

### SEÇÃO I
### DA ELABORAÇÃO DO ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

**Art. 31**. O ETP deverá evidenciar o problema a ser resolvido e a melhor solução, de modo a permitir a avaliação da viabilidade técnica, socioeconômica e ambiental da contratação.
**Art. 32**. O ETP deverá estar alinhado ao Plano de Contratações Anual, além de outros instrumentos de planejamento da Administração.
**Art. 33.** O ETP será elaborado conjuntamente por servidores da área técnica e requisitante ou, quando houver, pela equipe de planejamento da contratação.
**Art. 34**. O ETP deverá conter os seguintes elementos:
I - descrição da necessidade da contratação, considerado o problema a ser resolvido sob a perspectiva do interesse público;
II - descrição dos requisitos da contratação necessários e suficientes à escolha da solução, prevendo critérios e práticas de sustentabilidade, observadas as leis ou regulamentações específicas, bem como padrões mínimos de qualidade e desempenho;
III - levantamento de mercado, que consiste na análise das alternativas possíveis, e justificativa técnica e econômica da escolha do tipo de solução a contratar, podendo, entre outras opções:
ser consideradas contratações similares feitas por outros órgãos e entidades públicas, bem como por organizações privadas, no contexto nacional ou internacional, com objetivo de identificar a existência de novas metodologias, tecnologias ou inovações que melhor atendam às necessidades da Administração;
ser realizada audiência e/ou consulta pública, preferencialmente na forma eletrônica, para coleta de contribuições;
em caso de possibilidade de compra, locação de bens ou do acesso a bens, ser avaliados os custos e os benefícios de cada opção para escolha da alternativa mais vantajosa, prospectando-se arranjos inovadores em sede de economia circular; e
ser consideradas outras opções logísticas menos onerosas à Administração, tais como chamamentos públicos de doação e permutas.
IV - descrição da solução como um todo, inclusive das exigências relacionadas à manutenção e à assistência técnica, quando for o caso;
V - estimativa das quantidades a serem contratadas, acompanhada das memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte, considerando a interdependência com outras contratações, de modo a possibilitar economia de escala;
VI- estimativa do valor da contratação, acompanhada dos preços unitários referenciais, das memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte, que poderão constar de anexo classificado, se a Administração optar por preservar o seu sigilo até a conclusão da licitação;
VII - justificativas para o parcelamento ou não da solução;
VIII - contratações correlatas e/ou interdependentes;
IX - demonstrativo da previsão da contratação no Plano de Contratações Anual, de modo a indicar o seu alinhamento com os instrumentos de planejamento do CIMCERO;
X - demonstrativo dos resultados pretendidos, em termos de economicidade e de melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais e financeiros disponíveis;
XI- providências a serem adotadas pela Administração previamente à celebração do contrato, tais como adaptações no ambiente organizacional, necessidade de obtenção de licenças, outorgas ou autorizações, capacitação de servidores ou de empregados para fiscalização e gestão contratual;
XII - descrição de possíveis impactos ambientais e respectivas medidas mitigadoras, incluídos requisitos de baixo consumo de energia e de outros recursos, bem como logística reversa para desfazimento e reciclagem de bens e refugos, quando aplicável; e

XIII - posicionamento conclusivo sobre a adequação da contratação para o atendimento da necessidade a que se destina.
**§ 1º** O ETP deverá conter ao menos os elementos previstos nos incisos I, V, VI, VII e XIII do caput deste artigo e, quando não contemplar os demais elementos, apresentar as devidas justificativas.
**§ 2º** Caso, após o levantamento do mercado de que trata o inciso III, a quantidade de fornecedores for considerada restrita, deve-se verificar se os requisitos que limitam a participação são realmente indispensáveis, flexibilizando-os sempre que possível.
**§ 3º** Em todos os casos, o estudo técnico preliminar deve privilegiar a consecução dos objetivos de uma contratação, nos termos no art. 11 da Lei nº 14.133/2021, em detrimento de modelagem de contratação centrada em exigências meramente formais.
**§ 4º** Para a contratação de obras e serviços comuns de engenharia, se demonstrada a inexistência de prejuízo para a aferição dos padrões de desempenho e qualidade almejados, a especificação do objeto poderá ser realizada apenas em termo de referência ou em projeto básico.
**§ 5º** O parcelamento não será adotado quando:
I - a economia de escala, a redução de custos de gestão de contratos ou a maior vantagem na contratação recomendar a compra do item do mesmo fornecedor;
II - o objeto a ser contratado configurar sistema único e integrado e houver a possibilidade de risco ao conjunto do objeto pretendido;
III - o processo de padronização ou de escolha de marca levar a fornecedor exclusivo.
**Art. 35**. Durante a elaboração do ETP deverão ser avaliadas:
I - a possibilidade de utilização de mão de obra, materiais, tecnologias e matérias-primas existentes no local da execução, conservação e operação do bem, serviço ou obra, desde que não haja prejuízos à competitividade do processo licitatório e à eficiência do respectivo contrato, nos termos do § 2º do art. 25 da Lei nº 14.133/2021;
II - a necessidade de ser exigido, em edital ou em aviso de contratação direta, que os serviços de manutenção e assistência técnica sejam prestados mediante deslocamento de técnico ou disponibilizados em unidade de prestação de serviços localizada em distância compatível com suas necessidades, conforme dispõe o § 4º do art. 40 da Lei nº 14.133/2021.
**Art. 36**. Quando o ETP demonstrar que a avaliação e a ponderação da qualidade técnica das propostas que superarem os requisitos mínimos estabelecidos no edital são relevantes aos fins pretendidos pela Administração, deverá ser escolhido o critério de julgamento de técnica e preço, conforme o disposto no § 1º do art. 36 da Lei nº 14.133/2021.
**Art. 37.** A elaboração do ETP é dispensada:
I - para contratação que envolva valores inferiores ao disposto no art. 75, I, da Lei nº 14.133/2021, no caso de obras e serviços de engenharia ou de serviços de manutenção de veículos automotores;
II - para contratação que envolva valores inferiores ao disposto no art. 75, II, da Lei nº 14.133/2021, no caso de outros serviços e compras;
III - para contratação que mantenha todas as condições definidas em edital de licitação realizada há menos de 1 (um) ano, quando se verificar que naquela licitação:
não surgiram licitantes interessados ou não foram apresentadas propostas válidas; e
as propostas apresentadas consignaram preços manifestamente superiores aos praticados no mercado ou incompatíveis com os fixados pelos órgãos oficiais competentes.
IV - nos casos de guerra, estado de defesa, estado de sítio, intervenção federal ou de grave perturbação da ordem;
V - nos casos de emergência ou de calamidade pública, quando caracterizada urgência de atendimento de situação que possa ocasionar prejuízo ou comprometer a continuidade dos serviços públicos ou a segurança de pessoas, obras, serviços, equipamentos e outros bens, públicos ou particulares, e somente para aquisição dos bens necessários ao atendimento da situação emergencial ou calamitosa e para as parcelas de obras e serviços que possam ser concluídas no prazo máximo de 1 (um) ano, contado da data de ocorrência da emergência ou da calamidade, vedadas a prorrogação dos respectivos contratos e a recontratação de empresa já contratada com base no disposto neste inciso;
VI - para contratação de serviços por inexigibilidade em que o valor da contratação se enquadra nos limites dos incisos I e II do caput deste artigo;
VII - nos casos de prorrogações dos contratos de serviços e fornecimentos contínuos.
**Parágrafo único.** Os valores referidos nos incisos I e II docaputdeste artigo serão duplicados para compras, obras e serviços contratados por consórcio público ou por autarquia ou fundação qualificadas como agências executivas na forma da lei.

**CAPÍTULO IV**
**DA CONTRATAÇÃO DIRETA**

**Art. 38**. Para fins de contratação direta, além do disposto nesta Portaria, serão observados o disposto na Lei nº 14.133/2021.
**Parágrafo único.**A instrução do processo de contratação, em especial o exame dos documentos da proposta e de habilitação, bem como o seu julgamento será de competência do agente de contratação ou da comissão de contratação, conforme o caso.

**CAPÍTULO VIII**
**DISPOSIÇÕES FINAIS**

**Art.39.** Em caso de ausência de empregado do quadro de pessoal permanente ou servidor efetivo habilitado à algum procedimento ou comissão, poderá ser solicitado apoio de pessoal, em caráter temporário, aos municípios consorciados.
**Art. 40.** Os casos omissos decorrentes da aplicação desta Portaria serão dirimidos pela autoridade competente.
**Art. 41.** Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Ji-Paraná, na data da assinatura.

(Assinado Eletronicamente)
***CORNÉLIO DUARTE DE CARVALHO***
Presidente do CIMCERO

**Publicado por:**
Jackson Junior de Souza
**Código Identificador:**3BB873F5

---

**PROCURADORIA**
**PORTARIA Nº 005/2024/CIMCERO**

**PORTARIA Nº 005/2024/CIMCERO**

*Regulamenta o Sistema de Registro de Preços SRP, previsto na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no âmbito do CIMCERO, e dá outras providências.*

**O PRESIDENTE DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DA REGIÃO CENTRO LESTE DO ESTADO DE RONDÔNIA**, fundamentado no disposto no artigo 16, inciso X do Estatuto Social, atendendo às necessidades; e
**Considerando** o disposto na Lei nº 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos);
**Considerando** a necessidade de regulamentar o procedimento auxiliar destinado às contratações pelo sistema de registro de preços em conformidade com Lei nº 14.133/2021;
**Considerando** o dever de buscar maior praticidade, celeridade e eficiência nos procedimentos licitatórios e nas contratações decorrentes.

**RESOLVE:**
**Das Diretrizes**
**Art. 1º** Esta Portaria estabelece regras e diretrizes sobre o Sistema de Registro de Preços SRP para a contratação de bens e serviços, inclusive obras e serviços de engenharia, nas áreas de que trata a Lei nº 14.133/2021, no âmbito do CIMCERO.
**§ 1º** Na aplicação deste regulamento, serão observados os Princípios da Legalidade, da Impessoalidade, da Moralidade, da Publicidade, da Eficiência, do Interesse Público, da Probidade Administrativa, da Igualdade, do Planejamento, da Transparência, da Eficácia, da Segregação de Funções, da Motivação, do Julgamento Objetivo, da Segurança Jurídica, da Razoabilidade, da Competitividade, da Proporcionalidade, da Celeridade, da Economicidade e do Desenvolvimento Nacional Sustentável, assim como as disposições do

Decreto-Lei nº 4.657, de 4 de setembro de 1942 (Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro).

**§ 2º** Quando forem executados recursos da União decorrentes de transferências voluntárias, deverá ser observado regulamento federal e demais normativas federais regentes.

**Da Utilização do Sistema de Registro de Preços**

**Art. 2º** O Registro de Preços será utilizado para:

- compra de bens comuns;
- contratação de serviços comuns, de fornecimento, de engenharia e de fornecimento contínuo.

**Art. 3º** O Registro de Preços poderá ser utilizado nas modalidades pregão e concorrência e nas hipóteses de dispensa e de inexigibilidade e licitação compartilhada, para mais de uma entidade.

**§ 1º** O Registro de Preços poderá ser adotado quando a Administração julgar pertinente, em especial:

- quando, pelas características do objeto, houver necessidade de contratações permanentes ou frequentes;
- quando for conveniente a aquisição de bens com previsão de entregas parceladas ou contratação de serviços remunerados por unidade de medida, como quantidade de horas de serviços, postos de trabalho ou em regime de tarefa;
- quando for conveniente para atendimento a mais de um órgão ou a mais de uma entidade, inclusive nas compras centralizadas;
- quando for atender a execução descentralizada de programa ou projeto federal, por meio de compra nacional ou da adesão de que trata o § 2º do art. 32 do Decreto Federal nº 11.462/2023;
- quando, pela natureza do objeto, não for possível definir previamente o quantitativo a ser demandado pela Administração.

**§ 2º** O Registro de Preços poderá ser utilizado para a contratação de execução de obras e serviços de engenharia, desde que atendidos os seguintes requisitos:

- existência de termo de referência, anteprojeto, projeto básico ou projeto executivo padronizados, sem complexidade técnica e operacional; e
- necessidade permanente ou frequente de obra ou serviço a ser contratado.

**Art. 4º** É permitido o registro de preços, sem indicação do total a ser adquirido, apenas nas seguintes situações:

- quando for a primeira licitação ou contratação direta realizada pelo CIMCERO para o objeto, sem registro de demandas anteriores;
- no caso de alimento perecível; ou
- no caso em que o serviço estiver integrado ao fornecimento de bens.

Parágrafo Único. Nas situações referidas no caput, é obrigatória a indicação do valor máximo da despesa e é vedada a participação de outro órgão ou entidade na ata.

**Art. 5º** O edital de licitação para registro de preços observará as regras gerais da Registro de Preços e deverá dispor sobre:

- as especificidades da licitação e de seu objeto, inclusive a quantidade máxima de cada item que poderá ser adquirida;
- a quantidade mínima a ser cotada de unidades de bens ou, no caso de serviços, de unidades de medida;
- a possibilidade de prever preços diferentes:

quando o objeto for realizado ou entregue em locais diferentes;
em razão da forma e do local de acondicionamento;
quando admitida cotação variável em razão do tamanho do lote;
por outros motivos justificados no processo.

- a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no edital, obrigando-se nos limites dela;
- o critério de julgamento da licitação, que será o de menor preço ou o de maior desconto sobre tabela de Preços praticada no mercado;
- as condições para alteração de preços registrados;
- o registro de mais de um fornecedor ou prestador de serviço, desde que aceitem cotar o objeto em preço igual ao do licitante vencedor, assegurada a preferência de formalização de nova ata se o primeiro colocado deixar de atendê-la durante sua vigência, de acordo com a ordem de classificação;
- a vedação à participação do órgão ou entidade em mais de uma ata de registro de preços com o mesmo objeto no prazo de validade daquela de que já tiver participado, salvo na ocorrência de ata que tenha registrado quantitativo inferior ao máximo previsto no edital;
- as hipóteses de cancelamento da ata de registro de preços e suas consequências.

**§ 1º** A quantidade estimada e a máxima indicadas no Edital resultará dos pedidos de demanda dos Municípios consorciados e/ou demanda própria do CIMCERO.

**§ 2º** A quantificação da demanda informada pelos Municípios decorre de análise e planejamento do ente consorciado, acerca do qual o CIMCERO não tem poder de ingerência.

**Da Intenção de Registro de Preços**

**Art. 6º** Para fins de registro de preços, o órgão ou a entidade gerenciadora deverá, na fase preparatória do processo licitatório ou da contratação direta, realizar procedimento público de IRP para possibilitar, pelo prazo mínimo de oito dias úteis, a participação de outros órgãos ou outras entidades da Administração Pública na ata de registro de preços e determinar a estimativa total de quantidades da contratação.

**§ 1º** O prazo previsto nocaputserá contado do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação da IRP noSRP digital e no Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP, de que trata oart. 174 da Lei nº 14.133/2021.

**§ 2º** O procedimento previsto nocaputpoderá ser dispensado quando o órgão ou a entidade gerenciadora for o único contratante.

**Do Critério de Julgamento**

**Art.7º** Será adotado o critério de julgamento de menor preço ou de maior desconto sobre o preço estimado ou a tabela de preços praticada no mercado

**Art. 8º** O critério de julgamento de menor preço por grupo de itens somente poderá ser adotado quando for demonstrada a inviabilidade de se promover a adjudicação por item e for evidenciada a sua vantagem técnica e econômica, e o critério de aceitabilidade de preços unitários máximos deverá ser indicado no edital.

**Parágrafo único.** A contratação posterior de item específico constante de grupo de itens exigirá prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o CIMCERO e/ou Entidade Participante.

**Da Entidade Gerenciadora**

**Art. 9º** O CIMCERO funciona como entidade gerenciadora do SRP nas licitações que promover, a quem compete todos os atos de controle e de administração, em especial:

I - realizar procedimento público de intenção de registro de preços – IRP, quando for o caso, com indicativo do número máximo de Entidades participantes, dentre seus Municípios consorciados, em conformidade com sua capacidade de gerenciamento, salvo quando se tratar de licitação compartilhada;

II - aceitar ou recusar, justificadamente, no que diz respeito à IRP:

os quantitativos considerados ínfimos;
a inclusão de novos itens;
os itens de mesma natureza com modificações em suas especificações.

III - consolidar informações relativas à estimativa individual e ao total de consumo, promover a adequação dos termos de referência ou projetos básicos encaminhados para atender aos requisitos de padronização e racionalização, e determinar a estimativa total de quantidades da contratação;

IV - realizar pesquisa de mercado para identificar o valor estimado da licitação ou contratação direta (hipóteses de inexigibilidade e dispensa) e, quando for o caso, consolidar os dados das pesquisas de mercado realizadas pelas Entidades participantes, inclusive na hipótese de compra centralizada;

V - promover os atos necessários à instrução processual para a realização do procedimento licitatório ou da contratação direta e todos os atos deles decorrentes, como a assinatura da ata e a sua disponibilização às Entidades participantes;

VI - remanejar os quantitativos da ata, observado o disposto nesta Portaria;

VII - gerenciar a ata de registro de preços;

VIII - conduzir as negociações para alteração ou atualização dos preços registrados, bem como para a alteração/inclusão na Ata de marca de item (quando não for determinante com critério de escolha), quando solicitado pelo Fornecedor registrado, desde que demonstrada a vantajosidade da medida;

IX - deliberar quanto à adesão posterior de órgãos e entidades que não tenham manifestado interesse durante o período de divulgação da IRP;

X - aplicar, garantidos os princípios da ampla defesa e do contraditório, as penalidades decorrentes de infrações no procedimento licitatório ou na contratação direta e registrá-las em cadastro próprio, no dos tribunais de contas e no SICAF.

**§ 1º** Para as atividades de que tratam o caput, poderá o CIMCERO, como Entidade gerenciadora, solicitar auxílio técnico às Entidades participantes.
**§ 2º** O Procedimento de Intenção de Registro de Preços, quando reputado necessário pelo Presidente do CIMCERO em despacho fundamentado, seguirá o disposto na normativa federal.

**Da Contratação Direta**

**Art. 10**. Para fins de contratação direta, pelo SRP, além do disposto nesta Portaria, serão observados o disposto na Lei nº 14.133/2021.
**§ 1º** A instrução do processo de contratação, em especial o exame dos documentos da proposta e de habilitação, bem como o seu julgamento será de competência de Comissão de contratação.

**Da Ata de Registro de Preços**

**Art. 11**. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, a formalização da ata de registro de preços observará:
- serão registrados na ata os preços e os quantitativos do Fornecedor;
- o registro:
para fins de cadastro de reserva, dos licitantes/fornecedores que aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário (vencedor), na ordem de classificação;
dos licitantes ou dos fornecedores que mantiverem sua proposta original, que somente serão convocados se esgotados/inexistentes os do item anterior
**§ 1º** A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere este artigo ocorrerá quando houver necessidade de formalização de Ata, nas seguintes hipóteses:
I - quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital;
II - quando houver o cancelamento do registro do fornecedor ou do registro de preços.
**§ 2º** O preço registrado, com a indicação dos fornecedores, será divulgado no PNCP e disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.
**Art. 12**. A assinatura da Ata deve ocorrer no prazo e nas condições estabelecidas no edital de licitação ou no aviso de contratação direta, sob pena de perda do direito, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas na Lei nº 14.133/2021.
**§ 1º** O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação do licitante mais bem classificado ou do fornecedor convocado, desde que:
I - a solicitação seja devidamente justificada e apresentada dentro do prazo;
II - a justificação apresentada seja aceita pelo CIMCERO.
**§ 2º** Fica admitida a assinatura digital da Ata de registro de preços.
**§ 3º** Não assinada a Ata na forma deste artigo, poderá o CIMCERO convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.
**§ 4º** Na hipótese de o Cadastro de reserva não atender as condições do parágrafo anterior, admite-se a contratação dos licitantes remanescentes, observados a ordem de classificação, o valor estimado (preço de mercado) e a sua eventual atualização, desde que:
- negocie, na ordem de classificação, a obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário;
- quando frustrada a negociação de melhor condição, firmar Ata de Registro nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes.
**Art. 13**. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a absorver a demanda, parcial ou totalmente, admitida a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

**Da Vigência e Alteração da Ata de Registro de Preços**

**Art. 14.** O prazo de vigência da ata de registro de preços será de um ano, contado da data de sua subscrição, e poderá ser prorrogado por igual período, desde que comprovado que o preço é vantajoso.
**§ 1º** Na prorrogação de prazo, será observado o saldo remanescente de itens.
**§ 2º** O contrato decorrente da ata de registro de preços somente poderá ser celebrado se houver previsão no Edital, que também indicará sua vigência e condições.
**Art. 15**. Fica vedado efetuar acréscimos nos quantitativos estabelecidos na ata de registro de preços.
**Art. 16**. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de oscilação superveniente, nas seguintes situações:
- em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos do disposto da Lei nº 14.133/2021;
- em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;
- na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos do disposto na Lei nº 14.133/2021.
**Art. 17**. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, em pesquisa realizada na forma de ato normativo expedido pelo CIMCERO, por motivo superveniente, o Consórcio convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.
**§ 1º** Não havendo a redução, fica o fornecedor liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.
**§ 2º** Na hipótese prevista no § 1º, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para a negociação, observada e justificada a vantajosidade da providência.
**§ 3º** Resultando infrutífera a etapa de negociações, o CIMCERO procederá ao cancelamento da ata de registro de preços.
**§ 4º** Na hipótese de redução do preço registrado, o CIMCERO comunicará as Entidades Participantes que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços, para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto nesta Portaria.
**Art. 18.** Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o Fornecedor não puder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, fica-lhe autorizado requerer a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente e, sendo o caso, a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas, sob pena de indeferimento do pedido.
**§ 1º** Indeferido o pedido, o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas na Lei nº 14.133/2021 e normativas deste CIMCERO.
**§ 2º** Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o CIMCERO convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados.
**§ 3º** Inexitosa a negociação, o CIMCERO procederá ao cancelamento da ata de registro de preços.
**§ 4º** Na hipótese de aumento do preço registrado, o CIMCERO comunicará as Entidades Participantes que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços, para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto nesta Portaria.

**Do Cancelamento do Registro do Fornecedor**

**Art. 19**. O registro do fornecedor será cancelado pelo CIMCERO, observado o devido processo legal, quando o fornecedor:
- descumprir as condições da ata de registro de preços sem motivo justificado;
- não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido, sem justificativa razoável;
- não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no § 1º do art. 17; ou
- sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133/2021.
§ 1º Na hipótese prevista no inciso IV do caput, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas novas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.
§ 2º Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o CIMCERO poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação e as particularidades do caso, em especial, o valor de mercado do item.

**Do Cancelamento dos Preços Registrados**

**Art. 20**. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo CIMCERO em determinada ata de registro de preços, total ou

parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:
- por razão de interesse público;
- a pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior;
III - se não houver êxito nas negociações, nos termos dos art. 16 e 17.

**Do Remanejamento das Quantidades Registradas**

**Art. 21**. As quantidades previstas para os itens registrados nas atas poderão ser remanejadas pelo CIMCERO, entre as Entidades participantes do registro de preços.

**§ 1º** Para fins do remanejamento, ainda que gerenciador, o CIMCERO será considerado participante.

**§ 2º** A redução do quantitativo inicialmente informado por uma Entidade participante somente será remanejada para outra, com sua expressa anuência.

**§ 3º** Na hipótese de compra centralizada, caso não haja indicação dos quantitativos a cada uma das Entidades participantes, a distribuição ocorrerá por meio de remanejamento.

**§ 4º** Na hipótese de compra centralizada, em que o CIMCERO figurar como único contratante e os municípios consorciados como meros interessados, a distribuição da quantidade registrada ocorrerá conforme a demanda.

**Da Contratação com Fornecedores Registrados**

**Art. 22**. A possibilidade de contratação com os fornecedores registrados na ata deve estar prevista no Edital e será formalizada, no prazo de validade da ata, por meio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o disposto no art. 95 da Lei nº 14.133/2021.

**Parágrafo único.** Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133/2021.

**Art. 23**. A vigência dos contratos decorrentes do sistema de registro de preços será estabelecida no edital ou no aviso de contratação direta, observado o disposto no art. 105 da Lei nº 14.133/2021.

**Da Utilização da Ata de Registro de Preços por Órgão Não Participante**

**Art. 24**. Durante a vigência da ata, os órgãos e as entidades da Administração municipal que não participaram do procedimento de IRP poderão aderir à ata de registro de preços do CIMCERO na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:

I - apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou de descontinuidade de serviço público;

II - demonstração da compatibilidade dos valores registrados com os valores praticados pelo mercado, na forma prevista noart. 23 da Lei nº 14.133/2021;

III - consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.

§ 1º A autorização do órgão ou da entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.

§ 2º Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou a entidade não participante efetivará a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.

§ 3º O prazo previsto no § 2º poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.

§ 4º O órgão ou a entidade poderá aderir a item da ata de registro de preços da qual seja integrante, na qualidade de não participante, para aqueles itens para os quais não tenha quantitativo registrado, observados os requisitos previstos neste artigo.

**Art. 25**. Serão observadas as seguintes regras de controle para a adesão à ata de registro de preços de que trata o art. 24:

I - as aquisições ou as contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o órgão ou a entidade gerenciadora e para os órgãos ou as entidades participantes; e

II - o quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão ou a entidade gerenciadora e os órgãos ou as entidades participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.

**Da DisponibilidadeOrçamentária**

**Art. 26**. A indicação da disponibilidadede créditos orçamentários somente será exigida para a formalização do contrato ou de outro instrumento hábil.

**Disposições Finais**

**Art. 27**. O CIMCERO poderá utilizar, além do Portal Nacional de Contratações Públicas, recursos de tecnologia da informação na:

I - operacionalização do procedimento do sistema de registro de preços;

II - automatização dos procedimentos de controle e das atribuições dos órgãos gerenciadores, participantes e aderentes

**Art. 28**. Os contratos, ou instrumentos equivalentes, e as atas de registro de preços firmados sob a égide da Lei indicada no respectivo Edital ou aviso de contratação direta, serão regidos, durante toda a sua vigência, pela norma que a fundamentou.

**Art. 29.** Os casos omissos decorrentes da aplicação desta Portaria serão dirimidos pela autoridade competente.

**Art. 30.** Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Ji-Paraná, na data da assinatura.

(Assinado Eletronicamente)
***CORNÉLIO DUARTE DE CARVALHO***
Presidente do CIMCERO

**Publicado por:**
Jackson Junior de Souza
**Código Identificador:**2C4DBB72

---

**PROCURADORIA**
**PORTARIA Nº 006/2024/CIMCERO**

**PORTARIA Nº 006/2023/CIMCERO**

*Estabelece regras e diretrizes do credenciamento, pré-qualificação e registro cadastral para fornecimento de bens e contratação de serviços, de que trata a Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no âmbito do CIMCERO, e dá outras providências.*

**O PRESIDENTE DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DA REGIÃO CENTRO LESTE DO ESTADO DE RONDÔNIA**, fundamentado no disposto no artigo 16, inciso X do Estatuto Social, atendendo às necessidades; e

**Considerando** o disposto na Lei nº 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos);

**Considerando** a necessidade de conceituar, definir e indicar as ações, regras e diretrizes para utilização dos procedimentos auxiliares previstos no art. 78 da Lei nº 14.133/2021, no âmbito do CIMCERO;

**Considerando** o dever de buscar maior praticidade, celeridade e eficiência nos procedimentos licitatórios e nas contratações decorrentes.

**RESOLVE:**

**Disposições Preliminares**

**Art. 1º** Esta Portaria estabelece regras e diretrizes para utilização do procedimento auxiliar de credenciamento para fornecimento de bens e contratação de serviços de que trata aLei nº 14.133/2021, no âmbito do CIMCERO.

**Do Credenciamento**

**Art. 2º** Credenciamento é um processo administrativo, precedido de chamamento público, em que a Administração Pública convoca interessados em prestar serviços ou fornecer bens para que, preenchidos os requisitos necessários, se credenciem por meio de cadastramento no CIMCERO para executar ou fornecer o objeto, quando convocados.

**§ 1º** Aplicam-se ao credenciamento a Lei nº 14.133/2021, e demais normas legais pertinentes.

**§ 2º** O procedimento de credenciamento será conduzido por um agente de contratação ou comissão de contratação designada pela autoridade competente.

**Art. 3º** O cadastramento de interessados será iniciado com a publicação de edital de credenciamento, mediante aviso público no Portal Nacional de Contratações Públicas, no sítio eletrônico oficial do CIMCERO, com extrato do edital no diário oficial da Associação Rondoniense de Municípios AROM e em jornal diário de grande circulação local.
**§ 1º** Complementarmente, o extrato da licitação poderá ser divulgado em sítio eletrônico de jornal diário de grande circulação local, devendo conter o objeto da licitação e os links para o acesso ao edital no Portal Nacional de Contratações Públicas e no sítio eletrônico oficial do CIMCERO.
**§ 2º** Qualquer alteração nas condições de credenciamento será divulgada e publicada pela mesma forma em que se deu a do texto original.
**Art. 4º** A apresentação de documentos far-se-á perante o agente de contratação ou comissão indicada pela Administração, que deverá examiná-los no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis contados a partir da entrega da documentação.
**Art. 5º** Caso necessário, serão solicitados esclarecimentos, retificações e complementações da documentação ao interessado.
**Art. 6º** A inscrição de interessados no credenciamento implica a aceitação integral e irrestrita de todas as condições estabelecidas nesta Portaria e no edital de credenciamento.
**Art. 7º** O interessado deverá apresentar, exclusivamente por meio eletrônico, a documentação para avaliação pelo agente de contratação ou comissão de contratação designada.
**Art. 8º** O credenciamento poderá ser usado nas seguintes hipóteses de contratação:
I - paralela e não excludente, caso em que é viável e vantajosa para a Administração a realização de contratações simultâneas em condições padronizadas;
II - com seleção a critério de terceiros, caso em que a seleção do contratado está a cargo do beneficiário direto da prestação;
III - em mercados fluidos: caso em que a flutuação constante do valor da prestação e das condições de contratação inviabiliza a seleção de agente por meio de processo de licitação.

**Da Concessão do Credenciamento**
**Art. 9º** O edital deverá conter as exigências de habilitação necessárias à execução do contrato, exigências específicas de qualificação técnica, regras da contratação, valores fixados para remuneração por categoria de atuação, minuta de termo contratual ou instrumento equivalente e modelos de declarações.
**Art. 10**. O interessado que atender a todos os requisitos previstos no edital de credenciamento, se habilitado, será credenciado no âmbito do CIMCERO, encontrando-se apto a ser contratado para executar o objeto quando convocado.
**Art. 11**. A lista atualizada dos credenciados será disponibilizada, permanentemente, no sítio eletrônico oficial do Consórcio.
**Art. 12**. Concluído o credenciamento e ao surgir a necessidade de contratação, os credenciados serão comunicados por meio eletrônico.
**Art. 13**. O ato de convocação dos credenciados para a realização do serviço ou fornecimento do bem irá detalhar o seguinte:
I - descrição da demanda;
II - valor da contratação;
III - datas de início e de conclusão dos trabalhos ou prazo de entrega do bem;
IV - localidade/região onde será entregue o bem ou realizado o serviço.
**Art. 14**. O prazo mínimo de antecedência para a comunicação da convocação dos credenciados será previsto no edital de credenciamento.
**Art. 15**. Se houver necessidade de alterações nas regras, condições e minutas, deverá ser providenciado novo credenciamento de todos os interessados.
**§ 1º** Os interessados que manifestarem anuência quanto às modificações empreendidas no edital de credenciamento e demonstrarem capacidade de execução das novas obrigações assumidas, serão mantidos na lista de credenciados, na ordem previamente definida.
**§ 2º** Na ocorrência de alteração de condição do credenciamento, o CIMCERO providenciará a publicação resumida do aditamento ao contrato pelos mesmos meios da publicação do edital de credenciamento.
**Art. 16**. O credenciamento não garante ao credenciado sua efetiva contratação pelo CIMCERO.

**Da Manutenção do Credenciamento**
**Art. 17**. Sob pena de descredenciamento, deverão ser mantidas todas as condições de habilitação que ensejaram o credenciamento, durante toda a sua vigência.
**Parágrafo único**. Com o objetivo de auxiliar na fiscalização do contrato e para que seja possível verificar se os credenciados estão cumprindo o disposto no parágrafo anterior, os usuários têm o direito de denunciar, a qualquer momento, irregularidades na prestação de serviços e/ou no faturamento por meio do canal de ouvidoria do Consórcio.
**Art. 18**. Não há impedimento que um mesmo interessado, quando couber, seja credenciado para executar mais de um objeto, desde que haja solicitação formal e que possua os requisitos de habilitação para todos.
**Parágrafo único**. O credenciado, no caso descrito no caput deste artigo, poderá apresentar de uma vez só a documentação exigida, salvo se as exigências de capacidade técnica forem diferenciadas, devendo, neste caso, apresentar complementação da documentação relativa a este quesito.

**Do Descredenciamento**
**Art. 19**. O credenciado poderá, a qualquer tempo, solicitar seu descredenciamento mediante o envio de e-mail ao endereçoeletrônico contido no edital.
**§ 1º** A resposta ao pedido de descredenciamento deverá ocorrer no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis.
**§ 2º** O pedido de descredenciamento não desincumbe o credenciado do cumprimento de eventuais contratos assumidos e das responsabilidades a eles atreladas, cabendo em casos de irregularidade na execução do serviço a aplicação das sanções definidas em normativa interna.
**§ 3º** O credenciado que justificar impedimento de atender às demandas poderá, a critério da Administração, ser dispensado do cumprimento das obrigações até então assumidas.
**Art. 20**. O interessado que tiver se descredenciado, na forma descrita no art. 19, poderá requerer, sem prejuízo, novo credenciamento para o mesmo ou outro objeto a ser contratado.
**Art. 21**. O credenciado que deixar de cumprir as exigências desta Portaria, do edital de credenciamento e dos contratos firmados com a Administração será descredenciado para a execução de qualquer objeto, sem prejuízo das sanções previstas em normativa própria, garantido o contraditório e a ampla defesa.
**Parágrafo único**. O descredenciamento será cabível em função de fatos que ensejem o comprometimento das condições de habilitação e que sejam insanáveis ou não tenham sido sanados no prazo assinalado pelo CIMCERO, bem como em razão de desvios de postura profissional ou situações que possam interferir negativamente nos padrões éticos e operacionais de execução dos serviços contratados.

**Da Contratação**
**Art. 22**. Após homologação do procedimento de credenciamento, o Consórcio poderá dar início ao processo de contratação, por meio da emissão da ordem de serviço e/ou fornecimento ou instrumento contratual equivalente.
**Art. 23**. A Administração convocará o credenciado, no prazo definido no edital de credenciamento, para assinar ou retirar o instrumento contratual, dentro das condições estabelecidas na legislação e no edital, e dar início à execução do serviço, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas em regulamento próprio e no edital de credenciamento.
**Parágrafo único**. O credenciado contratado deverá indicar e manter preposto, aceito pelo órgão ou entidade contratante, para representá-lo na execução do contrato.
**Art. 24**. O instrumento contratual deverá ser assinado pelo representante legal do credenciado, e observará a minuta contemplada no edital de credenciamento.
**Art. 25**. A divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas e no sítio eletrônico oficial do CIMCERO é condição indispensável para a eficácia do contrato e de seus aditamentos e deverá ocorrer no prazo de até 10 (dias) úteis da data de sua assinatura.

**Da Ordem de Contratação e de Pagamento**
**Art. 26**. Caso não se pretenda a convocação, ao mesmo tempo, de todos os credenciados para a execução do serviço ou fornecimento do bem, as demandas serão providas de acordo com a ordem cronológica de cadastramento, observando-se sempre o critério de rotatividade e os seguintes requisitos:
I - os credenciados serão chamados para executar o objeto de acordo com sua posição na lista;
II - o credenciado só será convocado novamente para executar o objeto, após chamados os demais credenciados constantes na lista;
III - a qualquer tempo um interessado poderá requerer seu credenciamento devendo ser posicionado ao final da lista.
**§ 1º** As demandas, se heterogêneas, serão apresentadas em listas específicas por objeto a ser contratado, seguindo a ordem cronológica de credenciamento.
**§ 2º** É vedada a indicação, pelo setor demandante, de credenciado para atender ao objeto.
**Art. 27**. O CIMCERO pagará à contratada, pelo serviço executado ou o fornecimento do bem, de acordo com as especificações do edital de credenciamento, e respeitando a ordem cronológica de pagamentos.
**Parágrafo único**. O edital de credenciamento, quando couber, deverá indicar a tabela de preços dos diversos bens e/ou serviços a serem prestados, os critérios de reajustamento e as condições e prazos para o pagamento dos serviços, bem como a vedação expressa de pagamento de qualquer sobretaxa em relação à tabela adotada.

**Da Pré-Qualificação**
**Art. 28**. Para os efeitos desta Portaria consideram-se:
I- pré-qualificação: procedimento seletivo prévio à licitação, convocado por meio de edital, destinado à análise das condições de habilitação, total ou parcial, dos interessados ou do objeto;
II - riscos: qualquer evento incerto que possa impactar, negativa ou positivamente, uma contratação e que tenha uma probabilidade de ocorrência;
III - teste de desempenho e eficiência do produto: atividade desenvolvida de modo a verificar, direta ou indiretamente, mediante critérios objetivos, se os requisitos técnicos de um determinado bem são atendidos, avaliando o percentual mínimo de eficiência exigido pelo CIMCERO.

**Do Procedimento de Pré-Qualificação**
**Art. 29**. O CIMCERO poderá promover a pré-qualificação destinada a identificar:
I - a existência de fornecedores no mercado com as competências e qualificações desejadas para o fornecimento de bem ou a execução de serviço ou obra nos prazos, locais e condições previamente estabelecidos;
II - bens que atendam às exigências técnicas e contenham um padrão mínimo de qualidade e adequação aos serviços a que se destinam.
**§ 1º** A pré-qualificação poderá ser parcial ou total, contendo alguns ou todos os requisitos de habilitação técnica necessários à contratação, assegurada, em qualquer hipótese, a igualdade de condições entre os concorrentes.
**§ 2º** A pré-qualificação de que trata o inciso I deste artigo poderá ser efetuada por grupos ou segmentos de objetos a serem contratados, segundo as especialidades dos fornecedores.
**§ 3º** Nos casos de pré-qualificação de bens, a documentação relativa às especificações do objeto e/ou amostras serão analisadas pelos técnicos da unidade demandante.
**§ 4º** Os bens e os serviços pré-qualificados deverão integrar o catálogo de bens e serviços do CIMCERO.
**§ 5º** Os licitantes e os bens pré-qualificados serão obrigatoriamente divulgados e mantidos à disposição do público no sítio eletrônico oficial do CIMCERO e no Portal Nacional de Contratações Públicas.
**§ 6º** Nos casos em que não houver edital/instrução para a pré-qualificação pertinente ao produto, material ou equipamento a ser utilizado pelo contratado, o fornecedor deverá formalizar pedido de instruções e orientações, mediante correspondência eletrônica a ser encaminhada ao Setor de Licitação, através do e-mailcontido no edital.
**Art. 30**. O procedimento de pré-qualificação ficará permanentemente aberto para a inscrição dos eventuais interessados.
**§ 1º** O CIMCERO utilizará o sistema de registro cadastral unificado disponível no Portal Nacional de Contratações Públicas, para efeito de cadastro unificado de licitantes, na forma disposta nesta Portaria.
**§ 2º** A depender da conveniência e oportunidade, o Consórcio realizará, no mínimo, anualmente, novo processo de chamamento público por meio eletrônico, para atualização dos registros existentes e para ingresso de novos interessados.
**Art. 31**. A pré-qualificação terá validade de, no máximo, 1 (um) ano, podendo ser atualizada a qualquer tempo.
**Parágrafo único**. A validade da pré-qualificação de fornecedores não será superior ao prazo de validade dos documentos apresentados pelos interessados.
**Art. 32**. Sempre que o CIMCERO entender conveniente iniciar procedimento de pré-qualificação de fornecedores ou bens, deverá convocar os interessados para que demonstrem o cumprimento das exigências de qualificação desejada ou de aceitação de bens, conforme o caso.
**§ 1º** A convocação de que trata o caput deste artigo será realizada mediante:
I - publicação de extrato do instrumento convocatório no Portal Nacional de Contratações Públicas;
II - divulgação no sítio eletrônico oficial do CICMERO.
**§ 2º** A convocação explicitará as exigências de habilitação, qualificação ou de aceitação de bens, conforme o caso.
**Art. 33**. Caberá recurso, no prazo de 3 (três) dias úteis contado a partir da data da intimação ou da publicação do despacho que defira ou indefira pedido de pré-qualificação de interessados.
**Parágrafo único**. O recurso da decisão de deferimento ou indeferimento será instruído pela Setor de Licitação e examinado pela Secretaria Executiva, dentro de 10 (dez) dias úteis a contar da data de seu recebimento.
**Art. 34**. O Consórcio poderá realizar licitação restrita aos fornecedores ou bens pré-qualificados. Parágrafo único. Só poderão participar da licitação restrita aos pré-qualificados os licitantes que, na data da publicação do respectivo instrumento convocatório:
I - tenham apresentado a documentação exigida para a pré-qualificação, ainda que o pedido seja deferido posteriormente;
II - estejam regularmente cadastrados no Portal Nacional de Contratações Públicas.

**Do Edital de Pré-Qualificação**
**Art. 35**. O edital de pré-qualificação deverá conter:
I - as informações mínimas necessárias para definição do objeto a ser contratado;
II - os critérios de avaliação técnica, quando for o caso, de acordo com o objeto;
III - a modalidade, a forma da futura licitação e os critérios de julgamento.
**§ 1º** Para comprovação da conformidade, o interessado deverá apresentar os documentos e as amostras exigidos no edital de pré-qualificação, no prazo por ele estabelecido.
**§ 2º** Para a pré-qualificação de bens, os interessados poderão apresentar mais de uma marca e/ou modelo para um mesmo item do objeto a ser pré-qualificado.
**§ 3º** Os documentos apresentados pelos interessados serão examinados por agente de contratação ou comissão especial de contratação, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, podendo o Consórcio determinar a correção ou reapresentação de documentos, com vistas à ampliação da competição.
**§ 4º** O setor de licitações do CIMCERO expedirá a análise técnica do desempenho e eficiência do produto, as devidas justificativas e o julgamento, deferindo ou indeferindo a pré-qualificação de fornecedores ou bens.
**§ 5º** O extrato do julgamento deverá ser publicado no diário oficial da Associação Rondoniense de Municípios AROM, no sítio eletrônico oficial do CIMCERO e em jornal diário de grande circulação local.

**Do Cancelamento da Aprovação do Objeto Pré-Qualificado**
**Art. 36**. A aprovação do fornecedor e/ou bem será cancelada nas seguintes hipóteses:
I - ocorrência de fraude ou falsidade nas declarações e/ou provas documentais apresentadas no processo de pré-qualificação;
II - constatação de discrepância relevante e injustificada entre os resultados dos testes realizados nas amostras do produto avaliado e os obtidos nas inspeções de recebimento;

III - constatação, pela unidade demandante, de que o bem aprovado se tornou obsoleto, deixando de atender a qualquer exigência técnica feita no respectivo edital de pré-qualificação;
IV - quando presentes razões de interesse público, devidamente justificadas e comprovadas, hipótese em que deverá ser oportunizado a contratada exercer o direito ao contraditório e ampla defesa.
**Parágrafo único**. O cancelamento previsto nos incisos I e II deste artigo, será feito sem prejuízo das sanções previstas na legislação aplicável às compras públicas.

**Do Registro Cadastral**
**Art. 37**. O CIMCERO enquanto não for efetivamente implementado sistema de registro cadastral próprio, deverá utilizar o sistema de registro cadastral unificado disponível no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), para efeito de cadastro unificado de licitantes, e o disposto na Lei nº 14.133/2021.
**Parágrafo único**. Em nenhuma hipótese as licitações realizadas pelo CIMCERO serão restritas a fornecedores previamente cadastrados na forma do disposto no caput deste artigo, exceto se o cadastramento for condição indispensável para autenticação na plataforma utilizada para realização do certame ou procedimento de contratação direta.

**Das Disposições Finais**
**Art. 38**. Os casos omissos decorrentes da aplicação desta Portaria serão dirimidos pela autoridade competente.
**Art. 39**. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Ji-Paraná, na data da assinatura.

( Assinado Eletronicamente)
***CORNÉLIO DUARTE DE CARVALHO***
Presidente do CIMCERO

**Publicado por:**
Jackson Junior de Souza
**Código Identificador:**3B3D05F4

---

**PROCURADORIA**
**PORTARIA Nº 007/2024/CIMCERO**

**PORTARIA Nº. 007/2024/CIMCERO**

*Dispõe sobre a ordem cronológica de pagamentos em atenção ao contido nos artigos 141, 143 e 337-H da Lei n. 14.133, de 1º de abril de 2021, no âmbito do CIMCERO, e dá outras providências.*

**O PRESIDENTE DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DA REGIÃO CENTRO LESTE DO ESTADO DE RONDÔNIA**, fundamentado no disposto no artigo 16, inciso X do Estatuto Social, atendendo às necessidades; e
**Considerando** o disposto na Lei nº 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos);
**Considerando** os princípios da impessoalidade, moralidade e da eficiência, bem como o princípio da transparência e os normativos da Lei Federal n. 12.527/2011;
**Considerando** que a garantia de pontualidade e tratamento isonômico na satisfação das obrigações pecuniárias da Administração Pública perante os credores, mediante pagamento em ordem cronológica, diminui os riscos das transações com o mercado, fomenta a competitividade das licitações e, em contrapartida, privilegia a função social da empresa;
**Considerando** a necessidade de regulamentação da Ordem Cronológica de Pagamentos, em atenção ao contido no art. 141 da Lei nº 14.133/2021;

**RESOLVE:**
**Art. 1º** O presente ato normativo institui procedimentos, rotinas, deveres e responsabilidades dos serviços de gestão e fiscalização de contratos sobre o gerenciamento da Ordem Cronológica de Pagamentos, no âmbito do CIMCERO.
**Art. 2º** A ordem de pagamento das obrigações contratuais será subdividida pelas seguintes categorias de contratos, observada a unidade gestora:
I - fornecimento de bens;
II - locações;
III - prestação de serviços;
IV - realização de obras.
**Art. 3º** A ordem cronológica terá como marco inicial, para efeito de inclusão do crédito na sequência de pagamentos, a data de certificação/ateste da despesa.
**§ 1º** O critério disposto no caput não se aplica aos casos em que a obrigação de pagamento for exigível antecipadamente, nos termos do art. 145, § 1º da Lei nº 14.133/2021, sem prejuízo da ordem cronológica por categoria contratual.
**§ 2º** Nos contratos de prestação de serviços com regime de dedicação exclusiva de mão de obra, a situação de irregularidade no pagamento das verbas trabalhistas, previdenciárias ou referentes ao FGTS não afeta o ingresso do pagamento na ordem cronológica, podendo, neste caso, a unidade administrativa contratante reter parte do pagamento devido à contratada, limitada ao valor inadimplido. Após regularizada a situação do contratado, a parcela retida será paga imediatamente.
**§ 3º** A perda da regularidade fiscal no curso de contratos de execução continuada ou parcelada justifica a imposição de sanções à contratada e a possibilidade de retenção cautelar para os casos de multa, mas não autoriza o bloqueio de pagamento.
**§ 4º** Poderá haver pagamento parcial quando houver insuficiência de recursos financeiros disponíveis para quitação integral da obrigação, permanecendo o saldo remanescente na mesma posição na ordem cronológica após a regularização.
**§ 5º** No caso de discussão sobre a execução do objeto quanto à dimensão, qualidade e quantidade, a parcela não discutida deverá ser liberada no prazo previsto para pagamento.
**§ 6º** Nas hipóteses descritas no §5º, será registrada justificativa e dado prosseguimento nos pagamentos das obrigações subsequentes classificadas em ordem cronológica.
**§ 7º** A inscrição da despesa em restos a pagar não altera por si só a sua posição na ordem cronológica de pagamentos do órgão ou entidade.
**Art. 4º** Os pagamentos de despesas de contratos com valor igual ou inferior ao limite de dispensa de licitação tratada nos incisos I e II do art. 75 da Lei nº 14.133/2021 serão ordenados separadamente, em listas classificatórias especiais de pequenos credores, observadas as categorias de contratos dispostas no art. 2º desta Portaria.
**Art. 5º** As diretrizes para a priorização de pagamentos entre as categorias contratuais indicadas no art. 2º deste regulamento e para eventuais alterações da ordem cronológica por categoria contratual serão definidas e justificadas no Plano Anual de Compras e Contratações – PAC do CIMCERO, observados o § 1º do art. 141 da Lei nº 14.133/2021 e o art. 6º desta Portaria.
**Art. 6º** Observadas as diretrizes definidas no Plano Anual de Compras e Contratações – PAC, o ordenador de despesa poderá alterar a ordem cronológica de pagamentos mediante prévia justificativa, e posterior comunicação ao órgão de controle interno e ao Tribunal de Contas, exclusivamente nas seguintes situações:
I - grave perturbação da ordem, situação de emergência ou calamidade pública;
II - pagamento a microempresa, empresa de pequeno porte, agricultor familiar, produtor rural pessoa física, microempreendedor individual e sociedade cooperativa, desde que demonstrado o risco de descontinuidade do cumprimento do objeto do contrato;
III - pagamento de serviços necessários ao funcionamento dos sistemas estruturantes, desde que demonstrado o risco de descontinuidade do cumprimento do objeto do contrato;
IV - pagamento de direitos oriundos de contratos em caso de falência, recuperação judicial ou dissolução da empresa contratada; e
V - pagamento de contrato cujo objeto seja imprescindível para assegurar a integridade do patrimônio público ou para manter o funcionamento das atividades finalísticas do órgão ou entidade, quando demonstrado o risco de descontinuidade da prestação de serviço público de relevância ou o cumprimento da missão institucional.
**§ 1º** A inobservância imotivada da ordem cronológica referida no caput deste artigo ensejará a apuração de responsabilidade do agente responsável, cabendo aos órgãos de controle a sua fiscalização.
**§ 2º** O órgão disponibilizará, mensalmente, em seção específica do Portal da Transparência, a ordem cronológica de seus pagamentos, bem como as justificativas que fundamentarem a eventual alteração dessa ordem.

**Art. 7º** A ordem cronológica prevista neste Regulamento não se aplica aos pagamentos decorrentes de:
I - diárias;
II - suprimento de fundos;
III - inscrições em cursos de aperfeiçoamento de membros, servidores ou empregados;
IV - folha de pessoal, despesas previdenciárias, encargos sociais, parcelas indenizatórias de verbas salariais e remuneração de estagiários;
V - seguro obrigatório e opcional de veículos, taxas anuais de licenciamento e multas veiculares;
VI - obrigações tributárias, serviços da dívida pública, precatórios, decisões judiciais, multas de entidades governamentais ou decisões do Tribunal de Contas;
VII - auxílios financeiros, contribuições, subvenções econômicas, subvenções sociais, indenizações e restituições;
VIII - pagamentos decorrentes de acordos de cooperação, termos de cooperação e convênios municipais e estaduais; e
IX - pagamentos de direitos retroativos, reconhecidos pela Administração, decorrentes de reequilíbrio econômico-financeiro, tais como reajustes e repactuação.
**Art. 8º** Não serão pagos créditos, ainda que certificados, enquanto houver outro em melhor classificação, custeado pela mesma unidade gestora, ainda que seja originário de exercício encerrado.
**Parágrafo único.** Caberá à Diretoria Financeira a realização dos pagamentos incluídos na ordem cronológica em estrita observância aos preceitos deste Regulamento.
**Art. 9º** Os prazos estabelecidos neste Regulamento serão contados em dias corridos com exclusão do dia do começo e inclusão do dia do vencimento.
**§ 1º** Salvo disposição em contrário, considera-se dia do começo do prazo o primeiro dia útil seguinte ao da certificação/ateste da nota fiscal, fatura, boleto ou documento equivalente.
**§ 2º** Considera-se prorrogado o prazo até o primeiro dia útil seguinte se o vencimento cair em dia em que não houver expediente, se o expediente for encerrado antes da hora normal ou se houver indisponibilidade dos sistemas de pagamento.
**Art. 10.** Competirá ao titular da controladoria geral do CIMCERO fiscalizar e assegurar o cumprimento desta Portaria.
**Art. 11.** Os casos omissos decorrentes da aplicação desta Portaria serão dirimidos pela autoridade competente.
**Art. 12.** Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Ji-Paraná, na data da assinatura.

( Assinado Eletronicamente)
***CORNÉLIO DUARTE DE CARVALHO***
Presidente do CIMCERO

**Publicado por:**
Jackson Junior de Souza
**Código Identificador:**2A126DC2

**PROCURADORIA**
**ERRATA DA PORTARIA Nº 006/2024/CIMCERO**

**ERRATA DA PORTARIA Nº 006/2024/CIMCERO**

Em razão de erro material constante na descrição do ano de expedição da Portaria Gerais 006 de 03/01/2024 (ID 38277), apresenta-se a seguinte retificação:

**Onde se lê:**
[...] PORTARIA Nº 006/2023/CIMCERO [...].

**Leia-se:**
[...] PORTARIA Nº 006/2024/CIMCERO [...].

Ji-Paraná, na data da assinatura.

( Assinado Eletronicamente)
***BRUNA MOURA DE FREITAS***
Procuradora Geral
Consórcio Intermunicipal - CIMCERO

**Publicado por:**
Jackson Junior de Souza
**Código Identificador:**B468F1C3

**ESTADO DE RONDÔNIA**
**PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO ALEGRE DOS PARECIS**

**SECRETARAIA MUNICIPAL DE FINANÇAS**
**DECRETO Nº. 1/2024**

**DECRETO Nº. 1/2024**
**ALTO ALEGRE DOS PARECIS, 05 DE JANEIRO DE 2024**

"Estabelece a Programação Financeira e o Cronograma de Execução Mensal de Desembolso da Lei Orçamentária Anual para 2024.".

O Prefeito Municipal de Alto Alegre dos Parecis/RO, o Sr. **Denair Pedro da Silva** no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no art. 8º da Lei Complementar 101 de 04 de maio de 2000, combinado com a Instrução Normativa nº. 10/TCER-03.

**D E C R E T A**

Art. 1º. Fica estabelecida a Programação Financeira e o Cronograma de Execução Mensal de Desembolso da Lei Orçamentária Anual para o exercício de 2024 nº 1.804, de 26 de dezembro de 2023, na forma constante no Relatório da Programação Financeira Mensal de Arrecadação da Receita e Programação Financeira da Despesa em anexo deste Decreto.

Art. 2º. Fica autorizada a antecipação de cotas orçamentária, de acordo com a efetiva arrecadação mensal.

Art. 3º. As despesas vinculadas às receitas oriundas da União e do Estado, e outros convênios ou transferências de convênios ficam desobrigada do disposto no artigo 1º deste decreto, desde que observado a sua previsão de repasse.

Art. 4º. As quotas mensais da Programação Financeira de Desembolso não utilizadas no mês incorporam-se automaticamente ao mês subsequente, desde que não ultrapasse o correspondente exercício financeiro.

Art.5º. Aplicar-se-á no que couber, observando o princípio da conveniência e independência de poderes, os dispositivos deste decreto, ao poder Legislativo Municipal.

Art. 6º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

***DENAIR PEDRO DA SILVA***
Prefeito Municipal

**Publicado por:**
Regina Celia Scarpati
**Código Identificador:**3F7CEEA6

**ESTADO DE RONDÔNIA**
**PREFEITURA MUNICIPAL DE ALVORADA D'OESTE**

**PROCURADORIA GERAL DO MUNICIPIO**
**DECRETO 01 DE 04 DE DEZEMBRO DE 2024**

**DECRETO 01 DE 04 DE DEZEMBRO DE 2024**

"DECRETA LUTO OFICIAL EM TODO TERRITÓRIO DO MUNICÍPIO E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS"

**O PREFEITO DE ALVORADA D'OESTE, VANDERLEI TECCHIO**, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica do Município de Alvorada d'Oeste/RO, faz saber:

**CONSIDERANDO**o falecimento do sr.**WAGNER BARBOSA DE OLIVEIRA**, servidor público municipal, ocorrido na manhã do dia 04 de janeiro de 2024;
**CONSIDERANDO**a relevância dos seus serviços prestados aomunicípio de Alvorada d'Oeste e o legado que certamente deixará aos Munícipes.

**D E C R E T A:**

**Art. 1º.**Fica decretado**LUTO OFICIAL**em todo território do município de Alvorada d'Oeste, por03 (três) dias, pelo falecimento do cidadão e servidor deste município sr. **WAGNER BARBOSA DE OLIVEIRA**.
**Art. 2º.**Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

**REGISTRE-SE;**
**PUBLIQUE-SE;**
**CUMPRA-SE.**

Alvorada d'Oeste/RO, 04 de dezembro de 2023.

***VANDERLEI TECCHIO***
Prefeito Municipal

**Publicado por:**
Aline da Silva Campos
**Código Identificador:**C54B2354

## ESTADO DE RONDÔNIA
## PREFEITURA MUNICIPAL DE ARIQUEMES

### AGÊNCIA MUNICIPAL DE REGULAÇÃO
### EXTRATO DA TRANSFERÊNCIA DA AUTORIZAÇÃO MUNICIPAL DE TÁXI Nº 001

Processo Administrativo nº19.700/2023
Contrato nº 021/2019

**PARTES:**

**1) MUNICÍPIO DE ARIQUEMES/AMR**
**2)CEDENTE:SILVIO LOPES DE ANDRADE**
**3)CESSIONÁRIO:ROBSON BARROSO DE OLIVEIRA**

**OBJETO:**Transferência da Outorga do Contrato Originárionº 021/2019, Processo nº 8860/2019, Lei Federal nº 8666/93; Lei Federal 12587/2012; Lei Municipal nº 1547/2010, Lei Municipal nº 2313/2019 e Lei Municipal nº 2406/2020.

**PRAZO:**
A transferência da autorização de serviço público de táxi não altera o prazo estabelecido no Contrato originário que findará dia 25 de julho de 2036.

**INTERVENIENTE:**AGÊNCIA MUNICIPAL DE REGULAÇÃO - AMR

Ariquemes/RO, 03 de janeiro de 2024.

***MARCO AURÉLIO SOARES FERNANDES***
Decreto nº 19.279/2022

Rua: União, nº 3621 - Setor institucional - Ariquemes - Rondônia - CEP.: 76.872-860
Fone:(69)3516-2122 - email: amr.presidencia@gmail.com

Documento assinado eletronicamente (ICP-BR) por**Marco Aurélio Soares Fernandes**,**DIRETOR PRESIDENTE - AMR**, em 04/01/2024 às 09:06, horário de Ariquemes/RO, com fulcro no art. 18 doDecreto nº 16.426 de 16/04/2020.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no sitetransparencia.ariquemes.ro.gov.br, informando o ID**2063428**e o código verificador**1F7C457D**.

| | |
|---|---|
| **Referência:**Processo nº 9-19700/2023. | Docto ID: 2063428 v1 |

**Publicado por:**
Marco Aurelio Soares Fernandes
**Código Identificador:**53F05080

### AGÊNCIA MUNICIPAL DE REGULAÇÃO
### RETIFACAÇÃO DO EXTRATO DA TRANSFERÊNCIA DE PERMISSÃO DE SERVIÇO PÚBLICO DE MOTOTÁXI TRANSFERÊNCIA DA PERMISSÃO MUNICIPAL Nº 225

**PARTES:**

**1) MUNICÍPIO DE ARIQUEMES/AMR**
**2)CEDENTE:JOSÉ DA SILVA RODRIGUES**
**3)CESSIONÁRIO:CLEVERSO APARECIDO VANZELLA**

**OBJETO:**Transferência da Outorga do Contrato Originárionº 214/2002, Processo nº 995/2001, Lei Federal nº 8666/93; Lei Federal nº 12587/2012; Leis Municipais nº 901/2001, nº 981/2002, nº 1058/2004, nº 1210/2006, nº 1234/2006, 1237/2006, nº 1339/2007, nº 2247/2019, a Resolução 356/10.

**PRAZO:**
A transferência da permissão de serviço público de Mototáxi não altera o prazo estabelecido no Contrato Originário e 4º Termo Aditivo, Cláusula I.

**INTERVENIENTE:**AGÊNCIA MUNICIPAL DE REGULAÇÃO - AMR

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 22165/2023

Ariquemes/RO, 04 de janeiro de 2024.

***MARCO AURÉLIO SOARES FERNANDES***
Decreto nº 19.279/2022

Rua: União, nº 3621 - Setor institucional - Ariquemes - Rondônia - CEP.: 76.872-860
Fone:(69)3516-2122 - email: amr.presidencia@gmail.com

Documento assinado eletronicamente (ICP-BR) por**Marco Aurélio Soares Fernandes**,**DIRETOR PRESIDENTE - AMR**, em 04/01/2024 às 12:54, horário de Ariquemes/RO, com fulcro no art. 18 doDecreto nº 16.426 de 16/04/2020.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no sitetransparencia.ariquemes.ro.gov.br, informando o ID**2064187**e o código verificador**0A81102C**.

| | |
|---|---|
| **Referência:**Processo nº 9-22165/2023. | Docto ID: 2064187 v1 |

**Publicado por:**
Marco Aurelio Soares Fernandes
**Código Identificador:**BC1AB5FA

### AGÊNCIA MUNICIPAL DE REGULAÇÃO
### EXTRATO DA TRANSFERÊNCIA DE PERMISSÃO DE SERVIÇO PÚBLICO DE MOTOTÁXI TRANSFERÊNCIA DA PERMISSÃO MUNICIPAL Nº 157

**PARTES:**

**1) MUNICÍPIO DE ARIQUEMES/AMR**
**2)CEDENTE: PAULO APARECIDO FERREIRA**
**3)CESSIONÁRIO:MOISÉS MARCIEL DE SOUZA**

**OBJETO:**Transferência da Outorga do Contrato Originárionº 192/2002, Processo nº 0995/2001, Lei Federal nº 12587/2012, Lei Municipal nº 901/2001, Lei Municipal nº 981/2002, Lei Municipal nº 1058/2004, Lei Municipal nº 1210/2006, Lei Municipal nº 1234/2006,

Lei Municipal nº 1237/2006, Lei Municipal nº 1339/2007, Lei Municipal nº 2247/2019 e Resolução 356/10.

**PRAZO:**
A transferência da permissão de serviço público de Mototáxi não altera o prazo estabelecido no Contrato Originário e 4º Termo Aditivo, Cláusula I.

**INTERVENIENTE:**AGÊNCIA MUNICIPAL DE REGULAÇÃO - AMR

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 9-6941/2023

Ariquemes/RO, 04 de janeiro de 2024.

***MARCO AURÉLIO SOARES FERNANDES***
Decreto nº 19.279/2022

Rua: União, nº 3621 - Setor institucional - Ariquemes - Rondônia - CEP.: 76.872-860
Fone:(69)3516-2122 - email: amr.presidencia@gmail.com

Documento assinado eletronicamente por**Marco Aurélio Soares Fernandes**,**DIRETOR PRESIDENTE - AMR**, em 04/01/2024 às 12:58, horário de Ariquemes/RO, com fulcro no art. 18 doDecreto nº 16.426 de 16/04/2020.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no sitetransparencia.ariquemes.ro.gov.br, informando o ID**2064262**e o código verificador**CFE70189**.

| | |
|---|---|
| **Referência:**Processo nº 9-6941/2023. | Docto ID: 2064262 v1 |

**Publicado por:**
Marco Aurelio Soares Fernandes
**Código Identificador:**0C808AFE

**PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO - PGM**
**DECRETO Nº 20.534, DE 3 DE JANEIRO DE 2024. DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL ANA CRISTINA DOS SANTOS SOUZA.**

**DECRETO Nº 20.534, DE 3DEJANEIRODE2024.**

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPALANA CRISTINA DOS SANTOS SOUZA.

**A Prefeita Municipal de Ariquemes**, Estado de Rondônia, no uso de suas atribuições legais;

**Considerando**oMemorando 2 de 03/01/2024 (ID 2062769), advindo da Secretaria Municipal de Governo.

***DECRETA:***

**Art. 1º**Fica nomeada a Servidora Pública Ana Cristina dos Santos Souza, ao cargo de Diretora da Centro Municipal de Educação Infantil Arikem, lotada na Secretaria Municipal de Educação de Ariquemes.

**Art. 2º**Este Decreto entraráem vigor na data de sua publicação.

Ariquemes/RO, no Centro Administrativo Dr. Carpintero, em 3 de janeiro de 2024, 133º da República.

***CARLA GONÇALVES REZENDE***
Prefeita do Município de Ariquemes/RO

Documento assinado eletronicamente (ICP-BR) por**CARLA GONCALVES REZENDE**,**PREFEITA MUNICIPAL**, em 04/01/2024 às 09:54, horário de Ariquemes/RO, com fulcro no art. 18 doDecreto nº 16.426 de 16/04/2020.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no sitetransparencia.ariquemes.ro.gov.br, informando o ID**2063144**e o código verificador**B1B115B3**.

| Cientes | | | |
|---|---|---|---|
| **Seq.** | **Nome** | **CPF** | **Data/Hora** |
| 1 | GUSTAVO DA CUNHA SILVEIRA | ***.696.051-** | 04/01/2024 08:47 |
| 2 | JOANADIR PEREIRA GOMES | ***.127.102-** | 04/01/2024 10:05 |
| 3 | CAROLINA LUTZ | ***.943.002-** | 04/01/2024 11:13 |
| 4 | LUANA DE SOUZA BISPO | ***.569.072-** | 04/01/2024 12:27 |
| 5 | LUANA DE SOUZA BISPO | ***.569.072-** | 04/01/2024 13:10 |

**Publicado por:**
Leonardo Costalonga Trevisane
**Código Identificador:**A933004D

**PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO - PGM**
**DECRETO Nº 20.536, DE 3 DE JANEIRO DE 2024. DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL ANGELITA VAZ PEREIRA.**

**DECRETO Nº 20.536, DE 3DEJANEIRODE2024.**

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPALANGELITA VAZ PEREIRA.

**A Prefeita Municipal de Ariquemes**, Estado de Rondônia, no uso de suas atribuições legais;

**Considerando**oMemorando 2 de 03/01/2024 (ID 2062769), advindo da Secretaria Municipal de Governo.

***DECRETA:***

**Art. 1º**Fica nomeada a Servidora Pública Angelita Vaz Pereira, ao cargo de Diretora da Centro Municipal de Educação Infantil Criança Feliz, lotada na Secretaria Municipal de Educação de Ariquemes.

**Art. 2º**Este Decreto entraráem vigor na data de sua publicação.

Ariquemes/RO, no Centro Administrativo Dr. Carpintero, em 3 de janeiro de 2024, 133º da República.

***CARLA GONÇALVES REZENDE***
Prefeita do Município de Ariquemes/RO

Documento assinado eletronicamente (ICP-BR) por**CARLA GONCALVES REZENDE**,**PREFEITA MUNICIPAL**, em 04/01/2024 às 09:55, horário de Ariquemes/RO, com fulcro no art. 18 doDecreto nº 16.426 de 16/04/2020.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no sitetransparencia.ariquemes.ro.gov.br, informando o ID**2063192**e o código verificador**74ED6436**.

| Cientes | | | |
|---|---|---|---|
| **Seq.** | **Nome** | **CPF** | **Data/Hora** |
| 1 | GUSTAVO DA CUNHA SILVEIRA | ***.696.051-** | 04/01/2024 08:47 |
| 2 | JOANADIR PEREIRA GOMES | ***.127.102-** | 04/01/2024 10:06 |
| 3 | CAROLINA LUTZ | ***.943.002-** | 04/01/2024 11:14 |
| 4 | LUANA DE SOUZA BISPO | ***.569.072-** | 04/01/2024 12:30 |
| 5 | LUANA DE SOUZA BISPO | ***.569.072-** | 04/01/2024 13:10 |

**Publicado por:**
Leonardo Costalonga Trevisane
**Código Identificador:**B8A3989F

**PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO - PGM**
**DECRETO Nº 20.538, DE 3 DE JANEIRO DE 2024. DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL LAIR MARTINS RAMOS.**

**DECRETO Nº 20.538, DE 3DEJANEIRODE2024.**

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL LAIR MARTINS RAMOS.

**A Prefeita Municipal de Ariquemes**, Estado de Rondônia, no uso de suas atribuições legais;

**Considerando**oMemorando 2 de 03/01/2024 (ID 2062769), advindo da Secretaria Municipal de Governo.

***DECRETA:***

**Art. 1º**Fica nomeada a Servidora Pública Lair Martins Ramos, ao cargo de Diretora da Centro Municipal de Educação Infantil Sonho de Criança, lotada na Secretaria Municipal de Educação de Ariquemes.

**Art. 2º**Este Decreto entraráem vigor na data de sua publicação.

Ariquemes/RO, no Centro Administrativo Dr. Carpintero, em 3 de janeiro de 2024, 133º da República.

***CARLA GONÇALVES REZENDE***
Prefeita do Município de Ariquemes/RO

Documento assinado eletronicamente (ICP-BR) por**CARLA GONCALVES REZENDE**,**PREFEITA MUNICIPAL**, em 04/01/2024 às 10:22, horário de Ariquemes/RO, com fulcro no art. 18 doDecreto nº 16.426 de 16/04/2020.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no sitetransparencia.ariquemes.ro.gov.br, informando o ID**2063211**e o código verificador**41E36EEA**.

| Cientes | | | |
|---|---|---|---|
| **Seq.** | **Nome** | **CPF** | **Data/Hora** |
| 1 | GUSTAVO DA CUNHA SILVEIRA | ***.696.051-** | 04/01/2024 08:47 |
| 2 | JOANADIR PEREIRA GOMES | ***.127.102-** | 04/01/2024 10:40 |
| 3 | CAROLINA LUTZ | ***.943.002-** | 04/01/2024 11:16 |
| 4 | LUANA DE SOUZA BISPO | ***.569.072-** | 04/01/2024 12:33 |
| 5 | LUANA DE SOUZA BISPO | ***.569.072-** | 04/01/2024 13:10 |

**Publicado por:**
Leonardo Costalonga Trevisane
**Código Identificador:**734ECF01

**PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO - PGM**
**DECRETO Nº 20.539, DE 3 DE JANEIRO DE 2024. DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL ELIZABETE NORATO BASTOS.**

**DECRETO Nº 20.539, DE 3DEJANEIRODE2024.**

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL ELIZABETE NORATO BASTOS.

**A Prefeita Municipal de Ariquemes**, Estado de Rondônia, no uso de suas atribuições legais;

**Considerando**oMemorando 2 de 03/01/2024 (ID 2062769), advindo da Secretaria Municipal de Governo.

***DECRETA:***

**Art. 1º**Fica nomeada a Servidora Pública Elizabete Norato Bastos, ao cargo de Diretora da Centro Municipal de Educação Infantil Madre Tereza de Calcutá, lotada na Secretaria Municipal de Educação de Ariquemes.

**Art. 2º**Este Decreto entraráem vigor na data de sua publicação.

Ariquemes/RO, no Centro Administrativo Dr. Carpintero, em 3 de janeiro de 2024, 133º da República.

***CARLA GONÇALVES REZENDE***
Prefeita do Município de Ariquemes/RO

Documento assinado eletronicamente (ICP-BR) por**CARLA GONCALVES REZENDE**,**PREFEITA MUNICIPAL**, em 04/01/2024 às 10:22, horário de Ariquemes/RO, com fulcro no art. 18 doDecreto nº 16.426 de 16/04/2020.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no sitetransparencia.ariquemes.ro.gov.br, informando o ID**2063217**e o código verificador**27C370A3**.

| Cientes | | | |
|---|---|---|---|
| **Seq.** | **Nome** | **CPF** | **Data/Hora** |
| 1 | GUSTAVO DA CUNHA SILVEIRA | ***.696.051-** | 04/01/2024 08:47 |
| 2 | JOANADIR PEREIRA GOMES | ***.127.102-** | 04/01/2024 10:40 |
| 3 | CAROLINA LUTZ | ***.943.002-** | 04/01/2024 11:17 |
| 4 | LUANA DE SOUZA BISPO | ***.569.072-** | 04/01/2024 12:36 |
| 5 | LUANA DE SOUZA BISPO | ***.569.072-** | 04/01/2024 13:10 |

**Publicado por:**
Leonardo Costalonga Trevisane
**Código Identificador:**D2AF48FA

**PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO - PGM**
**DECRETO Nº 20.540, DE 3 DE JANEIRO DE 2024. DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL SILVANA SOUZA PORTUGAL.**

**DECRETO Nº 20.540, DE 3DEJANEIRODE2024.**

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL SILVANA SOUZA PORTUGAL.

**A Prefeita Municipal de Ariquemes**, Estado de Rondônia, no uso de suas atribuições legais;

**Considerando**oMemorando 2 de 03/01/2024 (ID 2062769), advindo da Secretaria Municipal de Governo.

***DECRETA:***

**Art. 1º**Fica nomeada a Servidora Pública Silvana Souza Portugal, ao cargo de Diretora da Escola Municipal de Ensino Fundamental Aldemir L. Cantanhede, lotada na Secretaria Municipal de Educação de Ariquemes.

**Art. 2º**Este Decreto entraráem vigor na data de sua publicação.

Ariquemes/RO, no Centro Administrativo Dr. Carpintero, em 3 de janeiro de 2024, 133º da República.

***CARLA GONÇALVES REZENDE***
Prefeita do Município de Ariquemes/RO

Documento assinado eletronicamente (ICP-BR) por**CARLA GONCALVES REZENDE**,**PREFEITA MUNICIPAL**, em 04/01/2024 às 10:22, horário de Ariquemes/RO, com fulcro no art. 18 doDecreto nº 16.426 de 16/04/2020.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no sitetransparencia.ariquemes.ro.gov.br, informando o ID**2063233**e o código verificador**418EE8A2**.

| Cientes | | | |
|---|---|---|---|
| **Seq.** | **Nome** | **CPF** | **Data/Hora** |
| 1 | GUSTAVO DA CUNHA SILVEIRA | ***.696.051-** | 04/01/2024 08:47 |
| 2 | JOANADIR PEREIRA GOMES | ***.127.102-** | 04/01/2024 10:34 |
| 3 | CAROLINA LUTZ | ***.943.002-** | 04/01/2024 11:18 |
| 4 | LUANA DE SOUZA BISPO | ***.569.072-** | 04/01/2024 12:39 |
| 5 | LUANA DE SOUZA BISPO | ***.569.072-** | 04/01/2024 13:10 |

**Publicado por:**
Leonardo Costalonga Trevisane
**Código Identificador:**8BA4C741

**PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO - PGM DECRETO Nº 20.541, DE 3 DE JANEIRO DE 2024. DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL EVANILDA TELES DOS SANTOS ANDRADE.**

**DECRETO Nº 20.541, DE 3DEJANEIRODE2024.**

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL EVANILDA TELES DOS SANTOS ANDRADE.

**A Prefeita Municipal de Ariquemes**, Estado de Rondônia, no uso de suas atribuições legais;
**Considerando**oMemorando 2 de 03/01/2024 (ID 2062769), advindo da Secretaria Municipal de Governo.

***DECRETA:***
**Art. 1º**Fica nomeada a Servidora Pública Evanilda Teles dos Santos Andrade, ao cargo de Diretora da Escola Municipal de Educação Infantil e Ensino Fundamental Chapéuzinho Vemelho, lotada na Secretaria Municipal de Educação de Ariquemes.

**Art. 2º**Este Decreto entraráem vigor na data de sua publicação.

Ariquemes/RO, no Centro Administrativo Dr. Carpintero, em 3 de janeiro de 2024, 133º da República.

***CARLA GONÇALVES REZENDE***
Prefeita do Município de Ariquemes/RO

Documento assinado eletronicamente (ICP-BR) por**CARLA GONCALVES REZENDE**,**PREFEITA MUNICIPAL**, em 04/01/2024 às 10:22, horário de Ariquemes/RO, com fulcro no art. 18 doDecreto nº 16.426 de 16/04/2020.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no sitetransparencia.ariquemes.ro.gov.br, informando o ID**2063254**e o código verificador**EA09F978**.

| Cientes | | | |
|---|---|---|---|
| **Seq.** | **Nome** | **CPF** | **Data/Hora** |
| 1 | GUSTAVO DA CUNHA SILVEIRA | ***.696.051-** | 04/01/2024 08:47 |
| 2 | JOANADIR PEREIRA GOMES | ***.127.102-** | 04/01/2024 10:34 |
| 3 | CAROLINA LUTZ | ***.943.002-** | 04/01/2024 11:19 |
| 4 | LUANA DE SOUZA BISPO | ***.569.072-** | 04/01/2024 12:41 |
| 5 | LUANA DE SOUZA BISPO | ***.569.072-** | 04/01/2024 13:11 |

**Publicado por:**
Leonardo Costalonga Trevisane
**Código Identificador:**F61269A6

**PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO - PGM DECRETO Nº 20.542, DE 3 DE JANEIRO DE 2024. DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL EVANILDA TEREZINHA APARECIDA COSTA SANCHES.**

**DECRETO Nº 20.542, DE 3DEJANEIRODE2024.**

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL EVANILDA TEREZINHA APARECIDA COSTA SANCHES.

**A Prefeita Municipal de Ariquemes**, Estado de Rondônia, no uso de suas atribuições legais;

**Considerando**oMemorando 2 de 03/01/2024 (ID 2062769), advindo da Secretaria Municipal de Governo.

***DECRETA:***

**Art. 1º**Fica nomeada a Servidora Pública Terezinha Aparecida Costa Sanches, ao cargo de Vice-Diretora da Escola Municipal de Educação Infantil e Ensino Fundamental Chapéuzinho Vermelho, lotada na Secretaria Municipal de Educação de Ariquemes.

**Art. 2º**Este Decreto entraráem vigor na data de sua publicação.

Ariquemes/RO, no Centro Administrativo Dr. Carpintero, em 3 de janeiro de 2024, 133º da República.

***CARLA GONÇALVES REZENDE***
Prefeita do Município de Ariquemes/RO

Documento assinado eletronicamente (ICP-BR) por**CARLA GONCALVES REZENDE**,**PREFEITA MUNICIPAL**, em 04/01/2024 às 10:23, horário de Ariquemes/RO, com fulcro no art. 18 doDecreto nº 16.426 de 16/04/2020.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no sitetransparencia.ariquemes.ro.gov.br, informando o ID**2063281**e o código verificador**FCB5383E**.

| Cientes | | | |
|---|---|---|---|
| **Seq.** | **Nome** | **CPF** | **Data/Hora** |
| 1 | GUSTAVO DA CUNHA SILVEIRA | ***.696.051-** | 04/01/2024 08:47 |
| 2 | JOANADIR PEREIRA GOMES | ***.127.102-** | 04/01/2024 10:34 |
| 3 | CAROLINA LUTZ | ***.943.002-** | 04/01/2024 11:22 |
| 4 | LUANA DE SOUZA BISPO | ***.569.072-** | 04/01/2024 12:43 |
| 5 | LUANA DE SOUZA BISPO | ***.569.072-** | 04/01/2024 13:11 |

**Publicado por:**
Leonardo Costalonga Trevisane
**Código Identificador:**80B10C13

**PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO - PGM DECRETO Nº 20.543, DE 3 DE JANEIRO DE 2024. DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL GERMANO JULIO KREBS.**

**DECRETO Nº 20.543, DE 3DEJANEIRODE2024.**

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL GERMANO JULIO KREBS.

**A Prefeita Municipal de Ariquemes**, Estado de Rondônia, no uso de suas atribuições legais;

**Considerando**oMemorando 2 de 03/01/2024 (ID 2062769), advindo da Secretaria Municipal de Governo.

***DECRETA:***

**Art. 1º**Fica nomeado o Servidor Público Germano Julio Krebs, ao cargo de Diretor da Escola Municipal de Ensino Fundamental Dr. Dirceu de Almeida, lotado na Secretaria Municipal de Educação de Ariquemes.

**Art. 2º**Este Decreto entraráem vigor na data de sua publicação.

Ariquemes/RO, no Centro Administrativo Dr. Carpintero, em 3 de janeiro de 2024, 133º da República.

***CARLA GONÇALVES REZENDE***
Prefeita do Município de Ariquemes/RO

Documento assinado eletronicamente (ICP-BR) por**CARLA GONCALVES REZENDE**,**PREFEITA MUNICIPAL**, em 04/01/2024 às 10:23, horário de Ariquemes/RO, com fulcro no art. 18 doDecreto nº 16.426 de 16/04/2020.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no sitetransparencia.ariquemes.ro.gov.br, informando o ID**2063298**e o código verificador**FF015156**.

| Cientes | | | |
|---|---|---|---|
| **Seq.** | **Nome** | **CPF** | **Data/Hora** |
| 1 | GUSTAVO DA CUNHA SILVEIRA | ***.696.051-** | 04/01/2024 08:47 |
| 2 | JOANADIR PEREIRA GOMES | ***.127.102-** | 04/01/2024 10:34 |
| 3 | CAROLINA LUTZ | ***.943.002-** | 04/01/2024 11:23 |
| 4 | LUANA DE SOUZA BISPO | ***.569.072-** | 04/01/2024 12:47 |
| 5 | LUANA DE SOUZA BISPO | ***.569.072-** | 04/01/2024 13:11 |

**Publicado por:**
Leonardo Costalonga Trevisane
**Código Identificador:**78F0C272

## PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO - PGM DECRETO Nº 20.544, DE 3 DE JANEIRO DE 2024. DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL SANDRA NOVAES DE OLIVEIRA.

**DECRETO Nº 20.544, DE 3DEJANEIRODE2024.**

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL SANDRA NOVAES DE OLIVEIRA.

**A Prefeita Municipal de Ariquemes**, Estado de Rondônia, no uso de suas atribuições legais;

**Considerando**oMemorando 2 de 03/01/2024 (ID 2062769), advindo da Secretaria Municipal de Governo.

***DECRETA:***

**Art. 1º**Fica nomeada a Servidora Pública Sandra Novaes de Oliveira, ao cargo de Vice-Diretora da Escola Municipal de Ensino Fundamental Dr. Dirceu de Almeida, lotado na Secretaria Municipal de Educação de Ariquemes.

**Art. 2º**Este Decreto entraráem vigor na data de sua publicação.

Ariquemes/RO, no Centro Administrativo Dr. Carpintero, em 3 de janeiro de 2024, 133º da República.

***CARLA GONÇALVES REZENDE***
Prefeita do Município de Ariquemes/RO

Documento assinado eletronicamente (ICP-BR) por**CARLA GONCALVES REZENDE**,**PREFEITA MUNICIPAL**, em 04/01/2024 às 10:23, horário de Ariquemes/RO, com fulcro no art. 18 doDecreto nº 16.426 de 16/04/2020.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no sitetransparencia.ariquemes.ro.gov.br, informando o ID**2063354**e o código verificador**99713AA7**.

| Cientes | | | |
|---|---|---|---|
| **Seq.** | **Nome** | **CPF** | **Data/Hora** |
| 1 | GUSTAVO DA CUNHA SILVEIRA | ***.696.051-** | 04/01/2024 08:47 |
| 2 | JOANADIR PEREIRA GOMES | ***.127.102-** | 04/01/2024 10:34 |
| 3 | CAROLINA LUTZ | ***.943.002-** | 04/01/2024 11:24 |
| 4 | LUANA DE SOUZA BISPO | ***.569.072-** | 04/01/2024 12:52 |
| 5 | LUANA DE SOUZA BISPO | ***.569.072-** | 04/01/2024 13:11 |

**Publicado por:**
Leonardo Costalonga Trevisane
**Código Identificador:**79A5279A

## PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO - PGM DECRETO Nº 20.545, DE 3 DE JANEIRO DE 2024. DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL KEILA DA SILVA SANTOS MROCZKOSKI.

**DECRETO Nº 20.545, DE 3DEJANEIRODE2024.**

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL KEILA DA SILVA SANTOS MROCZKOSKI.

**A Prefeita Municipal de Ariquemes**, Estado de Rondônia, no uso de suas atribuições legais;

**Considerando**oMemorando 2 de 03/01/2024 (ID 2062769), advindo da Secretaria Municipal de Governo.

***DECRETA:***

**Art. 1º**Fica nomeada a Servidora Pública Keila da Silva Santos Mroczkoski, ao cargo de Diretora da Escola Municipal de Ensino Fundamental Prof.ª Eva dos Santos de Oliveira, lotada na Secretaria Municipal de Educação de Ariquemes.

**Art. 2º**Este Decreto entraráem vigor na data de sua publicação.

Ariquemes/RO, no Centro Administrativo Dr. Carpintero, em 3 de janeiro de 2024, 133º da República.

***CARLA GONÇALVES REZENDE***
Prefeita do Município de Ariquemes/RO

Documento assinado eletronicamente (ICP-BR) por**CARLA GONCALVES REZENDE**,**PREFEITA MUNICIPAL**, em 04/01/2024 às 10:23, horário de Ariquemes/RO, com fulcro no art. 18 doDecreto nº 16.426 de 16/04/2020.
A autenticidade deste documento pode ser conferida no sitetransparencia.ariquemes.ro.gov.br, informando o ID**2063383**e o código verificador**BBB0CB01**.

| Cientes | | | |
|---|---|---|---|
| **Seq.** | **Nome** | **CPF** | **Data/Hora** |
| 1 | GUSTAVO DA CUNHA SILVEIRA | ***.696.051-** | 04/01/2024 08:47 |
| 2 | JOANADIR PEREIRA GOMES | ***.127.102-** | 04/01/2024 10:34 |
| 3 | CAROLINA LUTZ | ***.943.002-** | 04/01/2024 11:25 |
| 4 | LUANA DE SOUZA BISPO | ***.569.072-** | 04/01/2024 12:54 |
| 5 | LUANA DE SOUZA BISPO | ***.569.072-** | 04/01/2024 13:11 |

**Publicado por:**
Leonardo Costalonga Trevisane
**Código Identificador:**DC36FA94

## PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO - PGM DECRETO Nº 20.546, DE 3 DE JANEIRO DE 2024. DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL JOELMA SOARES QUARESMA DE LIMA.

**DECRETO Nº 20.546, DE 3DEJANEIRODE2024.**

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL JOELMA SOARES QUARESMA DE LIMA.

**A Prefeita Municipal de Ariquemes**, Estado de Rondônia, no uso de suas atribuições legais;

**Considerando**oMemorando 2 de 03/01/2024 (ID 2062769), advindo da Secretaria Municipal de Governo.

***DECRETA:***

**Art. 1º**Fica nomeada a Servidora Pública Joelma Soares Quaresma de Lima, ao cargo de Diretora da Escola Municipal de Educação Infantil e Ensino Fundamental Prof.ª Gessi Janes Soares Moreira, lotada na Secretaria Municipal de Educação de Ariquemes.

**Art. 2º**Este Decreto entraráem vigor na data de sua publicação.

Ariquemes/RO, no Centro Administrativo Dr. Carpintero, em 3 de janeiro de 2024, 133º da República.

***CARLA GONÇALVES REZENDE***
Prefeita do Município de Ariquemes/RO

Documento assinado eletronicamente (ICP-BR) por**CARLA GONCALVES REZENDE**,**PREFEITA MUNICIPAL**, em 04/01/2024 às 10:23, horário de Ariquemes/RO, com fulcro no art. 18 doDecreto nº 16.426 de 16/04/2020.
A autenticidade deste documento pode ser conferida no sitetransparencia.ariquemes.ro.gov.br, informando o ID**2063394**e o código verificador**71C17FE7**.

| Cientes | | | |
|---|---|---|---|
| **Seq.** | **Nome** | **CPF** | **Data/Hora** |
| 1 | GUSTAVO DA CUNHA SILVEIRA | ***.696.051-** | 04/01/2024 08:47 |
| 2 | JOANADIR PEREIRA GOMES | ***.127.102-** | 04/01/2024 10:33 |
| 3 | CAROLINA LUTZ | ***.943.002-** | 04/01/2024 11:27 |
| 4 | LUANA DE SOUZA BISPO | ***.569.072-** | 04/01/2024 12:59 |
| 5 | LUANA DE SOUZA BISPO | ***.569.072-** | 04/01/2024 13:11 |

**Publicado por:**
Leonardo Costalonga Trevisane
**Código Identificador:**07BE6868

## PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO - PGM DECRETO Nº 20.547, DE 3 DE JANEIRO DE 2024. DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL ELIANE DE ARAUJO TEIXEIRA.

**DECRETO Nº 20.547, DE 3DEJANEIRODE2024.**

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL ELIANE DE ARAUJO TEIXEIRA.

**A Prefeita Municipal de Ariquemes**, Estado de Rondônia, no uso de suas atribuições legais;

**Considerando**oMemorando 2 de 03/01/2024 (ID 2062769), advindo da Secretaria Municipal de Governo.

***DECRETA:***

**Art. 1º**Fica nomeada a Servidora Pública Eliane de Araujo Teixeira, ao cargo de Diretora da Escola Municipal de Ensino Fundamental Ireno Antônio Berticelli, lotada na Secretaria Municipal de Educação de Ariquemes.

**Art. 2º**Este Decreto entraráem vigor na data de sua publicação.

Ariquemes/RO, no Centro Administrativo Dr. Carpintero, em 3 de janeiro de 2024, 133º da República.

***CARLA GONÇALVES REZENDE***
Prefeita do Município de Ariquemes/RO

Documento assinado eletronicamente (ICP-BR) por**CARLA GONCALVES REZENDE**,**PREFEITA MUNICIPAL**, em 04/01/2024 às 10:34, horário de Ariquemes/RO, com fulcro no art. 18 doDecreto nº 16.426 de 16/04/2020.
A autenticidade deste documento pode ser conferida no sitetransparencia.ariquemes.ro.gov.br, informando o ID**2063408**e o código verificador**794582F7**.

| Cientes | | | |
|---|---|---|---|
| **Seq.** | **Nome** | **CPF** | **Data/Hora** |
| 1 | GUSTAVO DA CUNHA SILVEIRA | ***.696.051-** | 04/01/2024 08:47 |
| 2 | JOANADIR PEREIRA GOMES | ***.127.102-** | 04/01/2024 10:39 |
| 3 | CAROLINA LUTZ | ***.943.002-** | 04/01/2024 11:28 |
| 4 | LUANA DE SOUZA BISPO | ***.569.072-** | 04/01/2024 13:03 |
| 5 | LUANA DE SOUZA BISPO | ***.569.072-** | 04/01/2024 13:11 |

**Publicado por:**
Leonardo Costalonga Trevisane
**Código Identificador:**6B9F6678

## PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO - PGM DECRETO Nº 20.548, DE 3 DE JANEIRO DE 2024. DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL ELIZANGELA FRANCISCA DE JESUS OLIVEIRA.

**DECRETO Nº 20.548, DE 3DEJANEIRODE2024.**

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL ELIZANGELA FRANCISCA DE JESUS OLIVEIRA.

**A Prefeita Municipal de Ariquemes**, Estado de Rondônia, no uso de suas atribuições legais;

**Considerando**oMemorando 2 de 03/01/2024 (ID 2062769), advindo da Secretaria Municipal de Governo.

***DECRETA:***

**Art. 1º**Fica nomeada a Servidora Pública Elizangela Francisca de Jesus Oliveira, ao cargo de Vice-Diretora da Escola Municipal de Ensino Fundamental Ireno Antônio Berticelli, lotada na Secretaria Municipal de Educação de Ariquemes.

**Art. 2º**Este Decreto entraráem vigor na data de sua publicação.

Ariquemes/RO, no Centro Administrativo Dr. Carpintero, em 3 de janeiro de 2024, 133º da República.

***CARLA GONÇALVES REZENDE***
Prefeita do Município de Ariquemes/RO

Documento assinado eletronicamente (ICP-BR) por**CARLA GONCALVES REZENDE**,**PREFEITA MUNICIPAL**, em 04/01/2024 às 10:34, horário de Ariquemes/RO, com fulcro no art. 18 doDecreto nº 16.426 de 16/04/2020.
A autenticidade deste documento pode ser conferida no sitetransparencia.ariquemes.ro.gov.br, informando o ID**2063426**e o código verificador**24F5C415**.

| Cientes | | | |
|---|---|---|---|
| **Seq.** | **Nome** | **CPF** | **Data/Hora** |
| 1 | GUSTAVO DA CUNHA SILVEIRA | ***.696.051-** | 04/01/2024 08:47 |
| 2 | JOANADIR PEREIRA GOMES | ***.127.102-** | 04/01/2024 10:39 |

| | | | |
|---|---|---|---|
| 3 | CAROLINA LUTZ | ***.943.002-** | 04/01/2024 11:29 |
| 4 | LUANA DE SOUZA BISPO | ***.569.072-** | 04/01/2024 13:04 |
| 5 | LUANA DE SOUZA BISPO | ***.569.072-** | 04/01/2024 13:11 |

**Publicado por:**
Leonardo Costalonga Trevisane
**Código Identificador:**A235CD36

## PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO - PGM DECRETO Nº 20.549, DE 3 DE JANEIRO DE 2024. DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL ANDREIA ODILA APARECIDA MATTOS CHELL.

**DECRETO Nº 20.549, DE 3DEJANEIRODE2024.**

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL ANDREIA ODILA APARECIDA MATTOS CHELL.

**A Prefeita Municipal de Ariquemes**, Estado de Rondônia, no uso de suas atribuições legais;

**Considerando**oMemorando 2 de 03/01/2024 (ID 2062769), advindo da Secretaria Municipal de Governo.

***DECRETA:***

**Art. 1º**Fica nomeada a Servidora Pública Andreia Odila Aparecida Mattos Chell, ao cargo de Diretora da Escola Municipal de Educação Infantil e Ensino Fundamental Jorge Teixeira, lotada na Secretaria Municipal de Educação de Ariquemes.

**Art. 2º**Este Decreto entraráem vigor na data de sua publicação.

Ariquemes/RO, no Centro Administrativo Dr. Carpintero, em 3 de janeiro de 2024, 133º da República.

***CARLA GONÇALVES REZENDE***
Prefeita do Município de Ariquemes/RO

Documento assinado eletronicamente (ICP-BR) por**CARLA GONCALVES REZENDE**,**PREFEITA MUNICIPAL**, em 04/01/2024 às 10:34, horário de Ariquemes/RO, com fulcro no art. 18 doDecreto nº 16.426 de 16/04/2020.
A autenticidade deste documento pode ser conferida no sitetransparencia.ariquemes.ro.gov.br, informando o ID**2063454**e o código verificador**49D89979**.

| Cientes | | | |
|---|---|---|---|
| **Seq.** | **Nome** | **CPF** | **Data/Hora** |
| 1 | GUSTAVO DA CUNHA SILVEIRA | ***.696.051-** | 04/01/2024 08:47 |
| 2 | JOANADIR PEREIRA GOMES | ***.127.102-** | 04/01/2024 10:39 |
| 3 | CAROLINA LUTZ | ***.943.002-** | 04/01/2024 11:30 |
| 4 | LUANA DE SOUZA BISPO | ***.569.072-** | 04/01/2024 13:08 |
| 5 | LUANA DE SOUZA BISPO | ***.569.072-** | 04/01/2024 13:11 |

**Publicado por:**
Leonardo Costalonga Trevisane
**Código Identificador:**11D81427

## PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO - PGM DECRETO Nº 20.550, DE 3 DE JANEIRO DE 2024. DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL GLAUCILENE DE PAULA DA SILVA.

**DECRETO Nº 20.550, DE 3DEJANEIRODE2024.**

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL GLAUCILENE DE PAULA DA SILVA.

**A Prefeita Municipal de Ariquemes**, Estado de Rondônia, no uso de suas atribuições legais;

**Considerando**oMemorando 2 de 03/01/2024 (ID 2062769), advindo da Secretaria Municipal de Governo.

***DECRETA:***

**Art. 1º**Fica nomeada a Servidora Pública Glaucilene de Paula da Silva, ao cargo de Diretora da Escola Municipal de Ensino Fundamental Magdalena Tagliaferro, lotada na Secretaria Municipal de Educação de Ariquemes.

**Art. 2º**Este Decreto entraráem vigor na data de sua publicação.

Ariquemes/RO, no Centro Administrativo Dr. Carpintero, em 3 de janeiro de 2024, 133º da República.

***CARLA GONÇALVES REZENDE***
Prefeita do Município de Ariquemes/RO

Documento assinado eletronicamente (ICP-BR) por**CARLA GONCALVES REZENDE**,**PREFEITA MUNICIPAL**, em 04/01/2024 às 10:25, horário de Ariquemes/RO, com fulcro no art. 18 doDecreto nº 16.426 de 16/04/2020.
A autenticidade deste documento pode ser conferida no sitetransparencia.ariquemes.ro.gov.br, informando o ID**2063461**e o código verificador**B00661E1**.

| Cientes | | | |
|---|---|---|---|
| **Seq.** | **Nome** | **CPF** | **Data/Hora** |
| 1 | GUSTAVO DA CUNHA SILVEIRA | ***.696.051-** | 04/01/2024 08:47 |
| 2 | JOANADIR PEREIRA GOMES | ***.127.102-** | 04/01/2024 10:33 |
| 3 | LUANA DE SOUZA BISPO | ***.569.072-** | 04/01/2024 13:14 |
| 4 | LUANA DE SOUZA BISPO | ***.569.072-** | 04/01/2024 13:36 |

**Publicado por:**
Leonardo Costalonga Trevisane
**Código Identificador:**67A0EFBE

## PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO - PGM DECRETO Nº 20.551, DE 3 DE JANEIRO DE 2024. DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL CLEIDSON MARTINS GRANJEIRO

**DECRETO Nº 20.551, DE 3DEJANEIRODE2024.**

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL CLEIDSON MARTINS GRANJEIRO

**A Prefeita Municipal de Ariquemes**, Estado de Rondônia, no uso de suas atribuições legais;

**Considerando**oMemorando 2 de 03/01/2024 (ID 2062769), advindo da Secretaria Municipal de Governo.

***DECRETA:***

**Art. 1º**Fica nomeado o Servidor Público Cleidson Martins Granjeiro,ao cargo de Vice-Diretor da Escola Municipal de Ensino Fundamental Magdalena Tagliaferro, lotado na Secretaria Municipal de Educação de Ariquemes.

**Art. 2º**Este Decreto entraráem vigor na data de sua publicação.

Ariquemes/RO, no Centro Administrativo Dr. Carpintero, em 3 de janeiro de 2024, 133º da República.

***CARLA GONÇALVES REZENDE***
Prefeita do Município de Ariquemes/RO

Documento assinado eletronicamente (ICP-BR) por**CARLA GONCALVES REZENDE**,**PREFEITA MUNICIPAL**, em 04/01/2024 às 10:25, horário de Ariquemes/RO, com fulcro no art. 18 doDecreto nº 16.426 de 16/04/2020.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no sitetransparencia.ariquemes.ro.gov.br, informando o ID**2063484**e o código verificador**75973E24**.

| Cientes | | | |
|---|---|---|---|
| **Seq.** | **Nome** | **CPF** | **Data/Hora** |
| 1 | GUSTAVO DA CUNHA SILVEIRA | ***.696.051-** | 04/01/2024 08:47 |
| 2 | JOANADIR PEREIRA GOMES | ***.127.102-** | 04/01/2024 10:33 |
| 3 | CAROLINA LUTZ | ***.943.002-** | 04/01/2024 11:31 |
| 4 | LUANA DE SOUZA BISPO | ***.569.072-** | 04/01/2024 13:18 |
| 5 | LUANA DE SOUZA BISPO | ***.569.072-** | 04/01/2024 13:36 |

**Publicado por:**
Leonardo Costalonga Trevisane
**Código Identificador:**2CE45A94

## PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO - PGM DECRETO Nº 20.552, DE 3 DE JANEIRO DE 2024. DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL CELSO COSER DOS SANTOS.

**DECRETO Nº 20.552, DE 3DEJANEIRODE2024.**

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL CELSO COSER DOS SANTOS.

**A Prefeita Municipal de Ariquemes**, Estado de Rondônia, no uso de suas atribuições legais;

**Considerando**oMemorando 2 de 03/01/2024 (ID 2062769), advindo da Secretaria Municipal de Governo.

***DECRETA:***

**Art. 1º**Fica nomeado o Servidor Público Celso Coser dos Santos,ao cargo de Diretor da Escola Municipal de Educação Infantil e Ensino Fundamental Mário Quintana, lotado na Secretaria Municipal de Educação de Ariquemes.

**Art. 2º**Este Decreto entraráem vigor na data de sua publicação.

Ariquemes/RO, no Centro Administrativo Dr. Carpintero, em 3 de janeiro de 2024, 133º da República.

***CARLA GONÇALVES REZENDE***
Prefeita do Município de Ariquemes/RO

Documento assinado eletronicamente (ICP-BR) por**CARLA GONCALVES REZENDE**,**PREFEITA MUNICIPAL**, em 04/01/2024 às 09:55, horário de Ariquemes/RO, com fulcro no art. 18 doDecreto nº 16.426 de 16/04/2020.
A autenticidade deste documento pode ser conferida no sitetransparencia.ariquemes.ro.gov.br, informando o ID**2063497**e o código verificador**089CBE9F**.

| Cientes | | | |
|---|---|---|---|
| **Seq.** | **Nome** | **CPF** | **Data/Hora** |
| 1 | GUSTAVO DA CUNHA SILVEIRA | ***.696.051-** | 04/01/2024 08:47 |
| 2 | JOANADIR PEREIRA GOMES | ***.127.102-** | 04/01/2024 10:06 |
| 3 | CAROLINA LUTZ | ***.943.002-** | 04/01/2024 11:44 |
| 4 | LUANA DE SOUZA BISPO | ***.569.072-** | 04/01/2024 13:23 |
| 5 | LUANA DE SOUZA BISPO | ***.569.072-** | 04/01/2024 13:36 |

**Publicado por:**
Leonardo Costalonga Trevisane
**Código Identificador:**6402B0E6

## PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO - PGM DECRETO Nº 20.553, DE 3 DE JANEIRO DE 2024. DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL ANTONIO CAILO AVILA.

**DECRETO Nº 20.553, DE 3DEJANEIRODE2024.**

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL ANTONIO CAILO AVILA.

**A Prefeita Municipal de Ariquemes**, Estado de Rondônia, no uso de suas atribuições legais;

**Considerando**oMemorando 2 de 03/01/2024 (ID 2062769), advindo da Secretaria Municipal de Governo.

***DECRETA:***

**Art. 1º**Fica nomeado o Servidor Público Antonio Cailo Avila,ao cargo de Vice-Diretor da Escola Municipal de Educação Infantil e Ensino Fundamental Mário Quintana, lotado na Secretaria Municipal de Educação de Ariquemes.

**Art. 2º**Este Decreto entraráem vigor na data de sua publicação.

Ariquemes/RO, no Centro Administrativo Dr. Carpintero, em 3 de janeiro de 2024, 133º da República.

***CARLA GONÇALVES REZENDE***
Prefeita do Município de Ariquemes/RO

Documento assinado eletronicamente (ICP-BR) por**CARLA GONCALVES REZENDE**,**PREFEITA MUNICIPAL**, em 04/01/2024 às 09:55, horário de Ariquemes/RO, com fulcro no art. 18 doDecreto nº 16.426 de 16/04/2020.
A autenticidade deste documento pode ser conferida no sitetransparencia.ariquemes.ro.gov.br, informando o ID**2063508**e o código verificador**EF03817D**.

| Cientes | | | |
|---|---|---|---|
| **Seq.** | **Nome** | **CPF** | **Data/Hora** |
| 1 | GUSTAVO DA CUNHA SILVEIRA | ***.696.051-** | 04/01/2024 08:47 |
| 2 | JOANADIR PEREIRA GOMES | ***.127.102-** | 04/01/2024 10:11 |
| 3 | CAROLINA LUTZ | ***.943.002-** | 04/01/2024 11:46 |
| 4 | LUANA DE SOUZA BISPO | ***.569.072-** | 04/01/2024 13:25 |
| 5 | LUANA DE SOUZA BISPO | ***.569.072-** | 04/01/2024 13:36 |

**Publicado por:**
Leonardo Costalonga Trevisane
**Código Identificador:**4D7C8CBF

## PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO - PGM DECRETO Nº 20.554, DE 3 DE JANEIRO DE 2024. DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL ROSANA ERENICE XAVIER DA SILVA LUCAS.

**DECRETO Nº 20.554, DE 3DEJANEIRODE2024.**

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL ROSANA ERENICE XAVIER DA SILVA LUCAS.

**A Prefeita Municipal de Ariquemes**, Estado de Rondônia, no uso de suas atribuições legais;

**Considerando**oMemorando 2 de 03/01/2024 (ID 2062769), advindo da Secretaria Municipal de Governo.

***DECRETA:***

**Art. 1º**Fica nomeada a Servidora Pública Rosana Erenice Xavier da Silva Lucas, ao cargo de Diretora da Escola Municipal de Educação Infantil e Ensino Fundamental Pingo de Gente, lotada na Secretaria Municipal de Educação de Ariquemes.

**Art. 2º**Este Decreto entraráem vigor na data de sua publicação.

Ariquemes/RO, no Centro Administrativo Dr. Carpintero, em 3 de janeiro de 2024, 133º da República.

***CARLA GONÇALVES REZENDE***
Prefeita do Município de Ariquemes/RO

Documento assinado eletronicamente (ICP-BR) por**CARLA GONCALVES REZENDE**,**PREFEITA MUNICIPAL**, em 04/01/2024 às 09:47, horário de Ariquemes/RO, com fulcro no art. 18 doDecreto nº 16.426 de 16/04/2020.
A autenticidade deste documento pode ser conferida no sitetransparencia.ariquemes.ro.gov.br, informando o ID**2063521**e o código verificador**27AC739E**.

| Cientes | | | |
|---|---|---|---|
| **Seq.** | **Nome** | **CPF** | **Data/Hora** |
| 1 | GUSTAVO DA CUNHA SILVEIRA | ***.696.051-** | 04/01/2024 08:47 |
| 2 | JOANADIR PEREIRA GOMES | ***.127.102-** | 04/01/2024 10:11 |
| 3 | CAROLINA LUTZ | ***.943.002-** | 04/01/2024 11:47 |
| 4 | LUANA DE SOUZA BISPO | ***.569.072-** | 04/01/2024 13:31 |
| 5 | LUANA DE SOUZA BISPO | ***.569.072-** | 04/01/2024 13:36 |

**Publicado por:**
Leonardo Costalonga Trevisane
**Código Identificador:**9CE7F5A3

## PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO - PGM DECRETO Nº 20.555, DE 3 DE JANEIRO DE 2024. DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL ANGELICA DOS SANTOS PROENÇA

**DECRETO Nº 20.555, DE 3DEJANEIRODE2024.**

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL ANGELICA DOS SANTOS PROENÇA

**A Prefeita Municipal de Ariquemes**, Estado de Rondônia, no uso de suas atribuições legais;

**Considerando**oMemorando 2 de 03/01/2024 (ID 2062769), advindo da Secretaria Municipal de Governo.

***DECRETA:***

**Art. 1º**Fica nomeada a Servidora Pública Angelica dos Santos Proença, ao cargo de Vice-Diretora da Escola Municipal de Educação Infantil e Ensino Fundamental Pingo de Gente, lotada na Secretaria Municipal de Educação de Ariquemes.

**Art. 2º**Este Decreto entraráem vigor na data de sua publicação.

Ariquemes/RO, no Centro Administrativo Dr. Carpintero, em 3 de janeiro de 2024, 133º da República.

***CARLA GONÇALVES REZENDE***
Prefeita do Município de Ariquemes/RO

Documento assinado eletronicamente (ICP-BR) por**CARLA GONCALVES REZENDE**,**PREFEITA MUNICIPAL**, em 04/01/2024 às 09:47, horário de Ariquemes/RO, com fulcro no art. 18 doDecreto nº 16.426 de 16/04/2020.
A autenticidade deste documento pode ser conferida no sitetransparencia.ariquemes.ro.gov.br, informando o ID**2063552**e o código verificador**DDA368EE**.

| Cientes | | | |
|---|---|---|---|
| **Seq.** | **Nome** | **CPF** | **Data/Hora** |
| 1 | GUSTAVO DA CUNHA SILVEIRA | ***.696.051-** | 04/01/2024 08:47 |
| 2 | JOANADIR PEREIRA GOMES | ***.127.102-** | 04/01/2024 10:10 |
| 3 | CAROLINA LUTZ | ***.943.002-** | 04/01/2024 11:48 |
| 4 | LUANA DE SOUZA BISPO | ***.569.072-** | 04/01/2024 13:32 |
| 5 | LUANA DE SOUZA BISPO | ***.569.072-** | 04/01/2024 13:37 |

**Publicado por:**
Leonardo Costalonga Trevisane
**Código Identificador:**2D41F962

## PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO - PGM DECRETO Nº 20.557, DE 3 DE JANEIRO DE 2024. DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL RAFAEL LITTIG SANTANA

**DECRETO Nº 20.557, DE 3DEJANEIRODE2024.**

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL RAFAEL LITTIG SANTANA

**A Prefeita Municipal de Ariquemes**, Estado de Rondônia, no uso de suas atribuições legais;

**Considerando**oMemorando 2 de 03/01/2024 (ID 2062769), advindo da Secretaria Municipal de Governo.

***DECRETA:***
**Art. 1º**Fica nomeada a Servidora Pública Rafael Littig Santana, ao cargo de Diretor da Escola Municipal de Educação Infantil e Ensino Fundamental Pedro Louback, lotado na Secretaria Municipal de Educação de Ariquemes.

**Art. 2º**Este Decreto entraráem vigor na data de sua publicação.

Ariquemes/RO, no Centro Administrativo Dr. Carpintero, em 3 de janeiro de 2024, 133º da República.

***CARLA GONÇALVES REZENDE***
Prefeita do Município de Ariquemes/RO

Documento assinado eletronicamente (ICP-BR) por**CARLA GONCALVES REZENDE**,**PREFEITA MUNICIPAL**, em 04/01/2024 às 09:47, horário de Ariquemes/RO, com fulcro no art. 18 doDecreto nº 16.426 de 16/04/2020.
A autenticidade deste documento pode ser conferida no sitetransparencia.ariquemes.ro.gov.br, informando o ID**2063592**e o código verificador**0D76D602**.

| Cientes | | | |
|---|---|---|---|
| **Seq.** | **Nome** | **CPF** | **Data/Hora** |
| 1 | GUSTAVO DA CUNHA SILVEIRA | ***.696.051-** | 04/01/2024 08:51 |
| 2 | JOANADIR PEREIRA GOMES | ***.127.102-** | 04/01/2024 10:10 |
| 3 | CAROLINA LUTZ | ***.943.002-** | 04/01/2024 11:49 |
| 4 | LUANA DE SOUZA BISPO | ***.569.072-** | 04/01/2024 13:34 |
| 5 | LUANA DE SOUZA BISPO | ***.569.072-** | 04/01/2024 13:37 |

**Publicado por:**
Leonardo Costalonga Trevisane
**Código Identificador:**57F082BE

**PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO - PGM**
**DECRETO Nº 20.558, DE 3 DE JANEIRO DE 2024. DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL LIDINALVA FONSECA DE CARVALHO MENEZES**

**DECRETO Nº 20.558, DE 3DEJANEIRODE2024.**

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL LIDINALVA FONSECA DE CARVALHO MENEZES

**A Prefeita Municipal de Ariquemes**, Estado de Rondônia, no uso de suas atribuições legais;

**Considerando**oMemorando 2 de 03/01/2024 (ID 2062769), advindo da Secretaria Municipal de Governo.

***DECRETA:***

**Art. 1º**Fica nomeada a Servidora Pública Lidinalva Fonseca de Carvalho Menezes, ao cargo de Diretora da Escola Municipal de Ensino Fundamental Prof. Venâncio Kottwitz, lotada na Secretaria Municipal de Educação de Ariquemes.

**Art. 2º**Este Decreto entraráem vigor na data de sua publicação.

Ariquemes/RO, no Centro Administrativo Dr. Carpintero, em 3 de janeiro de 2024, 133º da República.

***CARLA GONÇALVES REZENDE***
Prefeita do Município de Ariquemes/RO

Documento assinado eletronicamente (ICP-BR) por**CARLA GONCALVES REZENDE**,**PREFEITA MUNICIPAL**, em 04/01/2024 às 09:47, horário de Ariquemes/RO, com fulcro no art. 18 doDecreto nº 16.426 de 16/04/2020.
A autenticidade deste documento pode ser conferida no sitetransparencia.ariquemes.ro.gov.br, informando o ID**2063601**e o código verificador**126CB96E**.

| Cientes | | | |
|---|---|---|---|
| **Seq.** | **Nome** | **CPF** | **Data/Hora** |
| 1 | GUSTAVO DA CUNHA SILVEIRA | ***.696.051-** | 04/01/2024 08:51 |
| 2 | JOANADIR PEREIRA GOMES | ***.127.102-** | 04/01/2024 10:09 |
| 3 | CAROLINA LUTZ | ***.943.002-** | 04/01/2024 11:50 |
| 4 | LUANA DE SOUZA BISPO | ***.569.072-** | 04/01/2024 13:36 |
| 5 | LUANA DE SOUZA BISPO | ***.569.072-** | 04/01/2024 13:37 |

**Publicado por:**
Leonardo Costalonga Trevisane
**Código Identificador:**B506C640

**PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO - PGM**
**DECRETO Nº 20.559, DE 3 DE JANEIRO DE 2024. DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL MARIA NETO MARIANO**

**DECRETO Nº 20.559, DE 3DEJANEIRODE2024.**

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL MARIA NETO MARIANO

**A Prefeita Municipal de Ariquemes**, Estado de Rondônia, no uso de suas atribuições legais;

**Considerando**oMemorando 2 de 03/01/2024 (ID 2062769), advindo da Secretaria Municipal de Governo.

***DECRETA:***

**Art. 1º**Fica nomeada a Servidora Pública Maria Neto Mariano, ao cargo de Diretora da Escola Municipal de Educação Infantil e Ensino Fundamental Levi A. de Freitas, lotada na Secretaria Municipal de Educação de Ariquemes.

**Art. 2º**Este Decreto entraráem vigor na data de sua publicação.

Ariquemes/RO, no Centro Administrativo Dr. Carpintero, em 3 de janeiro de 2024, 133º da República.

***CARLA GONÇALVES REZENDE***
Prefeita do Município de Ariquemes/RO

Documento assinado eletronicamente (ICP-BR) por**CARLA GONCALVES REZENDE**,**PREFEITA MUNICIPAL**, em 04/01/2024 às 09:47, horário de Ariquemes/RO, com fulcro no art. 18 doDecreto nº 16.426 de 16/04/2020.
A autenticidade deste documento pode ser conferida no sitetransparencia.ariquemes.ro.gov.br, informando o ID**2063618**e o código verificador**91699698**.

| Cientes | | | |
|---|---|---|---|
| **Seq.** | **Nome** | **CPF** | **Data/Hora** |
| 1 | GUSTAVO DA CUNHA SILVEIRA | ***.696.051-** | 04/01/2024 08:51 |
| 2 | JOANADIR PEREIRA GOMES | ***.127.102-** | 04/01/2024 10:09 |
| 3 | CAROLINA LUTZ | ***.943.002-** | 04/01/2024 11:52 |
| 4 | LUANA DE SOUZA BISPO | ***.569.072-** | 04/01/2024 13:41 |

**Publicado por:**
Leonardo Costalonga Trevisane
**Código Identificador:**257A7492

**PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO - PGM**
**DECRETO Nº 20.560, DE 3 DE JANEIRO DE 2024. DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL DANILENY DE SOUZA TEIXEIRA**

**DECRETO Nº 20.560, DE 3DEJANEIRODE2024.**

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL DANILENY DE SOUZA TEIXEIRA

**A Prefeita Municipal de Ariquemes**, Estado de Rondônia, no uso de suas atribuições legais;

**Considerando**oMemorando 2 de 03/01/2024 (ID 2062769), advindo da Secretaria Municipal de Governo.

***DECRETA:***

**Art. 1º**Fica nomeada a Servidora Pública Danileny de Souza Teixeira, ao cargo de Vice-Diretora da Escola Municipal de Educação Infantil e Ensino Fundamental Levi A. de Freitas, lotada na Secretaria Municipal de Educação de Ariquemes.

**Art. 2º**Este Decreto entraráem vigor na data de sua publicação.

Ariquemes/RO, no Centro Administrativo Dr. Carpintero, em 3 de janeiro de 2024, 133º da República.

***CARLA GONÇALVES REZENDE***
Prefeita do Município de Ariquemes/RO

Documento assinado eletronicamente (ICP-BR) por**CARLA GONCALVES REZENDE**,**PREFEITA MUNICIPAL**, em 05/01/2024 às 08:35, horário de Ariquemes/RO, com fulcro no art. 18 doDecreto nº 16.426 de 16/04/2020.
A autenticidade deste documento pode ser conferida no sitetransparencia.ariquemes.ro.gov.br, informando o ID**2063629**e o código verificador**1959A289**.

| Cientes | | | |
|---|---|---|---|
| **Seq.** | **Nome** | **CPF** | **Data/Hora** |
| 1 | GUSTAVO DA CUNHA SILVEIRA | ***.696.051-** | 04/01/2024 16:04 |

**Publicado por:**
Leonardo Costalonga Trevisane
**Código Identificador:**30A886E1

## PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO - PGM DECRETO Nº 20.561, DE 3 DE JANEIRO DE 2024. DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL FRANCIELE LEROIS ALVES

**DECRETO Nº 20.561, DE 3DEJANEIRODE2024.**

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL FRANCIELE LEROIS ALVES

**A Prefeita Municipal de Ariquemes**, Estado de Rondônia, no uso de suas atribuições legais;

**Considerando**oMemorando 2 de 03/01/2024 (ID 2062769), advindo da Secretaria Municipal de Governo.

***DECRETA:***

**Art. 1º**Fica nomeada a Servidora Pública Franciele Lerois Alves, ao cargo de Diretora da Escola Municipal de Educação Infantil e Ensino Fundamental Roberto Turbay, lotada na Secretaria Municipal de Educação de Ariquemes.

**Art. 2º**Este Decreto entraráem vigor na data de sua publicação.

Ariquemes/RO, no Centro Administrativo Dr. Carpintero, em 3 de janeiro de 2024, 133º da República.

***CARLA GONÇALVES REZENDE***
Prefeita do Município de Ariquemes/RO

Documento assinado eletronicamente (ICP-BR) por**CARLA GONCALVES REZENDE**,**PREFEITA MUNICIPAL**, em 05/01/2024 às 08:35, horário de Ariquemes/RO, com fulcro no art. 18 doDecreto nº 16.426 de 16/04/2020.
A autenticidade deste documento pode ser conferida no sitetransparencia.ariquemes.ro.gov.br, informando o ID**2063638**e o código verificador**71F483B4**.

| Cientes | | | |
|---|---|---|---|
| **Seq.** | **Nome** | **CPF** | **Data/Hora** |
| 1 | GUSTAVO DA CUNHA SILVEIRA | ***.696.051-** | 04/01/2024 16:04 |

**Publicado por:**
Leonardo Costalonga Trevisane
**Código Identificador:**A989C216

## PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO - PGM DECRETO Nº 20.562, DE 3 DE JANEIRO DE 2024. DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL CELI SELMA RODRIGUES

**DECRETO Nº 20.562, DE 3DEJANEIRODE2024.**

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL CELI SELMA RODRIGUES

**A Prefeita Municipal de Ariquemes**, Estado de Rondônia, no uso de suas atribuições legais;

**Considerando** o Memorando 2 de 03/01/2024 (ID 2062769), advindo da Secretaria Municipal de Educação.

***DECRETA:***

**Art. 1º**Fica nomeada a Servidora Pública Celi Selma Rodrigues, ao cargo de Vice-Diretora da Escola Municipal de Educação Infantil e Ensino Fundamental Roberto Turbay, lotada na Secretaria Municipal de Educação de Ariquemes.

**Art. 2º**Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Ariquemes/RO, no Centro Administrativo Dr. Carpintero, em 3 de janeiro de 2024, 133º da República.

***CARLA GONÇALVES REZENDE***
Prefeita do Município de Ariquemes/RO

Documento assinado eletronicamente (ICP-BR) por**CARLA GONCALVES REZENDE**,**PREFEITA MUNICIPAL**, em 05/01/2024 às 08:36, horário de Ariquemes/RO, com fulcro no art. 18 doDecreto nº 16.426 de 16/04/2020.
A autenticidade deste documento pode ser conferida no sitetransparencia.ariquemes.ro.gov.br, informando o ID2063647e o código verificador95893FB9.

| Cientes | | | |
|---|---|---|---|
| **Seq.** | **Nome** | **CPF** | **Data/Hora** |
| 1 | GUSTAVO DA CUNHA SILVEIRA | ***.696.051-** | 04/01/2024 16:04 |
| 2 | JOANADIR PEREIRA GOMES | ***.127.102-** | 05/01/2024 11:02 |

**Publicado por:**
Leonardo Costalonga Trevisane
**Código Identificador:**F003D16E

## PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO - PGM DECRETO Nº 20.563, DE 3 DE JANEIRO DE 2024. DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL MARIA DA CONCEIÇÃO AGUIAR DE OLIVEIRA

**DECRETO Nº 20.563, DE 3DEJANEIRODE2024.**

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL MARIA DA CONCEIÇÃO AGUIAR DE OLIVEIRA

**A Prefeita Municipal de Ariquemes**, Estado de Rondônia, no uso de suas atribuições legais;

**Considerando** o Memorando 2 de 03/01/2024 (ID 2062769), advindo da Secretaria Municipal de Governo.

***DECRETA:***

**Art. 1º**Fica nomeada a Servidora Pública Maria da Conceição Aguiar de Oliveira, ao cargo de Diretora da Escola Municipal de Educação Infantil e Ensino Fundamental Sonho Meu, lotada na Secretaria Municipal de Educação de Ariquemes.

**Art. 2º**Este Decreto entraráem vigor na data de sua publicação.

Ariquemes/RO, no Centro Administrativo Dr. Carpintero, em 3 de janeiro de 2024, 133º da República.

***CARLA GONÇALVES REZENDE***
Prefeita do Município de Ariquemes/RO

Documento assinado eletronicamente (ICP-BR) por**CARLA GONCALVES REZENDE**,**PREFEITA MUNICIPAL**, em 05/01/2024 às 08:36, horário de Ariquemes/RO, com fulcro no art. 18 doDecreto nº 16.426 de 16/04/2020.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no sitetransparencia.ariquemes.ro.gov.br, informando o ID**2063657**e o código verificador**22845029**.

| Cientes | | | |
|---|---|---|---|
| **Seq.** | **Nome** | **CPF** | **Data/Hora** |
| 1 | GUSTAVO DA CUNHA SILVEIRA | ***.696.051-** | 04/01/2024 16:04 |
| 2 | JOANADIR PEREIRA GOMES | ***.127.102-** | 05/01/2024 11:01 |

**Publicado por:**
Leonardo Costalonga Trevisane
**Código Identificador:**6FD66F05

## PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO - PGM DECRETO Nº 20.564, DE 3 DE JANEIRO DE 2024. DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL ELENICE SALETE MEDEIROS PIANA

**DECRETO Nº 20.564, DE 3DEJANEIRODE2024.**

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL ELENICE SALETE MEDEIROS PIANA

**A Prefeita Municipal de Ariquemes**, Estado de Rondônia, no uso de suas atribuições legais;

**Considerando** o Memorando 2 de 03/01/2024 (ID 2062769), advindo da Secretaria Municipal de Educação.

***DECRETA:***

**Art. 1º**Fica nomeada a Servidora Pública Elenice Salete Medeiros Piana, ao cargo de Diretora da Escola Municipal de Educação Infantil e Ensino Fundamental Arco Íris, lotada na Secretaria Municipal de Educação de Ariquemes.

**Art. 2º**Este Decreto entraráem vigor na data de sua publicação.

Ariquemes/RO, no Centro Administrativo Dr. Carpintero, em 3 de janeiro de 2024, 133º da República.

***CARLA GONÇALVES REZENDE***
Prefeita do Município de Ariquemes/RO

Documento assinado eletronicamente (ICP-BR) por**CARLA GONCALVES REZENDE**,**PREFEITA MUNICIPAL**, em 05/01/2024 às 08:36, horário de Ariquemes/RO, com fulcro no art. 18 doDecreto nº 16.426 de 16/04/2020.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no sitetransparencia.ariquemes.ro.gov.br, informando o ID**2063667**e o código verificador**73475289**.

| Cientes | | | |
|---|---|---|---|
| **Seq.** | **Nome** | **CPF** | **Data/Hora** |
| 1 | GUSTAVO DA CUNHA SILVEIRA | ***.696.051-** | 04/01/2024 16:04 |
| 2 | JOANADIR PEREIRA GOMES | ***.127.102-** | 05/01/2024 11:00 |

**Publicado por:**
Leonardo Costalonga Trevisane
**Código Identificador:**2CB49881

## PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO - PGM DECRETO Nº 20.565, DE 3 DE JANEIRO DE 2024. DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL FÁBIO MADRUGA RUBIM

**DECRETO Nº 20.565, DE 3DEJANEIRODE2024.**

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL FÁBIO MADRUGA RUBIM

**A Prefeita Municipal de Ariquemes**, Estado de Rondônia, no uso de suas atribuições legais;

**Considerando** o Memorando 2 de 03/01/2024 (ID 2062769), advindo da Secretaria Municipal de Governo.

***DECRETA:***

**Art. 1º**Fica nomeado o Servidor Público Fábio Madruga Rubim, ao cargo de Diretor da Escola Municipal de Educação Infantil e Ensino Fundamental Henrique Dias, lotado na Secretaria Municipal de Educação de Ariquemes.

**Art. 2º**Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Ariquemes/RO, no Centro Administrativo Dr. Carpintero, em 3 de janeiro de 2024, 133º da República.

***CARLA GONÇALVES REZENDE***
Prefeita do Município de Ariquemes/RO

Documento assinado eletronicamente (ICP-BR) por**CARLA GONCALVES REZENDE**,**PREFEITA MUNICIPAL**, em 05/01/2024 às 08:36, horário de Ariquemes/RO, com fulcro no art. 18 doDecreto nº 16.426 de 16/04/2020.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no sitetransparencia.ariquemes.ro.gov.br, informando o ID**2063674**e o código verificador**923CBFB8**.

| Cientes | | | |
|---|---|---|---|
| **Seq.** | **Nome** | **CPF** | **Data/Hora** |
| 1 | GUSTAVO DA CUNHA SILVEIRA | ***.696.051-** | 04/01/2024 16:04 |
| 2 | JOANADIR PEREIRA GOMES | ***.127.102-** | 05/01/2024 11:00 |

**Publicado por:**
Leonardo Costalonga Trevisane
**Código Identificador:**864245E6

## PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO - PGM DECRETO Nº 20.566, DE 3 DE JANEIRO DE 2024. DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL ELIAS LOURENCO DE ARAUJO FILHO

**DECRETO Nº 20.566, DE 3DEJANEIRODE2024.**

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL ELIAS LOURENCO DE ARAUJO FILHO

**A Prefeita Municipal de Ariquemes**, Estado de Rondônia, no uso de suas atribuições legais;

**Considerando** o Memorando 2 de 03/01/2024 (ID 2062769), advindo da Secretaria Municipal de Governo.

***DECRETA:***

**Art. 1º**Fica nomeado o Servidor Público Elias Lourenco de Araujo Filho, ao cargo de Diretor da Escola Municipal de Educação Infantil e Ensino Fundamental Jorge Luiz Moulaz, lotado na Secretaria Municipal de Educação de Ariquemes.

**Art. 2º**Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Ariquemes/RO, no Centro Administrativo Dr. Carpintero, em 3 de janeiro de 2024, 133º da República.

***CARLA GONÇALVES REZENDE***
Prefeita do Município de Ariquemes/RO

Documento assinado eletronicamente (ICP-BR) por**CARLA GONCALVES REZENDE**,**PREFEITA MUNICIPAL**, em 05/01/2024 às 08:37, horário de Ariquemes/RO, com fulcro no art. 18 doDecreto nº 16.426 de 16/04/2020.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no sitetransparencia.ariquemes.ro.gov.br, informando o ID**2063679**e o código verificador**AA5CF86E**.

| Cientes | | | |
|---|---|---|---|
| **Seq.** | **Nome** | **CPF** | **Data/Hora** |
| 1 | GUSTAVO DA CUNHA SILVEIRA | ***.696.051-** | 04/01/2024 16:04 |
| 2 | JOANADIR PEREIRA GOMES | ***.127.102-** | 05/01/2024 10:59 |

**Publicado por:**
Leonardo Costalonga Trevisane
**Código Identificador:**0D327134

**PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO - PGM DECRETO Nº 20.567, DE 3 DE JANEIRO DE 2024. DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL ELISANGELA B. MOTA**

**DECRETO Nº 20.567, DE 3DEJANEIRODE2024.**

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL ELISANGELA B. MOTA

**A Prefeita Municipal de Ariquemes**, Estado de Rondônia, no uso de suas atribuições legais;

**Considerando**oMemorando 2 de 03/01/2024 (ID 2062769), advindo da Secretaria Municipal de Educação.

***DECRETA:***

**Art. 1º**Fica nomeada a Servidora Pública Elisangela B. Mota, ao cargo de Diretora da Escola Municipal de Educação Infantil e Ensino Fundamental Mafalda Rodrigues, lotada na Secretaria Municipal de Educação de Ariquemes.

**Art. 2º**Este Decreto entraráem vigor na data de sua publicação.

Ariquemes/RO, no Centro Administrativo Dr. Carpintero, em 3 de janeiro de 2024, 133º da República.

***CARLA GONÇALVES REZENDE***
Prefeita do Município de Ariquemes/RO

Documento assinado eletronicamente (ICP-BR) por**CARLA GONCALVES REZENDE**,**PREFEITA MUNICIPAL**, em 05/01/2024 às 08:37, horário de Ariquemes/RO, com fulcro no art. 18 doDecreto nº 16.426 de 16/04/2020.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no sitetransparencia.ariquemes.ro.gov.br, informando o ID**2063686**e o código verificador**60886A32**.

| Cientes | | | |
|---|---|---|---|
| **Seq.** | **Nome** | **CPF** | **Data/Hora** |
| 1 | GUSTAVO DA CUNHA SILVEIRA | ***.696.051-** | 04/01/2024 16:04 |
| 2 | JOANADIR PEREIRA GOMES | ***.127.102-** | 05/01/2024 10:59 |

**Publicado por:**
Leonardo Costalonga Trevisane
**Código Identificador:**ECC53FA8

**PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO - PGM DECRETO Nº 20.568, DE 3 DE JANEIRO DE 2024. DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL LUIZ CARLOS PIRES DE MORAIS**

**DECRETO Nº 20.568, DE 3DEJANEIRODE2024.**

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL LUIZ CARLOS PIRES DE MORAIS

**A Prefeita Municipal de Ariquemes**, Estado de Rondônia, no uso de suas atribuições legais;

**Considerando**oMemorando 2 de 03/01/2024 (ID 2062769), advindo da Secretaria Municipal de Governo.

***DECRETA:***

**Art. 1º**Fica nomeado o Servidor Público Luiz Carlos Pires de Morais, ao cargo de Diretor da Escola Municipal de Educação Infantil e Ensino Fundamental Paulina Mafini, lotado na Secretaria Municipal de Educação de Ariquemes.

**Art. 2º**Este Decreto entraráem vigor na data de sua publicação.

Ariquemes/RO, no Centro Administrativo Dr. Carpintero, em 3 de janeiro de 2024, 133º da República.

***CARLA GONÇALVES REZENDE***
Prefeita do Município de Ariquemes/RO

Documento assinado eletronicamente (ICP-BR) por**CARLA GONCALVES REZENDE**,**PREFEITA MUNICIPAL**, em 05/01/2024 às 08:38, horário de Ariquemes/RO, com fulcro no art. 18 doDecreto nº 16.426 de 16/04/2020.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no sitetransparencia.ariquemes.ro.gov.br, informando o ID**2063691**e o código verificador**60921FD4**.

| Cientes | | | |
|---|---|---|---|
| **Seq.** | **Nome** | **CPF** | **Data/Hora** |
| 1 | GUSTAVO DA CUNHA SILVEIRA | ***.696.051-** | 04/01/2024 16:04 |
| 2 | JOANADIR PEREIRA GOMES | ***.127.102-** | 05/01/2024 10:58 |

**Publicado por:**
Leonardo Costalonga Trevisane
**Código Identificador:**782672DC

**PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO - PGM DECRETO Nº 20.569, DE 3 DE JANEIRO DE 2024. DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL LUCINEIA VIDAL DE MOURA.**

**DECRETO Nº 20.569, DE 3DEJANEIRODE2024.**

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL LUCINEIA VIDAL DE MOURA.

**A Prefeita Municipal de Ariquemes**, Estado de Rondônia, no uso de suas atribuições legais;

**Considerando**oMemorando 2 de 03/01/2024 (ID 2062769), advindo da Secretaria Municipal de Governo.

***DECRETA:***

**Art. 1º**Fica nomeada a Servidora Pública Lucineia Vidal de Moura,ao cargo de Diretora da Escola Municipal de Educação Infantil e Ensino Fundamental Vinicius de Moraes, lotada na Secretaria Municipal de Educação de Ariquemes.

**Art. 2º**Este Decreto entraráem vigor na data de sua publicação.

Ariquemes/RO, no Centro Administrativo Dr. Carpintero, em 3 de janeiro de 2024, 133º da República.

***CARLA GONÇALVES REZENDE***
Prefeita do Município de Ariquemes/RO

Documento assinado eletronicamente (ICP-BR) por**CARLA GONCALVES REZENDE**,**PREFEITA MUNICIPAL**, em

05/01/2024 às 08:38, horário de Ariquemes/RO, com fulcro no art. 18 doDecreto nº 16.426 de 16/04/2020.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no sitetransparencia.ariquemes.ro.gov.br, informando o ID**2063695**e o código verificador**81063D3A**.

| Cientes | | | |
|---|---|---|---|
| **Seq.** | **Nome** | **CPF** | **Data/Hora** |
| 1 | GUSTAVO DA CUNHA SILVEIRA | ***.696.051-** | 04/01/2024 16:04 |
| 2 | JOANADIR PEREIRA GOMES | ***.127.102-** | 05/01/2024 10:58 |

**Publicado por:**
Leonardo Costalonga Trevisane
**Código Identificador:**C79155AE

**PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO - PGM DECRETO Nº 20.570, DE 3 DE JANEIRO DE 2024. DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL JOSÉ ROBERTO DA SILVA.**

**DECRETO Nº 20.570, DE 3DEJANEIRODE2024.**

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL JOSÉ ROBERTO DA SILVA.

**A Prefeita Municipal de Ariquemes**, Estado de Rondônia, no uso de suas atribuições legais;

**Considerando**oMemorando 2 de 03/01/2024 (ID 2062769), advindo da Secretaria Municipal de Governo.

***DECRETA:***

**Art. 1º**Fica nomeado o Servidor Público José Roberto da Silva, ao cargo de Diretor da Escola Municipal de Educação Infantil e Ensino Fundamental Padre Angelo Spadari, lotado na Secretaria Municipal de Educação de Ariquemes.

**Art. 2º**Este Decreto entraráem vigor na data de sua publicação.

Ariquemes/RO, no Centro Administrativo Dr. Carpintero, em 3 de janeiro de 2024, 133º da República.

***CARLA GONÇALVES REZENDE***
Prefeita do Município de Ariquemes/RO

Documento assinado eletronicamente (ICP-BR) por**CARLA GONCALVES REZENDE**,**PREFEITA MUNICIPAL**, em 05/01/2024 às 08:38, horário de Ariquemes/RO, com fulcro no art. 18 doDecreto nº 16.426 de 16/04/2020.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no sitetransparencia.ariquemes.ro.gov.br, informando o ID**2063700**e o código verificador**23235357**

| Cientes | | | |
|---|---|---|---|
| **Seq.** | **Nome** | **CPF** | **Data/Hora** |
| 1 | GUSTAVO DA CUNHA SILVEIRA | ***.696.051-** | 04/01/2024 16:04 |
| 2 | JOANADIR PEREIRA GOMES | ***.127.102-** | 05/01/2024 10:57 |

**Publicado por:**
Leonardo Costalonga Trevisane
**Código Identificador:**3400557D

**PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO - PGM DECRETO Nº 20.571, DE 3 DE JANEIRO DE 2024. DISPÕE SOBRE A EXONERAÇÃO E VACÂNCIA DA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL, DULCINEIA DOS SANTOS.**

**DECRETO Nº 20.571,DE 3 DE JANEIRO DE 2024.**

*DISPÕE SOBRE A EXONERAÇÃO E VACÂNCIA DASERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL,DULCINEIA DOS SANTOS.*

**APrefeitaMunicipal de Ariquemes**, Estado de Rondônia, no exercício de suas atribuições legais;

**Considerando**oDespacho 1 de 03/01/2024 (ID 2062916), advindo da Secretaria de Planejamento, Orçamento e Gestão.

***DECRETA:***

**Art. 1º**Fica exonerada a Servidora Pública Municipal, por motivo de Aposentadoria voluntaria por idade e tempo de contribuição,Dulcineia dos Santos, pertencente ao quadro de servidores efetivos, admitida em 16/7/1992, Matrícula de nº 1315-3, no Cargo de Agente de Gestão Pública / função Agente Administrativo Nível I, lotada na Secretaria Municipal de Planejamento, Orçamento e Gestão.

**Art. 2º**Fica vago o Cargo de Agente de Gestão Pública / função Agente Administrativo Nível I.

**Art. 3º**Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 2 de janeiro de 2024.

Ariquemes/RO, no Centro Administrativo Dr. Carpintero, em 3 de janeiro de 2024, 133º da República.

***CARLA GONÇALVES REZENDE***
Prefeita do Município de Ariquemes/RO

Documento assinado eletronicamente (ICP-BR) por**CARLA GONCALVES REZENDE**,**PREFEITA MUNICIPAL**, em 05/01/2024 às 08:38, horário de Ariquemes/RO, com fulcro no art. 18 doDecreto nº 16.426 de 16/04/2020.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no sitetransparencia.ariquemes.ro.gov.br, informando o ID**2063705**e o código verificador**6A0F90EE**.

| Cientes | | | |
|---|---|---|---|
| **Seq.** | **Nome** | **CPF** | **Data/Hora** |
| 1 | GUSTAVO DA CUNHA SILVEIRA | ***.696.051-** | 04/01/2024 16:04 |
| 2 | Paulo Belegante | ***.134.569-** | 05/01/2024 09:53 |
| 3 | JOANADIR PEREIRA GOMES | ***.127.102-** | 05/01/2024 11:03 |

**Publicado por:**
Leonardo Costalonga Trevisane
**Código Identificador:**7594AD80

**PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO - PGM DECRETO Nº 20.572, DE 3 DE JANEIRO DE 2024. DISPÕE SOBRE A EXONERAÇÃO E VACÂNCIA DA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL, JOÃO MARQUES FILHO**

**DECRETO Nº 20.572,DE 3 DE JANEIRO DE 2024.**

*DISPÕE SOBRE A EXONERAÇÃO E VACÂNCIA DASERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL,JOÃO MARQUES FILHO*

**APrefeitaMunicipal de Ariquemes**, Estado de Rondônia, no exercício de suas atribuições legais;

**Considerando**oDespacho 1 de 03/01/2024 (ID 2062916), advindo da Secretaria de Planejamento, Orçamento e Gestão.

***DECRETA:***

**Art. 1º**Fica exonerada o Servidor Público Municipal, por motivo de Aposentadoria voluntaria por idade e tempo de contribuição, João Marques Filho, pertencente ao quadro de servidores efetivos, admitido em 3/3/1999, Matrícula de nº 2910-6, no Cargo de Agente

Operacional II / função de Motorista de Veículos Pesados Nível III, lotado na Secretaria Municipal de Obras.

**Art. 2º**Fica vago o Cargo de Agente Operacional II / função de Motorista de Veículos Pesados Nível III

**Art. 3º**Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação,com efeitos retroativos a 2 de janeiro de 2024.

Ariquemes/RO, no Centro Administrativo Dr. Carpintero, em 3 de janeiro de 2024, 133º da República.

***CARLA GONÇALVES REZENDE***
Prefeita do Município de Ariquemes/RO

Documento assinado eletronicamente (ICP-BR) por**CARLA GONCALVES REZENDE**,**PREFEITA MUNICIPAL**, em 05/01/2024 às 08:38, horário de Ariquemes/RO, com fulcro no art. 18 doDecreto nº 16.426 de 16/04/2020.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no sitetransparencia.ariquemes.ro.gov.br, informando o ID**2063717**e o código verificador**459EC72B**.

| Cientes | | | |
|---|---|---|---|
| **Seq.** | **Nome** | **CPF** | **Data/Hora** |
| 1 | GUSTAVO DA CUNHA SILVEIRA | ***.696.051-** | 04/01/2024 16:04 |
| 2 | Paulo Belegante | ***.134.569-** | 05/01/2024 09:53 |
| 3 | JOANADIR PEREIRA GOMES | ***.127.102-** | 05/01/2024 11:03 |

**Publicado por:**
Leonardo Costalonga Trevisane
**Código Identificador:**0E97C4E6

## PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO - PGM DECRETO Nº 20.573, DE 3 DE JANEIRO DE 2024. DISPÕE SOBRE A EXONERAÇÃO E VACÂNCIA DA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL, MARIA LOPES CORREA.

**DECRETO Nº 20.573,DE 3 DE JANEIRO DE 2024.**

*DISPÕE SOBRE A EXONERAÇÃO E VACÂNCIA DASERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL,MARIA LOPES CORREA.*

**APrefeitaMunicipal de Ariquemes**, Estado de Rondônia, no exercício de suas atribuições legais;

**Considerando**oDespacho 1 de 03/01/2024 (ID 2062916), advindo da Secretaria de Planejamento, Orçamento e Gestão.

***DECRETA:***

**Art. 1º**Fica exonerada a Servidora Pública Municipal, por motivo de Aposentadoria voluntaria por idade e tempo de contribuição,Maria Lopes Correa, pertencente ao quadro de servidores efetivos, admitida em 4/4/2000, Matrícula de nº 3258-1, no Cargo de Agente de Gestão Pública / função Agente Administrativo Nível II, lotada na Secretaria Municipal de Agricultura Indústria e Comércio.

**Art. 2º**Fica vago o Cargo de Agente de Gestão Pública / função Agente Administrativo Nível II

**Art. 3º**Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação,com efeitos retroativos a 2 de janeiro de 2024.

Ariquemes/RO, no Centro Administrativo Dr. Carpintero, em 3 de janeiro de 2024, 133º da República.

***CARLA GONÇALVES REZENDE***
Prefeita do Município de Ariquemes/RO

Documento assinado eletronicamente (ICP-BR) por**CARLA GONCALVES REZENDE**,**PREFEITA MUNICIPAL**, em 05/01/2024 às 08:38, horário de Ariquemes/RO, com fulcro no art. 18 doDecreto nº 16.426 de 16/04/2020.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no sitetransparencia.ariquemes.ro.gov.br, informando o ID**2063721**e o código verificador**FBB58966**.

| Cientes | | | |
|---|---|---|---|
| **Seq.** | **Nome** | **CPF** | **Data/Hora** |
| 1 | GUSTAVO DA CUNHA SILVEIRA | ***.696.051-** | 04/01/2024 16:04 |
| 2 | Paulo Belegante | ***.134.569-** | 05/01/2024 09:53 |
| 3 | JOANADIR PEREIRA GOMES | ***.127.102-** | 05/01/2024 10:56 |

**Publicado por:**
Leonardo Costalonga Trevisane
**Código Identificador:**61FC1B8F

## PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO - PGM DECRETO Nº 20.574, DE 3 DE JANEIRO DE 2024. DISPÕE SOBRE A EXONERAÇÃO E VACÂNCIA DA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL, MARIA ALZIRA GRONGA.

**DECRETO Nº 20.574,DE 3 DE JANEIRO DE 2024.**

*DISPÕE SOBRE A EXONERAÇÃO E VACÂNCIA DASERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL,MARIA ALZIRA GRONGA.*

**APrefeitaMunicipal de Ariquemes**, Estado de Rondônia, no exercício de suas atribuições legais;

**Considerando**oDespacho 1 de 03/01/2024 (ID 2062916), advindo da Secretaria de Planejamento, Orçamento e Gestão.

***DECRETA:***

**Art. 1º**Fica exonerada a Servidora Pública Municipal, por motivo de Aposentadoria voluntaria por idade e tempo de contribuição, Maria Alzira Gronga, pertencente ao quadro de servidores efetivos, admitida em 23/12/1999, Matrícula de nº 310200-9, no Cargo de Agente de Serviços / função Serviços Gerais Nível I, lotada na Secretaria Municipal de Saúde.

**Art. 2º**Fica vago o Cargo de Agente de Serviços / função Serviços Gerais Nível I.

**Art. 3º**Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação,com efeitos retroativos a 2 de janeiro de 2024.

Ariquemes/RO, no Centro Administrativo Dr. Carpintero, em 3 de janeiro de 2024, 133º da República.

***CARLA GONÇALVES REZENDE***
Prefeita do Município de Ariquemes/RO

Documento assinado eletronicamente (ICP-BR) por**CARLA GONCALVES REZENDE**,**PREFEITA MUNICIPAL**, em 05/01/2024 às 08:39, horário de Ariquemes/RO, com fulcro no art. 18 doDecreto nº 16.426 de 16/04/2020.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no sitetransparencia.ariquemes.ro.gov.br, informando o ID**2063724**e o código verificador**5DEDD91A**.

| Cientes | | | |
|---|---|---|---|
| **Seq.** | **Nome** | **CPF** | **Data/Hora** |
| 1 | GUSTAVO DA CUNHA SILVEIRA | ***.696.051-** | 04/01/2024 16:04 |
| 2 | Paulo Belegante | ***.134.569-** | 05/01/2024 09:53 |
| 3 | JOANADIR PEREIRA GOMES | ***.127.102-** | 05/01/2024 10:56 |

**Publicado por:**
Leonardo Costalonga Trevisane
**Código Identificador:**1822CC6A

**PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO - PGM DECRETO Nº 20.575, DE 3 DE JANEIRO DE 2024. DISPÕE SOBRE A EXONERAÇÃO E VACÂNCIA DO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL, GILMAR FRANCISCO DIAS**

**DECRETO Nº 20.575,DE 3 DE JANEIRO DE 2024.**

*DISPÕE SOBRE A EXONERAÇÃO E VACÂNCIA DOSERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL,GILMAR FRANCISCO DIAS*

**APrefeitaMunicipal de Ariquemes**, Estado de Rondônia, no exercício de suas atribuições legais;

**Considerando**oDespacho 1 de 03/01/2024 (ID 2062916), advindo da Secretaria de Planejamento, Orçamento e Gestão.

***DECRETA:***

**Art. 1º**Fica exonerado o Servidor Público Municipal, por motivo de Aposentadoria voluntaria por idade e tempo de contribuição, Gilmar Francisco Dias, pertencente ao quadro de servidores efetivos, admitido em 13/2/1998, Matrícula de nº 2111-3, no Cargo de Agente de Infra - Estrutura I / função Op. Maq. Pes. Motoniveladora Nível III, lotado na Secretaria Municipal de Obras.

**Art. 2º**Fica vago o Cargo de Agente de Infra - Estrutura I / função Op. Maq. Pes. Motoniveladora Nível III.

**Art. 3º**Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação,com efeitos retroativos a 2 de janeiro de 2024.

Ariquemes/RO, no Centro Administrativo Dr. Carpintero, em 3 de janeiro de 2024, 133º da República.

***CARLA GONÇALVES REZENDE***
Prefeita do Município de Ariquemes/RO

Documento assinado eletronicamente (ICP-BR) por**CARLA GONCALVES REZENDE**,**PREFEITA MUNICIPAL**, em 05/01/2024 às 08:39, horário de Ariquemes/RO, com fulcro no art. 18 doDecreto nº 16.426 de 16/04/2020.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no sitetransparencia.ariquemes.ro.gov.br, informando o ID**2063726**e o código verificador**D589A5C3**.

| Cientes | | | |
|---|---|---|---|
| **Seq.** | **Nome** | **CPF** | **Data/Hora** |
| 1 | GUSTAVO DA CUNHA SILVEIRA | ***.696.051-** | 04/01/2024 16:04 |
| 2 | Paulo Belegante | ***.134.569-** | 05/01/2024 09:53 |
| 3 | JOANADIR PEREIRA GOMES | ***.127.102-** | 05/01/2024 10:55 |

**Publicado por:**
Leonardo Costalonga Trevisane
**Código Identificador:**2FD3315E

**PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO - PGM DECRETO Nº 20.576, DE 3 DE JANEIRO DE 2024. DISPÕE SOBRE A EXONERAÇÃO E VACÂNCIA DO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL, JUSCELIO SAVI DOS SANTOS**

**DECRETO Nº 20.576,DE 3 DE JANEIRO DE 2024.**

*DISPÕE SOBRE A EXONERAÇÃO E VACÂNCIA DOSERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL,JUSCELIO SAVI DOS SANTOS*

**APrefeitaMunicipal de Ariquemes**, Estado de Rondônia, no exercício de suas atribuições legais;

**Considerando**oDespacho 1 de 03/01/2024 (ID 2062916), advindo da Secretaria de Planejamento, Orçamento e Gestão.

***DECRETA:***

**Art. 1º**Fica exonerado o Servidor Público Municipal, por motivo de Aposentadoria voluntaria por idade e tempo de contribuição, Juscelio Savi dos Santos, pertencente ao quadro de servidores efetivos, admitido em 26/5/2006, Matrícula de nº 4356-7, no Cargo de Guarda Municipal I / função de Guarda Comunitário Nível III, lotado na Secretaria Municipal de Segurança e Trânsito.

**Art. 2º**Fica vago o Cargo de Guarda Municipal I / função de Guarda Comunitário Nível III.

**Art. 3º**Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação,com efeitos retroativos a 2 de janeiro de 2024.

Ariquemes/RO, no Centro Administrativo Dr. Carpintero, em 3 de janeiro de 2024, 133º da República.

***CARLA GONÇALVES REZENDE***
Prefeita do Município de Ariquemes/RO

Documento assinado eletronicamente (ICP-BR) por**CARLA GONCALVES REZENDE**,**PREFEITA MUNICIPAL**, em 05/01/2024 às 08:39, horário de Ariquemes/RO, com fulcro no art. 18 doDecreto nº 16.426 de 16/04/2020.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no sitetransparencia.ariquemes.ro.gov.br, informando o ID**2063731**e o código verificador**98708BFB**.

| Cientes | | | |
|---|---|---|---|
| **Seq.** | **Nome** | **CPF** | **Data/Hora** |
| 1 | GUSTAVO DA CUNHA SILVEIRA | ***.696.051-** | 04/01/2024 16:04 |
| 2 | Paulo Belegante | ***.134.569-** | 05/01/2024 09:53 |
| 3 | JOANADIR PEREIRA GOMES | ***.127.102-** | 05/01/2024 10:55 |

**Publicado por:**
Leonardo Costalonga Trevisane
**Código Identificador:**E6909304

**PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO - PGM DECRETO Nº 20.577, DE 3 DE JANEIRO DE 2024. DISPÕE SOBRE A EXONERAÇÃO E VACÂNCIA DA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL, SONIA FERREIRA**

**DECRETO Nº 20.577,DE 3 DE JANEIRO DE 2024.**

*DISPÕE SOBRE A EXONERAÇÃO E VACÂNCIA DASERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL,SONIA FERREIRA*

**A Prefeita Municipal de Ariquemes**, Estado de Rondônia, no exercício de suas atribuições legais;

**Considerando** o Despacho 1 de 03/01/2024 (ID 2062916), advindo da Secretaria de Planejamento, Orçamento e Gestão.

***DECRETA:***

**Art. 1º**Fica exonerada a Servidora Pública Municipal, por motivo de Aposentadoria voluntaria por idade e tempo de contribuição, Sonia Ferreira, pertencente ao quadro de servidores efetivos, admitida em 26/3/2009, Matrícula de nº 7648-1, no Cargo cargo / função de Agente de Serviços Escolar Nível III, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

**Art. 2º**Fica vago o Cargo de cargo / função de Agente de Serviços Escolar Nível III.

**Art. 3º**Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação,com efeitos retroativos a 2 de janeiro de 2024.

Ariquemes/RO, no Centro Administrativo Dr. Carpintero, em 3 de janeiro de 2024, 133º da República.

***CARLA GONÇALVES REZENDE***
Prefeita do Município de Ariquemes/RO

Documento assinado eletronicamente (ICP-BR) por**CARLA GONCALVES REZENDE**,**PREFEITA MUNICIPAL**, em 05/01/2024 às 08:39, horário de Ariquemes/RO, com fulcro no art. 18 doDecreto nº 16.426 de 16/04/2020.
A autenticidade deste documento pode ser conferida no sitetransparencia.ariquemes.ro.gov.br, informando o ID**2063734**e o código verificador**E231CD60**.

| Cientes | | | |
|---|---|---|---|
| **Seq.** | **Nome** | **CPF** | **Data/Hora** |
| 1 | GUSTAVO DA CUNHA SILVEIRA | ***.696.051-** | 04/01/2024 16:04 |
| 2 | Paulo Belegante | ***.134.569-** | 05/01/2024 09:53 |
| 3 | JOANADIR PEREIRA GOMES | ***.127.102-** | 05/01/2024 10:53 |

**Publicado por:**
Leonardo Costalonga Trevisane
**Código Identificador:**31891614

**PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO - PGM DECRETO Nº 20.579, DE 4 DE JANEIRO DE 2024. DISPÕE SOBRE SUSPENSÃO DA EMPRESA DMC DISTRIBUIDORA COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA EPP DE PARTICIPAR DE LICITAÇÃO E CONTRATAR COM A ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL DE ARIQUEMES.**

**DECRETO Nº 20.579, DE 4 DE JANEIRO DE 2024.**

*DISPÕE SOBRE SUSPENSÃO DA EMPRESADMC DISTRIBUIDORA COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA EPPDE PARTICIPAR DE LICITAÇÃO E CONTRATAR COM A ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL DE ARIQUEMES.*

**A Prefeita Municipal de Ariquemes**, Estado de Rondônia, no uso de suas atribuições legais;

**Considerando**o fato de que a empresa, no ato da disputa e contratação teve ciência de todo o constante no processo licitatório e ata de registro de preços, inclusive a urgência/necessidade em adquirir objeto do contrato e o prazo de entrega do mesmo;

**Considerando**o Processo Sancionatório n°3170/2023.

***DECRETA:***

**Art. 1º**Suspende a empresa**DMC DISTRIBUIDORA COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA EPP**, inscrita no CNPJ sob o n° 16.970.999/0001-31, localizada na Av. Caldas Júnior, Sala 02, 27 - Três Vendas Erechim/RS, de participar de licitação e contratar com a Administração Municipal de Ariquemes, pelo descumprimento das cláusulas contratuais referentes ao prazo de entrega.

**Art. 2º**A suspensão perdurará pelo prazo de 12 (doze) meses, com a data de início em 3/1/2024, ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a sua pena.

**Art. 3º**Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Ariquemes/RO, no Centro Administrativo Dr. Carpintero, em 4 de janeiro de 2024, 133º da República.

***CARLA GONÇALVES REZENDE***
Prefeita do Município de Ariquemes/RO

Documento assinado eletronicamente (ICP-BR) por**CARLA GONCALVES REZENDE**,**PREFEITA MUNICIPAL**, em 05/01/2024 às 08:42, horário de Ariquemes/RO, com fulcro no art. 18 doDecreto nº 16.426 de 16/04/2020.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no sitetransparencia.ariquemes.ro.gov.br, informando o ID**2064285**e o código verificador**8CB30602**.

| Cientes | | | |
|---|---|---|---|
| **Seq.** | **Nome** | **CPF** | **Data/Hora** |
| 1 | GUSTAVO DA CUNHA SILVEIRA | ***.696.051-** | 04/01/2024 16:04 |

**Publicado por:**
Leonardo Costalonga Trevisane
**Código Identificador:**357AE721

**PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO - PGM DECRETO Nº 20.580, DE 4 DE JANEIRO DE 2024. DISPÕE SOBRE A EXONERAÇÃO DA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL ELIS REGINA ALVES PEREIRA.**

**DECRETO Nº 20.580, DE 4 DE JANEIRO DE 2024.**

DISPÕE SOBRE A EXONERAÇÃO DA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL ELIS REGINA ALVES PEREIRA.

**A Prefeita Municipal de Ariquemes**, Estado de Rondônia, no uso de suas atribuições legais;

**Considerando**oMemorando 336 de 14/12/2023 (ID 2031003), advindo da Secretaria Municipal de Segurança e Trânsito.

***DECRETA:***

**Art. 1º**Fica exonerada a Servidora Pública Elis Regina Alves Pereira, docargo comissionado Coordenadoria de Defesa Civil, CDS-02, lotada na Secretaria Municipal de Segurança e Trânsito.

**Art. 2º**Este Decreto entraráem vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 31 de dezembro de 2023.

Ariquemes/RO, no Centro Administrativo Dr. Carpintero, em 4 de janeiro de 2024, 133º da República.

***CARLA GONÇALVES REZENDE***
Prefeita do Município de Ariquemes/RO

Documento assinado eletronicamente (ICP-BR) por**CARLA GONCALVES REZENDE**,**PREFEITA MUNICIPAL**, em 05/01/2024 às 08:42, horário de Ariquemes/RO, com fulcro no art. 18 doDecreto nº 16.426 de 16/04/2020.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no sitetransparencia.ariquemes.ro.gov.br, informando o ID**2064559**e o código verificador**33207416**.

| Cientes | | | |
|---|---|---|---|
| **Seq.** | **Nome** | **CPF** | **Data/Hora** |
| 1 | GUSTAVO DA CUNHA SILVEIRA | ***.696.051-** | 04/01/2024 16:04 |
| 2 | RODRIGO PEREZ PEDROTI | ***.292.762-** | 05/01/2024 08:48 |
| 3 | DANIELA IECKER GASPAR | ***.458.642-** | 05/01/2024 09:01 |
| 4 | JOANADIR PEREIRA GOMES | ***.127.102-** | 05/01/2024 10:53 |

**Publicado por:**
Leonardo Costalonga Trevisane
**Código Identificador:**9CF5818A

**PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO - PGM**
**DECRETO Nº 20.581, DE 4 DE JANEIRO DE 2024. DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL JOCEMARA LOPES DE LIMA.**

**DECRETO Nº 20.581, DE 4 DE JANEIRO DE 2024.**

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL JOCEMARA LOPES DE LIMA.

**A Prefeita Municipal de Ariquemes**, Estado de Rondônia, no uso de suas atribuições legais;

**Considerando**oMemorando 336 de 14/12/2023 (ID 2031003), advindo da Secretaria Municipal de Segurança e Trânsito.

***DECRETA:***

**Art. 1º**Fica nomeada a Servidora Pública Jocemara Lopes de Lima, aocargo comissionado Coordenadoria de Defesa Civil, CDS-02, lotada na Secretaria Municipal de Segurança e Trânsito.

**Art. 2º**Este Decreto entraráem vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 3 de janeiro de 2024.

Ariquemes/RO, no Centro Administrativo Dr. Carpintero, em 4 de janeiro de 2024, 133º da República.

***CARLA GONÇALVES REZENDE***
Prefeita do Município de Ariquemes/RO

Documento assinado eletronicamente (ICP-BR) por**CARLA GONCALVES REZENDE**,**PREFEITA MUNICIPAL**, em 05/01/2024 às 08:42, horário de Ariquemes/RO, com fulcro no art. 18 doDecreto nº 16.426 de 16/04/2020.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no sitetransparencia.ariquemes.ro.gov.br, informando o ID**2064633**e o código verificador**530A795E**.

| Cientes | | | |
|---|---|---|---|
| **Seq.** | **Nome** | **CPF** | **Data/Hora** |
| 1 | GUSTAVO DA CUNHA SILVEIRA | ***.696.051-** | 04/01/2024 16:04 |
| 2 | RODRIGO PEREZ PEDROTI | ***.292.762-** | 05/01/2024 08:48 |
| 3 | DANIELA IECKER GASPAR | ***.458.642-** | 05/01/2024 09:02 |
| 4 | JOANADIR PEREIRA GOMES | ***.127.102-** | 05/01/2024 10:52 |

**Publicado por:**
Leonardo Costalonga Trevisane
**Código Identificador:**51D75E58

**SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL**
**ESTADO DE RONDÔNIA PREFEITURA MUNICIPAL DE ARIQUEMES**

**PORTARIA Nº 965, DE 21DE NOVEMBRODE 2023.**

*DISPÕE SOBRE A AUTORIZAÇÃO DO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL PARA DIRIGIR VEÍCULOS OFICIAIS NOÂMBITO DASECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL DE ARIQUEMES.*

**ASecretária Municipal de Desenvolvimento Socialde Ariquemes**, Estado de Rondônia, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei.

**Considerando**oMemorando 1278 de 19/12/2023 (ID 2039682), advindo da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social de Ariquemes/RO.

**RESOLVE:**

**Art. 1º**Autorizar Servidores Públicos Municipal no âmbito de suas atividades laborais a dirigir veículos oficiais pertencentes à Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social**,**como segue:

| NOME | Nº DE REGISTRO | LOCAL |
|---|---|---|
| NATHALIA DE OLIVEIRA VITÓRIO | 05262914483 | SEMDES |
| HELEN DE JESUS FÉLIX | 05738572601 | SEMDES |
| ALINE CAMPOS STEDILE | 03986028559 | SEMDES |
| PATRICIA DA SILVA COSTA | 04570092746 | SEMDES |

**Art. 2º**Para conduzir o veículo oficial, os servidores autorizados deverá possuir Carteira Nacional de Habilitação válida, e com categoria compatível com o tipo de veículo a ser conduzido.

**Art. 3º**Os servidores autorizado deverá verificar se o veículo possui condições de segurança para trafegar, sendo de sua responsabilidade qualquer ônus decorrente de ato culposo ou doloso que venha a cometer na condução do veículo oficial.

**Parágrafo único**. Na ausência de condições de uso e na hipótese de o veículo estar em desacordo com as normas de segurança de trânsito, o servidor deverá comunicar imediatamente ao Secretário (a) da Pasta responsável para que providencie a reparação ou a adequação do veículo à legislação pertinente.

**Art. 4º**As normas do Código Trânsito Brasileiro, devem ser rigorosamente observadas pelo condutor do veículo oficial e pelo responsável por sua manutenção.

**Art. 5º**Os servidores autorizado a conduzir veículo oficial, que for autuado por infração às normas de trânsito, estará sujeito ao procedimento administrativo para apuração de responsabilidade e ressarcimento ao Erário.

**Art. 6º**É vedado ao servidor público autorizado:

**a)**a cessão da direção do veículo a terceiros, exceto se também autorizados ou na ocorrência de caso fortuito ou força maior;
**b)**a utilização em atividades particulares ou diversas daquelas que motivarem a autorização;
**c)**a condução de pessoas e/ou materiais estranhos à Administração Pública;
**d)**a utilização fora do horário de expediente ou da escala do servidor, salvo nos casos previamente autorizados e pormenorizados pelo Órgão/Unidade autorizador na ficha de controle de tráfego.

**Art. 7º**Os servidores autorizado a dirigir veículo oficial, deverá preencher e assinar todo e qualquer formulário que eventualmente se mostre eficaz no dirimir de possíveis dúvidas sobre o trajeto, horário e finalidade da condução, em especial a ficha de controle de tráfego a ser instituída pelo Órgão/Unidade Responsável.

**Art. 8º**A autorização de que trata esta Portaria, não configura acúmulo de atribuições e não assegura ao servidor autorizado o direito a qualquer acréscimo salarial.

**Art.9º**O servidor que por ventura estiver fazendo uso da faculdade prevista pelo Anexo II, da Resolução N° 805, de 16 de Novembro de 2020, do Contran, o qual prorrogou os prazos de renovação da CNH, deverão se atentar aos prazos ali concedidos para o fim de não incorrer em infração de trânsito, com o consequente dever de ressarcir o erário de eventuais danos decorrentes.

**Art.10.**Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Ariquemes/RO, no Centro Administrativo Dr. Carpintero, em 21 de novembro de 2023, 133º da República.

***SOLANGE DA SILVA LINHARES***
Secretária Municipal de Desenvolvimento Social de Ariquemes/RO

**Publicado por:**
Gabriely Toigo Dos Reis
**Código Identificador:**3939D887

**SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**
**CARTA DE ADVERTENCIA 16425/2023**

**CARTA DE ADVERTÊNCIA**

Processo Sancionatório: 16425/2023
Processo Administrativo: 22533/2022
Fornecedor: SUELLEN BEZERRA SILVA
CNPJ: 35.842.972/0001-08
Nota de empenho n.º 1769/2023

Tendo em vista que esta empresa cometeu falta e infringiu o disposto no Pregão Eletrônico n.º 124/2022, resolvemos aplicar-lhe como medida disciplinar a presente **ADVERTÊNCIA**, tipificada pela Lei Federal nº 8.666/1993, no artigo 87, inciso I e Decreto Municipal nº 14.851/2020, no artigo 21, inciso I, com o intuito de evitar a reincidência ou o cometimento de irregularidades de qualquer natureza prevista em lei que obrigue a administração a tomar outras medidas cabíveis.

**Lei Federal n° 8.666/1993, Art. 87.** Pela inexecução total ou parcial do contrato a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar ao contratado as seguintes sanções:
**I- advertência;**

**Decreto Municipal n° 14.851/2018, Art. 20.** Aos fornecedores que descumprirem total ou parcialmente os contratos celebrados com a Administração Pública Municipal, e aos licitantes que cometam atos visando frustrar os objetivos da licitação, serão aplicadas as seguintes sanções:
**I- Advertência (...);**

Ariquemes,04 de janeiro de 2024.

***EVELYN MARTINS LUCIANO ALVES SILVA***
Secretária Municipal Interina de Saúde de Ariquemes
Decreto 20.494/2023

*Para seu conhecimento, transcrevemos abaixo a cláusula o item do Pregão Eletrônico n.º 124/2022:*
*17. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS, DECRETO MUNICIPAL Nº 16.875 DE 16 DE OUTUBRO DE 2020 17.1 9.1 Art. 21. Aos fornecedores que descumprirem total ou parcialmente os contratos celebrados com a Administração Pública Municipal, e aos licitantes que cometam atos visando frustrar os objetivos da licitação, serão aplicadas as seguintes sanções:*
*17.1.1 I - advertência (...).*

**Publicado por:**
Erica da Silva Nascimento
**Código Identificador:**7E1CAB9D

**SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**
**DECRETO Nº 20.579, DE 4 DE JANEIRO DE 2024.**

**DECRETO Nº 20.579, DE 4 DE JANEIRO DE 2024.**

*DISPÕE SOBRE SUSPENSÃO DA EMPRESADMC DISTRIBUIDORA COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA EPPDE PARTICIPAR DE LICITAÇÃO E CONTRATAR COM A ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL DE ARIQUEMES.*

**A Prefeita Municipal de Ariquemes**, Estado de Rondônia, no uso de suas atribuições legais;

**Considerando**o fato de que a empresa, no ato da disputa e contratação teve ciência de todo o constante no processo licitatório e ata de registro de preços, inclusive a urgência/necessidade em adquirir objeto do contrato e o prazo de entrega do mesmo;

**Considerando**o Processo Sancionatório n°3170/2023.

***DECRETA:***

**Art. 1º**Suspende a empresa**DMC DISTRIBUIDORA COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA EPP**, inscrita no CNPJ sob o n° 16.970.999/0001-31, localizada na Av. Caldas Júnior, Sala 02, 27 - Três Vendas Erechim/RS, de participar de licitação e contratar com a Administração Municipal de Ariquemes, pelo descumprimento das cláusulas contratuais referentes ao prazo de entrega.

**Art. 2º**A suspensão perdurará pelo prazo de 12 (doze) meses, com a data de início em 3/1/2024, ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a sua pena.

**Art. 3º**Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Ariquemes/RO, no Centro Administrativo Dr. Carpintero, em 4 de janeiro de 2024, 133º da República.

***CARLA GONÇALVES REZENDE***
Prefeita do Município de Ariquemes/RO

**Publicado por:**
Erica da Silva Nascimento
**Código Identificador:**626DC2AD

**ESTADO DE RONDÔNIA**
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITIS**

**GABINETE DO PREFEITO**
**PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO TERMO DE ACORDO E COOPERAÇÃO E CESSÃO DE USO N° 026/PMB/2021**

**PROCESSO Nº 1-1462/2021-SEMAGRI**
**CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 10/2021/CPLMS**

**O MUNICÍPIO DE BURITIS, ESTADO DE RONDÔNIA**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 01.266.058/0001-44, estabelecido na Rua São Lucas, 2476, Setor 06, CEP nº 76.880-000, nesta cidade e comarca de Buritis-RO, no presente ato representado pelo Prefeito Municipal Sr. RONALDI RODRIGUES DE OLIVEIRA, brasileiro, casado, empresário, inscrito no CPF: 469.598.582-91 e RG sob nº. 504.848 SSP/RO, e a ASSOCIAÇÃO NOVA PEDRA DE PEQUENOS PRODUTORES RURAIS DA LINHA 04 (ASNOP), doravante denominado **PARCEIRO PRIVADO**, pessoa jurídica de direito privado, fundada em 09.02.2002, estabelecida à Linha 04, P. A, Gleba 02, Pedra do Abismo, zona rural do município de Buritis/RO, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 05.107.217/0001-19, neste ato representado na forma de seu estatuto pelo presidente o Senhor GILSON FLAVIO DE AMORIM, brasileiro, maior, agricultor, CPF/MF sob o nº 878.662.692-20 e RG nº 973164 SSP/RO, residente e domiciliado na Linha 03, P.A São Domingos, zona rural do município de Buritis/RO, com fundamento no que dispõem a Lei nº 13.019 de 31 de julho de 2014, Decreto Estadual nº 21.431 de 29 de novembro de 2016 e demais regulamentações, resolvem firmar o presente Termo Aditivo ao Termo de Acordo de Cooperação, Que Será regido pelas cláusulas e condições que seguem:

**CLÁUSULA PRIMEIRA – O presente termo tem por objeto PRORROGAR O PRAZO DE VIGÊNCIA AO TERMO ACORDO E COOPERAÇÃO E CESSÃO DE USO N° 026/PMB/2021, concernente ao processo nº 1462/2021, pelo período de 02 (dois) anos, compreendendo o período de 17.12.2023 a 17.12.2025, conforme Oficio n° 77/SEMAGRI/PMB/2023, fl. 198, com base na previsão legal do art. 57, inciso II da Lei nº 8.666/93.**

**CLÁUSULA SEGUNDA** – As condições omissas do presente **Termo de prorrogação da vigência contratual**, será regido em conformidade com a Lei Federal n.º 8.666/93 e suas alterações.

**CLÁUSULA TERCEIRA** – As demais condições do presente processo, permanecem inalteradas obedecendo à legislação pertinente e que não contrariem o interesse Público.

**CLÁUSULA QUARTA** - Fica eleito o Foro da Comarca de Buritis para dirimir eventuais dúvidas do presente Termo de prorrogação do prazo de vigência ao TERMO ACORDO E COOPERAÇÃO E CESSÃO DE USO N° 026/PMB/2021, com renúncia expressa de outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem assim justas e acordadas as partes, assinam o presente instrumento, em vias de igual teor e forma.

Buritis/RO, 29 de novembro de 2023.

Município de Buritis/RO
***RONALDI RODRIGUES DE OLIVEIRA***
Prefeito do Município

**ASSOCIAÇÃO NOVA PEDRA DE PEQUENOS PRODUTORES RURAIS DA LINHA 04 (ASNOP)**
CNPJ nº 05.107.217/0001-19
Responsável legal

**EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO TERMO DE ACORDO E COOPERAÇÃO E CESSÃO DE USO N° 026/PMB/2021**

**PROCESSO Nº 1-1462/2021-SEMAGRI**
**CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 10/2021/CPLMS**

**PARCEIRO**: ASSOCIAÇÃO NOVA PEDRA DE PEQUENOS PRODUTORES RURAIS DA LINHA 04 (ASNOP)

**OBJETO**: (UM) SILCADOR PARA CANA, SÉRIE N° 1149, COM TOMBAMENTO MUNICIPAL N° 014615

**OBJETO DO ADITAMENTO**: PRORROGAÇÃO DE PRAZO AO TERMO DE ACORDO E COOPERAÇÃO E CESSÃO DE USO Nº 026/PMB/2021

**VIGÊNCIA: 17.12.2025**

Município de Buritis/RO
***RONALDI RODRIGUES DE OLIVEIRA***
Prefeito

**Publicado por:**
Maria Eduarda Dias Ferreira
**Código Identificador:**1FCEA2FB

## ESTADO DE RONDÔNIA
## PREFEITURA MUNICIPAL DE CACOAL

### ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO
### SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO – SEMAD
### 02ª CONVOCAÇÃO DOS CANDIDATOS APROVADOS EM TESTE SELETIVO SIMPLIFICADO EDITAL Nº 003/2023//PMC/SEMAD/RO.

A PREFEITURA MUNICIPAL DE CACOAL, por meio da SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, nouso de suas atribuições legais,conforme a publicação dos candidatos aprovados e classificados no Teste Seletivo Simplificado contidos na HOMOLOGAÇÃO DO RESULTADO FINAL DO TESTE SELETIVO DO EDITAL Nº 003/PMC/2023, datada e publicado no site Oficial da Prefeitura em 15/12/2023 para contratação por tempo determinado por excepcional interesse público de profissionais para atuarem na área da Saúde, assim sendo, **CONVOCA**o candidato abaixo relacionado para comparecerem no Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Cacoal, sito à Rua Anísio Serrão, n. 2100, Centro, para apresentar a documentação necessária no **prazo de 05 (cinco) dias úteis**, a contar desta publicação, por considerar-se serviço essencial, sendo-lhe disponibilizado a CONVOCAÇÂO INDIVIDUAL, a qual contém a listagem da documentação necessária. Frisamos que, o não comparecimento dentro do prazo, conforme previsto no Edital n. 003/PMC/2023 e, ainda, na Lei 2.735/PMC/2010, acarretará em perda da vaga. A listagem dos candidatos aprovados abaixo está em ordem de classificação:

**CARGO: MÉDICO DO TRABALHO**

| ORDEM | NOME DO CANDIDATO | NOTA |
|---|---|---|
| 02 | MARCELO EDWIN SILES CARDOSO | 45,00 |

Esta Convocação entra em vigor na data de sua publicação.

**Cacoal/RO,05 de Janeiro de 2024.**

**Publique-se**
**Cientifique-se;**
**Cumpra-se.**

***ELIANE DE LACERDA LUCIO***
Secretária Municipal de Administração
Dec. N. 9.314/PMC/2023

**Publicado por:**
Kelly Samara Duarte da Rosa
**Código Identificador:**A3611C15

### ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO
### CERTIDÃO

O Município de Cacoal, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ 04.092714/0001-28, situada na Rua Anísio Serrão, nº 2100, com a interveniência da Secretaria municipal de administração e Divisão de Recursos Humanos, certificam que o candidato abaixo relacionado foram convocados para a contratação do TESTE SELETIVO SIMPLIFICADO Nº **003/2023//PMC/SEMAD/RO,** com Convocação publicada na forma da **01 º CONVOCAÇÃO DOS CANDIDATOS APROVADOS EM TESTE SELETIVO** publicada na AROM, para apresentar a documentação conforme nos itens 17.1 e 17.2 do Edital 003/2023//PMC/SEMAD/ROno prazo de 5 (cinco) dias, e em conformidade com a Lei N° 2.735/PMC/2010, mas todavia, o candidato não compareceu para a entrega da documentação. Ficando automaticamente excluídos do Processo Seletivo Simplificado, perdendo sua respectiva vaga.
**CARGO: MÉDICO DO TRABALHO**

| ORDEM | NOME DO CANDIDATO | MOTIVO |
|---|---|---|
| **02** | GUSTAVO BARBOSA DA SILVA SANTOS | NÃO COMPARECEU |

Cacoal/RO, 05 de Janeiro de 2024.

| *GREZIELLE MORESCHI DA SILVA* | *ELIANE DE LACERDA LUCIO SANTOS* |
|---|---|
| Chefe de Recursos Humanos | Secretária Municipal de Administração |
| Port. 0223/PMC/2019 | Dec. N. 9.314/PMC/2023 |

**Publicado por:**
Kelly Samara Duarte da Rosa
**Código Identificador:**C7695720

### ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO
### AUTO DE INFRAÇÃO N. 553

A PREFEITURA MUNICIPAL DE CACOAL, através da Secretaria Municipal de Fazenda torna público o Julgamento à Revelia do auto de infração n. 553/Obras/2023. Processo n. 19638/2023. Sujeito Ativo: Prefeitura Municipal de Cacoal. Sujeito Passivo: EDUARDO SERGIO NOBRE ALMEIDA. Ação Fiscal: Procedente. Dispõe de 30 dias para quitar o crédito reclamado, sob pena de inscrição em Dívida Ativa.

Cacoal, 04 de janeiro 2024.

***CAROLINA LENZI ARMONDES***
Secretária Municipal de Fazenda Decreto n. 9.024/PMC/2022

**Publicado por:**
Kelly Samara Duarte da Rosa
**Código Identificador:**4A958B7D

**ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO**
**AUTO DE INFRAÇÃO N. 554**

A PREFEITURA MUNICIPAL DE CACOAL, através da Secretaria Municipal de Fazenda torna público o Julgamento à Revelia do auto de infração n. 554/Obras/2023. Processo n. 19643/2023. Sujeito Ativo: Prefeitura Municipal de Cacoal. Sujeito Passivo: EDUARDO SERGIO NOBRE ALMEIDA. Ação Fiscal: Procedente. Dispõe de 30 dias para quitar o crédito reclamado, sob pena de inscrição em Dívida Ativa.

Cacoal, 04 de janeiro 2024.

***CAROLINA LENZI ARMONDES***
Secretária Municipal de Fazenda Decreto n. 9.024/PMC/2022

**Publicado por:**
Kelly Samara Duarte da Rosa
**Código Identificador:**3592722C

**ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO**
**AUTO DE INFRAÇÃO N. 884**

A PREFEITURA MUNICIPAL DE CACOAL, através da Secretaria Municipal de Meio Ambiente torna público o Julgamento à revelia do auto de infração n. 884/SEMMA/2023. Processo n. 19884/2023, ocorrido em 12/12/2023. Sujeito Ativo: Prefeitura Municipal de Cacoal. Sujeito Passivo: NARIA VILMA DOS SANTOS. Ação Fiscal: Procedente. Dispõe de 30 dias para quitar o crédito reclamado, sob pena de inscrição em Dívida Ativa.

Cacoal, 05 de Janeiro 2024.

***EDSON VANDER LENZI KAWAI***
Sec. Municipal de Meio Ambiente
Dec. 9.137/PMC/2023

**Publicado por:**
Kelly Samara Duarte da Rosa
**Código Identificador:**DE9D1829

**ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO**
**ERRATA PORTARIA Nº 31/SEMC/2023**

O Prefeito do Municípiode Cacoal, no uso de suas atribuições legais corrige o termo de homologação da Portaria nº 31/SEMC/2023, passam a vigorar com a seguinte redação:
**ONDE SE LÊ:**
Resolve:
**1º-** Ficam designados os servidores abaixo relacionados, lotados na Secretaria Municipal de Cultura para, sob a presidência do primeiro, proceder a Fiscalização e Recebimento Locação de equipamentos para a realização da 2ª CAFECAU (Locação de telão, tendas, climatizadores, geradores e instalação de sistema de som e iluminação – com recursos da SEJUCEL e contrapartida do município a ser realizado pela Prefeitura de Cacoal, referente ao convênio n° 319/SEJUCEL/PGE/2023, firmado em 07/05/2023 no importe de 55.000,00 (cinquenta e cinco mil reais), sendo a contrapartida da CONVENENTE será de pelo menos R$ R$ 8.010,00 (oito mil dez reais),sendo o valor global do ajuste é de 63.010,00 (sessenta e três mil dez reais).

**LEIA-SE:**
**1º-** Ficam designados os servidores abaixo relacionados, lotados na Secretaria Municipal de Cultura para, sob a presidência do primeiro, proceder a Fiscalização e Recebimento Locação de equipamentos para a realização do RÉVEILLON E SORTEIO DO IPTU PREMIADO(Locação de telão, tendas, grades de contenção, geradores e instalação de sistema de som e iluminação – com recursos da SEJUCEL e contrapartida do município a ser realizado pela Prefeitura de Cacoal, referente ao convênio n° 319/SEJUCEL/PGE/2023, firmado em 12/12/2023 no importe de 55.000,00 (cinquenta e cinco mil reais), sendo a contrapartida da CONVENENTE será de pelo menos R$ R$ 8.010,00 (oito mil dez reais),sendo o valor global do ajuste é de 63.010,00 (sessenta e três mil dez reais).

Cacoal, 05 de Janeiro de 2023.

***ADAILTON ANTUNES FERREIRA***
Prefeito de Cacoal

**Publicado por:**
Kelly Samara Duarte da Rosa
**Código Identificador:**1B901E10

**SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÀGUA E ESGOSTO DE CACOAL**
**EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO**

**PROCESSO LICITATÓRIO Nº 69/SAAE/2023.**
**Pregão Eletrônico Nº 22/SAAE/2023.**

**Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Cacoal, CNPJ n. 04.395.067/0001-23;**

OBJETO: REGISTRO DE PREÇO PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM FORNECIMENTO DE CRACHÁS, para atender as necessidades do SAAE.

LICITANTE VENCEDOR:
Empresa IDPROMO COMERCIAL LTDA, CNPJ Nº 17.791.755/0001-54;

**VENCEDORES DOS ITENS:** 1,2,3,4

VALOR GLOBAL: R$ 4.030,00 (quatro mil e trinta reais).

Cacoal/RO, 05/01/2024.

[Assinado Eletronicamente]
***NELSON RODRIGUES DE LIMA***
Presidente do Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Cacoal
Decreto n. 9.113/PMC/2022

**Publicado por:**
Dagnara Santana Magalhaes
**Código Identificador:**1EC570BA

**SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÀGUA E ESGOSTO DE CACOAL**
**EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO**

**PROCESSO LICITATÓRIO Nº 150/SAAE/2023.**
**Pregão Eletrônico Nº 24/SAAE/2023.**
**Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Cacoal, CNPJ n. 04.395.067/0001-23;**

OBJETO: REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E POSSIVEL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS HIDRAULICOS QUE INCLUEM, MAS NÃO SE LIMITAM A (TUBO PEAD, HIDROMETRO, ADESIVO PLÁSTICO, TUBOS DE PVC, TUBOS DEFOFO, TUBOS OCRE), para atender as necessidades do SAAE.

LICITANTES VENCEDORES:
1)PIPEPLAST IND. E COMERCIO DE TUBOS E CONEXOES LTDA – CNPJ Nº 34.823.982/0001-33;
VENCEDOR DO ITEM: 2
VALOR GLOBAL: R$ 90.720,00 (noventa mil setecentos e vinte reais).

2)FR CONEXOES LTDA – CNPJ Nº 46.945.369/0001-78;
VENCEDOR DOS ITENS: 1,3
VALOR GLOBAL: R$ 48.857,00 (quarenta e oito mil oitocentos e cinquenta e sete reais).

Cacoal/RO, 05/01/2024.

[Assinado Eletronicamente]
***NELSON RODRIGUES DE LIMA***
Presidente do Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Cacoal
Decreto n. 9.113/PMC/2022

**Publicado por:**
Dagnara Santana Magalhaes
**Código Identificador:**F8F24ED0

**ESTADO DE RONDÔNIA**
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CANDEIAS DO JAMARI**

**CÂMARA MUNICIPAL DE CANDEIAS DO JAMARI**
**CÂMARA MUNICIPAL DE CANDEIAS DO JAMARI ERRATA DA RESOLUÇÃO Nº 154/GP/CMCJ - 2023.**

Matéria publicada no Diário Oficial dos Municípios do Estado de Rondônia no dia 19/12/2023. Edição 3631
A verificação de autenticidade da matéria pode ser feita informando o código identificador no site: http://www.diariomunicipal.com.br/arom/

**ONDE LÊ-SE:**

RESOLUÇÃO Nº **154** DE 28 DE DEZEMBRO DE 2023
AUTORIA MESA DIRETORA

**LEIA – SE:**

RESOLUÇÃO Nº **152** DE 28 DE DEZEMBRO DE 2023
AUTORIA MESA DIRETORA

**Justificativa:**a tal Errata dar-se pelo fato de erro material conforme textos negritados digitados acima.

I- Permanecendo os demais assuntos inalterados.

Candeias do Jamari – RO, 05 de janeiro de 2024.

***NAIR CRISTINA DOMINGOS BATISTA***
Matrícula 351

**Publicado por:**
Nair Cristina Domingos Batista
**Código Identificador:**04D09DAA

**CÂMARA MUNICIPAL DE CANDEIAS DO JAMARI**
**ATO N.º 008/GP/2024**

O Presidente Interino da CÂMARA MUNICIPAL DE CANDEIAS DO JAMARI, Vereador S.r. **PAULO MÁCARIO DA SILVA,** no uso de suas atribuições, no regime interno desta Casa e Leis, e com fundamento na lei municipal n° 1.268 de 27 de dezembro de 2021 que " Dispõe sobre o quadro efetivo e cargos remunerações do quadro de pessoal dos servidores da Câmara Municipal de Candeias do Jamari, e das outras providências. ''

**R E S O L V E:**

Art. 1º. Deferir a Cedência, da Sra. JULIANA MORAES DA SILVA PINHEIRO, servidora pertencente ao Quadro de Servidores Efetivos da Câmara Municipal de Candeias do Jamari para exercer função de interesse da Câmara Municipal de Porto Velho, com ônus para a Câmara Municipal de Porto Velho, fica ainda a retificação do Ofício N° 056/GVEF/CMPC/2023 protocolado nesta Casa de Leis.
Art. 2º - Este ATO entrará em vigor nesta data de sua publicação, tendo seus efeitos administrativos e financeiros retroagindo a partir do dia de 01 de janeiro de 2024 a 31 de dezembro de 2024.
Art. 3º - Ficam revogadas ás disposições em contrário.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Em Candeias do Jamari (RO), 05 de janeiro de 2024.

***PAULO MÁCARIO DA SILVA***
Presidente Interino

**Publicado por:**
Nair Cristina Domingos Batista
**Código Identificador:**E74BE433

**GABINETE DO PREFEITO-GP**
**DECRETO Nº 8799 DE 04 DE JANEIRO DE 2024**

"DISPÕE SOBRE EXONERAÇÃO DE SERVIDOR DE CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO".

**O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CANDEIAS DO JAMARI**, Estado de Rondônia, no uso das atribuições que lhe são conferidas na Constituição Federal, e com fundamento especial no Artigo 87, Inciso XVI da Lei Orgânica do Município.

**DECRETA**

**Art. 1º**- Fica EXONERADO**, GEOVANE PEREIRA DE FRANCA,** do Cargo Comissionado de Assistente Administrativo, **CDA-03**, pertencente Secretaria Municipal de Infraestrutura, Urbanismo e Serviços Públicos- SEMINF, desta Prefeitura de Candeias do Jamari.

**Art. 2º –**Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação. Revogando-se as disposições em contrário.

**Art. 3º**- Publique-se, registre-se e cumpra-se.

***FRANCISCO AUSSEMIR DE LIMA ALMEIDA***
Prefeito Interino

**Publicado por:**
Daniel Fernandes Melo de Carvalho
**Código Identificador:**BF983B96

**GABINETE DO PREFEITO-GP**
**DECRETO Nº 8800 DE 04 DE JANEIRO DE 2024**

"DISPÕE SOBRE EXONERAÇÃO DE SERVIDOR DE CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO".

**O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CANDEIAS DO JAMARI**, Estado de Rondônia, no uso das atribuições que lhe são conferidas na Constituição Federal, e com fundamento especial no Artigo 87, Inciso XVI da Lei Orgânica do Município.

**DECRETA**

**Art. 1º**- Fica EXONERADO a contar de 02 de janeiro de 2024**, FABIO FERREIRA DA SILVA,** do Cargo Comissionado de Assessor Especial V, **CDA-15**, pertencente Secretaria Municipal de Saúde - SEMUSA, desta Prefeitura de Candeias do Jamari.

**Art. 2º –**Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação. Revogando-se as disposições em contrário.

**Art. 3º**- Publique-se, registre-se e cumpra-se.

***FRANCISCO AUSSEMIR DE LIMA ALMEIDA***
Prefeito Interino

**Publicado por:**
Daniel Fernandes Melo de Carvalho
**Código Identificador:**C3474FBA

**GABINETE DO PREFEITO-GP**
**DECRETO Nº 8801 DE 04 DE JANEIRO DE 2024**

"DISPÕE SOBRE EXONERAÇÃO DE SERVIDOR DE CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO".

**O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CANDEIAS DO JAMARI**, Estado de Rondônia, no uso das atribuições que lhe são conferidas na Constituição Federal, e com fundamento especial no Artigo 87, Inciso XVI da Lei Orgânica do Município.

**DECRETA**

**Art. 1º**- Fica EXONERADO a contar de 02 de janeiro de 2024**, RENATA DA SILVA,** do Cargo Comissionado de Coordenador

I, **CDA-14**, pertencente Secretaria Municipal de Saúde - SEMUSA, desta Prefeitura de Candeias do Jamari.

**Art. 2º –**Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação. Revogando-se as disposições em contrário.

**Art. 3º**- Publique-se, registre-se e cumpra-se.

***FRANCISCO AUSSEMIR DE LIMA ALMEIDA***
Prefeito Interino

**Publicado por:**
Daniel Fernandes Melo de Carvalho
**Código Identificador:**BC45C19D

**GABINETE DO PREFEITO-GP**
**DECRETO Nº 8802 DE 04 DE JANEIRO DE 2024**

"DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DE SERVIDOR DE CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO".

**O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CANDEIAS DO JAMARI**, Estado de Rondônia, no uso das atribuições que lhe são conferidas na Constituição Federal, e com fundamento especial no Artigo 87, Inciso XVI da Lei Orgânica do Município.

**DECRETA**

**Art. 1º**- Fica NOMEADO a partir 02 de janeiro de 2024, **EDILSON MOREIRA BORGES,** do Cargo Comissionado de Coordenador I, **CDA-14**, pertencente Secretaria Municipal de Saúde - SEMUSA, desta Prefeitura de Candeias do Jamari.

**Art. 2º –**Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação. Revogando-se as disposições em contrário.

**Art. 3º**- Publique-se, registre-se e cumpra-se.

***FRANCISCO AUSSEMIR DE LIMA ALMEIDA***
Prefeito Interino

**Publicado por:**
Daniel Fernandes Melo de Carvalho
**Código Identificador:**8276CCB8

**ESTADO DE RONDÔNIA**
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CHUPINGUAIA**

**CÂMARA DE VEREADORES DE CHUPINGUAIA**
**ADITIVO DE CONTRATO**

**EXTRATO DO QUINTO TERMO ADITIVO DO CONTRATO N° 002/2019**

**Contrato n°:** 002/2019
**Pregão Presencial n°:** 014/2019-2024
**Contratada:** Samuel Santos Cavalcante EIRELI
**CNPJ:** 10.803.316/0001-75
**Contratante:** Câmara Municipal de Chupinguaia/RO
**CNPJ:** 01.622.148/00014-20
**Objeto:** Constitui objeto do presente contrato, a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVIÇO DE LINK DEDICADO A INTERNET COM CAPACIDADE DE 100 MB/S PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA CÂMARA MUNICIPAL DE CHUPINGUAIA/RO, BEM COMO O SERVIÇO DE LINK DE TRANSPORTE DE DADOS**, conforme especificações no Termo de Referência, observada a legislação pertinente, notadamente as leis n° 8.666/93 e suas alterações.
**Dotação Orçamentária:** 01 - Poder Legislativo, Unidade Orçamentária 01.001 – Câmara Municipal, Função 01 – Legislativa, Sob Função 031 – Ação Legislativa, Programa 0001, Procedimentos Legislativos, Projeto/Atividade 2001 – Manutenção das Atividades Legislativas, Natureza da Despesa 3.3.90.39 – Outros Serviços de Terceiro – Pessoa Jurídica, Desdobramento 57 - Serviços de Processamento de Dados, Sub Desdobramento 00, Fonte de Recurso 10000000 Recursos Livres.
**Vigência:** 12/02/2023 a 12/02/2024.

**Publicado por:**
Juan Gabriel Woll Davila
**Código Identificador:**1CB184C0

**DEPARTAMENTO DE PESSOAL - RH**
**TERCEIRO TERMO ADITIVO REFERENTE AO CONTRATO DE TRABALHO POR PRAZO DETERMINADO Nº 042/2022**

Aos 08 (oito) dias do mês de dezembro de dois mil e vinte três, o**Município de Chupinguaia**, Estado de Rondônia, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita CGC/MF sob o nº. 01.587.887/0001-29, com sede na Avenida Valter Luiz Fillus, nº 1133, nesta cidade, doravante denominada**Contratante**, neste ato representado pela Prefeita Municipal o Sra.**Sheila Flavia Anselmo Mosso,**brasileira, casada, Prefeita do Município de Chupinguaia, portador da Carteira de Identidade RG. nº. 323302166 SSP/SP e inscrito no CPF n.º 296.679.598-05, residente edomiciliado à Rua 19 de Abril nº 1650, Centro, nesta cidade de Chupinguaia (RO)e o(a) senhor(a)**Ronne Santos da Silva**,portador da Cédula de Identidade sob n.º723149 SESDC/RO e inscrito no CPF 725.776.732-72, brasileiro(a), nascido(a) em Altamira/PA em 10 de setembro de 1979, casado(a), residente na Rua Ronaldo Aragão s/n°. Bairro Setor 10,no Município de Chupinguaia/RO,contratado(a) através processo seletivo público 03/2021, processo administrativo 1896/2021 e 1300/2021,**pactuam**o presente Termo Aditivo, conforme o contrato de trabalho por prazo determinado nº.042/2022, atendidas as cláusulas e condições que se enunciam a seguir:

**CLÁUSULA PRIMEIRA: DO PRAZO**
Fica prorrogada pelo presente a cláusula 5ª do Contrato de Trabalho por Prazo Determinado nº. 042/2022, pelo período de 06 (seis) meses, a partir da data 14 de dezembro de 2023 e seu termino em 14 de junho de 2024, conforme processo nº. 2058/2023 e autorização, a partir da assinatura do presente termo aditivo.

**CLÁUSULA SEGUNDA:DAS DEMAIS CLÁUSULAS**
Permanecem em vigor e inalteradas todas as demais cláusulas do Contrato de Trabalho por Prazo Determinado nº 042/2022, não expressamente modificadas por este termo aditivo.

Para firmeza e como prova do acordado, é lavrado o presente termo aditivo, o qual depois de lido e achado conforme, assinam o presente.

**Av. Valter Luiz Filus n.1133 - Chupinguaia RO.**

**E-mail:gabinete.chp@hotmail.com- CEP: 76990-000- Fone: 3346-1460**

Documento assinado eletronicamente por**RONNE SANTOS DA SILVA**,**Engenheiro Civil**, em 08/12/2023 às 10:24, horário de Chupinguaia/RO, com fulcro no art. 18 doDecreto nº 2.210 de 02/12/2019.
Documento assinado eletronicamente por**IDIONE TERESINHA PIZZATO**,**PROCURADOR GERAL**, em 11/12/2023 às 07:30, horário de Chupinguaia/RO, com fulcro no art. 18 doDecreto nº 2.210 de 02/12/2019.

Documento assinado eletronicamente por**SHEILA FLAVIA ANSELMO MOSSO**,**PREFEITO(A) MUNICIPAL**, em 11/12/2023 às 18:38, horário de Chupinguaia/RO, com fulcro no art. 18 doDecreto nº 2.210 de 02/12/2019.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no sitetransparencia.chupinguaia.ro.gov.br, informando o ID**468565**e o código verificador**98D3FD04**.

| | |
|---|---|
| **Referência:**Processo nº 1-1300/2021. | Docto ID: 468565 v1 |

**Publicado por:**
Renato José Salles
**Código Identificador:**1093FDAB

**GABINETE DO PREFEITO**
**DECRETO Nº 2.700, DE 04 DE JANEIRO DE 2024**

Regulamenta o tratamento favorecido, diferenciado, simplificado e regionalizado para as microempresas de pequeno porte nos processos de licitações públicas no âmbito do município de Chupinguaia – RO.

**SHEILA FLAVIA ANSELMO MOSSO**, PREFEITA DE CHUPINGUAIA, Estado de Rondônia, no exercício regular de seu cargo e usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei, no uso de suas atribuições legais estabelecidas, da Lei Orgânica Municipal;
**Considerando** o disposto nos Artigos 47, 48 e 49 da Lei Complementar nº 123, de 14 de Dezembro de 2006 e Lei Complementar nº 147, de 7 de agosto de 2014.
**Considerando** o disposto no art. 1º do Decreto Federal nº 8.538/2015, de 06 de outubro de 2015;
**Considerando** a necessidade de fomentar o Comércio local e regional;
**Considerando** o que dispõe o artigo 6º também do Decreto Federal 8.538/2015, de 06 de outubro de 2015 que determina que aos órgãos e as entidades contratantes deverão realizar processo licitatório destinado **exclusivamente** à participação de microempresas e empresas de pequeno porte, agricultor familiar, produtor rural pessoa física, microempreendedor individual – MEI, e sociedades cooperativas de consumo nos itens ou lotes de licitação cujo valor seja de até R$ 80.000,00 (oitenta mil reais);
**Considerando** a necessidade de melhorar a qualidade dos produtos e serviços ofertados ao Município de Chupinguaia-Ro;
**Considerando** as orientações dos Consultores Técnicos do Tribunal de Contas do Estado de Rondônia;
**DECRETA:**

**Art. 1º** - Nos processos de licitações públicas do Município de Chupinguaia para aquisição de bens, serviços e obras, nos itens ou lotes de licitação cujo valor estimado seja de até R$ 80.000,00 (oitenta mil reais) deverá ser exclusivo e ser concedido tratamento favorecido, diferenciado, simplificado e regionalizado para as microempresas e empresas de pequeno porte, agricultor familiar, produtor rural pessoa física, microempreendedor individual – MEI, e sociedades cooperativas de consumo, objetivando a promoção do desenvolvimento econômico e social no âmbito municipal e regional;
**Art. 2°** - Consideram-se Municípios da Região de Chupinguaia – RO:
Chupinguaia
Pimenta Bueno
Parecis
Pimenteiras Do Oeste
Vilhena
Corumbiara
Cacoal
Presidente Médici
Colorado Do Oeste
Cabixi
Cerejeiras
Rolim de moura
**Art. 3º** - Subordinam-se ao disposto neste Decreto, alem dos órgãos da administração publica municipal direta, os fundos especiais e autarquias.
**Art. 4º** - Os certames atendidos por este Decreto deverão especificar a condição de tratamento favorecido, diferenciado, simplificado e regionalizado para as microempresas e empresas de pequeno porte no respectivo Edital, sem prejuízo a demais normas vigentes de favorecimentos de microempresas e empresas de pequeno porte, agricultor familiar, produtor rural pessoa física, microempreendedor individual – MEI, e sociedades cooperativas de consumo no Município de Chupinguaia. Subordinam-se ao disposto neste Decreto, além dos órgãos da administração publica municipal direta, os fundos especiais e autarquias.
**Art. 5º** - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete da Prefeita, Paço Municipal.

Chupinguaia – RO, 04 de Janeiro de 2023.

***SHEILA FLAVIA ANSELMO MOSSO***
Prefeita Municipal

**Publicado por:**
Moises Cazuza de Andrade
**Código Identificador:**1F7B5148

**GABINETE DO PREFEITO**
**DECRETO Nº 2.701, DE 04 DE JANEIRO DE 2024**

**DECRETO Nº 2.701, DE 04 DE JANEIRO DE 2024**

Regulamenta o disposto no § 3º do art. 8º da lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, para dispor sobre as regras para a atuação do agente de contratação e da equipe de apoio, o funcionamento da comissão de contratação e a atuação dos gestores e fiscais de contratos, no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional.

**SHEILA FLAVIA ANSELMO MOSSO**, PREFEITA DE CHUPINGUAIA, Estado de Rondônia, no exercício regular de seu cargo e usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei, e no uso da atribuição que lhe confere o art. 84,**caput**, inciso IV, da Constituição, e tendo em vista o disposto no art. 8º, § 3º, da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021,
**DECRETA:**

**CAPÍTULO I**
**DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**
**Objeto e âmbito de aplicação**
Art. 1º Este Decreto regulamenta o disposto no§ 3º do art. 8º da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, para dispor sobre as regras para a atuação do agente de contratação e da equipe de apoio, o funcionamento da comissão de contratação e a atuação dos gestores e fiscais de contratos, no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional.
Parágrafo único. O disposto noart. 176 da Lei nº 14.133, de 2021, aplica-se aos Municípios com até vinte mil habitantes.
Art. 2ºOs órgãos e as entidades da administração pública estadual, distrital e municipal que utilizem recursos da União oriundos de transferências voluntárias poderão observar as disposições deste Decreto.
**CAPÍTULO II**
**DA DESIGNAÇÃO**
Art. 3º O agente de contratação e o respectivo substituto serão designados pela autoridade competente, em caráter permanente ou especial, conforme o disposto noart. 8º da Lei nº 14.133, de 2021.
**AGENTES DE CONTRATAÇÃO**
**Servidores efetivos:**
**Moises Cazuza de Andrade**
**Rogerio Giotto**
**Sindoval Gonçalves**
§ 1º Nas licitações que envolvam bens ou serviços especiais, o agente de contratação poderá ser substituído por comissão de contratação formada por, no mínimo, três membros, designados nos termos do disposto no art. 5º e no art. 10 deste Decreto, conforme estabelecido no§ 2º do art. 8º da Lei nº 14.133, de 2021.
§ 2º A autoridade competente poderá designar, em ato motivado, mais de um agente de contratação e deverá dispor sobre a forma de coordenação e de distribuição dos trabalhos entre eles.
**Equipe de apoio**
Art. 4º A equipe de apoio e os seus respectivos substitutos serão designados pela autoridade máxima do órgão ou da entidade, ou por quem as normas de organização administrativa indicarem, para auxiliar o agente de contratação ou a comissão de contratação na licitação, observados os requisitos estabelecidos no art. 10.
Parágrafo único. A equipe de apoio poderá ser composta por terceiros contratados, observado o disposto no art. 13.
**Comissão de contratação**

Art. 5º Os membros da comissão de contratação e os respectivos substitutos serão designados pela autoridade máxima do órgão ou da entidade, ou por quem as normas de organização administrativa estabelecerem, observados os requisitos estabelecidos no art. 10.
§ 1º A comissão de que trata o**caput**será formada por agentes públicos indicados pela administração, em caráter permanente ou especial, com a função de receber, de examinar e de julgar documentos relativos às licitações e aos procedimentos auxiliares.
§ 2ºA comissão de que trata o**caput**será formada por, no mínimo, três membros, e será presidida por um deles.
§ 3º O disposto no~~Decreto nº 9.759, de 11 de abril de 2019,~~ não se aplica à comissão de que trata o**caput**.
Art. 6º Na licitação na modalidade diálogo competitivo, a comissão de contratação será composta por, no mínimo, três membros que sejam servidores efetivos ou empregados públicos pertencentes aos quadros permanentes da administração pública, admitida a contratação de profissionais para o assessoramento técnico.
Art. 7º Nas contratações que envolvam bens ou serviços especiais cujo objeto não seja rotineiramente contratado pela administração, poderá ser contratado, por prazo determinado, serviço de empresa ou de profissional especializado para assessorar os agentes públicos responsável pela condução da licitação.
§ 1º A empresa ou o profissional especializado contratado na forma prevista no**caput**assumirá responsabilidade civil objetiva pela veracidade e pela precisão das informações prestadas, firmará termo de compromisso de confidencialidade e não poderá exercer atribuição própria e exclusiva dos membros da comissão de contratação.
§ 2º A contratação de terceiros não eximirá de responsabilidade os membros da comissão de contratação, nos limites das informações recebidas do terceiro contratado.
**Gestores e fiscais de contratos**
Art. 8ºOs gestores e os fiscais de contratos e os respectivos substitutos serão representantes da administração designados pela autoridade máxima do órgão ou da entidade, ou por quem as normas de organização administrativa indicar, para exercer as funções estabelecidas no art. 21 ao art. 24, observados os requisitos estabelecidos no art. 10.
§ 1º Para o exercício da função, o gestor e os fiscais de contratos deverão ser formalmente cientificados da indicação e das respectivas atribuições antes da formalização do ato de designação.
§ 2º Na designação de que trata o**caput,**serão considerados:
I – a compatibilidade com as atribuições do cargo;
II – a complexidade da fiscalização;
III – o quantitativo de contratos por agente público; e
IV – a capacidade para o desempenho das atividades.
§ 3º A eventual necessidade de desenvolvimento de competências de agentes públicos para fins de fiscalização e de gestão contratual deverá ser demonstrada no estudo técnico preliminar e deverá ser sanada, conforme o caso, previamente à celebração do contrato, conforme o disposto noinciso X do § 1º do art. 18 da Lei nº 14.133, de 2021.
§ 4ºExcepcional e motivadamente, a gestão do contrato poderá ser exercida por setor do órgão ou da entidade designado pela autoridade de que trata o**caput**.
§ 5ºNa hipótese prevista no § 4º, o titular do setor responderá pelas decisões e pelas ações tomadas no seu âmbito de atuação.
§ 6ºNos casos de atraso ou de falta de designação, de desligamento e de afastamento extemporâneo e definitivo do gestor ou dos fiscais do contrato e dos respectivos substitutos, até que seja providenciada a designação, as atribuições de gestor ou de fiscal caberão ao responsável pela designação, ressalvada previsão em contrário em norma interna do órgão ou da entidade.
Art. 9ºOs fiscais de contratos poderão ser assistidos e subsidiados por terceiros contratados pela administração, observado o disposto no art. 26.
**Requisitos para a designação**
Art. 10. O agente público designado para o cumprimento do disposto neste Decreto deverá preencher os seguintes requisitos:
I - ser, preferencialmente, servidor efetivo ou empregado público dos quadros permanentes da administração pública;
II - ter atribuições relacionadas a licitações e contratos ou possuir formação compatível ou qualificação atestada por certificação profissional emitida por escola de governo criada e mantida pelo Poder Público; e,
III - não ser cônjuge ou companheiro de licitantes ou contratados habituais da administração nem tenha com eles vínculo de parentesco, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, ou de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista e civil.
§ 1º Para fins do disposto no inciso III do**caput**, consideram-se contratados habituais as pessoas físicas e jurídicas cujo histórico recorrente de contratação com o órgão ou com a entidade evidencie significativa probabilidade de novas contratações.
§ 2º A vedação de que trata o inciso III do**caput**incide sobre o agente público que atue em processo de contratação cujo objeto seja do mesmo ramo de atividade em que atue o licitante ou o contratado habitual com o qual haja o relacionamento.
§ 3º Os agentes de contratação, os seus substitutos e o presidente da comissão de contratação serão designados dentre servidores efetivos ou empregados públicos dos quadros permanentes da administração pública.
Art. 11. O encargo de agente de contratação, de integrante de equipe de apoio, de integrante de comissão de contratação, de gestor ou de fiscal de contratos não poderá ser recusado pelo agente público.
§ 1º Na hipótese de deficiência ou de limitações técnicas que possam impedir o cumprimento diligente das atribuições, o agente público deverá comunicar o fato ao seu superior hierárquico.
§ 2º Na hipótese prevista no § 1º, a autoridade competente poderá providenciar a qualificação prévia do servidor para o desempenho das suas atribuições, conforme a natureza e a complexidade do objeto, ou designar outro servidor com a qualificação requerida, observado o disposto no § 3º do art. 8º.
**Princípio da segregação das funções**
Art. 12. O princípio da segregação das funções veda a designação do mesmo agente público para atuação simultânea em funções mais suscetíveis a riscos, de modo a reduzir a possibilidade de ocultação de erros e de ocorrência de fraudes na contratação.
Parágrafo único. A aplicação do princípio da segregação de funções de que trata o**caput**:
I-será avaliada na situação fática processual; e,
II-poderá ser ajustada, no caso concreto, em razão:
a) da consolidação das linhas de defesa; e
b) de características do caso concreto tais como o valor e a complexidade do objeto da contratação.
**Vedações**
Art. 13. O agente público designado para atuar na área de licitações e contratos e o terceiro que auxilie a condução da contratação, na qualidade de integrante de equipe de apoio, de profissional especializado ou de funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica, deverão observar as vedações previstas noart. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.
**CAPÍTULO III**
**DA ATUAÇÃO E DO FUNCIONAMENTO**
**Atuação do Agente de Contratação**
Art. 14. Caberá ao agente de contratação, em especial:
I - tomar decisões em prol da boa condução da licitação, dar impulso ao procedimento, inclusive por meio de demandas às áreas das unidades de contratações, descentralizadas ou não, para fins de saneamento da fase preparatória, caso necessário;
II - acompanhar os trâmites da licitação e promover diligências se for o caso, para que o calendário de contratação de que trata oinciso III do caput do art. 11 do Decreto nº 10.947, de 25 de janeiro de 2022, seja cumprido, observado, ainda, o grau de prioridade da contratação; e
III - conduzir e coordenar a sessão pública da licitação e promover as seguintes ações:
a) receber, examinar e decidir as impugnações e os pedidos de esclarecimentos ao edital e aos seus anexos e requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração desses documentos, caso necessário;
b) verificar a conformidade da proposta mais bem classificada com os requisitos estabelecidos no edital;
c) verificar e julgar as condições de habilitação;
d) sanear erros ou falhas que não alterem a substância das propostas; e
e) encaminhar à comissão de contratação, quando for o caso:
1. Os documentos de habilitação, caso se verifique a possibilidade de saneamento de erros ou de falhas que não alterem a substância dos documentos e a sua validade jurídica, conforme o disposto no§ 1º do art. 64 da Lei nº 14.133, de 2021; e,

2. Os documentos relativos aos procedimentos auxiliares previstos noart. 78 da Lei nº 14.133, de 2021;
f) negociar, quando for o caso, condições mais vantajosas com o primeiro colocado;
g) indicar o vencedor do certame;
h) conduzir os trabalhos da equipe de apoio; e,
i) encaminhar o processo instruído, depois de encerradas às fases de julgamento e de habilitação e exauridos os recursos administrativos, à autoridade superior para adjudicação e para homologação.
§ 1º O agente de contratação será auxiliado, na fase externa, por equipe de apoio, de que trata o art. 4º, e responderá individualmente pelos atos que praticar, exceto quando induzido a erro pela atuação da equipe.
§ 2ºA atuação do agente de contratação na fase preparatória deverá ater-se ao acompanhamento e às eventuais diligências para o fluxo regular da instrução processual.
§ 3ºNa hipótese prevista no § 2º, o agente de contratações estará desobrigado da elaboração de estudos preliminares, de projetos e de anteprojetos, de termos de referência, de pesquisas de preço e, preferencialmente, de minutas de editais.
§ 4º Para fins do acompanhamento de que trata o inciso II do**caput**, o setor de contratações enviará ao agente de contratação o relatório de riscos de que trata oart. 19 do Decreto nº 10.947, de 2022, com atribuição ao agente de impulsionar os processos constantes do plano de contratações anual com elevado risco de não efetivação da contratação até o término do exercício.
§ 5º Observado o disposto no art. 10 deste Decreto, o agente de contratação poderá delegar as competências de que tratam os incisos I e II do**caput**, desde que seja devidamente justificado e que não incidam as vedações previstas noart. 13 da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999.
§ 6ºOnão atendimento das diligências do agente de contratação por outros setores do órgão ou da entidade ensejará motivação formal, a ser juntada aos autos do processo.
§ 7º As diligências de que trata o § 6º observarão as normas internas do órgão ou da entidade, inclusive quanto ao fluxo procedimental.
Art. 15. O agente de contratação contará com o auxílio dos órgãos de assessoramento jurídico e de controle interno do próprio órgão ou entidade para o desempenho das funções essenciais à execução das suas funções.
§ 1ºO auxílio de que trata o**caput**se dará por meio de orientações gerais ou em resposta a solicitações de apoio, hipótese em que serão observadas as normas internas do órgão ou da entidade quanto ao fluxo procedimental.
§ 2ºSem prejuízo do disposto no § 1º, a solicitação de auxílio ao órgão de assessoramento jurídico se dará por meio de consulta específica, que conterá, de forma clara e individualizada, a dúvida jurídica a ser dirimida.
§ 3º Na prestação de auxílio, a unidade de controle interno observará a supervisão técnica e as orientações normativas do órgão central do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo e se manifestará acerca dos aspectos de governança, gerenciamento de riscos e controles internos administrativos da gestão de contratações.
§ 4ºPreviamente à tomada de decisão, o agente de contratação considerará eventuais manifestações apresentadas pelos órgãos de assessoramento jurídico e de controle interno, observado o disposto no inciso VII do**caput**e no§ 1º do art. 50 da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999.

**Atuação da equipe de apoio**

Art. 16. Caberá à equipe de apoio auxiliar o agente de contratação ou a comissão de contratação no exercício de suas atribuições.
Parágrafo único. A equipe de apoio contará com o auxílio dos órgãos de assessoramento jurídico e de controle interno do próprio órgão ou entidade, nos termos do disposto no art. 15.

**Funcionamento da comissão de contratação**

Art. 17. Caberá à comissão de contratação:
I - substituir o agente de contratação, observado o disposto no art. 14, quando a licitação envolver a contratação de bens ou serviços especiais, desde que atendidos os requisitos estabelecidos no § 1º do art. 3º e no art. 10;
II - conduzir a licitação na modalidade diálogo competitivo, observado o disposto no art. 14;
III - sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos de habilitação e a sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado registrado e acessível a todos, e atribuir-lhes eficácia para fins de habilitação e de classificação; e
IV - receber, examinar e julgar documentos relativos aos procedimentos auxiliares previstos noart. 78 da Lei nº 14.133, de 2021, observados os requisitos estabelecidos em regulamento.
Parágrafo único. Quando substituírem o agente de contratação, na forma prevista no inciso I do**caput**, os membros da comissão de contratação responderão solidariamente pelos atos praticados pela comissão, exceto o membro que expressar posição individual divergente, a qual deverá ser fundamentada e registrada em ata lavrada na reunião em que houver sido tomada a decisão.
Art. 18. A comissão de contratação contará com o auxílio dos órgãos de assessoramento jurídico e de controle interno do próprio órgão ou entidade, nos termos do disposto no art. 15.

**Atividades de gestão e fiscalização de contratos**

Art. 19. Para fins do disposto neste Decreto, considera-se:
I - gestão de contrato - a coordenação das atividades relacionadas à fiscalização técnica, administrativa e setorial e dos atos preparatórios à instrução processual e ao encaminhamento da documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos relativos à prorrogação, à alteração, ao reequilíbrio, ao pagamento, à eventual aplicação de sanções e à extinção dos contratos, entre outros;
II - fiscalização técnica - o acompanhamento do contrato com o objetivo de avaliar a execução do objeto nos moldes contratados e, se for o caso, aferir se a quantidade, a qualidade, o tempo e o modo da prestação ou da execução do objeto estão compatíveis com os indicadores estabelecidos no edital, para fins de pagamento, conforme o resultado pretendido pela administração, com o eventual auxílio da fiscalização administrativa;
III - fiscalização administrativa - o acompanhamento dos aspectos administrativos contratuais quanto às obrigações previdenciárias, fiscais e trabalhistas e quanto ao controle do contrato administrativo no que se refere a revisões, a reajustes, a repactuações e a providências tempestivas nas hipóteses de inadimplemento; e,
IV - fiscalização setorial - o acompanhamento da execução do contrato nos aspectos técnicos ou administrativos quando a prestação do objeto ocorrer concomitantemente em setores distintos ou em unidades desconcentradas de um órgão ou uma entidade.
§ 1ºAs atividades de gestão e de fiscalização dos contratos deverão ser realizadas de forma preventiva, rotineira e sistemática e exercidas por agentes públicos, por equipe de fiscalização ou poragente público único, assegurada a distinção das atividades.
§ 2ºA distinção das atividades de que trata o § 1º não poderá comprometer o desempenho das ações relacionadas à gestão do contrato.
§ 3ºPara fins da fiscalização setorial de que trata o inciso IV do**caput**, o órgão ou a entidade poderá designar representantes para atuarem como fiscais setoriais nos locais de execução do contrato.
Art. 20. Deverão ser observados os procedimentos estabelecidos no manual técnico operacional para a execução das atividades de gestão e de fiscalização dos contratos, de que trata o art. 19, editado pela Secretaria de Gestão da Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital do Ministério da Economia.

**Gestor de contrato**

Art. 21. Caberá ao gestor do contrato e, nos seus afastamentos e seus impedimentos legais, ao seu substituto, em especial:
I - coordenar as atividades relacionadas à fiscalização técnica, administrativa e setorial, de que tratam os incisos II, III e IV do**caput**do art. 19;
II - acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato das ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, e informar à autoridade superior aquelas que ultrapassarem a sua competência;
III - acompanhar a manutenção das condições de habilitação do contratado, para fins de empenho de despesa e de pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais;
IV - coordenar a rotina de acompanhamento e de fiscalização do contrato, cujo histórico de gerenciamento deverá conter todos os registros formais da execução, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, e elaborar relatório com vistas à verificação da necessidade de

adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração;
V - coordenar os atos preparatórios à instrução processual e ao envio da documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de que trata o inciso I do**caput**do art. 19;
VI - elaborar o relatório final de que trata aalínea "d" do inciso VI do § 3º do art. 174 da Lei nº 14.133, de 2021, com as informações obtidas durante a execução do contrato;
VII - coordenar a atualização contínua do relatório de riscos durante a gestão do contrato, com apoio dos fiscais técnico, administrativo e setorial;
VIII - emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, a constarem do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações conforme disposto em regulamento;
IX - realizar o recebimento definitivo do objeto do contrato referido no art. 25, mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais; e,
X - tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata oart. 158 da Lei nº 14.133, de 2021,ou pelo agente ou pelo setor competente para tal, conforme o caso.

**Fiscal técnico**

Art. 22. Caberá ao fiscal técnico do contrato e, nos seus afastamentos e seus impedimentos legais, ao seu substituto, em especial:
I - prestar apoio técnico e operacional ao gestor do contrato com informações pertinentes às suas competências;
II - anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados;
III - emitir notificações para a correção de rotinas ou de qualquer inexatidão ou irregularidade constatada, com a definição de prazo para a correção;
IV - informar ao gestor do contato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem a sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso;
V - comunicar imediatamente ao gestor do contrato quaisquer ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas estabelecidas;
VI - fiscalizar a execução do contrato para que sejam cumpridas as condições estabelecidas, de modo a assegurar os melhores resultados para a administração, com a conferência das notas fiscais e das documentações exigidas para o pagamento e, após o ateste, que certifica o recebimento provisório, encaminhar ao gestor de contrato para ratificação;
VII - comunicar ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual;
VIII - participar da atualização do relatório de riscos durante a fase de gestão do contrato, em conjunto com o fiscal administrativo e com o setorial, conforme o disposto no inciso VII do**caput**do art. 21;
IX - auxiliar o gestor do contrato com as informações necessárias, na elaboração do documento comprobatório da avaliação realizada na fiscalização do cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, conforme o disposto no inciso VIII do**caput**do art. 21; e
X - realizar o recebimento provisório do objeto do contrato referido no art. 25, mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico.

**Fiscal administrativo**

Art. 23. Caberá ao fiscal administrativo do contrato e, nos seus afastamentos e seus impedimentos legais, ao seu substituto, em especial:
I - prestar apoio técnico e operacional ao gestor do contrato, com a realização das tarefas relacionadas ao controle dos prazos relacionados ao contrato e à formalização de apostilamentos e de termos aditivos, ao acompanhamento do empenho e do pagamento e ao acompanhamento de garantias e glosas;
II - verificar a manutenção das condições de habilitação da contratada, com a solicitação dos documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário;
III - examinar a regularidade no recolhimento das contribuições fiscais, trabalhistas e previdenciárias e, na hipótese de descumprimento, observar o disposto em ato do Secretário de Gestão da Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital do Ministério da Economia;
IV - atuar tempestivamente na solução de eventuais problemas relacionados ao descumprimento das obrigações contratuais e reportar ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência;
V - participar da atualização do relatório de riscos durante a fase de gestão do contrato, em conjunto com o fiscal técnico e com o setorial, conforme o disposto no inciso VII do**caput**do art. 21;
VI - auxiliar o gestor do contrato com as informações necessárias, na elaboração do documento comprobatório da avaliação realizada na fiscalização do cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, conforme o disposto no inciso VIII do**caput**do art. 21; e,
VII - realizar o recebimento provisório do objeto do contrato referido no art. 25, mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo.

**Fiscal setorial**

Art. 24. Caberá ao fiscal setorial do contrato e, nos seus afastamentos e seus impedimentos legais, ao seu substituto exercer as atribuições de que tratam o art. 22 e o art. 23.

**Recebimento provisório e definitivo**

Art. 25. O recebimento provisório ficará a cargo dos fiscais técnico, administrativo ou setorial e o recebimento definitivo, do gestor do contrato ou da comissão designada pela autoridade competente.
Parágrafo único. Os prazos e os métodos para a realização dos recebimentos provisório e definitivo serão definidos em regulamento ou no contrato, nos termos no disposto no§ 3º do art. 140 da Lei nº 14.133, de 2021.

**Terceiros contratados**

Art. 26. Na hipótese da contratação de terceiros para assistir e para subsidiar os fiscais de contrato nos termos do disposto neste Decreto, será observado o seguinte:
I - a empresa ou o profissional contratado assumirá responsabilidade civil objetiva pela veracidade e pela precisão das informações prestadas, firmará termo de compromisso de confidencialidade e não poderá exercer atribuição própria e exclusiva de fiscal de contrato; e
II - a contratação de terceiros não eximirá o fiscal do contrato da responsabilidade, nos limites das informações recebidas do terceiro contratado.

**Apoio dos órgãos de assessoramento jurídico e de controle interno**

Art. 27. O gestor do contrato e os fiscais técnicos, administrativo e setorial serão auxiliados pelos órgãos de assessoramento jurídico e de controle interno vinculados ao órgão ou à entidade promotora da contratação, os quais deverão dirimir dúvidas e subsidiá-los com informações para prevenir riscos na execução do contrato, conforme o disposto no art. 15.

**Decisões sobre a execução dos contratos**

Art. 28. As decisões sobre as solicitações e as reclamações relacionadas à execução dos contratos e os indeferimentos aos requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do contrato serão efetuados no prazo de um mês, contado da data do protocolo do requerimento, exceto se houver disposição legal ou cláusula contratual que estabeleça prazo específico.
§ 1ºO prazo de que trata o**caput**poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, desde que motivado.
§ 2º As decisões de que trata o**caput**serão tomadas pelo fiscal do contrato, pelo gestor do contrato ou pela autoridade superior, nos limites de suas competências.

**CAPÍTULO IV**

**DISPOSIÇÕES FINAIS**

**Orientações Gerais**

Art. 29. Os órgãos e as entidades, no âmbito de suas competências, poderão editar normas internas relativas a procedimentos operacionais a serem observados, na área de licitações e contratos, pelo agente de contratação, pela equipe de apoio, pela comissão de contratação, pelos gestores e pelos fiscais de contratos, observado o disposto neste Decreto.

Art. 30. A Procuradoria Geral do Município – PGM poderá editar normas complementares necessárias à execução do disposto neste Decreto.

**Vigência**

Art. 31. Este Decreto entra em vigor em 05 de Janeiro de 2025.

Gabinete da Prefeita, Paço Municipal.

Chupinguaia (RO), 04 de Janeiro de 2024

***SHEILA FLAVIA ANSELMO MOSSO***
Prefeita Municipal

**Publicado por:**
Moises Cazuza de Andrade
**Código Identificador:**2E08B920

**ESTADO DE RONDÔNIA**
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUMBIARA**

**ADMINISTRAÇÃO**
**DECRETO N° 193/2023**

REGULAMENTA A ABERTURA E A INSTRUÇÃO DO PROCESSO DE APLICAÇÃO DE SANÇÕES ADMINISTRATIVAS, BEM COMO A DEFINIÇÃO DA DOSIMETRIA DAS PENALIDADES DECORRENTES DE PRÁTICAS INFRACIONAIS PREVISTAS NA LEI FEDERAL N. 14.133/2021 NO ÂMBITO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL DE CORUMBIARA/RO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

**O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CORUMBIARA, ESTADO DE RONDÔNIA,** no uso de suas atribuições legais conferidas pelo artigo 65, §4°, I, alínea a da Lei Orgânica do Município,

CONSIDERANDO que cabe o Município definir, em norma própria, as regras específicas para o cumprimento das determinações gerais previstas na Lei Federal n. 14.133, de 1º de abril de 2021;

CONSIDERANDO a necessidade de harmonização das normas jurídicas visando a máxima eficácia e efetividade da Lei Federal n. 14.133, de 1º de abril de 2021;

CONSIDERANDO os dispositivos no art. 155 e seguintes da Lei Federal n. 14.133, de 01 de abril de 2021;

CONSIDERANDO a necessidade de se regulamentar a aplicação das penalidades a fornecedores, bem como a aplicação da sua dosimetria;

CONSIDERANDO o dever da Administração Pública de garantir os princípios da legalidade, da ampla defesa e do contraditório, bem como, o devido processo legal, a preservação do interesse público e a obediência do princípio da moralidade administrativa.

**DECRETA:**

CAPÍTULO I DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º - O presente Decreto regulamenta a abertura e a instrução do processo de aplicação de sanções administrativas, bem como a definição da dosimetria das penalidades decorrentes de práticas infracionais previstas na Lei Federal n. 14.133, de 01 de abril de 2021 no âmbito da Administração Pública Municipal, direta ou indireta.

Parágrafo único. O disposto neste Decreto aplica-se a todas as licitações, contratações e aquisições realizadas pela Administração Pública Municipal, direta ou indireta, inclusive as efetuadas por subcontratações, adesões, dispensa ou inexigibilidade de licitação.

Art. 2º - Para efeito deste Decreto adotam-se as seguintes definições:

I - Infração Administrativa: comportamento de ação ou omissão que viola alguma norma de natureza administrativa, podendo ou não causar prejuízos ao órgão;

II - Sanção Administrativa: penalidade prevista em lei, instrumento editalício ou contrato, aplicada pelo Estado no exercício da função administrativa, como consequência de um fato típico administrativo com a observância dos princípios constitucionais do contraditório e da ampla defesa, garantidos por meio do devido processo legal;

III - Devido Processo Legal: é o princípio que garante a todos o direito a um processo com as etapas previstas em lei, do qual é possível extrair os demais princípios que compõem o regime jurídico do processo administrativo, tendo em vista sua função de orientar a produção e aplicação de normas;

IV - Fornecedor/contratado: pessoa física ou jurídica, inclusive seus representantes, que seja candidata a cadastramento, participante de licitação, de dispensa ou inexigibilidade licitatória e celebre contrato, instrumento equivalente ou ata de registro de preços com Administração Pública Municipal, independentemente de seu objeto;

V - Autoridade Competente: agente público investido de competência para instaurar o procedimento administrativo e aplicar a penalidade, nos termos deste Decreto;

VI - Autoridade Superior: autoridade de grau mais elevado na Administração Pública Municipal direta ou indireta para decidir eventuais recursos.

VII - Instrumentos Contratuais: os contratos e instrumentos equivalentes celebrados segundo as disposições da Lei Federal nº 14.133, de 01 de abril de 2021 entre a Administração Pública Municipal e terceiros, sejam elas pessoas físicas ou jurídicas;

VIII - Ata de Registro de Preços: documento vinculativo e obrigacional equivalente aos contratos, com característica de compromisso para futura contratação, no qual são registrados o objeto, os preços, os fornecedores, os órgãos participantes e as condições a serem praticadas, conforme as disposições contidas no edital da licitação, no aviso ou instrumento de contratação direta e nas propostas apresentadas.

IX - Descumprimento de pequena relevância: descumprimento de obrigações ou deveres contratuais ou procedimentais que não impactam objetivamente na execução do contrato, bem como não causem prejuízos à Administração.

X - Multa compensatória: aplicada nas hipóteses de descumprimento de obrigações contratuais, sendo estabelecida em razão do grau de importância da obrigação desatendida, na forma prevista em instrumento convocatório ou contrato, objetivando-se a compensação das eventuais perdas nas quais a Administração tenha incorrido.

XI - Multa de mora: aplicada nas hipóteses de atraso injustificado na execução do contrato, na forma prevista em instrumento convocatório ou contrato, conforme art. 162 da Lei Federal nº 14.133, de 01 de abril de 2021.

Art. 3º - O presente Decreto tem por finalidade:

I - Orientar sobre os procedimentos a serem adotados para apuração de responsabilidade de infrações praticadas por licitantes ou contratadas e aplicação de eventuais sanções administrativas;

II - Orientar licitantes e contratadas quanto ao rito processual administrativo de apuração das responsabilidades de eventuais infrações praticadas no âmbito da Administração Pública Municipal;

III - Preservar o interesse público.

Art. 4º - As sanções administrativas têm por finalidade:

I - Caráter educativo, afim de mostrar aos licitantes e contratadas que cometeu ou não o ato ilícito que condutas dessa natureza não são toleradas pela Administração, de forma a reprimir a violação da legislação;

II - Caráter repressivo, afim de impedir que a Administração e a sociedade sofram prejuízos por licitantes/contratados que descumprem suas obrigações.

CAPÍTULO II
DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

Art. 5º - Ao fornecedor/contratado responsável pelas infrações administrativas dispostas no art. 155 da Lei Federal nº 14.133, de 01 de abril de 2021, serão aplicadas as seguintes sanções, observado o devido processo legal e assegurados o contraditório e a ampla defesa:

I - Advertência; II - Multa;

a) compensatória; b) de mora.

III - Impedimento de licitar e contratar;

IV - Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

§1º. A aplicação de multa de mora não impedirá que a Administração a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada de outras sanções previstas neste Decreto.

§2º. As sanções previstas nos incisos III e IV do caput deste artigo poderão ser aplicadas cumulativamente com a prevista no inciso II, alínea a do caput deste artigo.

Seção I

Da Advertência

Art. 6º - A advertência é uma sanção aplicada como instrumento de diálogo e correção de conduta ensejadora de infração administrativa, da qual não cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo, dentre elas:

I - Descumprimento de pequena relevância de obrigação legal ou infração a lei, quando não se justificar aplicação de sanção mais grave;

II - Inexecução parcial de obrigação contratual principal ou acessória de pequena relevância, a critério da administração, quando não se justificar aplicação de sanção mais grave.

Art. 7º - A advertência ao fornecedor/contratado será feita pelo gestor do contrato, auxiliado pelo fiscal do contrato e áreas técnicas, de forma escrita após identificado o fato ou a circunstância ensejadora da infração administrativa que não for relevante e nem resulte em prejuízo à Administração, afim de que aquele corrija os vícios ou para que não torne a cometê-los.

Parágrafo único. A advertência será informada na ficha de fiscalização do contrato e anexada aos autos do contrato.

Art. 8º - A inércia do fornecedor/contratado ou a sua reincidência ensejará a abertura do processo administrativo punitivo de multa, quando ainda assim não causar grave dano à Administração, previsto no inciso II do art. 5º deste Decreto.

Parágrafo único. A inércia do fornecedor/contratado ou a sua reincidência poderá ensejar a abertura do processo administrativo punitivo para as sanções previstas no inciso III e IV do art. 5º deste Decreto, quando causar grave dano à Administração, cumulados ou não com sanção de multa, prevista no inciso II do mesmo dispositivo.

Seção II Da Multa

Art. 9º - A sanção de multa compensatória será aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas no art. 155 da Lei Federal n. 14.133, de 01 de abril de 2021, calculada na forma prevista no edital ou no contrato, não podendo ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor contratado, observando-se os seguintes parâmetros:

I - de 0,5% (cinco décimos por cento) a 5% (cinco por cento) do valor contratado, para aquele que:

a) deixar de entregar a documentação exigida para o certame, previsto no art. 155, IV da Lei Federal n. 14.133, de 01 de abril de 2021;

b) não mantiver a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, previsto no art. 155, V da Lei Federal n. 14.133, de 01 de abril de 2021;

II - de 5% (cinco por cento) a 10% (dez por cento) sobre o valor contratado, em caso de:

a) recusa do adjudicatário em efetuar o reforço de garantia contratual;

b) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta, previsto no art. 155, VI da Lei Federal n. 14.133, de 01 de abril de 2021;

III - de 5% (cinco por cento) a 10% (dez por cento) sobre o valor da parcela do objeto não executada/inadimplente, em caso de:

a) inexecução parcial do contrato previsto no art. 155, I da Lei Federal n. 14.133, de 01 de abril de 2021, desde que que não seja enquadrada em pequena relevância, previsto no art. 6º deste Decreto;

b) inércia do fornecedor/contratado ou reincidência na inexecução parcial do contrato enquadrada em pequena relevância, previsto no art. 8º deste Decreto;

IV - de 10% (dez por cento) a 20% (vinte por cento) sobre o valor do contrato, em caso de inexecução total do contrato, previsto no art. 155, III da Lei Federal n. 14.133, de 01 de abril de 2021;

V - de 20% (vinte por cento) a 30% (vinte por cento) sobre o valor contratado, em caso de:

a) apresentação de declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato, previsto no art. 155, VIII da Lei Federal n. 14.133, de 01 de abril de 2021;

b) fraude à licitação ou prática de ato fraudulento na execução do contrato, previsto no art. 155, IX da Lei Federal n. 14.133, de 01 de abril de 2021;

c) comportamento inidôneo ou fraude de qualquer natureza, previsto no art. 155, X da Lei Federal n. 14.133, de 01 de abril de 2021;

d) prática de atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação, previsto no art. 155, XI da Lei Federal n. 14.133, de 01 de abril de 2021;

e) prática de ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 01 de agosto de 2013 previsto no art. 155, XII da Lei Federal n. 14.133, de 01 de abril de 2021;

f) entrega de objeto com vícios ou defeitos ocultos que o torne impróprio ao uso a que é destinado, ou diminuam-lhe o valor ou, ainda, fora das especificações contratadas;

g) dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo, previsto no art. 155, II da Lei Federal n. 14.133, de 01 de abril de 2021.

Art. 10 - A multa moratória e a sanção pecuniária que será imposta ao fornecedor/contratado que entregar o objeto ou executar o serviço contratado de forma integral, tal qual solicitado, porém com atraso injustificado em relação ao prazo fixado no contrato, e será aplicada nos seguintes percentuais:

I - 0,2% (dois décimos percentuais) por dia de atraso, sobre o valor da parcela executada em desconformidade com o prazo previsto no contrato, até 10 (dez) dias de atraso;

II - 0,3% (três décimos percentuais) por dia de atraso a partir do 11º (decimo primeiro dia) até o 20º (vigésimo) dia de atraso, a ser calculado sobre o valor da parcela executada em desconformidade com o prazo previsto no contrato;

III - 0,5% (cinco décimos percentuais) por dia de atraso a partir do 21º (vigésimo primeiro) até o 30º (trigésimo dia) dia de atraso, a ser calculado sobre o valor da parcela executada em desconformidade com o prazo previsto no contrato;

§1º. Após o 30º (trigésimo) dia de atraso, será analisada as justificativas apresentadas pelo fornecedor/contratado e avaliado se persiste o interesse em manter a contratação ou se é mais vantajoso rescindi-la, conforme art. 137 e seguintes da Lei Federal n. 14.133, de 01 de abril de 2021.

§2º. Constatado o atraso na entrega de bens ou na execução de serviços, o gestor do contrato, auxiliado pelo fiscal do contrato e áreas técnicas deverá iniciar os procedimentos para abertura de processo administrativo punitivo, que deverá observar os princípios do contraditório e da ampla defesa.

Art. 11 - Salvo quando houver dúvida jurídica específica, fica dispensada a elaboração de parecer jurídico nos processos que impliquem na aplicação de multa isolada ou combinada com a pena de advertência, nos casos do art. 8º, caput deste Decreto.

Art. 12 - O valor da multa aplicada poderá ser cobrada da seguinte forma:

I - Através de retenção dos pagamentos devidos pelo órgão ou entidade, inclusive pagamentos decorrentes de outros contratos firmados com o contratado;

II - Pago por meio de Documento de Arrecadação Municipal (DAM) ou outro instrumento correlato;

III - Descontado do valor da garantia prestada, nos casos em que existir garantia contratual;

IV - Cobrado judicialmente.

§1º. O gestor do contrato em procedimento prévio, a Comissão Especial, quando já instaurado o processo administrativo punitivo, ou a Autoridade Competente ao determinar a abertura do processo administrativo punitivo, ad cautelam, poderá efetuar a retenção do valor da multa presumida, conforme determinações previstas no edital ou no contrato.

§2º. Após o registro da penalidade, inexistindo pagamentos devidos pela Administração previsto no inciso I do caput deste artigo, o fornecedor/contratado será notificado para proceder ao recolhimento do respectivo valor por intermédio de DAM, no prazo de cinco dias úteis a contar da confirmação do recebimento da respectiva notificação.

§3º. Esgotado o prazo de que trata o §2º deste artigo sem que haja o pagamento da multa aplicada e havendo garantia prestada na forma do art. 96 da Lei Federal n. 14.133, de 01 de abril de 2021, será a seguradora ou a fiadora notificada para proceder ao pagamento dos

valores devidos ou, conforme o caso, será levantado o valor caucionado ou serão resgatados os títulos da dívida pública.
§4º. É obrigação da unidade gestora da contratação observar os termos das apólices de seguro-garantia e instrumentos congêneres e proceder à notificação formal da seguradora ou fiadora, nos termos do §4º, do art. 45 deste Decreto.
§5º. A não quitação dos valores, ensejará na inscrição do débito em dívida ativa, independentemente de outras restrições ao crédito, além de ser encaminhado para a Assessoria Jurídica para adotar as demais medidas pertinentes.
§6º. No caso de retenção de valores, conforme §1º do presente artigo, havendo provimento da defesa prévia, do recurso ou reconsideração da decisão que aplicar a penalidade, os valores retidos cautelarmente serão devolvidos ao interessado.

Seção III
Do Impedimento de Licitar e Contratar

Art. 13. Será aplicada a sanção de impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública Municipal, direta ou indireta, pelo prazo máximo de três anos, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, observando-se os parâmetros estabelecidos, aos responsáveis pelas seguintes infrações:
I - Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo:
Pena - impedimento pelo período de um ano até dois anos. II - Dar causa à inexecução total do contrato:
Pena - impedimento pelo período de um ano até três anos.
III - Deixar de entregar a documentação exigida para o certame: Pena - impedimento pelo período de um mês até seis meses.
IV - Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado:
Pena - impedimento pelo período de um mês até seis meses.
V - Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta:
Pena - impedimento pelo período de seis meses até um ano.
VI - Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado.
Pena - impedimento pelo período de seis meses até um ano.
VII - Reincidência na sanção de advertência dentro do prazo de 12 (doze) meses, sem que o fornecedor/contratado tenha adotado as medidas corretivas no prazo determinado pela Administração Pública Municipal.
Pena impedimento pelo período de um mês até seis meses.
VIII - Promover a alteração da quantidade ou qualidade dos serviços prestados ou obra executada de forma unilateral.
Pena - impedimento pelo período de seis meses até um ano.
§1º. As penalidades descritas no caput do presente artigo se aplicam também nos casos em que o instrumento que vincula as partes seja a Ata de Registro de Preços;
§2º. A pena de suspensão poderá ser aplicada cumulativamente com as sanções de multa, conforme art. 5º, §2º deste Decreto.
§3º. A penalidade de impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública Municipal não será cabível quando se justificar a imposição de penalidade mais grave, quando então será aplicada a penalidade de declaração de inidoneidade.
Art. 14 - A aplicação da sanção de impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública Municipal, acarretará a rescisão contratual prevista no art. 137 e seguintes da Lei Federal n. 14.133, de 01 de abril de 2021 e art. 80 deste Decreto.
§1º. O impedimento não atinge outros Contratos/Atas de Registro de Preços que estejam vigentes com o fornecedor/contratado penalizado, desde que não tenham relação com a execução do contrato que deu origem à sanção.
Art. 15 - A penalidade de impedimento de licitar e contratar aplicada ao fornecedor/contratado estende-se às pessoas jurídicas que possuam objeto social similar e das quais sejam participantes um ou mais sócios que compõem o quadro societário da empresa penalizada, ou quando, pelas circunstâncias do caso e pelos elementos probatórios, restar comprovado que a pessoa jurídica foi constituída com o fim de frustrar os efeitos da penalidade aplicada.
Parágrafo único. Para os fins do disposto pelo caput, é lícito à autoridade competente valer-se do instituto da desconsideração da personalidade jurídica, conforme previsto pelo art. 160 da Lei Federal n. 14.133, de 01 de abril de 2021.

Seção IV
Da Declaração de Inidoneidade para Licitar e Contratar

Art. 16. A sanção de declaração de inidoneidade para licitar e contratar será aplicada ao fornecedor/contratado responsável pelas infrações administrativas abaixo descritas, bem como pelas infrações administrativas previstas no caput do art. 13 deste Decreto que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção nele referida, e o impedirá de licitar ou contratar, no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos pelo prazo mínimo de três anos e máximo de seis anos, observando-se os seguintes parâmetros:
I - Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato:
Pena de três anos até quatro anos.
II - Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato: Pena de três anos até seis anos.
III - Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza: Pena de três anos até seis anos.
IV - Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação: Pena de três anos até cinco anos.
V - Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei Federal nº 12.846, de 01 de agosto de 2013:
Pena de três anos até seis anos.
Parágrafo único. Para as infrações descritas no art. 13 deste Decreto que justifique a imposição de penalidade mais grave, observa-se os seguintes parâmetros:
I - Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo:
Pena de três anos até cinco anos.
II - Dar causa à inexecução total do contrato: Pena - de três anos até seis anos.
III - Deixar de entregar a documentação exigida para o certame: Pena de três anos até quatro anos.
IV - Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado:
Pena - de três anos até quatro anos.
V - Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta:
Pena - de três anos até quatro anos.
VI - Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado.
Pena - de três anos até cinco anos.
VII - Reincidência na sanção de advertência dentro do prazo de 12 (doze) meses, sem que o fornecedor/contratado tenha adotado as medidas corretivas no prazo determinado pela Administração Pública Municipal.
Pena de três anos até quatro anos.
VIII - Promover a alteração da quantidade ou qualidade dos serviços prestados ou obra executada de forma unilateral.
Pena - de três anos até quatro anos.
Art. 17 - A aplicação da declaração de inidoneidade para licitar e contratar deve ser precedida de análise jurídica.
Art. 18 A aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar e contratar, não afasta a possibilidade de aplicação da pena de multa compensatória cumulativamente à sanção mais grave.
Art. 19 - A aplicação da declaração de inidoneidade para licitar e contratar aplicada ao fornecedor/contratado estende-se às pessoas jurídicas que possuam objeto social similar e das quais sejam participantes um ou mais sócios que compõem o quadro societário da empresa penalizada, ou quando, pelas circunstâncias do caso e pelos elementos probatórios, restar comprovado que a pessoa jurídica foi constituída com o fim de frustrar os efeitos da penalidade aplicada.
Parágrafo único. Para os fins do disposto pelo caput, é lícito à autoridade competente valer-se do instituto da desconsideração da

personalidade jurídica, conforme previsto pelo art. 160 da Lei Federal n. 14.133, de 01 de abril de 2021.

Seção V
Das Disposições Gerais

Art. 20 - Na aplicação das sanções deverão ser considerados: I - A natureza e a gravidade da infração cometida;
II - As peculiaridades do caso concreto;
III - As circunstâncias agravantes ou atenuantes;
IV - Os danos que dela provierem para a Administração Pública;
V - A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle, nos casos do art. 5º, IV deste Decreto.
Art. 21. Quando a ação ou omissão do fornecedor/contratado ensejar o enquadramento de concurso de condutas, será aplicada a pena mais grave, podendo ser aumentada de 1/3 até a metade, justificadamente, em decorrência da gravidade da conduta.
Parágrafo único. Não se aplica a regra prevista no caput se já houver ocorrido o julgamento ou, pelo estágio processual, revelar-se inconveniente a avaliação conjunta dos fatos.
Art. 22. A penalidade resultante da aplicação do artigo anterior não poderá ser maior do que as penalidades consideradas cumulativamente, e em nenhuma hipótese a penalidade aplicada poderá ser superior a 6 anos para as sanções previstas nos incisos III e IV do art. 5º deste Decreto.
Art. 23. Serão consideradas circunstâncias agravantes para aplicação das sanções previstas no art. 5º deste Decreto:
I - A prática da infração com violação de dever inerente a cargo, ofício ou profissão; II - O conluio entre fornecedores para a prática da infração;
III - A apresentação de documento falso no curso do processo administrativo de apuração de responsabilidade;
IV - A reincidência.
§1º. Verifica-se a reincidência quando o acusado comete nova infração, depois de condenado definitivamente por infração anterior, inclusive aplicação de advertência.
§2º. Para efeito de reincidência:
I - Considera-se a decisão proferida no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, se imposta a pena de declaração de inidoneidade de licitar e contratar;
II - Não prevalece a condenação anterior, se entre a data da publicação da decisão definitiva dessa e a do cometimento da nova infração tiver decorrido prazo prescricional de cinco anos conforme art. 88 deste Decreto;
III - Não se verifica, se tiver ocorrido a reabilitação em relação a infração anterior. Art. 24. Serão circunstâncias atenuantes para aplicação das sanções previstas no
art. 5º deste Decreto:
I - A primariedade;
II - Procurar evitar ou minorar as consequências da infração antes do julgamento; III - Reparar o dano antes do julgamento;
IV - Confessar a autoria da infração;
Parágrafo único. Considera-se primário aquele que não tenha sido condenado definitivamente por infração administrativa prevista em lei ou já tenha sido reabilitado.
Art. 25. Os editais de licitação e os contratos deverão fazer menção expressa quanto à aplicação dos dispositivos deste Decreto.

CAPÍTULO III
DO PROCESSO ADMINISTRATIVO PUNITIVO

Seção I
Do Procedimento Prévio

Art. 26 - Identificado o fato ou a circunstância ensejadora de qualquer tipo de infração administrativa praticada por licitante ou contratada que viola as normas de natureza administrativa, seja contratual ou ainda em procedimento licitatório, causando ou não prejuízos à Administração Pública, o gestor do contrato, auxiliado pelo fiscal do contrato e áreas técnicas, o agente de contratação/pregoeiro ou a comissão de contratação, deverá, antes de requerer a abertura de processo administrativo punitivo, notificar o fornecedor/contratado sobre o ocorrido, pedindo-lhe providências e justificativas, no intuito de sanar a falta contratual, no prazo de 02 dias úteis.
§1º. A atribuição prevista neste artigo não exime a responsabilidade dos Secretários, Diretores ou Gerentes das Unidades que identificar o fato ou a circunstância mencionada no caput realizar a referida comunicação ao gestor e fiscal do contrato, principalmente quando o objeto questionado for executado em sua Unidade, como área demandante.
§2º. Será apurada também a responsabilidade quando houver indícios de vícios redibitórios, negligência, imperícia ou qualquer outra circunstância, decorrente da ação ou omissão do Fornecedor/Contratado, que comprometa a quantidade, qualidade e/ou durabilidade do produto/serviço/obra, no interregno do prazo legal da garantia das obras.
§3º. Havendo indícios de negligência, ação ou omissão de qualquer servidor no recebimento de produto/serviço/obra, que comprometa a quantidade, qualidade e/ou durabilidade do produto/serviço/obra, do gestor e/ou do fiscal do contrato, o fato será comunicado, juntamente com os documentos ou relatório com o registro dos fatos à autoridade competente para abertura de sindicância ou processo administrativo disciplinar, conforme o caso, de acordo com o Estatuto Municipal vigente.
Art. 27. Em havendo a apresentação de justificativas ou de providências no intuito de sanar as irregularidades noticiadas e sendo estas acatadas pelo gestor do contrato, pelo agente de contratação/pregoeiro ou pela comissão de contratação, o procedimento iniciado será arquivado com parecer técnico devidamente fundamentado.
Art. 28. Mantendo-se inerte o fornecedor/contratado quanto às providências solicitadas no artigo anterior, sanado de forma parcial a falta contratual ou sendo a justificativa apresentada rejeitada, o gestor do contrato, auxiliado pelo fiscal do contrato e áreas técnicas, o agente de contratação/pregoeiro ou a comissão de contratação, no que couber, emitirá parecer técnico indicando os motivos que justificam a instauração de processo para apurar os fatos narrados e fundamentar a aplicação das penalidades administrativas adequadas à infração, nos termos da Lei Federal n. 14.133, de 01 de abril de 2021 e nos termos deste Decreto.
Art. 29 - O parecer técnico mencionado no artigo anterior, acrescido dos documentos preliminares, como notificação, eventual justificativa apresentada pelo fornecedor/contratado e demais documentos comprobatórios, deverá ser encaminhado à autoridade competente para que seja realizado o juízo de admissibilidade relativo às informações apresentadas.
Parágrafo único. No âmbito do Poder Executivo Municipal, a figura da autoridade competente no processo administrativo punitivo, prevista neste Decreto, será de responsabilidade do Secretário de Administração.
Art. 30. A autoridade competente, ao realizar o juízo de admissibilidade de que trata o artigo anterior, deverá analisar e decidir por:
I - Admitir o juízo de admissibilidade quando entender que o fato ou a circunstância apontada realmente ensejou a infração administrativa relatada, cabendo a instauração de processo administrativo punitivo;
II - Solicitar complementação de informações, retornando os autos ao agente público responsável pela comunicação da infração administrativa;
III - Negar o juízo de admissibilidade quando entender que o fato ou a circunstância apontada não foi suficiente para ensejar a infração administrativa relatada ou qualquer outra passível de sanção prevista nos incisos II, III e IV do art. 5º deste Decreto, devendo arquivar os autos devidamente fundamentado.
Art. 31. Admitido o juízo de admissibilidade de que trata o inciso I do artigo anterior, a autoridade competente deverá instaurar processo administrativo punitivo.
§1º. Verificando a autoridade competente que a pena cabível for exclusivamente a multa de mora prevista no art. 10 deste Decreto, o processo administrativo punitivo será processado pelo rito sumário.

Seção II
Da Instauração do Processo Administrativo Punitivo Rito Sumário

Art. 32. Quando as penalidades aplicáveis ao caso forem somente multa de mora prevista no art. 10 deste Decreto, a autoridade

competente devolverá os autos ao gestor do contrato, que auxiliado pelo fiscal do contrato e áreas técnicas, deverá desde logo notificar o fornecedor/contratado para que apresente defesa no prazo de 15 (quinze) dias úteis, bem como indique eventuais provas que deseja produzir.
§1º. Caso deseje produzir provas, o fornecedor/contratado deverá especificá-las no mesmo ato e prazo de sua defesa, sob pena de preclusão.
§2º. O gestor do contrato deverá autorizar ou indeferir o pedido de provas, neste último caso sempre de maneira motivada na inutilidade, impertinência ou natureza meramente protelatória do pedido.
§3º. Ocorrendo a produção de outras provas conhecidas ou advindas após a apresentação da defesa, será aberto novo prazo de 15 (quinze) dias para a apresentação de alegações finais.
Art. 33. Realizada a notificação do fornecedor/contratado para que apresente defesa, conforme o artigo anterior, o gestor do contrato deverá comunicar imediatamente o Setor Financeiro para que este último faça retenção ad cautelam de eventuais créditos existentes em favor da contratada até que haja julgamento da questão pela autoridade competente.
Art. 34. Concluída a fase instrutória, com ou sem apresentação da defesa pelo fornecedor/contratado, deverá o gestor do contrato, auxiliado pelo fiscal do contrato e áreas técnicas, no que couber, emitir novo parecer técnico indicando os motivos que justificam a imposição da sanção de multa moratória e encaminhará juntamente com os autos para a apreciação da autoridade competente.
Art. 35. Recebidos os autos instruídos, a autoridade competente deverá decidir sobre a questão no prazo de 05 (cinco) dias.
§1º. Nos casos em que não haver manifestação do fornecedor/contratado e/ou a apuração do quantum devido estiver regular, a decisão poderá consistir em ratificação do ato de instauração, tornando definitiva a penalidade, procedendo-se, então, a quitação da multa pelos créditos existentes ou, não tendo valores suficientes, aplicar as regras do art. 73 deste Decreto.
§2º. Se o julgamento for pela não aplicação da penalidade, a autoridade competente encaminhará, imediatamente, cópia da decisão ao Setor Financeiro para liberação de possíveis pagamentos que tenham sido retidos ad cautelam.
§3º. Da decisão de que trata o artigo anterior não caberá recurso.
Art. 36. A decisão proferida pela autoridade competente deverá ser publicada no sitio eletrônico da Administração Pública Municipal correlata, no Portal Nacional de Compras Públicas (PNCP), no e no Diário Oficial dos Municípios de Rondônia (AROM).
Art. 37. Após encerrado o processo administrativo pelo rito sumário, a autoridade competente deverá solicitar a anotação no histórico cadastral do fornecedor, conforme previsto no art. 84 deste Decreto e encaminhar os autos ao Departamento responsável pela gestão dos Contratos para arquivo.

Seção III
Da Instauração do Processo Administrativo Punitivo

Art. 38 - O Processo Administrativo Punitivo compreenderá as seguintes fases: I - Nomeação da Comissão Especial;
II - Notificação do fornecedor/contratado; III - Apresentação de defesa;
IV - Saneamento, parecer técnico e parecer jurídico; V - Decisão acerca da aplicação da sanção;
VI - Notificação do fornecedor/contratado sobre a decisão VII - Apresentação de eventual recurso;
VIII - Análise do recurso e decisão administrativa final.
Art. 39. O Processo Administrativo de Apuração das Infrações de Fornecedores terá o início do seu trâmite após a avaliação de seu conteúdo e a nomeação da Comissão Especial para instruir e concluir o Processo Administrativo Punitivo pela autoridade competente.
§1º. A infração poderá ser imputada, solidariamente, aos administradores e sócios que possuam poderes de administração, se houver indícios de envolvimento no ilícito, como também à pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, seguindo o disposto para a desconsideração da personalidade jurídica.
§2º. O processo poderá ser instaurado exclusivamente contra administradores e sócios que possuem poderes de administração, das pessoas jurídicas licitantes ou contratadas, se identificada prática de subterfúgios, visando burlar os objetivos legais da própria sanção administrativa.
§3º. O processo administrativo punitivo, no âmbito do Poder Executivo Municipal, permanecerá na Secretaria de Administração, cujo qual receberá o número do processo, e ficará arquivado no Departamento de Contratos.
Art. 40. A Comissão Especial mencionada no artigo anterior será composta por 03 (três) servidores, preferencialmente, efetivos, sorteados dentre os servidores que compõe a Comissão Permanente de Processo Administrativo Punitivo prevista no artigo 77 deste Decreto, para exercer as seguintes funções:
I - 01 (um) Presidente II - 02 (dois) Membros
§1º. Na impossibilidade de atendimento à regra prevista no caput deste artigo, justificadamente a autoridade poderá nomear servidores comissionados e empregados públicos para as funções de Membros da comissão, previsto no inciso II do caput deste artigo.
§2º. Fica impedido de atuar na Comissão Especial, servidores que sejam parentes consanguíneos ou afins, em linha reta ou colateral, até o terceiro grau, que sejam amigo íntimo do fornecedor pessoa física, ou em se tratando de pessoa jurídica, de qualquer dos sócios que compõe o quadro societário, de diretores e de funcionários.
§3º. Eventual alteração dos integrantes da Comissão Especial deverá ser justificado e não ensejará, por si só, a nulidade processual.
Art. 41. A Comissão Especial designada para cada processo, caso necessário, poderá solicitar, mediante ofício justificado, a colaboração de servidores dos demais órgãos da mesma Administração Pública, com conhecimento técnico sobre o tipo de objeto da contratação impugnada, para a instrução processual.
Art. 42. A Portaria de instauração do processo administrativo punitivo deverá conter: I - Os nomes dos servidores sorteados para exercer as funções mencionadas no
caput do artigo anterior;
II - O número sequencial do Processo Administrativo com a indicação do ano corrente;
III - A identificação do Fornecedor/Contratado;
III - O número do Processo Licitatório, Contrato ou Ata de Registro de Preços; IV - O relato sucinto das irregularidades;
V - As cláusulas ou normas legais descumpridas que motivaram a instauração do Processo Administrativo;
VI - O prazo previsto para a conclusão dos trabalhos pela Comissão Especial. Parágrafo único. A Portaria de instauração do processo administrativo punitivo
deverá ser publicado no sitio eletrônico da Administração Pública Municipal correlata, no Portal Nacional de Compras Públicas (PNCP) e no Diário Oficial dos Municípios de Rondônia (AROM).

Art. 43. A Comissão Especial procederá à autuação de processo administrativo punitivo, devendo o aludido processo ser instruído com os seguintes documentos, conforme o caso, sem prejuízo dos que poderão ser solicitados posteriormente nas fases de análise e decisão:
I - A identificação do Fornecedor/Contratado;
II - Identificação dos autos do processo administrativo da licitação ou do processo de dispensa ou inexigibilidade, quando for o caso;
III - Cópia de:
a) Cópia da Portaria de instauração do processo;
b) Edital, Contrato, Ata de Registro de Preços e/ou outro instrumento de ajuste;
c) Nota de empenho e da confirmação de entrega ao fornecedor/contratado, quando o prazo para cumprimento da obrigação contar do seu recebimento, quando for o caso;
d) Termos de recebimento provisório e definitivo, na forma prevista em contrato, se for o caso;
e) Eventuais pedidos de prorrogação de prazo solicitados pela contratada e dos respectivos despachos de deferimento ou de indeferimento dos pedidos formulados;
f) Comunicação do gestor, agente de contratação/pregoeiro ou comissão de contratação, no que couber, à autoridade;
g) Parecer técnico emitido pelo do gestor, agente de contratação/pregoeiro ou comissão de contratação, no que couber, com a descrição da infração praticada pelo fornecedor/contratado indicando os motivos que justificam a instauração de processo, acompanhado dos documentos necessários à comprovação dos fatos narrados;

h) expediente solicitando as retenções ad cautelam e expediente que informe a realização destas retenções nos pagamentos efetuados, quando for o caso;
i) data de início da contagem do prazo de atraso para contagem da multa de mora e memória de cálculo, nos casos em que couber a aplicação da multa compensatória;
j) comprovante da garantia contratual, se exigida no edital ou contrato;
k) Ofícios de notificação ao fornecedor/contratado quanto ao descumprimento registrado, às cláusulas infringidas e à abertura de prazo para apresentação de defesa prévia e recurso;
l) Comprovante da ciência ou recebimento da notificação referente à abertura do procedimento administrativo punitivo e da aplicação de pena quando for o caso.
m) parecer técnico final;
n) parecer jurídico, analisando a regularidade do procedimento, conforme art. 61 deste Decreto;
IV - Outros documentos considerados pertinentes para a instrução do processo.
Art. 44. O Processo Administrativo Punitivo, com o respectivo julgamento e/ou proposta de sanções, deverá ser concluído em até 90 (noventa) dias úteis observando as condições previstas neste Decreto, respeitados os princípios da ampla defesa, do contraditório, da razoabilidade e da proporcionalidade.
Parágrafo único. O prazo previsto no caput, poderá ser prorrogado pelo tempo necessário para o término, caso justificadamente solicitado pela Comissão Especial e a sua concessão não importa em anulação do processo.
Art. 45. Iniciado o processo administrativo punitivo, a Comissão Especial deverá intimar o fornecedor/contratado sobre o processo em curso e citar para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretende produzir, por iniciativa e às expensas daquele que as indicou.
§1º. A notificação de intimação/citação conterá, no mínimo: a) identificação da Comissão Especial;
b) identificação do fornecedor/contratado;
c) descrição dos fatos imputados e o dispositivo pertinente à infração;
d) informação sobre eventual retenção de valores ad cautelam a título de futura aplicação de multa; e
e) prazo para manifestação.
§2º. O Fornecedor/contratado processado que mudar de endereço fica obrigado a comunicar à Comissão Especial o lugar onde poderá ser encontrado, sob pena de arcar com o ônus da revelia.
§3º. A notificação a que se refere o §1º deste artigo será enviada por uma das formas abaixo, observando-se a ordem de preferência:
I - Envio ao endereço eletrônico dos representantes credenciados ou do fornecedor/contratado cadastrado, com comprovante de recebimento, ou:
II - Entregue ao fornecedor/contratado mediante recibo, ou; III - Envio pelo correio, com aviso de recebimento, ou;
IV - Publicação no Diário Oficial, quando ignorado, incerto ou inacessível o lugar em que o fornecedor/contratado se encontrar, quando então começará a contar o prazo previsto no caput deste artigo.
§4º. Em observância ao disposto no § 4º do art. 137 da Lei Federal n. 14.133, de 01 de abril de 2021, os emitentes das garantias de contratações de obras, serviços e fornecimentos de bens, quando existente, deverão ser notificados do início de processo administrativo punitivo.
§5º. A apuração de penalidades previstas neste Decreto não prejudica a adoção de eventuais providências para a rescisão do contrato, na forma deste Decreto e da Lei Federal n. 14.133, de 01 de abril de 2021.
Art. 46 Quando a Comissão Especial, no curso do processo, tiver conhecimento de novas acusações em desfavor da empresa processada, deverá de imediato, complementar os fatos com notificação, concedendo novo prazo para apresentação de provas em sua defesa.
Parágrafo único. Se os novos fatos atribuídos não tiverem ligação com o processo em curso, será instaurado outro processo administrativo punitivo destinado à apuração dessas denúncias supervenientes e independentes.
Art. 47 Após a citação válida do fornecedor/contratado para apresentar defesa, nos termos do artigo 45 deste Decreto, será observado o seguinte:
I - O desatendimento da notificação pelo fornecedor/contratado não importa em reconhecimento da verdade dos fatos, nem representa renúncia aos seus direitos;
II - O não comparecimento em audiência eventualmente designada pela Comissão Especial e/ou a ausência de defesa, implicará em revelia e todos os seus efeitos e não impede a continuidade regular do processo;
III - Em qualquer fase do processo administrativo punitivo, mesmo na apresentação de recursos, será assegurado ao fornecedor/contratado o direito de ampla defesa, a juntada de provas e o contraditório;
IV - As atividades de Instrução destinadas a comprovar os fatos necessários à tomada de decisão serão realizadas de ofício, sem prejuízo do direito dos interessados de apresentar provas complementares;
V - Quando o fornecedor/contratado declarar dados que estejam registrados na Administração Pública Municipal processante, a Comissão Especial deverá providenciar de ofício, a obtenção dos documentos ou respectivas cópias.
Art. 48. A Comissão Especial deverá responder quaisquer questionamentos formulados pelo fornecedor/contratado.
Art. 49. Aos interessados é assegurado o direito à vista do processo e à obtenção de certidões ou cópias reprográficas dos dados e documentos que o integram, ressalvados os dados e documentos de terceiros protegidos por sigilo ou pelo direito à privacidade, à honra e à imagem.
Parágrafo único. O fornecimento de documentos será feito, preferencialmente, por meio eletrônico, de forma a reduzir o consumo de papel.
Art. 50. Quando for necessária a prestação de informações adicionais ou a apresentação de provas por terceiros, serão expedidas notificações específicas para este fim, mencionando-se data, prazo, forma e condições de atendimento em caráter de colaboração com outros entes e órgãos públicos e privados.
Art. 51. É licito à Comissão Especial a realização de diligências em geral, das quais, salvo necessidade de manutenção de sigilo devidamente justificado, deverá ser dado ciência ao interessado.
Art. 52. Será admitida no processo administrativo punitivo prova emprestada de outros processos administrativo ou judicial, caso em que, após a juntada nos autos, será aberta vistas ao fornecedor/contratado para manifestação, em 15 (quinze) dias úteis, contados de sua intimação.
§1º. As informações e provas compartilhadas não se restringem a processos em que figurem partes idênticas, devendo o órgão julgador, garantido o contraditório e a ampla
defesa, atribuir à prova o valor que considerar adequado.
§2º. O pedido para compartilhamento de informações e provas produzidas em outro processo será feito pela Comissão Especial à autoridade competente, que encaminhará solicitação ao juízo competente ou autoridade administrativa de outro Poder ou Ente federativo.
§3º. O compartilhamento de provas que envolva cooperação internacional observará o disposto no Código de Processo Civil.
Art. 53. Todos os atos praticados pela Comissão Especial deverão ser registrados em ata circunstanciada, apontando todos os atos e diligencias realizadas e deverá ser juntada ao processo para conhecimento de qualquer interessado.
Art. 54. A Comissão Especial poderá a todo momento rever os seus atos para evitar nulidade processual por erros formais.
Parágrafo único. O descumprimento dos prazos consignados para a Comissão Especial se manifestar e para julgamento da autoridade competente não ensejará, por si só, a nulidade do processo.
Art. 55. Durante o prazo para apresentação da defesa, cabe ao fornecedor/contratado, facultativamente, apresentar sua defesa endereçada à Comissão Especial, indicando o número do processo de referência, os argumentos fáticos e jurídicos que entender pertinente, bem como as excludentes de antijuridicidade ou culpabilidade, e ainda as provas necessárias para a comprovação dos fatos alegados, sob pena de preclusão do direito, sem prejuízo ao dever atribuído à Comissão Especial de instrução processual.
§1º. A apresentação da defesa escrita poderá ser feita conforme abaixo:
I - Protocoladas no protocolo geral da Administração Pública Municipal de referência, no caso de existir protocolo geral;

II - Mediante endereço eletrônico indicado pela Comissão Especial, desde que a petição esteja assinada digitalmente por meio de certificado digital, nos moldes da Lei nº 11.419/2006.
§2º. A Comissão Especial e as autoridades competentes reservam-se ao direito de diligenciar para averiguar a legitimidade do peticionante e da veracidade da assinatura eletrônica realizada.
§3º. Se verificado vício na legitimidade do peticionante ou na veracidade da assinatura eletrônica, a Comissão Especial e as autoridades competentes darão por prejudicada a petição, desconsiderando-a para qualquer efeito.
§4º. Os protocolos de que trata o inciso I, §1º deste artigo deverão ser realizados durante o horário de expediente de atendimento externo da Administração Direta ou Indireta.
Art. 56 Serão admitidos como meio de provas: I - Ata Notarial;
II - Depoimento Pessoal; III - Confissão do acusado; IV - Documentos em geral; V - Testemunhal;
VI - Pericial.
§1º. Para os casos em que houver necessidade de prova testemunhal, será permitido o arrolamento de, no máximo, 03 (três) testemunhas para cada uma das partes, inclusive pela Comissão Especial.
§2º. A parte que arrolar testemunhas deverá demonstrar, desde já, qual a sua relação com o caso e em que ela poderá contribuir para a elucidação dos fatos, sob pena de indeferimento.
§3º. Serão indeferidas pela Comissão Especial, mediante decisão fundamentada, provas ilícitas, impertinentes, desnecessárias, protelatórias ou intempestivas.
Art. 57. Havendo indícios de falsidade documental apresentado no curso da instrução pelo fornecedor/contratado, a Comissão Especial intimará o acusado para manifestação, em 3 (três) dias úteis.
§1º. A decisão sobre falsidade do documento será realizada quando do julgamento do processo.
§2º. A apresentação de declaração ou documento falso na fase licitatória ou de execução do contrato já constitui causa principal para abertura do processo administrativo de responsabilização, caso em que não será aplicado o disposto no caput e §1º deste artigo.

Art. 58. Na hipótese de deferimento de pedido de produção de novas provas ou de juntada de provas julgadas indispensáveis pela comissão, o fornecedor/contratado poderá apresentar alegações finais no prazo de 15 dias úteis, contado da data da intimação.

Seção IV
Do Parecer Conclusivo da Comissão e do Julgamento

Art. 59. Realizados todos os atos necessários à instrução processual afim de elucidar os fatos, a Comissão Especial deverá elaborar o parecer técnico conclusivo, de caráter opinativo sobre a aplicação ou não da penalidade, bem como a indicação da sanção que entender cabível, dentro do prazo de 10 dias, e deverá apontar e se manifestar sobre:
I - A existência (ou não) da defesa;
II - A tempestividade (ou não) da eventual defesa; III - A síntese dos fatos apurados;
IV - Os argumentos da defesa, quando apresentada, e das provas que instruem o processo;
V - A materialização ou não da infração administrativa punitiva com os fundamentos de fato e de direito que embasam a sua opinião conclusiva;
VI - Memória de cálculo, no caso de eventual aplicação de multa;
VI I- A fundamentação pelo acolhimento ou não da defesa prévia, pedido de reconsideração e arquivamento, conforme o caso.
VIII - Eventual impacto e as consequências da infração para a Administração Pública Municipal;
IX - A aplicação (ou não) de cada sanção administrativa na forma do art. 5º deste Decreto;
X - a dosimetria de cada penalidade, discorrendo sobre os critérios elencados neste Decreto.
§1º. O relatório deverá ser sempre conclusivo quanto à inocência ou à responsabilidade do fornecedor/contratado e informará, quando for o caso, se houve falta capitulada como crime e se houve danos aos cofres públicos, sugerindo à autoridade julgadora a remessa de cópia do processo ao setor competente para as providências cabíveis.
§2º. Na elaboração do parecer técnico conclusivo, fica proibido a emissão de opiniões pessoais ou conclusão que não esteja registrada nas provas dos autos.
§3º. O relatório de que trata o caput poderá propor a absolvição por insuficiência de provas quanto à autoria e ou materialidade.
§4º. O relatório de que trata o caput poderá conter sugestões sobre medidas que podem ser adotadas pela Administração Pública Municipal, objetivando evitar a repetição de fatos ou irregularidades semelhantes aos apurados no processo administrativo punitivo.
Art. 60. Havendo divergência entre os integrantes da Comissão Especial quanto ao parecer técnico conclusivo, o integrante discordante apresentará relatório separado, com o voto divergente.
Art. 61. Finalizado o parecer técnico conclusivo, o processo será encaminhado para análise e parecer jurídico, para manifestação acerca da legalidade do procedimento, que deverá ser expedido no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis.
Parágrafo único. O parecer jurídico limitar-se-á: I - A legitimidade ativa e passiva;
II - A tempestividade da defesa;
III - A regularidade do procedimento;
IV - A adequação da penalidade, quando recomendada, e a sua capacidade de produzir os efeitos pedagógicos e sancionatórios, evitando meras formalidades ou imposições inócuas;
V - Ao eventual excesso na dosimetria de cada penalidade em atenção à legislação aplicável e ao princípio da proporcionalidade.
Art. 62 AAssessoria Jurídica, após a sua análise, deverá:
I - Apor sua anuência quando o rito do Processo Administrativo e o parecer técnico conclusivo da Comissão Especial estiverem em consonância com os fatos narrados e observando a legalidade e a aplicação das penalidades de forma adequada;
II - Se manifestar pela discordância quando o rito do Processo Administrativo e o parecer técnico conclusivo da Comissão Especial estiverem em dissonância com os fatos narrados, emitindo informação técnica/jurídica saneadora analisando a legalidade e o mérito do processo administrativo punitivo.
Art. 63. Após expedido o parecer técnico conclusivo e o parecer jurídico, a Comissão Especial deverá encaminhar o processo administrativo punitivo, no prazo de 02 (dois) dias úteis, à autoridade competente para emitir a sua decisão.
Parágrafo único. Com a emissão do parecer, encerra-se os trabalhos da Comissão Especial, salvo se a autoridade competente entender que a instrução processual precisa ser complementada.
Art. 64. A autoridade competente deverá proferir sua decisão, no prazo de até 10 (dez) dias úteis após o recebimento do parecer técnico conclusivo e o parecer jurídico, podendo acolher no todo, parcialmente, ou recusar as razões expostas no relatório final, devendo expedir a sua decisão definitiva devidamente fundamentada.
§1º. Caso discorde do parecer da Comissão Especial, a autoridade competente deverá expedir a sua decisão definitiva, justificando de forma fundamentada, os motivos que a levaram a discordar da opinião expedida pela Comissão Especial;
§2º. Caso entenda pela necessidade de complementação de instrução processual, deverá remeter os autos à Comissão Especial para que esta realize as diligências que a autoridade entender necessárias.

Seção V Dos Recursos

Art. 65. O fornecedor/contratado deverá ser notificado sobre o teor da decisão de 1ª instância, nos moldes do art. 45, §3º deste Decreto, abrindo-se prazo para apresentação de Recurso Administrativo no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados do recebimento da notificação.
§1º. O prazo que trata este artigo será contado a partir da data de recebimento da notificação da decisão de aplicação de sanção, que terá efeito suspensivo até que sobrevenha decisão final em 2º Instância.
§2º. O recurso apresentado deverá ser dirigido à autoridade competente que proferiu a decisão recorrida, a qual poderá, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, exercer seu juízo de reconsideração ou não, devendo ser motivado nos autos, e, posteriormente, encaminhará à autoridade competente para decidir recurso de forma definitiva.
§3º. A tempestividade recursal deve ser aferida pela data em que foi protocolado o recurso.

§4º. O não conhecimento do recurso não impede a Administração de rever de ofício o ato ilegal passível de anulação, desde que não ocorrida preclusão administrativa.
§5º. Do indeferimento de eventual reconsideração, prevista no §2º deste artigo não caberá recurso.
Art. 66. O Recurso Administrativo de 2ª instância será decidido pela Autoridade Superior da Administração Pública direta ou indireta, no prazo de até 10 (dez) dias úteis.
Parágrafo único. No caso do Poder Executivo Municipal, a Autoridade Superior da Administração é o Prefeito Municipal.
Art. 67 O recurso deverá conter:
I - A indicação da autoridade a que se dirige;
II - A demonstração da tempestividade do recurso;
III - A exposição sumária dos fatos a as razões recursais; IV - Os pedidos;
V - A assinatura do recorrente ou de seu representante legal. Art. 68. O recurso não será conhecido quando interposto:
I - Fora do prazo;
II - Perante autoridade incompetente; III - Por quem não seja legitimado;
Art. 69. A Autoridade Superior poderá, desde que devidamente motivado, ratificar, modificar, anular ou revogar, total ou parcialmente, a decisão recorrida.

Seção VI
Da Decisão Definitiva e seus Efeitos

Art. 70. Após a análise do recurso administrativo e considerando os documentos acostados nos autos, a autoridade julgadora proferirá decisão de 2ª instância, sendo considerada definitiva em âmbito administrativo, da qual o fornecedor/contratado será devidamente notificado do teor da referida decisão em até 5 (cinco) dias úteis, nos mesmos termos do 45, §3º deste Decreto.
Art. 71. O extrato da decisão definitiva proferida em processo administrativo punitivo deverá ser publicado sitio eletrônico da Administração Pública Municipal correlata, no Portal Nacional de Compras Públicas (PNCP) e no Diário Oficial dos Municípios de Rondônia (AROM), o qual deverá conter:
I - A origem e o número do processo; II - O descumprimento acometido;
III - O fundamento legal da sanção aplicada;
IV - O nome e/ou razão social do fornecedor/contratado penalizado, com o número de sua inscrição no cadastro da Receita Federal;
V - A sanção aplicada, com sua respectiva duração e/ou valor, se for o caso; VI - Indicação do órgão sancionador;
Parágrafo único. Após a publicação da decisão administrativa definitiva, a sanção deverá ser registrada no sistema de cadastro de fornecedores da Administração Pública Municipal.
Art. 72. Transcorrido o prazo para apresentação de recurso sem manifestação do fornecedor/contratado, ou havendo julgamento definitivo de mérito, a autoridade competente expedirá certidão que ateste o trânsito em julgado da decisão administrativa.
Art. 73. Transitado em julgado a decisão administrativa, seja ela de 1ª ou 2ª instância, a autoridade competente deverá providenciar cópia da respectiva decisão, juntamente com a cópia da certidão de trânsito em julgado e encaminhar para:
I - Setor financeiro para que:
Havendo condenação em multa realize:
a) Conversão da retenção ad cautelam em retenção definitiva do quanto baste para quitação da sanção de multa;
b) Caso os valores retidos ad cautelam não sejam suficientes para pagamento da sanção de multa aplicada, que haja a retenção da diferença dos valores, entre os pagamentos devidos pela Administração Pública Municipal, inclusive pagamentos decorrentes de outros contratos ou instrumentos equivalentes firmados com o fornecedor/contratado;
c) Inexistindo pagamentos devidos pela Administração, o fornecedor/contratado será notificado para proceder ao recolhimento do respectivo valor por intermédio de DAM, no prazo de 05 (cinco) dias úteis a contar da confirmação do recebimento da respectiva notificação.
d) Não havendo o recolhimento da DAM notificar a seguradora ou a fiadora para proceder ao pagamento dos valores devidos ou, conforme o caso, levantar o valor caucionado ou resgatar os títulos da dívida pública.
d) Não havendo êxito, o setor financeiro providenciar a inscrição do débito em dívida ativa sem prejuízo de inscrição do fornecedor/contratado aos órgãos de restrição ao crédito e informar a Assessoria Jurídica para as medidas cabíveis para a cobrança judicial.
e) A contagem do prazo fluirá a partir do primeiro dia útil após o recebimento da notificação, excluindo-se o dia do início e incluindo-se o dia do vencimento.
f) O prazo será considerado prorrogado até o primeiro dia útil seguinte se seu vencimento ocorrer no sábado, domingo ou feriado, quando não houver expediente administrativo no órgão ou, ainda, quando o expediente for encerrado antes do horário normal de funcionamento.
II - Não havendo condenação em multa realize:
a) A liberação de eventual valor retido ad cautelam ao fornecedor/contratado.
b) Registrar a penalidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores da Administração Pública Municipal e no Sistema Integrado de Registro CEIS/CNEP, quando for o caso.
c) Havendo apontamento de possível prática de crime pelo fornecedor/contratado, a autoridade competente encaminhará cópia integral dos autos ao Ministério Público, para que este adote as medidas que julgar necessárias.

Seção VII
Do Requerimento de Revisão

Art. 74. Os processos administrativos de que resultem sanções poderão ser revistos, a qualquer tempo, a pedido ou de ofício, quando surgirem fatos novos ou circunstâncias relevantes suscetíveis de justificar a inadequação da sanção aplicada, que será decidida pela autoridade competente.
§1º. A revisão do processo não poderá resultar agravamento da sanção.
§2º. Para subsidiar a decisão, o requerimento de revisão poderá ser apreciado pela Assessoria Jurídica.

Seção VIII
Do Pedido de Reabilitação

Art. 75. A aplicação das sanções previstas nos incisos II, III e IV do art. 5º deste Decreto admite a reabilitação do fornecedor/contratado perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, exigidos, quando couber:
I - Reparação integral do dano causado à Administração Pública; II - Pagamento da multa;
III - Transcurso do prazo mínimo de um ano da aplicação da penalidade, no caso de impedimento de licitar e contratar, ou de três anos da aplicação da penalidade, no caso de declaração de inidoneidade;
IV - Cumprimento das condições de reabilitação definidas no ato punitivo;
V - Análise jurídica prévia, com posicionamento conclusivo quanto ao cumprimento dos requisitos definidos neste artigo.
Parágrafo único. A sanção aplicada por infração prevista no inciso IV do art. 5º deste Decreto exigirá ainda, como condição de reabilitação do fornecedor/contratado, a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade pelo responsável do fornecedor/contratado.
Art. 76. A reabilitação do fornecedor/contratado poderá ser feita a pedido da parte ou de ofício, que será decidida pela autoridade competente.

CAPÍTULO IV
DA COMISSÃO PERMANENTE DE PROCESSO ADMINISTRATIVO PUNITIVO

Art. 77. A Comissão Permanente de Processo Administrativo Punitivo será formada por servidores públicos efetivos, nomeados através de Portaria pela Autoridade Superior da Administração Pública Municipal direta ou indireta, que reúnam conhecimentos técnicos sobre licitações e contratos e processo administrativo.
§1º. Os integrantes da referida Comissão Permanente serão nomeados para exercer as respectivas funções por um prazo de 12 (doze) meses, prorrogável por iguais e sucessivos períodos.

§2º. Os integrantes da referida Comissão Permanente deverão desempenhar suas atribuições, sem prejuízo das atividades funcionais.
§3º. Os integrantes da referida Comissão Permanente que forem sorteados para atuarem em uma Comissão Especial para instrução de processo administrativo punitivo, dedicarão tempo integral a esta função, que deverá ter preferência em relação ao exercício de outras atividades funcionais.
§4º. Os trabalhos desenvolvidos pelos membros da Comissão Permanente de Processo Administrativo Punitivo são considerados como prestação de relevante serviço público, e serão consignados no registro funcional do servidor que cumprir o mandato.
§5º. Extingue a investidura dos integrantes da Comissão Permanente de Processo Administrativo Punitivo com o encerramento do mandato, sem recondução, a renúncia, o desvio

disciplinar ou ético, como por qualquer motivo superveniente que seja incompatível com o exercício da função.
Art. 78. Os servidores que integrarem a Comissão Especial, deverão exercer suas atividades com independência e imparcialidade, assegurando o sigilo necessário à elucidação dos fatos ou exigido no interesse da Administração Pública Municipal, com as seguintes competências:
I - Conhecer das denúncias ou representações formuladas contra o fornecedor/contratado, quando houver indícios suficientes para instaurar processo e apurar conduta considerada passível de violação às normas da Lei Federal n. 14.133, de 01 de abril de 2021, Decretos Municipais e legislação correlatas;
II - Apurar as irregularidades praticadas pelo fornecedor/contratado;
III - Oportunizar o contraditório e a ampla defesa, decidir e/ou propor a aplicação das penalidades e sanções administrativas, nos termos deste Decreto;
IV - Tratar o fornecedor/contratado com respeito, bem como facilitar o exercício de seus direitos e o cumprimento de suas obrigações;
V - Proceder à comunicação do fornecedor/contratado, que estiver sendo processado, determinando, dependendo do rito do processo, o prazo para prestar esclarecimentos sobre as pendências e/ou irregularidades investigadas;
VI - Solicitar ou indeferir pedido de perícias, fazer diligências, e utilizar outros meios necessários à apuração dos fatos;
VII - Determinar ou realizar diligências pertinentes de acordo com este Decreto;
VIII - Aplicar a retenção ad cautelam de créditos quando for o caso e proceder à ciência do Fornecedor;
IX - Comunicar/solicitar providências às unidades responsáveis, para que sejam adotadas as ações cabíveis e necessárias;
X - Convocar servidores, terceirizados e outros, que julgar necessário, de quaisquer unidades da Administração Pública Municipal para prestar esclarecimentos, acompanhar audiências e depor nos processos instaurados;
XI - Solicitar informações e requerer documentos de pessoas físicas ou jurídicas, para formação do seu livre convencimento;
XII - Requerer documentos necessários à formalização do processo, como prova e subsídios ao esclarecimento e definição das questões em apuração;
XIII - Arquivar o processo, após a homologação da autoridade competente/superior, quando constatar que os motivos e/ou documentos anexados ao comunicado são insuficientes como indícios para comprovar e instaurar o processo administrativo punitivo para apurar as infrações administrativas;
XIV - Apresentar Relatório Parcial quando houver questões incidentais a autoridade competente propondo providências para solução do problema suscitado;
XV - Comunicar aplicação de qualquer penalidade ao fornecedor/contratado, ao Departamento responsável pelo Sistema de Cadastro de Fornecedores às Unidades para as providências necessárias conforme o tipo de sanção;
XVI - Envidar esforços para a composição do conflito usando os meios permitidos legalmente, observando especialmente os princípios inerentes à Administração Pública definidos no artigo 37, da Constituição da República;
XVII - Adotar as providências necessárias à execução das atividades previstas neste Decreto e na legislação correlata, visando atingir os objetivos propostos no processo administrativo punitivo e pela Administração Pública Municipal;
XVIII - Sugerir e/ou propor, em relatório complementar, as adequações e providências que julgar necessárias, para sanear, reformular e/ou adequar os procedimentos, nos limites permitidos em lei, visando à eficácia dos objetivos pretendidos, referentes à rotina dos processos da Administração Pública Municipal;
XIX - Encaminhar à Autoridade Superior, documentos que contenham indícios de ato omissivo ou comissivo do servidor, passível de apuração disciplinar e/ou ética conduta;
XX - Apurar a responsabilidade quando houver indícios de vícios redibitórios, negligência, imperícia ou qualquer outra circunstância, decorrente da ação ou omissão do fornecedor/contratado, que comprometa a quantidade, qualidade e/ou durabilidade do produto/serviço/obra, no interregno do prazo legal da garantia das obras;

III - Quando do julgamento de apuração de responsabilidade.

CAPÍTULO VI
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 83. Quando da aplicação das sanções prevista no art. 5º deste Decreto, deverá observar os princípios da legalidade, da proporcionalidade, da razoabilidade, do devido processo legal, da ampla defesa e do contraditório.
Art. 84. Toda sanção aplicada será anotada no histórico cadastral do fornecedor, ficha de fiscalização contratual quando for o caso, bem como deverá anexar cópia da decisão ao contrato que se refere.
Parágrafo único. Exauridos os efeitos da sanção aplicada, o histórico cadastral deverá excluir a referida anotação.
Art. 85. Após encerrado definitivamente o processo administrativo punitivo e o pedido de reabilitação, os autos deverão ser remetidos ao Departamento de Contratos para arquivamento.
Art. 86. Além das sanções legais cabíveis, o fornecedor/contratado ficará sujeito ainda à recomposição das perdas e danos causados à Administração e à terceiros pelo descumprimento das obrigações licitatórias e/ou contratuais.
Art. 87. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Decreto, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á do vencimento.
Art. 88. A prescrição ocorrerá em 5 (cinco) anos, contados da ciência da infração pela Administração, e será:
I - Interrompida pela instauração do processo administrativo punitivo previsto nos incisos II, III e IV do art. 5º deste Decreto;
II - Suspensa pela celebração de acordo de leniência previsto na Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013;
III - Suspensa por decisão judicial que inviabilize a conclusão da apuração administrativa.
§1º. O marco inicial da contagem da prescrição será a data da prática do ato ou, no caso de infração permanente ou continuada, do dia em que tiver cessado.
§2º. A prescrição intercorrente não se aplica no âmbito do processo administrativo punitivo, enquanto não sobrevier norma legal admitindo-a.
Art. 89. Decai em 5 (cinco) anos o direito de a Administração rever ato que resultem em efeitos favoráveis ao fornecedor/contratado, contados da data em que foram praticados, salvo comprovada má-fé.
Art. 90. As normas deste Decreto aplicam-se aos processos licitatórios, contratos administrativos, atas de registro de preços e demais procedimentos fundamentados na Lei Federal n. 14.133, de 01 de abril de 2021.
Art. 91. Na hipótese de o fornecedor/contratado praticar quaisquer dos atos lesivos previstos na Lei n° 12.846, de 1º de agosto de 2013, durante ou após a execução do contrato, aplicar-se-ão as penalidades e o procedimento nela previstos.
Art. 92. Na hipótese das funcionalidades do Portal Nacional de Compras Públicas (PNCP) não estiverem disponíveis para publicação dos atos sancionatórios previstos neste Decreto, para que não haja prejuízo a nenhuma das partes, as publicações deverão ocorrer pelo pelo Diário Oficial dos Municípios de Rondônia (AROM) e no sítio da Administração Pública correlata.
Art. 93. Os casos omissos decorrentes da aplicação deste Decreto serão dirimidos pela Administração Pública Municipal que poderá expedir normas complementares, bem como disponibilizar em meio eletrônico informações adicionais.
Art. 94. Revogam-se eventuais disposições em contrário.

Art. 95. O presente Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Corumbiara - RO, 19 de dezembro de 2023

( Assinatura Eletronica)
***LEANDRO TEIXEIRA VIEIRA***
Prefeito de Corumbiara
Termo de Posse 196

( Assinatura Eletronica)
***ADRIANO DA COSTA REGINALDO***
Secretário Municipal de Administração e Planejamento

Publique-se,
Registre-se e
Cumpra-se.

**Publicado por:**
Ingridy Maria Dos Santos Pereira
**Código Identificador:**634CAEFA

## ESTADO DE RONDÔNIA
## PREFEITURA MUNICIPAL DE MACHADINHO D´ OESTE

### GABINETE DO PREFEITO
### PORTARIA Nº1/2024

**PORTARIA Nº1/2024 DE 04 de janeiro de 2024**

**O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE MACHADINHO D'OESTE ESTADO DE RONDÔNIA**, no uso das atribuições legais

**R E S O L V E:**:
**Art.1º - EXONERAR** a senhora **TAINA NAIARA DE OLIVEIRA SILVA**, portadora do CPF n°***.856.812-**, no cargo Comissionado **ASSESSOR (A) NÍVEL I**, lotado na Secretaria Municipal de Administração e Fazenda.

**Art.2º -APRESENTE** portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito ao dia 03/01/2024, revogando as disposições em contrário.

Registre-se,
Publique-se.

**PREFEITURA MUNICIPAL DE MACHADINHO D'OESTE, ESTADOaos** 04 de janeiro de 2024.

Av. Castelo Branco, 3150 - Centro - Machadinho D´Oeste/RO CEP: 76.868-000
Contato: (69) 3581-3723 - Site: www.machadinho.ro.gov.br- CNPJ: 22.855.142/0001-73

Documento assinado eletronicamente (ICP-BR) por**PAULO HENRIQUE DOS SANTOS**,**PREFEITO MUNICIPAL**, em 04/01/2024 às 13:26, horário de Machadinho D'Oeste/RO, com fulcro no art. 18 doDecreto nº 3.431 de 06/03/2020.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no sitetransparencia.machadinho.ro.gov.br, informando o ID**496328**e o código verificador**5D3445A2**.

**Publicado por:**
Adriana de Souza Figueirêdo
**Código Identificador:**627CA026

### GABINETE DO PREFEITO
### PORTARIA N°2/2024

**PORTARIA N°2/2024 DE 04 de janeiro de 2024**

**O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE MACHADINHO DOESTEESTADO DE RONDÔNIA**, no uso das atribuições legais resolve:

**R E S O L V E:**

**Art.1º - NOMEAR o**(a) Senhor (a)**TAINA NAIARA DE OLIVEIRA SILVA**, portador(a) do CPF: n°***.856.812-**, no cargo comissionado **DIRETOR (A) NÍVEL III-GERAL**, lotado(a) na SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA.

**Art.2º - APRESENTE** portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito ao dia 03/01/2024, revogando as disposições em contrário.

Registre-se,
Publique-se.

**PREFEITURA MUNICIPAL DE MACHADINHO D'OESTE, ESTADO DE RONDÔNIA, aos**04 de janeiro de 2024.

Av. Castelo Branco, 3150 - Centro - Machadinho D´Oeste/RO CEP: 76.868-000
Contato: (69) 3581-3723 - Site: www.machadinho.ro.gov.br- CNPJ: 22.855.142/0001-73

Documento assinado eletronicamente (ICP-BR) por**PAULO HENRIQUE DOS SANTOS**,**PREFEITO MUNICIPAL**, em 04/01/2024 às 13:26, horário de Machadinho D'Oeste/RO, com fulcro no art. 18 doDecreto nº 3.431 de 06/03/2020.
A autenticidade deste documento pode ser conferida no sitetransparencia.machadinho.ro.gov.br, informando o ID**496334**e o código verificador**BFDADCA8**.

**Publicado por:**
Adriana de Souza Figueirêdo
**Código Identificador:**08B3B4DF

### GABINETE DO PREFEITO
### PROCESSO Nº:2091/2023

**PROCESSO Nº:**2091/2023.
**CLASSE:**Progressão Vertical.
**NOME:**Patricia Mello Macedo.

**Prefeitura Municipal de Machadinho D' Oeste/RO.**
*Publicado no Portal de Transparência do Município.*
*conforme Lei Municipal nº1.858/2019.*
*https://www.transparencia.machadinho.ro.gov.br/*
**DECISÃO:**

O Prefeito Municipal de Machadinho D'Oeste, Estado de Rondônia, no uso das atribuições conferidas pela Lei Orgânica Municipal.

**R E S O L V E:**

**"INDEFERIR"** o Processo nº2091/2023, referente à **PROGRESSÃO VERTICAL**, solicitado pelo(a) servidor(a) **PATRICIA MELLO MACEDO**, de acordo com o Parecer Jurídico (ID 481523)).

Publique-se,
Cumpre-se,
Arquive-se.

***PAULO HENRIQUE DOS SANTOS***
Prefeito Municipal

Av. Castelo Branco, 3150 - Centro - Machadinho D´Oeste/RO CEP: 76.868-000
Contato: (69) 3581-3723 - Site: www.machadinho.ro.gov.br- CNPJ: 22.855.142/0001-73

Documento assinado eletronicamente (ICP-BR) por**PAULO HENRIQUE DOS SANTOS**,**PREFEITO MUNICIPAL**, em 29/12/2023 às 13:25, horário de Machadinho D'Oeste/RO, com fulcro no art. 18 doDecreto nº 3.431 de 06/03/2020.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no sitetransparencia.machadinho.ro.gov.br, informando o ID**495329**e o código verificador**A92DB1AA**.

**Publicado por:**
Adriana de Souza Figueirêdo
**Código Identificador:**9FFE6602

**GABINETE DO PREFEITO**
**PROCESSO Nº:2227/2023**

**PROCESSO Nº:**2227/2023.
**CLASSE:**Retroativo de Atualização de Cargo Incorporado.
**NOME:**Neide Orechio Dos Reis.

**Prefeitura Municipalde MachadinhoD'Oeste RO.**
*Publicado no Portal de Transparência do Município. conforme Lei Municipal nº1.858/2019.*
*https://www.transparencia.machadinho.ro.gov.br/*
**DECISÃO:**

O Prefeito Municipal de Machadinho D'Oeste, Estado de Rondônia, no uso das atribuições conferidas pela Lei Orgânica Municipal.

**R E S O L V E:**

**"DEFERIR"** a Solicitação feita por meio do Processo Nº2227/2023, referente a **RETROATIVO DE ATUALIZAÇÃO DE CARGO INCORPORADO**, requerido pelo(a) servidor(a) **NEIDE ORECHIO DOS REIS,** de acordo com o Parecer Jurídico (ID 392420).

Publique-se,
Registre-se,
Cumpre-se.

***PAULO HENRIQUE DOS SANTOS***
Prefeito Municipal

Av. Castelo Branco, 3150 - Centro - Machadinho D´Oeste/RO CEP: 76.868-000
Contato: (69) 3581-3723 - Site: www.machadinho.ro.gov.br- CNPJ: 22.855.142/0001-73

Documento assinado eletronicamente (ICP-BR) por**PAULO HENRIQUE DOS SANTOS**,**PREFEITO MUNICIPAL**, em 29/12/2023 às 13:25, horário de Machadinho D'Oeste/RO, com fulcro no art. 18 doDecreto nº 3.431 de 06/03/2020.
A autenticidade deste documento pode ser conferida no sitetransparencia.machadinho.ro.gov.br, informando o ID**495353**e o código verificador**AC823EA3**.

**Publicado por:**
Adriana de Souza Figueirêdo
**Código Identificador:**133B2C63

**GABINETE DO PREFEITO**
**PROCESSO Nº:2236/2023**

**PROCESSO Nº:**2236/2023.
**CLASSE:**Retroativo de Atualização de Cargo Incorporado.
**NOME:**Ruslane Dourado Gomes Dos Santos.

**Prefeitura Municipalde MachadinhoD'oeste/RO.**
*Publicado no Portal de Transparência do Município. conforme Lei Municipal nº1.858/2019.*
*https://www.transparencia.machadinho.ro.gov.br/*
**DECISÃO:**

O Prefeito Municipal de Machadinho D'Oeste, Estado de Rondônia, no uso das atribuições conferidas pela Lei Orgânica Municipal.

**R E S O L V E:**

**"DEFERIR"** a Solicitação feita por meio do Processo Nº2236/2023, referente a **RETROATIVO DE ATUALIZAÇÃO DE CARGO INCORPORADO**, requerido pelo(a) servidor(a) **RUSLANE DOURADO GOMES DOS SANTOS,** de acordo com o Parecer Jurídico (ID 392611).

Publique-se,
Registre-se,
Cumpre-se.

***PAULO HENRIQUE DOS SANTOS***
Prefeito Municipal

Av. Castelo Branco, 3150 - Centro - Machadinho D´Oeste/RO CEP: 76.868-000
Contato: (69) 3581-3723 - Site: www.machadinho.ro.gov.br- CNPJ: 22.855.142/0001-73

Documento assinado eletronicamente (ICP-BR) por**PAULO HENRIQUE DOS SANTOS**,**PREFEITO MUNICIPAL**, em 29/12/2023 às 13:25, horário de Machadinho D'Oeste/RO, com fulcro no art. 18 doDecreto nº 3.431 de 06/03/2020.
A autenticidade deste documento pode ser conferida no sitetransparencia.machadinho.ro.gov.br, informando o ID**495357**e o código verificador**34433088**.

**Publicado por:**
Adriana de Souza Figueirêdo
**Código Identificador:**23D8621F

**GABINETE DO PREFEITO**
**PROCESSO Nº:2233/2023**

**PROCESSO Nº:**2233/2023.
**CLASSE:**Retroativo de Atualização de Cargo Incorporado.
**NOME:**Gilberto BonesDe Carvalho.

**Prefeitura Municipal de Machadinho D'Oeste/RO.**
*Publicado no Portal de Transparência do Município. conforme Lei Municipal nº1.858/2019.*
*https://www.transparencia.machadinho.ro.gov.br/*
**DECISÃO:**

O Prefeito Municipal de Machadinho D'Oeste, Estado de Rondônia, no uso das atribuições conferidas pela Lei Orgânica Municipal.

**R E S O L V E:**

**"DEFERIR"** a Solicitação feita por meio do Processo Nº2233/2023, referente a **RETROATIVO DE ATUALIZAÇÃO DE CARGO INCORPORADO**, requerido pelo(a) servidor(a) **GILBERTO BONES DE CARVALHO,** de acordo com o Parecer Jurídico (ID 392524).

Publique-se,
Registre-se,
Cumpre-se.

***PAULO HENRIQUE DOS SANTOS***
Prefeito Municipal

Av. Castelo Branco, 3150 - Centro - Machadinho D´Oeste/RO CEP: 76.868-000
Contato: (69) 3581-3723 - Site: www.machadinho.ro.gov.br- CNPJ: 22.855.142/0001-73

Documento assinado eletronicamente (ICP-BR) por**PAULO HENRIQUE DOS SANTOS**,**PREFEITO MUNICIPAL**, em 29/12/2023 às 14:55, horário de Machadinho D'Oeste/RO, com fulcro no art. 18 doDecreto nº 3.431 de 06/03/2020.
A autenticidade deste documento pode ser conferida no sitetransparencia.machadinho.ro.gov.br, informando o ID**495365**e o código verificador**68D6294D**.

**Publicado por:**
Adriana de Souza Figueirêdo
**Código Identificador:**913F350A

**GABINETE DO PREFEITO**
**DECRETO Nº 4385/2023**

AV.CASTELO BRANCO
22.855.142/0001-73 Exercício: 2023

DECRETO Nº 4385 , DE 22 DE DEZEMBRO DE 2023 - LEI N.2312

Abre no orçamento vigente crédito adicional suplementar e da outras providências

O(A) PREFEITO(A) MUNICIPAL DE MACHADINHO D´OESTE, no uso de suas atribuições legais.

DECRETA:

Artigo 1o.- Fica aberto no orçamento vigente, um crédito adicional suplementar na importância de R$ 21.727,83 distribuídos as seguintes dotações:

02 03 00 SEC. MUN. DE AÇÃO SOCIAL
771 08.244.0002.2013.0000 APOIO A MODERNIZAÇÃO E TRANSPARENCIA NA GESTÃO ADMINISTRATI2V1A.727,83
3.3.90.93.00 INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES F.R.: 0 2 500
2 Recursos de Exercícios Anteriores
001 001 ORDINÁRIO

Artigo 2o.- O crédito aberto na forma do artigo anterior será coberto com recursos provenientes de:

Superávit Financeiro: 21.727,83
Fontes de Recurso
2 500 21.727,83

Artigo 3o.- Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

MACHADINHO D´OESTE, 22 de dezembro de 2023

**Publicado por:**
Adriana de Souza Figueirêdo
**Código Identificador:**C927FDB6

---

**GABINETE DO PREFEITO**
**DECRETO MUNICIPAL Nº 4393/2024**

**DECRETO MUNICIPAL Nº 4393, DE 05 DE JANEIRO DE 2024.**

Regulamenta a gratificação de produtividade fiscal conforme a Lei Municipal nº 1.649 de 20 de dezembro de 2017.

**O PREFEITO MUNICIPAL DE MACHADINHO D'OESTE**, no exercício de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal e o art. 12 da Lei Municipal nº 1.649 de 20 dezembro de 2017.
**D E C R E T A:**

CAPITULO I
PRÊMIO DE PRODUTIVIDADE FISCAL PPF

**Art. 1º.**O Prêmio de Produtividade Fiscal, instituído para os servidores ocupantes dos cargos efetivos de Fiscal de Tributos, Fiscal de Cadastro e Obras Urbanas, Auditor Fiscal de Tributos Municipais e Técnico em Receita e Tributos, que estejam na efetiva execução de suas atribuições e em exercício na Secretaria Municipal de Administração e Fazenda e Secretaria Municipal de Planejamento, fica regulamentado nos termos deste Decreto.

**Art. 2º.**Ficam estabelecidas nos ANEXOS I e II deste Decreto as metas de produção do Prêmio de Produtividade Fiscal que se refere a Lei nº. 1.649, de 20 de dezembro 2017.

**Art. 3º.**Nos casos de serviços fiscais desenvolvidos em conjunto, por necessidade do ato ou por determinação do superior hierárquico, os pontos atribuídos pelo trabalho realizado serão divididos em partes iguais entre os participantes, tão somente em situações excepcionais, justificadas e previamente autorizadas pela Administração Municipal.

**Parágrafo único.**Para o desempenho de atividade em conjunto, o chefe de fiscalização responsável pelo monitoramento da ação fiscal deverá ser previamente informado, salvo quando a natureza da atividade não o permitir, quando a informação se dará posteriormente.

**Art. 4º.**Para cada UPF de crédito tributário constituído através de Processo Administrativo Fiscal PAF será atribuído ao servidor que executou a ação 1,0 (um) ponto, em conformidade com a tabela deste decreto.

**Art. 5º.** O Prêmio de Produtividade Fiscal será concedido à vista de Relatório circunstanciado de Atividades- RCA e Relatório Mensal de Atividades Fiscais - REMAF, apresentado pelo servidor até o 100(décimo) dia do mês subsequente às atividades desempenhadas, proporcionalmente aos números de pontos obtidos, e atestados pela Chefia imediata.

**§ 1º**. O servidor que não estiver exercendo a função inerente ao cargo, não fará jus a Gratificação de Prêmio Produtividade Fiscal.

**§ 2º**. Caberá a Unidade Central de Controle Interno, por meio de instrução normativa, estabelecer os critérios necessários para comprovação das atividades pontuadas.

**Art. 6º.**As notificações para fins de pontuação constante nos anexos deste Decreto devem conter o nome do proprietário, endereço, contato telefônico e outras informações pertinentes que devem ser acompanhadas até a obtenção dos resultados das diligências e ao fim, apresentados ao Chefe Imediato.

**Art. 7º.** Os pontos atribuídos e pagos que forem julgados improcedentes, ou insubsistentes após o seu pagamento por motivo de nulidade dos autos de infração ou qualquer outra irregularidade, serão descontados dos pontos auferidos no mês seguinte ao da decisão, independentemente de qualquer outra sanção administrativa ou disciplinar, após o devido processo legal.

**Art. 8º.**A aferição e a atribuição de pontos ou seu cancelamento serão feitas mediante
informações fornecidas pela Gerência de Receitas e Pelo Setor de Cadastro Urbano e serão homologadas respectivamente, pelos Secretários Municipais de
Administração e Fazenda e Secretário Municipal de Planejamento, nos termos do art.3º da Lei 1649/2017.

**Art. 9º**Somente será efetuado o pagamento para o servidor que comprovar a execução das atividades através do RCA e REMAF, ficando vinculada a liberação do pagamento pelo chefe imediato, conforme citado no artigo no anterior.

**Art. 10º**. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos, somente para fins de atribuição de pontuação e aferição, a partir de 01 de janeiro de 2024, revogando as disposições em contrário, em especial o Decreto 2999/2018.

**PREFEITURA MUNICIPAL DE MACHADINHO DOESTE, ESTADO DE RONDÔNIA**, aos 05 dias do mês de janeiro do ano de 2024.

***PAULO HENRIQUE DOS SANTOS***
Prefeito Municipal

Av. Castelo Branco, 3150 - Centro - Machadinho D´Oeste/RO CEP: 76.868-000
Contato: (69) 3581-3723 - Site: www.machadinho.ro.gov.br- CNPJ: 22.855.142/0001-73

Documento assinado eletronicamente (ICP-BR) por**PAULO HENRIQUE DOS SANTOS**,**PREFEITO MUNICIPAL**, em

05/01/2024 às 09:39, horário de Machadinho D'Oeste/RO, com fulcro no art. 18 doDecreto nº 3.431 de 06/03/2020.
A autenticidade deste documento pode ser conferida no sitetransparencia.machadinho.ro.gov.br, informando o ID**496618**e o código verificador**0889B116**.

**Publicado por:**
Adriana de Souza Figueirêdo
**Código Identificador:**7DB51074

**GABINETE DO PREFEITO**
**ANEXO II - DECRETO 4393**

**ANEXO II**

TABELA DE PONTUAÇÃO PARA FISCAL DE CADASTRO E OBRAS URBANAS

| Item | ATIVIDADE | PONT. |
|---|---|---|
| 01 | Notificação preliminar (Obras) | 10 |
| 02 | Entrega em domicílio de DAM ou carnê | 03 |
| 03 | Embargo de obras | 80 |
| 04 | Vistoria mediante laudo ou termo | 15 |
| 05 | Vistoria mediante laudo circunstanciado | 15 |
| 06 | Operar o Sistema Empresa Fácil, (REDESIM) efetuando a consulta prévia mediante vistoria do estabelecimento in*loco*,notificação, homologação, deferimento, indeferimento etc. nos moldes ditados pela Junta Comercial de Rondônia (JUCER), por contribuinte. | 15 |
| 07 | Relatório de encaminhamento ao Ministério Público | 30 |
| 08 | Acompanhamento de regularização comprovada de obra civil | 15 |

Av. Castelo Branco, 3150 - Centro - Machadinho D´Oeste/RO CEP: 76.868-000
Contato: (69) 3581-3723 - Site: www.machadinho.ro.gov.br- CNPJ: 22.855.142/0001-73

Documento assinado eletronicamente (ICP-BR) por**PAULO HENRIQUE DOS SANTOS**,**PREFEITO MUNICIPAL**, em 05/01/2024 às 12:16, horário de Machadinho D'Oeste/RO, com fulcro no art. 18 doDecreto nº 3.431 de 06/03/2020.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no sitetransparencia.machadinho.ro.gov.br, informando o ID**496623**e o código verificador**F59F783C**.

**Publicado por:**
Adriana de Souza Figueirêdo
**Código Identificador:**5D543866

**GABINETE DO PREFEITO**
**PROCESSO Nº2744/2018**

**TERMO DE HOMOLOGAÇÃO/ADJUDICAÇÃO**

**Prefeitura Municipalde MachadinhoD'Oeste/RO.**
Publicado no Portal de Transparência doMunicípio.
conforme Lei Municipal nº1.858/2019.
*https://www.transparencia.machadinho.ro.gov.br/*

**"HOMOLOGO E ADJUDICO"**, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, o **ADITIVO DE PRAZO E VALOR** do Contrato Originário nº004/2019 DE 23/01/2019, solicitado através do DESPACHO Nº 01/SEMAS/2024 (ID 496602), presente no Processo nº2744/2018, que tem como objeto a **LOCAÇÃO DE SOFTWARE JUNTO A FORNECEDOR/DESENVOLVEDOR DE SISTEMA INTEGRADO DE GERENCIAMENTO ADMINISTRATIVO INFORMATIZADO DE CONTABILIDADE PÚBLICA, COM SUPORTE TÉCNICO, CONF. MEMO. 196/2018/SEMTAS, TERMO DE REFERÊNCIA E DOCS ANEXOS,** tendo como contratada a empresa: **PÚBLICASERVIÇOS LTDA,**CNPJ Nº 04.804.931/0001-01**,** em atendimento às necessidades da Secretaria Municipal de Assistência Social, de acordo com o Parecer Jurídico(ID 496620).

Publique-se,
Registre-se.

***PAULO HENRIQUE DOS SANTOS***
Prefeito Municipal

Av. Castelo Branco, 3150 - Centro - Machadinho D´Oeste/RO CEP: 76.868-000
Contato: (69) 3581-3723 - Site: www.machadinho.ro.gov.br- CNPJ: 22.855.142/0001-73

Documento assinado eletronicamente (ICP-BR) por**PAULO HENRIQUE DOS SANTOS**,**PREFEITO MUNICIPAL**, em 05/01/2024 às 13:38, horário de Machadinho D'Oeste/RO, com fulcro no art. 18 doDecreto nº 3.431 de 06/03/2020.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no sitetransparencia.machadinho.ro.gov.br, informando o ID**496884**e o código verificador**EB318B9E**.

**Publicado por:**
Adriana de Souza Figueirêdo
**Código Identificador:**83C1874F

**GABINETE DO PREFEITO**
**PROCESSO Nº2743/2018**

**TERMO DE HOMOLOGAÇÃO/ADJUDICAÇÃO**

**Prefeitura Municipalde MachadinhoD'Oeste/RO.**
Publicado no Portal de Transparência doMunicípio.
conforme Lei Municipal nº1.858/2019.
*https://www.transparencia.machadinho.ro.gov.br/*

**"HOMOLOGO E ADJUDICO"**, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, o **ADITIVO DE PRAZO E VALOR** do Contrato Originário nº003/2018 de 23/01/2019, solicitado através do Memorando Nº 14/SEMUSA/2024(ID 496257), presente no Processo nº2743/2018, que tem como objeto a **LOCAÇÃO DE SOFTWARE JUNTO A FORNECEDOR/DESENVOLVEDOR DE SISTEMA INTEGRADO DE GERENCIAMENTO ADMINISTRATIVO INFORMATIZADO DE CONTABILIDADE PÚBLICA, COM SUPORTE TÉCNICO,CONF. MEMO. 093/2018/SEMUSA, TERMO DE REFERÊNCIA E DOCS ANEXOS,** t endo como contratada a empresa: **PÚBLICASERVIÇOS LTDA,**CNPJ Nº 04.804.931/0001-01**,**em atendimento às necessidades da Secretaria Municipal de Saúde - SEMUSA, de acordo com o Parecer Jurídico(ID 496586).

Publique-se,
Registre-se.

***PAULO HENRIQUE DOS SANTOS***
Prefeito Municipal

Av. Castelo Branco, 3150 - Centro - Machadinho D´Oeste/RO CEP: 76.868-000
Contato: (69) 3581-3723 - Site: www.machadinho.ro.gov.br- CNPJ: 22.855.142/0001-73

Documento assinado eletronicamente (ICP-BR) por**PAULO HENRIQUE DOS SANTOS**,**PREFEITO MUNICIPAL**, em 05/01/2024 às 14:11, horário de Machadinho D'Oeste/RO, com fulcro no art. 18 doDecreto nº 3.431 de 06/03/2020.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no sitetransparencia.machadinho.ro.gov.br, informando o ID**496925**e o código verificador**7EA10D11**.

**Publicado por:**
Adriana de Souza Figueirêdo
**Código Identificador:**F565CD77

**GABINETE DO PREFEITO**
**PROCESSO Nº2742/2018**

**TERMO DE HOMOLOGAÇÃO/ADJUDICAÇÃO**

**Prefeitura Municipalde MachadinhoD'Oeste/RO.**

Publicado no Portal de Transparência doMunicípio.
conforme Lei Municipal nº1.858/2019.
*https://www.transparencia.machadinho.ro.gov.br/*

**"HOMOLOGO E ADJUDICO"**, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, o **ADITIVO DE PRAZO E VALOR** do Contrato Originário nº005/2018 de 23/01/2019, solicitado através do Memorando Nº 26/SEMADFAZ/2024 (ID 495915)), presente no Processo nº2742/2018, que tem como objeto a **LOCAÇÃO DE SOFTWARE JUNTO A FORNECEDOR/DESENVOLVEDOR DE SISTEMA INTEGRADO DE GERENCIAMENTO ADMINISTRATIVO INFORMATIZADO DE CONTABILIDADE PÚBLICA, COM SUPORTE TÉCNICO, CONF. MEMO.223/2018/SEMADFAZ, TERMO DE REFERÊNCIA E DOCS ANEXOS,** tendo como contratada a empresa: **PÚBLICASERVIÇOS LTDA,**CNPJ Nº 04.804.931/0001-01**,** em atendimento às necessidades da Secretaria Municipal de Administração e Fazenda, de acordo com o Parecer Jurídico(ID 496585).

Publique-se,
Registre-se.

***PAULO HENRIQUE DOS SANTOS***
Prefeito Municipal

Av. Castelo Branco, 3150 - Centro - Machadinho D´Oeste/RO CEP: 76.868-000
Contato: (69) 3581-3723 - Site: www.machadinho.ro.gov.br- CNPJ: 22.855.142/0001-73

Documento assinado eletronicamente (ICP-BR) por**PAULO HENRIQUE DOS SANTOS**,**PREFEITO MUNICIPAL**, em 05/01/2024 às 14:11, horário de Machadinho D'Oeste/RO, com fulcro no art. 18 doDecreto nº 3.431 de 06/03/2020.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no sitetransparencia.machadinho.ro.gov.br, informando o ID**496930**e o código verificador**199D6BF8**.

**Publicado por:**
Adriana de Souza Figueirêdo
**Código Identificador:**267F1E83

---

**GABINETE DO PREFEITO**
**PROCESSO Nº2215/2023**

**DECISÃO**

**Prefeitura Municipal de Machadinho D'Oeste/RO.**
*Publicado no Portal de Transparência do Município.conforme Lei Municipal nº 1.858/2019.*
*https://www.transparencia.machadinho.ro.gov.br/*

Vistos e examinados os autos do Processo nº2215/2023, que temcomo objeto a**CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONFECÇÃO DE UNIFORMES PARA ATENDER ASNECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVÇOS PÚBLICOS**, conforme o DESPACHO(ID 496649)**,**que trata sobre aRescisão Contratual com a empresa**CONESUL UNIFORMES PROFISSIONAIS LTDA,**CNPJ: 35.071.309/0001-57.

**CONSIDERANDO**aAta de Registro de preçosnº 17/2023, PREGÃO ELETRÔNICO Nº27/SEMOSP/2023, com origem no processo nº 775/2023,a Ordem de Serviço(ID 398163),Empenho nº1438de 26/06/2023(ID 397773)e Termo de Compromisso(ID 394859)de19/10/2023, assinado em 21/6/2023 pela Contratada;

**CONSIDERANDO**as notificações(ID 464122)**,**(ID 464185),(ID 470198),(ID 470220),(ID 472515),**(**ID482224)e Relatório da conversa whatsapp(ID 492985);

**CONSIDERANDO**que mesmo após pedido para prorrogação de prazo (em 04 de de outubro de 2023) para mais 30 dias a entrega, e que transcorridos 90 dias, ainda assim a empresa não entregou os uniformes solicitados pela Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos;

**CONSIDERANDO que a contratada apesar das diversas notificações não cumpriu com o avençado, deixando de apresentar justificativa plausível para o não cumprimento do contrato;**

**DECIDO:**
Acolher o Parecer Jurídico(ID 495272)e DECLAROcomprovada a inadimplência da Contratada e descumprimento de total das obrigações do contrato, e CONSIDERO suficientes os elementos para a abertura de Procedimento Administrativo Sancionador (PAS) com fundamento no art. 87 da Lei 8.666/1993.

**DETERMINO:**
**1.**A rescisão unilateral com a empresa**CONESUL UNIFORMES PROFISSIONAIS LTDA,**CNPJ: 35.071.309/0001-57.

**2.**A abertura de Processo Administrativo Sancionador (PAS) em desfavor da contratada**CONESUL UNIFORMES PROFISSIONAIS LTDA,**CNPJ: 35.071.309/0001-57**,**para aplicação das penalidades, conformeart.87 da Lei 8.666/1993,com a aplicação de multa a seravaliada ecalculadaconforme agravidade da infração.

**3.**A nomeação de servidor(es) da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos (SEMOSP) ou comissão de PAS, que deverá concluir a apuração no prazo máximo de 90 dias, a contar da data de publicação da Portaria de designação.

**4.**À Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos, a abertura de novo Processo Licitatório para a Aquisição dos itens não entregues, para o atendimento do escorpo do objeto do Processo nº2215/2023.

Publique-se,
Registre-se,
Cumpre-se.

Machadinho D'Oeste-RO, aos 05 de Janeiro de 2023.

Av. Castelo Branco, 3150 - Centro - Machadinho D´Oeste/RO CEP: 76.868-000
Contato: (69) 3581-3723 - Site: www.machadinho.ro.gov.br- CNPJ: 22.855.142/0001-73

Documento assinado eletronicamente (ICP-BR) por**PAULO HENRIQUE DOS SANTOS**,**PREFEITO MUNICIPAL**, em 05/01/2024 às 13:38, horário de Machadinho D'Oeste/RO, com fulcro no art. 18 doDecreto nº 3.431 de 06/03/2020.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no sitetransparencia.machadinho.ro.gov.br, informando o ID**496688**e o código verificador**D7C51472**.

**Publicado por:**
Adriana de Souza Figueirêdo
**Código Identificador:**19B81C5A

---

**IMPREV**
**HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO 001/2024.**

PROCESSO Nº: 0159/2023.
OBJETO: AQUISIÇÃO DE APARELHO DE AR CONDICIONADO NOME: INSTITUTO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA DE MACHADINHO D'OESTE, RO - IMPREV.

A Presidente do Instituto Municipal de Previdência de Machadinho D'Oeste, RO -IMPREV, no uso das atribuições conferidas pela Lei Municipal Complementar 002/2023.

R E S O L V E:
**"HOMOLOGAR E ADJUDICAR"** o processo nº 0159/2023, tendo como objeto :AQUISIÇÃO DE APARELHO DE AR CONDICIONADO. Tendo sido declarado como VENCEDOR a Empresa:

**CLEIDE BEATRIZ IORIS LTDA**
**CNPJ: 41.947.390/0001-99**
**R$ 18.298,00 (dezoito mil duzentos e noventa e oito reais)**

Publique-se,

Registre-se.

Machadinho D'Oeste/RO, 04 de janeiro de 2024.

**Publicado por:**
Kátia de Barros
**Código Identificador:**98EC4D66

**IMPREV**
**ATA Nº.001/2024 DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO DELIBERATIVO ADMINISTRAÇÃO DO IMPREV/MACHADINHO.**

**ATA Nº.001/2024 DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO DELIBERATIVO ADMINISTRAÇÃO DO IMPREV/MACHADINHO, DE ACORDO COM A LEI MUNICIPAL COMPLEMENTAR 002/2023 DE 01/12/2023. REUNIÃO REALIZADA AOS 04 DIAS DO MÊS DE JANEIRO DE 2024, NA SEDE DO IMPREV.**
Aos (04 dias do mês de janeiro do ano de dois mil e vinte e quatro (04/01/2024), às 10:00hs (dez horas), reuniram-se na sede **do Instituto de Previdência Municipal de Machadinho D´ Oeste, Rondônia, IMPREV**, situado a Av. Diomero Moraes Borba nº 2830, os Membros do C/A - **Conselho Deliberativo,** Convocados para Reunião Ordinária pela Presidente do Conselho, Sr.ª Silvia Natalia Gandra Demeu, com a presença dos seguintes Conselheiros (a): Fabiane Purificação A. dos Santos (x), Leila Augusta Gomes de Souza (x), representante dos inativos, Aparecida Susana Ferreira (x), Telma Luisa dos Santos Teixeira (x) representantes do Executivo Municipal, Dvani Martins Nunes (x), representante do Legislativo Municipal. A qual terá a participação da Sr.ª. Kerles Fernandes Duarte Presidente do Imprev. **1ª PAUTA DO DIA: APROVAÇÃO DO CALENDARIO DE REUNIÕES ORDINARIAS DO ANO DE 2024.** A presidente do conselho deliberativo apresentou o calendário de reuniões ordinárias para o ano de 2024, para a aprovação do conselho. Informa ainda que esse calendário poderá sofre alterações bem como nas datas e horários das reuniões. Sendo o calendário aprovado por todos, solicita a presidente que o mesmo seja publicado. O calendário segue em anexo a ata. **2º PAUTA DO DIA: RELATÓRIO DE APOSENTADORIA E BENEFÍCIOS IMPREV DEZEMBRO 2023.** A presidente do Imprev apresentou o relatório dos aposentados e pensionistas emitidos pela gerente de benefícios para ciência dos presentes. Sendo que os conselheiros já receberam via dig proc para ciência. **3º PAUTA DO DIA: SOLICITAÇÃO DE APROVAÇÃO DE TRABALHO HOME OFFICE.** A presidente do IMPREV solicitou a liberação para trabalho em home office caso haja necessidade tento em vista o estado de saúde de seu pai que encontra hospitalizado em Porto Velho, ao qual já é de conhecimento do conselho. Sendo assim o conselho acata seu pedido. Solicita a presidente do conselho que esse pedido já aprovado seja oficializado ao conselho via dig proc. **4º PAUTA DO DIA: CONVOCAÇÃO DE CONSELHEIRO.** A presidente do Imprev informou que foi convocado no dia 19/12/2023 via oficio nº 619/2023, a conselheira suplente para a vaga. Informa ainda que até a presente data não obteve resposta, lembrando que o prazo para apresentação e de 10 dias corridos**.** O conselho determina que o jurídico do Imprev apresente um parecer sobre isso, e que caso haja a legalidade que o conselho continue com os membros que possui, até que seja realizada uma nova eleição. Nada mais havendo a tratar, eu Silvia Natalia Gandra Demeu, presidente do conselho secretariei AD HOC, lavrei a presente ata, que após lida, votada e aprovada, foi inserida no sistema Dig Proc para assinatura de todos os presentes, sendo a mesma publicada no Portal da Transparência e Diário Oficial da AROM, para que surta os devidos efeitos legais, a reunião foi encerrada as 10:50hs, em 04/01/2024.

**Publicado por:**
Kátia de Barros
**Código Identificador:**276E9644

**SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE**
**EXTRATO DE CONTRATO 287/2023**

**SEC. MUNIC. DE MEIO AMBIENTE – SEMMA**

**EXTRATO DO CONTRATO Nº 287/2023**
**PROCESSO Nº 2063**
PARTES:
1) MUNICIPIO DE MACHADINHO D'OESTE, CNPJ: 22.855.142/0001-73
2) BRUNO G M SILVERIO LTDA, CNPJ: 24.605.930/0004-80locação de imóvel urbano, conf. Mem. nº 57/2023/SEMMA, termo de referência e docs anexos.

OBJETO:

MODALIDADE: Dispensa de licitação

PRAZO: 12 meses

VALOR: R$ 12.000,00

NOTA DE EMPENHO:

INTERVENIENTE: SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE

Machadinho D'oeste - RO, 05/01/2024

***SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE***
Interveniente

**Publicado por:**
Ronieri Alisson Alves
**Código Identificador:**ECEB8465

**ESTADO DE RONDÔNIA**
**PREFEITURA MUNICIPAL DE MIRANTE DA SERRA**

**GABINETE DO PREFEITO**
**PORTARIA 6800/2024**

PORTARIA Nº 6800/2024 Mirante Da Serra – RO, 04 de Janeiro de 2024

"REGULAMENTA LICENÇA MATERNIDADE DA SERVIDORA CLEONICE MENDES DA COSTA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O Prefeito do Município de Mirante da Serra, Estado de Rondônia, senhor EVALDO DUARTE ANTONIO, no uso de sua competência e atribuições legais que lhe são conferidas, conforme A Lei Municipal 391/2007,

CONSIDERANDO, os documentos da servidora e do bebê no item nº 02 e 03 do processo 1937/2023.
R E S O L V E

Art. - 1º. REGULAMENTAR Licença Maternidade da servidora CLEONICE MENDES DA COSTA, no Cargo de Professora, carga horária 30 horas semanais, sob matrícula 1749, a partir de 24 de Novembro de 2023 a 23 de Março de 2024.
Art. 2º. Fica prorrogado a Licença Maternidade por mais sessenta dias conforme a Lei 391/2007, a partir de 24 de março de 2024 a 23 de Maio de 2024, devendo a servidora retornar ao trabalho dia 24/05/2023.
Art. –3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

***EVALDO DUARTE ANTONIO***
Prefeito
( Documento Assinado Eletronicamente)

**Publicado por:**
Marcio Jose Assunção Junior
**Código Identificador:**6094079A

**GABINETE DO PREFEITO**
**PORTARIA 6798/2024**

PORTARIA Nº 6798/2024. EM 03 DE JANEIRO DE 2024.

"PRORROGA CEDÊNCIA A PEDIDO DO SERVIDOR EUDINEI JOSÉ DE SOUZA, AUTORIZADA NA PORTARIA 6623/2023 DO DIA 05 DE JUNHO DE 2023, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O Prefeito Municipal de Mirante da Serra, Estado de Rondônia, Senhor EVALDO DUARTE ANTONIO, no uso de suas competências e atribuições legais que lhe são conferidas por Lei.
CONSIDERANDO ofício n° 525/GP/2023 recebido através do gabinete do Prefeito de Ouro Preto do Oeste/RO, o qual solicita a prorrogação da Cedência do Servidor.

R E S O L V E:

Art. 1º - Prorroga cedência a pedido do servidor EUDINEI JOSÉ DE SOUZA, autorizada na portaria 6623/2023 do dia 05 de junho de 2023, no Cargo de Operador de Máquinas Pesadas, do quadro de servidores deste Município de Mirante da Serra - RO, com Ônus para o município de Ouro Preto do Oeste – RO. Com vigência a partir do dia a 01 de janeiro de 2024 até 31 de dezembro de 2024. Esta portaria terá seus efeitos revogados em virtude da realização do concurso público e processo seletivo no Município de origem. Esta portaria tem efeito retroativo ao dia 01 de Janeiro de 2024.

§ 1º - O recolhimento das contribuições social deverá ser repassado ao Instituto Nacional do Seguro Social – INSS. E favor apresentar a certidão de tempo de contribuição a cada trimestre. Ao órgão de origem do referido servidor.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

***EVALDO DUARTE ANTONIO***
Prefeito
(Documento Assinado Eletronicamente)

**Publicado por:**
Marcio Jose Assunção Junior
**Código Identificador:**9F890511

**GABINETE DO PREFEITO**
**PORTARIA 6799/2024**

PORTARIA Nº 6799/2024. Mirante da Serra, RO em 04 de Janeiro de 2024

"ALTERA A PORTARIA N° 6727/2023 QUE SUBSTITUI A COMISSÃO DE PROCESSO DE SINDICÂNCIA E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O Prefeito do Município de Mirante da Serra, Estado de Rondônia, Senhor EVALDO DUARTE ANTONIO, no uso de sua competência e atribuições legais que lhe são conferidas.
**CONSIDERANDO,** o processo administrativo nº 280/2023, referente à formalização proc. de sindicância.
**CONSIDERANDO,** o ofício n° 01/FMS/2023, em que a Presidente da Comissão de Sindicância, Sr.(a) MARLI RODRIGUES DA SILVA, solicita a alteração do artigo 2° da portaria 6727/2023.
R E S O L V E:
Art. 1º Fica Alterado o Artigo 2º, da Portaria nº 6727/2023, que passará a vigorar com a seguinte Redação:

Art. 2º - Para cumprimento ao disposto nesta Portaria a Comissão será composta pelos seguintes Servidores:

JOSÉ EDMILSON SANTOS -PRESIDENTE
MAICON CLEBER FERREIRA DE FREITA – SECRETÁRIO
MARLI RODRIGUES DA SILVA – MEMBRO
Art. – 3º A Comissão ora constituída, terá o prazo prorrogado para mais30 (trinta) dias, a partir da data da publicação desta Portaria, para concluir a apuração dos fatos, dando ciência a Administração Superior.

Art. –4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

***EVALDO DUARTE ANTONIO***
Prefeito
(Documento Assinado Eletronicamente)

**Publicado por:**
Marcio Jose Assunção Junior
**Código Identificador:**89A9A9B8

**GABINETE DO PREFEITO**
**PORTARIA 6801/2024**

PORTARIA Nº 6801 /2024. Mirante da Serra, 04 de Janeiro de 2024.

"REVOGA A PORTARIA 5843/2023 DO DIA 03 DE SETEMBRO DE 2021, QUE NOMEIA KATIA FREITAS PEREIRA COIMBRA PARA EXERCER O CARGO DE SECRETÁRIA DA E.M.E.I.E.F. PROFESSOR EDSON DUARTE LOPES (ESCOLA TIPO I) DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O Prefeito Municipal de Mirante da Serra, Estado de Rondônia, Senhor EVALDO DUARTE ANTONIO, no uso de sua competência e atribuições legais que lhe são conferidas.

R E S O L V E:

Art.1º Revoga a portaria 5843/2023 do dia 03 de setembro de 2021, que nomeia Kátia Freitas Pereira Coimbra para exercer o cargo de Secretária da E.M.E.I.E.F Professor Edson Duarte Lopes (Escola Tipo I) da Secretaria Municipal de educação, Cultura e Esportes.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação revogada as disposições em contrário.

***EVALDO DUARTE ANTONIO***
Prefeito
(Documento Assinado Eletronicamente)

**Publicado por:**
Marcio Jose Assunção Junior
**Código Identificador:**D54FB496

**GABINETE DO PREFEITO**
**PORTARIA 6802/2024**

PORTARIA DE Nº 6802/2024. Mirante da Serra - RO, 04 de Janeiro de 2024.

"REVOGA A PORTARIA 5672/2021 DO DIA 30 DE ABRIL DE 2021, QUE NOMEIA PAULICEIA CARDOSO BARBOSA PARA EXERCER O CARGO DE DIRETORA DE DEPARTAMENTO DE EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O Prefeito Municipal de Mirante da Serra, Estado de Rondônia, Senhor EVALDO DUARTE ANTONIO, no uso de sua competência e atribuições legais que lhe são conferidas.

R E S O L V E:

Art. 1º- Revoga a portaria 5672/2021 do dia 30 de abril de 2021, que nomear **PAULICEIA CARDOSO BARBOSA** para exercer o cargo de DIRETORA DE DEPARTAMENTO DE EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes– SEMECE - DAS. – 4.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação revogada as disposições em contrário.

***EVALDO DUARTE ANTONIO***
Prefeito
(Documento Assinado Eletronicamente)

**Publicado por:**
Marcio Jose Assunção Junior
**Código Identificador:**EFDAFBE9

**GABINETE DO PREFEITO**
**PORTARIA 6803/2024**

PORTARIA DE Nº 6802/2024. Mirante da Serra - RO, 04 de Janeiro de 2024.

"REVOGA A PORTARIA 5672/2021 DO DIA 30 DE ABRIL DE 2021, QUE NOMEIA PAULICEIA CARDOSO BARBOSA PARA EXERCER O CARGO DE DIRETORA DE DEPARTAMENTO DE EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O Prefeito Municipal de Mirante da Serra, Estado de Rondônia, Senhor EVALDO DUARTE ANTONIO, no uso de sua competência e atribuições legais que lhe são conferidas.

R E S O L V E:

Art. 1º- Revoga a portaria 5672/2021 do dia 30 de abril de 2021, que nomear **PAULICEIA CARDOSO BARBOSA** para exercer o cargo de DIRETORA DE DEPARTAMENTO DE EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes– SEMECE - DAS. – 4.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação revogada as disposições em contrário.

***EVALDO DUARTE ANTONIO***
Prefeito
(Documento Assinado Eletronicamente)

**Publicado por:**
Marcio Jose Assunção Junior
**Código Identificador:**62A0C0F1

**GABINETE DO PREFEITO**
**PORTARIA 6804/2024**

PORTARIA DE Nº 6804/2024. Mirante da Serra - RO, 04 de janeiro de 2024.

"REVOGA A PORTARIA 5536/2021 DO DIA 26 DE JANEIRO DE 2021, QUE NOMEIA EUCLEIA MARIA DA SILVA, PARA EXERCER O CARGO DE DIRETORA DA DIVISÃO DE ESCRITURAÇÃO DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O Prefeito Municipal de Mirante da Serra, Estado de Rondônia, Senhor EVALDO DUARTE ANTONIO, no uso de sua competência e atribuições legais que lhe são conferidas

R E S O L V E:

Art. 1º Revoga a portaria 5536/2021 do dia 26 de janeiro de 2021, que nomeia EUCLEIA MARIA DA SILVA, para exercer o cargo de Diretora da Divisão de Escrituração da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte – GEC – 3.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação revogada as disposições em contrário.

***EVALDO DUARTE ANTONIO***
Prefeito
(Documento Assinado Eletronicamente)

**Publicado por:**
Marcio Jose Assunção Junior
**Código Identificador:**5FD2DEBC

**GABINETE DO PREFEITO**
**PORTARIA 6805/2024**

PORTARIA DE Nº 6805/2024. Mirante da Serra - RO, 04 de janeiro de 2024.

"NOMEIA EUCLEIA MARIA DA SILVA, PARA EXERCER O CARGO DE DIVISÃO DE PROGRAMAS E PROJETOS DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O Prefeito Municipal de Mirante da Serra, Estado de Rondônia, Senhor EVALDO DUARTE ANTONIO, no uso de sua competência e atribuições legais que lhe são conferidas

R E S O L V E:

Art. 1º Nomeia EUCLEIA MARIA DA SILVA, para exercer o cargo de Divisão de Programas e Projetos da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte – GEC – 3.
Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação revogada as disposições em contrário.

***EVALDO DUARTE ANTONIO***
Prefeito
( Documento Assinado Eletronicamente)

**Publicado por:**
Marcio Jose Assunção Junior
**Código Identificador:**5DDDD773

**GABINETE DO PREFEITO**
**PORTARIA 6806/2024**

PORTARIA DE Nº 6806/2024. Mirante da Serra - RO, 04 de Janeiro de 2024

"NOMEIA TATIANE BELINSKI PARA EXERCER O CARGO DE ASSESSORIA DE GOVERNO II E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O Prefeito Municipal de Mirante da Serra, Estado de Rondônia, Senhor EVALDO DUARTE ANTONIO, no uso de sua competência e atribuições legais que lhe são conferidas.

R E S O L V E:

Art. 1 - Nomeia TATIANE BELINSKI para exercer o cargo de Assessoria de Governo II - DAS. – 4 da Secretaria Municipal de Governo.
Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação revogada as disposições em contrário.

***EVALDO DUARTE ANTONIO***
Prefeito
( Documento Assinado Eletronicamente)

**Publicado por:**
Marcio Jose Assunção Junior
**Código Identificador:**7586F638

**ESTADO DE RONDÔNIA**
**PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA UNIÃO**

**P M N U - RO**
**PROJETO DE LEI N.º 1.076, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2023.**

Revisa o plano plurianual de 2022/2025 para inclusão de ações e dotações novas no exercício de 2024, priorizam metas nas diretrizes orçamentárias para 2024 e autoriza a abertura de crédito adicional especial no orçamento de 2024.

João José de Oliveira, Prefeito de Nova União/RO, no uso da competência conferida pelo art. 68,III, da Lei Orgânica, considerando o disposto no art. 167, inciso VI, da Constituição Federal, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona, promulga e publica a seguinte:

LEI:

Art. 1° Fica alterado o Plano Plurianual - PPA 2022/2025 - do Município de Nova União, estatuído pela Lei nº 790, de 05 de outubro de 2021, no valor de R$ 407.781,00 (quatrocentos e sete mil setecentos eoitenta e um reais).

Art. 2º Altera as Diretrizes Orçamentárias de 2024, estatuídas pela Lei nº 1.016, de 24 de outubro de2023, no valor deR$407.781,00 (quatrocentos e sete mil setecentos e oitenta e um reais).

Art. 3º O Poder Executivo fica autorizado a abrir crédito adicional especial no Orçamento de 2023, estabelecido pela Lei nº 1.029, de 14 de dezembro de 2022, no valor deR$ 407.781,00(quatrocentos e setemil setecentos e oitenta e um reais).

Parágrafo único. O crédito adicional especial autorizado no caput, a ser aberto por decreto, observará a classificação orgânica, funcional, programática e econômica, sendo:

Suplementação(+)

02.04-Poder Executivo/SEMOSPAS

15.451.0004-Urbanismo-Infraestrutura Urbana-Manutenção e Melhorias da Infraestrutura Urbana

1055-Pavimentação em Blocos Sextavados com Drenagemem Vias Urbanas Convênio nº.937085/2022.

4.4.90.51-Obras e Instalações R$407.781,00
F.R.:2.700

2 - Recursos de Exercícios Anteriores

Art.4ºO crédito autorizado na forma do artigo anterior será suportado:

a)Por Superávit apurado no Balanço Contábil de 2023,visando executar o Convênio nº.937085/2022-DPCN , no valor de R$407.781,00 (quatrocentos e sete mil setecentos e oitenta e um reais).

Art.5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

***JOÃO JOSÉ DE OLIVEIRA***
Prefeito

**Publicado por:**
Diogo Moreira Mariano Dos Santos
**Código Identificador:**FE2C1DC8

**ESTADO DE RONDÔNIA**
**PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO VELHO**

**PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO**
**GABINETE DO PROCURADOR GERAL DO MUNICÍPIO**
**PORTARIA Nº001/GAB/PGM/2024**

**PORTARIA Nº001/GAB/PGM/2024**
Porto Velho/RO, 4 de janeiro de 2024.

**O PROCURADOR GERAL ADJUNTO DO MUNICÍPIO** usando de suas atribuições legais que lhe foram delegadas na Portaria nº 09/GAB/PGM/2021 de 04/02/2021.

**R E S O L V E:**

**Art. 1º – DESIGNAR** a servidora **WILNILDES BRAGA FREIRE DE SOUZA**, cadastro 281105, para o cargo de Diretora Administrativa, no âmbito desta Procuradoria Geral do Município, em substituição a titular **ROSANGELA LIRA DE SOUZA**, cadastro 72231, que encontra-se de férias no período de 8/1/2024 a 27/1/2024.

Registre-se.

Cumpra-se.

Publique-se.

***SALATIEL LEMOS VALVERDE***
Procurador Geral Adjunto do Município

**Publicado por:**
Natália Portela Carneiro Aguiar
**Código Identificador:**9A250936

**SECRETARIA GERAL DE GOVERNO - SGG**
**PORTARIA N.º 01/SGG/2024**

O Secretário Geral de Governo da Prefeitura do Município de Porto Velho, no uso de suas atribuições legais, conforme artigo 97 da lei complementar nº 882 de 25 de fevereiro de 2022, Considerando os Oficios Nº117/2023/GAB/CGM/2023 e nº1291/2023/ASGOV/SGG, para desenvolver seus trabalhos no âmbito do órgão conforme suas atribuições legais.

R E S O L V E:

Art. 1º. Receber a designação da servidora Zuleide Cândido Oliveira, cadastro nº 1005948, para ficar à disposição dessa Secretaria Geral de Governo, no perido compreendido entre 11/01/2024 a 31/01/2024;
Art. 2º. A servidora deverá apresentar relatório das atividades desenvolvidas, ao órgão de origem durante o período de serviços prestados;
Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor a partir de sua publicação, com efeitos a partir de 11/01/2024 com prazo ate 31/01/2024.

Porto Velho, 04 de Janeiro de 2024.

***FABRICIO GRISI MÉDICI JURADO***
Secretário Geral de Governo

**Publicado por:**
Natália Portela Carneiro Aguiar
**Código Identificador:**20AE7D65

**SECRETARIA GERAL DE GOVERNO - SGG**
**DECRETO Nº 11.254/I, DE 05 DE JANEIRO DE 2024.**

O **PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO**, usando da atribuição que lhe é conferida no inciso XVI do Art. 87, da Lei Orgânica do Município de Porto Velho.

**RESOLVE:**

Retificar a nomeação de **ANE CARINE COIMBRA DA CUNHA** para exercer o Cargo em Comissão de Assessor Financeiro e Contábil, CC-8, da Subsecretária de Finanças e Contabilidade – SEMFAZ, a partir de 03 de janeiro de 2024 constante no Decreto nº 11.236/I, de 29 de dezembro de 2023.

**Onde se lê**: **ANE CARINE COIMBRA DA CUNHA**

**Leia-se**: **ANA CARINE COIMBRA DA CUNHA**

***HILDON DE LIMA CHAVES***
Prefeito

**Publicado por:**
Natália Portela Carneiro Aguiar
**Código Identificador:**4B889011

**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - SEMAD**
**PORTARIA Nº 1571/DICAS/DGP/GAB/SEMAD 29 DE DEZEMBRO DE 2023**

**O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO DA PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO**, no uso de suas atribuições legais conforme Art. 7º, inciso XIX, do Decreto nº 19.048 de 06/06/2023, publicado no D.O.M.E.R nº3489 de 07/06/2023.

**CONSIDERANDO** o Art 43, §§ 1º 2º e 3º da Lei Complementar nº 385, de 01.07.2010, publicada no D.O.M nº 3.786 de 01/07/2010.

**CONSIDERANDO** o Art. 38 §§ 1º, 2º, 3º e 4º, do Decreto nº 11.824 de 18.10.2010, publicado o D.O.M nº 3.871 de 01/11/2010, resolve:

**DESIGNAR** a servidora **JUDITE BORGES MARTINS**, Cadastro nº 246000, para exercer no período de **02/01/2024 a 31/01/2024**, o Cargo em Comissão de Gerente da Divisão de Apoio Operacional da Urgência e Emergência, CC-11, da **Secretaria Municipal de Saúde - SEMUSA**, em substituição a titular **GEYSEBELLE CHAVES DUARTE TORRES**, Cadastro nº 206286, por motivo de Licença Premio no mesmo período, conforme Oficio421/2023/DGP/SEMUSA de 14/12/2023.

***PAULO CÉSAR BERGAMIN***
Secretário Municipal de Administração

**Publicado por:**
Natália Portela Carneiro Aguiar
**Código Identificador:**066ECEC2

**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - SEMAD**
**PORTARIA Nº 1572/DICAS/DGP/GAB/SEMAD 29 DE DEZEMBRO DE 2023**

**O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO DA PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO**, no uso de suas atribuições legais conforme Art. 7º, inciso XIX, do Decreto nº 19.048 de 06/06/2023, publicado no D.O.M.E.R nº3489 de 07/06/2023.

**CONSIDERANDO** o Art. 23, § 3º, da Lei Complementar n° 385, de 01/07/2010, Regime Jurídico dos Servidores Públicos Municipais, publicado no D.O.M. nº 3.786, de 01/07/2010, alterado pelo Art. 3º da Lei Complementar nº 430 de 13/09/2011, publicada no D.O.M nº 4.082 de 13/09/2011.

**CONSIDERANDO** o Art. 38 § 2º, e 116 (redação alterada pela Lei Complementar nº 430 de 13/09/2011, publicada no D.O.M nº 4.082 de 13/09/2011, inciso I, II e § 1º Lei Complementar n° 385, de 01.07.2010, Regime Jurídico dos Servidores Públicos Municipais, publicado no D.O.M. nº 3.786, de 01.07.2010.

**CONSIDERANDO** o Art 86, §§ 1º e 2º do Decreto nº 11.824, de 18.10.2010, publicada no D.O.M nº 3.871, de 01.11.2010.

**CONSIDERANDO** o Parecer nº 360/SPT/PGM/2020 de 17/12/2020 anexo ao Oficio nº 003/GAB/PGM/2021, de 06/01/2021 e Memorando Circular nº 002/DGP/SEMAD, de 18/01/2021 , resolve:

**Art. 1º - CESSAR A CEDENCIA** , do servidor **FRANCISCO BATISTA DA SILVA**, Cadastro nº 102170, ocupante do cargo de PROFESSOR do Quadro de Pessoal do Município, lotada na **Secretaria Municipal de Administração/SEMAD/DISP**, para o Prefeitura Municipal de Natal – RN, partir de **01/02/2024**, conforme ofício nº 632/2023/ASGOV/SGG, de 24/07/2023, bem como, ofício nº 610/2023/GP, de 14/12/2023, e, e-mail datado em 22/12/2023, e-DOC 9C4F6BE9-e, C21CD6A6-e.

**Art 2º REMOVER** o servidor da **Secretaria Municipal de Administração/SEMAD/DISP** para a **Secretaria Municipal de Educação - SEMED**, a partir de **01/02/2024**.

***PAULO CÉSAR BERGAMIN***
Secretário Municipal de Administração

**Publicado por:**
Natália Portela Carneiro Aguiar
**Código Identificador:**5EB54EF9

**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - SEMAD**
**PORTARIA Nº 1573/DICAS/DGP/GAB/SEMAD 29 DE DEZEMBRO DE 2023**

**O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO DA PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO**, no uso de suas atribuições legais conforme Art. 7º, inciso XIX, do Decreto nº 19.048 de 06/06/2023, publicado no D.O.M.E.R nº3489 de 07/06/2023.

**CONSIDERANDO** o Art 43, §§ 1º 2º e 3º da Lei Complementar nº 385, de 01.07.2010, publicada no D.O.M nº 3.786 de 01/07/2010.

**CONSIDERANDO** o Art. 38 §§ 1º, 2º, 3º e 4º, do Decreto nº 11.824 de 18.10.2010, publicado o D.O.M nº 3.871 de 01/11/2010, resolve:

**DESIGNAR** a servidora **TAIANNA BALBI SENA**, Cadastro nº 1001041, para exercer no período de 02/01/2024 a 22/01/2024, o Cargo em Comissão de DIRETORA DO DEPARTAMENTO DE SUPORTE LOGÍSTICO EDUCACIONAL - DLSE - CC-17, da **Secretaria Municipal de Educação - SEMED**, em substituição a titular **LAÉLIA SAMPAIO CARRASCOSA**, Cadastro nº 46880, por motivo de Férias no mesmo período, conforme Oficio nº 889/2023/DGP/GAB/SEMED de 21/12/2023.

***PAULO CÉSAR BERGAMIN***
Secretário Municipal de Administração

**Publicado por:**
Natália Portela Carneiro Aguiar
**Código Identificador:**2BC267AE

**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - SEMAD**
**PORTARIA Nº 1574/DICAS/DGP/GAB/SEMAD 29 DE DEZEMBRO DE 2023**

**O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO DA PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO**, no uso de suas atribuições legais conforme Art. 7º, inciso XIX, do Decreto nº 19.048 de 06/06/2023, publicado no D.O.M.E.R nº3489 de 07/06/2023.

**CONSIDERANDO** o Art 43, §§ 1º 2º e 3º da Lei Complementar nº 385, de 01.07.2010, publicada no D.O.M nº 3.786 de 01/07/2010.

**CONSIDERANDO** o Art. 38 §§ 1º, 2º, 3º e 4º, do Decreto nº 11.824 de 18.10.2010, publicado o D.O.M nº 3.871 de 01/11/2010, resolve:

**DESIGNAR** a servidora **ROSENI SOARES**, Cadastro nº 29175, para exercer no período de **04/12/2023 a 23/12/2023**, o Cargo em Comissão de Gerente da Divisão de Controle e Informação, CC-11, da **Secretaria Municipal de Regularização Fundiária, Habitação e Urbanismo – SEMUR**, em substituição a titular **DAMARIS LADDAGA DIAS GALVÃO**, Cadastro nº 25925 , por motivo de Férias no mesmo período, conforme Oficio nº 266/2023/DRH/DA/SEMUR, de 22/12/2023.

***PAULO CÉSAR BERGAMIN***
Secretário Municipal de Administração

**Publicado por:**
Natália Portela Carneiro Aguiar
**Código Identificador:**EEE6E3A7

**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - SEMAD**
**PORTARIA Nº 1575/DICAS/DGP/GAB/SEMAD 29 DE DEZEMBRO DE 2023**

**O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO DA PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO**, no uso de suas atribuições legais conforme Art. 7º, inciso XIX, do Decreto nº 19.048 de 06/06/2023, publicado no D.O.M.E.R nº3489 de 07/06/2023.

**CONSIDERANDO** o Art 43, §§ 1º 2º e 3º da Lei Complementar nº 385, de 01.07.2010, publicada no D.O.M nº 3.786 de 01/07/2010.

**CONSIDERANDO** o Art. 38 §§ 1º, 2º, 3º e 4º, do Decreto nº 11.824 de 18.10.2010, publicado o D.O.M nº 3.871 de 01/11/2010, resolve:

**DESIGNAR** a servidora **URBANITA OLIVEIRA CARVALHO**, Cadastro nº 1000964, para exercer no período de 08/01/2024 a 27/01/2024 , o Cargo em Comissão de Diretor do Departamento Administrativo, CC-17, da **Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – SEMA**, em substituição a titular **VIRGINIA LARISSA MORAIS JAEGER**, Cadastro nº 67456, por motivo de Férias no mesmo período, conforme eDoc nº 10D741C6 e eDoc nº 0E5CB946.

***PAULO CÉSAR BERGAMIN***
Secretário Municipal de Administração

**Publicado por:**
Natália Portela Carneiro Aguiar
**Código Identificador:**DCD779C2

**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - SEMAD**
**PORTARIA Nº 1576/DICAS/DGP/GAB/SEMAD 29 DE DEZEMBRO DE 2023**

**O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO DA PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO**, no uso de suas atribuições legais conforme Art. 7º, inciso XIX, do Decreto nº 19.048 de 06/06/2023, publicado no D.O.M.E.R nº3489 de 07/06/2023.

**CONSIDERANDO** o Art 43, §§ 1º 2º e 3º da Lei Complementar nº 385, de 01.07.2010, publicada no D.O.M nº 3.786 de 01/07/2010.

**CONSIDERANDO** o Art. 38 §§ 1º, 2º, 3º e 4º, do Decreto nº 11.824 de 18.10.2010, publicado o D.O.M nº 3.871 de 01/11/2010, resolve:

**DESIGNAR** a servidora **LAURA ELOISA DOS SANTOS RIOS**, Cadastro nº 73164, para exercer no período de **12/01/2024 a 31/01/2024**, o Cargo em Comissão de Diretora do Departamento Téc. Do Cons. Municipal de Educação CC-17, da **Secretaria Municipal de Educação - SEMED**, em substituição a titular **LILIAN ARAUJO BARBOSA**, Cadastro nº 48365, por motivo de Férias no mesmo período, conforme Oficio nº 882/2023/DGP/GAB/SEMED, de 20/12/2023.

***PAULO CÉSAR BERGAMIN***
Secretário Municipal de Administração

**Publicado por:**
Natália Portela Carneiro Aguiar
**Código Identificador:**32FDB497

**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - SEMAD**
**PORTARIA Nº 1577/DICAS/DGP/GAB/SEMAD 29 DE DEZEMBRO DE 2023**

**O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO DA PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO**, no uso de suas atribuições legais conforme Art. 7º, inciso XIX, do Decreto nº 19.048 de 06/06/2023, publicado no D.O.M.E.R nº3489 de 07/06/2023.

**CONSIDERANDO** o Art 43, §§ 1º 2º e 3º da Lei Complementar nº 385, de 01.07.2010, publicada no D.O.M nº 3.786 de 01/07/2010.

**CONSIDERANDO** o Art. 38 §§ 1º, 2º, 3º e 4º, do Decreto nº 11.824 de 18.10.2010, publicado o D.O.M nº 3.871 de 01/11/2010, resolve:

**CESSAR** os efeitos da PORTARIA Nº 1487/DICAS/DGP/GAB/SEMAD 11 DE DEZEMBRO DE 2023, que designou ao servidora **JOISSY MANUELY MARIA MARTINS**, Cadastro nº 1005354, para exercer no período de **08/01/2024 a 17/01/2024**, o Cargo em Comissão de DIRETORA DE DEPARTAMENTO DE TRANSPORTE ESCOLAR - CC 17, da **Secretaria Municipal de Educação - SEMED**, em substituição a titular **SAULA DA SILVA PIRES**, Cadastro nº 31675, por motivo de férias no mesmo período, conforme e-DOC 0A506EA9, e-DOC E78F9A32, e-DOC A467ABBF e Oficio nº 723/2023/DIFP/DGP/GAB/SEMED, de 20/12/2023.

***PAULO CÉSAR BERGAMIN***
Secretário Municipal de Administração

**Publicado por:**
Natália Portela Carneiro Aguiar
**Código Identificador:**8D4F6974

**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - SEMAD**
**PORTARIA Nº 1578/DICAS/DGP/GAB/SEMAD 29 DE DEZEMBRO DE 2023**

**O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO DA PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO**, no uso de suas atribuições legais conforme Art. 7º, inciso XIX, do Decreto nº 19.048 de 06/06/2023, publicado no D.O.M.E.R nº3489 de 07/06/2023.

**CONSIDERANDO** o Art 43, §§ 1º 2º e 3º da Lei Complementar nº 385, de 01.07.2010, publicada no D.O.M nº 3.786 de 01/07/2010.

**CONSIDERANDO** o Art. 38 §§ 1º, 2º, 3º e 4º, do Decreto nº 11.824 de 18.10.2010, publicado o D.O.M nº 3.871 de 01/11/2010, resolve:

**DESIGNAR** a servidora **ABIDA SOUZA SANTOS AGUIAR**, Cadastro nº 249202, para exercer no período de **08/01/2024 a 06/02/2024** , o Cargo em Comissão de Diretor de Departamento de Controle e Acompnhamento CC-17, da **Secretaria Municipal de Planejamento, Orçamento e Gestão – SEMPOG**, em substituição ao titular **FLAVIO SILVA LIMA**, Cadastro nº 98716, por motivo de férias no mesmo período, conforme Oficio nº 497/2023/DA/SUGINST/SEMPOG, de 20/12/2023.

***PAULO CÉSAR BERGAMIN***
Secretário Municipal de Administração

**Publicado por:**
Natália Portela Carneiro Aguiar
**Código Identificador:**4FE5734F

**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - SEMAD**
**PORTARIA Nº 1579/DICAS/DGP/GAB/SEMAD 29 DE DEZEMBRO DE 2023**

**O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO DA PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO**, no uso de suas atribuições legais conforme Art. 7º, inciso XIX, do Decreto nº 19.048 de 06/06/2023, publicado no D.O.M.E.R nº3489 de 07/06/2023.

**CONSIDERANDO** o Art 43, §§ 1º 2º e 3º da Lei Complementar nº 385, de 01.07.2010, publicada no D.O.M nº 3.786 de 01/07/2010.

**CONSIDERANDO** o Art. 38 §§ 1º, 2º, 3º e 4º, do Decreto nº 11.824 de 18.10.2010, publicado o D.O.M nº 3.871 de 01/11/2010, resolve:

**DESIGNAR** a servidora **JOICEMARA DE QUEIROZ SOUZA**, Cadastro nº 108911, para exercer no período de **01.12.2023 a 09.04.2024**, o Cargo em Comissão de GERENTE DA DIVISÃO DE CONTROLE DE AÇÕES CONSTITUCIONAIS - CC-11, da **Procuradoria Geral do Município/PGM**, em substituição a titular **RAFAELA CRISTINA SANTIAGO DA COSTA**, Cadastro nº 1005446, por motivo de LICENÇA MATERNIDADE no mesmo período, conforme Oficio nº 492/2023/DA/PGM de 26/12/2023.

***PAULO CÉSAR BERGAMIN***
Secretário Municipal de Administração

**Publicado por:**
Natália Portela Carneiro Aguiar
**Código Identificador:**7E1C0B7D

**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - SEMAD**
**PORTARIA Nº 1580/DICAS/DGP/GAB/SEMAD 29 DE DEZEMBRO DE 2023**

**O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO DA PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO**, no uso de suas atribuições legais conforme Art. 7º, inciso XIX, do Decreto nº 19.048 de 06/06/2023, publicado no D.O.M.E.R nº3489 de 07/06/2023.

**CONSIDERANDO** o Art 43, §§ 1º 2º e 3º da Lei Complementar nº 385, de 01.07.2010, publicada no D.O.M nº 3.786 de 01/07/2010.

**CONSIDERANDO** o Art. 38 §§ 1º, 2º, 3º e 4º, do Decreto nº 11.824 de 18.10.2010, publicado o D.O.M nº 3.871 de 01/11/2010, resolve:

**DESIGNAR** o servidor **FELIPE DE ASSIS LOURENCO**, Cadastro nº 1003832, para exercer no período de **12/01/2024 a 31/01/2024**, o Cargo em Comissão de Diretor de Departamento de Desenvolvimento deSistemas, CC-17, da **Superintendência Municipal de Tecnologia da Informação e Pesquisa - SMTI/SGG**, em substituição ao titular **FRANCISCO EMILSON RABELO**, Cadastro nº 310558, por motivo de férias no mesmo período, conforme eDoc nº 43C7B6DE e eDoc nº 08488F97.

***PAULO CÉSAR BERGAMIN***
Secretário Municipal de Administração

**Publicado por:**
Natália Portela Carneiro Aguiar
**Código Identificador:**2AEDCE97

**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - SEMAD**
**PORTARIA Nº 1581/DICAS/DGP/GAB/SEMAD 29 DE DEZEMBRO DE 2023**

**O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO DA PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO**, no uso de suas atribuições legais conforme Art. 7º, inciso XIX, do Decreto nº 19.048 de 06/06/2023, publicado no D.O.M.E.R nº3489 de 07/06/2023.

**CONSIDERANDO** o Art 43, §§ 1º 2º e 3º da Lei Complementar nº 385, de 01.07.2010, publicada no D.O.M nº 3.786 de 01/07/2010.

**CONSIDERANDO** o Art. 38 §§ 1º, 2º, 3º e 4º, do Decreto nº 11.824 de 18.10.2010, publicado o D.O.M nº 3.871 de 01/11/2010, resolve:

**DESIGNAR** a servidora **ANA MARIA MARCELINO ANTÔNIO BARROS**, Cadastro nº 279548, para exercer no período de **02/01/2024 a 16/01/2024**, o Cargo em Comissão de DIRETORA DO DEPARTAMENTO DE ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA-CC-17, da **Secretaria Municipal de Saúde - SEMUSA**, em substituição a titular **LÍGIA FERNANDES ARRUDA**, Cadastro nº 259433, por motivo de féras no mesmo período, conforme Oficio nº 434/2023/DGP/SEMUSA de 27/12/2023.

***PAULO CÉSAR BERGAMIN***
Secretário Municipal de Administração

**Publicado por:**
Natália Portela Carneiro Aguiar
**Código Identificador:**6733E9E6

**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - SEMAD**
**EDITAL DE COMPARECIMENTO Nº 35 DE 29 DE DEZEMBRO DE 2023**

**O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO DA PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO**, no uso de suas atribuições legais conforme Art. 7º, inciso XIX, do Decreto nº 19.048 de 06/06/2023, publicado no D.O.M.E.R nº3489 de 07/06/2023, resolve:

**Nº 35/2023 - SOLICITAR O COMPARECIMENTO** (da) servidora **RAILLA FONSECA LEONIDAS**, Cadastro nº 133843, ocupante do cargo de AGENTE DE SECRETARIA ESCOLAR, lotada na **Secretaria Municipal de Educação - SEMED**, no Departamento de Gestão de Pessoas da **Secretaria Municipal de Administração - SEMAD**, sito a Rua Duque de Caxias, nº 186, Bairro: Arigolândia, CEP 76.801-006, no Município de Porto Velho, no horário das 08h às 14h, no **prazo de 10 (dez) dias**, a contar da publicação deste no Diário Oficial do Município, para tratar de assuntos de seu interesse, conforme processo nº 00600-00044830/2023-75-e.

***PAULO CÉSAR BERGAMIN***
Secretário Municipal de Administração

**Publicado por:**
Natália Portela Carneiro Aguiar
**Código Identificador:**2EAE0BDC

**SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO**
**CONSELHO GESTOR DO PROGRAMA FACULDADE DA PREFEITURA**

**PROGRAMA DE INCLUSÃO SOCIAL UNIVERSIDADE PARA TODOS – FACULDADE DA PREFEITURA**

**PROCESSO SELETIVO 2024.1 – EDITAL Nº. 002/CGFP/2023**

**I ERRATA**

Em decorrência do período de instabilidade no sistema de inscrição do processo seletivo, entre os dias 02/01/2024 e 04/01/2024, conforme Aviso 01 publicado na página do certame, o Conselho Gestor do Programa Faculdade da Prefeitura aprovou **NOVO CRONOGRAMA DE ATIVIDADES**, conforme descrito abaixo:

**ANEXO IV - CRONOGRAMA DE ATIVIDADES**

| DATA | ATIVIDADES |
|---|---|
| **29/12/2023** | Início da divulgação do edital |
| **02/01/2024 a 21/01/2024** | Período de inscrição |
| **23/01/2024** | Divulgação da lista dos candidatos pré-selecionados |
| **24/01/2024 a 27/01/2024** | Entrega de documentos probatórios nas Instituições de Ensino Superior |
| **16/02/2024** | Resultado da análise dos documentos dos candidatos pré-selecionados |
| **19/02/2024 a 20/02/2024*** | Interposição de recurso administrativo (**por e-mail)** |
| **21/02/2024** | Resultado definitivo dos candidatos selecionados |
| **22/02/2024 a 24/02/2024** | Efetivação da matrícula dos candidatos aprovados junto às IES |

*** ATÉ ÀS 14H00MIN DO DIA 20/02/2024.**

Porto Velho/RO, 04 de janeiro de 2024.

***AUGUSTO DE SOUZA LEITE***
Conselheiro Presidente do Programa Faculdade da Prefeitura

**Publicado por:**
Natália Portela Carneiro Aguiar
**Código Identificador:**85F85046

**SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO**
**PORTARIA Nº 109/2023/DIACAS/SEMED**

PORTARIA N° 109/2023/GAB/SEMED Porto Velho, 25 de abril de 2023.

A Secretaria Municipal de Educação, no uso de suas atribuições que lhe foram delegadas de acordo com o Decreto Municipal nº 14.707/2017, de 23 outubro de 2017, que regulamenta a Lei nº 957/1991 que trata de concessão de adiantamento.

**R E S O L V E**

Art. 1º Conceder à servidora **ROSALINA TRAJANO DINIZ,** lotada na SEMED, Cadastro n° 185.067, CPF 142.951.132-04, RG 183.787 SSP-RO, Suprimento de Fundos, Processo nº 00600-00003509/2023-31-**e** em regime de adiantamento, na importância de R$ 8.800,00 ( oito mil e oitocentos reais); 3.3.90.30 – Material de Consumo R$ 7.000,00 (sete mil reais); Elemento de despesa 3.3.90.39 – Outros Serviços de Pessoa Jurídica R$ 1.800,00 (hum mil e oitocentos).
Art. 2º O prazo máximo de aplicação do adiantamento de que trata o **artigo 21 do Decreto nº 14.707/2017**, será de 90 (até noventa dias), a partir de recebimento de adiantamento, e o prazo para a apresentação de prestação de contas será de 20 (até vinte dias) a contar do término do prazo de aplicação.
Art. 3º A finalidade do adiantamento será para despesas determinadas no artigo 2º do Decreto nº 14.707 de 2017 e o art. 8º da Instrução Normativa nº 001/CGM/2005..
Art. 4º Ao responsável pela aplicação do adiantamento caberá fazer, pessoalmente a sua comprovação de acordo com a legislação em vigor.
Art. 5º O Departamento de Contabilidade efetuará os registros complementares à caracterização comprobatória da aplicação.
Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 7º Dê-se ciência, publique-se e cumpra-se.

***GLÁUCIA LOPES NEGREIROS***
Secretária Municipal de Educação
Decreto Nº 6.184/I de 31 de Dezembro de 2021

**Publicado por:**
Natália Portela Carneiro Aguiar
**Código Identificador:**A0EB289B

**SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA - SEMFAZ**
**RESOLUÇÃO Nº 001/2024/GAB/SEMFAZ, DE 03 DE JANEIRO DE 2024**

RESOLUÇÃO Nº 001/2024/GAB/SEMFAZ, DE 05 DE JANEIRO DE 2024

*Dispõe sobre a alteração da data de vencimento de parcelas vencidas.*

**A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE FAZENDA EM EXERCÍCIO do**Município de Porto Velho, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 338, da Lei Complementar nº. 878, de 17 de dezembro de 2021,

**CONSIDERANDO** que neste ano, os dias 01 a 04 de janeiro coincidiram com período em que foi decretado feriado ou ponto facultativo no âmbito da administração Municipal, assim como pelas intercorrências na implantação do novo software do Sistema Tributário;

**RESOLVE:**
**Art. 1º** Alterar a data de vencimento das parcelas vencidas nos dias 01, 02, 03 e 04 de janeiro de 2024, referentes a parcelamentos de receitas tributárias e não tributárias, para o dia 05 de janeiro de 2024.

**Art. 2º** Esta Resolução entra em vigor na data da sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

***MARIA SANDRA BANDEIRA***
Subsecretária da Receita Municipal
Secretária Municipal de Fazenda em Exercício

**Publicado por:**
Natália Portela Carneiro Aguiar
**Código Identificador:**4BF098F6

**SECRETARIA MUNICIPAL DE SANEAMENTO E SERVIÇOS BÁSICOS - SEMUSB**
**COMUNICADO DE PRORROGAÇÃO EDITAL DE CONVOCAÇÃO**

A Secretaria Municipal de Saneamento e Serviços Básicos através do Departamento de Posturas Urbanas Juntamente com a Divisão de Fiscalização de Espaços Públicos resolve prorrogar as inscrições do LICENCIAMENTO EDITAL DE CONVOCAÇÃO - FEIRA LIVRE DO CAI N´ÁGUA ATÉ 30 DE DEZEMBRO DE 2023.

***MÔNICA MARIA DA CONCEIÇÃO ORNELAS***
Gerente de Divisão de Fisccalização de Espaços Públicos

***GILBSON PEREIRA DE MORAIS***
Diretor do Departamento de Posturas Urbanas –DPU

***CLEBERSON PAULO PACHECO***
Secretário Municipal de Saneamento e Serviços Básicos –SEMUSB

**Publicado por:**
Natália Portela Carneiro Aguiar
**Código Identificador:**75112570

**SECRETARIA MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL**
**PORTARIA N° 01/2024/DCAP/DA/GAB/SEMA**

PORTARIA N° 01/2024/DCAP/DA/GAB/SEMA
Porto Velho, 05 de janeiro de 2024.

**O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DA PREFEITURA DE PORTO VELHO – SEMA,** no uso das suas atribuições legais conforme o Decreto nº 12.931/13, publicado no Diário Oficial dos Municípios do Estado de Rondônia nº 4.431, de 28 de fevereiro de 2013 e Lei Municipal nº 2.572, de 11 de março de 2019, publicada no Diário Oficial dos Municípios do Estado de Rondônia nº 2.414, de 12.03.2019.
**R E S O L V E:**

**Art. 1º. INCLUIR a** Servidora **RENATA DE PAULA AFONSO,** cadastro **n°1003622**, na Portaria nº17/2023/DCAP/DA/GAB/SEMA, publicada no Diário Oficial dos Municípios do Estado de Rondônia no dia 18/05/2023, Edição nº3475, onde autorizou os servidores relacionados no Anexo I, para conduzirem os veículos oficiais de acordo com a Lei nº 1948, de 28 de julho de 2011, que dispõe sobre a condução de veículo oficial e dá outras providências.

**Art. 2°** Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

***ROBSON DAMASCENO SILVA JUNIOR***
Secretário Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – SEMA

**Publicado por:**
Natália Portela Carneiro Aguiar
**Código Identificador:**E0D98EB0

**SECRETARIA MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL**
**PORTARIA Nº 01/ASTEC/GAB/SEMA/2024**

**PORTARIA Nº 01/ASTEC/GAB/SEMA/2024**

Porto Velho, 05 de janeiro de 2024.

"*Dispõe sobre nomeação da Comissão para coordenar as etapas do Edital nº 01/2024/SEMA do Processo Seletivo para Contratação De Serviços Voluntários visando atender as necessidades de*

*campo da Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável"*

**O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL – SEMA,** no uso das suas atribuições legais conforme o Decreto nº 12.931/13, publicado no Diário Oficial dos Municípios do Estado de Rondônia nº 4.431, de 28 de fevereiro de 2013 e Lei Municipal nº 2.572, de 11 de março de 2019, publicada no Diário Oficial dos Municípios do Estado de Rondônia nº 2.414, de 12.03.2019.

**Considerando** a Lei Complementar nº 803, de 20 de dezembro de 2019 que "Dispõe sobre o Serviço Voluntário no Município de Porto Velho, e dá outras providências;
**Considerando** o Decreto nº 19.088, de 23 de junho de 2023, torna público as normas para a realização do Processo Seletivo Simplificado, tendo em vista a seleção de candidatos interessados em prestar Serviço Voluntário no âmbito da Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável - SEMA - Porto Velho - RO;

**R E S O L V E:**
**Art. 1º** NOMEAR a Comissão para coordenar as etapas do Edital nº 01/2024/SEMA – Processo Seletivo para Contratação de Serviço Voluntário para atender as necessidades de campo da Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável de Porto Velho.
**Art. 2º** A Comissão de que trata o artigo anterior, fica composta pelos membros abaixo, sob a presidência do primeiro:

| NOME | FUNÇÃO | MATRÍCULA |
|---|---|---|
| VIRGÍNIA LARISSA MORAIS JAEGER | Presidente | 67456 |
| HELIO TEIXEIRA LOPES NETO | Membro | 1005491 |
| ALEX LOURENÇO CAMPOS | Membro | 1003778 |
| ADIRLEIDE DIAS DOS SANTOS | Membro | 100107 |

**Art. 3º** A referida Comissão terá o prazo de 03 (três) meses para execução das atividades, podendo ser prorrogado por igual período.
**Art. 4º** A Comissão deverá elaborar o instrumento convocatório para a contratação emergencial dos cargos oferecidos, devendo ainda proceder à análise da Classificação e Homologação dos candidatos.
**Art. 5º** Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Dê-se ciência, Publique-se, Cumpra-se.

***ROBSON DAMASCENO SILVA JÚNIOR***
Secretário Municipal de Meio Ambiente Desenvolvimento Sustentável – SEMA

**Publicado por:**
Natália Portela Carneiro Aguiar
**Código Identificador:**36E7CBF7

---

**SUPERINTENDÊNCIA MUNICIPAL DE GESTÃO DOS GASTOS PÚBLICOS - SGP**
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 086/2023 PREGÃO ELETRÔNICO Nº193/2023/SML/PVH**

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 086/2023**
**PREGÃO ELETRÔNICO Nº193/2023/SML/PVH**

Aos 21 dias do mês de dezembro do ano de dois mil e vinte e três (2023), o **MUNICÍPIO DE PORTO VELHO**, inscrito no CNPJ sob n. 05.903.125/0001-45, com sede à Rua Praça João Nicolleti, Nº 826 - Centro - nesta capital, neste ato representada pela Superintendente Municipal de Gestão dos Gastos Públicos, **Valéria Jovânia da Silva**, inscrita no CPF sob o nº 409.721.272-91, **ÓRGÃO GERENCIADOR**, e de outro a empresa:

**D A DOS REIS IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO,** inscrita no CNPJ sob n. 46.298.926/0001-06**,** representada neste ato pelo Sr. DAVI ALVES DOS REIS, CPF sob n° 004.227.182-70, Rua Jasmin, 2110, Sala A, setor 4, CEP: 76.873-472, cidade de Ariquemes – RO. Adjudicatária do item 04 no valor **R$ 44.952,36 (quarenta e quatro mil, novecentos e cinquenta e dois reais e trinta e seis centavos).**

Firmam a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇO(S), conforme decisão exarada no **PROCESSO 00600-00012853/2023-11-e** e homologada à peça n° 75,referente o Pregão Nº193/2023/SML/PVH, visando atender as necessidades da Administração Direta e Indireta, inclusive Autarquias e Fundações no âmbito do Município de Porto Velho, nos termos da Lei nº 8.666 de 21 de junho de 1993 e os **Decreto Municipal nº 16.687/2020, publicado no Diário Oficial dos Municípios de Rondônia de 18.05.2020** e nº 15.402/2018 e suas alterações, consoante as seguintes cláusulas e condições.

**1. OBJETO**

**1.1.** A presente Ata tem por objeto **Sistema de Registro de Preços – SRP para eventual AQUISIÇÃO DE PARQUES A FIM DE EQUIPAR AS ESCOLAS QUE ATENDEM A EDUCAÇÃO INFANTIL NA REDE MUNICIPAL DE PORTO VELHO,** visando atender às necessidades da Administração Pública Direta e Indireta do Município de Porto Velho, pelo prazo de 12 (doze) meses, conforme descrições e preços constantes do Edital do **PREGÃO ELETRÔNICO N.º 193/2023/SML/PVH,** para o **REGISTRO DE PREÇOS PERMANENTE Nº 086/2023/SML/PVH.**

**2. VALIDADE DA ATA**

**2.1.** A presente Ata de Registro de Preços terá prazo de validade de até **12 (doze) meses**, contados a partir da publicação no Diário Oficial dos Municípios de Rondônia (AROM), em conformidade com a legislação vigente.

**2.2.** Durante o prazo de vigência desta Ata, a Administração não será obrigada a contratar os BENS referidos na Cláusula Primeira exclusivamente pelo Sistema de Registro de Preços, podendo fazê-lo através de outra licitação quando julgar conveniente, sem que caiba recurso ou indenização de qualquer espécie às empresas, sendo, entretanto, assegurada aos beneficiários do registro, a preferência de fornecimento em igualdade de condições. A Administração poderá, ainda, cancelar a Ata, na ocorrência de alguma das hipóteses legalmente previstas, garantidos à(s) empresa(s), neste caso, o contraditório e ampla defesa.

**3. UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

**3.1.** Desde que devidamente justificada a vantagem, a Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da administração pública que não tenha participado do certame licitatório, mediante anuência do órgão gerenciador e, respeitada, no que couber, as condições e as regras estabelecidas na Lei nº 8.666/93 e **nos Decretos Municipais nº16.687/2020 e 15.402/2018 e suas alterações.**

**3.2.** Caberá à Contratada da Ata de Registro de Preços e ao Município, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente de adesão, desde que não prejudique as obrigações presentes e futuras decorrentes da ata, anteriormente assumidas.

**3.3.** As aquisições ou contratações adicionais **não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 50% (cinquenta por cento)**dos quantitativos dos **itens/lotes** registrados nesta Ata de registro de preços para o órgão gerenciador e para os órgãos participantes, nos termos do **Decreto Municipal nº 15.598 de 09.11.2018, publicado no Diário Oficial dos Municípios do Estado de Rondônia – (AROM) nº 2338 de 21.11.2018.**

**3.3.1. O Quantitativo decorrente das adesões à Ata de Registro de Preços não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada itens/lotes** registrado nesta ata de registro de preços para o órgão gerenciador e para os órgãos participantes, independentemente do número de órgãos não participantes que aderirem.

**3.4. Os órgãos usuários não serão obrigados a comprar o objeto ora registrado** dos fornecedores constante da Ata de Registro de Preços, facultando-se a realização de licitação específica para a

aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições.

**4. PREÇO REGISTRADO**

**4.1.** Os preços registrados na Ata de Registro de Preços são inalteráveis durante todo o período de vigência desta, ressalvados os casos excepcionais que permitam o procedimento de revisão ou redução previstos no Capítulo IX, Seção I do Decreto Municipal nº 15.402/2018, sempre obedecidas as determinações contidas no art. 65 da Lei nº 8.666/93.

**4.2.** Compete ao Órgão Gerenciador, na ocorrência de fato que justifique a redução ou revisão do preço dos bens registrados, promover as necessárias negociações junto aos fornecedores Detentores da Ata.

**5. REVISÃO DE PREÇOS – REDUÇÃO**

**5.1**. Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado, caberá ao órgão gerenciador convocar o fornecedor para uma negociação, com vistas à redução de preços, podendo ocorrer o seguinte:

**I.** Os fornecedores que não aceitarem reduzir seus preços aos valores praticados pelo mercado serão liberados do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade.

**II.** A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado deverá observar primeiramente o cadastro reserva, não existindo, deverá ser observada a classificação original.

**5.2.** Quando o preço de mercado se tornar superior aos preços registrados e o fornecedor não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:

**I.** Liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, e sem aplicação da penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados;

**II.** Convocar os demais fornecedores para assegurar igual oportunidade de negociação.

**5.2.1.** Não havendo êxito nas negociações, bem como, não incidindo a hipótese prevista no inciso II, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação do item/lote da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

**5.3.** Na hipótese prevista nos itens **5.2** e **5.2.1**, será excepcionalmente admitida a revisão de preços, quando tratar-se de produtos cujo preço médio de mercado for obtido em tabelas oficiais publicamente reconhecidas ou de preços regulamentados pelo poder público, depois de cumprido o disposto no inciso II do item **5.2.**

**5.3.1.** A revisão de preços prevista no item **5.3**, poderá ser efetivada mediante requerimento do detentor da ARP, que deverá fazê-lo antes do pedido de fornecimento e, deverá instruir o pedido com a documentação probatória de majoração do preço do mercado e a oneração de custos, devendo ser obedecido os seguintes procedimentos:

**I**. Cabe ao fornecedor protocolar junto ao órgão gerenciador, Requerimento solicitando a revisão de Preços devidamente justificado e instruído com documentos capazes de evidenciar o surgimento de uma onerosidade excessiva em relação às obrigações inicialmente assumidas, produzida pelo aumento no custo do bem ou serviço no mercado atual, valendo-se de, por exemplo, notas fiscais antigas e recentes, lista de preços de fabricantes, comprovantes de transporte de mercadorias, dentre outros pertinentes, a juízo do órgão gerenciador, ou ainda, tabelas Oficias ou atos de emanados do Poder Público que comprovem a onerosidade.

**II.** Após a entrega de documentos por parte do fornecedor, conforme disposto no inciso I, o órgão gerenciador através da Divisão de Reequilíbrio e Análise de Preços, realizará ampla pesquisa de marcado junto, a no mínimo 3 (três) fornecedores do ramo da atividade, moldes do que dispõe o inciso I do Art. 6º deste **Decreto Municipal nº 15.402/2018**, bem como com a conferência das documentações, com vistas a verificação da ocorrência da majoração alegada pelo detentor da ARP.

**5.4.** O Requerimento de Revisão de preços será apreciado pela Divisão de Controle de Reequilíbrio e Análise de Preços, e posteriormente submetido à Superintendente Municipal de Gestão de Gastos Públicos – SGP, para eventual homologação.

**5.5**. É vedado ao Detentor do Registro interromper o fornecimento dos produtos enquanto aguarda o trâmite dos pedidos de Revisão de Preços, sob pena de aplicação das sanções estabelecidas no ato convocatório, na Ata de Registro e na legislação pertinente.

**5.6**. Confirmada a veracidade das alegações do fornecedor e deferido, por decisão do Órgão Gerenciador, a Revisão de Preços requerida, deverá ser providenciada a **publicação da alteração** da Ata de Registro de Preços no Diário Oficial dos Municípios de Rondônia (AROM), para fins de validade do novo preço registrado.

**5.7**. No caso de indeferimento do Pedido de Revisão, poderá o Órgão Gerenciador liberar o Detentor da Ata do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade, mediante decisão fundamentada.

**5.8.** Se liberado o primeiro Detentor da Ata, poderá Órgão Gerenciador providenciar a convocação dos detentores remanescentes, respeitada a ordem classificatória do cadastro de reserva ou ordem de classificação original subsidiariamente, para fins de negociação dos preços registrados.

**6. INALTERABILIDADE DO OBJETO**

**6.1**. É vedado o recebimento de produtos que possuam marca ou características diversas das constantes na Ata de Registro de Preços e na proposta, bem como descaracterize, de qualquer forma, o objeto licitado.

**7**. **CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

**7.1**. O fornecedor terá seu registro cancelado quando:

**I.** Descumprir disposições da respectiva Ata de Registro de Preços, do edital ou das leis aplicáveis ao caso;

**II.** Não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

**III.** Restar frustrada a negociação de preços, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado;

**IV.** Tiver deferida sua solicitação de cancelamento, nos termos do art. 25 do Decreto Municipal nº 15.402/2018;

**V.** Estiver presentes razões de interesse público.

**7.2**. O cancelamento do Registro deverá ser formalizado pelo Órgão Gerenciador, mediante decisão fundamentada, ressalvada, em qualquer caso, a aplicação das sanções definidas em lei.

**7.3**. O fornecedor poderá solicitar ao Órgão Gerenciador, mediante requerimento devidamente instruído, o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fato superveniente, decorrentes de caso fortuito ou de força maior, capaz de comprometer a perfeita execução contratual.

**7.4**. Conforme recomende a situação, poderá o Órgão Gerenciador realizar as diligências que entender necessárias para a verificação da ocorrência do fato alegado pelo fornecedor como ensejador da solicitação de cancelamento.

**7.5.** O cancelamento do registro, se deferido, somente terá validade após a publicação no Diário Oficial dos Municípios de Rondônia, sendo, desta forma, vedada a interrupção no fornecimento dos produtos cuja requisição, empenho ou documento similar tenha sido despachado antes dessa data.

**8. CONVOCAÇÃO PARA FORNECIMENTO**

**8.1**. Serão fornecedoras do objeto desta licitação, com os respectivos preços registrados na Ata subsequente ao procedimento licitatório, as Empresas cujas propostas forem classificadas em primeiro lugar.

**8.2**. O fornecedor poderá ser convocado a firmar as contratações decorrentes do registro de preços no prazo de **05 (cinco) dias úteis,** a contar do dia seguinte ao recebimento da convocação expedida pelo Órgão Gerenciador da Ata do registro de Preços.

**8.3**. Excepcionalmente, a critério do órgão gerenciador, quando a quantidade do primeiro colocado não for suficiente para as demandas estimadas, desde que se trate de objetos de quantidade ou desempenho superior, devidamente, justificado e comprovado a vantagem, e as ofertas sejam em valor inferior ao máximo admitido, poderão ser registrados outros preços.

**8.4**. Os produtos, desta ATA deverão ser entregues acompanhados de Nota Fiscal e a respectiva Nota de Empenho.

**8.5**. O fornecedor da Ata de Registro de Preços, ficará obrigado, quando for o caso, a atender todas as Notas de Empenho emitidas durante a vigência da Ata de Registro de Preços**, mesmo se a entrega for prevista para data posterior ao vencimento da mesma.**

**8.6**. Em cada fornecimento, se a quantidade e/ou qualidade do material entregue não corresponder ao exigido no Edital e na Ata de Registro de Preços, a Contratada será chamada para, dentro do prazo máximo de 10 (dez) corridos, fazer a devida substituição, ou completar o total, sob pena de aplicação das penalidades previstas no Edital, e/ou rescisão da Ata, a critério da Autoridade Competente.

**9.DO PRAZO, DA FORMA DA ENTREGA E CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO DOS EQUIPAMENTOS**

**9.1.** Conforme estabelecido no Termo de Referência – Anexo I deste Edital.

**10. DO PAGAMENTO**

**10.1.** Conforme estabelecido no Termo de Referência – Anexo I deste Edital.

**11. DAS OBRIGAÇÕES CONTRATADA E CONTRATANTE**

**11.1.** Conforme estabelecido no Termo de Referência – Anexo I deste Edital.

**12. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

**12.1.** Pelo descumprimento de quaisquer cláusulas deste Instrumento convocatório ou condições previstas no Termo de Referência e seu anexo, serão aplicadas as penalidades previstas no artigo 7º da Lei 10.520/2002, artigo 6º, I, da Lei 12.846/2013 e nos artigos 86 e 87 da Lei n.º 8.666/93, relativas às infrações abaixo elencadas, garantida sempre à ampla defesa e o contraditório;

**12.1.1.** Conforme estabelecido no Termo de Referência – Anexo I deste Edital.

**13. DISPOSIÇÕES GERAIS**

**13.1.** Fica a Contratada ciente que a assinatura desta Ata implica na aceitação de todas as cláusulas e condições estabelecidas, não podendo invocar qualquer desconhecimento como elemento impeditivo do perfeito cumprimento desta Ata de Registro de Preços e dos ajustes dela decorrentes.

**13.2.** A Ata de Registro de Preços, os ajustes dela decorrentes, suas alterações e rescisões obedecerão ao Decreto Municipal nº 15.402/2018, Lei Federal nº 8.666/93, demais normas, complementares e disposições desta Ata e do Edital que a precedeu, aplicáveis à execução e especialmente aos casos omissos.

**13.3.** Fazem parte integrante desta Ata, para todos os efeitos legais, o anexo do Edital de Licitação – **PREGÃO ELETRÔNICO Nº193/2023/SML/PVH** e a proposta da Contratada.

**13.4.** Os Preços Registrados: em anexo dessa ata.
Fica eleito o foro do Município de Porto Velho para dirimir as eventuais controvérsias decorrentes do presente ajuste.

E, por estarem de acordo. lavram o presente instrumento, que lido e achado conforme, vai assinado pelas partes em 03 (três) vias de igual teor, na presença de duas testemunhas abaixo qualificadas.

Porto Velho 21 de dezembro de 2023

***VALÉRIA JOVÂNIA DA SILVA***
Superintendente

***LIDIANE SALES GAMA MORAIS***
Pregoeira

***DAVI ALVES DOS REIS***
CPF: 004.227.182-70
D A DOS Reis Importação E Exportação

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 086/2023**
**PREGÃO ELETRÔNICO Nº193/2023/SML/PVH**

Aos 21 dias do mês de dezembro do ano de dois mil e vinte e três (2023), o **MUNICÍPIO DE PORTO VELHO**, inscrito no CNPJ sob n. 05.903.125/0001-45, com sede à Rua Praça João Nicolleti, Nº 826 - Centro - nesta capital, neste ato representada pela Superintendente Municipal de Gestão dos Gastos Públicos, **Valéria Jovânia da Silva**, inscrita no CPF sob o nº 409.721.272-91, **ÓRGÃO GERENCIADOR**, e de outro a empresa:

**LC COMERCIO DE BRINQUEDOS LTDA,** inscrita no CNPJ sob n. 32.046.931/0001-17**,** representada neste ato pelo Sr. LUIZ CARLOS FERREIRA DE SOUSA, CPF sob n. 910.233.431-34, QUADRA SEPS 713/913, número S/N, CONJ. A BLOCO C, SALA 14, ASA SUL, BRASÍLIA – DF, CEP 70.390-135. Adjudicatária do item 01, 02 e 03 no valor **R$ 571.950,00 (QUINHENTOS E SETENTA E UM MIL, NOVECENTOS E CINQUENTA REAIS).**

Firmam a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇO(S), conforme decisão exarada no **PROCESSO 00600-00012853/2023-11-e** e homologada à peça n° 75,referente o Pregão Nº193/2023/SML/PVH, visando atender as necessidades da Administração Direta e Indireta, inclusive Autarquias e Fundações no âmbito do Município de Porto Velho, nos termos da Lei nº 8.666 de 21 de junho de 1993 e os **Decreto Municipal nº 16.687/2020, publicado no Diário Oficial dos Municípios de Rondônia de 18.05.2020** e nº 15.402/2018 e suas alterações, consoante as seguintes cláusulas e condições.

**1. OBJETO**

**1.1.** A presente Ata tem por objeto **Sistema de Registro de Preços – SRP para eventual AQUISIÇÃO DE PARQUES A FIM DE EQUIPAR AS ESCOLAS QUE ATENDEM A EDUCAÇÃO INFANTIL NA REDE MUNICIPAL DE PORTO VELHO,** visando atender às necessidades da Administração Pública Direta e Indireta do Município de Porto Velho, pelo prazo de 12 (doze) meses, conforme descrições e preços constantes do Edital do **PREGÃO ELETRÔNICO N.º 193/2023/SML/PVH,** para o **REGISTRO DE PREÇOS PERMANENTE Nº 086/2023/SML/PVH.**

**2. VALIDADE DA ATA**

**2.1.** A presente Ata de Registro de Preços terá prazo de validade de até **12 (doze) meses**, contados a partir da publicação no Diário Oficial dos Municípios de Rondônia (AROM), em conformidade com a legislação vigente.

**2.2.** Durante o prazo de vigência desta Ata, a Administração não será obrigada a contratar os BENS referidos na Cláusula Primeira exclusivamente pelo Sistema de Registro de Preços, podendo fazê-lo através de outra licitação quando julgar conveniente, sem que caiba recurso ou indenização de qualquer espécie às empresas, sendo, entretanto, assegurada aos beneficiários do registro, a preferência de fornecimento em igualdade de condições. A Administração poderá, ainda, cancelar a Ata, na ocorrência de alguma das hipóteses legalmente previstas, garantidos à(s) empresa(s), neste caso, o contraditório e ampla defesa.

**3. UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

**3.1.** Desde que devidamente justificada a vantagem, a Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da administração pública que não tenha participado do certame licitatório, mediante anuência do órgão gerenciador e, respeitada, no que couber, as condições e as regras estabelecidas na Lei nº 8.666/93 e **nos Decretos Municipais nº16.687/2020 e 15.402/2018 e suas alterações.**

**3.2.** Caberá à Contratada da Ata de Registro de Preços e ao Município, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente de adesão, desde que não prejudique as obrigações presentes e futuras decorrentes da ata, anteriormente assumidas.

**3.3.** As aquisições ou contratações adicionais **não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 50% (cinquenta por cento)**dos quantitativos dos **itens/lotes** registrados nesta Ata de registro de preços para o órgão gerenciador e para os órgãos participantes, nos termos do **Decreto Municipal nº 15.598 de 09.11.2018, publicado no Diário Oficial dos Municípios do Estado de Rondônia – (AROM) nº 2338 de 21.11.2018.**

**3.3.1. O Quantitativo decorrente das adesões à Ata de Registro de Preços não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada itens/lotes** registrado nesta ata de registro de preços para o órgão gerenciador e para os órgãos participantes, independentemente do número de órgãos não participantes que aderirem.

**3.4. Os órgãos usuários não serão obrigados a comprar o objeto ora registrado** dos fornecedores constante da Ata de Registro de Preços, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições.

**4. PREÇO REGISTRADO**

**4.1.** Os preços registrados na Ata de Registro de Preços são inalteráveis durante todo o período de vigência desta, ressalvados os casos excepcionais que permitam o procedimento de revisão ou redução previstos no Capítulo IX, Seção I do Decreto Municipal nº 15.402/2018, sempre obedecidas as determinações contidas no art. 65 da Lei nº 8.666/93.

**4.2.** Compete ao Órgão Gerenciador, na ocorrência de fato que justifique a redução ou revisão do preço dos bens registrados, promover as necessárias negociações junto aos fornecedores Detentores da Ata.

**5. REVISÃO DE PREÇOS – REDUÇÃO**

**5.1**. Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado, caberá ao órgão gerenciador convocar o fornecedor para uma negociação, com vistas à redução de preços, podendo ocorrer o seguinte:

**I.** Os fornecedores que não aceitarem reduzir seus preços aos valores praticados pelo mercado serão liberados do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade.

**II.** A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado deverá observar primeiramente o cadastro reserva, não existindo, deverá ser observada a classificação original.

**5.2.** Quando o preço de mercado se tornar superior aos preços registrados e o fornecedor não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:

**I.** Liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, e sem aplicação da penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados;

**II.** Convocar os demais fornecedores para assegurar igual oportunidade de negociação.

**5.2.1.** Não havendo êxito nas negociações, bem como, não incidindo a hipótese prevista no inciso II, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação do item/lote da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

**5.3.** Na hipótese prevista nos itens **5.2** e **5.2.1**, será excepcionalmente admitida a revisão de preços, quando tratar-se de produtos cujo preço médio de mercado for obtido em tabelas oficiais publicamente reconhecidas ou de preços regulamentados pelo poder público, depois de cumprido o disposto no inciso II do item **5.2.**

**5.3.1.** A revisão de preços prevista no item **5.3**, poderá ser efetivada mediante requerimento do detentor da ARP, que deverá fazê-lo antes do pedido de fornecimento e, deverá instruir o pedido com a documentação probatória de majoração do preço do mercado e a oneração de custos, devendo ser obedecido os seguintes procedimentos:

**I**. Cabe ao fornecedor protocolar junto ao órgão gerenciador, Requerimento solicitando a revisão de Preços devidamente justificado e instruído com documentos capazes de evidenciar o surgimento de uma onerosidade excessiva em relação às obrigações inicialmente assumidas, produzida pelo aumento no custo do bem ou serviço no mercado atual, valendo-se de, por exemplo, notas fiscais antigas e recentes, lista de preços de fabricantes, comprovantes de transporte de mercadorias, dentre outros pertinentes, a juízo do órgão gerenciador, ou ainda, tabelas Oficias ou atos de emanados do Poder Público que comprovem a onerosidade.

**II.** Após a entrega de documentos por parte do fornecedor, conforme disposto no inciso I, o órgão gerenciador através da Divisão de Reequilíbrio e Análise de Preços, realizará ampla pesquisa de marcado junto, a no mínimo 3 (três) fornecedores do ramo da atividade, moldes do que dispõe o inciso I do Art. 6º deste **Decreto Municipal nº 15.402/2018**, bem como com a conferência das documentações, com vistas a verificação da ocorrência da majoração alegada pelo detentor da ARP.

**5.4.** O Requerimento de Revisão de preços será apreciado pela Divisão de Controle de Reequilíbrio e Análise de Preços, e posteriormente submetido à Superintendente Municipal de Gestão de Gastos Públicos – SGP, para eventual homologação.

**5.5**. É vedado ao Detentor do Registro interromper o fornecimento dos produtos enquanto aguarda o trâmite dos pedidos de Revisão de Preços, sob pena de aplicação das sanções estabelecidas no ato convocatório, na Ata de Registro e na legislação pertinente.

**5.6**. Confirmada a veracidade das alegações do fornecedor e deferido, por decisão do Órgão Gerenciador, a Revisão de Preços requerida, deverá ser providenciada a **publicação da alteração** da Ata de Registro de Preços no Diário Oficial dos Municípios de Rondônia (AROM), para fins de validade do novo preço registrado.

**5.7**. No caso de indeferimento do Pedido de Revisão, poderá o Órgão Gerenciador liberar o Detentor da Ata do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade, mediante decisão fundamentada.

**5.8.** Se liberado o primeiro Detentor da Ata, poderá Órgão Gerenciador providenciar a convocação dos detentores remanescentes, respeitada a ordem classificatória do cadastro de reserva ou ordem de classificação original subsidiariamente, para fins de negociação dos preços registrados.

**6. INALTERABILIDADE DO OBJETO**

**6.1**. É vedado o recebimento de produtos que possuam marca ou características diversas das constantes na Ata de Registro de Preços e na proposta, bem como descaracterize, de qualquer forma, o objeto licitado.

**7**. **CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

**7.1**. O fornecedor terá seu registro cancelado quando:

**I.** Descumprir disposições da respectiva Ata de Registro de Preços, do edital ou das leis aplicáveis ao caso;

**II.** Não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

**III.** Restar frustrada a negociação de preços, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado;

**IV.** Tiver deferida sua solicitação de cancelamento, nos termos do art. 25 do Decreto Municipal nº 15.402/2018;

**V.** Estiver presentes razões de interesse público.

**7.2**. O cancelamento do Registro deverá ser formalizado pelo Órgão Gerenciador, mediante decisão fundamentada, ressalvada, em qualquer caso, a aplicação das sanções definidas em lei.

**7.3**. O fornecedor poderá solicitar ao Órgão Gerenciador, mediante requerimento devidamente instruído, o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fato superveniente, decorrentes de caso fortuito ou de força maior, capaz de comprometer a perfeita execução contratual.

**7.4**. Conforme recomende a situação, poderá o Órgão Gerenciador realizar as diligências que entender necessárias para a verificação da ocorrência do fato alegado pelo fornecedor como ensejador da solicitação de cancelamento.

**7.5.** O cancelamento do registro, se deferido, somente terá validade após a publicação no Diário Oficial dos Municípios de Rondônia, sendo, desta forma, vedada a interrupção no fornecimento dos produtos cuja requisição, empenho ou documento similar tenha sido despachado antes dessa data.

**8. CONVOCAÇÃO PARA FORNECIMENTO**

**8.1**. Serão fornecedoras do objeto desta licitação, com os respectivos preços registrados na Ata subsequente ao procedimento licitatório, as Empresas cujas propostas forem classificadas em primeiro lugar.

**8.2**. O fornecedor poderá ser convocado a firmar as contratações decorrentes do registro de preços no prazo de **05 (cinco) dias úteis,** a contar do dia seguinte ao recebimento da convocação expedida pelo Órgão Gerenciador da Ata do registro de Preços.

**8.3**. Excepcionalmente, a critério do órgão gerenciador, quando a quantidade do primeiro colocado não for suficiente para as demandas estimadas, desde que se trate de objetos de quantidade ou desempenho superior, devidamente, justificado e comprovado a vantagem, e as ofertas sejam em valor inferior ao máximo admitido, poderão ser registrados outros preços.

**8.4**. Os produtos, desta ATA deverão ser entregues acompanhados de Nota Fiscal e a respectiva Nota de Empenho.

**8.5**. O fornecedor da Ata de Registro de Preços, ficará obrigado, quando for o caso, a atender todas as Notas de Empenho emitidas durante a vigência da Ata de Registro de Preços**, mesmo se a entrega for prevista para data posterior ao vencimento da mesma.**

**8.6**. Em cada fornecimento, se a quantidade e/ou qualidade do material entregue não corresponder ao exigido no Edital e na Ata de Registro de Preços, a Contratada será chamada para, dentro do prazo máximo de 10 (dez) corridos, fazer a devida substituição, ou completar o total, sob pena de aplicação das penalidades previstas no Edital, e/ou rescisão da Ata, a critério da Autoridade Competente.

**9.DO PRAZO, DA FORMA DA ENTREGA E CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO DOS EQUIPAMENTOS**

**9.1.** Conforme estabelecido no Termo de Referência – Anexo I deste Edital.

**10. DO PAGAMENTO**

**10.1.** Conforme estabelecido no Termo de Referência – Anexo I deste Edital.

**11. DAS OBRIGAÇÕES CONTRATADA E CONTRATANTE**

**11.1.** Conforme estabelecido no Termo de Referência – Anexo I deste Edital.

**12. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

**12.1.** Pelo descumprimento de quaisquer cláusulas deste Instrumento convocatório ou condições previstas no Termo de Referência e seu anexo, serão aplicadas as penalidades previstas no artigo 7º da Lei 10.520/2002, artigo 6º, I, da Lei 12.846/2013 e nos artigos 86 e 87 da Lei n.º 8.666/93, relativas às infrações abaixo elencadas, garantida sempre à ampla defesa e o contraditório;

**12.1.1.** Conforme estabelecido no Termo de Referência – Anexo I deste Edital.

**13. DISPOSIÇÕES GERAIS**

**13.1.** Fica a Contratada ciente que a assinatura desta Ata implica na aceitação de todas as cláusulas e condições estabelecidas, não podendo invocar qualquer desconhecimento como elemento impeditivo do perfeito cumprimento desta Ata de Registro de Preços e dos ajustes dela decorrentes.

**13.2.** A Ata de Registro de Preços, os ajustes dela decorrentes, suas alterações e rescisões obedecerão ao Decreto Municipal nº 15.402/2018, Lei Federal nº 8.666/93, demais normas, complementares e disposições desta Ata e do Edital que a precedeu, aplicáveis à execução e especialmente aos casos omissos.

**13.3.** Fazem parte integrante desta Ata, para todos os efeitos legais, o anexo do Edital de Licitação **– PREGÃO ELETRÔNICO Nº193/2023/SML/PVH** e a proposta da Contratada.

**13.4.** Os Preços Registrados: em anexo dessa ata.

Fica eleito o foro do Município de Porto Velho para dirimir as eventuais controvérsias decorrentes do presente ajuste.

E, por estarem de acordo. lavram o presente instrumento, que lido e achado conforme, vai assinado pelas partes em 03 (três) vias de igual teor, na presença de duas testemunhas abaixo qualificadas.

Porto Velho 21 de dezembro de 2023

***VALÉRIA JOVÂNIA DA SILVA***
Superintendente

***LIDIANE SALES GAMA MORAIS***
Pregoeira

***LUIZ CARLOS FERREIRA DE SOUSA***
CPF: 910.233.431-34
LC Comercio De Brinquedos LTDA

**Publicado por:**
Natália Portela Carneiro Aguiar
**Código Identificador:**8002F56A

**SUPERINTENDÊNCIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES - SML/SEMAD**
**TERMO DE HOMOLOGAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO 203/2023/SML/PVH**

O Superintendente Municipal de Licitações – SML, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela LC nº 654/2017, publicada no Diário Oficial do Município nº 5.405, de 06.03.2017 e em atendimento ao que preceitua o disposto no inciso IV do art. 71 da Lei nº 14.133/21;

Considerando a licitação deflagrada no processo administrativo nº **00600-00007297/2023-61-e**, cujo objeto é a **Contratação de empresa jornalística responsável pela edição de jornal diário para prestação de serviços continuados de publicação de procedimentos licitatórios, notas, editais, decretos, portarias, penalidades, avisos, citações, extratos de contratos, termos aditivos e outras publicações de interesse da Administração e do cidadão a serem veiculados em jornal de grande circulação e de abrangência municipal, para atender a Secretaria Geral de Governo – SGG**, licitado por meio do Pregão Eletrônico Nº 203/2023/SML/PVH – UASG: **925172**;

Considerando o **PARECER N.° 001/SPACC/PGM/2023**, **às peças nº 67**, no qual restou consignada manifestação jurídica pela observância dos atos exigidos na Lei Nacional nº 14.133/21, bem como, que foram atendidas as disposições constantes do Decreto Municipal nº 18.892/2023, opinando por fim, pela regularidade jurídica do procedimento licitatório acima descrito;

**RESOLVE HOMOLOGAR,** o objeto do certame acima em favor da empresa:

•**EDITORA DIÁRIO DA AMAZÔNIA LTDA, CNPJ: 63.763.296/0001-12,** vencedora do **ITEM 01** ofertando: **R$ 829.990,00 (oitocentos e vinte e nove mil, novecentos e noventa reais);**

Publique-se, para ciência dos interessados, junte-se cópia aos autos respectivos e dê-se demais encaminhamentos, na forma da Lei.

Porto Velho, 04 de janeiro de 2024.

***GUILHERME MARCEL GAIOTTO JAQUINI***
Superintendente Municipal de Licitação – SML

**Publicado por:**
Natália Portela Carneiro Aguiar
**Código Identificador:**BE3C9C32

**SUPERINTENDÊNCIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES - SML/SEMAD**
**AVISO DE SUSPENSÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº223/2023/SML/PVH**

A Pregoeira da Superintendência Municipal de Licitações da Prefeitura do Município de Porto Velho, comunica a todos os Licitantes e demais interessados a **SUSPENSÃO** do **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 223/2023/SML/PVH**, do tipo MENOR PREÇO, deflagrado no Processo nº**00600-0008734/2023-63-e** , cujo objeto é o **Sistema de Registro de Preços Permanente – SRPP para eventual AQUISIÇÃO DE INSUMOS, REAGENTES, CORANTES E TESTES RÁPIDOS PARA AS UNIDADES LABORATORIAIS DOS ITENS DESERTOS DO PREGÃO N° 60/2022**, visando atender as necessidades da Administração Pública Direta e Indireta do Município de Porto Velho, **em** razão de problemas com o sistema www.comprasgovernamentais.gov.br, UASG: 925172, que não publicou e nem conseguiu resolver os problemas como informado nas mensagens do suporte.
Informa também que, após recebimento da manifestação do Órgão responsável e ultimadas as providências decorrentes, o Edital de Licitação será republicado com a devolução dos prazos e divulgação de Aviso respectivo por todos os meios em que se deu a publicação inicial, em observância ao disposto no §4º do art. 21 da Lei n. 8.666/93.
Os interessados devem acompanhar os atos relativos ao certame em tela por meio do Portal de Compras da Prefeitura de Porto Velho, no link relativo ao Pregão de que trata este Aviso.

Porto Velho, 05 de janeiro de 2024.

***VÂNIA RODRIGUES SOUZA***
Pregoeira – SML/PVH-RO

**Publicado por:**
Natália Portela Carneiro Aguiar
**Código Identificador:**66510F14

**ESTADO DE RONDÔNIA**
**PREFEITURA MUNICIPAL DE ROLIM DE MOURA**

**PODER LEGISLATIVO**
**PORTARIA DE NOMEAÇÃO Nº 001/GP/CGAG-2024**

**PORTARIA Nº 001/GP/CGAG-2024, DE 08 DE JANEIRO DE 2024**

"Dispõe sobre a nomeação para cargo de provimento em Comissão".

O Presidente da **CÂMARA MUNICIPAL DE ROLIM DE MOURA-RO**, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Municipal nº 335/1990 (Lei Orgânica do Município), Resolução Legislativa nº 05/2017 (Regimento Interno da Câmara Municipal) e com fundamento na Lei Complementar nº 315/2022 (PCCS),

**RESOLVE:**

**Art. 1º** Nomear o senhor **JOHNISON MANGUEIRA RODRIGUES**, portador da Carteira de Identidade RG nº 000889616 - SESDEC/RO e do CPF/MF nº 834.001.172-34, para o exercício do cargo de provimento em comissão de **Assessor Parlamentar**, nos termos do Artigo 9º, inciso II e III da Lei Complementar nº 315/2022.

**Art. 2º** O servidor ficará à disposição e sob subordinação do gabinete do Vereador **Ronny Ton Zanotelli**.

**Art. 3º** Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**Art. 4º** Revogam-se as disposições em contrário.

Registra-se, publique-se e cumpra-se.

Palácio Gov. Jorge Teixeira de Oliveira, 08 de janeiro de 2024.

***CIDINEI FURTUNATO***
Presidente da CMRM/RO

**Publicado por:**
Celso Pires
**Código Identificador:**9F7AFA1B

**ESTADO DE RONDÔNIA**
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO GUAPORÉ**

**GABINETE DO PREFEITO**
**DECRETO**

**Decreto nº 1902/2024**

*REVOGA O DECRETO DE Nº 1760/2023 DISPÕE SOBRE A AUTORIZAÇÃO DA SERVIDORA DEBORA DUARTE DE CARVALHO EM RESPONDER PELOS PROCESSOS ADMINISTRATIVOS DA SECRETARIA DE GABINETE E ADMINISTRAÇÃO NO ÂMBITO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO GUAPORÉ – RO.*

**O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO GUAPORÉ-RO**, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica:

**DECRETA:**

**Art. 1º.** Fica revogado o Decreto nº: 1760/2023 que ***DISPÕE SOBRE A AUTORIZAÇÃO DA SERVIDORA DEBORA DUARTE DE CARVALHO EM RESPONDER PELOS PROCESSOS ADMINISTRATIVOS DA SECRETARIA DE GABINETE E ADMINISTRAÇÃO NO ÂMBITO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO GUAPORÉ – RO***.
**Art. 2º.** Esse Decreto entra em vigor na data da sua assinatura, com efeitos retroativos a partir do dia 01 de janeiro de 2024.

**CUMPRA-SE, PUBLIQUE-SE.**

São Miguel do Guaporé - RO, 03 de janeiro de 2024.

***CORNÉLIO DUARTE DE CARVALHO***
Prefeito Municipal

**Publicado por:**
Débora Duarte de Carvalho
**Código Identificador:**05EC0FD7

---

**GABINETE DO PREFEITO**
**DECRETO**

**Decreto nº 1903/2024.**

*Altera o decreto nº 1899/2023 que revogou o decreto de nº 1419/2022 que dispõe sobre o voluntariado junto ao serviço público do Município de São Miguel do Guaporé/RO, e estabelece novos regulamentos para a Lei Municipal de nº: 2.136/2022 e dá outras providências.*

**O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO GUAPORÉ-RO**, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica:

**DECRETA:**

**Art. 1º.** Fica alterado o Art. 6º do Decreto 1899/2023 passando a ter a seguinte redação:
**Onde se lê:**
~~**Art. 6º.**O prestador de serviço fará jus a uma ajuda de custo, no valor de R$ 30,00 (trinta reais) por período de 04 (quatro) horas, o valor de R$ 45,00 (quarenta e cinco reais) por período correspondente a 06 (seis) horas, conforme funções especificadas e o valor de R$ 60,00 (sessenta reais) diários em 08 (oito) horas de serviço voluntariado, para cobrir despesas com alimentação, transporte e demais custos decorrentes do serviço realizado.~~
**Leia-se:**
**Art. 6º.**O prestador de serviço fará jus a uma ajuda de custo, no valor de R$ 35,00 (trinta e cinco reais) por período de 04 (quatro) horas, o valor de R$ 52,50 (cinquenta e dois reais e cinquenta centavos) por período correspondente a 06 (seis) horas, conforme funções especificadas e o valor de R$ 70,00 (setenta reais) diários em 08 (oito) horas de serviço voluntariado, para cobrir despesas com alimentação, transporte e demais custos decorrentes do serviço realizado.
**Art.2º.** Fica vetado a participação do processo seletivo referente ao amigo voluntários os servidores da administração pública, efetivos e/ou comissionados.
**Art. 3º.** Esse Decreto entra em vigor na data da sua assinatura.

**CUMPRA-SE, PUBLIQUE-SE.**

São Miguel do Guaporé - RO, 03 de janeiro de 2024.

***CORNÉLIO DUARTE DE CARVALHO***
Prefeito Municipal

**Publicado por:**
Débora Duarte de Carvalho
**Código Identificador:**62528148

---

**GABINETE DO PREFEITO**
**PORTARIA Nº 001/SEMUG/2024. "DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE FUNCIONÁRIO PARA OCUPAR O CARGO EM COMISSÃO E CONFIANÇA DA ADMINISTRAÇÃO PUBLICA MUNICIPAL".**

Portaria nº 001/SEMUG/2024.

"DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE FUNCIONÁRIO PARA OCUPAR O CARGO EM COMISSÃO E CONFIANÇA DA ADMINISTRAÇÃO PUBLICA MUNICIPAL".

***O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO GUAPORÉ/RO***, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal.

**Resolve:**

Art. 1º. Fica NOMEADO no respectivo cargo, a partir do dia 03 de janeiro de 2024, através desta portaria, o servidor abaixo relacionado.

| | |
|---|---|
| **JOSENEIA DE SOUZA** | **COORD. DE APOIO COMUNITÁRIO E AO TRABALHADOR (nomenclatura alterada pela lei 1558/2015) PM/DA 04** |

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as demais disposições em contrário.

***PAÇO MUNICIPAL 06 DE JULHO*** - São Miguel do Guaporé-RO, aos dias 03 de janeiro de 2024.

Registra-se,
Cumpra-se,
Publique-se.

***CORNÉLIO DUARTE DE CARVALHO***
Prefeito Municipal

**Publicado por:**
Débora Duarte de Carvalho
**Código Identificador:**75E15BA3

---

**GABINETE DO PREFEITO**
**PORTARIA Nº 002/SEMUG/2024. "DISPÕE SOBRE A EXONERAÇÃO DE FUNCIONÁRIO PARA OCUPAR O CARGO EM COMISSÃO E CONFIANÇA DA ADMINISTRAÇÃO PUBLICA MUNICIPAL".**

Portaria nº 002/SEMUG/2024.

"DISPÕE SOBRE A EXONERAÇÃO DE FUNCIONÁRIO PARA OCUPAR O CARGO EM COMISSÃO E CONFIANÇA DA ADMINISTRAÇÃO PUBLICA MUNICIPAL".

***O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO GUAPORÉ/RO***, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal.

**Resolve:**

Art. 1º. Fica EXONERADO no respectivo cargo, a partir ***02 de janeiro de 2024***, através desta portaria, a servidora abaixo relacionada.

| | |
|---|---|
| **LUCAS SCHECLUSKI** | **SEÇÃO DE CONTROLE DE ABASTECIMENTO PM/DA 5** |

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos da data de 02 de janeiro de 2024, revogando-se as demais disposições em contrário.

***PAÇO MUNICIPAL 06 DE JULHO*** - São Miguel do Guaporé-RO, aos dias 03 de janeiro de 2024.

Registra-se,
Cumpra-se,
Publique-se.

***CORNÉLIO DUARTE DE CARVALHO***
Prefeito Municipal

**Publicado por:**
Débora Duarte de Carvalho
**Código Identificador:**33E932C4

**GABINETE DO PREFEITO**
**PORTARIA Nº 003/SEMUG/2024. "DISPÕE SOBRE A EXONERAÇÃO DE FUNCIONÁRIO PARA OCUPAR O CARGO EM COMISSÃO E CONFIANÇA DA ADMINISTRAÇÃO PUBLICA MUNICIPAL".**

Portaria nº 003/SEMUG/2024.

"DISPÕE SOBRE A EXONERAÇÃO DE FUNCIONÁRIO PARA OCUPAR O CARGO EM COMISSÃO E CONFIANÇA DA ADMINISTRAÇÃO PUBLICA MUNICIPAL".

***O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO GUAPORÉ/RO***, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal.

**Resolve:**

Art. 1º. Fica EXONERADO no respectivo cargo, a partir do dia 03 de janeiro de 2024, através desta portaria, o servidor abaixo relacionado.

| | |
|---|---|
| **KARINA VITORIANO ESCALFONI** | **COORDENADORA DO CRAAS (Lei 1000/2010) PM/DA 8** |

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as demais disposições em contrário.

***PAÇO MUNICIPAL 06 DE JULHO*** - São Miguel do Guaporé-RO, aos dias 03 de janeiro de 2024.

Registra-se,
Cumpra-se,
Publique-se.

***CORNÉLIO DUARTE DE CARVALHO***
Prefeito Municipal

**Publicado por:**
Débora Duarte de Carvalho
**Código Identificador:**7820443D

**GABINETE DO PREFEITO**
**PORTARIA Nº 004/SEMUG/2024. "DISPÕE SOBRE A EXONERAÇÃO DE FUNCIONÁRIO PARA OCUPAR O CARGO EM COMISSÃO E CONFIANÇA DA ADMINISTRAÇÃO PUBLICA MUNICIPAL".**

Portaria nº 004/SEMUG/2024.

"DISPÕE SOBRE A EXONERAÇÃO DE FUNCIONÁRIO PARA OCUPAR O CARGO EM COMISSÃO E CONFIANÇA DA ADMINISTRAÇÃO PUBLICA MUNICIPAL".

***O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO GUAPORÉ/RO***, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal.

**Resolve:**

Art. 1º. Fica EXONERADO no respectivo cargo, a partir do dia 01 de janeiro de 2024, através desta portaria, o servidor abaixo relacionado.

| | |
|---|---|
| **DEBORA DUARTE DE CARVALHO** | **SECRETÁRIA MUNICIPAL DE FAZENDA SEM ÔNUS (Lei Municipal nº 2.200/2022)** |

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a data 01 de Janeiro de 2024, revogando-se as demais disposições em contrário.

***PAÇO MUNICIPAL 06 DE JULHO*** - São Miguel do Guaporé-RO, aos dias 03 de janeiro de 2024.

Registra-se,
Cumpra-se,
Publique-se.

***CORNÉLIO DUARTE DE CARVALHO***
Prefeito Municipal

**Publicado por:**
Débora Duarte de Carvalho
**Código Identificador:**6F258E47

## ESTADO DE RONDÔNIA
## PREFEITURA MUNICIPAL DE SERINGUEIRAS

**PREFEITURA MUNICIPAL DE SERINGUEIRAS**
**PORTARIA Nº. 13/GAB/PMS/2024**

**Portaria nº. 13/GAB/PMS/2024**
Seringueiras-RO 04 de janeiro de 2024.

**"ARMANDO BERNARDO DA SILVA, Prefeito Municipal de Seringueiras – RO, no uso de suas atribuições legais que lhes são conferidas por lei".**

**RESOLVE**

**Art. 1° - NOMEAR** o **GESTOR** E **FISCAL DO 1º aditivo do CONTRATO Nº 080/2022** e **PROCESSO Nº 895/2022**, conforme a Lei Nº 14.133/2021, Art. 117, tendo como os seguintes servidores relacionados abaixo:

**Gestor do Contrato:**
VERA LUCIA LEITE - CPF: 629.246.642-68

**FISCAL DO CONTRATO:**
INÊS JOSE DA CRUZ: - CPF: 685.897.942-53
JHENIFHER MIKAELLY DE SOUZA MATOS - CPF: 016.929.142-19

**Art. 2º -** Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Registre-se;

Publique-se;

Cientifique-se;

***ARMANDO BERNARDO DA SILVA***
Prefeito Municipal

**Publicado por:**
Stela da Silva Naressi
**Código Identificador:**B4832B25

**PREFEITURA MUNICIPAL DE SERINGUEIRAS**
**PORTARIA Nº. 14/GAB/PMS/2024**

**Portaria nº. 14/GAB/PMS/2024**
Seringueiras-RO 04 de janeiro de 2024.

**"ARMANDO BERNARDO DA SILVA, Prefeito Municipal de Seringueiras – RO, no uso de suas atribuições legais que lhes são conferidas por lei".**

**RESOLVE**

**Art. 1° - NOMEAR** o **GESTOR** e **FISCAL DO 5º TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº 120/2020 E DO 4º TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº 039/2021 AMBOS DO PROCESSO Nº 1075/2020**, conforme a Lei Nº 14.133/2021, Art. 117, tendo como os seguintes servidores relacionados abaixo:

**Gestor do Contrato:**
VERA LUCIA LEITE - CPF: 629.246.642-68

**FISCAL DO CONTRATO:**
ROBERTO MARIA DANIEL - CPF: 856.911.352-87
*VINICIUS SILVA THOMÉ* - CPF: 002.565.502-71

**Art. 2º -** Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Registre-se;

Publique-se;

Cientifique-se;

***ARMANDO BERNARDO DA SILVA***
Prefeito Municipal

**Publicado por:**
Stela da Silva Naressi
**Código Identificador:**48D3CCE1

**PREFEITURA MUNICIPAL DE SERINGUEIRAS**
**DECRETO Nº 002/GAB/PMS/2024 EM, 05/01/2024.**

**DECRETO Nº 002/GAB/PMS/2024 Em, 05/01/2024.**

"Autoriza a prorrogação da cessão do Servidor Municipal, Mario Cancian, a Câmara Municipal".

**ARMANDO BERNARDO DA SILVA,** Prefeito do Município de Seringueiras, no uso das atribuições legais que lhe confere a Lei, e

**Considerando** Oficio de expedido pelo Chefe do Legislativo, e

**Considerando** o disposto na Lei municipal nº. 048, de 27 de setembro de 1994 a qual institui o Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos em seu artigo 115, § 1º e 2º onde prevê a cedência de servidores.

**D E C R E T A**

**Art. 1º** - Fica **AUTORIZADA** A PRORROGAÇÃO DE CEDÊNCIA do servidor **MARIO CANCIAN,** Motorista de Veículos Pesados, pertencente ao quadro de pessoal dessa Prefeitura, para continuar a exercer suas atividades laborativas na Câmara Municipal de Seringueiras, no período de 01 de janeiro de 2024 a 31 de dezembro de 2024.

**Art. 2º** - O ônus da presente cessão será suportado pela Câmara Municipal.

**Art. 3º** - Fica o servidor ciente de que havendo necessidade será convocado para assumir suas atividades no quadro de origem.

**Art. 4º** - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos ao dia 01/01/2024.

Seringueiras-RO, aos 05 dias do mês de janeiro de 2024.

***ARMANDO BERNARDO DA SILVA***
Prefeito Municipal

**Publicado por:**
Stela da Silva Naressi
**Código Identificador:**91FA92FE

**PREFEITURA MUNICIPAL DE SERINGUEIRAS**
**PORTARIA Nº. 016/GAB/PMS/2023**

**Portaria nº. 016/GAB/PMS/2023** Seringueiras-RO, 05 de janeiro de 2024.

**"ARMANDO BERNARDO DA SILVA, Prefeito Municipal de Seringueiras – RO, no uso de suas atribuições legais que lhes são conferidas por lei".**

**RESOLVE**

**Art. 1° - NOMEAR** o **GESTOR** E **FISCAL DO CONTRATO Nº49/2023** e **PROCESSO Nº609/2023**, conforme a Lei Nº 8.666/93, Art. 67, tendo como os seguintes servidores relacionados abaixo:

**Gestor do Contrato:** DEROZ GOMES DA SILVA
CPF: 751.990.842-91
**Fiscal do Contrato:** KETLYN RANIELLY DA SILVA VASCONCELOS
CPF: 058.987.032-76

**Art. 2º -** Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.
Registre-se;

Publique-se;

Cientifique-se;

***ARMANDO BERNARDO DA SILVA***
Prefeito Municipal

**Publicado por:**
Stela da Silva Naressi
**Código Identificador:**EE4790B7

**PREFEITURA MUNICIPAL DE SERINGUEIRAS**
**PORTARIA Nº. 015/GAB/PMS/2024**

**PORTARIA Nº. 015/GAB/PMS/2024** Seringueiras, 05/01/2024.

"ARMANDO BERNARDO DA SILVA, Prefeito Municipal de Seringueiras – RO, no uso de suas atribuições legais que lhes são conferidas por lei".

**RESOLVE:**
**Art. 1° - NOMEAR** a Servidora **TAIZ SANTOS DE SOUZA,** portadora do CPF 051.681.822-83 e Cédula de Identidade RG 1521581 SSDC/RO, para ocupar o cargo de **Assessora de Gabinete**, conforme a Lei Municipal **Nº 1507/2021.**

**Art. 2º -** Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Registre-se;

Publique-se;

Cientifique-se;

***ARMANDO BERNARDO DA SILVA***
Prefeito Municipal

**Publicado por:**
Stela da Silva Naressi
**Código Identificador:**88EA79DD

**ESTADO DE RONDÔNIA**
**PREFEITURA MUNICIPAL DE VALE DO PARAÍSO**

**PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO**
**PORTARIA Nº 7231**

**PORTARIA Nº 7231 DE 04 DE JANEIRO DE 2024**

REVOGA APORTARIA Nº 6867 DE 17 DE OUTUBRO DE 2022 QUE NOMEOU EDER SACARAMUCI VARGAS, PARA EXERCER O CARGO DE CHEFE DA DIVISÃO DA UNIDADE MISTA DE SAÚDE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A Prefeita do Município de Vale do Paraíso, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas, e

Considerando o Memorando nº 1/GAB/2024;

**R E S O L V E**

Art. 1ºRevogar aPortarianº 6867 de 17 de Outubro de 2022 que nomeou Eder Sacaramuci Vargas, para exercer o cargo deChefe da Divisão da Unidade Mista de Saúde.

**Art. 2º**Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 03 de Janeiro de 2024.

***POLIANA DE MORAES SILVA GASQUI PERRETA***
Prefeita Municipal

**Publicado por:**
Veronica Vilete Fonseca
**Código Identificador:**022A29ED

**PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO**
**PORTARIA Nº 7232**

**PORTARIA Nº 7232 DE 04 DE JANEIRO DE 2024**

REVOGA A PORTARIA Nº 6460 DE 03 DE SETEMBRO DE 2021QUE NOMEOU CARLOS LACERDA DE OLIVEIRA, PARA EXERCER O CARGO DE CHEFE DA DIRETORIA DO DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE OBRAS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A Prefeita do Município de Vale do Paraíso, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas, e

Considerando o Memorando nº 1/GAB/2024;

**R E S O L V E**

Art. 1ºRevogar a Portarianº 6460 de 03 de Setembro de 2021 que nomeou Carlos Lacerda de Oliveira, para exercer o cargo de Chefe da Diretoria do Departamento Municipal de Obras.

**Art. 2º**Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 03 de Janeiro de 2024.

***POLIANA DE MORAES SILVA GASQUI PERRETA***
Prefeita Municipal

**Publicado por:**
Veronica Vilete Fonseca
**Código Identificador:**77667B34

**PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO**
**PORTARIA Nº 7233**

**PORTARIA Nº7233 DE 04 DE JANEIRO DE 2024**

NOMEIA CARLOS LACERDA DE OLIVEIRA PARA EXERCER O CARGO DE CHEFE DA DIRETORIA MUNICIPAL DE EQUIPAMENTOS E MÁQUINAS PESADAS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNICAIS.

A Prefeita do Município de Vale do Paraíso, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas, e
Considerando o Memorando n°01/GAB/2024.

**R E S O L V E:**
**Art. 1º**Nomeia Carlos Lacerda de Oliveira, inscrito no CPF n° ***.071.802-**para exercer o cargo de Chefe da Diretoria Municipal de Equipamentos e Máquinas Pesadas.

**Art. 2º**Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 03 de Janeiro de 2024.

***POLIANA DE MORAES SILVA GASQUI PERRETA***
Prefeita Municipal

**Publicado por:**
Veronica Vilete Fonseca
**Código Identificador:**4454B4D8

**PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO**
**PORTARIA Nº 7234**

**PORTARIA Nº 7234 DE 04 DE JANEIRO DE 2024**

NOMEIA ELIEUZA DE ALMEIDA, PARA EXERCER O CARGO CHEFE DA UNIDADE DE EPIDEMIOLOGIA E HANSENÍASE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNICAS.

A Prefeita do Município de Vale do Paraíso, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas, e
Considerando o Memorando n° 1/GAB/2024.

**R E S O L V E:**
Art. 1º Nomear Elieuza de Almeida, inscrita no CPF sob nº ***.825.532-** para exercer o cargo de Chefe da Unidade de Epidemiologia e Hanseníase.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 03 de Janeiro de 2024.

***POLIANA DE MORAES SILVA GASQUI PERRETA***
Prefeita Municipal

**Publicado por:**
Veronica Vilete Fonseca
**Código Identificador:**ABEDD0AF

**PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO**
**PORTARIA Nº 7235**

**PORTARIA Nº 7235 DE 04 DE JANEIRO DE 2024**

NOMEIA EDER SACARAMUCI VARGAS, PARA EXERCER O CARGO DE CHEFE DA UNIDADE DE APOIO ADMINISTRATIVO DA UNIDADE MISTA DE SAÚDE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A Prefeita do Município de Vale do Paraíso, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas, e
Considerando o Memorando n° 1/GAB/2024.

**R E S O L V E:**

Art. 1º Nomear Eder Sacaramuci Vargas, inscrito no CPF sob nº ***.380.652-**, para exercer o cargo de Chefe da Unidade de Apoio Administrativo da Unidade Mista de Saúde.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 03 de Janeiro de 2024.

***POLIANA DE MORAES SILVA GASQUI PERRETA***
Prefeita Municipal

**Publicado por:**
Veronica Vilete Fonseca
**Código Identificador:**94EF4A75

**PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO**
**PORTARIA Nº 7236**

**PORTARIA Nº 7236 DE 04 DE JANEIRO DE 2024**

REVOGA A PORTARIA Nº 7043 DE 19 DE ABRIL DE 2023, QUE NOMEOU POLIANA SILVA DE JESUS FARIAS, PARA EXERCER O CARGO DE ASSESSORA DE GABINETE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A Prefeita do Município de Vale do Paraíso, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas, e
Considerando o disposto no Processo Administrativo nº 1-1655/SEMFAZ/2023.

**R E S O L V E:**

Art. 1º. Revogar a Portaria nº 7043 de 19 de Abril de 2023, que nomeou Poliana Silva de Jesus Farias, para exercer o cargo de Assessora de Gabinete.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 08 de Janeiro de 2024.

***POLIANA DE MORAES SILVA GASQUI PERRETA***
Prefeita Municipal

**Publicado por:**
Veronica Vilete Fonseca
**Código Identificador:**14476D14

## ESTADO DE RONDÔNIA
## PREFEITURA MUNICIPAL DE ARIQUEMES

### FUNDAÇÃO DE CULTURA ESPORTE E TURISMO
### ESTADO DE RONDONIA PREFEITURA DE ARIQUEMES FUNCET

ERRATA Nº2
EDITAL DE AUDIOVISUAL Nº 001/2023 PROCESSO Nª26333/2023

O **MUNICÍPIO DE ARIQUEMES**, por meio da Fundação de Cultura Esporte e Turismo - FUNCET, torna pública a presente **ERRATA** a fim de corrigir erro material no item 11.1 do edital nº 001/2023.

**RESOLVE:**

**Alterar o item 11.1 do edital nº 001/2023,**

**ONDE SE LÊ:**

**11. DOS CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO**
*11.1 As propostas receberão notas de 0 (zero) a 20 (vinte) pontos para cada um dos quesitos relacionados a seguir, de acordo com os seguintes critérios:*

| Critérios | Pontuação |
|---|---|
| Excelência artística e relevância cultural (Deve ser avaliado aspecto do padrão básico da iniciativa: clareza da ideia central do que se pretende, atuação na área, clareza nas metas e objetivos) | 0 A 20 |
| Contribuição ao fortalecimento da diversidade cultural bem comoà preservação da memória cultural do município de Ariquemes | 0 A 20 |
| Aspectos de criatividade e inovação (Devem ser avaliados aspectosda inovação artística na utilização de saberes e de novas tecnologias) | 0 A 15 |
| Qualificação dos profissionais envolvidos (Deve ser avaliada a ficha técnica, com as experiências artísticas de cada participante) | 0 A 15 |
| Impacto social da iniciativa (Devem ser avaliados os impactos artísticos, ambiental e social que a iniciativa produzirá na comunidade além do grau de relevância da proposta em relação à sua contribuição para promover oportunidades com a geração de renda e distribuição dos recursos na cadeia produtiva da cultura) | 0 A 10 |
| Instrumentos de acessibilidade (Deve ser avaliado plano de acessibilidade com as exigências de acessibilidade aos "Portadores de Deficiência", conforme a NBR 9050, nos termos do Decreto Federal nº 5.296 de 02/12/04) | 0 A 10 |
| Capacidade de execução (Deve ser avaliada a capacidade técnica do proponente na execução da iniciativa bem como o tempo de atuação do proponente no segmento em que o projeto está sendoapresentado) | 0 A 10 |
| **Total** | **100** |

**LEIA-SE:**

**11. DOS CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO**

11.1 A*s propostas receberão notas de 0 (zero) a 10 (dez), 15 (quinze) e/ou 20 (vinte) pontos para cada um dos quesitos relacionados a seguir, de acordo com os seguintes critérios:*

| Critérios | Pontuação |
|---|---|
| Excelência artística e relevância cultural (Deve ser avaliado aspecto do padrão básico da iniciativa: clareza da ideia central do que se pretende, atuação na área, clareza nas metas e objetivos) | 0 A 20 |
| Contribuição ao fortalecimento da diversidade cultural bem como à preservação da memória cultural do município de Ariquemes | 0 A 20 |
| Aspectos de criatividade e inovação (Devem ser avaliados aspectos da inovação artística na utilização de saberes e de novas tecnologias) | 0 A 15 |
| Qualificação dos profissionais envolvidos (Deve ser avaliada a ficha técnica, com as experiências artísticas de cada participante) | 0 A 15 |
| Impacto social da iniciativa (Devem ser avaliados os impactos artísticos, ambiental e social que a iniciativa produzirá na comunidade além do grau de relevância da proposta em relação à sua contribuição para promover oportunidades com a geração de renda e distribuição dos recursos na cadeia produtiva da cultura) | 0 A 10 |
| Instrumentos de acessibilidade (Deve ser avaliado plano de acessibilidade com as exigências de acessibilidade aos "Portadores de Deficiência", conforme a NBR 9050, nos termos do | 0 A 10 |

| | |
|---|---|
| Decreto Federal nº 5.296 de 02/12/04) | |
| Capacidade de execução (Deve ser avaliada a capacidade técnica do proponente na execução da iniciativa bem como o tempo de atuação do proponente no segmento em que o projeto está sendo apresentado) | 0 A 10 |
| **Total** | **100** |

Ficam inalteradas as demais cláusulas e condições.

Ariquemes, 04 de janeiro de 2024.

***AGUIDA MAYARA NOBREGA DIAS***
Presidente da Fundação de Cultura Esporte e Turismo - FUNCET
Município de Ariquemes

**Publicado por:**
Francielia de Sousa Oliveira
**Código Identificador:**B7767207

---

**SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO ORÇAMENTO E GESTÃO**
**ATA DE REGISTRO DE PREÇO N.º004/SML/2024/14.133-2021**

SUPERINTENDÊNCIA MUNICIPAL DE LICITAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇO N.º004/SML/2024/14.133-2021
PROCESSO N.º 22792/SEMSAU/2023
PREGÃO ELETRÔNICO N.º152/2023/PREGAO/SML/PMA-GSRP

Aos 05 dias do mês de abril do ano de dois mil e vinte e quatro, a PREFEITURA MUNICIPAL DE ARIQUEMES, inscrito no CNPJ sob o nº. 04.104.816/0001-16, com sede na Avenida Tancredo Neves, nº. 2.166, nesta cidade de Ariquemes-RO, e a(s) empresa(s) abaixo qualificada(s) na cláusula I, nos termos do art. 40 Lei Federal nº. 14.133, de 01 de Abril de 2021, com Decreto Municipal 19.359 de 21 de Dezembro de 2022, de acordo com as demais normas legais aplicáveis, conforme a classificação das propostas apresentadas ao PREGÃO ELETRÔNICO nº. 152/SML/2023, em virtude de deliberação do Pregoeiro e da homologação do procedimento pela Excelentíssima Senhora Prefeita, firmam a presente ATA para registrar os preços ofertados pelas empresas, para fornecimento do objeto conforme especificações dos Anexos I do Edital de Pregão respectivo, conforme a classificação por ela alcançada, observada as condições do Edital que integram este instrumento de registro e aquelas enunciadas nas cláusulas que se seguem:

CLÁUSULA I - DO OBJETO
O objeto da presente ata é o Registro de Preço para o fornecimento, nas condições estabelecidas no edital, REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual aquisição , para atender a Secretaria Municipal de SAÚDE pertencentes à Prefeitura Municipal de Ariquemes, por um período de 12 (doze) meses

1. EMPRESA: ANIMALLTAG SISTEMAS DE IDENTIFICACAO ANIMAL LTDA.
CNPJ: 18.432.445/0001-06. TEL/FAX: (16) 33623362. E-MAIL: L.MACHADO@ANIMALLTAG.COM.BR.
ENDEREÇO: AVENIDA DOM CARMINE ROCCO, 985 - JARDIM TANGARA. CEP: 13.568-120. CIDADE: SÃO CARLOS / SÃO PAULO.
NOME DO REPRESENTANTE: CARLOS GUSTAVO DE CAMARGO FERRAZ MACHADO, INSCRITO NO CADASTRO DE PESSOAS FÍSICAS DO MINISTÉRIO DA FAZENDA CPF/MF SOB O Nº. XXX.819.898-XX RG SOB O Nº. XX42417XX.
DETENTORA DO ITEM (S): 2.

2. EMPRESA: TRIPUI SERVICOS E COMERCIO LTDA.
CNPJ: 05.086.623/0001-42. TEL/FAX: (31) 35513891. E-MAIL: SANTACRUZDISTRIBUIDORALTDA@GMAIL.COM.
ENDEREÇO: RUA BOA ESPERANCA, 383 - COMERCIO 417 - NOSSA SENHORA DO. CEP: 35.400-476. CIDADE: OURO PRETO / MINAS GERAIS.
NOME DO REPRESENTANTE: RAUL AUGUSTO SPINELI DA SILVA, INSCRITO NO CADASTRO DE PESSOAS FÍSICAS DO MINISTÉRIO DA FAZENDA CPF/MF SOB O Nº. 035.863.416-44 RG SOB O Nº. M-10.891.035.
DETENTORA DO ITEM (S): 1.

PLANILHA COM ITENS/ VALORES DA (S) EMPRESA (S) DETENTORA (S)

| ITEM NA ARP | ESPECIFICAÇÃO | UNIDADE DE MEDIDA | QUANTIDADE | MARCA | VALOR UNITÁRIO (R$) | EMPRESA DETENTORA |
|---|---|---|---|---|---|---|
| 1 | LEITOR DE MICROCHIP UNIVERSAL COLETOR DE DADOS<br>Equipamentos Diversos Para Serviços Profissionais<br>Tipo: Leitor De Microchip<br>Padrão: Universal *Leitura De Todos Os Tipos De Microchips Existentes Atualmente No Mercado, Atende As Normas Internacionais ISO 11784, ISO 11785, ISO 14223 e ABNTNBR: 14766*<br>Uso: Coletor De Dados<br>Características Adicionais: Com Display De LCD<br>CATMAT 441644 | UND | 6 | ANIMAL READER | R$ 199,00 | TRIPUI SERVICOS E COMERCIO LTDA |
| 2 | MICROCHIP IDENTIFICADOR ANIMAIS USO VETERINÁRIO<br>Microchip *Transponder Com Aplicador*<br>Tipo: Identificador Animais *Uso Veterinário*<br>*Capacidade De Armazenagem: Possui Memória Adicional Para Gravar As Informações: Telefone De Contato; Mês/Ano De Vacinação*<br>Características Adicionais: *Envolto Numa Cápsula De Biovidro* Com Dimensões Aproximadamente 12 X 2.1 Mm. *Atende As Normas Internacionais ISO 11784, ISO 11785, ISO 14223 e ABNTNBR: 14766. Revestido Com Camada Anti-Migratória (Parylene-C)*<br>Apresentação: *O Transponder Deve Se Apresentar Completo. Embalagem Individual Acompanhado De Aplicador, Totalmente Descartável*<br>CATMAT: 434788 | UND | 1750 | MARCA PRÓPRIA / FABRICAÇÃO PRÓPRIA | R$ 5,99 | ANIMALLTAG SISTEMAS DE IDENTIFICACAO ANIMAL LTDA |

CLÁUSULA II - ÓRGÃO(S) GERENCIADOR E PARTICIPANTE(S)
2.1. O órgão gerenciador será a Gerência do Sistema de Registro de Preço - GSRP da Prefeitura Municipal de Ariquemes.

2.2. Caberá à Gerência do Sistema de Registro de Preço - GSRP a condução do conjunto de procedimentos do certame para registro de preços e gerenciamento da Ata dele recorrente, conforme art. 66, § 1º, do Decreto municipal 19.359/22.
2.3. No entanto, a alocação de recursos, empenhamento, análise do mérito das quantidades adquiridas, bem como a finalidade pública na utilização dos materiais e serviços são de responsabilidade exclusiva do ordenador de despesas do órgão Participante assim como as demais atribuições previstas no art. 67 e 68 do Decreto municipal 19.359/22.
2.4. São órgãos e entidades públicas participantes do registro de preços:

CLÁUSULA III - DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
3.1 Não será admitida a adesão à ata de registro de preços decorrente desta licitação os órgãos e entidades que não participaram do registro de preços.

CLÁUSULA IV - DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO
4.1 O prazo de vigência desta Ata de Registro de Preço será de 12 (doze) meses contados o prazo de vigência da ata de registro de preços, contado a partir da publicação do extrato da ata no Portal Nacional de Contratações Públicas e Diário Oficial dos Municípios do Estado de Rondônia
4.1.1 Podendo este prazo ser prorrogado uma vez, por igual período, desde que ocorra motivo justificado aceito pela Administração e que comprovado que as condições e o preço permanecem vantajosos.
4.1.2 No ato de prorrogação da vigência da ata de registro de preços poderá haver a renovação dos quantitativos registrados, até o limite do quantitativo original.
4.1.2.1 O ato de prorrogação da vigência da ata deverá indicar expressamente o prazo de prorrogação e o quantitativo renovado.
4.2 A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles possam advir, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro preferência de fornecimento ou contratação em igualdade de condições.
4.3 As contratações decorrentes da ata serão formalizadas por meio de instrumento contratual, carta-contrato, nota de empenho de despesa, autorização de compra, ordem de execução de serviço ou outro instrumento equivalente, conforme prevê o art. 95 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021.
4.3.1 Os contratos celebrados em decorrência do Registro de Preços estão sujeitos às regras previstas na Lei Federal n.º 14.133, de 2021.
a) Os contratos poderão ser alterados de acordo com o previsto em lei e no edital da licitação, inclusive quanto ao acréscimo de que trata os art. 124 a 136, da Lei Federal n.º 14.133, de 2021, cujo limite é aplicável ao contrato individualmente considerado e não à ata de registro de preços.
b) A duração dos contratos decorrentes da ata de registro de preços deverá atender ao contido no Capítulo V, do Título III, da Lei Federal n.º 14.133, de 2021.
c) O contrato decorrente do Sistema de Registro de Preços deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.
d) A alteração dos preços registrados não altera automaticamente os preços dos contratos decorrentes do Sistema de Registro de Preços, cuja revisão deverá ser feita pela secretaria municipal, órgão contratante, observadas as disposições legais incidentes sobre os contratos.
4.4 É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços, inclusive acréscimos do que trata o art. 124 da Lei n. º 14.133, de 2021.
4.5 Para celebrar o contrato ou retirar o instrumento equivalente, o fornecedor ou prestador de serviço deverá se credenciar no sistema de registro cadastral unificado disponível no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no processo eletrônico municipal, mantendo as condições de habilitação exigidas na licitação.

CLÁUSULA V - DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
5.1 O registro do preço do fornecedor será cancelado pelo órgão gerenciador quando o fornecedor:
I - for liberado;
II - descumprir as condições da ata de registro de preços, sem justificativa aceitável;
III - não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado;
IV - sofrer sanção prevista no inciso IV do art. 156 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021;
V - não aceitar o preço revisado pela Administração.
5.2 A ata de registro de preços será cancelada, total ou parcialmente, pelo órgão gerenciador:
I - pelo decurso do prazo de vigência;
II - pelo cancelamento de todos os preços registrados;
III - por fato superveniente, decorrente caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução obrigações previstas na ata, devidamente demonstrado; e
IV - por razões de interesse público, devidamente justificadas.
5.2 No caso de cancelamento da ata ou do registro do preço por iniciativa da Administração, será assegurado o contraditório e a ampla defesa

CLÁUSULA VI - DO PROCEDIMENTO PARA IMPUGNAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS
6.1 Qualquer cidadão ou entidade legalmente constituída é parte legítima para, a qualquer momento, durante a vigência da ata de registro de preços, impugnar o preço registrado, quando vier apresentar incompatibilidade com o preço vigente no mercado.
6.2 A impugnação do preço registrado deverá ser acompanhada de sua respectiva fundamentação, e instruída com os elementos probatórios disponíveis para comprovação da veracidade do alegado.
6.3 A comprovação da veracidade do alegado, para fins de impugnação deverá demonstrar que eventuais preços a menor do que o registrado são praticados no mercado por pessoas ou empresas que atendam os requisitos mínimos para contratação junto a Administração Pública, em atenção às regras previstas no edital da licitação que ensejou no preço registrado e às constantes na Lei 14.133/21 e legislação correlata.
6.4 A impugnação deverá ser endereçada ao Gerente de Registro de Preços, preferencialmente via e-mail: registrodepreco.pma@gmail.com (ao transmitir o e-mail o mesmo deverá ser confirmado pelo Gerente de Registro de Preços ou equipe de apoio responsável, para não se tornar sem efeito), pelos telefones (069) 3516-2021 e 3516 -2020) ou ainda, protocolado o original junto a Prefeitura Municipal de Ariquemes, no horário das 07h30min às 13h30min de segunda a sexta-feira, situada na Av. Tancredo Neves, nº 2.166 Setor Institucional em Ariquemes/RO CEP: 76.872-854.
6.5 Ao receber a impugnação, o Gerente de Registro de Preço instruirá os autos com a adoção das diligências que entender necessárias, entre elas a realização de pesquisa de preços, e proferirá decisão, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, conforme o caso, declarando a adequação ou a inadequação do preço registrado.
6.6 Se a decisão a que refere o subitem anterior decidir pela inadequação do preço registrado, o Gerente de Registro de Preços notificará o fornecedor detentor do preço registrado para, no prazo de 72 (setenta e duas) horas, manifestar por escrito sua concordância ou não com a redução do preço registrado, nos termos da proposta da Administração, fundamentando sua manifestação com informações e documentos que entender pertinentes.
6.7 Caso o fornecedor manifeste anuência com a redução do preço registrado, a Administração providenciará o aditamento da Ata de Registro de Preços e encaminhará os autos para a autoridade superior, para fins de homologação dos praticados e publicação na imprensa oficial.

6.8 Na hipótese de não aceitação da proposta de redução da Administração por parte dos fornecedores, estes serão liberados do compromisso assumido sem aplicação de penalidades e haverá a convocação dos demais fornecedores, em ordem de classificação, para fornecimento dos itens registrados pelo preço constante na proposta da Administração.
6.9 Liberado o fornecedor na forma do item anterior, o órgão gerenciador poderá convocar os integrantes do cadastro de reserva, para que manifestem interesse em assumir o fornecimento dos bens, a execução das obras ou dos serviços, pelo preço atualizado.
6.10 Na hipótese de não haver cadastro de reserva, a Administração Pública poderá convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para negociação e assinatura da ata no máximo nas condições ofertadas por estes, desde que o valor seja igual ou inferior ao orçamento estimado para a contratação, inclusive quanto aos preços atualizados, nos termos do instrumento convocatório.

CLÁUSULA VII - DO REEQUILÍBRIO ECONÔMICO
7.1 Os preços registrados poderão ser atualizados em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução tal como pactuado, nos termos do disposto na norma contida no § 5º do art. 82 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021.
7.2 Quando o preço registrado se tornar superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão gerenciador convocará os fornecedores para negociarem a redução dos preços registrados, tornando-os compatíveis com os valores praticados pelo mercado.
7.2.1 Os fornecedores que não aceitarem reduzir seus preços aos valores praticados pelo mercado serão liberados dos compromissos assumidos, sem aplicação de penalidades administrativas.
7.2.2 A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação obtida originalmente na licitação.
7.2.3 A redução do preço registrado será comunicada pelo órgão gerenciador aos órgãos que tiverem formalizado contratos com fundamento no respectivo registro, para que avaliem a necessidade de efetuar a revisão dos preços contratados.
7.3 Quando o preço de mercado se tornar superior aos preços registrados é facultado ao fornecedor requerer, antes do pedido de fornecimento, nota de empenho ou contrato, o que vier primeiro, a atualização do preço registrado, mediante demonstração de fato superveniente que tenha provocado elevação que supostamente impossibilite o cumprimento das obrigações contidas na ata e desde que atendidos os seguintes requisitos:
I - a possibilidade da atualização dos preços registrados seja solicitada formalmente pelo fornecedor ou prestador signatário da ata de registro de preços;
II - a modificação seja substancial nas condições registradas, de forma que seja caracterizada alteração desproporcional entre os encargos do fornecedor ou prestador signatário da ata de registro de preços e da Administração Pública;
III - seja demonstrado nos autos a desatualização dos preços registrados, por meio de apresentação de planilha de custos e documentação comprobatória correlata que demonstre que os preços registrados se tornaram inviáveis nas condições inicialmente pactuadas;
IV - seja realizado ampla pesquisa de mercado;
V - seja feito negociação formal entre o órgão gerenciador e o fornecedor ou prestador signatário, buscando sempre manter menor custo para administração pública.
7.3.1 A iniciativa e o encargo da demonstração da necessidade de atualização de preço serão do fornecedor ou prestador signatário da ata de registro de preços, cabendo ao órgão gerenciador a análise e deliberação a respeito do pedido.
7.3.2 Se não houver prova efetiva da desatualização dos preços registrados e da existência de fato superveniente, o pedido será indeferido pela Administração e o fornecedor continuará obrigado a cumprir os compromissos pelo valor registrado na ata, sob pena de cancelamento do registro de preços e de aplicação das penalidades administrativas previstas em lei e no edital.
7.3.3 Na hipótese do cancelamento do registro de preços prevista no § 2º deste artigo, o órgão gerenciador poderá convocar os demais fornecedores integrantes do cadastro de reserva para que manifestem interesse em assumir o fornecimento dos bens, a execução das obras ou dos serviços, pelo preço registrado na ata.
7.3.4 Comprovada a desatualização dos preços registrados decorrente de fato superveniente que prejudique o cumprimento da ata, a Administração poderá efetuar a atualização do preço registrado, adequando-o aos valores praticados no mercado.
7.3.5 Caso o fornecedor ou prestador não aceite o preço atualizado pela Administração, será liberado do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades administrativas.
7.3.6 Liberado o fornecedor na forma do item 7.3.5, o órgão gerenciador poderá convocar os integrantes do cadastro de reserva, para que manifestem interesse em assumir o fornecimento dos bens, a execução das obras ou dos serviços, pelo preço atualizado.
7.3.7 Na hipótese de não haver cadastro de reserva, a Administração Pública poderá convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para negociação e assinatura da ata no máximo nas condições ofertadas por estes, desde que o valor seja igual ou inferior ao orçamento estimado para a contratação, inclusive quanto aos preços atualizados, nos termos do instrumento convocatório.
7.3.8 Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação da ata de registro de preços, adotando de imediato as medidas cabíveis para a satisfação da necessidade administrativa.
7.3.9 Após a emissão da ordem fornecimento ou nota de empenho, o que vier primeiro, caso ocorra o requerimento do fornecedor ou prestador signatário, o reajuste valerá somente para a próxima ordem fornecimento ou nota de empenho.

CLÁUSULA VIII - DA AUTORIZAÇÃO PARA AQUISIÇÃO
8.1 As aquisições do objeto da presente Ata de Registro de Preços serão autorizadas pela Autoridade Competente ordenador de despesa, conforme consta na Cláusula XIII Da Dotação Orçamentária no Contrato.
8.2 Autorizadas às aquisições será emitida a respectiva nota de empenho, precedida da elaboração do contrato pela Administração, se for o caso.
8.3 Após a assinatura do contrato se for o caso, as partes se submeterão às regras contidas naquele instrumento.

CLÁUSULA IX - INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (art. 92, XIV)

9.1 Comete infração administrativa, nos termos daLei nº 14.133, de 2021, o contratado que:
a) der causa à inexecução parcial do contrato;
b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
c) der causa à inexecução total do contrato;
d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
h) praticar ato lesivo previsto noart. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.
9.2 Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

i - Advertência, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);
ii - Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas b, c e d do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);
iii - Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas e, f, g e h do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas b, c e d, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).
iv - Multa:
1. moratória de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 60 (sessenta) dias;
2. compensatória de 30% (trinta por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto.
9.3 A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021)
9.4 Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).
9.4.1 Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021)
9.4.2 Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).
9.4.3 Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.
9.5 A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos doart. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.
9.6 Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):
a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
b) as peculiaridades do caso concreto;
c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
d) os danos que dela provierem para o Contratante;
f) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
9.7 Os atos previstos como infrações administrativas naLei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos naLei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).
9.8 A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021).
9.9 O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021).
9.10 As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma doart. 163 da Lei nº 14.133/21.
9.11 Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da InstruçãoNormativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

**CLÁUSULA X - DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO**
**10.1**Homologado o resultado da licitação, o licitante mais bem classificado será comunicado via e-mail, da publicação da Ata de Registro de Preços, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.
**10.2**A ata será disponibilizada no sistema de registro de preços. Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quantas forem necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item(ns),as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.
**10.3**O preço registrado, com a indicação dos fornecedores, será divulgado no PNCP e disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.
**10.4**A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.
**10.5**Na hipótese de liberação do detentor ou cancelamento da proposta deste para o item da ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidas, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

CLÁUSULA XI - DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA
11.1 Conforme artigos 72, § 4º e seus incisos do Decreto municipal 19.359/22, o cadastro de reserva de fornecedores ocorrerá após o encerramento da etapa competitiva, com por finalidade especial atender a superveniente exclusão do primeiro fornecedor classificado.
11.2 Será incluído, na respectiva ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes que aceitarem cotar os bens, obras ou serviços com preços iguais aos do licitante vencedor, na sequência da classificação do certame, observadas as seguintes questões:
11.2.1 O registro a que se refere o item 9.2 deste artigo tem por objetivo a formação de cadastro de reserva no caso de impossibilidade de atendimento pelo primeiro colocado da ata, nas hipóteses previstas no § 4º do caput, nos incisos II, IV e V do art. 79, no inciso III do art.80, e no art. 81, do Decreto municipal 19.359/22;
11.2.2 Se houver mais de um licitante na situação de que trata o item 9.2, serão classificados segundo a ordem da última proposta apresentada durante a fase competitiva;
11.2.3 A habilitação dos fornecedores que comporão o cadastro de reserva, a que se refere o item 9.2, será efetuada quando houver necessidade de contratação de fornecedor remanescente.

CLÁUSULA XII - DAS CONDIÇÕES GERAIS

12.1 As condições gerais do fornecimento, tais como os prazos para entrega e recebimento do objeto, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Edital de Licitação e em seus anexos como Termo de Referência e Minuta de contrato.

CLÁUSULA XIII - DAS INFORMAÇÕES GERAIS
13.1 Mais informações poderão ser adquiridas pelos telefones (0xx69) 3516-2021 com a Sr(a). Bruna Ribeiro Almeida, na sala da Superintendência Municipal de Licitação, situada no Centro Administrativo Municipal Dr. Carpintero, 2º piso, na Avenida Tancredo Neves, Nº. 2.166, Setor Institucional, Ariquemes-RO, de segunda à sexta-feira das 07h30min às 13h30min.

CLÁUSULA XIV - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS
14.1 Integram esta Ata o Edital de Pregão Eletrônico Nº. 0152/SML/2023, a proposta da empresa vencedora que esta subscreve, bem como todos os demais elementos do Processo nº. 22792/SEMPOG/2023.
14.2 A eficácia da validade da presente Ata de Registro de Preços dar-se-á pela HOMOLOGAÇÃO do resultado da licitação que a originou, Pregão Eletrônico Nº. 0152/2023/PREGAO/SML/PMA, pela Excelentíssima Senhora Prefeita.

Órgão Gerenciador
***BRUNA RIBEIRO ALMEIDA***
Presidente da Comissão de Gerenciamento do Sistema de Registro de Preços.

**Publicado por:**
Bruna Ribeiro Almeida
**Código Identificador:**AA5EE354

---

**SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO ORÇAMENTO E GESTÃO**
**ATA DE REGISTRO DE PREÇO N.º 005/SML/2024/14.133-2021**

SUPERINTENDÊNCIA MUNICIPAL DE LICITAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇO N.º 005/SML/2024/14.133-2021
PROCESSO N.º 18955/SEMPOG/2023
PREGÃO ELETRÔNICO N.º 118/2023/PREGAO/SML/PMA-GSRP

Aos 05 dias do mês de janeiro do ano de dois mil e vinte e quatro, a PREFEITURA MUNICIPAL DE ARIQUEMES, inscrito no CNPJ sob o nº. 04.104.816/0001-16, com sede na Avenida Tancredo Neves, nº. 2.166, nesta cidade de Ariquemes-RO, e a(s) empresa(s) abaixo qualificada(s) na cláusula I, nos termos do art. 40 Lei Federal nº. 14.133, de 01 de Abril de 2021, com Decreto Municipal 19.359 de 21 de Dezembro de 2022, de acordo com as demais normas legais aplicáveis, conforme a classificação das propostas apresentadas ao PREGÃO ELETRÔNICO nº.118/SML/2023, em virtude de deliberação do Pregoeiro e da homologação do procedimento pela Excelentíssima Senhora Prefeita, firmam a presente ATA para registrar os preços ofertados pelas empresas, para fornecimento do objeto conforme especificações dos Anexos I do Edital de Pregão respectivo, conforme a classificação por ela alcançada, observada as condições do Edital que integram este instrumento de registro e aquelas enunciadas nas cláusulas que se seguem:

CLÁUSULA I - DO OBJETO
O objeto da presente ata é o Registro de Preço para o fornecimento, nas condições estabelecidas no edital, REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual aquisição Dietas Enterais e Suplementos Alimentares, para atender a Secretaria Municipal de Saúde pertencentes à Prefeitura Municipal de Ariquemes, por um período de 12 (doze) meses.

1. EMPRESA: BIONUTRI COMERCIO E REPRESENTACOES DE PRODUTOS MEDICO-HOSPITALARES LTDA.
CNPJ: 35.041.852/0001-01. TEL/FAX: (69) 99589939 . E-MAIL: LICITA1@BIONUTRIPVH.COM.BR.
ENDEREÇO: RUA ABUNA, 2913 - LIBERDADE. CEP: 76.803-889. CIDADE: PORTO VELHO / RONDÔNIA.
NOME DO REPRESENTANTE: FRANCISCO FERRONI SILVA DA CRUZ, INSCRITO NO CADASTRO DE PESSOAS FÍSICAS DO MINISTÉRIO DA FAZENDA CPF/MF SOB O Nº. xxx.717.352-xx RG SOB O Nº. xxx456606xxx.
DETENTORA DO ITEM (S): 2, 4 E 5.

2. EMPRESA: J & A COMERCIO E REPRESENTACOES DE PRODUTOS MEDICO-HOSPITALARES LTDA.
CNPJ: 49.059.257/0001-08. TEL/FAX: (69) 32225784. E-MAIL: JEALICITACAO@GMAIL.COM.
ENDEREÇO: AVENIDA AYRTON SENNA, 364 - NOVO HORIZONTE. CEP: 76.860-000. CIDADE: CANDEIAS DO JAMARI / RONDÔNIA.
NOME DO REPRESENTANTE: DANIELA MARQUES DE SOUZA, INSCRITO NO CADASTRO DE PESSOAS FÍSICAS DO MINISTÉRIO DA FAZENDA CPF/MF SOB O Nº. xxx.612.222-xx RG SOB O Nº. xxx004092xx
DETENTORA DO ITEM (S): 1.

3. EMPRESA: EREMIX INDUSTRIA DE ALIMENTOS ESPECIAIS LTDA.
CNPJ: 26.325.797/0001-90. TEL/FAX: (54) 91634324. E-MAIL: CONTATO@EREMIX.COM.BR.
ENDEREÇO: RUA ACHILES DENTI, 86 - JOSE BONIFACIO. CEP: 99.701-786. CIDADE: ERECHIM / RIO GRANDE DO SUL.
NOME DO REPRESENTANTE: FERNANDO CALDART, INSCRITO NO CADASTRO DE PESSOAS FÍSICAS DO MINISTÉRIO DA FAZENDA CPF/MF SOB O Nº. xxx.338.000-xx RG SOB O Nº. xx584014xx.
DETENTORA DO ITEM (S): 10.

PLANILHA COM ITENS/ VALORES DA (S) EMPRESA (S) DETENTORA (S)

| ITEM NA ARP | ESPECIFICAÇÃO | UNIDADE DE MEDIDA | QUANT. | MARCA | VALOR UNITÁRIO (R$) | EMPRESA DETENTORA |
|---|---|---|---|---|---|---|
| 1 | DIETA ENTERAL ESPESSANTE PÓ ORAL LATA 300 GRAMA<br>Dieta Enteral Indicação: Espessante Aspecto Físico: Pó Uso: Oral Fonte De Carboidrato: *Amido De Milho Modificado Instantâneo, Adicionado De Mix De Gomas Alimentícias (Gomas Tara, Xantana E Guar)* Características Adicionais: *Amido De Milho Modificado Instantâneo Para Espessar Preparações. Ideal Para Ser Adicionado A Preparações | LATA | 480 | DANONE | 56,25 | J & A COMERCIO E REPRESENTACOES DE PRODUTOS MEDICO-HOSPITALARES LTDA |

| | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | Quentes Ou<br>Frias, Misturando-Se Bem A Líquidos E Purês. Confere Aos Alimentos A Consistência Desejada: De Xarope, SemiLíquida Ou SemiSólida* Sabor: C/ Ou S/ Sabor Lata 300 Grama<br>CATMAT 469233 | | | | | |
| 2 | DIETA ENTERAL LÍQUIDO HIPERCALÓRICA HIPERPROTEICA<br>Dieta Enteral Aspecto Físico: Líquido Uso: Enteral Ou Oral Características: Hipercalórica, Hiperproteica Fonte De Proteína: Caseinato E*/Ou* Ptn Isol.Soja E /Ou Ptn Isol. Leite Fonte De Carboidrato: Xarope Milho E/Ou Sacarose E/Ou Maltodextrina *E/Ou Frutose* Fonte De Lipídios: - Componentes Adicionais: -Características Adicionais: Isenta Lactose E Glúten Sabor: C/Sabor *variados* *Apresentação: embalagem individual, treta pack ou frasco plástico de 125 a 250 ml, pronto para consumo*<br>CATMAT 437795 | UND | 360 | DANONE | 17,43 | BIONUTRI COMERCIO E REPRESENTACOES DE PRODUTOS MEDICO-HOSPITALARES LTDA |
| 4 | DIETA ENTERAL LÍQUIDO HIPERCALÓRICA HIPERPROTEICA COM FIBRAS<br>Dieta Enteral Aspecto Físico: Líquido Uso: Enteral Ou Oral Características: Hipercalórica, Hiperproteica Fonte De Proteína: Caseinato E/Ou Ptn Isolada Soja<br>*E/Ou Ptn Soro Leite* Fonte De<br>Carboidrato: Maltodex.E Isomaltulose E/Ou Frutose E/Ou Amido Fonte De Lipídios: - Componentes Adicionais: Fibras<br>Características Adicionais: Isento Glúten E Lactose *E Sacarose* Sabor: S/ Sabor *Apresentação: embalagem individual, 1.000 ml, pronto para consumo*<br>CATMAT 475049 | LITRO | 480 | DANONE | 43,03 | BIONUTRI COMERCIO E REPRESENTACOES DE PRODUTOS MEDICO-HOSPITALARES LTDA |
| 5 | DIETA ENTERAL LÍQUIDO<br>HIPERCALÓRICA, HIPERPROTEICA<br>FIBRAS<br>Dieta Enteral Aspecto Físico: Líquido Uso: Enteral ou Oral Características: Hipercalórica, Hiperproteica Fonte De Proteína: Caseinato Fonte De Carboidrato: Maltodextrina Fonte De Lipídios: Óleos<br>Vegetais Componentes Adicionais: Fibras Características Adicionais: Isento Glúten, Lact., Sacarose Indicação: nutricionalmente completa Sabor: C/ ou S/ Sabor<br>CATMAT 427791 | UND | 1200 | DANONE | 43,42 | BIONUTRI COMERCIO E REPRESENTACOES DE PRODUTOS MEDICO-HOSPITALARES LTDA |
| 10 | DIETA ENTERAL MÓDULO DE FIBRAS Dieta Enteral Indicação: Módulo De Fibras Aspecto Físico: Pó Uso: Enteral Ou Oral<br>Componentes Adicionais: Solúveis *com inulina* Características Adicionais: Isento<br>Sacarose Sabor: C/ Ou S/ Sabor<br>Embalagem 260 Grama<br>CATMAT 404750 | EMB | 120 | EREMIX | 43,54 | EREMIX INDUSTRIA DE ALIMENTOS ESPECIAIS LTDA. |

**CLÁUSULA II - ÓRGÃO(S) GERENCIADOR E PARTICIPANTE(S)**

2.1. O órgão gerenciador será a Gerência do Sistema de Registro de Preço - GSRP da Prefeitura Municipal de Ariquemes.

2.2. Caberá à Gerência do Sistema de Registro de Preço - GSRP a condução do conjunto de procedimentos do certame para registro de preços e gerenciamento da Ata dele recorrente, conforme art. 66, § 1º, do Decreto municipal 19.359/22.

2.3. No entanto, a alocação de recursos, empenhamento, análise do mérito das quantidades adquiridas, bem como a finalidade pública na utilização dos materiais e serviços são de responsabilidade exclusiva do ordenador de despesas do órgão Participante assim como as demais atribuições previstas no art. 67 e 68 do Decreto municipal 19.359/22.

2.4. São órgãos e entidades públicas participantes do registro de preços: Secretaria Municipal de Saúde.

CLÁUSULA III - DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1 Não será admitida a adesão à ata de registro de preços decorrente desta licitação os órgãos e entidades que não participaram do registro de preços.

**CLÁUSULA IV - DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO**

4.1 O prazo de vigência desta Ata de Registro de Preço será de 12 (doze) meses contados o prazo de vigência da ata de registro de preços, contado a partir da publicação do extrato da ata no Portal Nacional de Contratações Públicas e Diário Oficial dos Municípios do Estado de Rondônia

4.1.1 Podendo este prazo ser prorrogado uma vez, por igual período, desde que ocorra motivo justificado aceito pela Administração e que comprovado que as condições e o preço permanecem vantajosos.

4.1.2 No ato de prorrogação da vigência da ata de registro de preços poderá haver a renovação dos quantitativos registrados, até o limite do quantitativo original.

4.1.2.1 O ato de prorrogação da vigência da ata deverá indicar expressamente o prazo de prorrogação e o quantitativo renovado.

4.2 A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles possam advir, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro preferência de fornecimento ou contratação em igualdade de condições.

4.3 As contratações decorrentes da ata serão formalizadas por meio de instrumento contratual, carta-contrato, nota de empenho de despesa, autorização de compra, ordem de execução de serviço ou outro instrumento equivalente, conforme prevê o art. 95 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021.

4.3.1 Os contratos celebrados em decorrência do Registro de Preços estão sujeitos às regras previstas na Lei Federal n.º 14.133, de 2021.

a) Os contratos poderão ser alterados de acordo com o previsto em lei e no edital da licitação, inclusive quanto ao acréscimo de que trata os art. 124 a 136, da Lei Federal n.º 14.133, de 2021, cujo limite é aplicável ao contrato individualmente considerado e não à ata de registro de preços.

b) A duração dos contratos decorrentes da ata de registro de preços deverá atender ao contido no Capítulo V, do Título III, da Lei Federal n.º 14.133, de 2021.

c) O contrato decorrente do Sistema de Registro de Preços deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

d) A alteração dos preços registrados não altera automaticamente os preços dos contratos decorrentes do Sistema de Registro de Preços, cuja revisão deverá ser feita pela secretaria municipal, órgão contratante, observadas as disposições legais incidentes sobre os contratos.

4.4 É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços, inclusive acréscimos do que trata o art. 124 da Lei n. º 14.133, de 2021.

4.5 Para celebrar o contrato ou retirar o instrumento equivalente, o fornecedor ou prestador de serviço deverá se credenciar no sistema de registro cadastral unificado disponível no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no processo eletrônico municipal, mantendo as condições de habilitação exigidas na licitação.

**CLÁUSULA V - DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

5.1 O registro do preço do fornecedor será cancelado pelo órgão gerenciador quando o fornecedor:

I - for liberado;

II - descumprir as condições da ata de registro de preços, sem justificativa aceitável;

III - não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado;

IV - sofrer sanção prevista no inciso IV do art. 156 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021;

V - não aceitar o preço revisado pela Administração.

5.2 A ata de registro de preços será cancelada, total ou parcialmente, pelo órgão gerenciador:

I - pelo decurso do prazo de vigência;

II - pelo cancelamento de todos os preços registrados;

III - por fato superveniente, decorrente caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução obrigações previstas na ata, devidamente demonstrado; e

IV - por razões de interesse público, devidamente justificadas.

5.3 No caso de cancelamento da ata ou do registro do preço por iniciativa da Administração, será assegurado o contraditório e a ampla defesa.

**CLÁUSULA VI - DO PROCEDIMENTO PARA IMPUGNAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS**

6.1 Qualquer cidadão ou entidade legalmente constituída é parte legítima para, a qualquer momento, durante a vigência da ata de registro de preços, impugnar o preço registrado, quando vier apresentar incompatibilidade com o preço vigente no mercado.

6.2 A impugnação do preço registrado deverá ser acompanhada de sua respectiva fundamentação, e instruída com os elementos probatórios disponíveis para comprovação da veracidade do alegado.

6.3 A comprovação da veracidade do alegado, para fins de impugnação deverá demonstrar que eventuais preços a menor do que o registrado são praticados no mercado por pessoas ou empresas que atendam os requisitos mínimos para contratação junto a Administração Pública, em atenção às regras previstas no edital da licitação que ensejou no preço registrado e às constantes na Lei 14.133/21 e legislação correlata.

6.4 A impugnação deverá ser endereçada ao Gerente de Registro de Preços, preferencialmente via e-mail: registrodepreco.pma@gmail.com (ao transmitir o e-mail o mesmo deverá ser confirmado pelo Gerente de Registro de Preços ou equipe de apoio responsável, para não se tornar sem efeito), pelos telefones (069) 3516-2021 e 3516 -2020) ou ainda, protocolado o original junto a Prefeitura Municipal de Ariquemes, no horário das 07h30min às 13h30min de segunda a sexta-feira, situada na Av. Tancredo Neves, nº 2.166 Setor Institucional em Ariquemes/RO CEP: 76.872-854.

6.5 Ao receber a impugnação, o Gerente de Registro de Preço instruirá os autos com a adoção das diligências que entender necessárias, entre elas a realização de pesquisa de preços, e proferirá decisão, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, conforme o caso, declarando a adequação ou a inadequação do preço registrado.

6.6 Se a decisão a que refere o subitem anterior decidir pela inadequação do preço registrado, o Gerente de Registro de Preços notificará o fornecedor detentor do preço registrado para, no prazo de 72 (setenta e duas) horas, manifestar por escrito sua concordância ou não com a redução do preço registrado, nos termos da proposta da Administração, fundamentando sua manifestação com informações e documentos que entender pertinentes.

6.7 Caso o fornecedor manifeste anuência com a redução do preço registrado, a Administração providenciará o aditamento da Ata de Registro de Preços e encaminhará os autos para a autoridade superior, para fins de homologação dos praticados e publicação na imprensa oficial.

6.8 Na hipótese de não aceitação da proposta de redução da Administração por parte dos fornecedores, estes serão liberados do compromisso assumido sem aplicação de penalidades e haverá a convocação dos demais fornecedores, em ordem de classificação, para fornecimento dos itens registrados pelo preço constante na proposta da Administração.

6.9 Liberado o fornecedor na forma do item anterior, o órgão gerenciador poderá convocar os integrantes do cadastro de reserva, para que manifestem interesse em assumir o fornecimento dos bens, a execução das obras ou dos serviços, pelo preço atualizado.

6.10 Na hipótese de não haver cadastro de reserva, a Administração Pública poderá convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para negociação e assinatura da ata no máximo nas condições ofertadas por estes, desde que o valor seja igual ou inferior ao orçamento estimado para a contratação, inclusive quanto aos preços atualizados, nos termos do instrumento convocatório.

**CLÁUSULA VII - DO REEQUILÍBRIO ECONÔMICO**

7.1 Os preços registrados poderão ser atualizados em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução tal como pactuado, nos termos do disposto na norma contida no § 5º do art. 82 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021.

7.2 Quando o preço registrado se tornar superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão gerenciador convocará os fornecedores para negociarem a redução dos preços registrados, tornando-os compatíveis com os valores praticados pelo mercado.

7.2.1 Os fornecedores que não aceitarem reduzir seus preços aos valores praticados pelo mercado serão liberados dos compromissos assumidos, sem aplicação de penalidades administrativas.

7.2.2 A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação obtida originalmente na licitação.

7.2.3 A redução do preço registrado será comunicada pelo órgão gerenciador aos órgãos que tiverem formalizado contratos com fundamento no respectivo registro, para que avaliem a necessidade de efetuar a revisão dos preços contratados.

7.3 Quando o preço de mercado se tornar superior aos preços registrados é facultado ao fornecedor requerer, antes do pedido de fornecimento, nota de empenho ou contrato, o que vier primeiro, a atualização do preço registrado, mediante demonstração de fato superveniente que tenha provocado elevação que supostamente impossibilite o cumprimento das obrigações contidas na ata e desde que atendidos os seguintes requisitos:

I - a possibilidade da atualização dos preços registrados seja solicitada formalmente pelo fornecedor ou prestador signatário da ata de registro de preços;

II - a modificação seja substancial nas condições registradas, de forma que seja caracterizada alteração desproporcional entre os encargos do fornecedor ou prestador signatário da ata de registro de preços e da Administração Pública;

III - seja demonstrado nos autos a desatualização dos preços registrados, por meio de apresentação de planilha de custos e documentação comprobatória correlata que demonstre que os preços registrados se tornaram inviáveis nas condições inicialmente pactuadas;

IV - seja realizado ampla pesquisa de mercado;

V - seja feito negociação formal entre o órgão gerenciador e o fornecedor ou prestador signatário, buscando sempre manter menor custo para administração pública.

7.3.1 A iniciativa e o encargo da demonstração da necessidade de atualização de preço serão do fornecedor ou prestador signatário da ata de registro de preços, cabendo ao órgão gerenciador a análise e deliberação a respeito do pedido.

7.3.2 Se não houver prova efetiva da desatualização dos preços registrados e da existência de fato superveniente, o pedido será indeferido pela Administração e o fornecedor continuará obrigado a cumprir os compromissos pelo valor registrado na ata, sob pena de cancelamento do registro de preços e de aplicação das penalidades administrativas previstas em lei e no edital.

7.3.3 Na hipótese do cancelamento do registro de preços prevista no § 2º deste artigo, o órgão gerenciador poderá convocar os demais fornecedores integrantes do cadastro de reserva para que manifestem interesse em assumir o fornecimento dos bens, a execução das obras ou dos serviços, pelo preço registrado na ata.
7.3.4 Comprovada a desatualização dos preços registrados decorrente de fato superveniente que prejudique o cumprimento da ata, a Administração poderá efetuar a atualização do preço registrado, adequando-o aos valores praticados no mercado.
7.3.5 Caso o fornecedor ou prestador não aceite o preço atualizado pela Administração, será liberado do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades administrativas.
7.3.6 Liberado o fornecedor na forma do item 7.3.5, o órgão gerenciador poderá convocar os integrantes do cadastro de reserva, para que manifestem interesse em assumir o fornecimento dos bens, a execução das obras ou dos serviços, pelo preço atualizado.
7.3.7 Na hipótese de não haver cadastro de reserva, a Administração Pública poderá convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para negociação e assinatura da ata no máximo nas condições ofertadas por estes, desde que o valor seja igual ou inferior ao orçamento estimado para a contratação, inclusive quanto aos preços atualizados, nos termos do instrumento convocatório.
7.3.8 Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação da ata de registro de preços, adotando de imediato as medidas cabíveis para a satisfação da necessidade administrativa.
7.3.9 Após a emissão da ordem fornecimento ou nota de empenho, o que vier primeiro, caso ocorra o requerimento do fornecedor ou prestador signatário, o reajuste valerá somente para a próxima ordem fornecimento ou nota de empenho.

**CLÁUSULA VIII - DA AUTORIZAÇÃO PARA AQUISIÇÃO**
8.1 As aquisições do objeto da presente Ata de Registro de Preços serão autorizadas pela Autoridade Competente ordenador de despesa, conforme consta na Cláusula XIII Da Dotação Orçamentária no Contrato.
8.2 Autorizadas às aquisições será emitida a respectiva nota de empenho, precedida da elaboração do contrato pela Administração, se for o caso.
8.3 Após a assinatura do contrato se for o caso, as partes se submeterão às regras contidas naquele instrumento.

**CLÁUSULA IX - INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (art. 92, XIV)**
9.1 Comete infração administrativa, nos termos daLei nº 14.133, de 2021, o contratado que:
a) der causa à inexecução parcial do contrato;
b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
c) der causa à inexecução total do contrato;
d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
h) praticar ato lesivo previsto noart. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.
9.2 Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:
i - Advertência, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);
ii - Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas b, c e d do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);
iii - Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas e, f, g e h do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas b, c e d, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).
iv - Multa:
1. moratória de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 60 (sessenta) dias;
2. compensatória de 30% (trinta por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto.
9.3 A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021)
9.4 Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).
9.4.1 Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021)
9.4.2 Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).
9.4.3 Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.
9.5 A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos doart. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.
9.6 Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):
a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
b) as peculiaridades do caso concreto;
c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
d) os danos que dela provierem para o Contratante;
f) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
9.7 Os atos previstos como infrações administrativas naLei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos naLei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).
9.8 A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021).
9.9 O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021).

9.10 As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma doart. 163 da Lei nº 14.133/21.
9.11 Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da InstruçãoNormativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

**CLÁUSULA X - DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO**
**10.1**Homologado o resultado da licitação, o licitante mais bem classificado será comunicado via e-mail, da publicação da Ata de Registro de Preços, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.
**10.2**A ata será disponibilizada no sistema de registro de preços. Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quantas forem necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item(ns),as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.
**10.3**O preço registrado, com a indicação dos fornecedores, será divulgado no PNCP e disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.
**10.4**A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.
**10.5**Na hipótese de liberação do detentor ou cancelamento da proposta deste para o item da ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidas, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

**CLÁUSULA XI - DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA**
11.1 Conforme artigos 72, § 4º e seus incisos do Decreto municipal 19.359/22, o cadastro de reserva de fornecedores ocorrerá após o encerramento da etapa competitiva, com por finalidade especial atender a superveniente exclusão do primeiro fornecedor classificado.
11.2 Será incluído, na respectiva ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes que aceitarem cotar os bens, obras ou serviços com preços iguais aos do licitante vencedor, na sequência da classificação do certame, observadas as seguintes questões:
11.2.1 O registro a que se refere o item 9.2 deste artigo tem por objetivo a formação de cadastro de reserva no caso de impossibilidade de atendimento pelo primeiro colocado da ata, nas hipóteses previstas no § 4º do caput, nos incisos II, IV e V do art. 79, no inciso III do art.80, e no art. 81, do Decreto municipal 19.359/22;
11.2.2 Se houver mais de um licitante na situação de que trata o item 9.2, serão classificados segundo a ordem da última proposta apresentada durante a fase competitiva;
11.2.3 A habilitação dos fornecedores que comporão o cadastro de reserva, a que se refere o item 9.2, será efetuada quando houver necessidade de contratação de fornecedor remanescente.

**CLÁUSULA XII - DAS CONDIÇÕES GERAIS**
12.1 As condições gerais do fornecimento, tais como os prazos para entrega e recebimento do objeto, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Edital de Licitação e em seus anexos como Termo de Referência e Minuta de contrato.

**CLÁUSULA XIII - DAS INFORMAÇÕES GERAIS**
13.1 Mais informações poderão ser adquiridas pelos telefones (0xx69) 3516-2021 com a Sr(a). Bruna Ribeiro Almeida, na sala da Superintendência Municipal de Licitação, situada no Centro Administrativo Municipal Dr. Carpintero, 2º piso, na Avenida Tancredo Neves, Nº. 2.166, Setor Institucional, Ariquemes-RO, de segunda à sexta-feira das 07h30min às 13h30min.

**CLÁUSULA XIV - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**
14.1 Integram esta Ata o Edital dePregão Eletrônico Nº.118/SML/2023, a proposta da empresa vencedora que esta subscreve, bem como todos os demais elementos do Processo nº. 18955/SEMSAU/2023.
14.2 A eficácia da validade da presente Ata de Registro de Preços dar-se-á pela HOMOLOGAÇÃO do resultado da licitação que a originou, Pregão Eletrônico Nº.118/2023/PREGAO/SML/PMA, pela Excelentíssima Senhora Prefeita.

Órgão Gerenciador
***BRUNA RIBEIRO ALMEIDA***
Presidente da Comissão de Gerenciamento do Sistema de Registro de Preços.

**Publicado por:**
Bruna Ribeiro Almeida
**Código Identificador:**3F0DA23D

---

**SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO ORÇAMENTO E GESTÃO**
**ATA DE REGISTRO DE PREÇO N.º 007/SML/2024/14.133-2021**

SUPERINTENDÊNCIA MUNICIPAL DE LICITAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇO N.º 007/SML/2024/14.133-2021
PROCESSO N.º 11621/SEMSAU/2023
PREGÃO ELETRÔNICO N.º 114/2023/PREGAO/SML/PMA-GSRP

Aos 05 dias do mês de janeiro do ano de dois mil e vinte e quatro, a PREFEITURA MUNICIPAL DE ARIQUEMES, inscrito no CNPJ sob o nº. 04.104.816/0001-16, com sede na Avenida Tancredo Neves, nº. 2.166, nesta cidade de Ariquemes-RO, e a(s) empresa(s) abaixo qualificada(s) na cláusula I, nos termos do art. 40 Lei Federal nº. 14.133, de 01 de Abril de 2021, com Decreto Municipal 19.359 de 21 de Dezembro de 2022, de acordo com as demais normas legais aplicáveis, conforme a classificação das propostas apresentadas ao PREGÃO ELETRÔNICO nº. 114/SML/2023, em virtude de deliberação do Pregoeiro e da homologação do procedimento pela Excelentíssima Senhora Prefeita, firmam a presente ATA para registrar os preços ofertados pelas empresas, para fornecimento do objeto conforme especificações dos Anexos I do Edital de Pregão respectivo, conforme a classificação por ela alcançada, observada as condições do Edital que integram este instrumento de registro e aquelas enunciadas nas cláusulas que se seguem:

CLÁUSULA I - DO OBJETO
O objeto da presente ata é o Registro de Preço para o fornecimento, nas condições estabelecidas no edital, REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual aquisição, para atender a Secretaria Municipal de Saúde pertencentes à Prefeitura Municipal de Ariquemes, por um período de 12 (doze) meses.

1. EMPRESA: ARCA PROMOCOES E EVENTOS LTDA.
CNPJ: 37.069.335/0001-76. TEL/FAX: (51) 32766000. E-MAIL: LICITACOESARCA@GMAIL.COM.
ENDEREÇO: AVENIDA ALCIDES MAIA, 881 - SARANDI. CEP: 91.120-440. CIDADE: PORTO ALEGRE / RIO GRANDE DO SUL.
NOME DO REPRESENTANTE: ROBSON ROCHA PIRES, INSCRITO NO CADASTRO DE PESSOAS FÍSICAS DO MINISTÉRIO DA FAZENDA CPF/MF SOB O Nº. XXX.147.450-XX RG SOB O Nº. XX958699XX
DETENTORA DO ITEM (S): 1, 2, 5 E 9.

2. EMPRESA: MALTA INDUSTRIA E COMERCIO DE PRODUTOS LTDA.
CNPJ: 29.045.645/0001-22. TEL/FAX: (31) 75458090. E-MAIL: CLEMALCOMERCIO@HOTMAIL.COM.
ENDEREÇO: RUA ACACIAS, 2338 - ELDORADO. CEP: 32.310-370. CIDADE: CONTAGEM / MINAS GERAIS.
NOME DO REPRESENTANTE: THALES RODRIGUES MALTA, INSCRITO NO CADASTRO DE PESSOAS FÍSICAS DO MINISTÉRIO DA FAZENDA CPF/MF SOB O Nº. XXX.279.526-XX RG SOB O Nº. XX5588500XX
DETENTORA DO ITEM (S): 3 E 4.

3. EMPRESA: INFINITI CONFECCAO LTDA.
CNPJ: 23.829.339/0001-09. TEL/FAX: (44) 97233337. E-MAIL: FINANCEIRO.ODG@HOTMAIL.COM.
ENDEREÇO: AVENIDA GENEI UEHARA, 1263 - RESIDENCIAL NOVA ITALIA. CEP: 87.203-196. CIDADE: CIANORTE / PARANÁ.
NOME DO REPRESENTANTE: CAMILO BAETA DE AVILA, INSCRITO NO CADASTRO DE PESSOAS FÍSICAS DO MINISTÉRIO DA FAZENDA CPF/MF SOB O Nº. XXX.563.086-XXRG SOB O Nº. XX3107244XX
DETENTORA DO ITEM (S): 8.

4. EMPRESA: GENIUS MODAS E UNIFORMES LTDA.
CNPJ: 48.723.144/0001-00. TEL/FAX: (38) 37402294. E-MAIL: SOBRALFINANCEIRO22@GMAIL.COM.
ENDEREÇO: RUA BOCAIUVA, 522 - SALA 01 - SANTO ANTONIO. CEP: 39.272-138. CIDADE: PIRAPORA / MINAS GERAIS.
NOME DO REPRESENTANTE: ALINE PEREIRA SOBRAL, INSCRITO NO CADASTRO DE PESSOAS FÍSICAS DO MINISTÉRIO DA FAZENDA CPF/MF SOB O Nº. XXX.994.696-XX RG SOB O Nº. XX317852XX
DETENTORA DO ITEM (S): 6 E 7.

PLANILHA COM ITENS/ VALORES DA (S) EMPRESA (S) DETENTORA (S)

| ITEM NA ARP | DESCRIÇÃO | UNID | QUANT. | MARCA | VALOR UNIT. R$ | EMPRESA DETENTORA |
|---|---|---|---|---|---|---|
| 1 | Bolsa Material: Lona Cor: Amarela Tipo: 2 Repartição Interna Comprimento: cerca 35 CM Largura: cerca 20 CM Altura: cerca 32 CM Características Adicionais: Bolsa Para Os Agentes De Endemias Do Programa Malária/dengue, Bolso Na Parte Frontal E Alça Em Fita De Nylon, Fecho De Plástico Com Identificação Do Sus /SEMSAU. CATMAT 404492 | Unid. | 120 | PROPRIA | 46,90 | ARCA PROMOCOES E EVENTOS LTDA |
| 2 | Bolsa Material: Lona Sintética Reforçada Cor: Azul-marinho Comprimento: Cerca 40 Cm Largura: Cerca 30 Cm Lateral: Cerca 14 Cm Características Adicionais: Zíper Niquelado, 2 Alças Tiracolo E 1 Alça De Mão Reforçada Por Sintético, Bolso Interno, Com Logomarca Conforme Modelo Informado Pela Secretaria Municipal Da Saúde. CATMAT 300739 | Unid. | 116 | PROPRIA | 41,90 | ARCA PROMOCOES E EVENTOS LTDA |
| 3 | Boné Material Corpo: Brim 100% Algodão, Com Forro Interno Material Aba: Brim, Alma Em Polietileno Revestido No Mesmo Tecido Material Regulador Abertura: Pvc /Polietileno Material Costura: Linha 100%Poliéster Ou Algodão Na Mesma Cor Do Tecido Modelo: Com Aba Bico de Pato e Cantos Arredondados Cor: Azul Marinho Características Adicionais: Logomarca Impressa Na Frente e Lateral Impressão: Contendo Descrição Conforme Layout Informado Pela Secretaria Municipal Da Saúde Tamanho: Único para Adulto. | Unid. | 232 | PROPRIA | 13,13 | MALTA INDUSTRIA E COMERCIO DE PRODUTOS LTDA |
| 4 | Boné Material Corpo: Brim Grosso Material Aba: Plástico Modelo: Americano comReGulagem Cor: Caqui Características Adicionais: Pintura Emborrachada E Identificação Da Secretaria Municipal De Saúde E Emblema Do SUS. Tamanho: Médio. | Unid. | 230 | PROPRIA | 13,13 | MALTA INDUSTRIA E COMERCIO DE PRODUTOS LTDA |
| 5 | Camiseta Tipo: Com Proteção Uv, Com Ufp 50, Com Bloqueio 98,0% De Radiação Uv E Transmitem Apenas 2,0% Tipo Manga: Longa Tipo Gola: Redonda Cor: Azul Marinho Tamanho: Sob Medida Características Adicionais: Contendo Logomarcas A Ser Fornecida Pela Secretaria Municipal Da Saúde. | Unid. | 232 | PROPRIA | 80,00 | ARCA PROMOCOES E EVENTOS LTDA |
| 6 | Camiseta Tipo: Unissex Tipo Manga: Curta Tipo Gola: Redonda Cor: Branca Tamanho: Variados Características Adicionais: Na Frente Logomarca Das Campanhas ComEstampas Em Cores Variadas. A Arte Será Fornecida Pela Secretária Municipal De Saúde Material: 67% Poliéster E 33%Viscose Tamanhos P (1.010), M (1.260), G (870), GG (470), XG (120), XXG (120). Este item é de participação aberta (Cota principal) e está vinculado ao item de participação exclusiva Nº 07. | Unid. | 2.888 | GENIUS | 15,00 | GENIUS MODAS E UNIFORMES LTDA |
| 7 | Camiseta Tipo: Unissex Tipo Manga: Curta Tipo Gola: Redonda Cor: Branca Tamanho: Variados Características Adicionais: Na Frente Logomarca Das Campanhas Com Estampas Em Cores Variadas. A Arte Será Fornecida Pela Secretária Municipal De Saúde Material: 67% Poliéster E 33%Viscose Tamanhos P (1.010), M (1.260), G (870), GG (470), XG (120), XXG (120). Este item é de participação exclusiva (Reserva de Cota) e está vinculado ao item de participação exclusiva Nº 06. | Unid. | 962 | GENIUS | 15,00 | GENIUS MODAS E UNIFORMES LTDA |
| 8 | Camiseta Tipo: Unissex Tipo Manga: Longa com Punho Tipo Gola: Polo Cor: Com Cor - Caqui Tamanho: Variados | Unid. | 222 | PROPRIA | 23,00 | INFINITI CONFECCAO LTDA |

| | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | Características Adicionais: Logomarca Da Secretária Municipal De Saúde/RO. Emblema Do Sus Em Bordado. Material: 67% Poliéster E 33% Viscose. | | | | | |
| **9** | Protetor Solar Tipo Proteção: Uva/ Uvb Fator Proteção: Fator 50 Forma Farmacêutica: Loção Cremosa Adicional: Isento De Óleo Caracteristicas Adicionais: Protetor Solar Alta Proteção, Apresentando Proteção Reforçada Para O Rosto, Resistente A Água, Para Todos Os Tipos De Pele. Frasco Mínimo 200 ml. | Unid. | 1.056 | PROPRIA | 14,95 | ARCA PROMOCOES E EVENTOS LTDA |

CLÁUSULA II - ÓRGÃO(S) GERENCIADOR E PARTICIPANTE(S)
2.1. O órgão gerenciador será a Gerência do Sistema de Registro de Preço - GSRP da Prefeitura Municipal de Ariquemes.
2.2. Caberá à Gerência do Sistema de Registro de Preço - GSRP a condução do conjunto de procedimentos do certame para registro de preços e gerenciamento da Ata dele recorrente, conforme art. 66, § 1º, do Decreto municipal 19.359/22.
2.3. No entanto, a alocação de recursos, empenhamento, análise do mérito das quantidades adquiridas, bem como a finalidade pública na utilização dos materiais e serviços são de responsabilidade exclusiva do ordenador de despesas do órgão Participante assim como as demais atribuições previstas no art. 67 e 68 do Decreto municipal 19.359/22.
2.4. São órgãos e entidades públicas participantes do registro de preços:

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.

CLÁUSULA III - DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
3.1 Durante a vigência da ata de registro de preços e mediante autorização prévia do órgão gerenciador, as secretarias municipais da prefeitura de Ariquemes que não tenha participado do procedimento poderá aderir à ata de registro de preços, desde que seja justificada no processo a vantagem de utilização da ata, a possibilidade de adesão tenha sido prevista no edital e haja a concordância do fornecedor ou prestador beneficiário da ata.
3.2 As aquisições ou as contratações adicionais a que se refere no item anterior não poderão exceder, por secretaria, a 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e para os órgãos participantes.
3.3 O quantitativo decorrente das adesões à ata de registro de preços a que se refere o caput deste artigo não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independentemente do número de secretarias não participantes que aderirem.
3.4 Caberá ao fornecedor ou prestador beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento ou prestação decorrente de adesão, o que fará no compromisso de não prejudicar as obrigações presentes e futuras decorrentes da ata, assumidas com o órgão gerenciador e com os órgãos participantes.
3.5 As secretarias, órgão ou entidade poderá solicitar adesão aos itens de que não tenha figurado inicialmente como participante, atendidos os requisitos estabelecidos no § 2º do art. 86 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021.
3.6 Não será concedida nova adesão ao órgão ou entidade que não tenha consumido ou contratado o quantitativo autorizado anteriormente.

CLÁUSULA IV - DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO
4.1 O prazo de vigência desta Ata de Registro de Preço será de 12 (doze) meses contados o prazo de vigência da ata de registro de preços, contado a partir da publicação do extrato da ata no Portal Nacional de Contratações Públicas e Diário Oficial dos Municípios do Estado de Rondônia
4.1.1 Podendo este prazo ser prorrogado uma vez, por igual período, desde que ocorra motivo justificado aceito pela Administração e que comprovado que as condições e o preço permanecem vantajosos.
4.1.2 No ato de prorrogação da vigência da ata de registro de preços poderá haver a renovação dos quantitativos registrados, até o limite do quantitativo original.
4.1.2.1 O ato de prorrogação da vigência da ata deverá indicar expressamente o prazo de prorrogação e o quantitativo renovado.
4.2 A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles possam advir, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro preferência de fornecimento ou contratação em igualdade de condições.
4.3 As contratações decorrentes da ata serão formalizadas por meio de instrumento contratual, carta-contrato, nota de empenho de despesa, autorização de compra, ordem de execução de serviço ou outro instrumento equivalente, conforme prevê o art. 95 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021.
4.3.1 Os contratos celebrados em decorrência do Registro de Preços estão sujeitos às regras previstas na Lei Federal n.º 14.133, de 2021.
a) Os contratos poderão ser alterados de acordo com o previsto em lei e no edital da licitação, inclusive quanto ao acréscimo de que trata os art. 124 a 136, da Lei Federal n.º 14.133, de 2021, cujo limite é aplicável ao contrato individualmente considerado e não à ata de registro de preços.
b) A duração dos contratos decorrentes da ata de registro de preços deverá atender ao contido no Capítulo V, do Título III, da Lei Federal n.º 14.133, de 2021.
c) O contrato decorrente do Sistema de Registro de Preços deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.
d) A alteração dos preços registrados não altera automaticamente os preços dos contratos decorrentes do Sistema de Registro de Preços, cuja revisão deverá ser feita pela secretaria municipal, órgão contratante, observadas as disposições legais incidentes sobre os contratos.
4.4 É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços, inclusive acréscimos do que trata o art. 124 da Lei n. º 14.133, de 2021.
4.5 Para celebrar o contrato ou retirar o instrumento equivalente, o fornecedor ou prestador de serviço deverá se credenciar no sistema de registro cadastral unificado disponível no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no processo eletrônico municipal, mantendo as condições de habilitação exigidas na licitação.

CLÁUSULA V - DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
5.1 O registro do preço do fornecedor será cancelado pelo órgão gerenciador quando o fornecedor:
I - for liberado;
II - descumprir as condições da ata de registro de preços, sem justificativa aceitável;
III - não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado;
IV - sofrer sanção prevista no inciso IV do art. 156 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021;
V - não aceitar o preço revisado pela Administração.
5.2 A ata de registro de preços será cancelada, total ou parcialmente, pelo órgão gerenciador:
I - pelo decurso do prazo de vigência;
II - pelo cancelamento de todos os preços registrados;
III - por fato superveniente, decorrente caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução obrigações previstas na ata, devidamente demonstrado; e
IV - por razões de interesse público, devidamente justificadas.

5.2 No caso de cancelamento da ata ou do registro do preço por iniciativa da Administração, será assegurado o contraditório e a ampla defesa

CLÁUSULA VI - DO PROCEDIMENTO PARA IMPUGNAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1 Qualquer cidadão ou entidade legalmente constituída é parte legítima para, a qualquer momento, durante a vigência da ata de registro de preços, impugnar o preço registrado, quando vier apresentar incompatibilidade com o preço vigente no mercado.

6.2 A impugnação do preço registrado deverá ser acompanhada de sua respectiva fundamentação, e instruída com os elementos probatórios disponíveis para comprovação da veracidade do alegado.

6.3 A comprovação da veracidade do alegado, para fins de impugnação deverá demonstrar que eventuais preços a menor do que o registrado são praticados no mercado por pessoas ou empresas que atendam os requisitos mínimos para contratação junto a Administração Pública, em atenção às regras previstas no edital da licitação que ensejou no preço registrado e às constantes na Lei 14.133/21 e legislação correlata.

6.4 A impugnação deverá ser endereçada ao Gerente de Registro de Preços, preferencialmente via e-mail: registrodepreco.pma@gmail.com (ao transmitir o e-mail o mesmo deverá ser confirmado pelo Gerente de Registro de Preços ou equipe de apoio responsável, para não se tornar sem efeito), pelos telefones (069) 3516-2021 e 3516 -2020) ou ainda, protocolado o original junto a Prefeitura Municipal de Ariquemes, no horário das 07h30min às 13h30min de segunda a sexta-feira, situada na Av. Tancredo Neves, nº 2.166 Setor Institucional em Ariquemes/RO CEP: 76.872-854.

6.5 Ao receber a impugnação, o Gerente de Registro de Preço instruirá os autos com a adoção das diligências que entender necessárias, entre elas a realização de pesquisa de preços, e proferirá decisão, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, conforme o caso, declarando a adequação ou a inadequação do preço registrado.

6.6 Se a decisão a que refere o subitem anterior decidir pela inadequação do preço registrado, o Gerente de Registro de Preços notificará o fornecedor detentor do preço registrado para, no prazo de 72 (setenta e duas) horas, manifestar por escrito sua concordância ou não com a redução do preço registrado, nos termos da proposta da Administração, fundamentando sua manifestação com informações e documentos que entender pertinentes.

6.7 Caso o fornecedor manifeste anuência com a redução do preço registrado, a Administração providenciará o aditamento da Ata de Registro de Preços e encaminhará os autos para a autoridade superior, para fins de homologação dos praticados e publicação na imprensa oficial.

6.8 Na hipótese de não aceitação da proposta de redução da Administração por parte dos fornecedores, estes serão liberados do compromisso assumido sem aplicação de penalidades e haverá a convocação dos demais fornecedores, em ordem de classificação, para fornecimento dos itens registrados pelo preço constante na proposta da Administração.

6.9 Liberado o fornecedor na forma do item anterior, o órgão gerenciador poderá convocar os integrantes do cadastro de reserva, para que manifestem interesse em assumir o fornecimento dos bens, a execução das obras ou dos serviços, pelo preço atualizado.

6.10 Na hipótese de não haver cadastro de reserva, a Administração Pública poderá convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para negociação e assinatura da ata no máximo nas condições ofertadas por estes, desde que o valor seja igual ou inferior ao orçamento estimado para a contratação, inclusive quanto aos preços atualizados, nos termos do instrumento convocatório.

CLÁUSULA VII - DO REEQUILÍBRIO ECONÔMICO

7.1 Os preços registrados poderão ser atualizados em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução tal como pactuado, nos termos do disposto na norma contida no § 5º do art. 82 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021.

7.2 Quando o preço registrado se tornar superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão gerenciador convocará os fornecedores para negociarem a redução dos preços registrados, tornando-os compatíveis com os valores praticados pelo mercado.

7.2.1 Os fornecedores que não aceitarem reduzir seus preços aos valores praticados pelo mercado serão liberados dos compromissos assumidos, sem aplicação de penalidades administrativas.

7.2.2 A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação obtida originalmente na licitação.

7.2.3 A redução do preço registrado será comunicada pelo órgão gerenciador aos órgãos que tiverem formalizado contratos com fundamento no respectivo registro, para que avaliem a necessidade de efetuar a revisão dos preços contratados.

7.3 Quando o preço de mercado se tornar superior aos preços registrados é facultado ao fornecedor requerer, antes do pedido de fornecimento, nota de empenho ou contrato, o que vier primeiro, a atualização do preço registrado, mediante demonstração de fato superveniente que tenha provocado elevação que supostamente impossibilite o cumprimento das obrigações contidas na ata e desde que atendidos os seguintes requisitos:

I - a possibilidade da atualização dos preços registrados seja solicitada formalmente pelo fornecedor ou prestador signatário da ata de registro de preços;

II - a modificação seja substancial nas condições registradas, de forma que seja caracterizada alteração desproporcional entre os encargos do fornecedor ou prestador signatário da ata de registro de preços e da Administração Pública;

III - seja demonstrado nos autos a desatualização dos preços registrados, por meio de apresentação de planilha de custos e documentação comprobatória correlata que demonstre que os preços registrados se tornaram inviáveis nas condições inicialmente pactuadas;

IV - seja realizado ampla pesquisa de mercado;

V - seja feito negociação formal entre o órgão gerenciador e o fornecedor ou prestador signatário, buscando sempre manter menor custo para administração pública.

7.3.1 A iniciativa e o encargo da demonstração da necessidade de atualização de preço serão do fornecedor ou prestador signatário da ata de registro de preços, cabendo ao órgão gerenciador a análise e deliberação a respeito do pedido.

7.3.2 Se não houver prova efetiva da desatualização dos preços registrados e da existência de fato superveniente, o pedido será indeferido pela Administração e o fornecedor continuará obrigado a cumprir os compromissos pelo valor registrado na ata, sob pena de cancelamento do registro de preços e de aplicação das penalidades administrativas previstas em lei e no edital.

7.3.3 Na hipótese do cancelamento do registro de preços prevista no § 2º deste artigo, o órgão gerenciador poderá convocar os demais fornecedores integrantes do cadastro de reserva para que manifestem interesse em assumir o fornecimento dos bens, a execução das obras ou dos serviços, pelo preço registrado na ata.

7.3.4 Comprovada a desatualização dos preços registrados decorrente de fato superveniente que prejudique o cumprimento da ata, a Administração poderá efetuar a atualização do preço registrado, adequando-o aos valores praticados no mercado.

7.3.5 Caso o fornecedor ou prestador não aceite o preço atualizado pela Administração, será liberado do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades administrativas.

7.3.6 Liberado o fornecedor na forma do item 7.3.5, o órgão gerenciador poderá convocar os integrantes do cadastro de reserva, para que manifestem interesse em assumir o fornecimento dos bens, a execução das obras ou dos serviços, pelo preço atualizado.

7.3.7 Na hipótese de não haver cadastro de reserva, a Administração Pública poderá convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para negociação e assinatura da ata no máximo nas condições ofertadas por estes, desde que o valor seja igual ou inferior ao orçamento estimado para a contratação, inclusive quanto aos preços atualizados, nos termos do instrumento convocatório.

7.3.8 Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação da ata de registro de preços, adotando de imediato as medidas cabíveis para a satisfação da necessidade administrativa.

7.3.9 Após a emissão da ordem fornecimento ou nota de empenho, o que vier primeiro, caso ocorra o requerimento do fornecedor ou prestador signatário, o reajuste valerá somente para a próxima ordem fornecimento ou nota de empenho.

CLÁUSULA VIII - DA AUTORIZAÇÃO PARA AQUISIÇÃO
8.1 As aquisições do objeto da presente Ata de Registro de Preços serão autorizadas pela Autoridade Competente ordenador de despesa, conforme Dotação Orçamentária.
8.2 Autorizadas às aquisições será emitida a respectiva nota de empenho, precedida da elaboração do contrato pela Administração, se for o caso.
8.3 Após a assinatura do contrato se for o caso, as partes se submeterão às regras contidas naquele instrumento.

**CLÁUSULA IX - INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**(art. 92, XIV)
9.1 Comete infração administrativa, o contratado que cometer quaisquer das infrações previstas no art. 155 da Lei nº 14.133, de 2021:
a) der causa à inexecução parcial do contrato;
b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
c) der causa à inexecução total do contrato;
d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
h) praticar ato lesivo previsto noart. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.
**i)**Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta, conforme artigo 155, inciso VI da Lei 14.133/2021.
9.2 Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:
i - Advertência, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);
ii - Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas b, c e d do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);
iii - Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas e, f, g e h do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas b, c e d, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).
iv - Multa:

1. Multa moratória de 0,5% (cinco décimos por cento) sobre o valor do contrato, por dia de atraso na assinatura do instrumento contratual ou no recebimento da Ordem de Fornecimento ou da Nota de Emprenho, observado o limite de 6 (seis) dias corridos, após o qual será caracterizada a inexecução total do contrato, salvo no caso de justificativa aceita pela Administração.

**2.**Compensatória de 30% (trinta por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto.

**2.1**O atraso superior a dez dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

9.3 A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021)
9.4 Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).
9.4.1 Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021)
9.4.2 Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).
9.4.3 Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de10 (dez) diasa contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.
9.5 A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos doart. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.
9.6 Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):
a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
b) as peculiaridades do caso concreto;
c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
d) os danos que dela provierem para o Contratante;
f) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
9.7 Os atos previstos como infrações administrativas naLei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos naLei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).
9.8 A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021).
9.9 O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021).
9.10 As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma doart. 163 da Lei nº 14.133/21.
9.11 Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros

contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da InstruçãoNormativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

**CLÁUSULA X - DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO**
**10.1**Homologado o resultado da licitação, o licitante mais bem classificado será comunicado via e-mail, da publicação da Ata de Registro de Preços, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.
**10.2**A ata será disponibilizada no sistema de registro de preços. Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quantas forem necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item(ns),as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.
**10.3**O preço registrado, com a indicação dos fornecedores, será divulgado no PNCP e disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.
**10.4**A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.
**10.5**Na hipótese de liberação do detentor ou cancelamento da proposta deste para o item da ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidas, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

CLÁUSULA XI - DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA
11.1 Conforme artigos 72, § 4º e seus incisos do Decreto municipal 19.359/22, o cadastro de reserva de fornecedores ocorrerá após o encerramento da etapa competitiva, com por finalidade especial atender a superveniente exclusão do primeiro fornecedor classificado.
11.2 Será incluído, na respectiva ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes que aceitarem cotar os bens, obras ou serviços com preços iguais aos do licitante vencedor, na sequência da classificação do certame, observadas as seguintes questões:
11.2.1 O registro a que se refere o item 9.2 deste artigo tem por objetivo a formação de cadastro de reserva no caso de impossibilidade de atendimento pelo primeiro colocado da ata, nas hipóteses previstas no § 4º do caput, nos incisos II, IV e V do art. 79, no inciso III do art.80, e no art. 81, do Decreto municipal 19.359/22;
11.2.2 Se houver mais de um licitante na situação de que trata o item 9.2, serão classificados segundo a ordem da última proposta apresentada durante a fase competitiva;
11.2.3 A habilitação dos fornecedores que comporão o cadastro de reserva, a que se refere o item 9.2, será efetuada quando houver necessidade de contratação de fornecedor remanescente.

CLÁUSULA XII - DAS CONDIÇÕES GERAIS
12.1 As condições gerais do fornecimento, tais como os prazos para entrega e recebimento do objeto, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Edital de Licitação e em seus anexos como Termo de Referência e Minuta de contrato.

CLÁUSULA XIII - DAS INFORMAÇÕES GERAIS
13.1 Mais informações poderão ser adquiridas pelos telefones (0xx69) 3516-2021 com a Sr(a). Bruna Ribeiro Almeida, na sala da Superintendência Municipal de Licitação, situada no Centro Administrativo Municipal Dr. Carpintero, 2º piso, na Avenida Tancredo Neves, Nº. 2.166, Setor Institucional, Ariquemes-RO, de segunda à sexta-feira das 07h30min às 13h30min.

CLÁUSULA XIV - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS
14.1 Integram esta Ata o Edital de Pregão Eletrônico Nº. 114/SML/2023, a proposta da empresa vencedora que esta subscreve, bem como todos os demais elementos do Processo nº. 11621/SEMSAU/2023.
14.2 A eficácia da validade da presente Ata de Registro de Preços dar-se-á pela HOMOLOGAÇÃO do resultado da licitação que a originou, Pregão Eletrônico Nº. 114/2023/PREGAO/SML/PMA, pela Excelentíssima Senhora Prefeita.

Órgão Gerenciador
***BRUNA RIBEIRO ALMEIDA***
Presidente da Comissão de Gerenciamento do Sistema de Registro de Preços

**Publicado por:**
Bruna Ribeiro Almeida
**Código Identificador:**0A836395

**ESTADO DE RONDÔNIA**
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CACOAL**

**ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO**
**EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 1/2024**

**PREGÃO FORMA ELETRÔNICA 143/*2023***
**PROCESSO Nº *19692/2023*.**
**OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PRONTOS (MARMITEX)..**
**PRAZO DE VALIDADE: 12 (doze) meses contados a partir da data de publicação**
**EMPRESA DETENTORA: CAFETERIA SETUBAL & GALLINA LTDA43.839.277/0001-15**

**ITENS E VALORES REGISTRADOS NA ATA:**

**LOTE 1: LOTE 1**

| Item | Código | Descrição | Unidade | Quant. | Valor Unit. R$ | Valor Total R$ | Marca/Espec. |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 1 | 118083 | ALMOÇO E/OU JANTAR FORNECIMENTO DE REFEIÇÕES COMERCIAIS, EMBALADAS E LACRADAS EM MARMITEX DE ALUMÍNIO N08, COM PESO MÍNIMO DE 700 GRAMAS DE ALIMENTO E MÁXIMO DE 765 GRAMAS DE ALIMENTO, SEGUINDO A | UND | 12564 | R$ 14,40 | 180.921,60 | SERVIÇO |

| | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | SEGUINTE ESTRUTURA DE CARDÁPIO, CONTENDO: 01 PRATO PRINCIPAL: 01 ARROZ: BRANCO TIPO 1 COZIDO; 01 FEIJÃO TIPO 1: PRETO OU CARIOCA COZIDO; CARNE VERMELHA BOVINA , PREPARADA; OU CARNE SUÍNA PREPARADA; OU FRANGO PREPARADO; 01 GUARNIÇÃO: MASSAS VARIADAS OU LEGUMES OU TUBÉRCULOS REFOGADOS/PREPARADOS; 02 SALADAS: 1 - FOLHOSA 2 VERDURAS/LEGUMES CRUS/ COZIDOS,ACOMPANHADAS DE TALHERES,TUDO DESCARTÁVEL E EMBALADO SEPARADAMENTE.<br>OBS: A SECRETARIA SOLICITANTE SE DESLOCARÁ AO LOCAL (EMPRESA VENCEDORA DO CERTAME LICITATÓRIO) PARA RETIRADA DO(S) PRODUTO(S). | | | | | |
| | | | | | TOTAL: | 180.921,60 | |

**LOTE 2: LOTE 2**

| Item | Código | Descrição | Unidade | Quant. | Valor Unit. R$ | Valor Total R$ | Marca/Espec. |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 1 | 118083 | ALMOÇO E/OU JANTAR FORNECIMENTO DE REFEIÇÕES COMERCIAIS, EMBALADAS E LACRADAS EM MARMITEX DE ALUMÍNIO N08, COM PESO MÍNIMO DE 700 GRAMAS DE ALIMENTO E MÁXIMO DE 765 GRAMAS DE ALIMENTO, SEGUINDO A SEGUINTE ESTRUTURA DE CARDÁPIO, CONTENDO: 01 PRATO PRINCIPAL: 01 ARROZ: BRANCO TIPO 1 COZIDO; 01 FEIJÃO TIPO 1: PRETO OU CARIOCA COZIDO; CARNE VERMELHA BOVINA , PREPARADA; OU CARNE SUÍNA PREPARADA; OU FRANGO PREPARADO; 01 GUARNIÇÃO: MASSAS VARIADAS OU LEGUMES OU TUBÉRCULOS REFOGADOS/PREPARADOS; 02 SALADAS: 1 - FOLHOSA 2 VERDURAS/LEGUMES CRUS/ COZIDOS,ACOMPANHADAS DE TALHERES,TUDO DESCARTÁVEL E EMBALADO SEPARADAMENTE.<br>OBS: A SECRETARIA SOLICITANTE SE DESLOCARÁ AO LOCAL (EMPRESA VENCEDORA DO CERTAME LICITATÓRIO) PARA RETIRADA DO(S) PRODUTO(S). | UND | 4188 | R$ 14,40 | 60.307,20 | SERVIÇO |
| | | | | | TOTAL: | 60.307,20 | |

**Obs.: A íntegra da Ata de Registro de Preços n. 1/2024poderá ser obtida no site da Prefeitura Municipal www.cacoal.ro.gov.br.**

**CACOAL, 05 de janeiro de 2024**

***ANA PAULA DE ALMEIDA***
Chefe de Coordenação de Registro de Preços
Portaria N°0878/PMC/2023

**Publicado por:**
Kelly Samara Duarte da Rosa
**Código Identificador:**53835F4F

## CÂMARA MUNICIPAL DE CACOAL
## RELAÇÃO DE SERVIDORES ATIVOS E INATIVOS 31 DE DEZEMBRO DE 2023

| | |
|---|---|
| ***Câmara Municipal de Cacoal*** | |
| **RELAÇÃO DE SERVIDORES ATIVOS E INATIVOS** | |
| **31 DE DEZEMBRO DE 2023** | |
| **ABDIEL AFONSO FIGUEIRA** | *PROCURADOR JURIDICO* |
| **ADELIA FERREIRA COELHO** | *CHEFE DE SEÇÃO DE FROTAS* |
| **ADILEI AGUIAR BARBOSA** | *DIRETOR DA DIVISAO DE SERVIÇOS GERAIS* |
| **ADILSON SARTORIO** | *ASSESSOR ESPECIAL PARLAMENTAR* |
| **ALESSANDRO DALBEN DOS REIS SILVA** | *ASSESSOR PARLAMENTAR DE GABINETE* |
| **ALICE CRISTINA DE CASTRO** | *AGENTE ADMINISTRATIVO* |
| **ALICE DAVID DA SILVA** | *AGENTE ADMINISTRATIVO* |
| **ANAZILDA MARTINS DOS SANTOS** | *AUXILIAR OPERACIONAL DE SERVIÇOS GERAIS* |
| **ANDRE GUEDES DA SILVA FILHO** | *ASSESSOR AUXILIAR DE GABINETE* |
| **ANDRE LUIZ AYRES BARBOZA** | *TECNICO DE SEGURANCA NO TRABALHO* |
| **ANDRESSA ALVES DE OLIVEIRA** | *CONTROLADOR GERAL INTERINA* |
| **ANTONIA MARIANO** | *ASSESSOR AUXILIAR DE GABINETE* |
| **ANTONIO CESTARI NOGUEIRA JUNIOR** | *ASSESSOR AUXILIAR DE GABINETE* |
| **ANTONIO NUNES PERREIRA** | *AGENTE DE MANUTENÇÃO E REPAROS* |
| **ANTONIO OLIVEIRA BRITO** | *DIRETOR DA DIRETORIA LEGISLATIVA* |
| **ANY CAROLINE NUNES TOMAZ** | *ASSESSOR PARLAMENTAR DE GABINETE* |
| **BRUNA DOS SANTOS DE MELO** | *ASSESSOR PARLAMENTAR DE GABINETE* |
| **BRUNA HOSSEN SILVA** | *ASSESSOR PARLAMENTAR DE GABINETE* |
| **CARLA LIMA DE OLIVEIRA** | *ALMOXARIFE* |
| **CELIO ROBERTO ALCANTARA DE NORONHA** | *ASSESSOR AUXILIAR DE GABINETE* |
| **CHIRLEI DE BERNADINO MOREIRA** | *ASSESSOR AUXILIAR DE GABINETE INTERINA* |
| **CLAUDEMIRO BARBOSA** | *ASSESSOR PARLAMENTAR DE GABINETE (EM LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAUDE)* |
| **CLAUDIA PONTES PEREIRA** | *AGENTE DE PORTARIA (READAPTADA)* |
| **CLEONIR DA COSTA BARBOSA** | *ASSESSOR AUXILIAR DE GABINETE* |
| **CRISTIANE ROSA FERREIRA** | *AUXILIAR ADMINISTRATIVO* |
| **DAMIANI GOMES RELLES** | *DIRETOR DA DIVISAO DE ADMINISTRACAO* |
| **DANIELLY RODRIGUES VIANA** | *ASSESSOR AUXILIAR DE GABINETE* |
| **DAVI JOSÉ DOS SANTOS** | *ASSESSOR ESPECIAL PARLAMENTAR* |
| **DAVID EUGÊNIO DE LIMA PEREIRA** | *ASSESSOR ESPECIAL PARLAMENTAR* |
| **DINA ELAINE PEREIRA** | *ASSESSOR AUXILIAR DE GABINETE* |
| **EDSON TEIXEIRA DE SOUZA** | *MOTORISTA DE VIATURAS LEVES* |
| **EDUARDO DA SILVA BEZERRA** | *ASSESSOR AUXILIAR DE GABINETE* |
| **ELIANA MARIA ENGELHARDT DO PRADO** | *AUDITOR ADMINISTRATIVO* |
| **ELINEIA APARECIDA DE OLIVEIRA** | *SERVENTE* |
| **ERICA PEREIRA DE SOUZA CAMPOS** | *CHEFE DA SEÇÃO DE RELAÇÕES PÚBLICAS* |
| **ERIKA CRISTINA DE LIMA MIRANDA** | *CHEFE DA CHEFIA DE GABINETE* |
| **ERIVELTON KLOOS** | *PROCURADOR GERAL* |
| **ERONITA DELMIRA DIAS** | *ASSESSOR AUXILIAR DE GABINETE* |
| **EUGENIO BIANCHINI** | *BRAÇAL* |
| **EVERALDO BOGONI** | *ASSESSOR ESPECIAL PARLAMENTAR* |
| **FELIPE ALEXANDER BISPO** | *MOTORISTA DE VIATURAS LEVES* |
| **FERNANDA PEREIRA DA SILVA** | *AGENTE ADMINISTRATIVO (CEDIDO)* |
| **GABRIEL GOMES DUARTE** | *ASSESSOR AUXILIAR DE GABINETE* |

| | |
|---|---|
| **GLEIDY THAIS XAVIER DA SILVA** | *ASSESSOR ESPECIAL PARLAMENTAR* |
| **HELIEL RODRIGUES DE SOUZA** | *DIRETOR DA DIVISÃO DE SUPORTE TÉCNICO EM INFORMÁTICA* |
| **HENRIQUE SAMUEL RAFAEL SCHIMITT** | *ALMOXARIFE* |
| **HERINÉIA CRISTINA FLOR DE OLIVEIRA** | *ASSESSOR PARLAMENTAR DE GABINETE* |
| **ILÇO RODRIGUES PAES** | *ASSESSOR AUXILIAR DE GABINETE* |
| **IVONE PINHEIRO DA SILVA** | *ASSESSOR PARLAMENTAR DE GABINETE* |
| **IZAIAS RODRIGUES DOS SANTOS** | *VIGILANTE* |
| **JACICLEUDO FERNANDES DOS SANTOS** | *ASSESSOR AUXILIAR DE GABINETE* |
| **JAMILI MOLINA NUNI** | *ASSESSOR AUXILIAR DE GABINETE* |
| **JEAN VICTOR PEREIRA** | *ASSESSOR AUXILIAR DE GABINETE* |
| **JHONNY PEREIRA DA SILVA** | *CHEFE DA SEÇÃO DE RECEPÇÃO DE GABINETE* |
| **JOANA AGUIDA DE JESUS DE SOUSA** | *ASSESSOR PARLAMENTAR DE GABINETE* |
| **JOAO BOSCO RICARDO JUNIOR** | *DIRETOR DA DIRETORIA DE INFORMÁTICA* |
| **JOAO VITOR BUKER SANTANA** | *ASSESSOR PARLAMENTAR DE GABINETE* |
| **JOSIANE DE PAULA SILVA SANTOS** | *ASSESSOR AUXILIAR DE GABINETE (EM LICENÇA-MATERNIDADE)* |
| **JOSILENE RANGEL RAMOS DE CAMPOS** | *ASSESSOR AUXILIAR DE GABINETE* |
| **JOSUE LITTIG DE PAULA** | *VIGILANTE* |
| **JOYCE RODRIGUES VIANA** | *AGENTE ADMINISTRATIVO* |
| **KAMILA SOUSA PÍNTO** | *ASSESSOR PARLAMENTAR DE GABINETE INTERINA* |
| **KATIA DE SOUZA CAMARGO** | *ASSESSOR AUXILIAR DE GABINETE* |
| **LAISA CRIS ALVES DO NASCIMENTO** | *ASSESSOR ESPECIAL PARLAMENTAR* |
| **LAURO RAFAEL DE SOUSA PEREIRA** | *ASSESSOR AUXILIAR DE GABINETE* |
| **LEANDRO FRANCISCO DE OLIVEIRA NETO** | *TELEFONISTA* |
| **LEILA SAAR SILVA** | *ASSESSOR PARLAMENTAR DE GABINETE* |
| **LEISLEI SILVA DE CASTRO** | *AUXILAR ADMINISTRATIVO (APOSENTADA POR INVALIDEZ)* |
| **LUDIMILA MACHADO COMPER** | *ASSESSOR ESPECIAL PARLAMENTAR* |
| **LUIZ CARLOS RODRIGUES DO NASCIMENTO** | *INTÉRPRETE DE LIBRAS* |
| **LUIZ FELIPE DE BARROS VASCONCELLOS PINTO** | *PREGOEIRO* |
| **LUIZ FERNANDO SCHMITT** | *ASSESSOR ESPECIAL PARLAMENTAR* |
| **MARCIA ADRIANA RIBEIRO GOSLER** | *ASSESSOR ESPECIAL PARLAMENTAR* |
| **MARCIA ALVES SARAIVA** | *ASSESSOR ESPECIAL PARLAMENTAR* |
| **MARCIA PINTO** | *ASSESSOR AUXILIAR DE GABINETE* |
| **MARCOS PEREIRA** | *VIGILANTE* |
| **MARIA APARECIDA DE LIMA OLIVEIRA** | *SECRETARIA (CEDIDO)* |
| **MARIA APARECIDA SIMOES** | *DIRETOR DA DIRETORIA DAS COMISSÕES* |
| **MARIANA ANDREATTA DE SOUZA** | *ASSESSOR AUXILIAR DE GABINETE* |
| **MARLENE RODRIGUES DA SILVA** | *DIRETOR DA DIVISAO DE REDACAO OFICIAL* |
| **MATHEUS NOGUEIRA GUSMÃO** | *AUXILIAR ADMINISTRATIVO* |
| **MAYARA CINDY ZIMMERMANN FRANCISCO** | *ASSESSOR AUXILIAR DE GABINETE* |
| **NILCEIA FREDERICO DEO FREITAS** | *ASSESSOR AUXILIAR DE GABINETE* |
| **ORLEI PEREIRA DA SILVA JUNIOR** | *DIRETOR DA DIRETORIA DE COMUNICAÇÃO* |
| **OZEIAS VIEIRA PEREIRA** | *VIGILANTE* |
| **PATRICIA ALMEIDA COSTA** | *CONTROLADOR GERAL (EM LICENÇA-MATERNIDADE)* |
| **PEDRO FELIPE GOIS DE FREITAS** | *ASSESSOR PARLAMENTAR DE GABINETE* |
| **POLIANA BARBOSA HABITZREUTER** | *CONTADOR* |
| **RENAN MONTES PEREIRA** | *ASSESSOR AUXILIAR DE GABINETE* |
| **RICHARD PINHEIRO DOS SANTOS** | *ASSESSOR ESPECIAL PARLAMENTAR* |
| **ROGERIO FANECA COSTA** | *VIGILANTE* |
| **ROMARIO FERRARI VARGAS** | *ASSESSOR AUXILIAR DE GABINETE* |
| **RUBENS RODRIGUES DA SILVA** | *ASSESSOR AUXILIAR DE GABINETE* |
| **SILJIA TATHIANA LOVATTO** | *ASSESSOR ESPECIAL PARLAMENTAR* |
| **SIRLENE VIEIRA DE OLIVEIRA** | *PRESIDENTE DE LICITACAO* |
| **TALANIA LOPES DE OLIVEIRA** | *ASSESSOR DE PROCURADOR* |
| **TATIANE ANDRESSA FERNANDES** | *AUXILIAR ADMINISTRATIVO* |
| **THIAGO ALVES MARTINIANO** | *ASSESSOR ESPECIAL PARLAMENTAR* |
| **THIAGO GARCIA DE OLIVEIRA** | *DIRETOR DA DIVISÃO DE ÁUDIO E IMAGEM* |
| **TONY PABLO DE CASTRO CHAVES** | *PROCURADOR JURIDICO* |
| **VALDEIR DE ANDRADE** | *DIRETOR DE DIVISÃO DE FROTAS* |
| **VALERIA SARTE DOURADO** | *ASSESSOR PARLAMENTAR DE GABINETE* |
| **WILLIAM NAILOR GOMACK DE OLIVEIRA** | *MOTORISTA DE VIATURAS LEVES* |
| **WILLIAN ORTOLONE CORDEIRO** | *AUXILIAR ADMINISTRATIVO* |

**Publicado por:**
Luiz Felipe de Barros Vasconcellos Pinto
**Código Identificador:**93DFEFF4

## ESTADO DE RONDÔNIA
## PREFEITURA MUNICIPAL DE MACHADINHO D´ OESTE

### GABINETE DO PREFEITO
### ANEXO I - DECRETO 4393

**ANEXO I**

TABELA DE PONTUAÇÃO PARA FISCAL DE TRIBUTOS, AUDITOR FISCAL DE TRIBUTOS MUNICIPAIS E TÉCNICO EM RECEITA E TRIBUTOS

| Item | ATIVIDADE | PONT. |
|---|---|---|
| 01 | Vistoria em estabelecimento comerciais, industriais e prestadores de serviços, com a finalidade de obter a confirmação da baixa de atividade das mesmas, por estabelecimento | 10 |
| 02 | Notificação preliminar ou cobrança | 10 |
| 03 | Interdição de estabelecimento por funcionamento irregular | 80 |
| 04 | Cassação ou suspensão de alvará de funcionamento por estabelecimento | 80 |
| 05 | Entrega em domicílio de DAM ou carnê | 03 |
| 06 | Entrega em domicilio de cobrança amigável | 03 |
| 07 | Embargo de obras | 80 |
| 08 | Vistoria mediante laudo ou termo | 15 |

| | | |
|---|---|---|
| 09 | Vistoria mediante laudo circunstanciado | 15 |
| 10 | Consultoria a contribuintes e escritórios contábeis sobre legislação e operacionalização de sistema | 20 |
| 11 | Operar o Sistema SITAFE WEB, efetuando a fiscalização, notificação, nos moldes ditados pela Secretaria de Finanças do Estado de Rondônia, por contribuinte | 20 |
| 12 | Expedientes encaminhados a Secretaria de Estado de Finanças referente a Empresas com VAF Negativos para Averiguação. | 10 |
| 13 | Operar o Sistema Empresa Fácil, (REDESIM) efetuando a fiscalização, notificação homologação, inscrição, deferimento, indeferimento etc. nos moldes ditados pela Junta Comercial de Rondônia (JUCER), por contribuinte. | 15 |
| 14 | Operar o Sistema do ITR, efetuando a fiscalização, notificação e cobrança, nos moldes ditados pela Receita Federal do Brasil, por contribuinte. | 20 |
| 15 | Operar o Sistema do Simples Nacional, efetuando a fiscalização, notificação, deferimento, indeferimento, cobrança, exclusão, nos moldes ditados pela Receita Federal do Brasil, por contribuinte. | 20 |
| 16 | Constituição de crédito de acordo com o art. 4º deste decreto | |
| 17 | Exame/análise de Livros Contábeis e extra contábeis por livro. | 20 |
| 18 | Auditoria por processo | 40 |
| 19 | Lançamento de ofício de I.S.S mensal para prestador autônomo por contribuinte | 10 |
| 20 | Retenção na Fonte de todos os tributos devidos por contribuinte | 10 |
| 21 | Inscrição Municipal de oficio, efetivada por ação fiscal. | 15 |
| 22 | Revisão de cadastro para lançamento tributário por contribuinte | 13 |
| 23 | Cadastramento de Contribuinte | 10 |
| 24 | Lavratura de Termo de Início de ação fiscal | 30 |
| 25 | Revisão de notificação | 10 |
| 26 | Lavratura de auto de infração | 40 |
| 27 | Lavratura de termo de retenção de documentos | 20 |
| 28 | Lançamento de tributo por arbitramento | 200 |
| 29 | Análise de nota fiscal por nota | 05 |
| 30 | Instrução de processo sem diligência fiscal com exame de documentos, levantamento de dados e conclusão, mediante parecer ou relatório. | 40 |
| 31 | Instrução de processo com diligência fiscal, com exame de documentos, levantamento de dados e conclusão, mediante parecer ou relatório. | 40 |
| 32 | Consulta fiscal que envolva estudos e análise na legislação para emissão de relatório fiscal circunstanciado. | 150 |
| 33 | Diligência fiscal de avaliação de imóvel para lançamento de I.T.B. I | 20 |
| 34 | Termo de contestação referente a I.T.B.I e I.S.S. | 60 |
| 35 | Termo de contestação em processo administrativo referente a auto de infração e multa. | 60 |
| 36 | Regime Especial de Fiscalização por plantão em estabelecimentos que prestam serviços de qualquer natureza, elencados na lista de serviços em anexo a Lei Municipal 1.661/2017, com a finalidade apuração do ISSQN. | 60 |
| 37 | Relatório de encaminhamento ao Ministério Público | 30 |
| 38 | Notificação de contribuintes por divergência verificada pelo servidor em sistema de informação através de levantamento e análise de dados. | 20 |
| 39 | Notificação Preliminar para Empresas Prestadoras de Serviços, de outro município, que estiverem executando qualquer tipo de serviço, dentro do território do Município de Machadinho D´Oeste. | 50 |
| 40 | Entrega intimação para comparecer no Setor de Receitas | 10 |
| 41 | Termo de Apreensão de bens móveis ou mercadorias, livros, ou quaisquer outros documentos, escritos, magnéticos ou eletrônicos. | 33 |
| 42 | Diligencias aos imóveis dos contribuintes requerentes de isenção de IPTU para averiguação dos requisitos previsto na Legislação Municipal | 10 |
| 43 | Termo de encerramento de ação fiscal | 10 |
| 44 | Solicitação a PGM para tomar providências cabíveis em ação fiscal | 50 |
| 45 | Coleta de dados para execução fiscal/notificação administrativa por contribuinte. | 20 |
| 46 | Elaboração de planilha de apuração de valores | 50 |
| 47 | Conferencia de arre<br>cadação anual. | 150 |

Av. Castelo Branco, 3150 - Centro - Machadinho D´Oeste/RO CEP: 76.868-000
Contato: (69) 3581-3723 - Site: www.machadinho.ro.gov.br- CNPJ: 22.855.142/0001-73

Documento assinado eletronicamente (ICP-BR) por**PAULO HENRIQUE DOS SANTOS**,**PREFEITO MUNICIPAL**, em 05/01/2024 às 09:39, horário de Machadinho D'Oeste/RO, com fulcro no art. 18 doDecreto nº 3.431 de 06/03/2020.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no sitetransparencia.machadinho.ro.gov.br, informando o ID**496621**e o código verificador**5CE5BAE4**.

**Publicado por:**
Adriana de Souza Figueirêdo
**Código Identificador:**9FFD849D

---

**GABINETE DO PREFEITO**
**ANEXO III DECRETO 4393**

**ANEXO III**

**RELATÓRIO MENSAL DE ATIVIDADES FISCAIS - REMAF**

**Servidor:__ _____Matrícula:_____**
**Cargo:___ Período:**____/____/_____ a ____/_____/_____

| Item | Pontos | | Item | Pontos | | Item | Pontos | | Item | Pontos |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 01 | | | 02 | | | 03 | | | 04 | |
| 05 | | | 06 | | | 07 | | | 08 | |
| 09 | | | 10 | | | 11 | | | 12 | |
| 13 | | | 14 | | | 15 | | | 16 | |
| 17 | | | 18 | | | 19 | | | 20 | |
| 21 | | | 22 | | | 23 | | | 24 | |
| 25 | | | 26 | | | 27 | | | 28 | |
| 29 | | | 30 | | | 31 | | | 32 | |
| 33 | | | 34 | | | 35 | | | 36 | |
| 37 | | | 38 | | | 39 | | | 40 | |
| 41 | | | 42 | | | 43 | | | 44 | |
| 45 | | | 46 | | | 47 | | | 48 | |
| 49 | | | 50 | | | 51 | | | 52 | |
| 53 | | | 54 | | | 55 | | | 56 | |
| 57 | | | 58 | | | 59 | | | 60 | |
| 61 | | Especificar itens análogos | | | | | | | | |

PONTUAÇÃO TOTAL _____ VALOR EM REAIS DE CADA PONTO R$ _____

VALOR TOTAL NO PERÍODO R$ _____ PONTOS EXCEDENTES PARA O PRÓXIMO MÊS _____

Fica o servidor acima identificado ciente do resultado de sua aferição no período compreendido entre ___/___/_____ e ___/___/_____.

Machadinho D´Oeste, _____.
(data)

Ciente:_____
(Assinatura do servidor por extenso) (No caso de recusa)

_____
(Assinatura e carimbo Diretor)

(Assinatura e carimbo Sec. de Fazenda)

Av. Castelo Branco, 3150 - Centro - Machadinho D´Oeste/RO CEP: 76.868-000
Contato: (69) 3581-3723 - Site: www.machadinho.ro.gov.br- CNPJ: 22.855.142/0001-73

Documento assinado eletronicamente (ICP-BR) por**PAULO HENRIQUE DOS SANTOS**,**PREFEITO MUNICIPAL**, em 05/01/2024 às 12:16, horário de Machadinho D'Oeste/RO, com fulcro no art. 18 doDecreto nº 3.431 de 06/03/2020.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no sitetransparencia.machadinho.ro.gov.br, informando o ID**496647**e o código verificador**312E16EA**.

**Publicado por:**
Adriana de Souza Figueirêdo
**Código Identificador:**18018885

**ESTADO DE RONDÔNIA**
**PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO VELHO**

**FUNDAÇÃO CULTURAL DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO - FUNCULTURAL**
**PRORROGAÇÃO DA DIVULGAÇÃO DO RESULTADO FINAL (RECURSOS DOS EDITAIS DA LEI Nº 195/2022 - LEI PAULO GUSTAVO)**

A Prefeitura do Município de Porto Velho, por intermédio da Fundação Cultural do Município de Porto Velho – FUNCULTURAL, neste ato representado pelo seu Presidente Gonçalves Neto, conforme Decreto n°.9.007/l, DE 22 DE JUNHO DE 2022,
**Considerando** a prorrogação do prazo de avaliação aos recursos apresentados e pela inconsistência detectada no funcionamento da plataforma de acolhida e o tempo de análise dos recursos;
**Considerando** o período de recesso administrativo de final de ano, conforme Decreto nº 19.599, de 29 de novembro de 2023 publicado no Diário Oficial dos Municípios do Estado de Rondônia no dia 30 de novembro de 2023;
**Considerando** pedidos de recursos que foram apresentados e a justa necessidade das vistas requeridas;
**Considerando** os procedimentos contidos no DECRETO Nº 19.408, DE 26 DE SETEMBRO DE 2023, que dispõe sobre procedimentos de encerramento do Exercício Financeiro de 2023, estabelecendo medidas de controle das despesas, fixando prazos para execução orçamentária, financeira e patrimonial, considerando os Órgãos e Entidades da Administração Direta e Indireta , para fins de cumprimento da Lei 4.320/64, Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), Instruções Normativas do TCE RO e demais legislações pertinentes e dá outras providências.
**Resolve:**
Prorrogar o prazo para a divulgação final do resultado dos recursos para o dia 30 de janeiro de 2024 (quarta-feira) e consequentemente os demais prazos.

***GODOFREDO GONÇALVES NETO***
Presidente da Fundação Cultural de Porto Velho
Decreto nº 9.007/I, de 22/06/2022

**ANEXO IX**
**EDITAL 001/2023/FUNCULTURAL – AUDIOVISUAL**

**ANEXO VII**
**EDITAL 002/2023/FUNCULTURAL – AUDIOVISUAL**

**ANEXO X**
**EDITAL 003/2023/FUNCULTURAL – DEMAIS ÁREAS DA CULTURA**

| | |
|---|---|
| **PUBLICAÇÃO DO EDITAL** | **31/10/2023** |
| **1º ETAPA – INSCRIÇÕES (ELIMINATÓRIO)** | |
| **Período das Inscrições** | **01/11/2023 a ~~14/11/2023~~ 20/11/2023** |
| **Publicação parcial das Inscrições** | **~~16/11/2023~~ 22/11/2023** |
| **Publicação do Resultado final da 1º ETAPA** | **~~30/11/2023~~ ~~04/12/2023~~ 22/12/2023** |
| **Prazo para Interposição de recurso** | **~~01 04 a 05/12/2023~~ 26 e 27/12/2023** |
| **Prazo para Análise do Recurso** | **~~05 e 06/12/2023~~ 28/12/2023 a ~~05/01/2024~~ 30/01/2024** |
| **Resultado Final da 1ª ETAPA** | **~~08/12/2023~~ ~~09/01/2024~~ 31/01/2024** |
| **2º ETAPA – HABILITAÇÃO (ELIMINATÓRIO E CLASSIFICATÓRIO)** | |

| | |
|---|---|
| **Envio de Documentos de caráter eliminatório** | ~~**11/12/2023 a 13/12/2023 10/01 a 15/01/2024**~~ **01/02/2024 a 07/02/2024** |
| **Divulgação Resultado Final dos proponentes habilitados** | ~~**15/12/2023 - 19/01/2024**~~ **15/02/2024** |
| **Assinatura do Termo de Execução Cultural** | ~~**18 a 20/12/2023 22/01 a 26/01/2024**~~ **20/02/2024 a 26/02/2024** |
| **Repasse Financeiro** | ~~**22/12/2023 30/01/2024**~~ **04/03/2024 a 08/03/2024** |
| **Prazo para Execução dos projetos** | **365 dias contados da data do recebimento do recurso.** |
| **Prazo para Prestação de contas – A modalidade da Prestação de contas será realizada através de representante da Comissão referente, sendo a comprovação com visita "in loco" e/ou relatório de execução do objeto.** | **Prazo máximo de 365 dias meses contados da data da execução do projeto.** |

**Publicado por:**
Natália Portela Carneiro Aguiar
**Código Identificador:**A1282EB8

## SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
## PORTARIA Nº 384/2023/DIACAS/SEMED

Portaria nº 384/2023/DIACAS/SEMED Porto Velho, 27 de novembro de 2023.

**A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO**, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o que consta no processo nº. 00600-00047901/2023-91**-e.**

RESOLVE

**Arbitrar e conceder:** 6,5 (seis e meia) diárias aos servidores abaixo relacionado, por terem que se deslocar até as escolas municipais, por meio de transporte terrestre oficial, para realizar fiscalização e acompanhamento dos serviços de prestação de serviços prestados pelas Empresas de Vigilância e Segurança LTDA, Energisa e Caerd referentes as contas Públicas municipais. **Nos períodos de 01 à 02/12/2023; 07 à 09/12/e 13 à 15/12/2023**. Conforme solicitação constante no nº 164/2023/DIACAS/DA/SEMED , de 24 de outubro de 2023.

| NOME | CADASTRO | CARGO FUNÇÃO | DESTINO | QUANT. | VALOR UNITÁRIO | VALOR TOTAL |
|---|---|---|---|---|---|---|
| Rommel Chavez Rodrigues | 85.143 | Motorista | EMEF Rio Pardo – Distrito de Rio Pardo e EMEF Ernanes Coutinho; EMEF Cora Coralina; EMEF Joaquim Vicente Rondon – Distrito de Jaci – Paraná, EMEF 03 Dezembro – Distrito de União Bandeirantes. EMEF Maria Casaroto Abati – Distrito de Vista Alegre do Abunã; EMEF José Augusto da Silva – Distrito de Extrema e EMEF Maria Jacira – Distrito de Nova Califórnia . | 6 ½ | 150,00 | 975,00 |
| Eide Rodrigues da Silva | 1001360 | Chefe de Apoio | | 6 ½ | 150,00 | 975,00 |
| Francisca Hugurlavia da Silva | 178.568 | Professor NII | | 6 ½ | 300,00 | 1.950,00 |
| Andreia Siqueira de França | 11.073 | Agente de Limpeza | | 6 ½ | 150,00 | 975,00 |
| **TOTAL** | | | | | | **4.875,00** |

***GLÁUCIA LOPES NEGREIROS***
Secretária Municipal de Educação
Decreto Nº 6.184/I de 31 de Dezembro de 2021

**Publicado por:**
Natália Portela Carneiro Aguiar
**Código Identificador:**211827AD

## SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
## PORTARIA Nº 387/2023/DIACAS/SEMED

Portaria nº 387/2023/SEMED Porto Velho, 30 de novembro de 2023.

**A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO**, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o que consta no processo nº. 00600-00048624/2023-34e

RESOLVE

**Arbitrar e conceder:** 15 (quinze) diárias aos servidores abaixo relacionados, por terem que se deslocar até os Distritos de Porto Velho/RO, por meio de transporte terrestre oficial, para a realização de Diligências nas localidades conforme a necessidade da Divisão de Manutenção de Frota a fim de regularizar a situação dos 156 ônibus que atendem o transporte escolar rural. **Nos períodos de 04/12 à 08/12, 11/12 à 15/12, 18/12 à 22/12 e 26/12 à 27/12/2023**. Conforme solicitação constante no OFICIO INTERNO N°34/DMF/DTE/GAB/SEMED, de 20 de novembro que trata sobre diárias.

| NOME | CADASTRO | CARGO FUNÇÃO | DESTINO | QUANT. | VALOR UNITÁRIO | VALOR TOTAL |
|---|---|---|---|---|---|---|
| Jaime Wasczuk | 1004789 | ASSESSOR CC10 | VILA SANTO ANTONIO E ASSENTAMENTO SANTA RIA; VILA DA PENHA, ABUNÃ, VISTA ALEGRE, EXTREMA E NOVA CALIFORNIA, CUJUBIM, ALIANÇA E LINHA 28; RIACHO AZUL, COLONIA VIÇOSA E BR 319 KM 45; RIO PARDO, UNIÃO BANDEIRANTES E JOANA DARC; JACY PARANA, NOVA MUTUM E VILA JIRAU,. | 15 | 150,00 | 2.250,00 |
| Roque Herlei Laborda Izael dos Santos | 1005537 | ASSESSOR NIII | | 15 | 150,00 | 2.250,00 |
| **TOTAL** | | | | | | **4.500,00** |

***GLÁUCIA LOPES NEGREIROS***
Secretária Municipal de Educação
Decreto Nº 6.184/I de 31 de Dezembro de 2021.

**Publicado por:**
Natália Portela Carneiro Aguiar
**Código Identificador:**DAB174C1

**SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO**
**PORTARIA Nº 389/2023/DIACAS/SEMED**

Portaria nº 389/2023/DIACAS/SEMED Porto Velho, 01 de dezembro de 2023.

**A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO**, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o que consta no processo nº. 00600-00048962/2023-76-e.

RESOLVE

**Arbitrar e conceder:** 5 ½ (cinco e meia) diárias aos servidores abaixo, por terem que se deslocar até as escolas rurais, por meio de transporte terrestre oficial, para realizar visitas de acompanhamento e monitoramento pedagógico referente ao 5° AMP/2°semestre, focando as estratégias de aprendizagem adotadas pelas escolas que oportunizem ao avanço escolar dos estudantes, e consequentemente resultados positivos nas avaliações: Avalia PVH – Avança IDEB, SAERO E SAEB. **No período de 04/12 À 09/12/2023**. Conforme solicitação constante no Ofício Interno Nº 69/2023/DIAGEM/DPE/GAB/SEMED de 27 de setembro de 2023.

| NOME | CADASTRO | CARGO FUNÇÃO | DESTINO | QUANT. | VALOR UNITÁRIO | VALOR TOTAL |
|---|---|---|---|---|---|---|
| Edmar Valente de Azevedo | 179540 | Prof. NII | EMEF. Henrique Dias/EMEF. Francisco Braga/EMEF.Manoel Maciel Nunes/EMEF.Pe. José Pucci/EMEF. Castro Alves/EMEF. João de Barros/EMEF. Monte Horeb/EMEF. Ana Adelaide. | 5 ½ | 300,00 | 1.650,00 |
| Rosemary Souza de França das Neves | 30718 | Prof. NII | | 5 ½ | 300,00 | 1.650,00 |
| Domingos Sávio Vieira Viamonte | 261743 | Motorista | | 5 ½ | 150,00 | 750,00 |
| **TOTAL** | | | | | | **R$ 4.050,00** |

***GLÁUCIA LOPES NEGREIROS***
Secretária Municipal de Educação
Decreto Nº 6.184/I de 31 de Dezembro de 2021

**Publicado por:**
Natália Portela Carneiro Aguiar
**Código Identificador:**0561C49D

**SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO**
**PORTARIA Nº 390/2023/DIACAS/SEMED**

Portaria nº 390/2023/DIACAS/DA/SEMED Porto Velho, 04 de dezembro de 2023.

**A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO**, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o que consta no processo nº. 00600-00049157/2023-60-e

RESOLVE

**Arbitrar e conceder:** 2 ½ (duas e meia) diárias ao servidor abaixo relacionado, por ter que se deslocar até os distritos de Extrema e Nova Califórnia por meio de transporte terrestre, para realizar o transporte dos pneus dos ônibus escolares, que fazem parte dos conselhos escolares. **Nos períodos de 11/12 à 13/12/2023.** Conforme solicitação constante no Oficio Interno nº 598/2023-DTE/GAB SEMED, de 23 de outubro de 2023.

| NOME | CADASTRO | CARGO FUNÇÃO | DESTINO | QUANT. | VALOR UNITÁRIO | VALOR TOTAL |
|---|---|---|---|---|---|---|
| Ermenson Ferreira Cardoso | 1002321 | Gerente de Divisão | Distrito de Extrema e Nova Califórnia | 2 ½ | 200,00 | 500,00 |
| **TOTAL** | | | | | | **R$ 500,00** |

***GLÁUCIA LOPES NEGREIROS***
Secretária Municipal de Educação
Decreto Nº 6.184/I de 31 de Dezembro de 2021

**Publicado por:**
Natália Portela Carneiro Aguiar
**Código Identificador:**09F02B84

**SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO**
**PORTARIA Nº 393/2023/DIACAS/SEMED**

Portaria nº 393/2023/DIACAS/DA/SEMED Porto Velho, 08 de dezembro de 2023.

**A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO**, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o que consta no processo nº. 00600-00049540/2023-18-e

RESOLVE

**Arbitrar e conceder:** 10 (dez) diárias ao servidor abaixo relacionado, por ter que se deslocar até o eixo da BR 364, por meio de transporte terrestre, para transportar professores e alunos para as escolas do eixo da BR 364 sentido Acre . **Nos períodos de 18 à 23/12/2023 e 26 à 30/12/2023**. Conforme solicitação constante no Memorando Nº 119/2023/DITO/DA/GAB/SEMED, de 06 de dezembro de 2023.

| NOME | CADASTRO | CARGO FUNÇÃO | DESTINO | QUANT. | VALOR UNITÁRIO | VALOR TOTAL |
|---|---|---|---|---|---|---|
| REGENILSON DA SILVA OLIVEIRA | 40022 | Motorista | ESCOLAS: JOAQUIM VICENTE RONDO, CORA CORALINA, ABC DE JACI, ENCANTOS DE MUTUM, NOSSA SENHORA DE NAZARÉ E OLYMPIA SALVATORE. | 10 | 150,00 | 1.500,00 |
| **TOTAL** | | | | | | **R$ 1.500,00** |

***GLÁUCIA LOPES NEGREIROS***
Secretária Municipal de Educação
Decreto Nº 6.184/I de 31 de Dezembro de 2021

**Publicado por:**
Natália Portela Carneiro Aguiar
**Código Identificador:**ABE6F723

**SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO**
**PORTARIA Nº 394/2023/DIACAS/SEMED**

Portaria nº 394/2023/DIACAS/DA/SEMED Porto Velho, 11 de dezembro de 2023.

**A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO**, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o que consta no processo nº. 00600-00049538/2023-49-e

RESOLVE

**Arbitrar e conceder:** 10 (dez) diárias ao servidor abaixo relacionado, por ter que se deslocar até o eixo da BR 364, por meio de transporte terrestre, para transportar professores e alunos para as escolas do eixo da BR 364 ate a EMEF Santa Julia – Localidade de Vila da Penha BR 425 – sentido Guajará Mirim. **Nos períodos de 18 à 23/12/2023 e 26 à 30/12/2023.** Conforme solicitação constante no Ofício Interno Nº 118/2023/DITO/DA/GAB/SEMED, de 06 de dezembro de 2023.

| NOME | CADASTRO | CARGO FUNÇÃO | DESTINO | QUANT. | VALOR UNITÁRIO | VALOR TOTAL |
|---|---|---|---|---|---|---|
| OSVALDO FERNANDES FILHO | 269721 | Motorista | EMEF SANTA JULIA – BR 425 – SENTIDO GUAJARÁ | 10 | 150,00 | 1.500,00 |
| **TOTAL** | | | | | | **R$ 1.500,00** |

***GLÁUCIA LOPES NEGREIROS***
Secretária Municipal de Educação
Decreto Nº 6.184/I de 31 de Dezembro de 2021

**Publicado por:**
Natália Portela Carneiro Aguiar
**Código Identificador:**A6C70575

**ESTADO DE RONDÔNIA**
**PREFEITURA MUNICIPAL DE ROLIM DE MOURA**

**PODER LEGISLATIVO**
**RELAÇÃO DE SERVIDORES ATIVOS E INATIVOS Nº 001/2023**

| PODER LEGISLATIVO | | | |
|---|---|---|---|
| CÂMARA MUNICIPAL DE ROLIM DE MOURA | | | |
| RELAÇÃO DE SERVIDORES Nº 001/2023 | | | |
| RELAÇÃO DE SERVIDORES ATIVOS E INATIVOS EM 31/12/2023 - CARGOS EFETIVOS | | | |
| A/I | NOME | MATRÍCULA | CARGO/FUNÇÃO |
| A | ALBANIR OLIVEIRA E SILVA | 200116 | AUDITOR DE CONTROLE INTERNO |
| A | ALMELINDA ELLER DOS SANTOS | 200100 | ZELADORA |
| A | CELSO PIRES | 200102 | AUXILIAR ADMINISTRATIVO II/COORD. DE FINANÇAS E CONTABILIDADE |
| A | JOELMIR PEREIRA DOS ANJOS | 200104 | AGENTE ADMINISTRATIVO |
| A | JORGE GALINDO LEITE | 200111 | PROCURADOR JURÍDICO |
| A | LEANDRO DAMACENO STOLARIC | 200117 | TÉCNICO DE PROCESSAMENTO DE DADOS/COORDENADOR DE PROCESSO LEGISLATIVO |
| A | MARIA AP. CAVALCANTE DE ALBUQUERQUE | 200114 | ARTÍFICE DE COPA |
| A | OLAVO CEZÁRIO DA SILVA | 200106 | VIGIA |
| A | ROBERTA TIBÚRCIO DA SILVA FARIA | 200118 | ARTÍFICE DE COPA |
| A | SIRLEY DIAS DO PRADO | 200107 | AUXILIAR ADMINISTRATIVO I |
| A | TEREZINHA MARIA DE OLIVEIRA DE MOURA | 200108 | COPEIRA |

PALÁRIO GOV. JORGE TEIXEIRA DE OLIVEIRA, DEZEMBRO DE 2023.

***MARCELO A. VASCONCELOS BARROSO***
Chefe De Gabinete E Adm. Geral
Matrícula Nº 300214

**Publicado por:**
Celso Pires
**Código Identificador:**65EC0444

**PODER LEGISLATIVO**
**RELAÇÃO DE SERVIDORES ATIVOS E INATIVOS Nº 002/2023**

| | | | |
|---|---|---|---|
| **PODER LEGISLATIVO** | | | |
| **CÂMARA MUNICIPAL DE ROLIM DE MOURA** | | | |
| **RELAÇÃO DE SERVIDORES Nº 002/2023** | | | |
| **RELAÇÃO DE SERVIDORES ATIVOS E INATIVOS EM 31/12/2023 - CARGOS COMISSIONADOS** | | | |
| **A/I** | **NOME** | **MATRÍCULA** | **CARGO/FUNÇÃO** |
| A | ALCIONE PEREIRA DA ROCHA | 300216 | ASSESSORA DA CHEFIA DE GABINETE E ADMINISTRAÇÃO GERAL |
| A | ANDERSON DOS SANTOS PEREIRA | 500265 | ASSESSOR PARLAMENTAR |
| A | ANGELA PEREIRA ALVES | 500259 | ASSESSOR PARLAMENTAR |
| A | ARTHUR PIRES MARTINS MATOS | 300222 | ASSESSOR ESPECIAL DA PRESIDÊNCIA |
| A | CRISTIANO WILL LIRA | 300223 | DIRETOR DE IMPRENSA E RELAÇÕES PÚBLICAS |
| A | DEILDO MANUEL DA SILVA | 300219 | DIRETOR DE MANUTENÇÃO PREDIAL |
| A | DEVANIR ALVES | 500226 | ASSESSOR PARLAMENTAR |
| A | EMILY STEFHANY DE OLIVEIRA E SILVA | 500262 | ASSESSOR PARLAMENTAR |
| A | ERIKA ALVES SEIXLACK SPINARDI | 500231 | ASSESSOR PARLAMENTAR |
| A | ESTER SILVA DA FONSECA | 500229 | ASSESSOR PARLAMENTAR |
| A | ETENIEL DE DEUS | 500266 | ASSESSOR PARLAMENTAR |
| A | FABIO MARCOLINO DA SILVA | 500235 | ASSESSOR PARLAMENTAR |
| A | GECIMAR LOURENÇO MACHADO | 500258 | ASSESSOR PARLAMENTAR |
| A | GILSON APARECIDO FARIAS DE OLIVEIRA | 500223 | ASSESSOR PARLAMENTAR |
| A | GUILHERME ROCHA DOS SANTOS | 300220 | SUPERVISOR DO SETOR ÁUDIO VISUAL E INFORMÁTICA |
| A | HAROLDO JOSÉ BISPO | 500236 | ASSESSOR PARLAMENTAR |
| A | JAIRO DE OLIVEIRA | 500264 | ASSESSOR PARLAMENTAR |
| A | JAQUELINA APARECIDA DE PAULA | 300221 | ASSESSOR TÉCNICO DA OUVIDORIA |
| A | JÉSSICA DINIZ FERNANDES PUERARI | 300215 | SUPERVISORA DE TRANSPORTES |
| A | LENYN FRANCISCO DA SILVA | 500242 | ASSESSOR PARLAMENTAR |
| A | MARCELO A. VASCONCELOS BARROSO | 300214 | CHEFE DE GABINETE E ADMINISTRAÇÃO GERAL |
| A | MARCOS VINICIUS BELLO DE ABREU | 500243 | ASSESSOR PARLAMENTAR |
| A | RUBENS ISMAR RODRIGUES | 500245 | ASSESSOR PARLAMENTAR |
| A | TATIANE ELM SANTOS DE OLIVEIRA | 500257 | ASSESSOR PARLAMENTAR |
| A | WANDERLEI FRANCISCO MOURA JÚNIOR | 500253 | ASSESSOR PARLAMENTAR |

PALÁRIO GOV. JORGE TEIXEIRA DE OLIVEIRA, DEZEMBRO DE 2023.

***MARCELO A. VASCONCELOS BARROSO***
Chefe De Gabinete E Adm. Geral
Matrícula Nº 300214

**Publicado por:**
Celso Pires
**Código Identificador:**96E678FA



**ESTADO DE RONDÔNIA**
**PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO ALEGRE DOS PARECIS**

## SECRETARAIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
## INDICE DE ESTACIONALIDADE 2024

| | | | | | | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| SETOR DE CONTABILIDADE | | | | | | | | | | | | | | |
| ÍNDICE DE ESTACIONALIDADE DE ARRECADAÇÃO | | | | | | | | | | | | | | |
| PROGRAMAÇÃO FINANCEIRA DO CRONOGRAMA MENSAL DE DESEMBOLSO | | | | | | | | | | | | | | |
| EXERCÍCIO 2024 | | | | | | | | | | | | | | |
| ANO | Janeiro | Fevereiro | Março | Abril | Maio | Junho | Julho | Agosto | Setembro | Outubro | Novembro | Dezembro | TOTAL | MÉDIA |
| 2019 | 2.530.594,62 | 2.835.013,59 | 2.487.644,11 | 2.465.894,04 | 2.916.126,94 | 2.815.331,43 | 3.346.940,71 | 2.700.134,09 | 2.906.743,04 | 2.854.257,81 | 2.810.330,40 | 4.869.122,36 | 35.538.133,14 | 2.961.511,10 |
| 2020 | 2.412.906,49 | 2.862.260,94 | 2.847.551,46 | 3.376.814,99 | 2.528.359,84 | 3.314.943,47 | 4.493.301,31 | 3.935.455,40 | 3.504.972,30 | 2.950.415,33 | 3.009.862,53 | 3.942.059,19 | 39.178.903,25 | 3.264.908,60 |
| 2021 | 3.489.306,92 | 3.073.769,07 | 3.617.231,22 | 3.358.796,74 | 3.436.139,60 | 3.561.593,28 | 4.180.779,00 | 3.804.342,55 | 3.420.492,50 | 4.039.811,11 | 4.209.340,88 | 5.835.634,08 | 46.027.236,95 | 3.835.603,08 |
| 2022 | 3.911.493,32 | 4.141.292,20 | 4.600.376,97 | 4.173.446,23 | 5.020.850,58 | 6.403.326,16 | 5.316.459,39 | 4.787.277,58 | 4.062.138,28 | 4.309.929,68 | 4.719.172,88 | 5.630.385,24 | 57.076.148,51 | 4.756.345,71 |
| 2023 | 4.038.579,77 | 4.882.546,03 | 4.836.460,74 | 4.233.510,38 | 5.574.991,54 | 5.495.615,08 | 8.906.573,01 | 5.207.744,78 | 5.013.723,97 | 4.851.139,21 | 5.807.014,98 | 6.494.912,33 | 65.342.811,82 | 5.445.234,32 |
| PORCENTAGEM MÉDIA MENSAL | | | | | | | | | | | | | | |
| ANO | Janeiro | Fevereiro | Março | Abril | Maio | Junho | Julho | Agosto | Setembro | Outubro | Novembro | Dezembro | TOTAL | |
| 2019 | 85,45 | 95,73 | 84,00 | 83,26 | 98,47 | 95,06 | 113,01 | 91,17 | 98,15 | 96,38 | 94,90 | 164,41 | 1.200,00 | |
| 2020 | 73,90 | 87,67 | 87,22 | 103,43 | 77,44 | 101,53 | 137,62 | 120,54 | 107,35 | 90,37 | 92,19 | 120,74 | 1.200,00 | |
| 2021 | 90,97 | 80,14 | 94,31 | 87,57 | 89,59 | 92,86 | 109,00 | 99,18 | 89,18 | 105,32 | 109,74 | 152,14 | 1.200,00 | |
| 2022 | 82,24 | 87,07 | 96,72 | 87,74 | 105,56 | 134,63 | 111,78 | 100,65 | 85,40 | 90,61 | 99,22 | 118,38 | 1.200,00 | |
| 2023 | 74,17 | 89,67 | 88,82 | 77,75 | 102,38 | 100,93 | 163,57 | 95,64 | 92,08 | 89,09 | 106,64 | 119,28 | 1.200,00 | |
| TOTAL | 406,73 | 440,27 | 451,06 | 439,75 | 473,44 | 525,00 | 634,98 | 507,19 | 472,16 | 471,77 | 502,69 | 674,95 | 6.000,00 | |
| MÉDIA | 81,35 | 88,05 | 90,21 | 87,95 | 94,69 | 105,00 | 127,00 | 101,44 | 94,43 | 94,35 | 100,54 | 134,99 | 1.200,00 | |
| % mensal | **6,78** | **7,34** | **7,52** | **7,33** | **7,89** | **8,75** | **10,58** | **8,45** | **7,87** | **7,86** | **8,38** | **11,25** | **100,00** | |
| | 1° BIMESTRE | | 2° BIMESTRE | | 3° BIMESTRE | | 4° BIMESTRE | | 5° BIMESTRE | | 6° BIMESTRE | | | |
| % bimestral | **14,12** | | **14,85** | | **16,64** | | **19,03** | | **15,73** | | **19,63** | | **100,00** | |

| | | | | | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| ÍNDICE DE ESTACIONAL IDADE DE ARRECADAÇÃO | | | | | | | | | | | | | |
| ORÇAMENTO 2024 - RECEITAS CORRENTES + CAPITAL - DEDUÇÕES = R$ 62.088.349,14 | | | | | | | | | | | | | |
| METAS MENSAIS DE ARRECADAÇÃO | | | | | | | | | | | | | |
| MENSAL | Janeiro | Fevereiro | Março | Abril | Maio | Junho | Julho | Agosto | Setembro | Outubro | Novembro | Dezembro | **TOTAL** |
| | R$ 4.208.861,91 | R$ 4.555.927,53 | R$ 4.667.630,52 | R$ 4.550.588,34 | R$ 4.899.155,46 | R$ 5.432.778,73 | R$ 6.570.812,15 | R$ 5.248.388,70 | R$ 4.885.947,24 | R$ 4.881.940,89 | R$ 5.201.860,49 | R$ 6.984.427,17 | **R$ 62.088.319,14** |

| | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| METAS BIMESTRAIS DE ARRECADAÇÃO | | | | | | | |
| BIMESTRAL | 1° BIMESTRE | 2° BIMESTRE | 3° BIMESTRE | 4° BIMESTRE | 5° BIMESTRE | 6° BIMESTRE | **TOTAL** |
| | R$ 8.764.789,45 | R$ 9.218.218,86 | R$ 10.331.934,20 | R$ 11.819.200,85 | R$ 9.767.888,13 | R$ 12.186.287,66 | **R$ 62.088.319,14** |

***DENAIR PEDRO DA SILVA***
Prefeito Municipal

***JOSE CARLOS FERMIO FARIAS***
Contador CRC-RO 006703/O-1

**Publicado por:**
Regina Celia Scarpati
**Código Identificador:**6E92E330

## SECRETARAIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
## 2 - FMAS - PROGRAMAÇÃO FINANCEIRA DA RECEITA 2024

| |
|---|
| **FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DE ALTO ALEGRE DOS PARECIS** |
| **FUNDO MUN DE ASSISTENCIA SOCIAL 15.840.076/0001-00** |
| **AV PRESIDENTE PRUDENTE 3762 CENTRO CEP 76952-000** |
| **Programação Financeira Mensal de Arrecadação da Receita - Exercício 2024** |

| | | | | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **Ficha: 94 1.3.2.1.01.0.1.06 REMUNERAÇAO DE DEP. VINCULADO PROGRAMA FMAS** | | | | | | | | | | | | |
| 372,90 | 403,70 | 413,60 | 403,15 | 433,95 | 481,25 | 581,90 | 464,75 | 432,85 | 432,30 | 460,90 | 618,75 | 5.500,00 |
| 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| **Ficha: 95 1.3.2.1.01.0.1.07 REMUNERAÇÃO DE DEP. NÃO VINCULADOS DO FMAS** | | | | | | | | | | | | |
| 1.067,85 | 1.156,05 | 1.184,40 | 1.154,48 | 1.242,67 | 1.378,13 | 1.666,35 | 1.330,87 | 1.239,53 | 1.237,95 | 1.319,85 | 1.771,87 | 15.750,00 |
| 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| **Ficha: 96 1.7.1.6.50.0.1.01 PISO BASICO FIXO - PAIF** | | | | | | | | | | | | |
| 8.186,85 | 8.863,05 | 9.080,40 | 8.850,98 | 9.527,17 | 10.565,63 | 12.775,35 | 10.203,37 | 9.503,03 | 9.490,95 | 10.118,85 | 13.584,37 | 120.750,00 |
| 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| **Ficha: 97 1.7.1.6.50.0.1.02 PISO BASICO VARIAVEL-SCFV** | | | | | | | | | | | | |
| 6.210,62 | 6.723,59 | 6.888,47 | 6.714,43 | 7.227,40 | 8.015,17 | 9.691,49 | 7.740,37 | 7.209,08 | 7.199,92 | 7.676,25 | 10.305,21 | 91.602,00 |
| 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| **Ficha: 98 1.7.1.6.50.0.1.04 PROGRAMA PRIMEIRA INFANCIA NO SUAS - CRIANÇA FELIZ** | | | | | | | | | | | | |
| 5.552,82 | 6.011,46 | 6.158,88 | 6.003,27 | 6.461,91 | 7.166,25 | 8.665,02 | 6.920,55 | 6.445,53 | 6.437,34 | 6.863,22 | 9.213,75 | 81.900,00 |
| 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| **Ficha: 99 1.7.1.6.50.0.1.07 INDICE DE GESTAO DESCENTRALIZADA - IGD-PAB** | | | | | | | | | | | | |
| 2.702,02 | 2.925,19 | 2.996,93 | 2.921,21 | 3.144,38 | 3.487,12 | 4.216,42 | 3.367,56 | 3.136,41 | 3.132,43 | 3.339,66 | 4.483,42 | 39.852,75 |
| 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| **Ficha: 100 1.7.2.9.51.0.1.01 PISO FIXO PSB - ESTADO** | | | | | | | | | | | | |
| 2.420,46 | 2.620,38 | 2.684,64 | 2.616,81 | 2.816,73 | 3.123,75 | 3.777,06 | 3.016,65 | 2.809,59 | 2.806,02 | 2.991,66 | 4.016,25 | 35.700,00 |
| 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| **Ficha: 101 1.7.2.9.51.0.1.02 BENEFICIOS EVENTUAIS - ESTADO** | | | | | | | | | | | | |
| 711,90 | 770,70 | 789,60 | 769,65 | 828,45 | 918,75 | 1.110,90 | 887,25 | 826,35 | 825,30 | 879,90 | 1.181,25 | 10.500,00 |
| 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| **Ficha: 102 1.7.2.9.51.0.1.03 PISO FIXO PSE - ESTADO** | | | | | | | | | | | | |
| 5.730,80 | 6.204,13 | 6.356,28 | 6.195,68 | 6.669,02 | 7.395,94 | 8.942,75 | 7.142,36 | 6.652,12 | 6.643,66 | 7.083,20 | 9.509,06 | 84.525,00 |
| 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| **Ficha: 103 1.7.2.9.51.0.1.04 PROGRAMA MAMAE CHEGUEI - ESTADO** | | | | | | | | | | | | |
| 85,43 | 92,48 | 94,75 | 92,36 | 99,41 | 110,25 | 133,31 | 106,47 | 99,16 | 99,04 | 105,59 | 141,75 | 1.260,00 |
| 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| **Ficha: 104 1.7.2.9.51.0.1.05 PROGRAMA CRIANÇA FELIZ - ESTADO** | | | | | | | | | | | | |
| 355,95 | 385,35 | 394,80 | 384,83 | 414,22 | 459,37 | 555,45 | 443,62 | 413,18 | 412,65 | 439,95 | 590,63 | 5.250,00 |
| 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| **TOTAL ORÇAMENTÁRIO** | | | | | | | | | | | | |
| **33.397,60** | **36.156,08** | **37.042,75** | **36.106,85** | **38.865,31** | **43.101,61** | **52.116,00** | **41.623,82** | **38.766,83** | **38.717,56** | **41.279,03** | **55.416,31** | **492.589,75** |
| **0,00** | **0,00** | **0,00** | **0,00** | **0,00** | **0,00** | **0,00** | **0,00** | **0,00** | **0,00** | **0,00** | **0,00** | **0,00** |
| **0,00** | **0,00** | **0,00** | **0,00** | **0,00** | **0,00** | **0,00** | **0,00** | **0,00** | **0,00** | **0,00** | **0,00** | **0,00** |

**Publicado por:**
Regina Celia Scarpati
**Código Identificador:**D1530E81

## SECRETARAIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
## 3 - FMS - PROGRAMAÇÃO FINANCEIRA DA RECEITA 2024

| |
|---|
| **FUNDO MUNIC. DE SAUDE DE ALTO ALEGRE DOS PARECIS** |
| **AVENIDA PRESIDENTE PRUDENTE, Nº 3405 - CENTRO - CEP 76.952-000** |
| **DEPTO DE CONTABILIDADE** |

| | | | | | | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **CNPJ: 11.913.577/0001-000** | | | | | | | | | | | | | | |
| **Programação Financeira Mensal de Arrecadação da Receita - Exercício 2024** | | | | | | | | | | | | | | |
| **Ficha:** | **77** | **1.3.2.1.01.0.1.03** | **REMUNERAÇÃO DE DEP. - FMS PROGRAMAS** | | | | | | | | | | | |
| | | 24.109,68 | 26.101,04 | 26.741,12 | 26.065,48 | 28.056,84 | 31.115,00 | 37.622,48 | 30.048,20 | 27.985,72 | 27.950,16 | 29.799,28 | 40.005,00 | 355.600,00 |
| | | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| **Ficha:** | **78** | **1.3.2.1.01.0.1.04** | **REMUNERAÇÃO DE DEP. - FMS 15%** | | | | | | | | | | | |
| | | 1.406,85 | 1.523,05 | 1.560,40 | 1.520,98 | 1.637,17 | 1.815,62 | 2.195,35 | 1.753,37 | 1.633,03 | 1.630,95 | 1.738,85 | 2.334,38 | 20.750,00 |
| | | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| **Ficha:** | **79** | **1.3.2.1.01.0.1.24** | **REMUNERAÇÃO DE DEP. - FMS CONVÊNIOS** | | | | | | | | | | | |
| | | 355,95 | 385,35 | 394,80 | 384,83 | 414,22 | 459,37 | 555,45 | 443,62 | 413,18 | 412,65 | 439,95 | 590,63 | 5.250,00 |
| | | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| **Ficha:** | **80** | **1.7.1.3.50.1.1.01** | **AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE** | | | | | | | | | | | |
| | | 92.831,76 | 100.499,28 | 102.963,84 | 100.362,36 | 108.029,88 | 119.805,00 | 144.861,36 | 115.697,40 | 107.756,04 | 107.619,12 | 114.738,96 | 154.035,00 | 1.369.200,00 |
| | | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| **Ficha:** | **81** | **1.7.1.3.50.1.1.02** | **APOIO A MANUTENÇÃO DOS POLOS DA ACADEMIDA DA SAUDE** | | | | | | | | | | | |
| | | 2.440,80 | 2.642,40 | 2.707,20 | 2.638,80 | 2.840,40 | 3.150,00 | 3.808,80 | 3.042,00 | 2.833,20 | 2.829,60 | 3.016,80 | 4.050,00 | 36.000,00 |
| | | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| **Ficha:** | **82** | **1.7.1.3.50.1.1.03** | **INCENT. FINANC. DA APS - DESEMPENHO** | | | | | | | | | | | |
| | | 14.193,58 | 15.365,91 | 15.742,73 | 15.344,97 | 16.517,30 | 18.317,67 | 22.148,68 | 17.689,64 | 16.475,44 | 16.454,50 | 17.543,09 | 23.551,29 | 209.344,80 |
| | | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| **Ficha:** | **83** | **1.7.1.3.50.1.1.04** | **INCENT. FINANC. DA APS - CAPITAÇÃO PONDERADA** | | | | | | | | | | | |
| | | 85.821,27 | 92.909,75 | 95.188,19 | 92.783,17 | 99.871,65 | 110.757,54 | 133.921,68 | 106.960,13 | 99.618,49 | 99.491,91 | 106.074,07 | 142.402,56 | 1.265.800,41 |
| | | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| **Ficha:** | **84** | **1.7.1.3.50.1.1.05** | **INCENTIVO PARA AÇÕES ESTRATÉGICAS** | | | | | | | | | | | |
| | | 10.443,34 | 11.305,91 | 11.583,17 | 11.290,51 | 12.153,09 | 13.477,76 | 16.296,53 | 13.015,66 | 12.122,28 | 12.106,88 | 12.907,84 | 17.328,53 | 154.031,50 |
| | | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| **Ficha:** | **85** | **1.7.1.3.50.2.1.00** | **TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO BLOCO DE MANUTENÇÃO DAS AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE -** | | | | | | | | | | | |
| | | 27.087,79 | 29.325,13 | 30.044,28 | 29.285,18 | 31.522,52 | 34.958,44 | 42.269,75 | 33.759,86 | 31.442,62 | 31.402,67 | 33.480,20 | 44.946,56 | 399.525,00 |
| | | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| **Ficha:** | **86** | **1.7.1.3.50.3.1.01** | **INCENTIVO FINANCEIRO PARA V.S. - DESPESAS DIVERSAS** | | | | | | | | | | | |
| | | 6.264,72 | 6.782,16 | 6.948,48 | 6.772,92 | 7.290,36 | 8.085,00 | 9.775,92 | 7.807,80 | 7.271,88 | 7.262,64 | 7.743,12 | 10.395,00 | 92.400,00 |
| | | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| **Ficha:** | **87** | **1.7.1.3.50.3.1.02** | **ASSIST FINAN. COMP PARA AGENTES DE COMBATE ÀS ENDEMIAS** | | | | | | | | | | | |
| | | 8.898,75 | 9.633,75 | 9.870,00 | 9.620,63 | 10.355,63 | 11.484,38 | 13.886,25 | 11.090,62 | 10.329,38 | 10.316,25 | 10.998,75 | 14.765,61 | 131.250,00 |
| | | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| **Ficha:** | **88** | **1.7.1.3.50.3.1.03** | **INCENTIVO FINAN A EXECUÇÃO AÇÕES VIGILÂNCIA SANITÁRIA** | | | | | | | | | | | |
| | | 813,60 | 880,80 | 902,40 | 879,60 | 946,80 | 1.050,00 | 1.269,60 | 1.014,00 | 944,40 | 943,20 | 1.005,60 | 1.350,00 | 12.000,00 |
| | | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| **Ficha:** | **89** | **1.7.1.3.50.4.1.01** | **ORGANIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DE ASSIST FARMACÊUTICA NO SUS** | | | | | | | | | | | |
| | | 1.708,56 | 1.849,68 | 1.895,04 | 1.847,16 | 1.988,28 | 2.205,00 | 2.666,16 | 2.129,40 | 1.983,24 | 1.980,72 | 2.111,76 | 2.835,00 | 25.200,00 |
| | | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| **Ficha:** | **90** | **1.7.1.3.50.4.1.02** | **PROMOÇÃO DA ASSIST FARMACÊUTICA E INSUMOS ESTRAT NA ATENÇÃO BÁSICA EM SAÚDE** | | | | | | | | | | | |
| | | 5.659,60 | 6.127,06 | 6.277,32 | 6.118,72 | 6.586,18 | 7.304,06 | 8.831,66 | 7.053,64 | 6.569,48 | 6.561,14 | 6.995,21 | 9.390,93 | 83.475,00 |
| | | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| **Ficha:** | **91** | **1.7.2.3.50.0.1.01** | **ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA - ESTADO** | | | | | | | | | | | |
| | | 2.712,00 | 2.936,00 | 3.008,00 | 2.932,00 | 3.156,00 | 3.500,00 | 4.232,00 | 3.380,00 | 3.148,00 | 3.144,00 | 3.352,00 | 4.500,00 | 40.000,00 |
| | | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |

| | | | | | | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| **Ficha:** | **92** | **1.7.2.3.50.0.1.02** | **CO-FINANCIAMENTO** | | | | | | | | | | | |
| | | 6.512,27 | 7.050,16 | 7.223,05 | 7.040,56 | 7.578,44 | 8.404,48 | 10.162,22 | 8.116,33 | 7.559,23 | 7.549,63 | 8.049,09 | 10.805,77 | 96.051,23 |
| | | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| **Ficha:** | **93** | **1.7.2.4.50.0.1.01** | **MEDIA E ALTA COMPLEXIDADE - HPP ESTADO** | | | | | | | | | | | |
| | | 11.984,33 | 12.974,18 | 13.292,35 | 12.956,51 | 13.946,36 | 15.466,50 | 18.701,21 | 14.936,22 | 13.911,01 | 13.893,34 | 14.812,49 | 19.885,50 | 176.760,00 |
| | | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| **TOTAL ORÇAMENTÁRIO** | | **303.244,85** | **328.291,61** | **336.342,37** | **327.844,38** | **352.891,12** | **391.355,82** | **473.205,10** | **377.937,89** | **351.996,62** | **351.549,36** | **374.807,06** | **503.171,76** | **4.472.637,94** |
| | | **0,00** | **0,00** | **0,00** | **0,00** | **0,00** | **0,00** | **0,00** | **0,00** | **0,00** | **0,00** | **0,00** | **0,00** | **0,00** |
| | | **0,00** | **0,00** | **0,00** | **0,00** | **0,00** | **0,00** | **0,00** | **0,00** | **0,00** | **0,00** | **0,00** | **0,00** | **0,00** |

**Publicado por:**
Regina Celia Scarpati
**Código Identificador:**A27EF934

## SECRETARAIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
## 4 - SAAE - PROGRAMAÇÃO FINANCEIRA DA RECEITA 2024

| | | | | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **SAAE - SISTEMA AUTONOMO DE AGUA E ESGOTO DE ALTO ALEGRE DOS PARECIS** | | | | | | | | | | | | |
| **Programação Financeira Mensal de Arrecadação da Receita - Exercício 2024** | | | | | | | | | | | | |
| **Ficha: 105 1.1.2.2.01.0.1.05 TAXA DE CORTE A PEDIDO OU POR ATRASO** | | | | | | | | | | | | |
| 21,02 | 22,75 | 23,31 | 22,72 | 24,46 | 27,13 | 32,80 | 26,19 | 24,40 | 24,37 | 25,98 | 34,87 | 310,00 |
| 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| **Ficha: 106 1.1.2.2.01.0.1.06 TAXA DE EXPEDIENTE - SAAE** | | | | | | | | | | | | |
| 31,19 | 33,76 | 34,59 | 33,72 | 36,29 | 40,25 | 48,67 | 38,87 | 36,20 | 36,16 | 38,55 | 51,75 | 460,00 |
| 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| **Ficha: 107 1.1.2.2.01.0.1.07 TAXA DE TRANSFERENCIA DE TITULARIDADE AGUA** | | | | | | | | | | | | |
| 355,95 | 385,35 | 394,80 | 384,83 | 414,22 | 459,37 | 555,45 | 443,62 | 413,18 | 412,65 | 439,95 | 590,63 | 5.250,00 |
| 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| **Ficha: 108 1.1.2.2.01.0.1.08 2º VIA DE CONTA** | | | | | | | | | | | | |
| 6,78 | 7,34 | 7,52 | 7,33 | 7,89 | 8,75 | 10,58 | 8,45 | 7,87 | 7,86 | 8,38 | 11,25 | 100,00 |
| 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| **Ficha: 109 1.1.2.2.01.0.1.09 KIT INSTALAÇÃO DE REDE** | | | | | | | | | | | | |
| 1.356,00 | 1.468,00 | 1.504,00 | 1.466,00 | 1.578,00 | 1.750,00 | 2.116,00 | 1.690,00 | 1.574,00 | 1.572,00 | 1.676,00 | 2.250,00 | 20.000,00 |
| 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| **Ficha: 110 1.3.2.1.01.0.1.01 REMUNERAÇÃO DE DEP. BANCARIOS SAAE** | | | | | | | | | | | | |
| 1.491,60 | 1.614,80 | 1.654,40 | 1.612,60 | 1.735,80 | 1.925,00 | 2.327,60 | 1.859,00 | 1.731,40 | 1.729,20 | 1.843,60 | 2.475,00 | 22.000,00 |
| 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| **Ficha: 111 1.6.9.9.99.0.1.01 SERVICOS DE CAPTACAO, ADUCAO, TRATAMENTO, DISTRIBUIÇÃO** | | | | | | | | | | | | |
| 57.630,00 | 62.390,00 | 63.920,00 | 62.305,00 | 67.065,00 | 74.375,00 | 89.930,00 | 71.825,00 | 66.895,00 | 66.810,00 | 71.230,00 | 95.625,00 | 850.000,00 |
| 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| **Ficha: 112 1.6.9.9.99.0.1.02 SERVICOS DE RELIGAMENTO DE AGUA** | | | | | | | | | | | | |
| 271,20 | 293,60 | 300,80 | 293,20 | 315,60 | 350,00 | 423,20 | 338,00 | 314,80 | 314,40 | 335,20 | 450,00 | 4.000,00 |
| 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| **Ficha: 113 1.6.9.9.99.0.1.03 SERVICOS DE LIGACAO DE AGUA E ESGOTO** | | | | | | | | | | | | |
| 67,80 | 73,40 | 75,20 | 73,30 | 78,90 | 87,50 | 105,80 | 84,50 | 78,70 | 78,60 | 83,80 | 112,50 | 1.000,00 |
| 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| **Ficha: 114 1.9.9.9.99.2.2.01 MULTAS E JUROS DE MORA DE OUTROS TRIBUTOS - SAAE** | | | | | | | | | | | | |

| | | | | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 355,95 | 385,35 | 394,80 | 384,83 | 414,22 | 459,37 | 555,45 | 443,62 | 413,18 | 412,65 | 439,95 | 590,63 | 5.250,00 |
| 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| **Ficha: 115 1.9.9.9.99.2.3.05 RECEITA DA DIV ATIVA NAO TRIBUTARIA DE OUTRAS SAAE** | | | | | | | | | | | | |
| 7.119,00 | 7.707,00 | 7.896,00 | 7.696,50 | 8.284,50 | 9.187,50 | 11.109,00 | 8.872,50 | 8.263,50 | 8.253,00 | 8.799,00 | 11.812,50 | 105.000,00 |
| 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| **Ficha: 116 1.9.9.9.99.2.4.01 MULTAS E JUROS DE MORA DA DIV ATIVA DE OUTROS TRIB SAAE** | | | | | | | | | | | | |
| 355,95 | 385,35 | 394,80 | 384,83 | 414,22 | 459,37 | 555,45 | 443,62 | 413,18 | 412,65 | 439,95 | 590,63 | 5.250,00 |
| 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| **TOTAL ORÇAMENTÁRIO** | | | | | | | | | | | | |
| **69.062,44** | **74.766,70** | **76.600,22** | **74.664,86** | **80.369,10** | **89.129,24** | **107.770,00** | **86.073,37** | **80.165,41** | **80.063,54** | **85.360,36** | **114.594,76** | **1.018.620,00** |
| **0,00** | **0,00** | **0,00** | **0,00** | **0,00** | **0,00** | **0,00** | **0,00** | **0,00** | **0,00** | **0,00** | **0,00** | **0,00** |
| **0,00** | **0,00** | **0,00** | **0,00** | **0,00** | **0,00** | **0,00** | **0,00** | **0,00** | **0,00** | **0,00** | **0,00** | **0,00** |

**Publicado por:**
Regina Celia Scarpati
**Código Identificador:**023365B2

## SECRETARAIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
## 5 - CÂMARA - PROGRAMAÇÃO FINANCEIRA DA DESPESA 2024

| | | | | | | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **CAMARA MUNICIPAL DE ALTO ALEGRE DOS PARECIS** | | | | | | | | | | | | | | |
| **CAMARA MUNICIPAL DE ALTO ALEGRE DOS PARECIS** | | | | | | | | | | | | | | |
| **AV. ASFONSO PENA, Nº 3951 - BAIRRO CENTRO** | | | | | | | | | | | | | | |
| **CNPJ: 01.640.319/0001-44** | | | | | | | | | | | | | | |
| **Programação Financeira da Despesa - Exercício 2024 (ANALÍTICO)** | | | | | | | | | | | | | | |
| **Unidade 01.01.00 à 01.01.00** | | | | | | | | | | | | | | |
| **Programada**<br>**Realizada**<br>**Paga** | **Janeiro** | **Fevereiro** | **Março** | **Abril** | **Maio** | **Junho** | **Julho** | **Agosto** | **Setembro** | **Outubro** | **Novembro** | **Dezembro** | **Regulam.** | **Total** |
| Ficha: **1 01.01.00.01.031.0001.1001.4.4.90.51.00 - OBRAS E INSTALAÇÕES** | | | | | | | | | | | | | | |
| | 6.780,00 | 7.340,00 | 7.520,00 | 7.330,00 | 7.890,00 | 8.750,00 | 10.580,00 | 8.450,00 | 7.870,00 | 7.860,00 | 8.380,00 | 11.250,00 | 0,00 | 100.000,00 |
| | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Ficha: **2 01.01.00.01.031.0001.1002.4.4.90.52.00 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE** | | | | | | | | | | | | | | |
| | 3.390,00 | 3.670,00 | 3.760,00 | 3.665,00 | 3.945,00 | 4.375,00 | 5.290,00 | 4.225,00 | 3.935,00 | 3.930,00 | 4.190,00 | 5.625,00 | 0,00 | 50.000,00 |
| | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Ficha: **3 01.01.00.01.031.0001.1003.4.4.90.52.00 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE** | | | | | | | | | | | | | | |
| | 16.950,00 | 18.350,00 | 18.800,00 | 18.325,00 | 19.725,00 | 21.875,00 | 26.450,00 | 21.125,00 | 19.675,00 | 19.650,00 | 20.950,00 | 28.125,00 | 0,00 | 250.000,00 |
| | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Ficha: **4 01.01.00.01.031.0001.2001.3.1.90.11.00 - VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL** | | | | | | | | | | | | | | |
| | 71.190,00 | 77.070,00 | 78.960,00 | 76.965,00 | 82.845,00 | 91.875,00 | 111.090,00 | 88.725,00 | 82.635,00 | 82.530,00 | 87.990,00 | 118.125,00 | 0,00 | 1.050.000,00 |
| | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Ficha: **5 01.01.00.01.031.0001.2001.3.1.90.13.00 - OBRIGAÇÕES PATRONAIS** | | | | | | | | | | | | | | |
| | 15.255,00 | 16.515,00 | 16.920,00 | 16.492,50 | 17.752,50 | 19.687,50 | 23.805,00 | 19.012,50 | 17.707,50 | 17.685,00 | 18.855,00 | 25.312,50 | 0,00 | 225.000,00 |
| | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Ficha: **6 01.01.00.01.031.0001.2001.3.1.90.94.00 - INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS** | | | | | | | | | | | | | | |
| | 1.017,00 | 1.101,00 | 1.128,00 | 1.099,50 | 1.183,50 | 1.312,50 | 1.587,00 | 1.267,50 | 1.180,50 | 1.179,00 | 1.257,00 | 1.687,50 | 0,00 | 15.000,00 |
| | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Ficha: **7 01.01.00.01.031.0001.2001.3.3.90.14.00 - DIÁRIAS - CIVIL** | | | | | | | | | | | | | | |
| | 10.848,00 | 11.744,00 | 12.032,00 | 11.728,00 | 12.624,00 | 14.000,00 | 16.928,00 | 13.520,00 | 12.592,00 | 12.576,00 | 13.408,00 | 18.000,00 | 0,00 | 160.000,00 |
| | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |

| | | | | | | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Ficha: **8 01.01.00.01.031.0001.2001.3.3.90.30.00 - MATERIAL DE CONSUMO** | | | | | | | | | | | | | | |
| | 5.424,00 | 5.872,00 | 6.016,00 | 5.864,00 | 6.312,00 | 7.000,00 | 8.464,00 | 6.760,00 | 6.296,00 | 6.288,00 | 6.704,00 | 9.000,00 | 0,00 | 80.000,00 |
| | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Ficha: **9 01.01.00.01.031.0001.2001.3.3.90.39.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA** | | | | | | | | | | | | | | |
| | 27.120,00 | 29.360,00 | 30.080,00 | 29.320,00 | 31.560,00 | 35.000,00 | 42.320,00 | 33.800,00 | 31.480,00 | 31.440,00 | 33.520,00 | 45.000,00 | 0,00 | 400.000,00 |
| | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Ficha: **10 01.01.00.01.031.0001.2001.3.3.90.46.00 - AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO** | | | | | | | | | | | | | | |
| | 5.085,00 | 5.505,00 | 5.640,00 | 5.497,50 | 5.917,50 | 6.562,50 | 7.935,00 | 6.337,50 | 5.902,50 | 5.895,00 | 6.285,00 | 8.437,50 | 0,00 | 75.000,00 |
| | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| **Unidade 01.01.00 à 01.01.00** | | | | | | | | | | | | | | |
| **Programada** / **Realizada** / **Paga** | **Janeiro** | **Fevereiro** | **Março** | **Abril** | **Maio** | **Junho** | **Julho** | **Agosto** | **Setembro** | **Outubro** | **Novembro** | **Dezembro** | **Regulam.** | **Total** |
| **TOTAL GERAL** | | | | | | | | | | | | | | |
| | 163.059,00 | 176.527,00 | 180.856,00 | 176.286,50 | 189.754,50 | 210.437,50 | 254.449,00 | 203.222,50 | 189.273,50 | 189.033,00 | 201.539,00 | 270.562,50 | 0,00 | 2.405.000,00 |
| | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |

ALTO ALEGRE DOS PARECIS, 05 de Janeiro de 2024

***FABIANO ANTONIO ANTONIETTI***
CRC/RO 006123/O-1
Contador

**Publicado por:**
Regina Celia Scarpati
**Código Identificador:**41D092AF

## SECRETARAIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
## 6 - PREFEITURA - PROGRAMAÇÃO FINANCEIRA DA DESPESA 2024

| **Programação Financeira da Despesa - Exercício 2024 (ANALÍTICO)** | | | | | | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **Unidade 02.01.00 à 02.08.00** | | | | | | | | | | | | | | |
| **Programada** / **Realizada** / **Paga** | **Janeiro** | **Fevereiro** | **Março** | **Abril** | **Maio** | **Junho** | **Julho** | **Agosto** | **Setembro** | **Outubro** | **Novembro** | **Dezembro** | **Regulam.** | **Total** |
| Ficha: **11 02.01.00.04.122.0002.1005.4.4.90.52.00 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE** | | | | | | | | | | | | | | |
| | 322,05 | 348,65 | 357,20 | 348,18 | 374,78 | 415,63 | 502,55 | 401,38 | 373,83 | 373,35 | 398,05 | 534,36 | 0,00 | 4.750,01 |
| | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Ficha: **12 02.01.00.04.122.0002.2002.3.3.90.14.00 - DIÁRIAS - CIVIL** | | | | | | | | | | | | | | |
| | 3.390,00 | 3.670,00 | 3.760,00 | 3.665,00 | 3.945,00 | 4.375,00 | 5.290,00 | 4.225,00 | 3.935,00 | 3.930,00 | 4.190,00 | 5.625,00 | 0,00 | 50.000,00 |
| | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Ficha: **13 02.01.00.04.122.0002.2002.3.3.90.30.00 - MATERIAL DE CONSUMO** | | | | | | | | | | | | | | |
| | 5.424,00 | 5.872,00 | 6.016,00 | 5.864,00 | 6.312,00 | 7.000,00 | 8.464,00 | 6.760,00 | 6.296,00 | 6.288,00 | 6.704,00 | 9.000,00 | 0,00 | 80.000,00 |
| | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Ficha: **14 02.01.00.04.122.0002.2002.3.3.90.32.00 - MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA** | | | | | | | | | | | | | | |
| | 67,80 | 73,40 | 75,20 | 73,30 | 78,90 | 87,50 | 105,80 | 84,50 | 78,70 | 78,60 | 83,80 | 112,50 | 0,00 | 1.000,00 |
| | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Ficha: **15 02.01.00.04.122.0002.2002.3.3.90.33.00 - PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO** | | | | | | | | | | | | | | |
| | 406,80 | 440,40 | 451,20 | 439,80 | 473,40 | 525,00 | 634,80 | 507,00 | 472,20 | 471,60 | 502,80 | 675,00 | 0,00 | 6.000,00 |
| | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Ficha: **16 02.01.00.04.122.0002.2002.3.3.90.39.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA** | | | | | | | | | | | | | | |

| | | | | | | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 3.729,00 | 4.037,00 | 4.136,00 | 4.031,50 | 4.339,50 | 4.812,50 | 5.819,00 | 4.647,50 | 4.328,50 | 4.323,00 | 4.609,00 | 6.187,50 | 0,00 | 55.000,00 |
| | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Ficha: **17 02.01.00.08.243.0003.2003.3.1.90.11.00 - VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL** | | | | | | | | | | | | | | |
| | 10.848,00 | 11.744,00 | 12.032,00 | 11.728,00 | 12.624,00 | 14.000,00 | 16.928,00 | 13.520,00 | 12.592,00 | 12.576,00 | 13.408,00 | 18.000,00 | 0,00 | 160.000,00 |
| | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Ficha: **18 02.01.00.08.243.0003.2003.3.1.90.13.00 - OBRIGAÇÕES PATRONAIS** | | | | | | | | | | | | | | |
| | 1.728,90 | 1.871,70 | 1.917,60 | 1.869,15 | 2.011,95 | 2.231,25 | 2.697,90 | 2.154,75 | 2.006,85 | 2.004,30 | 2.136,90 | 2.868,75 | 0,00 | 25.500,00 |
| | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Ficha: **19 02.01.00.08.243.0003.2003.3.1.90.94.00 - INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS** | | | | | | | | | | | | | | |
| | 339,00 | 367,00 | 376,00 | 366,50 | 394,50 | 437,50 | 529,00 | 422,50 | 393,50 | 393,00 | 419,00 | 562,50 | 0,00 | 5.000,00 |
| | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Ficha: **20 02.01.00.08.243.0003.2003.3.3.90.46.00 - AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO** | | | | | | | | | | | | | | |
| | 1.695,00 | 1.835,00 | 1.880,00 | 1.832,50 | 1.972,50 | 2.187,50 | 2.645,00 | 2.112,50 | 1.967,50 | 1.965,00 | 2.095,00 | 2.812,50 | 0,00 | 25.000,00 |
| | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| **Unidade 02.01.00 à 02.08.00** | | | | | | | | | | | | | | |
| **Programada Realizada Paga** | **Janeiro** | **Fevereiro** | **Março** | **Abril** | **Maio** | **Junho** | **Julho** | **Agosto** | **Setembro** | **Outubro** | **Novembro** | **Dezembro** | **Regulam.** | **Total** |
| Ficha: **21 02.01.00.08.243.0004.2004.3.3.90.14.00 - DIÁRIAS - CIVIL** | | | | | | | | | | | | | | |
| | 1.356,00 | 1.468,00 | 1.504,00 | 1.466,00 | 1.578,00 | 1.750,00 | 2.116,00 | 1.690,00 | 1.574,00 | 1.572,00 | 1.676,00 | 2.250,00 | 0,00 | 20.000,00 |
| | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Ficha: **22 02.01.00.08.243.0004.2004.3.3.90.30.00 - MATERIAL DE CONSUMO** | | | | | | | | | | | | | | |
| | 1.695,00 | 1.835,00 | 1.880,00 | 1.832,50 | 1.972,50 | 2.187,50 | 2.645,00 | 2.112,50 | 1.967,50 | 1.965,00 | 2.095,00 | 2.812,50 | 0,00 | 25.000,00 |
| | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Ficha: **23 02.01.00.08.243.0004.2004.3.3.90.39.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA** | | | | | | | | | | | | | | |
| | 1.017,00 | 1.101,00 | 1.128,00 | 1.099,50 | 1.183,50 | 1.312,50 | 1.587,00 | 1.267,50 | 1.180,50 | 1.179,00 | 1.257,00 | 1.687,50 | 0,00 | 15.000,00 |
| | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Ficha: **24 02.01.00.08.243.0004.2005.4.4.90.52.00 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE** | | | | | | | | | | | | | | |
| | 678,00 | 734,00 | 752,00 | 733,00 | 789,00 | 875,00 | 1.058,00 | 845,00 | 787,00 | 786,00 | 838,00 | 1.125,00 | 0,00 | 10.000,00 |
| | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Ficha: **25 02.01.00.08.243.0004.2006.3.3.90.30.00 - MATERIAL DE CONSUMO** | | | | | | | | | | | | | | |
| | 4.068,00 | 4.404,00 | 4.512,00 | 4.398,00 | 4.734,00 | 5.250,00 | 6.348,00 | 5.070,00 | 4.722,00 | 4.716,00 | 5.028,00 | 6.750,00 | 0,00 | 60.000,00 |
| | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Ficha: **26 02.01.00.08.243.0004.2006.3.3.90.39.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA** | | | | | | | | | | | | | | |
| | 3.390,00 | 3.670,00 | 3.760,00 | 3.665,00 | 3.945,00 | 4.375,00 | 5.290,00 | 4.225,00 | 3.935,00 | 3.930,00 | 4.190,00 | 5.625,00 | 0,00 | 50.000,00 |
| | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Ficha: **27 02.01.00.08.243.0004.2006.3.3.90.48.00 - OUTROS AUXÍLIOS FINANCEIROS A PESSOAS FÍSICAS** | | | | | | | | | | | | | | |
| | 4.068,00 | 4.404,00 | 4.512,00 | 4.398,00 | 4.734,00 | 5.250,00 | 6.348,00 | 5.070,00 | 4.722,00 | 4.716,00 | 5.028,00 | 6.750,00 | 0,00 | 60.000,00 |
| | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Ficha: **28 02.01.00.08.451.0004.2101.3.3.90.30.00 - MATERIAL DE CONSUMO** | | | | | | | | | | | | | | |
| | 1.017,00 | 1.101,00 | 1.128,00 | 1.099,50 | 1.183,50 | 1.312,50 | 1.587,00 | 1.267,50 | 1.180,50 | 1.179,00 | 1.257,00 | 1.687,50 | 0,00 | 15.000,00 |
| | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Ficha: **29 02.01.00.08.451.0004.2101.3.3.90.39.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA** | | | | | | | | | | | | | | |
| | 1.017,00 | 1.101,00 | 1.128,00 | 1.099,50 | 1.183,50 | 1.312,50 | 1.587,00 | 1.267,50 | 1.180,50 | 1.179,00 | 1.257,00 | 1.687,50 | 0,00 | 15.000,00 |
| | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Ficha: **30 02.01.00.08.451.0004.2101.4.4.90.51.00 - OBRAS E INSTALAÇÕES** | | | | | | | | | | | | | | |
| | 339,00 | 367,00 | 376,00 | 366,50 | 394,50 | 437,50 | 529,00 | 422,50 | 393,50 | 393,00 | 419,00 | 562,50 | 0,00 | 5.000,00 |
| | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| **Unidade 02.01.00 à 02.08.00** | | | | | | | | | | | | | | |

| Programada<br>Realizada<br>Paga | Janeiro | Fevereiro | Março | Abril | Maio | Junho | Julho | Agosto | Setembro | Outubro | Novembro | Dezembro | Regulam. | Total |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Ficha: **31 02.02.00.04.122.0006.1077.4.4.90.52.00 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE** | | | | | | | | | | | | | | |
| | 1.356,00 | 1.468,00 | 1.504,00 | 1.466,00 | 1.578,00 | 1.750,00 | 2.116,00 | 1.690,00 | 1.574,00 | 1.572,00 | 1.676,00 | 2.250,00 | 0,00 | 20.000,00 |
| | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Ficha: **32 02.02.00.18.541.0005.2008.3.3.90.30.00 - MATERIAL DE CONSUMO** | | | | | | | | | | | | | | |
| | 1.356,00 | 1.468,00 | 1.504,00 | 1.466,00 | 1.578,00 | 1.750,00 | 2.116,00 | 1.690,00 | 1.574,00 | 1.572,00 | 1.676,00 | 2.250,00 | 0,00 | 20.000,00 |
| | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Ficha: **33 02.02.00.18.541.0005.2008.3.3.90.39.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA** | | | | | | | | | | | | | | |
| | 1.356,00 | 1.468,00 | 1.504,00 | 1.466,00 | 1.578,00 | 1.750,00 | 2.116,00 | 1.690,00 | 1.574,00 | 1.572,00 | 1.676,00 | 2.250,00 | 0,00 | 20.000,00 |
| | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Ficha: **34 02.02.00.18.541.0005.2099.3.3.90.14.00 - DIÁRIAS - CIVIL** | | | | | | | | | | | | | | |
| | 203,40 | 220,20 | 225,60 | 219,90 | 236,70 | 262,50 | 317,40 | 253,50 | 236,10 | 235,80 | 251,40 | 337,50 | 0,00 | 3.000,00 |
| | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Ficha: **35 02.02.00.18.541.0005.2099.3.3.90.30.00 - MATERIAL DE CONSUMO** | | | | | | | | | | | | | | |
| | 271,20 | 293,60 | 300,80 | 293,20 | 315,60 | 350,00 | 423,20 | 338,00 | 314,80 | 314,40 | 335,20 | 450,00 | 0,00 | 4.000,00 |
| | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Ficha: **36 02.02.00.18.541.0005.2099.3.3.90.39.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA** | | | | | | | | | | | | | | |
| | 203,40 | 220,20 | 225,60 | 219,90 | 236,70 | 262,50 | 317,40 | 253,50 | 236,10 | 235,80 | 251,40 | 337,50 | 0,00 | 3.000,00 |
| | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Ficha: **37 02.02.00.20.122.0002.2009.3.3.90.14.00 - DIÁRIAS - CIVIL** | | | | | | | | | | | | | | |
| | 1.017,00 | 1.101,00 | 1.128,00 | 1.099,50 | 1.183,50 | 1.312,50 | 1.587,00 | 1.267,50 | 1.180,50 | 1.179,00 | 1.257,00 | 1.687,50 | 0,00 | 15.000,00 |
| | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Ficha: **38 02.02.00.20.122.0002.2009.3.3.90.30.00 - MATERIAL DE CONSUMO** | | | | | | | | | | | | | | |
| | 19.323,00 | 20.919,00 | 21.432,00 | 20.890,50 | 22.486,50 | 24.937,50 | 30.153,00 | 24.082,50 | 22.429,50 | 22.401,00 | 23.883,00 | 32.062,50 | 0,00 | 285.000,00 |
| | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Ficha: **39 02.02.00.20.122.0002.2009.3.3.90.32.00 - MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA** | | | | | | | | | | | | | | |
| | 339,00 | 367,00 | 376,00 | 366,50 | 394,50 | 437,50 | 529,00 | 422,50 | 393,50 | 393,00 | 419,00 | 562,50 | 0,00 | 5.000,00 |
| | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Ficha: **40 02.02.00.20.122.0002.2009.3.3.90.36.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA** | | | | | | | | | | | | | | |
| | 339,00 | 367,00 | 376,00 | 366,50 | 394,50 | 437,50 | 529,00 | 422,50 | 393,50 | 393,00 | 419,00 | 562,50 | 0,00 | 5.000,00 |
| | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| **Unidade 02.01.00 à 02.08.00** | | | | | | | | | | | | | | |
| **Programada<br>Realizada<br>Paga** | **Janeiro** | **Fevereiro** | **Março** | **Abril** | **Maio** | **Junho** | **Julho** | **Agosto** | **Setembro** | **Outubro** | **Novembro** | **Dezembro** | **Regulam.** | **Total** |
| Ficha: **41 02.02.00.20.122.0002.2009.3.3.90.39.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA** | | | | | | | | | | | | | | |
| | 8.814,00 | 9.542,00 | 9.776,00 | 9.529,00 | 10.257,00 | 11.375,00 | 13.754,00 | 10.985,00 | 10.231,00 | 10.218,00 | 10.894,00 | 14.625,00 | 0,00 | 130.000,00 |
| | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Ficha: **42 02.02.00.20.122.0002.2009.3.3.90.48.00 - OUTROS AUXÍLIOS FINANCEIROS A PESSOAS FÍSICAS** | | | | | | | | | | | | | | |
| | 6.780,00 | 7.340,00 | 7.520,00 | 7.330,00 | 7.890,00 | 8.750,00 | 10.580,00 | 8.450,00 | 7.870,00 | 7.860,00 | 8.380,00 | 11.250,00 | 0,00 | 100.000,00 |
| | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Ficha: **43 02.02.00.20.122.0002.2009.4.4.90.52.00 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE** | | | | | | | | | | | | | | |
| | 1.356,00 | 1.468,00 | 1.504,00 | 1.466,00 | 1.578,00 | 1.750,00 | 2.116,00 | 1.690,00 | 1.574,00 | 1.572,00 | 1.676,00 | 2.250,00 | 0,00 | 20.000,00 |
| | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Ficha: **44 02.02.00.20.602.0006.2010.3.3.90.30.00 - MATERIAL DE CONSUMO** | | | | | | | | | | | | | | |
| | 18.645,00 | 20.185,00 | 20.680,00 | 20.157,50 | 21.697,50 | 24.062,50 | 29.095,00 | 23.237,50 | 21.642,50 | 21.615,00 | 23.045,00 | 30.937,50 | 0,00 | 275.000,00 |
| | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Ficha: **45 02.02.00.20.602.0006.2010.3.3.90.31.00 - PREMIAÇÕES CULTURAIS, ARTÍSTICAS, CIENTÍFICAS, DESPORTIVAS E OUTRAS** | | | | | | | | | | | | | | |
| | 2.034,00 | 2.202,00 | 2.256,00 | 2.199,00 | 2.367,00 | 2.625,00 | 3.174,00 | 2.535,00 | 2.361,00 | 2.358,00 | 2.514,00 | 3.375,00 | 0,00 | 30.000,00 |

| | | | | | | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Ficha: **46 02.02.00.20.602.0006.2010.3.3.90.32.00 - MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA** | | | | | | | | | | | | | | |
| | 678,00 | 734,00 | 752,00 | 733,00 | 789,00 | 875,00 | 1.058,00 | 845,00 | 787,00 | 786,00 | 838,00 | 1.125,00 | 0,00 | 10.000,00 |
| | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Ficha: **47 02.02.00.20.602.0006.2010.3.3.90.39.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA** | | | | | | | | | | | | | | |
| | 15.594,00 | 16.882,00 | 17.296,00 | 16.859,00 | 18.147,00 | 20.125,00 | 24.334,00 | 19.435,00 | 18.101,00 | 18.078,00 | 19.274,00 | 25.875,00 | 0,00 | 230.000,00 |
| | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Ficha: **48 02.02.00.20.605.0007.2011.3.3.90.30.00 - MATERIAL DE CONSUMO** | | | | | | | | | | | | | | |
| | 13.560,00 | 14.680,00 | 15.040,00 | 14.660,00 | 15.780,00 | 17.500,00 | 21.160,00 | 16.900,00 | 15.740,00 | 15.720,00 | 16.760,00 | 22.500,00 | 0,00 | 200.000,00 |
| | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Ficha: **49 02.02.00.20.605.0007.2011.3.3.90.39.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA** | | | | | | | | | | | | | | |
| | 6.780,00 | 7.340,00 | 7.520,00 | 7.330,00 | 7.890,00 | 8.750,00 | 10.580,00 | 8.450,00 | 7.870,00 | 7.860,00 | 8.380,00 | 11.250,00 | 0,00 | 100.000,00 |
| | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Ficha: **50 02.03.00.12.361.0002.1007.4.4.90.52.00 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE** | | | | | | | | | | | | | | |
| | 7.688,52 | 8.323,56 | 8.527,68 | 8.312,22 | 8.947,26 | 9.922,50 | 11.997,72 | 9.582,30 | 8.924,58 | 8.913,24 | 9.502,92 | 12.757,50 | 0,00 | 113.400,00 |
| | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| **Unidade 02.01.00 à 02.08.00** | | | | | | | | | | | | | | |
| **Programada Realizada Paga** | **Janeiro** | **Fevereiro** | **Março** | **Abril** | **Maio** | **Junho** | **Julho** | **Agosto** | **Setembro** | **Outubro** | **Novembro** | **Dezembro** | **Regulam.** | **Total** |
| Ficha: **51 02.03.00.12.361.0002.2012.3.3.90.14.00 - DIÁRIAS - CIVIL** | | | | | | | | | | | | | | |
| | 1.627,20 | 1.761,60 | 1.804,80 | 1.759,20 | 1.893,60 | 2.100,00 | 2.539,20 | 2.028,00 | 1.888,80 | 1.886,40 | 2.011,20 | 2.700,00 | 0,00 | 24.000,00 |
| | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Ficha: **52 02.03.00.12.361.0002.2012.3.3.90.18.00 - AUXÍLIO FINANCEIRO A ESTUDANTES** | | | | | | | | | | | | | | |
| | 67,80 | 73,40 | 75,20 | 73,30 | 78,90 | 87,50 | 105,80 | 84,50 | 78,70 | 78,60 | 83,80 | 112,50 | 0,00 | 1.000,00 |
| | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Ficha: **53 02.03.00.12.361.0002.2012.3.3.90.30.00 - MATERIAL DE CONSUMO** | | | | | | | | | | | | | | |
| | 12.204,00 | 13.212,00 | 13.536,00 | 13.194,00 | 14.202,00 | 15.750,00 | 19.044,00 | 15.210,00 | 14.166,00 | 14.148,00 | 15.084,00 | 20.250,00 | 0,00 | 180.000,00 |
| | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Ficha: **54 02.03.00.12.361.0002.2012.3.3.90.39.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA** | | | | | | | | | | | | | | |
| | 28.476,00 | 30.828,00 | 31.584,00 | 30.786,00 | 33.138,00 | 36.750,00 | 44.436,00 | 35.490,00 | 33.054,00 | 33.012,00 | 35.196,00 | 47.250,00 | 0,00 | 420.000,00 |
| | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Ficha: **55 02.03.00.12.361.0002.2012.3.3.90.93.00 - INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES** | | | | | | | | | | | | | | |
| | 339,00 | 367,00 | 376,00 | 366,50 | 394,50 | 437,50 | 529,00 | 422,50 | 393,50 | 393,00 | 419,00 | 562,50 | 0,00 | 5.000,00 |
| | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Ficha: **56 02.03.00.12.361.0002.2012.4.4.90.52.00 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE** | | | | | | | | | | | | | | |
| | 1.356,00 | 1.468,00 | 1.504,00 | 1.466,00 | 1.578,00 | 1.750,00 | 2.116,00 | 1.690,00 | 1.574,00 | 1.572,00 | 1.676,00 | 2.250,00 | 0,00 | 20.000,00 |
| | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Ficha: **57 02.03.00.12.361.0002.2013.3.3.90.14.00 - DIÁRIAS - CIVIL** | | | | | | | | | | | | | | |
| | 636,20 | 688,75 | 705,64 | 687,81 | 740,36 | 821,06 | 992,77 | 792,91 | 738,48 | 737,54 | 786,34 | 1.055,64 | 0,00 | 9.383,50 |
| | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Ficha: **58 02.03.00.12.361.0002.2013.3.3.90.30.00 - MATERIAL DE CONSUMO** | | | | | | | | | | | | | | |
| | 745,80 | 807,40 | 827,20 | 806,30 | 867,90 | 962,50 | 1.163,80 | 929,50 | 865,70 | 864,60 | 921,80 | 1.237,50 | 0,00 | 11.000,00 |
| | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Ficha: **59 02.03.00.12.361.0002.2013.3.3.90.39.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA** | | | | | | | | | | | | | | |
| | 339,00 | 367,00 | 376,00 | 366,50 | 394,50 | 437,50 | 529,00 | 422,50 | 393,50 | 393,00 | 419,00 | 562,50 | 0,00 | 5.000,00 |
| | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Ficha: **60 02.03.00.12.361.0003.2014.3.1.90.11.00 - VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL** | | | | | | | | | | | | | | |
| | 61.020,00 | 66.060,00 | 67.680,00 | 65.970,00 | 71.010,00 | 78.750,00 | 95.220,00 | 76.050,00 | 70.830,00 | 70.740,00 | 75.420,00 | 101.250,00 | 0,00 | 900.000,00 |

| | | | | | | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| **Unidade 02.01.00 à 02.08.00** | | | | | | | | | | | | | | |
| **Programada Realizada Paga** | **Janeiro** | **Fevereiro** | **Março** | **Abril** | **Maio** | **Junho** | **Julho** | **Agosto** | **Setembro** | **Outubro** | **Novembro** | **Dezembro** | **Regulam.** | **Total** |
| Ficha: **61 02.03.00.12.361.0003.2014.3.1.90.13.00 - OBRIGAÇÕES PATRONAIS** | | | | | | | | | | | | | | |
| | 11.526,00 | 12.478,00 | 12.784,00 | 12.461,00 | 13.413,00 | 14.875,00 | 17.986,00 | 14.365,00 | 13.379,00 | 13.362,00 | 14.246,00 | 19.125,00 | 0,00 | 170.000,00 |
| | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Ficha: **62 02.03.00.12.361.0003.2014.3.1.90.92.00 - DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES** | | | | | | | | | | | | | | |
| | 678,00 | 734,00 | 752,00 | 733,00 | 789,00 | 875,00 | 1.058,00 | 845,00 | 787,00 | 786,00 | 838,00 | 1.125,00 | 0,00 | 10.000,00 |
| | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Ficha: **63 02.03.00.12.361.0003.2014.3.1.90.94.00 - INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS** | | | | | | | | | | | | | | |
| | 1.356,00 | 1.468,00 | 1.504,00 | 1.466,00 | 1.578,00 | 1.750,00 | 2.116,00 | 1.690,00 | 1.574,00 | 1.572,00 | 1.676,00 | 2.250,00 | 0,00 | 20.000,00 |
| | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Ficha: **64 02.03.00.12.361.0003.2014.3.3.90.46.00 - AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO** | | | | | | | | | | | | | | |
| | 38.307,00 | 41.471,00 | 42.488,00 | 41.414,50 | 44.578,50 | 49.437,50 | 59.777,00 | 47.742,50 | 44.465,50 | 44.409,00 | 47.347,00 | 63.562,50 | 0,00 | 565.000,00 |
| | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Ficha: **65 02.03.00.12.361.0003.2014.3.3.90.48.00 - OUTROS AUXÍLIOS FINANCEIROS A PESSOAS FÍSICAS** | | | | | | | | | | | | | | |
| | 15.610,95 | 16.900,35 | 17.314,80 | 16.877,33 | 18.166,72 | 20.146,88 | 24.360,45 | 19.456,12 | 18.120,68 | 18.097,65 | 19.294,95 | 25.903,12 | 0,00 | 230.250,00 |
| | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Ficha: **66 02.03.00.12.361.0003.2015.3.1.90.11.00 - VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL** | | | | | | | | | | | | | | |
| | 3.390,00 | 3.670,00 | 3.760,00 | 3.665,00 | 3.945,00 | 4.375,00 | 5.290,00 | 4.225,00 | 3.935,00 | 3.930,00 | 4.190,00 | 5.625,00 | 0,00 | 50.000,00 |
| | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Ficha: **67 02.03.00.12.361.0003.2015.3.1.90.13.00 - OBRIGAÇÕES PATRONAIS** | | | | | | | | | | | | | | |
| | 813,60 | 880,80 | 902,40 | 879,60 | 946,80 | 1.050,00 | 1.269,60 | 1.014,00 | 944,40 | 943,20 | 1.005,60 | 1.350,00 | 0,00 | 12.000,00 |
| | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Ficha: **68 02.03.00.12.361.0003.2015.3.1.90.94.00 - INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS** | | | | | | | | | | | | | | |
| | 678,00 | 734,00 | 752,00 | 733,00 | 789,00 | 875,00 | 1.058,00 | 845,00 | 787,00 | 786,00 | 838,00 | 1.125,00 | 0,00 | 10.000,00 |
| | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Ficha: **69 02.03.00.12.361.0003.2015.3.3.90.46.00 - AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO** | | | | | | | | | | | | | | |
| | 17.628,00 | 19.084,00 | 19.552,00 | 19.058,00 | 20.514,00 | 22.750,00 | 27.508,00 | 21.970,00 | 20.462,00 | 20.436,00 | 21.788,00 | 29.250,00 | 0,00 | 260.000,00 |
| | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Ficha: **70 02.03.00.12.361.0003.2015.3.3.90.48.00 - OUTROS AUXÍLIOS FINANCEIROS A PESSOAS FÍSICAS** | | | | | | | | | | | | | | |
| | 8.814,00 | 9.542,00 | 9.776,00 | 9.529,00 | 10.257,00 | 11.375,00 | 13.754,00 | 10.985,00 | 10.231,00 | 10.218,00 | 10.894,00 | 14.625,00 | 0,00 | 130.000,00 |
| | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| **Unidade 02.01.00 à 02.08.00** | | | | | | | | | | | | | | |
| **Programada Realizada Paga** | **Janeiro** | **Fevereiro** | **Março** | **Abril** | **Maio** | **Junho** | **Julho** | **Agosto** | **Setembro** | **Outubro** | **Novembro** | **Dezembro** | **Regulam.** | **Total** |
| Ficha: **71 02.03.00.12.361.0003.2016.3.1.90.11.00 - VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL** | | | | | | | | | | | | | | |
| | 695.967,00 | 753.451,00 | 771.928,00 | 752.424,50 | 809.908,50 | 898.187,50 | 1.086.037,00 | 867.392,50 | 807.855,50 | 806.829,00 | 860.207,00 | 1.154.812,50 | 0,00 | 10.265.000,00 |
| | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Ficha: **72 02.03.00.12.361.0003.2016.3.1.90.13.00 - OBRIGAÇÕES PATRONAIS** | | | | | | | | | | | | | | |
| | 159.794,02 | 172.992,35 | 177.234,67 | 172.756,67 | 185.954,99 | 206.223,85 | 249.354,10 | 199.153,32 | 185.483,62 | 185.247,94 | 197.503,53 | 265.144,94 | 0,00 | 2.356.844,00 |
| | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Ficha: **73 02.03.00.12.361.0008.2017.3.3.90.30.00 - MATERIAL DE CONSUMO** | | | | | | | | | | | | | | |
| | 105.768,00 | 114.504,00 | 117.312,00 | 114.348,00 | 123.084,00 | 136.500,00 | 165.048,00 | 131.820,00 | 122.772,00 | 122.616,00 | 130.728,00 | 175.500,00 | 0,00 | 1.560.000,00 |
| | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Ficha: **74 02.03.00.12.361.0008.2017.3.3.90.39.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA** | | | | | | | | | | | | | | |
| | 101.741,68 | 110.145,12 | 112.846,23 | 109.995,06 | 118.398,50 | 131.303,79 | 158.765,04 | 126.801,95 | 118.098,38 | 117.948,32 | 125.751,52 | 168.819,17 | 0,00 | 1.500.614,76 |
| | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |

| | | | | | | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Ficha: **75 02.03.00.12.361.0008.2018.3.3.90.30.00 - MATERIAL DE CONSUMO** | | | | | | | | | | | | | | |
| | 6.780,00 | 7.340,00 | 7.520,00 | 7.330,00 | 7.890,00 | 8.750,00 | 10.580,00 | 8.450,00 | 7.870,00 | 7.860,00 | 8.380,00 | 11.250,00 | 0,00 | 100.000,00 |
| | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Ficha: **76 02.03.00.12.361.0008.2018.3.3.90.39.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA** | | | | | | | | | | | | | | |
| | 9.295,22 | 10.062,96 | 10.309,74 | 10.049,25 | 10.817,00 | 11.996,04 | 14.504,92 | 11.584,75 | 10.789,58 | 10.775,87 | 11.488,78 | 15.423,47 | 0,00 | 137.097,58 |
| | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Ficha: **77 02.03.00.12.361.0008.2019.3.3.90.30.00 - MATERIAL DE CONSUMO** | | | | | | | | | | | | | | |
| | 8.366,52 | 9.057,56 | 9.279,68 | 9.045,22 | 9.736,26 | 10.797,50 | 13.055,72 | 10.427,30 | 9.711,58 | 9.699,24 | 10.340,92 | 13.882,50 | 0,00 | 123.400,00 |
| | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Ficha: **78 02.03.00.12.361.0008.2019.3.3.90.39.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA** | | | | | | | | | | | | | | |
| | 13.560,00 | 14.680,00 | 15.040,00 | 14.660,00 | 15.780,00 | 17.500,00 | 21.160,00 | 16.900,00 | 15.740,00 | 15.720,00 | 16.760,00 | 22.500,00 | 0,00 | 200.000,00 |
| | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Ficha: **79 02.03.00.12.361.0008.2020.3.3.90.39.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA** | | | | | | | | | | | | | | |
| | 92.921,03 | 100.595,92 | 103.062,85 | 100.458,87 | 108.133,76 | 119.920,21 | 145.000,66 | 115.808,66 | 107.859,66 | 107.722,61 | 114.849,30 | 154.183,12 | 0,00 | 1.370.516,65 |
| | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Ficha: **80 02.03.00.12.361.0008.2100.3.3.90.30.00 - MATERIAL DE CONSUMO** | | | | | | | | | | | | | | |
| | 1.695,00 | 1.835,00 | 1.880,00 | 1.832,50 | 1.972,50 | 2.187,50 | 2.645,00 | 2.112,50 | 1.967,50 | 1.965,00 | 2.095,00 | 2.812,50 | 0,00 | 25.000,00 |
| | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| **Unidade 02.01.00 à 02.08.00** | | | | | | | | | | | | | | |
| **Programada Realizada Paga** | **Janeiro** | **Fevereiro** | **Março** | **Abril** | **Maio** | **Junho** | **Julho** | **Agosto** | **Setembro** | **Outubro** | **Novembro** | **Dezembro** | **Regulam.** | **Total** |
| Ficha: **81 02.03.00.12.361.0009.1008.3.3.90.30.00 - MATERIAL DE CONSUMO** | | | | | | | | | | | | | | |
| | 33.900,00 | 36.700,00 | 37.600,00 | 36.650,00 | 39.450,00 | 43.750,00 | 52.900,00 | 42.250,00 | 39.350,00 | 39.300,00 | 41.900,00 | 56.250,00 | 0,00 | 500.000,00 |
| | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Ficha: **82 02.03.00.12.361.0009.2021.3.3.90.30.00 - MATERIAL DE CONSUMO** | | | | | | | | | | | | | | |
| | 47.460,00 | 51.380,00 | 52.640,00 | 51.310,00 | 55.230,00 | 61.250,00 | 74.060,00 | 59.150,00 | 55.090,00 | 55.020,00 | 58.660,00 | 78.750,00 | 0,00 | 700.000,00 |
| | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Ficha: **83 02.03.00.12.361.0009.2022.3.3.90.30.00 - MATERIAL DE CONSUMO** | | | | | | | | | | | | | | |
| | 11.526,00 | 12.478,00 | 12.784,00 | 12.461,00 | 13.413,00 | 14.875,00 | 17.986,00 | 14.365,00 | 13.379,00 | 13.362,00 | 14.246,00 | 19.125,00 | 0,00 | 170.000,00 |
| | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Ficha: **84 02.03.00.12.361.0009.2023.3.3.90.30.00 - MATERIAL DE CONSUMO** | | | | | | | | | | | | | | |
| | 406,80 | 440,40 | 451,20 | 439,80 | 473,40 | 525,00 | 634,80 | 507,00 | 472,20 | 471,60 | 502,80 | 675,00 | 0,00 | 6.000,00 |
| | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Ficha: **85 02.03.00.12.361.0022.1029.3.3.90.30.00 - MATERIAL DE CONSUMO** | | | | | | | | | | | | | | |
| | 678,00 | 734,00 | 752,00 | 733,00 | 789,00 | 875,00 | 1.058,00 | 845,00 | 787,00 | 786,00 | 838,00 | 1.125,00 | 0,00 | 10.000,00 |
| | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Ficha: **86 02.03.00.12.361.0022.1029.3.3.90.39.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA** | | | | | | | | | | | | | | |
| | 678,00 | 734,00 | 752,00 | 733,00 | 789,00 | 875,00 | 1.058,00 | 845,00 | 787,00 | 786,00 | 838,00 | 1.125,00 | 0,00 | 10.000,00 |
| | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Ficha: **87 02.03.00.12.361.0022.1029.4.4.90.51.00 - OBRAS E INSTALAÇÕES** | | | | | | | | | | | | | | |
| | 678,00 | 734,00 | 752,00 | 733,00 | 789,00 | 875,00 | 1.058,00 | 845,00 | 787,00 | 786,00 | 838,00 | 1.125,00 | 0,00 | 10.000,00 |
| | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Ficha: **88 02.03.00.12.361.0022.1029.4.4.90.52.00 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE** | | | | | | | | | | | | | | |
| | 678,00 | 734,00 | 752,00 | 733,00 | 789,00 | 875,00 | 1.058,00 | 845,00 | 787,00 | 786,00 | 838,00 | 1.125,00 | 0,00 | 10.000,00 |
| | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Ficha: **89 02.03.00.12.361.0022.1030.4.4.90.52.00 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE** | | | | | | | | | | | | | | |
| | 1.695,00 | 1.835,00 | 1.880,00 | 1.832,50 | 1.972,50 | 2.187,50 | 2.645,00 | 2.112,50 | 1.967,50 | 1.965,00 | 2.095,00 | 2.812,50 | 0,00 | 25.000,00 |
| | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |

| | | | | | | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Ficha: **90 02.03.00.12.365.0002.2102.3.3.90.30.00 - MATERIAL DE CONSUMO** | | | | | | | | | | | | | | |
| | 474,60 | 513,80 | 526,40 | 513,10 | 552,30 | 612,50 | 740,60 | 591,50 | 550,90 | 550,20 | 586,60 | 787,50 | 0,00 | 7.000,00 |
| | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| **Unidade 02.01.00 à 02.08.00** | | | | | | | | | | | | | | |
| **Programada Realizada Paga** | **Janeiro** | **Fevereiro** | **Março** | **Abril** | **Maio** | **Junho** | **Julho** | **Agosto** | **Setembro** | **Outubro** | **Novembro** | **Dezembro** | **Regulam.** | **Total** |
| Ficha: **91 02.03.00.12.365.0002.2102.4.4.90.52.00 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE** | | | | | | | | | | | | | | |
| | 474,60 | 513,80 | 526,40 | 513,10 | 552,30 | 612,50 | 740,60 | 591,50 | 550,90 | 550,20 | 586,60 | 787,50 | 0,00 | 7.000,00 |
| | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Ficha: **92 02.03.00.12.365.0003.2024.3.1.90.11.00 - VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL** | | | | | | | | | | | | | | |
| | 54.240,00 | 58.720,00 | 60.160,00 | 58.640,00 | 63.120,00 | 70.000,00 | 84.640,00 | 67.600,00 | 62.960,00 | 62.880,00 | 67.040,00 | 90.000,00 | 0,00 | 800.000,00 |
| | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Ficha: **93 02.03.00.12.365.0003.2024.3.1.90.13.00 - OBRIGAÇÕES PATRONAIS** | | | | | | | | | | | | | | |
| | 12.453,50 | 13.482,11 | 13.812,74 | 13.463,74 | 14.492,35 | 16.072,00 | 19.433,34 | 15.520,96 | 14.455,62 | 14.437,25 | 15.392,38 | 20.664,01 | 0,00 | 183.680,00 |
| | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Ficha: **94 02.03.00.12.365.0003.2025.3.1.90.11.00 - VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL** | | | | | | | | | | | | | | |
| | 71.190,00 | 77.070,00 | 78.960,00 | 76.965,00 | 82.845,00 | 91.875,00 | 111.090,00 | 88.725,00 | 82.635,00 | 82.530,00 | 87.990,00 | 118.125,00 | 0,00 | 1.050.000,00 |
| | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Ficha: **95 02.03.00.12.365.0003.2025.3.1.90.13.00 - OBRIGAÇÕES PATRONAIS** | | | | | | | | | | | | | | |
| | 16.345,22 | 17.695,27 | 18.129,22 | 17.671,16 | 19.021,21 | 21.094,50 | 25.506,26 | 20.371,26 | 18.973,00 | 18.948,89 | 20.202,50 | 27.121,51 | 0,00 | 241.080,00 |
| | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Ficha: **96 02.03.00.12.365.0009.2026.3.3.90.30.00 - MATERIAL DE CONSUMO** | | | | | | | | | | | | | | |
| | 2.373,00 | 2.569,00 | 2.632,00 | 2.565,50 | 2.761,50 | 3.062,50 | 3.703,00 | 2.957,50 | 2.754,50 | 2.751,00 | 2.933,00 | 3.937,50 | 0,00 | 35.000,00 |
| | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Ficha: **97 02.03.00.12.365.0009.2027.3.3.90.30.00 - MATERIAL DE CONSUMO** | | | | | | | | | | | | | | |
| | 2.259,10 | 2.445,69 | 2.505,66 | 2.442,36 | 2.628,95 | 2.915,50 | 3.525,26 | 2.815,54 | 2.622,28 | 2.618,95 | 2.792,22 | 3.748,49 | 0,00 | 33.320,00 |
| | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Ficha: **98 02.03.00.12.367.0002.2103.3.3.90.30.00 - MATERIAL DE CONSUMO** | | | | | | | | | | | | | | |
| | 678,00 | 734,00 | 752,00 | 733,00 | 789,00 | 875,00 | 1.058,00 | 845,00 | 787,00 | 786,00 | 838,00 | 1.125,00 | 0,00 | 10.000,00 |
| | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Ficha: **99 02.03.00.12.367.0002.2103.3.3.90.39.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA** | | | | | | | | | | | | | | |
| | 678,00 | 734,00 | 752,00 | 733,00 | 789,00 | 875,00 | 1.058,00 | 845,00 | 787,00 | 786,00 | 838,00 | 1.125,00 | 0,00 | 10.000,00 |
| | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Ficha: **100 02.03.00.12.367.0002.2103.4.4.90.52.00 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE** | | | | | | | | | | | | | | |
| | 1.356,00 | 1.468,00 | 1.504,00 | 1.466,00 | 1.578,00 | 1.750,00 | 2.116,00 | 1.690,00 | 1.574,00 | 1.572,00 | 1.676,00 | 2.250,00 | 0,00 | 20.000,00 |
| | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| **Unidade 02.01.00 à 02.08.00** | | | | | | | | | | | | | | |
| **Programada Realizada Paga** | **Janeiro** | **Fevereiro** | **Março** | **Abril** | **Maio** | **Junho** | **Julho** | **Agosto** | **Setembro** | **Outubro** | **Novembro** | **Dezembro** | **Regulam.** | **Total** |
| Ficha: **101 02.04.00.13.392.0010.2028.3.3.90.30.00 - MATERIAL DE CONSUMO** | | | | | | | | | | | | | | |
| | 3.051,00 | 3.303,00 | 3.384,00 | 3.298,50 | 3.550,50 | 3.937,50 | 4.761,00 | 3.802,50 | 3.541,50 | 3.537,00 | 3.771,00 | 5.062,50 | 0,00 | 45.000,00 |
| | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Ficha: **102 02.04.00.13.392.0010.2028.3.3.90.31.00 - PREMIAÇÕES CULTURAIS, ARTÍSTICAS, CIENTÍFICAS, DESPORTIVAS E OUTRAS** | | | | | | | | | | | | | | |
| | 3.051,00 | 3.303,00 | 3.384,00 | 3.298,50 | 3.550,50 | 3.937,50 | 4.761,00 | 3.802,50 | 3.541,50 | 3.537,00 | 3.771,00 | 5.062,50 | 0,00 | 45.000,00 |
| | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Ficha: **103 02.04.00.13.392.0010.2028.3.3.90.39.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA** | | | | | | | | | | | | | | |
| | 3.390,00 | 3.670,00 | 3.760,00 | 3.665,00 | 3.945,00 | 4.375,00 | 5.290,00 | 4.225,00 | 3.935,00 | 3.930,00 | 4.190,00 | 5.625,00 | 0,00 | 50.000,00 |
| | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |

| | | | | | | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Ficha: **104 02.04.00.23.695.0010.2029.3.3.90.30.00 - MATERIAL DE CONSUMO** | | | | | | | | | | | | | | |
| | 678,00 | 734,00 | 752,00 | 733,00 | 789,00 | 875,00 | 1.058,00 | 845,00 | 787,00 | 786,00 | 838,00 | 1.125,00 | 0,00 | 10.000,00 |
| | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Ficha: **105 02.04.00.23.695.0010.2029.3.3.90.31.00 - PREMIAÇÕES CULTURAIS, ARTÍSTICAS, CIENTÍFICAS, DESPORTIVAS E OUTRAS** | | | | | | | | | | | | | | |
| | 474,60 | 513,80 | 526,40 | 513,10 | 552,30 | 612,50 | 740,60 | 591,50 | 550,90 | 550,20 | 586,60 | 787,50 | 0,00 | 7.000,00 |
| | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Ficha: **106 02.04.00.23.695.0010.2029.3.3.90.32.00 - MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA** | | | | | | | | | | | | | | |
| | 203,40 | 220,20 | 225,60 | 219,90 | 236,70 | 262,50 | 317,40 | 253,50 | 236,10 | 235,80 | 251,40 | 337,50 | 0,00 | 3.000,00 |
| | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Ficha: **107 02.04.00.23.695.0010.2029.3.3.90.39.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA** | | | | | | | | | | | | | | |
| | 678,00 | 734,00 | 752,00 | 733,00 | 789,00 | 875,00 | 1.058,00 | 845,00 | 787,00 | 786,00 | 838,00 | 1.125,00 | 0,00 | 10.000,00 |
| | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Ficha: **108 02.04.00.27.122.0002.2030.3.3.90.14.00 - DIÁRIAS - CIVIL** | | | | | | | | | | | | | | |
| | 678,00 | 734,00 | 752,00 | 733,00 | 789,00 | 875,00 | 1.058,00 | 845,00 | 787,00 | 786,00 | 838,00 | 1.125,00 | 0,00 | 10.000,00 |
| | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Ficha: **109 02.04.00.27.122.0002.2030.3.3.90.30.00 - MATERIAL DE CONSUMO** | | | | | | | | | | | | | | |
| | 1.695,00 | 1.835,00 | 1.880,00 | 1.832,50 | 1.972,50 | 2.187,50 | 2.645,00 | 2.112,50 | 1.967,50 | 1.965,00 | 2.095,00 | 2.812,50 | 0,00 | 25.000,00 |
| | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Ficha: **110 02.04.00.27.122.0002.2030.3.3.90.32.00 - MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA** | | | | | | | | | | | | | | |
| | 678,00 | 734,00 | 752,00 | 733,00 | 789,00 | 875,00 | 1.058,00 | 845,00 | 787,00 | 786,00 | 838,00 | 1.125,00 | 0,00 | 10.000,00 |
| | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| **Unidade 02.01.00 à 02.08.00** | | | | | | | | | | | | | | |
| **Programada Realizada Paga** | **Janeiro** | **Fevereiro** | **Março** | **Abril** | **Maio** | **Junho** | **Julho** | **Agosto** | **Setembro** | **Outubro** | **Novembro** | **Dezembro** | **Regulam.** | **Total** |
| Ficha: **111 02.04.00.27.122.0002.2030.3.3.90.39.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA** | | | | | | | | | | | | | | |
| | 3.051,00 | 3.303,00 | 3.384,00 | 3.298,50 | 3.550,50 | 3.937,50 | 4.761,00 | 3.802,50 | 3.541,50 | 3.537,00 | 3.771,00 | 5.062,50 | 0,00 | 45.000,00 |
| | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Ficha: **112 02.04.00.27.122.0002.2030.3.3.90.48.00 - OUTROS AUXÍLIOS FINANCEIROS A PESSOAS FÍSICAS** | | | | | | | | | | | | | | |
| | 2.712,00 | 2.936,00 | 3.008,00 | 2.932,00 | 3.156,00 | 3.500,00 | 4.232,00 | 3.380,00 | 3.148,00 | 3.144,00 | 3.352,00 | 4.500,00 | 0,00 | 40.000,00 |
| | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Ficha: **113 02.04.00.27.812.0010.2031.4.4.90.52.00 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE** | | | | | | | | | | | | | | |
| | 678,00 | 734,00 | 752,00 | 733,00 | 789,00 | 875,00 | 1.058,00 | 845,00 | 787,00 | 786,00 | 838,00 | 1.125,00 | 0,00 | 10.000,00 |
| | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Ficha: **114 02.04.00.27.812.0010.2032.3.3.90.30.00 - MATERIAL DE CONSUMO** | | | | | | | | | | | | | | |
| | 1.695,00 | 1.835,00 | 1.880,00 | 1.832,50 | 1.972,50 | 2.187,50 | 2.645,00 | 2.112,50 | 1.967,50 | 1.965,00 | 2.095,00 | 2.812,50 | 0,00 | 25.000,00 |
| | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Ficha: **115 02.04.00.27.812.0010.2032.3.3.90.31.00 - PREMIAÇÕES CULTURAIS, ARTÍSTICAS, CIENTÍFICAS, DESPORTIVAS E OUTRAS** | | | | | | | | | | | | | | |
| | 2.712,00 | 2.936,00 | 3.008,00 | 2.932,00 | 3.156,00 | 3.500,00 | 4.232,00 | 3.380,00 | 3.148,00 | 3.144,00 | 3.352,00 | 4.500,00 | 0,00 | 40.000,00 |
| | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Ficha: **116 02.04.00.27.812.0010.2032.3.3.90.32.00 - MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA** | | | | | | | | | | | | | | |
| | 678,00 | 734,00 | 752,00 | 733,00 | 789,00 | 875,00 | 1.058,00 | 845,00 | 787,00 | 786,00 | 838,00 | 1.125,00 | 0,00 | 10.000,00 |
| | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Ficha: **117 02.04.00.27.812.0010.2032.3.3.90.39.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA** | | | | | | | | | | | | | | |
| | 6.102,00 | 6.606,00 | 6.768,00 | 6.597,00 | 7.101,00 | 7.875,00 | 9.522,00 | 7.605,00 | 7.083,00 | 7.074,00 | 7.542,00 | 10.125,00 | 0,00 | 90.000,00 |
| | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Ficha: **118 02.04.00.27.812.0010.2033.3.3.90.30.00 - MATERIAL DE CONSUMO** | | | | | | | | | | | | | | |
| | 1.356,00 | 1.468,00 | 1.504,00 | 1.466,00 | 1.578,00 | 1.750,00 | 2.116,00 | 1.690,00 | 1.574,00 | 1.572,00 | 1.676,00 | 2.250,00 | 0,00 | 20.000,00 |
| | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |

| | | | | | | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Ficha: **119 02.04.00.27.812.0010.2033.3.3.90.31.00 - PREMIAÇÕES CULTURAIS, ARTÍSTICAS, CIENTÍFICAS, DESPORTIVAS E OUTRAS** | | | | | | | | | | | | | | |
| | 678,00 | 734,00 | 752,00 | 733,00 | 789,00 | 875,00 | 1.058,00 | 845,00 | 787,00 | 786,00 | 838,00 | 1.125,00 | 0,00 | 10.000,00 |
| | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Ficha: **120 02.04.00.27.812.0010.2033.3.3.90.32.00 - MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA** | | | | | | | | | | | | | | |
| | 678,00 | 734,00 | 752,00 | 733,00 | 789,00 | 875,00 | 1.058,00 | 845,00 | 787,00 | 786,00 | 838,00 | 1.125,00 | 0,00 | 10.000,00 |
| | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| **Unidade 02.01.00 à 02.08.00** | | | | | | | | | | | | | | |
| **Programada Realizada Paga** | **Janeiro** | **Fevereiro** | **Março** | **Abril** | **Maio** | **Junho** | **Julho** | **Agosto** | **Setembro** | **Outubro** | **Novembro** | **Dezembro** | **Regulam.** | **Total** |
| Ficha: **121 02.04.00.27.812.0010.2033.3.3.90.39.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA** | | | | | | | | | | | | | | |
| | 1.356,00 | 1.468,00 | 1.504,00 | 1.466,00 | 1.578,00 | 1.750,00 | 2.116,00 | 1.690,00 | 1.574,00 | 1.572,00 | 1.676,00 | 2.250,00 | 0,00 | 20.000,00 |
| | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Ficha: **122 02.05.00.04.122.0003.2034.3.1.90.11.00 - VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL** | | | | | | | | | | | | | | |
| | 359.340,00 | 389.020,00 | 398.560,00 | 388.490,00 | 418.170,00 | 463.750,00 | 560.740,00 | 447.850,00 | 417.110,00 | 416.580,00 | 444.140,00 | 596.250,00 | 0,00 | 5.300.000,00 |
| | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Ficha: **123 02.05.00.04.122.0003.2034.3.1.90.13.00 - OBRIGAÇÕES PATRONAIS** | | | | | | | | | | | | | | |
| | 70.512,00 | 76.336,00 | 78.208,00 | 76.232,00 | 82.056,00 | 91.000,00 | 110.032,00 | 87.880,00 | 81.848,00 | 81.744,00 | 87.152,00 | 117.000,00 | 0,00 | 1.040.000,00 |
| | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Ficha: **124 02.05.00.04.122.0003.2034.3.1.90.92.00 - DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES** | | | | | | | | | | | | | | |
| | 2.034,00 | 2.202,00 | 2.256,00 | 2.199,00 | 2.367,00 | 2.625,00 | 3.174,00 | 2.535,00 | 2.361,00 | 2.358,00 | 2.514,00 | 3.375,00 | 0,00 | 30.000,00 |
| | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Ficha: **125 02.05.00.04.122.0003.2034.3.1.90.94.00 - INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS** | | | | | | | | | | | | | | |
| | 12.204,00 | 13.212,00 | 13.536,00 | 13.194,00 | 14.202,00 | 15.750,00 | 19.044,00 | 15.210,00 | 14.166,00 | 14.148,00 | 15.084,00 | 20.250,00 | 0,00 | 180.000,00 |
| | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Ficha: **126 02.05.00.04.122.0003.2034.3.3.90.46.00 - AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO** | | | | | | | | | | | | | | |
| | 21.018,00 | 22.754,00 | 23.312,00 | 22.723,00 | 24.459,00 | 27.125,00 | 32.798,00 | 26.195,00 | 24.397,00 | 24.366,00 | 25.978,00 | 34.875,00 | 0,00 | 310.000,00 |
| | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Ficha: **127 02.05.00.04.122.0003.2034.3.3.90.48.00 - OUTROS AUXÍLIOS FINANCEIROS A PESSOAS FÍSICAS** | | | | | | | | | | | | | | |
| | 339,00 | 367,00 | 376,00 | 366,50 | 394,50 | 437,50 | 529,00 | 422,50 | 393,50 | 393,00 | 419,00 | 562,50 | 0,00 | 5.000,00 |
| | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Ficha: **128 02.05.00.04.123.0002.2035.3.3.50.41.00 - CONTRIBUIÇÕES** | | | | | | | | | | | | | | |
| | 474,60 | 513,80 | 526,40 | 513,10 | 552,30 | 612,50 | 740,60 | 591,50 | 550,90 | 550,20 | 586,60 | 787,50 | 0,00 | 7.000,00 |
| | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Ficha: **129 02.05.00.04.123.0002.2035.3.3.50.43.00 - SUBVENÇÕES SOCIAIS** | | | | | | | | | | | | | | |
| | 67,80 | 73,40 | 75,20 | 73,30 | 78,90 | 87,50 | 105,80 | 84,50 | 78,70 | 78,60 | 83,80 | 112,50 | 0,00 | 1.000,00 |
| | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Ficha: **130 02.05.00.04.123.0002.2035.3.3.90.08.00 - OUTROS BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS DO SERVIDOR E DO MILITAR** | | | | | | | | | | | | | | |
| | 203,40 | 220,20 | 225,60 | 219,90 | 236,70 | 262,50 | 317,40 | 253,50 | 236,10 | 235,80 | 251,40 | 337,50 | 0,00 | 3.000,00 |
| | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| **Unidade 02.01.00 à 02.08.00** | | | | | | | | | | | | | | |
| **Programada Realizada Paga** | **Janeiro** | **Fevereiro** | **Março** | **Abril** | **Maio** | **Junho** | **Julho** | **Agosto** | **Setembro** | **Outubro** | **Novembro** | **Dezembro** | **Regulam.** | **Total** |
| Ficha: **131 02.05.00.04.123.0002.2035.3.3.90.14.00 - DIÁRIAS - CIVIL** | | | | | | | | | | | | | | |
| | 2.373,00 | 2.569,00 | 2.632,00 | 2.565,50 | 2.761,50 | 3.062,50 | 3.703,00 | 2.957,50 | 2.754,50 | 2.751,00 | 2.933,00 | 3.937,50 | 0,00 | 35.000,00 |
| | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Ficha: **132 02.05.00.04.123.0002.2035.3.3.90.30.00 - MATERIAL DE CONSUMO** | | | | | | | | | | | | | | |
| | 13.560,00 | 14.680,00 | 15.040,00 | 14.660,00 | 15.780,00 | 17.500,00 | 21.160,00 | 16.900,00 | 15.740,00 | 15.720,00 | 16.760,00 | 22.500,00 | 0,00 | 200.000,00 |
| | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Ficha: **133 02.05.00.04.123.0002.2035.3.3.90.33.00 - PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO** | | | | | | | | | | | | | | |

| | | | | | | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 67,80 | 73,40 | 75,20 | 73,30 | 78,90 | 87,50 | 105,80 | 84,50 | 78,70 | 78,60 | 83,80 | 112,50 | 0,00 | 1.000,00 |
| | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Ficha: **134 02.05.00.04.123.0002.2035.3.3.90.36.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA** | | | | | | | | | | | | | | |
| | 339,00 | 367,00 | 376,00 | 366,50 | 394,50 | 437,50 | 529,00 | 422,50 | 393,50 | 393,00 | 419,00 | 562,50 | 0,00 | 5.000,00 |
| | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Ficha: **135 02.05.00.04.123.0002.2035.3.3.90.39.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA** | | | | | | | | | | | | | | |
| | 81.360,00 | 88.080,00 | 90.240,00 | 87.960,00 | 94.680,00 | 105.000,00 | 126.960,00 | 101.400,00 | 94.440,00 | 94.320,00 | 100.560,00 | 135.000,00 | 0,00 | 1.200.000,00 |
| | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Ficha: **136 02.05.00.04.123.0002.2035.3.3.90.40.00 - SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - PJ** | | | | | | | | | | | | | | |
| | 44.070,00 | 47.710,00 | 48.880,00 | 47.645,00 | 51.285,00 | 56.875,00 | 68.770,00 | 54.925,00 | 51.155,00 | 51.090,00 | 54.470,00 | 73.125,00 | 0,00 | 650.000,00 |
| | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Ficha: **137 02.05.00.04.123.0002.2035.3.3.90.93.00 - INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES** | | | | | | | | | | | | | | |
| | 678,00 | 734,00 | 752,00 | 733,00 | 789,00 | 875,00 | 1.058,00 | 845,00 | 787,00 | 786,00 | 838,00 | 1.125,00 | 0,00 | 10.000,00 |
| | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Ficha: **138 02.05.00.04.123.0002.2035.4.4.90.51.00 - OBRAS E INSTALAÇÕES** | | | | | | | | | | | | | | |
| | 3.390,00 | 3.670,00 | 3.760,00 | 3.665,00 | 3.945,00 | 4.375,00 | 5.290,00 | 4.225,00 | 3.935,00 | 3.930,00 | 4.190,00 | 5.625,00 | 0,00 | 50.000,00 |
| | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Ficha: **139 02.05.00.04.123.0002.2035.4.4.90.52.00 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE** | | | | | | | | | | | | | | |
| | 3.390,00 | 3.670,00 | 3.760,00 | 3.665,00 | 3.945,00 | 4.375,00 | 5.290,00 | 4.225,00 | 3.935,00 | 3.930,00 | 4.190,00 | 5.625,00 | 0,00 | 50.000,00 |
| | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Ficha: **140 02.05.00.04.123.0002.2036.3.3.90.47.00 - OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS** | | | | | | | | | | | | | | |
| | 40.680,00 | 44.040,00 | 45.120,00 | 43.980,00 | 47.340,00 | 52.500,00 | 63.480,00 | 50.700,00 | 47.220,00 | 47.160,00 | 50.280,00 | 67.500,00 | 0,00 | 600.000,00 |
| | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| **Unidade 02.01.00 à 02.08.00** | | | | | | | | | | | | | | |
| **Programada Realizada Paga** | **Janeiro** | **Fevereiro** | **Março** | **Abril** | **Maio** | **Junho** | **Julho** | **Agosto** | **Setembro** | **Outubro** | **Novembro** | **Dezembro** | **Regulam.** | **Total** |
| Ficha: **141 02.05.00.04.129.0011.2037.3.3.90.14.00 - DIÁRIAS - CIVIL** | | | | | | | | | | | | | | |
| | 1.017,00 | 1.101,00 | 1.128,00 | 1.099,50 | 1.183,50 | 1.312,50 | 1.587,00 | 1.267,50 | 1.180,50 | 1.179,00 | 1.257,00 | 1.687,50 | 0,00 | 15.000,00 |
| | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Ficha: **142 02.05.00.04.129.0011.2037.3.3.90.30.00 - MATERIAL DE CONSUMO** | | | | | | | | | | | | | | |
| | 1.017,00 | 1.101,00 | 1.128,00 | 1.099,50 | 1.183,50 | 1.312,50 | 1.587,00 | 1.267,50 | 1.180,50 | 1.179,00 | 1.257,00 | 1.687,50 | 0,00 | 15.000,00 |
| | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Ficha: **143 02.05.00.04.129.0011.2037.3.3.90.39.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA** | | | | | | | | | | | | | | |
| | 678,00 | 734,00 | 752,00 | 733,00 | 789,00 | 875,00 | 1.058,00 | 845,00 | 787,00 | 786,00 | 838,00 | 1.125,00 | 0,00 | 10.000,00 |
| | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Ficha: **144 02.05.00.28.843.0000.3001.3.2.90.22.00 - OUTROS ENCARGOS SOBRE A DÍVIDA POR CONTRATO** | | | | | | | | | | | | | | |
| | 4.474,80 | 4.844,40 | 4.963,20 | 4.837,80 | 5.207,40 | 5.775,00 | 6.982,80 | 5.577,00 | 5.194,20 | 5.187,60 | 5.530,80 | 7.425,00 | 0,00 | 66.000,00 |
| | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Ficha: **145 02.05.00.28.843.0000.3001.4.6.90.71.00 - PRINCIPAL DA DÍVIDA CONTRATUAL RESGATADO** | | | | | | | | | | | | | | |
| | 17.560,20 | 19.010,60 | 19.476,80 | 18.984,70 | 20.435,10 | 22.662,50 | 27.402,20 | 21.885,50 | 20.383,30 | 20.357,40 | 21.704,20 | 29.137,50 | 0,00 | 259.000,00 |
| | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Ficha: **146 02.05.00.28.843.0000.3002.3.3.90.91.00 - SENTENÇAS JUDICIAIS** | | | | | | | | | | | | | | |
| | 101.700,00 | 110.100,00 | 112.800,00 | 109.950,00 | 118.350,00 | 131.250,00 | 158.700,00 | 126.750,00 | 118.050,00 | 117.900,00 | 125.700,00 | 168.750,00 | 0,00 | 1.500.000,00 |
| | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Ficha: **147 02.05.00.99.999.9999.9999.9.9.99.99.00 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA /RESERVA DO RPPS** | | | | | | | | | | | | | | |
| | 21.018,00 | 22.754,00 | 23.312,00 | 22.723,00 | 24.459,00 | 27.125,00 | 32.798,00 | 26.195,00 | 24.397,00 | 24.366,00 | 25.978,00 | 34.875,00 | 0,00 | 310.000,00 |
| | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Ficha: **148 02.06.00.04.122.0002.2038.3.3.90.14.00 - DIÁRIAS - CIVIL** | | | | | | | | | | | | | | |

| | | | | | | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 339,00 | 367,00 | 376,00 | 366,50 | 394,50 | 437,50 | 529,00 | 422,50 | 393,50 | 393,00 | 419,00 | 562,50 | 0,00 | 5.000,00 |
| | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Ficha: **149 02.06.00.04.122.0002.2038.3.3.90.30.00 - MATERIAL DE CONSUMO** | | | | | | | | | | | | | | |
| | 6.102,00 | 6.606,00 | 6.768,00 | 6.597,00 | 7.101,00 | 7.875,00 | 9.522,00 | 7.605,00 | 7.083,00 | 7.074,00 | 7.542,00 | 10.125,00 | 0,00 | 90.000,00 |
| | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Ficha: **150 02.06.00.04.122.0002.2038.3.3.90.36.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA** | | | | | | | | | | | | | | |
| | 1.084,80 | 1.174,40 | 1.203,20 | 1.172,80 | 1.262,40 | 1.400,00 | 1.692,80 | 1.352,00 | 1.259,20 | 1.257,60 | 1.340,80 | 1.800,00 | 0,00 | 16.000,00 |
| | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| **Unidade 02.01.00 à 02.08.00** | | | | | | | | | | | | | | |
| **Programada Realizada Paga** | **Janeiro** | **Fevereiro** | **Março** | **Abril** | **Maio** | **Junho** | **Julho** | **Agosto** | **Setembro** | **Outubro** | **Novembro** | **Dezembro** | **Regulam.** | **Total** |
| Ficha: **151 02.06.00.04.122.0002.2038.3.3.90.39.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA** | | | | | | | | | | | | | | |
| | 3.390,00 | 3.670,00 | 3.760,00 | 3.665,00 | 3.945,00 | 4.375,00 | 5.290,00 | 4.225,00 | 3.935,00 | 3.930,00 | 4.190,00 | 5.625,00 | 0,00 | 50.000,00 |
| | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Ficha: **152 02.06.00.04.122.0002.2038.3.3.90.48.00 - OUTROS AUXÍLIOS FINANCEIROS A PESSOAS FÍSICAS** | | | | | | | | | | | | | | |
| | 5.424,00 | 5.872,00 | 6.016,00 | 5.864,00 | 6.312,00 | 7.000,00 | 8.464,00 | 6.760,00 | 6.296,00 | 6.288,00 | 6.704,00 | 9.000,00 | 0,00 | 80.000,00 |
| | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Ficha: **153 02.06.00.04.122.0002.2038.3.3.90.93.00 - INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES** | | | | | | | | | | | | | | |
| | 135,60 | 146,80 | 150,40 | 146,60 | 157,80 | 175,00 | 211,60 | 169,00 | 157,40 | 157,20 | 167,60 | 225,00 | 0,00 | 2.000,00 |
| | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Ficha: **154 02.06.00.15.452.0012.2039.3.3.90.30.00 - MATERIAL DE CONSUMO** | | | | | | | | | | | | | | |
| | 339,00 | 367,00 | 376,00 | 366,50 | 394,50 | 437,50 | 529,00 | 422,50 | 393,50 | 393,00 | 419,00 | 562,50 | 0,00 | 5.000,00 |
| | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Ficha: **155 02.06.00.15.452.0012.2039.3.3.90.39.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA** | | | | | | | | | | | | | | |
| | 339,00 | 367,00 | 376,00 | 366,50 | 394,50 | 437,50 | 529,00 | 422,50 | 393,50 | 393,00 | 419,00 | 562,50 | 0,00 | 5.000,00 |
| | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Ficha: **156 02.06.00.15.452.0012.2040.3.3.90.30.00 - MATERIAL DE CONSUMO** | | | | | | | | | | | | | | |
| | 6.780,00 | 7.340,00 | 7.520,00 | 7.330,00 | 7.890,00 | 8.750,00 | 10.580,00 | 8.450,00 | 7.870,00 | 7.860,00 | 8.380,00 | 11.250,00 | 0,00 | 100.000,00 |
| | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Ficha: **157 02.06.00.15.452.0012.2040.3.3.90.39.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA** | | | | | | | | | | | | | | |
| | 1.830,60 | 1.981,80 | 2.030,40 | 1.979,10 | 2.130,30 | 2.362,50 | 2.856,60 | 2.281,50 | 2.124,90 | 2.122,20 | 2.262,60 | 3.037,50 | 0,00 | 27.000,00 |
| | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Ficha: **158 02.06.00.15.452.0012.2041.3.3.90.30.00 - MATERIAL DE CONSUMO** | | | | | | | | | | | | | | |
| | 678,00 | 734,00 | 752,00 | 733,00 | 789,00 | 875,00 | 1.058,00 | 845,00 | 787,00 | 786,00 | 838,00 | 1.125,00 | 0,00 | 10.000,00 |
| | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Ficha: **159 02.06.00.15.452.0012.2041.3.3.90.39.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA** | | | | | | | | | | | | | | |
| | 1.356,00 | 1.468,00 | 1.504,00 | 1.466,00 | 1.578,00 | 1.750,00 | 2.116,00 | 1.690,00 | 1.574,00 | 1.572,00 | 1.676,00 | 2.250,00 | 0,00 | 20.000,00 |
| | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Ficha: **160 02.06.00.15.452.0012.2041.4.4.90.52.00 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE** | | | | | | | | | | | | | | |
| | 1.356,00 | 1.468,00 | 1.504,00 | 1.466,00 | 1.578,00 | 1.750,00 | 2.116,00 | 1.690,00 | 1.574,00 | 1.572,00 | 1.676,00 | 2.250,00 | 0,00 | 20.000,00 |
| | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| **Unidade 02.01.00 à 02.08.00** | | | | | | | | | | | | | | |
| **Programada Realizada Paga** | **Janeiro** | **Fevereiro** | **Março** | **Abril** | **Maio** | **Junho** | **Julho** | **Agosto** | **Setembro** | **Outubro** | **Novembro** | **Dezembro** | **Regulam.** | **Total** |
| Ficha: **161 02.06.00.15.452.0012.2042.3.3.90.30.00 - MATERIAL DE CONSUMO** | | | | | | | | | | | | | | |
| | 10.170,00 | 11.010,00 | 11.280,00 | 10.995,00 | 11.835,00 | 13.125,00 | 15.870,00 | 12.675,00 | 11.805,00 | 11.790,00 | 12.570,00 | 16.875,00 | 0,00 | 150.000,00 |
| | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Ficha: **162 02.06.00.15.452.0012.2042.3.3.90.39.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA** | | | | | | | | | | | | | | |
| | 20.340,00 | 22.020,00 | 22.560,00 | 21.990,00 | 23.670,00 | 26.250,00 | 31.740,00 | 25.350,00 | 23.610,00 | 23.580,00 | 25.140,00 | 33.750,00 | 0,00 | 300.000,00 |

| | | | | | | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Ficha: **163 02.06.00.15.452.0012.2042.4.4.90.51.00 - OBRAS E INSTALAÇÕES** | | | | | | | | | | | | | | |
| | 3.390,00 | 3.670,00 | 3.760,00 | 3.665,00 | 3.945,00 | 4.375,00 | 5.290,00 | 4.225,00 | 3.935,00 | 3.930,00 | 4.190,00 | 5.625,00 | 0,00 | 50.000,00 |
| | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Ficha: **164 02.06.00.15.452.0012.2042.4.4.90.52.00 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE** | | | | | | | | | | | | | | |
| | 678,00 | 734,00 | 752,00 | 733,00 | 789,00 | 875,00 | 1.058,00 | 845,00 | 787,00 | 786,00 | 838,00 | 1.125,00 | 0,00 | 10.000,00 |
| | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Ficha: **165 02.06.00.15.452.0012.2043.3.3.71.70.00 - RATEIO PELA PARTICIPAÇÃO EM CONSÓRCIO PÚBLICO** | | | | | | | | | | | | | | |
| | 1.695,00 | 1.835,00 | 1.880,00 | 1.832,50 | 1.972,50 | 2.187,50 | 2.645,00 | 2.112,50 | 1.967,50 | 1.965,00 | 2.095,00 | 2.812,50 | 0,00 | 25.000,00 |
| | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Ficha: **166 02.06.00.15.452.0012.2043.3.3.90.30.00 - MATERIAL DE CONSUMO** | | | | | | | | | | | | | | |
| | 16.950,00 | 18.350,00 | 18.800,00 | 18.325,00 | 19.725,00 | 21.875,00 | 26.450,00 | 21.125,00 | 19.675,00 | 19.650,00 | 20.950,00 | 28.125,00 | 0,00 | 250.000,00 |
| | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Ficha: **167 02.06.00.15.452.0012.2043.3.3.90.39.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA** | | | | | | | | | | | | | | |
| | 16.950,00 | 18.350,00 | 18.800,00 | 18.325,00 | 19.725,00 | 21.875,00 | 26.450,00 | 21.125,00 | 19.675,00 | 19.650,00 | 20.950,00 | 28.125,00 | 0,00 | 250.000,00 |
| | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Ficha: **168 02.07.00.20.605.0007.2044.3.3.90.30.00 - MATERIAL DE CONSUMO** | | | | | | | | | | | | | | |
| | 3.390,00 | 3.670,00 | 3.760,00 | 3.665,00 | 3.945,00 | 4.375,00 | 5.290,00 | 4.225,00 | 3.935,00 | 3.930,00 | 4.190,00 | 5.625,00 | 0,00 | 50.000,00 |
| | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Ficha: **169 02.07.00.20.605.0007.2044.3.3.90.39.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA** | | | | | | | | | | | | | | |
| | 3.390,00 | 3.670,00 | 3.760,00 | 3.665,00 | 3.945,00 | 4.375,00 | 5.290,00 | 4.225,00 | 3.935,00 | 3.930,00 | 4.190,00 | 5.625,00 | 0,00 | 50.000,00 |
| | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Ficha: **170 02.07.00.26.122.0002.2045.3.3.90.14.00 - DIÁRIAS - CIVIL** | | | | | | | | | | | | | | |
| | 1.695,00 | 1.835,00 | 1.880,00 | 1.832,50 | 1.972,50 | 2.187,50 | 2.645,00 | 2.112,50 | 1.967,50 | 1.965,00 | 2.095,00 | 2.812,50 | 0,00 | 25.000,00 |
| | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| **Unidade 02.01.00 à 02.08.00** | | | | | | | | | | | | | | |
| **Programada Realizada Paga** | **Janeiro** | **Fevereiro** | **Março** | **Abril** | **Maio** | **Junho** | **Julho** | **Agosto** | **Setembro** | **Outubro** | **Novembro** | **Dezembro** | **Regulam.** | **Total** |
| Ficha: **171 02.07.00.26.122.0002.2045.3.3.90.30.00 - MATERIAL DE CONSUMO** | | | | | | | | | | | | | | |
| | 6.102,00 | 6.606,00 | 6.768,00 | 6.597,00 | 7.101,00 | 7.875,00 | 9.522,00 | 7.605,00 | 7.083,00 | 7.074,00 | 7.542,00 | 10.125,00 | 0,00 | 90.000,00 |
| | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Ficha: **172 02.07.00.26.122.0002.2045.3.3.90.36.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA** | | | | | | | | | | | | | | |
| | 1.356,00 | 1.468,00 | 1.504,00 | 1.466,00 | 1.578,00 | 1.750,00 | 2.116,00 | 1.690,00 | 1.574,00 | 1.572,00 | 1.676,00 | 2.250,00 | 0,00 | 20.000,00 |
| | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Ficha: **173 02.07.00.26.122.0002.2045.3.3.90.39.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA** | | | | | | | | | | | | | | |
| | 3.051,00 | 3.303,00 | 3.384,00 | 3.298,50 | 3.550,50 | 3.937,50 | 4.761,00 | 3.802,50 | 3.541,50 | 3.537,00 | 3.771,00 | 5.062,50 | 0,00 | 45.000,00 |
| | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Ficha: **174 02.07.00.26.122.0002.2045.3.3.90.48.00 - OUTROS AUXÍLIOS FINANCEIROS A PESSOAS FÍSICAS** | | | | | | | | | | | | | | |
| | 1.559,40 | 1.688,20 | 1.729,60 | 1.685,90 | 1.814,70 | 2.012,50 | 2.433,40 | 1.943,50 | 1.810,10 | 1.807,80 | 1.927,40 | 2.587,50 | 0,00 | 23.000,00 |
| | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Ficha: **175 02.07.00.26.122.0002.2045.3.3.90.93.00 - INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES** | | | | | | | | | | | | | | |
| | 67,80 | 73,40 | 75,20 | 73,30 | 78,90 | 87,50 | 105,80 | 84,50 | 78,70 | 78,60 | 83,80 | 112,50 | 0,00 | 1.000,00 |
| | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Ficha: **176 02.07.00.26.782.0013.2046.4.4.90.52.00 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE** | | | | | | | | | | | | | | |
| | 2.712,00 | 2.936,00 | 3.008,00 | 2.932,00 | 3.156,00 | 3.500,00 | 4.232,00 | 3.380,00 | 3.148,00 | 3.144,00 | 3.352,00 | 4.500,00 | 0,00 | 40.000,00 |
| | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Ficha: **177 02.07.00.26.782.0013.2047.3.3.90.30.00 - MATERIAL DE CONSUMO** | | | | | | | | | | | | | | |
| | 84.750,00 | 91.750,00 | 94.000,00 | 91.625,00 | 98.625,00 | 109.375,00 | 132.250,00 | 105.625,00 | 98.375,00 | 98.250,00 | 104.750,00 | 140.625,00 | 0,00 | 1.250.000,00 |

| | | | | | | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Ficha: **178 02.07.00.26.782.0013.2047.3.3.90.39.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA** | | | | | | | | | | | | | | |
| | 50.850,00 | 55.050,00 | 56.400,00 | 54.975,00 | 59.175,00 | 65.625,00 | 79.350,00 | 63.375,00 | 59.025,00 | 58.950,00 | 62.850,00 | 84.375,00 | 0,00 | 750.000,00 |
| | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Ficha: **179 02.07.00.26.782.0013.2048.4.4.90.30.00 - MATERIAL DE CONSUMO** | | | | | | | | | | | | | | |
| | 32.928,33 | 35.648,07 | 36.522,28 | 35.599,51 | 38.319,25 | 42.496,00 | 51.383,73 | 41.038,99 | 38.222,12 | 38.173,55 | 40.699,03 | 54.637,70 | 0,00 | 485.668,56 |
| | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Ficha: **180 02.07.00.26.782.0013.2048.4.4.90.39.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA** | | | | | | | | | | | | | | |
| | 13.560,00 | 14.680,00 | 15.040,00 | 14.660,00 | 15.780,00 | 17.500,00 | 21.160,00 | 16.900,00 | 15.740,00 | 15.720,00 | 16.760,00 | 22.500,00 | 0,00 | 200.000,00 |
| | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| **Unidade 02.01.00 à 02.08.00** | | | | | | | | | | | | | | |
| **Programada Realizada Paga** | **Janeiro** | **Fevereiro** | **Março** | **Abril** | **Maio** | **Junho** | **Julho** | **Agosto** | **Setembro** | **Outubro** | **Novembro** | **Dezembro** | **Regulam.** | **Total** |
| Ficha: **181 02.08.00.04.121.0014.2049.3.3.90.14.00 - DIÁRIAS - CIVIL** | | | | | | | | | | | | | | |
| | 1.695,00 | 1.835,00 | 1.880,00 | 1.832,50 | 1.972,50 | 2.187,50 | 2.645,00 | 2.112,50 | 1.967,50 | 1.965,00 | 2.095,00 | 2.812,50 | 0,00 | 25.000,00 |
| | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Ficha: **182 02.08.00.04.121.0014.2049.3.3.90.30.00 - MATERIAL DE CONSUMO** | | | | | | | | | | | | | | |
| | 2.712,00 | 2.936,00 | 3.008,00 | 2.932,00 | 3.156,00 | 3.500,00 | 4.232,00 | 3.380,00 | 3.148,00 | 3.144,00 | 3.352,00 | 4.500,00 | 0,00 | 40.000,00 |
| | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Ficha: **183 02.08.00.04.121.0014.2049.3.3.90.39.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA** | | | | | | | | | | | | | | |
| | 30.510,00 | 33.030,00 | 33.840,00 | 32.985,00 | 35.505,00 | 39.375,00 | 47.610,00 | 38.025,00 | 35.415,00 | 35.370,00 | 37.710,00 | 50.625,00 | 0,00 | 450.000,00 |
| | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Ficha: **184 02.08.00.04.121.0014.2050.4.4.90.52.00 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE** | | | | | | | | | | | | | | |
| | 1.356,00 | 1.468,00 | 1.504,00 | 1.466,00 | 1.578,00 | 1.750,00 | 2.116,00 | 1.690,00 | 1.574,00 | 1.572,00 | 1.676,00 | 2.250,00 | 0,00 | 20.000,00 |
| | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| **TOTAL GERAL** | | | | | | | | | | | | | | |
| | 2.996.862,04 | 3.244.390,46 | 3.323.953,19 | 3.239.970,33 | 3.487.498,74 | 3.867.631,71 | 4.676.519,22 | 3.735.027,19 | 3.478.658,46 | 3.474.238,30 | 3.704.086,14 | 4.972.669,28 | 0,00 | 44.201.505,06 |
| | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |

ALTO ALEGRE DOS PARECIS, 05 de Janeiro de 2024

**Publicado por:**
Regina Celia Scarpati
**Código Identificador:**05C6E7B2

## SECRETARAIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
## 7 - FMAS - PROGRAMAÇÃO FINANCEIRA DA DESPESA 2024

| **FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DE ALTO ALEGRE DOS PARECIS** | | | | | | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **FUNDO MUN DE ASSISTENCIA SOCIAL 15.840.076/0001-00** | | | | | | | | | | | | | | |
| **AV PRESIDENTE PRUDENTE 3762 CENTRO CEP 76952-000** | | | | | | | | | | | | | | |
| **Programação Financeira da Despesa - Exercício 2024 (ANALÍTICO)** | | | | | | | | | | | | | | |
| **Unidade 02.09.00 à 02.09.00** | | | | | | | | | | | | | | |
| **Programada Realizada Paga** | **Janeiro** | **Fevereiro** | **Março** | **Abril** | **Maio** | **Junho** | **Julho** | **Agosto** | **Setembro** | **Outubro** | **Novembro** | **Dezembro** | **Regulam.** | **Total** |
| Ficha: **262 02.09.00.08.122.0002.2051.3.3.90.14.00 - DIÁRIAS - CIVIL** | | | | | | | | | | | | | | |
| | 1.356,00 | 1.468,00 | 1.504,00 | 1.466,00 | 1.578,00 | 1.750,00 | 2.116,00 | 1.690,00 | 1.574,00 | 1.572,00 | 1.676,00 | 2.250,00 | 0,00 | 20.000,00 |
| | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Ficha: **263 02.09.00.08.122.0002.2051.3.3.90.30.00 - MATERIAL DE CONSUMO** | | | | | | | | | | | | | | |
| | 2.712,00 | 2.936,00 | 3.008,00 | 2.932,00 | 3.156,00 | 3.500,00 | 4.232,00 | 3.380,00 | 3.148,00 | 3.144,00 | 3.352,00 | 4.500,00 | 0,00 | 40.000,00 |

| | | | | | | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Ficha: **264 02.09.00.08.122.0002.2051.3.3.90.32.00 - MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA** | | | | | | | | | | | | | | |
| | 1.356,00 | 1.468,00 | 1.504,00 | 1.466,00 | 1.578,00 | 1.750,00 | 2.116,00 | 1.690,00 | 1.574,00 | 1.572,00 | 1.676,00 | 2.250,00 | 0,00 | 20.000,00 |
| | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Ficha: **265 02.09.00.08.122.0002.2051.3.3.90.33.00 - PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO** | | | | | | | | | | | | | | |
| | 339,00 | 367,00 | 376,00 | 366,50 | 394,50 | 437,50 | 529,00 | 422,50 | 393,50 | 393,00 | 419,00 | 562,50 | 0,00 | 5.000,00 |
| | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Ficha: **266 02.09.00.08.122.0002.2051.3.3.90.36.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA** | | | | | | | | | | | | | | |
| | 1.017,00 | 1.101,00 | 1.128,00 | 1.099,50 | 1.183,50 | 1.312,50 | 1.587,00 | 1.267,50 | 1.180,50 | 1.179,00 | 1.257,00 | 1.687,50 | 0,00 | 15.000,00 |
| | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Ficha: **267 02.09.00.08.122.0002.2051.3.3.90.39.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA** | | | | | | | | | | | | | | |
| | 8.475,00 | 9.175,00 | 9.400,00 | 9.162,50 | 9.862,50 | 10.937,50 | 13.225,00 | 10.562,50 | 9.837,50 | 9.825,00 | 10.475,00 | 14.062,50 | 0,00 | 125.000,00 |
| | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Ficha: **268 02.09.00.08.122.0002.2051.3.3.90.48.00 - OUTROS AUXÍLIOS FINANCEIROS A PESSOAS FÍSICAS** | | | | | | | | | | | | | | |
| | 2.966,25 | 3.211,25 | 3.290,00 | 3.206,88 | 3.451,88 | 3.828,12 | 4.628,75 | 3.696,87 | 3.443,13 | 3.438,75 | 3.666,25 | 4.921,87 | 0,00 | 43.750,00 |
| | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Ficha: **269 02.09.00.08.122.0002.2051.3.3.90.93.00 - INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES** | | | | | | | | | | | | | | |
| | 678,00 | 734,00 | 752,00 | 733,00 | 789,00 | 875,00 | 1.058,00 | 845,00 | 787,00 | 786,00 | 838,00 | 1.125,00 | 0,00 | 10.000,00 |
| | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Ficha: **270 02.09.00.08.122.0002.2051.4.4.90.51.00 - OBRAS E INSTALAÇÕES** | | | | | | | | | | | | | | |
| | 1.356,00 | 1.468,00 | 1.504,00 | 1.466,00 | 1.578,00 | 1.750,00 | 2.116,00 | 1.690,00 | 1.574,00 | 1.572,00 | 1.676,00 | 2.250,00 | 0,00 | 20.000,00 |
| | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Ficha: **271 02.09.00.08.122.0002.2052.4.4.90.52.00 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE** | | | | | | | | | | | | | | |
| | 1.356,00 | 1.468,00 | 1.504,00 | 1.466,00 | 1.578,00 | 1.750,00 | 2.116,00 | 1.690,00 | 1.574,00 | 1.572,00 | 1.676,00 | 2.250,00 | 0,00 | 20.000,00 |
| | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| **Unidade 02.09.00 à 02.09.00** | | | | | | | | | | | | | | |
| **Programada** / **Realizada** / **Paga** | **Janeiro** | **Fevereiro** | **Março** | **Abril** | **Maio** | **Junho** | **Julho** | **Agosto** | **Setembro** | **Outubro** | **Novembro** | **Dezembro** | **Regulam.** | **Total** |
| Ficha: **272 02.09.00.08.122.0003.2053.3.1.90.11.00 - VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL** | | | | | | | | | | | | | | |
| | 41.747,85 | 45.196,05 | 46.304,40 | 45.134,48 | 48.582,67 | 53.878,13 | 65.146,35 | 52.030,87 | 48.459,53 | 48.397,95 | 51.599,85 | 69.271,87 | 0,00 | 615.750,00 |
| | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Ficha: **273 02.09.00.08.122.0003.2053.3.1.90.13.00 - OBRIGAÇÕES PATRONAIS** | | | | | | | | | | | | | | |
| | 8.814,00 | 9.542,00 | 9.776,00 | 9.529,00 | 10.257,00 | 11.375,00 | 13.754,00 | 10.985,00 | 10.231,00 | 10.218,00 | 10.894,00 | 14.625,00 | 0,00 | 130.000,00 |
| | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Ficha: **274 02.09.00.08.122.0003.2053.3.1.90.94.00 - INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS** | | | | | | | | | | | | | | |
| | 1.695,00 | 1.835,00 | 1.880,00 | 1.832,50 | 1.972,50 | 2.187,50 | 2.645,00 | 2.112,50 | 1.967,50 | 1.965,00 | 2.095,00 | 2.812,50 | 0,00 | 25.000,00 |
| | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Ficha: **275 02.09.00.08.122.0003.2053.3.3.90.46.00 - AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO** | | | | | | | | | | | | | | |
| | 2.712,00 | 2.936,00 | 3.008,00 | 2.932,00 | 3.156,00 | 3.500,00 | 4.232,00 | 3.380,00 | 3.148,00 | 3.144,00 | 3.352,00 | 4.500,00 | 0,00 | 40.000,00 |
| | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Ficha: **276 02.09.00.08.242.0002.2054.3.3.90.30.00 - MATERIAL DE CONSUMO** | | | | | | | | | | | | | | |
| | 339,00 | 367,00 | 376,00 | 366,50 | 394,50 | 437,50 | 529,00 | 422,50 | 393,50 | 393,00 | 419,00 | 562,50 | 0,00 | 5.000,00 |
| | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Ficha: **277 02.09.00.08.243.0003.2055.3.1.90.11.00 - VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL** | | | | | | | | | | | | | | |
| | 8.136,00 | 8.808,00 | 9.024,00 | 8.796,00 | 9.468,00 | 10.500,00 | 12.696,00 | 10.140,00 | 9.444,00 | 9.432,00 | 10.056,00 | 13.500,00 | 0,00 | 120.000,00 |
| | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |

| | | | | | | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Ficha: **278 02.09.00.08.243.0003.2055.3.1.90.13.00 - OBRIGAÇÕES PATRONAIS** | | | | | | | | | | | | | | |
| | 1.695,00 | 1.835,00 | 1.880,00 | 1.832,50 | 1.972,50 | 2.187,50 | 2.645,00 | 2.112,50 | 1.967,50 | 1.965,00 | 2.095,00 | 2.812,50 | 0,00 | 25.000,00 |
| | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Ficha: **279 02.09.00.08.243.0003.2055.3.3.90.46.00 - AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO** | | | | | | | | | | | | | | |
| | 339,00 | 367,00 | 376,00 | 366,50 | 394,50 | 437,50 | 529,00 | 422,50 | 393,50 | 393,00 | 419,00 | 562,50 | 0,00 | 5.000,00 |
| | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Ficha: **280 02.09.00.08.243.0003.2056.3.1.90.11.00 - VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL** | | | | | | | | | | | | | | |
| | 8.203,80 | 8.881,40 | 9.099,20 | 8.869,30 | 9.546,90 | 10.587,50 | 12.801,80 | 10.224,50 | 9.522,70 | 9.510,60 | 10.139,80 | 13.612,50 | 0,00 | 121.000,00 |
| | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Ficha: **281 02.09.00.08.243.0015.2057.3.3.90.14.00 - DIÁRIAS - CIVIL** | | | | | | | | | | | | | | |
| | 339,00 | 367,00 | 376,00 | 366,50 | 394,50 | 437,50 | 529,00 | 422,50 | 393,50 | 393,00 | 419,00 | 562,50 | 0,00 | 5.000,00 |
| | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| **Unidade 02.09.00 à 02.09.00** | | | | | | | | | | | | | | |
| **Programada** | | | | | | | | | | | | | | |
| **Realizada** | **Janeiro** | **Fevereiro** | **Março** | **Abril** | **Maio** | **Junho** | **Julho** | **Agosto** | **Setembro** | **Outubro** | **Novembro** | **Dezembro** | **Regulam.** | **Total** |
| **Paga** | | | | | | | | | | | | | | |
| Ficha: **282 02.09.00.08.243.0015.2057.3.3.90.30.00 - MATERIAL DE CONSUMO** | | | | | | | | | | | | | | |
| | 1.017,00 | 1.101,00 | 1.128,00 | 1.099,50 | 1.183,50 | 1.312,50 | 1.587,00 | 1.267,50 | 1.180,50 | 1.179,00 | 1.257,00 | 1.687,50 | 0,00 | 15.000,00 |
| | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Ficha: **283 02.09.00.08.243.0015.2057.3.3.90.39.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA** | | | | | | | | | | | | | | |
| | 1.017,00 | 1.101,00 | 1.128,00 | 1.099,50 | 1.183,50 | 1.312,50 | 1.587,00 | 1.267,50 | 1.180,50 | 1.179,00 | 1.257,00 | 1.687,50 | 0,00 | 15.000,00 |
| | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Ficha: **284 02.09.00.08.243.0016.2058.3.3.90.30.00 - MATERIAL DE CONSUMO** | | | | | | | | | | | | | | |
| | 2.034,00 | 2.202,00 | 2.256,00 | 2.199,00 | 2.367,00 | 2.625,00 | 3.174,00 | 2.535,00 | 2.361,00 | 2.358,00 | 2.514,00 | 3.375,00 | 0,00 | 30.000,00 |
| | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Ficha: **285 02.09.00.08.243.0016.2058.3.3.90.36.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA** | | | | | | | | | | | | | | |
| | 67,80 | 73,40 | 75,20 | 73,30 | 78,90 | 87,50 | 105,80 | 84,50 | 78,70 | 78,60 | 83,80 | 112,50 | 0,00 | 1.000,00 |
| | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Ficha: **286 02.09.00.08.243.0016.2058.3.3.90.39.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA** | | | | | | | | | | | | | | |
| | 678,00 | 734,00 | 752,00 | 733,00 | 789,00 | 875,00 | 1.058,00 | 845,00 | 787,00 | 786,00 | 838,00 | 1.125,00 | 0,00 | 10.000,00 |
| | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Ficha: **287 02.09.00.08.243.0016.2058.3.3.90.48.00 - OUTROS AUXÍLIOS FINANCEIROS A PESSOAS FÍSICAS** | | | | | | | | | | | | | | |
| | 2.440,80 | 2.642,40 | 2.707,20 | 2.638,80 | 2.840,40 | 3.150,00 | 3.808,80 | 3.042,00 | 2.833,20 | 2.829,60 | 3.016,80 | 4.050,00 | 0,00 | 36.000,00 |
| | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Ficha: **288 02.09.00.08.243.0016.2058.4.4.90.52.00 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE** | | | | | | | | | | | | | | |
| | 745,80 | 807,40 | 827,20 | 806,30 | 867,90 | 962,50 | 1.163,80 | 929,50 | 865,70 | 864,60 | 921,80 | 1.237,50 | 0,00 | 11.000,00 |
| | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Ficha: **289 02.09.00.08.243.0016.2059.3.3.90.14.00 - DIÁRIAS - CIVIL** | | | | | | | | | | | | | | |
| | 678,00 | 734,00 | 752,00 | 733,00 | 789,00 | 875,00 | 1.058,00 | 845,00 | 787,00 | 786,00 | 838,00 | 1.125,00 | 0,00 | 10.000,00 |
| | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Ficha: **290 02.09.00.08.243.0016.2059.3.3.90.30.00 - MATERIAL DE CONSUMO** | | | | | | | | | | | | | | |
| | 739,02 | 800,06 | 819,68 | 798,97 | 860,01 | 953,75 | 1.153,22 | 921,05 | 857,83 | 856,74 | 913,42 | 1.226,25 | 0,00 | 10.900,00 |
| | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Ficha: **291 02.09.00.08.243.0016.2060.3.3.90.14.00 - DIÁRIAS - CIVIL** | | | | | | | | | | | | | | |
| | 203,40 | 220,20 | 225,60 | 219,90 | 236,70 | 262,50 | 317,40 | 253,50 | 236,10 | 235,80 | 251,40 | 337,50 | 0,00 | 3.000,00 |
| | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |

| **Unidade 02.09.00 à 02.09.00** | | | | | | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **Programada** / **Realizada** / **Paga** | **Janeiro** | **Fevereiro** | **Março** | **Abril** | **Maio** | **Junho** | **Julho** | **Agosto** | **Setembro** | **Outubro** | **Novembro** | **Dezembro** | **Regulam.** | **Total** |
| Ficha: **292 02.09.00.08.243.0016.2060.3.3.90.30.00 - MATERIAL DE CONSUMO** | | | | | | | | | | | | | | |
| | 152,55 | 165,15 | 169,20 | 164,93 | 177,53 | 196,88 | 238,05 | 190,12 | 177,08 | 176,85 | 188,55 | 253,11 | 0,00 | 2.250,00 |
| | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Ficha: **293 02.09.00.08.244.0003.2061.3.1.90.11.00 - VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL** | | | | | | | | | | | | | | |
| | 8.485,17 | 9.186,01 | 9.411,28 | 9.173,50 | 9.874,33 | 10.950,63 | 13.240,87 | 10.575,17 | 9.849,31 | 9.836,79 | 10.487,57 | 14.079,37 | 0,00 | 125.150,00 |
| | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Ficha: **294 02.09.00.08.244.0016.2062.3.3.90.14.00 - DIÁRIAS - CIVIL** | | | | | | | | | | | | | | |
| | 542,40 | 587,20 | 601,60 | 586,40 | 631,20 | 700,00 | 846,40 | 676,00 | 629,60 | 628,80 | 670,40 | 900,00 | 0,00 | 8.000,00 |
| | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Ficha: **295 02.09.00.08.244.0016.2062.3.3.90.30.00 - MATERIAL DE CONSUMO** | | | | | | | | | | | | | | |
| | 542,40 | 587,20 | 601,60 | 586,40 | 631,20 | 700,00 | 846,40 | 676,00 | 629,60 | 628,80 | 670,40 | 900,00 | 0,00 | 8.000,00 |
| | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Ficha: **296 02.09.00.08.244.0016.2062.3.3.90.39.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA** | | | | | | | | | | | | | | |
| | 379,82 | 411,19 | 421,27 | 410,63 | 442,00 | 490,17 | 592,69 | 473,37 | 440,88 | 440,32 | 469,45 | 630,21 | 0,00 | 5.602,00 |
| | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Ficha: **297 02.09.00.08.244.0016.2063.3.3.90.30.00 - MATERIAL DE CONSUMO** | | | | | | | | | | | | | | |
| | 1.695,00 | 1.835,00 | 1.880,00 | 1.832,50 | 1.972,50 | 2.187,50 | 2.645,00 | 2.112,50 | 1.967,50 | 1.965,00 | 2.095,00 | 2.812,50 | 0,00 | 25.000,00 |
| | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Ficha: **298 02.09.00.08.244.0016.2063.3.3.90.39.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA** | | | | | | | | | | | | | | |
| | 657,66 | 711,98 | 729,44 | 711,01 | 765,33 | 848,75 | 1.026,26 | 819,65 | 763,39 | 762,42 | 812,86 | 1.091,25 | 0,00 | 9.700,00 |
| | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Ficha: **299 02.09.00.08.244.0016.2063.4.4.90.52.00 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE** | | | | | | | | | | | | | | |
| | 67,80 | 73,40 | 75,20 | 73,30 | 78,90 | 87,50 | 105,80 | 84,50 | 78,70 | 78,60 | 83,80 | 112,50 | 0,00 | 1.000,00 |
| | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Ficha: **300 02.09.00.08.244.0016.2064.3.3.90.30.00 - MATERIAL DE CONSUMO** | | | | | | | | | | | | | | |
| | 3.864,60 | 4.183,80 | 4.286,40 | 4.178,10 | 4.497,30 | 4.987,50 | 6.030,60 | 4.816,50 | 4.485,90 | 4.480,20 | 4.776,60 | 6.412,50 | 0,00 | 57.000,00 |
| | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Ficha: **301 02.09.00.08.244.0016.2064.3.3.90.39.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA** | | | | | | | | | | | | | | |
| | 1.152,60 | 1.247,80 | 1.278,40 | 1.246,10 | 1.341,30 | 1.487,50 | 1.798,60 | 1.436,50 | 1.337,90 | 1.336,20 | 1.424,60 | 1.912,50 | 0,00 | 17.000,00 |
| | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| **Unidade 02.09.00 à 02.09.00** | | | | | | | | | | | | | | |
| **Programada** / **Realizada** / **Paga** | **Janeiro** | **Fevereiro** | **Março** | **Abril** | **Maio** | **Junho** | **Julho** | **Agosto** | **Setembro** | **Outubro** | **Novembro** | **Dezembro** | **Regulam.** | **Total** |
| Ficha: **302 02.09.00.08.244.0016.2064.4.4.90.52.00 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE** | | | | | | | | | | | | | | |
| | 713,60 | 772,53 | 791,48 | 771,48 | 830,42 | 920,94 | 1.113,55 | 889,36 | 828,32 | 827,26 | 882,00 | 1.184,06 | 0,00 | 10.525,00 |
| | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Ficha: **303 02.09.00.08.244.0016.2065.3.3.90.14.00 - DIÁRIAS - CIVIL** | | | | | | | | | | | | | | |
| | 44,75 | 48,44 | 49,63 | 48,38 | 52,07 | 57,75 | 69,83 | 55,77 | 51,94 | 51,88 | 55,31 | 74,25 | 0,00 | 660,00 |
| | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Ficha: **304 02.09.00.08.244.0016.2065.3.3.90.30.00 - MATERIAL DE CONSUMO** | | | | | | | | | | | | | | |
| | 40,68 | 44,04 | 45,12 | 43,98 | 47,34 | 52,50 | 63,48 | 50,70 | 47,22 | 47,16 | 50,28 | 67,50 | 0,00 | 600,00 |
| | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Ficha: **305 02.09.00.08.244.0016.2066.3.3.90.32.00 - MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA** | | | | | | | | | | | | | | |

| | | | | | | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 711,90 | 770,70 | 789,60 | 769,65 | 828,45 | 918,75 | 1.110,90 | 887,25 | 826,35 | 825,30 | 879,90 | 1.181,25 | 0,00 | 10.500,00 |
| | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Ficha: **306 02.09.00.08.244.0017.2068.3.3.90.14.00 - DIÁRIAS - CIVIL** | | | | | | | | | | | | | | |
| | 654,76 | 708,84 | 726,22 | 707,87 | 761,95 | 845,00 | 1.021,73 | 816,03 | 760,02 | 759,05 | 809,27 | 1.086,43 | 0,00 | 9.657,17 |
| | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Ficha: **307 02.09.00.08.244.0017.2068.3.3.90.30.00 - MATERIAL DE CONSUMO** | | | | | | | | | | | | | | |
| | 1.017,00 | 1.101,00 | 1.128,00 | 1.099,50 | 1.183,50 | 1.312,50 | 1.587,00 | 1.267,50 | 1.180,50 | 1.179,00 | 1.257,00 | 1.687,50 | 0,00 | 15.000,00 |
| | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Ficha: **308 02.09.00.08.244.0017.2068.3.3.90.39.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA** | | | | | | | | | | | | | | |
| | 1.322,10 | 1.431,30 | 1.466,40 | 1.429,35 | 1.538,55 | 1.706,25 | 2.063,10 | 1.647,75 | 1.534,65 | 1.532,70 | 1.634,10 | 2.193,75 | 0,00 | 19.500,00 |
| | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Ficha: **309 02.09.00.08.244.0017.2069.3.3.90.14.00 - DIÁRIAS - CIVIL** | | | | | | | | | | | | | | |
| | 203,40 | 220,20 | 225,60 | 219,90 | 236,70 | 262,50 | 317,40 | 253,50 | 236,10 | 235,80 | 251,40 | 337,50 | 0,00 | 3.000,00 |
| | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Ficha: **310 02.09.00.08.244.0017.2069.3.3.90.30.00 - MATERIAL DE CONSUMO** | | | | | | | | | | | | | | |
| | 88,14 | 95,42 | 97,76 | 95,29 | 102,57 | 113,75 | 137,54 | 109,85 | 102,31 | 102,18 | 108,94 | 146,25 | 0,00 | 1.300,00 |
| | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Ficha: **311 02.09.00.08.244.0017.2069.3.3.90.39.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA** | | | | | | | | | | | | | | |
| | 88,14 | 95,42 | 97,76 | 95,29 | 102,57 | 113,75 | 137,54 | 109,85 | 102,31 | 102,18 | 108,94 | 146,25 | 0,00 | 1.300,00 |
| | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| **Unidade 02.09.00 à 02.09.00** | | | | | | | | | | | | | | |
| **Programada** | | | | | | | | | | | | | | |
| **Realizada** | **Janeiro** | **Fevereiro** | **Março** | **Abril** | **Maio** | **Junho** | **Julho** | **Agosto** | **Setembro** | **Outubro** | **Novembro** | **Dezembro** | **Regulam.** | **Total** |
| **Paga** | | | | | | | | | | | | | | |
| Ficha: **312 02.09.00.08.244.0017.2070.3.3.90.14.00 - DIÁRIAS - CIVIL** | | | | | | | | | | | | | | |
| | 40,53 | 43,88 | 44,95 | 43,82 | 47,17 | 52,31 | 63,25 | 50,51 | 47,05 | 46,99 | 50,09 | 67,24 | 0,00 | 597,79 |
| | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Ficha: **313 02.09.00.08.244.0017.2070.3.3.90.30.00 - MATERIAL DE CONSUMO** | | | | | | | | | | | | | | |
| | 40,53 | 43,88 | 44,95 | 43,82 | 47,17 | 52,31 | 63,25 | 50,51 | 47,05 | 46,99 | 50,09 | 67,24 | 0,00 | 597,79 |
| | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| **TOTAL GERAL** | | | | | | | | | | | | | | |
| | 127.758,25 | 138.310,54 | 141.702,34 | 138.122,13 | 148.674,41 | 164.879,74 | 199.363,16 | 159.226,68 | 148.297,57 | 148.109,11 | 157.907,67 | 211.988,15 | 0,00 | 1.884.339,75 |
| | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |

ALTO ALEGRE DOS PARECIS, 05 de Janeiro de 2024

***LEANDRO DOS SANTOS LIMA***
CRC/RO 008237/O-1
Contador

**Publicado por:**
Regina Celia Scarpati
**Código Identificador:**FC5477E3

## SECRETARAIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
## 8 - FMS - PROGRAMAÇÃO FINANCEIRA DA DESPESA 2024

| |
|---|
| **FUNDO MUNIC. DE SAUDE DE ALTO ALEGRE DOS PARECIS** |
| **AVENIDA PRESIDENTE PRUDENTE, Nº 3405 - CENTRO - CEP 76.952-000** |

**DEPTO DE CONTABILIDADE**

**CNPJ: 11.913.577/0001-000**

**Programação Financeira da Despesa - Exercício 2024 (ANALÍTICO)**

**Unidade 02.10.00 à 02.10.00**

| Programada<br>Realizada<br>Paga | Janeiro | Fevereiro | Março | Abril | Maio | Junho | Julho | Agosto | Setembro | Outubro | Novembro | Dezembro | Regulam. | Total |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Ficha: **185 02.10.00.10.122.0002.1009.4.4.90.52.00 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE** | | | | | | | | | | | | | | |
| | 678,00 | 734,00 | 752,00 | 733,00 | 789,00 | 875,00 | 1.058,00 | 845,00 | 787,00 | 786,00 | 838,00 | 1.125,00 | 0,00 | 10.000,00 |
| | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Ficha: **186 02.10.00.10.122.0002.2071.3.3.90.14.00 - DIÁRIAS - CIVIL** | | | | | | | | | | | | | | |
| | 406,80 | 440,40 | 451,20 | 439,80 | 473,40 | 525,00 | 634,80 | 507,00 | 472,20 | 471,60 | 502,80 | 675,00 | 0,00 | 6.000,00 |
| | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Ficha: **187 02.10.00.10.122.0002.2071.3.3.90.30.00 - MATERIAL DE CONSUMO** | | | | | | | | | | | | | | |
| | 406,80 | 440,40 | 451,20 | 439,80 | 473,40 | 525,00 | 634,80 | 507,00 | 472,20 | 471,60 | 502,80 | 675,00 | 0,00 | 6.000,00 |
| | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Ficha: **188 02.10.00.10.122.0002.2071.3.3.90.33.00 - PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO** | | | | | | | | | | | | | | |
| | 271,20 | 293,60 | 300,80 | 293,20 | 315,60 | 350,00 | 423,20 | 338,00 | 314,80 | 314,40 | 335,20 | 450,00 | 0,00 | 4.000,00 |
| | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Ficha: **189 02.10.00.10.122.0002.2071.3.3.90.39.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA** | | | | | | | | | | | | | | |
| | 271,20 | 293,60 | 300,80 | 293,20 | 315,60 | 350,00 | 423,20 | 338,00 | 314,80 | 314,40 | 335,20 | 450,00 | 0,00 | 4.000,00 |
| | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Ficha: **190 02.10.00.10.122.0002.2072.3.3.71.70.00 - RATEIO PELA PARTICIPAÇÃO EM CONSÓRCIO PÚBLICO** | | | | | | | | | | | | | | |
| | 1.491,60 | 1.614,80 | 1.654,40 | 1.612,60 | 1.735,80 | 1.925,00 | 2.327,60 | 1.859,00 | 1.731,40 | 1.729,20 | 1.843,60 | 2.475,00 | 0,00 | 22.000,00 |
| | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Ficha: **191 02.10.00.10.122.0002.2072.3.3.90.08.00 - OUTROS BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS DO SERVIDOR E DO MILITAR** | | | | | | | | | | | | | | |
| | 67,80 | 73,40 | 75,20 | 73,30 | 78,90 | 87,50 | 105,80 | 84,50 | 78,70 | 78,60 | 83,80 | 112,50 | 0,00 | 1.000,00 |
| | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Ficha: **192 02.10.00.10.122.0002.2072.3.3.90.14.00 - DIÁRIAS - CIVIL** | | | | | | | | | | | | | | |
| | 678,00 | 734,00 | 752,00 | 733,00 | 789,00 | 875,00 | 1.058,00 | 845,00 | 787,00 | 786,00 | 838,00 | 1.125,00 | 0,00 | 10.000,00 |
| | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Ficha: **193 02.10.00.10.122.0002.2072.3.3.90.30.00 - MATERIAL DE CONSUMO** | | | | | | | | | | | | | | |
| | 1.356,00 | 1.468,00 | 1.504,00 | 1.466,00 | 1.578,00 | 1.750,00 | 2.116,00 | 1.690,00 | 1.574,00 | 1.572,00 | 1.676,00 | 2.250,00 | 0,00 | 20.000,00 |
| | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Ficha: **194 02.10.00.10.122.0002.2072.3.3.90.33.00 - PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO** | | | | | | | | | | | | | | |
| | 339,00 | 367,00 | 376,00 | 366,50 | 394,50 | 437,50 | 529,00 | 422,50 | 393,50 | 393,00 | 419,00 | 562,50 | 0,00 | 5.000,00 |
| | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |

**Unidade 02.10.00 à 02.10.00**

| Programada<br>Realizada<br>Paga | Janeiro | Fevereiro | Março | Abril | Maio | Junho | Julho | Agosto | Setembro | Outubro | Novembro | Dezembro | Regulam. | Total |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Ficha: **195 02.10.00.10.122.0002.2072.3.3.90.36.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA** | | | | | | | | | | | | | | |
| | 1.356,00 | 1.468,00 | 1.504,00 | 1.466,00 | 1.578,00 | 1.750,00 | 2.116,00 | 1.690,00 | 1.574,00 | 1.572,00 | 1.676,00 | 2.250,00 | 0,00 | 20.000,00 |
| | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Ficha: **196 02.10.00.10.122.0002.2072.3.3.90.39.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA** | | | | | | | | | | | | | | |
| | 1.356,00 | 1.468,00 | 1.504,00 | 1.466,00 | 1.578,00 | 1.750,00 | 2.116,00 | 1.690,00 | 1.574,00 | 1.572,00 | 1.676,00 | 2.250,00 | 0,00 | 20.000,00 |
| | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Ficha: **197 02.10.00.10.122.0002.2072.3.3.90.93.00 - INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES** | | | | | | | | | | | | | | |
| | 339,00 | 367,00 | 376,00 | 366,50 | 394,50 | 437,50 | 529,00 | 422,50 | 393,50 | 393,00 | 419,00 | 562,50 | 0,00 | 5.000,00 |
| | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |

| | | | | | | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Ficha: **198 02.10.00.10.122.0002.2072.4.4.90.52.00 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE** | | | | | | | | | | | | | | |
| | 339,00 | 367,00 | 376,00 | 366,50 | 394,50 | 437,50 | 529,00 | 422,50 | 393,50 | 393,00 | 419,00 | 562,50 | 0,00 | 5.000,00 |
| | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Ficha: **199 02.10.00.10.122.0003.2073.3.1.90.11.00 - VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL** | | | | | | | | | | | | | | |
| | 32.544,00 | 35.232,00 | 36.096,00 | 35.184,00 | 37.872,00 | 42.000,00 | 50.784,00 | 40.560,00 | 37.776,00 | 37.728,00 | 40.224,00 | 54.000,00 | 0,00 | 480.000,00 |
| | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Ficha: **200 02.10.00.10.122.0003.2073.3.1.90.13.00 - OBRIGAÇÕES PATRONAIS** | | | | | | | | | | | | | | |
| | 7.119,00 | 7.707,00 | 7.896,00 | 7.696,50 | 8.284,50 | 9.187,50 | 11.109,00 | 8.872,50 | 8.263,50 | 8.253,00 | 8.799,00 | 11.812,50 | 0,00 | 105.000,00 |
| | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Ficha: **201 02.10.00.10.122.0003.2073.3.1.90.92.00 - DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES** | | | | | | | | | | | | | | |
| | 339,00 | 367,00 | 376,00 | 366,50 | 394,50 | 437,50 | 529,00 | 422,50 | 393,50 | 393,00 | 419,00 | 562,50 | 0,00 | 5.000,00 |
| | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Ficha: **202 02.10.00.10.122.0003.2073.3.1.90.94.00 - INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS** | | | | | | | | | | | | | | |
| | 1.017,00 | 1.101,00 | 1.128,00 | 1.099,50 | 1.183,50 | 1.312,50 | 1.587,00 | 1.267,50 | 1.180,50 | 1.179,00 | 1.257,00 | 1.687,50 | 0,00 | 15.000,00 |
| | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Ficha: **203 02.10.00.10.122.0003.2073.3.3.90.46.00 - AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO** | | | | | | | | | | | | | | |
| | 1.017,00 | 1.101,00 | 1.128,00 | 1.099,50 | 1.183,50 | 1.312,50 | 1.587,00 | 1.267,50 | 1.180,50 | 1.179,00 | 1.257,00 | 1.687,50 | 0,00 | 15.000,00 |
| | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Ficha: **204 02.10.00.10.301.0003.2074.3.1.90.11.00 - VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL** | | | | | | | | | | | | | | |
| | 57.630,00 | 62.390,00 | 63.920,00 | 62.305,00 | 67.065,00 | 74.375,00 | 89.930,00 | 71.825,00 | 66.895,00 | 66.810,00 | 71.230,00 | 95.625,00 | 0,00 | 850.000,00 |
| | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| **Unidade 02.10.00 à 02.10.00** | | | | | | | | | | | | | | |
| **Programada<br>Realizada<br>Paga** | **Janeiro** | **Fevereiro** | **Março** | **Abril** | **Maio** | **Junho** | **Julho** | **Agosto** | **Setembro** | **Outubro** | **Novembro** | **Dezembro** | **Regulam.** | **Total** |
| Ficha: **205 02.10.00.10.301.0003.2074.3.1.90.13.00 - OBRIGAÇÕES PATRONAIS** | | | | | | | | | | | | | | |
| | 12.882,00 | 13.946,00 | 14.288,00 | 13.927,00 | 14.991,00 | 16.625,00 | 20.102,00 | 16.055,00 | 14.953,00 | 14.934,00 | 15.922,00 | 21.375,00 | 0,00 | 190.000,00 |
| | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Ficha: **206 02.10.00.10.301.0003.2074.3.1.90.92.00 - DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES** | | | | | | | | | | | | | | |
| | 339,00 | 367,00 | 376,00 | 366,50 | 394,50 | 437,50 | 529,00 | 422,50 | 393,50 | 393,00 | 419,00 | 562,50 | 0,00 | 5.000,00 |
| | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Ficha: **207 02.10.00.10.301.0003.2074.3.1.90.94.00 - INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS** | | | | | | | | | | | | | | |
| | 1.356,00 | 1.468,00 | 1.504,00 | 1.466,00 | 1.578,00 | 1.750,00 | 2.116,00 | 1.690,00 | 1.574,00 | 1.572,00 | 1.676,00 | 2.250,00 | 0,00 | 20.000,00 |
| | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Ficha: **208 02.10.00.10.301.0003.2074.3.3.90.46.00 - AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO** | | | | | | | | | | | | | | |
| | 2.712,00 | 2.936,00 | 3.008,00 | 2.932,00 | 3.156,00 | 3.500,00 | 4.232,00 | 3.380,00 | 3.148,00 | 3.144,00 | 3.352,00 | 4.500,00 | 0,00 | 40.000,00 |
| | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Ficha: **209 02.10.00.10.301.0003.2074.3.3.90.48.00 - OUTROS AUXÍLIOS FINANCEIROS A PESSOAS FÍSICAS** | | | | | | | | | | | | | | |
| | 1.084,56 | 1.174,14 | 1.202,93 | 1.172,54 | 1.262,12 | 1.399,68 | 1.692,42 | 1.351,69 | 1.258,92 | 1.257,32 | 1.340,50 | 1.799,57 | 0,00 | 15.996,39 |
| | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Ficha: **210 02.10.00.10.301.0003.2075.3.1.90.11.00 - VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL** | | | | | | | | | | | | | | |
| | 44.070,00 | 47.710,00 | 48.880,00 | 47.645,00 | 51.285,00 | 56.875,00 | 68.770,00 | 54.925,00 | 51.155,00 | 51.090,00 | 54.470,00 | 73.125,00 | 0,00 | 650.000,00 |
| | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Ficha: **211 02.10.00.10.301.0003.2075.3.1.90.13.00 - OBRIGAÇÕES PATRONAIS** | | | | | | | | | | | | | | |
| | 30.510,00 | 33.030,00 | 33.840,00 | 32.985,00 | 35.505,00 | 39.375,00 | 47.610,00 | 38.025,00 | 35.415,00 | 35.370,00 | 37.710,00 | 50.625,00 | 0,00 | 450.000,00 |
| | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Ficha: **212 02.10.00.10.301.0003.2075.3.1.90.94.00 - INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS** | | | | | | | | | | | | | | |
| | 2.034,00 | 2.202,00 | 2.256,00 | 2.199,00 | 2.367,00 | 2.625,00 | 3.174,00 | 2.535,00 | 2.361,00 | 2.358,00 | 2.514,00 | 3.375,00 | 0,00 | 30.000,00 |

| | | | | | | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Ficha: **213 02.10.00.10.301.0003.2075.3.3.90.46.00 - AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO** | | | | | | | | | | | | | | |
| | 5.424,00 | 5.872,00 | 6.016,00 | 5.864,00 | 6.312,00 | 7.000,00 | 8.464,00 | 6.760,00 | 6.296,00 | 6.288,00 | 6.704,00 | 9.000,00 | 0,00 | 80.000,00 |
| | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Ficha: **214 02.10.00.10.301.0003.2076.3.1.90.11.00 - VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL** | | | | | | | | | | | | | | |
| | 92.831,76 | 100.499,28 | 102.963,84 | 100.362,36 | 108.029,88 | 119.805,00 | 144.861,36 | 115.697,40 | 107.756,04 | 107.619,12 | 114.738,96 | 154.035,00 | 0,00 | 1.369.200,00 |
| | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| **Unidade 02.10.00 à 02.10.00** | | | | | | | | | | | | | | |
| **Programada Realizada Paga** | **Janeiro** | **Fevereiro** | **Março** | **Abril** | **Maio** | **Junho** | **Julho** | **Agosto** | **Setembro** | **Outubro** | **Novembro** | **Dezembro** | **Regulam.** | **Total** |
| Ficha: **215 02.10.00.10.301.0003.2077.3.1.90.11.00 - VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL** | | | | | | | | | | | | | | |
| | 81.360,00 | 88.080,00 | 90.240,00 | 87.960,00 | 94.680,00 | 105.000,00 | 126.960,00 | 101.400,00 | 94.440,00 | 94.320,00 | 100.560,00 | 135.000,00 | 0,00 | 1.200.000,00 |
| | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Ficha: **216 02.10.00.10.301.0003.2077.3.3.90.46.00 - AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO** | | | | | | | | | | | | | | |
| | 13.654,95 | 14.782,79 | 15.145,31 | 14.762,65 | 15.890,49 | 17.622,54 | 21.308,16 | 17.018,33 | 15.850,21 | 15.830,07 | 16.877,35 | 22.657,56 | 0,00 | 201.400,41 |
| | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Ficha: **217 02.10.00.10.301.0003.2078.3.1.90.11.00 - VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL** | | | | | | | | | | | | | | |
| | 6.237,60 | 6.752,80 | 6.918,40 | 6.743,60 | 7.258,80 | 8.050,00 | 9.733,60 | 7.774,00 | 7.240,40 | 7.231,20 | 7.709,60 | 10.350,00 | 0,00 | 92.000,00 |
| | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Ficha: **218 02.10.00.10.301.0003.2079.3.1.90.11.00 - VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL** | | | | | | | | | | | | | | |
| | 2.440,80 | 2.642,40 | 2.707,20 | 2.638,80 | 2.840,40 | 3.150,00 | 3.808,80 | 3.042,00 | 2.833,20 | 2.829,60 | 3.016,80 | 4.050,00 | 0,00 | 36.000,00 |
| | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Ficha: **219 02.10.00.10.301.0018.2080.3.3.90.14.00 - DIÁRIAS - CIVIL** | | | | | | | | | | | | | | |
| | 678,00 | 734,00 | 752,00 | 733,00 | 789,00 | 875,00 | 1.058,00 | 845,00 | 787,00 | 786,00 | 838,00 | 1.125,00 | 0,00 | 10.000,00 |
| | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Ficha: **220 02.10.00.10.301.0018.2080.3.3.90.30.00 - MATERIAL DE CONSUMO** | | | | | | | | | | | | | | |
| | 678,00 | 734,00 | 752,00 | 733,00 | 789,00 | 875,00 | 1.058,00 | 845,00 | 787,00 | 786,00 | 838,00 | 1.125,00 | 0,00 | 10.000,00 |
| | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Ficha: **221 02.10.00.10.301.0018.2080.3.3.90.39.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA** | | | | | | | | | | | | | | |
| | 339,00 | 367,00 | 376,00 | 366,50 | 394,50 | 437,50 | 529,00 | 422,50 | 393,50 | 393,00 | 419,00 | 562,50 | 0,00 | 5.000,00 |
| | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Ficha: **222 02.10.00.10.301.0018.2081.3.3.90.14.00 - DIÁRIAS - CIVIL** | | | | | | | | | | | | | | |
| | 1.379,38 | 1.493,31 | 1.529,93 | 1.491,27 | 1.605,20 | 1.780,17 | 2.152,48 | 1.719,14 | 1.601,14 | 1.599,10 | 1.704,89 | 2.288,79 | 0,00 | 20.344,80 |
| | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Ficha: **223 02.10.00.10.301.0018.2081.3.3.90.30.00 - MATERIAL DE CONSUMO** | | | | | | | | | | | | | | |
| | 4.678,20 | 5.064,60 | 5.188,80 | 5.057,70 | 5.444,10 | 6.037,50 | 7.300,20 | 5.830,50 | 5.430,30 | 5.423,40 | 5.782,20 | 7.762,50 | 0,00 | 69.000,00 |
| | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Ficha: **224 02.10.00.10.301.0018.2081.3.3.90.39.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA** | | | | | | | | | | | | | | |
| | 4.068,00 | 4.404,00 | 4.512,00 | 4.398,00 | 4.734,00 | 5.250,00 | 6.348,00 | 5.070,00 | 4.722,00 | 4.716,00 | 5.028,00 | 6.750,00 | 0,00 | 60.000,00 |
| | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| **Unidade 02.10.00 à 02.10.00** | | | | | | | | | | | | | | |
| **Programada Realizada Paga** | **Janeiro** | **Fevereiro** | **Março** | **Abril** | **Maio** | **Junho** | **Julho** | **Agosto** | **Setembro** | **Outubro** | **Novembro** | **Dezembro** | **Regulam.** | **Total** |
| Ficha: **225 02.10.00.10.301.0018.2081.3.3.90.48.00 - OUTROS AUXÍLIOS FINANCEIROS A PESSOAS FÍSICAS** | | | | | | | | | | | | | | |
| | 4.068,00 | 4.404,00 | 4.512,00 | 4.398,00 | 4.734,00 | 5.250,00 | 6.348,00 | 5.070,00 | 4.722,00 | 4.716,00 | 5.028,00 | 6.750,00 | 0,00 | 60.000,00 |
| | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Ficha: **226 02.10.00.10.301.0018.2082.3.3.90.14.00 - DIÁRIAS - CIVIL** | | | | | | | | | | | | | | |

| | | | | | | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 1.017,00 | 1.101,00 | 1.128,00 | 1.099,50 | 1.183,50 | 1.312,50 | 1.587,00 | 1.267,50 | 1.180,50 | 1.179,00 | 1.257,00 | 1.687,50 | 0,00 | 15.000,00 |
| | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Ficha: **227 02.10.00.10.301.0018.2082.3.3.90.30.00 - MATERIAL DE CONSUMO** | | | | | | | | | | | | | | |
| | 6.780,00 | 7.340,00 | 7.520,00 | 7.330,00 | 7.890,00 | 8.750,00 | 10.580,00 | 8.450,00 | 7.870,00 | 7.860,00 | 8.380,00 | 11.250,00 | 0,00 | 100.000,00 |
| | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Ficha: **228 02.10.00.10.301.0018.2082.3.3.90.32.00 - MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA** | | | | | | | | | | | | | | |
| | 2.034,00 | 2.202,00 | 2.256,00 | 2.199,00 | 2.367,00 | 2.625,00 | 3.174,00 | 2.535,00 | 2.361,00 | 2.358,00 | 2.514,00 | 3.375,00 | 0,00 | 30.000,00 |
| | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Ficha: **229 02.10.00.10.301.0018.2082.3.3.90.39.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA** | | | | | | | | | | | | | | |
| | 5.085,00 | 5.505,00 | 5.640,00 | 5.497,50 | 5.917,50 | 6.562,50 | 7.935,00 | 6.337,50 | 5.902,50 | 5.895,00 | 6.285,00 | 8.437,50 | 0,00 | 75.000,00 |
| | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Ficha: **230 02.10.00.10.301.0018.2083.3.3.90.14.00 - DIÁRIAS - CIVIL** | | | | | | | | | | | | | | |
| | 813,60 | 880,80 | 902,40 | 879,60 | 946,80 | 1.050,00 | 1.269,60 | 1.014,00 | 944,40 | 943,20 | 1.005,60 | 1.350,00 | 0,00 | 12.000,00 |
| | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Ficha: **231 02.10.00.10.301.0018.2083.3.3.90.30.00 - MATERIAL DE CONSUMO** | | | | | | | | | | | | | | |
| | 1.697,14 | 1.837,31 | 1.882,37 | 1.834,81 | 1.974,99 | 2.190,26 | 2.648,33 | 2.115,16 | 1.969,98 | 1.967,48 | 2.097,64 | 2.816,03 | 0,00 | 25.031,50 |
| | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Ficha: **232 02.10.00.10.301.0018.2083.3.3.90.39.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA** | | | | | | | | | | | | | | |
| | 1.695,00 | 1.835,00 | 1.880,00 | 1.832,50 | 1.972,50 | 2.187,50 | 2.645,00 | 2.112,50 | 1.967,50 | 1.965,00 | 2.095,00 | 2.812,50 | 0,00 | 25.000,00 |
| | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Ficha: **233 02.10.00.10.301.0018.2107.3.3.90.14.00 - DIÁRIAS - CIVIL** | | | | | | | | | | | | | | |
| | 1.356,00 | 1.468,00 | 1.504,00 | 1.466,00 | 1.578,00 | 1.750,00 | 2.116,00 | 1.690,00 | 1.574,00 | 1.572,00 | 1.676,00 | 2.250,00 | 0,00 | 20.000,00 |
| | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Ficha: **234 02.10.00.10.301.0018.2107.3.3.90.30.00 - MATERIAL DE CONSUMO** | | | | | | | | | | | | | | |
| | 5.156,27 | 5.582,16 | 5.719,05 | 5.574,56 | 6.000,44 | 6.654,48 | 8.046,22 | 6.426,33 | 5.985,23 | 5.977,63 | 6.373,09 | 8.555,77 | 0,00 | 76.051,23 |
| | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| **Unidade 02.10.00 à 02.10.00** | | | | | | | | | | | | | | |
| **Programada Realizada Paga** | **Janeiro** | **Fevereiro** | **Março** | **Abril** | **Maio** | **Junho** | **Julho** | **Agosto** | **Setembro** | **Outubro** | **Novembro** | **Dezembro** | **Regulam.** | **Total** |
| Ficha: **235 02.10.00.10.302.0003.2084.3.1.90.11.00 - VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL** | | | | | | | | | | | | | | |
| | 254.250,00 | 275.250,00 | 282.000,00 | 274.875,00 | 295.875,00 | 328.125,00 | 396.750,00 | 316.875,00 | 295.125,00 | 294.750,00 | 314.250,00 | 421.875,00 | 0,00 | 3.750.000,00 |
| | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Ficha: **236 02.10.00.10.302.0003.2084.3.1.90.13.00 - OBRIGAÇÕES PATRONAIS** | | | | | | | | | | | | | | |
| | 55.596,00 | 60.188,00 | 61.664,00 | 60.106,00 | 64.698,00 | 71.750,00 | 86.756,00 | 69.290,00 | 64.534,00 | 64.452,00 | 68.716,00 | 92.250,00 | 0,00 | 820.000,00 |
| | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Ficha: **237 02.10.00.10.302.0003.2084.3.1.90.94.00 - INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS** | | | | | | | | | | | | | | |
| | 6.780,00 | 7.340,00 | 7.520,00 | 7.330,00 | 7.890,00 | 8.750,00 | 10.580,00 | 8.450,00 | 7.870,00 | 7.860,00 | 8.380,00 | 11.250,00 | 0,00 | 100.000,00 |
| | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Ficha: **238 02.10.00.10.302.0003.2084.3.3.90.46.00 - AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO** | | | | | | | | | | | | | | |
| | 8.136,00 | 8.808,00 | 9.024,00 | 8.796,00 | 9.468,00 | 10.500,00 | 12.696,00 | 10.140,00 | 9.444,00 | 9.432,00 | 10.056,00 | 13.500,00 | 0,00 | 120.000,00 |
| | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Ficha: **239 02.10.00.10.302.0003.2084.3.3.90.48.00 - OUTROS AUXÍLIOS FINANCEIROS A PESSOAS FÍSICAS** | | | | | | | | | | | | | | |
| | 10.170,00 | 11.010,00 | 11.280,00 | 10.995,00 | 11.835,00 | 13.125,00 | 15.870,00 | 12.675,00 | 11.805,00 | 11.790,00 | 12.570,00 | 16.875,00 | 0,00 | 150.000,00 |
| | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Ficha: **240 02.10.00.10.302.0003.2085.3.1.90.11.00 - VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL** | | | | | | | | | | | | | | |
| | 16.917,79 | 18.315,13 | 18.764,28 | 18.290,18 | 19.687,52 | 21.833,44 | 26.399,75 | 21.084,86 | 19.637,62 | 19.612,67 | 20.910,20 | 28.071,56 | 0,00 | 249.525,00 |
| | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |

| | | | | | | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Ficha: **241 02.10.00.10.302.0019.2086.3.3.90.14.00 - DIÁRIAS - CIVIL** | | | | | | | | | | | | | | |
| | 678,00 | 734,00 | 752,00 | 733,00 | 789,00 | 875,00 | 1.058,00 | 845,00 | 787,00 | 786,00 | 838,00 | 1.125,00 | 0,00 | 10.000,00 |
| | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Ficha: **242 02.10.00.10.302.0019.2086.3.3.90.30.00 - MATERIAL DE CONSUMO** | | | | | | | | | | | | | | |
| | 1.695,00 | 1.835,00 | 1.880,00 | 1.832,50 | 1.972,50 | 2.187,50 | 2.645,00 | 2.112,50 | 1.967,50 | 1.965,00 | 2.095,00 | 2.812,50 | 0,00 | 25.000,00 |
| | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Ficha: **243 02.10.00.10.302.0019.2086.3.3.90.39.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA** | | | | | | | | | | | | | | |
| | 1.356,00 | 1.468,00 | 1.504,00 | 1.466,00 | 1.578,00 | 1.750,00 | 2.116,00 | 1.690,00 | 1.574,00 | 1.572,00 | 1.676,00 | 2.250,00 | 0,00 | 20.000,00 |
| | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Ficha: **244 02.10.00.10.302.0019.2086.3.3.90.93.00 - INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES** | | | | | | | | | | | | | | |
| | 678,00 | 734,00 | 752,00 | 733,00 | 789,00 | 875,00 | 1.058,00 | 845,00 | 787,00 | 786,00 | 838,00 | 1.125,00 | 0,00 | 10.000,00 |
| | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| **Unidade 02.10.00 à 02.10.00** | | | | | | | | | | | | | | |
| **Programada<br>Realizada Paga** | **Janeiro** | **Fevereiro** | **Março** | **Abril** | **Maio** | **Junho** | **Julho** | **Agosto** | **Setembro** | **Outubro** | **Novembro** | **Dezembro** | **Regulam.** | **Total** |
| Ficha: **245 02.10.00.10.302.0019.2087.3.3.90.30.00 - MATERIAL DE CONSUMO** | | | | | | | | | | | | | | |
| | 5.085,00 | 5.505,00 | 5.640,00 | 5.497,50 | 5.917,50 | 6.562,50 | 7.935,00 | 6.337,50 | 5.902,50 | 5.895,00 | 6.285,00 | 8.437,50 | 0,00 | 75.000,00 |
| | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Ficha: **246 02.10.00.10.302.0019.2087.3.3.90.39.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA** | | | | | | | | | | | | | | |
| | 5.085,00 | 5.505,00 | 5.640,00 | 5.497,50 | 5.917,50 | 6.562,50 | 7.935,00 | 6.337,50 | 5.902,50 | 5.895,00 | 6.285,00 | 8.437,50 | 0,00 | 75.000,00 |
| | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Ficha: **247 02.10.00.10.302.0019.2088.3.3.90.14.00 - DIÁRIAS - CIVIL** | | | | | | | | | | | | | | |
| | 2.424,53 | 2.624,78 | 2.689,15 | 2.621,21 | 2.821,46 | 3.129,00 | 3.783,41 | 3.021,72 | 2.814,31 | 2.810,74 | 2.996,69 | 4.023,00 | 0,00 | 35.760,00 |
| | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Ficha: **248 02.10.00.10.302.0019.2088.3.3.90.30.00 - MATERIAL DE CONSUMO** | | | | | | | | | | | | | | |
| | 3.745,95 | 4.055,35 | 4.154,80 | 4.049,83 | 4.359,22 | 4.834,38 | 5.845,45 | 4.668,63 | 4.348,18 | 4.342,65 | 4.629,95 | 6.215,61 | 0,00 | 55.250,00 |
| | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Ficha: **249 02.10.00.10.302.0019.2088.3.3.90.39.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA** | | | | | | | | | | | | | | |
| | 2.712,00 | 2.936,00 | 3.008,00 | 2.932,00 | 3.156,00 | 3.500,00 | 4.232,00 | 3.380,00 | 3.148,00 | 3.144,00 | 3.352,00 | 4.500,00 | 0,00 | 40.000,00 |
| | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Ficha: **250 02.10.00.10.302.0019.2088.3.3.90.48.00 - OUTROS AUXÍLIOS FINANCEIROS A PESSOAS FÍSICAS** | | | | | | | | | | | | | | |
| | 3.457,80 | 3.743,40 | 3.835,20 | 3.738,30 | 4.023,90 | 4.462,50 | 5.395,80 | 4.309,50 | 4.013,70 | 4.008,60 | 4.273,80 | 5.737,50 | 0,00 | 51.000,00 |
| | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Ficha: **251 02.10.00.10.303.0018.2089.3.3.90.30.00 - MATERIAL DE CONSUMO** | | | | | | | | | | | | | | |
| | 7.368,16 | 7.976,74 | 8.172,36 | 7.965,88 | 8.574,46 | 9.509,06 | 11.497,82 | 9.183,04 | 8.552,72 | 8.541,85 | 9.106,97 | 12.225,94 | 0,00 | 108.675,00 |
| | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Ficha: **252 02.10.00.10.303.0018.2090.3.3.90.30.00 - MATERIAL DE CONSUMO** | | | | | | | | | | | | | | |
| | 2.712,00 | 2.936,00 | 3.008,00 | 2.932,00 | 3.156,00 | 3.500,00 | 4.232,00 | 3.380,00 | 3.148,00 | 3.144,00 | 3.352,00 | 4.500,00 | 0,00 | 40.000,00 |
| | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Ficha: **253 02.10.00.10.305.0003.2091.3.1.90.11.00 - VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL** | | | | | | | | | | | | | | |
| | 10.848,00 | 11.744,00 | 12.032,00 | 11.728,00 | 12.624,00 | 14.000,00 | 16.928,00 | 13.520,00 | 12.592,00 | 12.576,00 | 13.408,00 | 18.000,00 | 0,00 | 160.000,00 |
| | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Ficha: **254 02.10.00.10.305.0003.2091.3.3.90.46.00 - AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO** | | | | | | | | | | | | | | |
| | 2.417,07 | 2.616,71 | 2.680,88 | 2.613,14 | 2.812,78 | 3.119,38 | 3.771,77 | 3.012,42 | 2.805,66 | 2.802,09 | 2.987,47 | 4.010,63 | 0,00 | 35.650,00 |
| | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| **Unidade 02.10.00 à 02.10.00** | | | | | | | | | | | | | | |

| Programada<br>Realizada<br>Paga | Janeiro | Fevereiro | Março | Abril | Maio | Junho | Julho | Agosto | Setembro | Outubro | Novembro | Dezembro | Regulam. | Total |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Ficha: **255 02.10.00.10.305.0020.2092.3.3.90.14.00 - DIÁRIAS - CIVIL** | | | | | | | | | | | | | | |
| | 1.695,00 | 1.835,00 | 1.880,00 | 1.832,50 | 1.972,50 | 2.187,50 | 2.645,00 | 2.112,50 | 1.967,50 | 1.965,00 | 2.095,00 | 2.812,50 | 0,00 | 25.000,00 |
| | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Ficha: **256 02.10.00.10.305.0020.2092.3.3.90.30.00 - MATERIAL DE CONSUMO** | | | | | | | | | | | | | | |
| | 339,00 | 367,00 | 376,00 | 366,50 | 394,50 | 437,50 | 529,00 | 422,50 | 393,50 | 393,00 | 419,00 | 562,50 | 0,00 | 5.000,00 |
| | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Ficha: **257 02.10.00.10.305.0020.2092.3.3.90.32.00 - MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA** | | | | | | | | | | | | | | |
| | 339,00 | 367,00 | 376,00 | 366,50 | 394,50 | 437,50 | 529,00 | 422,50 | 393,50 | 393,00 | 419,00 | 562,50 | 0,00 | 5.000,00 |
| | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Ficha: **258 02.10.00.10.305.0020.2092.3.3.90.39.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA** | | | | | | | | | | | | | | |
| | 339,00 | 367,00 | 376,00 | 366,50 | 394,50 | 437,50 | 529,00 | 422,50 | 393,50 | 393,00 | 419,00 | 562,50 | 0,00 | 5.000,00 |
| | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Ficha: **259 02.10.00.10.305.0020.2093.3.3.90.14.00 - DIÁRIAS - CIVIL** | | | | | | | | | | | | | | |
| | 271,20 | 293,60 | 300,80 | 293,20 | 315,60 | 350,00 | 423,20 | 338,00 | 314,80 | 314,40 | 335,20 | 450,00 | 0,00 | 4.000,00 |
| | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Ficha: **260 02.10.00.10.305.0020.2093.3.3.90.30.00 - MATERIAL DE CONSUMO** | | | | | | | | | | | | | | |
| | 135,60 | 146,80 | 150,40 | 146,60 | 157,80 | 175,00 | 211,60 | 169,00 | 157,40 | 157,20 | 167,60 | 225,00 | 0,00 | 2.000,00 |
| | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Ficha: **261 02.10.00.10.305.0020.2093.3.3.90.39.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA** | | | | | | | | | | | | | | |
| | 135,60 | 146,80 | 150,40 | 146,60 | 157,80 | 175,00 | 211,60 | 169,00 | 157,40 | 157,20 | 167,60 | 225,00 | 0,00 | 2.000,00 |
| | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| **TOTAL GERAL** | 852.848,36 | 923.290,10 | 945.932,10 | 922.032,23 | 992.473,96 | 1.100.652,39 | 1.330.845,9772 | 1.062.915, | 989.958,21 | 988.700,32 | 1.054.110,51 | 1.415.124,46 | 0,00 | 12.578.884,33 |
| | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| **Unidade 02.10.00 à 02.10.00** | | | | | | | | | | | | | | |
| **Programada<br>Realizada<br>Paga** | **Janeiro** | **Fevereiro** | **Março** | **Abril** | **Maio** | **Junho** | **Julho** | **Agosto** | **Setembro** | **Outubro** | **Novembro** | **Dezembro** | **Regulam.** | **Total** |

ALTO ALEGRE DOS PARECIS, 05 de Janeiro de 2024

***LEANDRO DOS SANTOS LIMA***
CRC RO 008237/O-1
Contador

**Publicado por:**
Regina Celia Scarpati
**Código Identificador:**B8C1352C

## SECRETARAIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
## 9 - SAAE - PROGRAMAÇÃO FINANCEIRA DA DESPESA 2024

| **SAAE - SISTEMA AUTONOMO DE AGUA E ESGOTO DE ALTO ALEGRE DOS PARECIS** | | | | | | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **Programação Financeira da Despesa - Exercício 2024 (ANALÍTICO)** | | | | | | | | | | | | | | |
| **Unidade 02.11.00 à 02.11.00<br>Programada<br>Realizada<br>Paga** | **Janeiro** | **Fevereiro** | **Março** | **Abril** | **Maio** | **Junho** | **Julho** | **Agosto** | **Setembro** | **Outubro** | **Novembro** | **Dezembro** | **Regulam.** | **Total** |
| Ficha: **314 02.11.00.17.512.0003.2094.3.1.90.11.00 - VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL** | | | | | | | | | | | | | | |
| | 17.085,60 | 18.496,80 | 18.950,40 | 18.471,60 | 19.882,80 | 22.050,00 | 26.661,60 | 21.294,00 | 19.832,40 | 19.807,20 | 21.117,60 | 28.350,00 | 0,00 | 252.000,00 |
| | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |

| | | | | | | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Ficha: **315 02.11.00.17.512.0003.2094.3.1.90.13.00 - OBRIGAÇÕES PATRONAIS** | | | | | | | | | | | | | | |
| | 3.864,60 | 4.183,80 | 4.286,40 | 4.178,10 | 4.497,30 | 4.987,50 | 6.030,60 | 4.816,50 | 4.485,90 | 4.480,20 | 4.776,60 | 6.412,50 | 0,00 | 57.000,00 |
| | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Ficha: **316 02.11.00.17.512.0003.2094.3.1.90.94.00 - INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS** | | | | | | | | | | | | | | |
| | 2.034,00 | 2.202,00 | 2.256,00 | 2.199,00 | 2.367,00 | 2.625,00 | 3.174,00 | 2.535,00 | 2.361,00 | 2.358,00 | 2.514,00 | 3.375,00 | 0,00 | 30.000,00 |
| | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Ficha: **317 02.11.00.17.512.0021.2095.3.3.90.14.00 - DIÁRIAS - CIVIL** | | | | | | | | | | | | | | |
| | 991,24 | 1.073,11 | 1.099,42 | 1.071,65 | 1.153,52 | 1.279,25 | 1.546,80 | 1.235,39 | 1.150,59 | 1.149,13 | 1.225,16 | 1.644,74 | 0,00 | 14.620,00 |
| | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Ficha: **318 02.11.00.17.512.0021.2095.3.3.90.30.00 - MATERIAL DE CONSUMO** | | | | | | | | | | | | | | |
| | 16.950,00 | 18.350,00 | 18.800,00 | 18.325,00 | 19.725,00 | 21.875,00 | 26.450,00 | 21.125,00 | 19.675,00 | 19.650,00 | 20.950,00 | 28.125,00 | 0,00 | 250.000,00 |
| | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Ficha: **319 02.11.00.17.512.0021.2095.3.3.90.39.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA** | | | | | | | | | | | | | | |
| | 13.560,00 | 14.680,00 | 15.040,00 | 14.660,00 | 15.780,00 | 17.500,00 | 21.160,00 | 16.900,00 | 15.740,00 | 15.720,00 | 16.760,00 | 22.500,00 | 0,00 | 200.000,00 |
| | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Ficha: **320 02.11.00.17.512.0021.2095.3.3.90.47.00 - OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS** | | | | | | | | | | | | | | |
| | 1.017,00 | 1.101,00 | 1.128,00 | 1.099,50 | 1.183,50 | 1.312,50 | 1.587,00 | 1.267,50 | 1.180,50 | 1.179,00 | 1.257,00 | 1.687,50 | 0,00 | 15.000,00 |
| | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Ficha: **321 02.11.00.17.512.0021.2096.4.4.90.52.00 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE** | | | | | | | | | | | | | | |
| | 6.780,00 | 7.340,00 | 7.520,00 | 7.330,00 | 7.890,00 | 8.750,00 | 10.580,00 | 8.450,00 | 7.870,00 | 7.860,00 | 8.380,00 | 11.250,00 | 0,00 | 100.000,00 |
| | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Ficha: **322 02.11.00.17.512.0021.2097.4.4.90.51.00 - OBRAS E INSTALAÇÕES** | | | | | | | | | | | | | | |
| | 6.780,00 | 7.340,00 | 7.520,00 | 7.330,00 | 7.890,00 | 8.750,00 | 10.580,00 | 8.450,00 | 7.870,00 | 7.860,00 | 8.380,00 | 11.250,00 | 0,00 | 100.000,00 |
| | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| **Programação Financeira da Despesa - Exercício 2024 (ANALÍTICO)** | | | | | | | | | | | | | | |
| **Unidade 02.11.00 à 02.11.00**<br>**Programada**<br>**Realizada**<br>**Paga** | **Janeiro** | **Fevereiro** | **Março** | **Abril** | **Maio** | **Junho** | **Julho** | **Agosto** | **Setembro** | **Outubro** | **Novembro** | **Dezembro** | **Regulam.** | **Total** |
| **TOTAL GERAL** | | | | | | | | | | | | | | |
| | 69.062,44 | 74.766,71 | 76.600,22 | 74.664,85 | 80.369,12 | 89.129,25 | 107.770,00 | 86.073,39 | 80.165,39 | 80.063,53 | 85.360,36 | 114.594,74 | 0,00 | 1.018.620,00 |
| | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |

ALTO ALEGRE DOS PARECIS, 05 de Janeiro de 2024

***LEANDRO DOS SANTOS LIMA***
CRC RO 008237/O-1
Contador

**Publicado por:**
Regina Celia Scarpati
**Código Identificador:**CC9CFE31

## SECRETARAIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
## 1 - PREFEITURA - PROGRAMAÇÃO FINANCEIRA DA RECEITA 2024_

| Programação Financeira Mensal de Arrecadação da Receita - Exercício 2024 | | | | | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Programada /Realizada /Diferença | Janeiro | Fevereiro | Março | Abril | Maio | Junho | Julho | Agosto | Setembro | Outubro | Novembro | Dezembro | Total |

| | | | | | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Ficha: 1 | 1.1.1.2.50.0.1.00 IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE PREDIAL E TERRITORIAL URBANA - PRINCIPAL | | | | | | | | | | | | |
| | 39.715,73 | 42.996,09 | 44.050,49 | 42.937,51 | 46.217,86 | 51.255,55 | 61.975,28 | 49.498,22 | 46.100,71 | 46.042,13 | 49.088,17 | 65.899,99 | 585.777,73 |
| | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Ficha: 2 | 1.1.1.2.50.0.2.00 IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE PREDIAL E TERRITORIAL URBANA - MULTAS E JUROS DE MORA | | | | | | | | | | | | |
| | 584,27 | 632,53 | 648,04 | 631,67 | 679,93 | 754,04 | 911,74 | 728,19 | 678,21 | 677,34 | 722,15 | 969,49 | 8.617,60 |
| | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Ficha: 3 | 1.1.1.2.50.0.3.00 IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE PREDIAL E TERRITORIAL URBANA - DÍVIDA ATIVA | | | | | | | | | | | | |
| | 37.290,00 | 40.370,00 | 41.360,00 | 40.315,00 | 43.395,00 | 48.125,00 | 58.190,00 | 46.475,00 | 43.285,00 | 43.230,00 | 46.090,00 | 61.875,00 | 550.000,00 |
| | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Ficha: 4 | 1.1.1.2.50.0.4.00 IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE PREDIAL E TERRITORIAL URBANA - DÍVIDA ATIVA - MULTAS E JUROS D | | | | | | | | | | | | |
| | 10.321,60 | 11.174,13 | 11.448,15 | 11.158,90 | 12.011,42 | 13.320,65 | 16.106,57 | 12.863,95 | 11.980,98 | 11.965,75 | 12.757,38 | 17.126,57 | 152.236,05 |
| | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Ficha: 5 | 1.1.1.2.53.0.1.00 IMPOSTOS SOBRE TRANSMISSÃO INTER VIVOS DE BENS IMÓVEIS E DE DIREITOS REAIS SOBRE IMÓVEIS - | | | | | | | | | | | | |
| | 36.717,10 | 39.749,78 | 40.724,57 | 39.695,62 | 42.728,30 | 47.385,63 | 57.296,00 | 45.760,98 | 42.619,99 | 42.565,84 | 45.381,90 | 60.924,40 | 541.550,11 |
| | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Ficha: 6 | 1.1.1.3.03.1.1.00 IMPOSTO SOBRE A RENDA - RETIDO NA FONTE - TRABALHO - PRINCIPAL | | | | | | | | | | | | |
| | 130.327,33 | 141.091,83 | 144.551,85 | 140.899,61 | 151.664,10 | 168.195,30 | 203.372,15 | 162.428,60 | 151.279,66 | 151.087,44 | 161.083,04 | 216.251,09 | 1.922.232,00 |
| | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Ficha: 7 | 1.1.1.4.51.1.1.01 IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS DE QUALQUER NATUREZA - ISSQN - PRINCIPAL | | | | | | | | | | | | |
| | 54.012,27 | 58.473,46 | 59.907,42 | 58.393,80 | 62.854,99 | 69.706,10 | 84.284,63 | 67.316,18 | 62.695,66 | 62.616,00 | 66.758,53 | 89.622,12 | 796.641,16 |
| | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Ficha: 8 | 1.1.1.4.51.1.1.02 ISS - SIMPLES NACIONAL | | | | | | | | | | | | |
| | 9.640,87 | 10.437,17 | 10.693,12 | 10.422,95 | 11.219,25 | 12.442,13 | 15.044,31 | 12.015,54 | 11.190,81 | 11.176,59 | 11.916,01 | 15.997,02 | 142.195,77 |
| | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Ficha: 9 | 1.1.1.4.51.1.1.03 ISSQN - OUTROS PRESTADORES SERVIÇOS | | | | | | | | | | | | |
| | 12,89 | 13,95 | 14,29 | 13,93 | 15,00 | 16,63 | 20,11 | 16,06 | 14,96 | 14,94 | 15,93 | 21,39 | 190,08 |
| | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Ficha: 10 | 1.1.1.4.51.1.2.00 IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS DE QUALQUER NATUREZA - ISSQN - MULTAS E JUROS DE MORA | | | | | | | | | | | | |
| | 930,38 | 1.007,23 | 1.031,93 | 1.005,86 | 1.082,70 | 1.200,71 | 1.451,84 | 1.159,55 | 1.079,96 | 1.078,58 | 1.149,94 | 1.543,77 | 13.722,45 |
| | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Ficha: 11 | 1.1.1.4.51.1.3.00 IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS DE QUALQUER NATUREZA - ISSQN - DÍVIDA ATIVA | | | | | | | | | | | | |
| | 1.379,71 | 1.493,67 | 1.530,30 | 1.491,63 | 1.605,59 | 1.780,60 | 2.153,00 | 1.719,55 | 1.601,52 | 1.599,48 | 1.705,30 | 2.289,33 | 20.349,68 |
| | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Ficha: 12 | 1.1.1.4.51.1.4.00 IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS DE QUALQUER NATUREZA - ISSQN - DÍVIDA ATIVA - MULTAS E JUROS DE MOR | | | | | | | | | | | | |
| | 76,72 | 83,06 | 85,09 | 82,94 | 89,28 | 99,01 | 119,72 | 95,62 | 89,05 | 88,94 | 94,82 | 127,29 | 1.131,54 |
| | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Ficha: 13 | 1.1.2.1.01.0.1.01 TAXA DE LICENCA PARA FUNCIONAMENTO DE ESTABELECIME | | | | | | | | | | | | |
| | 4.068,00 | 4.404,00 | 4.512,00 | 4.398,00 | 4.734,00 | 5.250,00 | 6.348,00 | 5.070,00 | 4.722,00 | 4.716,00 | 5.028,00 | 6.750,00 | 60.000,00 |
| | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Ficha: 14 | 1.1.2.1.01.0.1.02 TAXA DE PUBLICIDADE COMERCIAL | | | | | | | | | | | | |
| | 67,80 | 73,40 | 75,20 | 73,30 | 78,90 | 87,50 | 105,80 | 84,50 | 78,70 | 78,60 | 83,80 | 112,50 | 1.000,00 |
| | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Ficha: 15 | 1.1.2.1.01.0.1.03 OUTRAS TAXAS PELO EXERCICIO DO PODER DE POLICIA | | | | | | | | | | | | |
| | 170,93 | 185,04 | 189,58 | 184,79 | 198,91 | 220,59 | 266,72 | 213,03 | 198,40 | 198,15 | 211,26 | 283,62 | 2.521,02 |
| | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Ficha: 16 | 1.1.2.1.01.0.1.04 TAXA DE LICENÇA AMBIENTAL PREVIA - LP | | | | | | | | | | | | |

| | | | | | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 67,80 | 73,40 | 75,20 | 73,30 | 78,90 | 87,50 | 105,80 | 84,50 | 78,70 | 78,60 | 83,80 | 112,50 | 1.000,00 |
| | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Ficha: 17 | 1.1.2.1.01.0.1.05 TAXA DE LICENÇA AMBIENTAL DE INSTALAÇÃO - LI | | | | | | | | | | | | |
| | 67,80 | 73,40 | 75,20 | 73,30 | 78,90 | 87,50 | 105,80 | 84,50 | 78,70 | 78,60 | 83,80 | 112,50 | 1.000,00 |
| | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Ficha: 18 | 1.1.2.1.01.0.1.06 TAXA DE LICENÇA AMBIENTAL DE OPERAÇÃO - LO | | | | | | | | | | | | |
| | 67,80 | 73,40 | 75,20 | 73,30 | 78,90 | 87,50 | 105,80 | 84,50 | 78,70 | 78,60 | 83,80 | 112,50 | 1.000,00 |
| | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Ficha: 19 | 1.1.2.1.01.0.1.07 TAXA DE LICENÇA AMBIENTAL OPERAÇÃO PARA TESTE- LO | | | | | | | | | | | | |
| | 67,80 | 73,40 | 75,20 | 73,30 | 78,90 | 87,50 | 105,80 | 84,50 | 78,70 | 78,60 | 83,80 | 112,50 | 1.000,00 |
| | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Ficha: 20 | 1.1.2.1.01.0.1.08 TAXA DE LICENÇA AMBIENTAL UNICA - LAU | | | | | | | | | | | | |
| | 67,80 | 73,40 | 75,20 | 73,30 | 78,90 | 87,50 | 105,80 | 84,50 | 78,70 | 78,60 | 83,80 | 112,50 | 1.000,00 |
| | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Ficha: 21 | 1.1.2.1.01.0.1.09 TAXA DE AUTORIZAÇÃO AMBIENTAL | | | | | | | | | | | | |
| | 67,80 | 73,40 | 75,20 | 73,30 | 78,90 | 87,50 | 105,80 | 84,50 | 78,70 | 78,60 | 83,80 | 112,50 | 1.000,00 |
| | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Ficha: 22 | 1.1.2.1.01.0.1.10 TAXA DE CERTIDÃO AMBIENTAL | | | | | | | | | | | | |
| | 67,80 | 73,40 | 75,20 | 73,30 | 78,90 | 87,50 | 105,80 | 84,50 | 78,70 | 78,60 | 83,80 | 112,50 | 1.000,00 |
| | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Ficha: 23 | 1.1.2.1.01.0.1.11 TAXA DE AVERBAÇÃO AMBIENTAL | | | | | | | | | | | | |
| | 67,80 | 73,40 | 75,20 | 73,30 | 78,90 | 87,50 | 105,80 | 84,50 | 78,70 | 78,60 | 83,80 | 112,50 | 1.000,00 |
| | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Ficha: 24 | 1.1.2.1.01.0.1.12 TAXA DE SERVIÇOS AMBIENTAL DIVERSOS | | | | | | | | | | | | |
| | 67,80 | 73,40 | 75,20 | 73,30 | 78,90 | 87,50 | 105,80 | 84,50 | 78,70 | 78,60 | 83,80 | 112,50 | 1.000,00 |
| | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Ficha: 25 | 1.1.2.1.01.0.1.13 TAXA DE ANALISE DE RELATORIO E MONITORAMENTO AMBIENTAL - RMA | | | | | | | | | | | | |
| | 67,80 | 73,40 | 75,20 | 73,30 | 78,90 | 87,50 | 105,80 | 84,50 | 78,70 | 78,60 | 83,80 | 112,50 | 1.000,00 |
| | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Ficha: 26 | 1.1.2.1.01.0.1.14 TAXA DE ALVARA DE AUTORIZAÇÃO SANITARIA | | | | | | | | | | | | |
| | 271,20 | 293,60 | 300,80 | 293,20 | 315,60 | 350,00 | 423,20 | 338,00 | 314,80 | 314,40 | 335,20 | 450,00 | 4.000,00 |
| | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Ficha: 27 | 1.1.2.2.01.0.1.01 TAXAS DE SERVICOS CADASTRAIS | | | | | | | | | | | | |
| | 678,00 | 734,00 | 752,00 | 733,00 | 789,00 | 875,00 | 1.058,00 | 845,00 | 787,00 | 786,00 | 838,00 | 1.125,00 | 10.000,00 |
| | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Ficha: 28 | 1.1.2.2.01.0.1.02 TAXA DE CEMITERIO | | | | | | | | | | | | |
| | 339,00 | 367,00 | 376,00 | 366,50 | 394,50 | 437,50 | 529,00 | 422,50 | 393,50 | 393,00 | 419,00 | 562,50 | 5.000,00 |
| | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Ficha: 29 | 1.1.2.2.01.0.1.03 TAXA DE LIMPEZA PUBLICA | | | | | | | | | | | | |
| | 67,80 | 73,40 | 75,20 | 73,30 | 78,90 | 87,50 | 105,80 | 84,50 | 78,70 | 78,60 | 83,80 | 112,50 | 1.000,00 |
| | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Ficha: 30 | 1.1.2.2.01.0.1.04 OUTRAS TAXAS PELA PRESTACAO DE SERVICOS | | | | | | | | | | | | |
| | 135,60 | 146,80 | 150,40 | 146,60 | 157,80 | 175,00 | 211,60 | 169,00 | 157,40 | 157,20 | 167,60 | 225,00 | 2.000,00 |
| | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Ficha: 31 | 1.1.2.2.01.0.1.10 TAXA DE HABITE-SE | | | | | | | | | | | | |
| | 339,00 | 367,00 | 376,00 | 366,50 | 394,50 | 437,50 | 529,00 | 422,50 | 393,50 | 393,00 | 419,00 | 562,50 | 5.000,00 |

| | | | | | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Ficha: 32 | 1.1.2.2.01.0.1.11 TAXA DE LICENÇA DE OBRAS | | | | | | | | | | | | |
| | 339,00 | 367,00 | 376,00 | 366,50 | 394,50 | 437,50 | 529,00 | 422,50 | 393,50 | 393,00 | 419,00 | 562,50 | 5.000,00 |
| | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Ficha: 33 | 1.1.2.2.01.0.1.12 TAXA DE COLETA DO LIXO | | | | | | | | | | | | |
| | 29.193,97 | 31.605,27 | 32.380,33 | 31.562,21 | 33.973,51 | 37.676,58 | 45.556,37 | 36.384,81 | 33.887,39 | 33.844,33 | 36.083,40 | 48.441,33 | 430.589,50 |
| | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Ficha: 34 | 1.1.2.2.01.0.1.13 TAXA DE TRANSF DE TITULARIDADE DE IMOVEIS | | | | | | | | | | | | |
| | 135,60 | 146,80 | 150,40 | 146,60 | 157,80 | 175,00 | 211,60 | 169,00 | 157,40 | 157,20 | 167,60 | 225,00 | 2.000,00 |
| | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Ficha: 35 | 1.1.3.1.51.0.1.00 CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA PARA EXPANSÃO DA REDE DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA NA CIDADE - PRINCIPAL | | | | | | | | | | | | |
| | 13.800,54 | 14.940,41 | 15.306,80 | 14.920,06 | 16.059,93 | 17.810,44 | 21.535,36 | 17.199,79 | 16.019,22 | 15.998,86 | 17.057,31 | 22.899,13 | 203.547,85 |
| | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Ficha: 36 | 1.3.2.1.01.0.1.02 REMUNERAÇÃO DE DEP. - BANCARIO FUNDEB | | | | | | | | | | | | |
| | 6.407,10 | 6.936,30 | 7.106,40 | 6.926,85 | 7.456,05 | 8.268,75 | 9.998,10 | 7.985,25 | 7.437,15 | 7.427,70 | 7.919,10 | 10.631,25 | 94.500,00 |
| | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Ficha: 37 | 1.3.2.1.01.0.1.05 REMUNERAÇÃO DE DEP.- MDE 25% | | | | | | | | | | | | |
| | 2.050,95 | 2.220,35 | 2.274,80 | 2.217,33 | 2.386,72 | 2.646,88 | 3.200,45 | 2.556,12 | 2.380,68 | 2.377,65 | 2.534,95 | 3.403,12 | 30.250,00 |
| | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Ficha: 38 | 1.3.2.1.01.0.1.08 REMUNERAÇÃO DE DEP. NÃO VINCULADOS - PREFEITURA | | | | | | | | | | | | |
| | 27.153,90 | 29.396,70 | 30.117,60 | 29.356,65 | 31.599,45 | 35.043,75 | 42.372,90 | 33.842,25 | 31.519,35 | 31.479,30 | 33.561,90 | 45.056,25 | 400.500,00 |
| | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Ficha: 39 | 1.3.2.1.01.0.1.09 RECEITA DE REMUN DE DEP. PNAE. | | | | | | | | | | | | |
| | 569,52 | 616,56 | 631,68 | 615,72 | 662,76 | 735,00 | 888,72 | 709,80 | 661,08 | 660,24 | 703,92 | 945,00 | 8.400,00 |
| | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Ficha: 40 | 1.3.2.1.01.0.1.10 RECEITA DE REMUN DE DEP. PNATE. | | | | | | | | | | | | |
| | 498,33 | 539,49 | 552,72 | 538,75 | 579,91 | 643,13 | 777,63 | 621,07 | 578,45 | 577,71 | 615,93 | 826,88 | 7.350,00 |
| | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Ficha: 41 | 1.3.2.1.01.0.1.11 RECEITA DE REMUN DE DEP SALARIO EDUCAÇÃO. | | | | | | | | | | | | |
| | 569,52 | 616,56 | 631,68 | 615,72 | 662,76 | 735,00 | 888,72 | 709,80 | 661,08 | 660,24 | 703,92 | 945,00 | 8.400,00 |
| | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Ficha: 42 | 1.3.2.1.01.0.1.12 REMUNERAÇÃO DE DEP. - FUNDEB 2010 - 2018 | | | | | | | | | | | | |
| | 569,52 | 616,56 | 631,68 | 615,72 | 662,76 | 735,00 | 888,72 | 709,80 | 661,08 | 660,24 | 703,92 | 945,00 | 8.400,00 |
| | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Ficha: 43 | 1.3.2.1.01.0.1.17 REMUNERAÇÃO DE DEP DO CV. TRANSP ESC. IR E VIR | | | | | | | | | | | | |
| | 1.389,90 | 1.504,70 | 1.541,60 | 1.502,65 | 1.617,45 | 1.793,75 | 2.168,90 | 1.732,25 | 1.613,35 | 1.611,30 | 1.717,90 | 2.306,25 | 20.500,00 |
| | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Ficha: 44 | 1.3.2.1.01.0.1.20 REMUNERAÇÃO DE DEP. OUTROS CONVENIOS ESTADO | | | | | | | | | | | | |
| | 2.206,89 | 2.389,17 | 2.447,76 | 2.385,91 | 2.568,19 | 2.848,13 | 3.443,79 | 2.750,47 | 2.561,69 | 2.558,43 | 2.727,69 | 3.661,88 | 32.550,00 |
| | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Ficha: 45 | 1.6.9.9.99.0.1.04 SERVIÇO DE HORAS MAQUINA AGRICULTURA | | | | | | | | | | | | |
| | 20.340,00 | 22.020,00 | 22.560,00 | 21.990,00 | 23.670,00 | 26.250,00 | 31.740,00 | 25.350,00 | 23.610,00 | 23.580,00 | 25.140,00 | 33.750,00 | 300.000,00 |
| | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Ficha: 46 | 1.6.9.9.99.0.1.05 SERVIÇO DE HORAS MAQUINA OBRAS | | | | | | | | | | | | |
| | 6.780,00 | 7.340,00 | 7.520,00 | 7.330,00 | 7.890,00 | 8.750,00 | 10.580,00 | 8.450,00 | 7.870,00 | 7.860,00 | 8.380,00 | 11.250,00 | 100.000,00 |
| | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Ficha: 47 | 1.7.1.1.51.1.1.01 COTA-PARTE DO FPM - COTA MENSAL - PRINCIPAL FUNDEB | | | | | | | | | | | | |

| | | | | | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 1.231.587,00 | 1.333.311,00 | 1.366.008,00 | 1.331.494,50 | 1.433.218,50 | 1.589.437,50 | 1.921.857,00 | 1.534.942,50 | 1.429.585,50 | 1.427.769,00 | 1.522.227,00 | 2.043.562,50 | 18.165.000,00 |
| | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Ficha: 48 | 1.7.1.1.51.1.1.02 COTA-PARTE DO FPM - FUNDEB | | | | | | | | | | | | |
| | -246.317,40 | -266.662,20 | -273.201,60 | -266.298,90 | -286.643,70 | -317.887,50 | -384.371,40 | -306.988,50 | -285.917,10 | -285.553,80 | -304.445,40 | -408.712,50 | -3.633.000,00 |
| | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Ficha: 49 | 1.7.1.1.51.2.1.01 COTA-PARTE DO FUNDO DE PARTICIPAÇÃO DO MUNICÍPIOS - 1% COTA ENTREGUE NO MÊS DE DEZEMBRO - | | | | | | | | | | | | |
| | 53.223,00 | 57.619,00 | 59.032,00 | 57.540,50 | 61.936,50 | 68.687,50 | 83.053,00 | 66.332,50 | 61.779,50 | 61.701,00 | 65.783,00 | 88.312,50 | 785.000,00 |
| | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Ficha: 50 | 1.7.1.1.51.2.1.02 COTA-PARTE DO FUNDO DE PARTICIPAÇÃO DO MUNICÍPIOS - 1% COTA ENTREGUE NO MÊS DE JULHO- PRIN | | | | | | | | | | | | |
| | 55.596,00 | 60.188,00 | 61.664,00 | 60.106,00 | 64.698,00 | 71.750,00 | 86.756,00 | 69.290,00 | 64.534,00 | 64.452,00 | 68.716,00 | 92.250,00 | 820.000,00 |
| | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Ficha: 51 | 1.7.1.1.52.0.1.00 COTA-PARTE DO IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE TERRITORIAL RURAL - PRINCIPAL | | | | | | | | | | | | |
| | 3.559,50 | 3.853,50 | 3.948,00 | 3.848,25 | 4.142,25 | 4.593,75 | 5.554,50 | 4.436,25 | 4.131,75 | 4.126,50 | 4.399,50 | 5.906,25 | 52.500,00 |
| | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Ficha: 52 | 1.7.1.1.52.0.1.00 COTA-PARTE DO IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE TERRITORIAL RURAL - PRINCIPAL | | | | | | | | | | | | |
| | -711,90 | -770,70 | -789,60 | -769,65 | -828,45 | -918,75 | -1.110,90 | -887,25 | -826,35 | -825,30 | -879,90 | -1.181,25 | -10.500,00 |
| | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Ficha: 53 | 1.7.1.2.52.4.1.00 COTA-PARTE DO FUNDO ESPECIAL DO PETRÓLEO - FEP - PRINCIPAL | | | | | | | | | | | | |
| | 29.899,80 | 32.369,40 | 33.163,20 | 32.325,30 | 34.794,90 | 38.587,50 | 46.657,80 | 37.264,50 | 34.706,70 | 34.662,60 | 36.955,80 | 49.612,50 | 441.000,00 |
| | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Ficha: 54 | 1.7.1.4.50.0.1.00 TRANSFERÊNCIAS DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO - PRINCIPAL | | | | | | | | | | | | |
| | 21.357,00 | 23.121,00 | 23.688,00 | 23.089,50 | 24.853,50 | 27.562,50 | 33.327,00 | 26.617,50 | 24.790,50 | 24.759,00 | 26.397,00 | 35.437,50 | 315.000,00 |
| | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Ficha: 55 | 1.7.1.4.52.0.1.00 TRANSFERÊNCIAS REFERENTES AO PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR - PNAE - PRINCIPAL | | | | | | | | | | | | |
| | 15.995,38 | 17.316,53 | 17.741,18 | 17.292,94 | 18.614,09 | 20.643,00 | 24.960,34 | 19.935,24 | 18.566,90 | 18.543,31 | 19.770,10 | 26.540,99 | 235.920,00 |
| | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Ficha: 56 | 1.7.1.4.53.0.1.00 TRANSFERÊNCIAS REFERENTES AO PROGRAMA NACIONAL DE APOIO AO TRANSPORTE DO ESCOLAR - PNATE - | | | | | | | | | | | | |
| | 15.576,89 | 16.863,47 | 17.277,02 | 16.840,50 | 18.127,08 | 20.102,91 | 24.307,29 | 19.413,67 | 18.081,13 | 18.058,16 | 19.252,85 | 25.846,61 | 229.747,58 |
| | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Ficha: 57 | 1.7.1.9.99.0.1.01 ADO - LC 176/2020 (ADO25) | | | | | | | | | | | | |
| | 7.326,37 | 7.931,50 | 8.126,01 | 7.920,70 | 8.525,82 | 9.455,13 | 11.432,60 | 9.130,95 | 8.504,21 | 8.493,41 | 9.055,31 | 12.156,60 | 108.058,61 |
| | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Ficha: 58 | 1.7.2.1.50.0.1.00 COTA-PARTE DO ICMS - PRINCIPAL | | | | | | | | | | | | |
| | 1.062.937,89 | 1.150.732,17 | 1.178.951,76 | 1.149.164,42 | 1.236.958,70 | 1.371.785,63 | 1.658.684,79 | 1.324.752,97 | 1.233.823,19 | 1.232.255,43 | 1.313.778,69 | 1.763.724,36 | 15.677.550,00 |
| | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Ficha: 59 | 1.7.2.1.50.0.1.00 COTA-PARTE DO ICMS - PRINCIPAL | | | | | | | | | | | | |
| | -212.587,58 | -230.146,43 | -235.790,35 | -229.832,88 | -247.391,74 | -274.357,13 | -331.736,96 | -264.950,59 | -246.764,64 | -246.451,09 | -262.755,74 | -352.744,87 | -3.135.510,00 |
| | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Ficha: 60 | 1.7.2.1.51.0.1.00 COTA-PARTE DO IPVA - PRINCIPAL | | | | | | | | | | | | |
| | 123.735,00 | 133.955,00 | 137.240,00 | 133.772,50 | 143.992,50 | 159.687,50 | 193.085,00 | 154.212,50 | 143.627,50 | 143.445,00 | 152.935,00 | 205.312,50 | 1.825.000,00 |
| | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Ficha: 61 | 1.7.2.1.51.0.1.00 COTA-PARTE DO IPVA - PRINCIPAL | | | | | | | | | | | | |
| | -24.747,00 | -26.791,00 | -27.448,00 | -26.754,50 | -28.798,50 | -31.937,50 | -38.617,00 | -30.842,50 | -28.725,50 | -28.689,00 | -30.587,00 | -41.062,50 | -365.000,00 |
| | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Ficha: 62 | 1.7.2.1.52.0.1.00 COTA-PARTE DO IPI - MUNICÍPIOS - PRINCIPAL | | | | | | | | | | | | |
| | 3.132,36 | 3.391,08 | 3.474,24 | 3.386,46 | 3.645,18 | 4.042,50 | 4.887,96 | 3.903,90 | 3.635,94 | 3.631,32 | 3.871,56 | 5.197,50 | 46.200,00 |

| | | | | | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Ficha: 63 | 1.7.2.1.52.0.1.00 COTA-PARTE DO IPI - MUNICÍPIOS - PRINCIPAL | | | | | | | | | | | | |
| | -626,47 | -678,22 | -694,85 | -677,29 | -729,04 | -808,50 | -977,59 | -780,78 | -727,19 | -726,26 | -774,31 | -1.039,50 | -9.240,00 |
| | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Ficha: 64 | 1.7.2.1.53.0.1.00 COTA-PARTE DA CONTRIBUIÇÃO DE INTERVENÇÃO NO DOMÍNIO ECONÔMICO - PRINCIPAL | | | | | | | | | | | | |
| | 355,95 | 385,35 | 394,80 | 384,83 | 414,22 | 459,37 | 555,45 | 443,62 | 413,18 | 412,65 | 439,95 | 590,63 | 5.250,00 |
| | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Ficha: 65 | 1.7.2.4.51.0.1.01 TRANSF DE CONVENIO IR E VIR - TRANSPORTE ESCOLAR | | | | | | | | | | | | |
| | 91.531,13 | 99.091,22 | 101.521,25 | 98.956,22 | 106.516,31 | 118.126,46 | 142.831,76 | 114.076,41 | 106.246,31 | 106.111,31 | 113.131,40 | 151.876,87 | 1.350.016,65 |
| | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Ficha: 66 | 1.7.2.4.51.0.1.02 CV - AQUISIÇÃO DE MATERIAL DIDATICO | | | | | | | | | | | | |
| | 33.900,00 | 36.700,00 | 37.600,00 | 36.650,00 | 39.450,00 | 43.750,00 | 52.900,00 | 42.250,00 | 39.350,00 | 39.300,00 | 41.900,00 | 56.250,00 | 500.000,00 |
| | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Ficha: 67 | 1.7.5.1.50.0.1.01 TRANSFERENCIAS DE RECURSOS DO FUNDEB | | | | | | | | | | | | |
| | 484.990,35 | 525.048,55 | 537.924,40 | 524.333,22 | 564.391,42 | 625.909,38 | 756.813,85 | 604.449,62 | 562.960,78 | 562.245,45 | 599.442,35 | 804.740,63 | 7.153.250,00 |
| | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Ficha: 68 | 1.7.5.1.50.0.1.02 TRANSFERENCIAS DE RECURSOS DO FUNDEB - GANHO | | | | | | | | | | | | |
| | 557.738,90 | 603.805,83 | 618.613,06 | 602.983,21 | 649.050,14 | 719.795,78 | 870.335,93 | 695.117,07 | 647.404,89 | 646.582,27 | 689.358,70 | 925.451,72 | 8.226.237,50 |
| | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Ficha: 69 | 1.7.5.1.50.0.1.03 TRANSF DE RECURSOS DO FUNDEB - COMPL VAAT | | | | | | | | | | | | |
| | 949,20 | 1.027,60 | 1.052,80 | 1.026,20 | 1.104,60 | 1.225,00 | 1.481,20 | 1.183,00 | 1.101,80 | 1.100,40 | 1.173,20 | 1.575,00 | 14.000,00 |
| | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Ficha: 70 | 1.7.5.9.99.0.1.01 COMPLEMENTAÇÃO FUNDEB 2010 A 2018 | | | | | | | | | | | | |
| | 7.119,00 | 7.707,00 | 7.896,00 | 7.696,50 | 8.284,50 | 9.187,50 | 11.109,00 | 8.872,50 | 8.263,50 | 8.253,00 | 8.799,00 | 11.812,50 | 105.000,00 |
| | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Ficha: 71 | 1.9.1.1.01.0.1.01 MULTAS DEST. AO FUNDO MUN. DEF. DIR, LEI Nº 976/2016 | | | | | | | | | | | | |
| | 339,00 | 367,00 | 376,00 | 366,50 | 394,50 | 437,50 | 529,00 | 422,50 | 393,50 | 393,00 | 419,00 | 562,50 | 5.000,00 |
| | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Ficha: 72 | 1.9.9.9.12.2.1.00 ÔNUS DE SUCUMBÊNCIA - PRINCIPAL | | | | | | | | | | | | |
| | 203,40 | 220,20 | 225,60 | 219,90 | 236,70 | 262,50 | 317,40 | 253,50 | 236,10 | 235,80 | 251,40 | 337,50 | 3.000,00 |
| | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Ficha: 73 | 1.9.9.9.99.2.1.01 OUTRAS RECEITAS PREFEITURA | | | | | | | | | | | | |
| | 3.559,50 | 3.853,50 | 3.948,00 | 3.848,25 | 4.142,25 | 4.593,75 | 5.554,50 | 4.436,25 | 4.131,75 | 4.126,50 | 4.399,50 | 5.906,25 | 52.500,00 |
| | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Ficha: 74 | 1.9.9.9.99.2.3.01 DVANT - IVANETE FRANCENNER ALFLEN 04/2008 E 081/2006-TCER | | | | | | | | | | | | |
| | 84,75 | 91,75 | 94,00 | 91,63 | 98,63 | 109,38 | 132,25 | 105,63 | 98,38 | 98,25 | 104,75 | 140,61 | 1.250,01 |
| | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Ficha: 75 | 1.9.9.9.99.2.3.02 DVANT - MARCOS AURÉLIO MARQUES FLORES ACORDÃO 04/08 E 81/06 | | | | | | | | | | | | |
| | 67,80 | 73,40 | 75,20 | 73,30 | 78,90 | 87,50 | 105,80 | 84,50 | 78,70 | 78,60 | 83,80 | 112,50 | 1.000,00 |
| | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Ficha: 76 | 2.4.2.2.54.0.1.01 MELHORIA DAS ESTRADAS VICINAIS FITHA 2022 | | | | | | | | | | | | |
| | 44.281,44 | 47.938,90 | 49.114,52 | 47.873,59 | 51.531,05 | 57.147,87 | 69.099,94 | 55.188,52 | 51.400,43 | 51.335,12 | 54.731,34 | 73.475,84 | 653.118,56 |
| | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| TOTAL ORÇAMENTÁRIO | 3.803.885,20 | 4.118.070,41 | 4.219.058,52 | 4.112.459,98 | 4.426.645,13 | 4.909.143,88 | 5.935.856,24 | 4.740.830,36 | 4.415.424,29 | 4.409.813,81 | 4.701.557,22 | 6.311.756,41 | 56.104.501,45 |
| | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |

**Publicado por:**
Regina Celia Scarpati
**Código Identificador:**751E2B84

**ESTADO DE RONDÔNIA**
**PREFEITURA MUNICIPAL DE ARIQUEMES**

**SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO ORÇAMENTO E GESTÃO**
**ATA DE REGISTRO DE PREÇO N.º 078/SML/2023/14.133-2021**

**SUPERINTENDÊNCIA MUNICIPAL DE LICITAÇÃO**
**ATA DE REGISTRO DE PREÇO N.º 078/SML/2023/14.133-2021**
**PROCESSO N.º 17515/SEMPOG/2023**
**PREGÃO ELETRÔNICO N.º128/2023/PREGAO/SML/PMA-GSRP**

Aos 21 dias do mês de dezembro do ano de dois mil e vinte e três, a PREFEITURA MUNICIPAL DE ARIQUEMES, inscrito no CNPJ sob o nº. 04.104.816/0001-16, com sede na Avenida Tancredo Neves, nº. 2.166, nesta cidade de Ariquemes-RO, e a(s) empresa(s) abaixo qualificada(s) na cláusula I, nos termos do art. 40 Lei Federal nº. 14.133, de 01 de Abril de 2021, com Decreto Municipal 19.359 de 21 de Dezembro de 2022, de acordo com as demais normas legais aplicáveis, conforme a classificação das propostas apresentadas ao PREGÃO ELETRÔNICO nº.128/SML/2023, em virtude de deliberação do Pregoeiro e da homologação do procedimento pela Excelentíssima Senhora Prefeita, firmam a presente ATA para registrar os preços ofertados pelas empresas, para fornecimento do objeto conforme especificações dos Anexos I do Edital de Pregão respectivo, conforme a classificação por ela alcançada, observada as condições do Edital que integram este instrumento de registro e aquelas enunciadas nas cláusulas que se seguem:

**CLÁUSULA I - DO OBJETO**
O objeto da presente ata é o Registro de Preço para o fornecimento, nas condições estabelecidas no edital,para e Eventual aquisição de recarga de água, galão e garrafa com água, para atender a todas as Secretarias Municipais do Município de Ariquemes/RO, por um período de 12 meses

1. EMPRESA:JANERI E JANERI DISTRIBUIDORA LTDA - CNPJ: 14.983.730/0001-64
TEL: (69) 3536-0076 E-MAIL: JANERIRUIDISTRIBUIDORA@HOTMAIL.COM.
ENDEREÇO: AVENIDA CANAA, 4369 - SETOR 04 CEP: 76.873-471 CIDADE: ARIQUEMES.
NOME DO REPRESENTANTE: MARILENE TEIXEIRA DO NASCIMENTO JANERI., INSCRITO NO CADASTRO DE PESSOAS FÍSICAS DO MINISTÉRIO DA FAZENDA CPF/MF SOB O Nº. xxx.293.032-xx RG SOB O Nº. xx5776x SSP/RO.
DETENTORA DO ITEM (S): 1, 3, 4.

2. EMPRESA:ANDRADE & DEZANI LTDA - CNPJ: 11.110.685/0001-45
TEL: 69) 99311272. E-MAIL: GABRIEL_SANTOS_AIRES@HOTMAIL.COM.
ENDEREÇO: RUA FRANCISCO GOMES, 3509 - SALA A - SOL NASCENTE SETOR 03.
NOME DO REPRESENTANTE: GABRIEL SANTOS DEZANI, INSCRITO NO CADASTRO DE PESSOAS FÍSICAS DO MINISTÉRIO DA FAZENDA CPF/MF SOB O Nº.xxx.793.992-xx RG SOB O Nº. xx37292x SESDEC/RO.
DETENTORA DO ITEM (S): 2.

**PLANILHA COM ITENS/ VALORES DA (S) EMPRESA (S) DETENTORA (S)**

| ITEM | ESPECIFICAÇÃO | CATMAT | UNIDADE DE MEDIDA | QUANT | MARCA | VALOR UNITÁRIO (R$) | EMPRESA DETENTORA |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 1 | Água Mineral Natural copo: Água mineral potável, natural sem gás, acondicionada em copo com lacre (plástico reciclável), contendo no mínimo 200 ml, com rotulo contendo todas as informações necessárias para o controle de qualidade, validade, data de envasamento, etc., em conformidade com a Portaria MS N.º 2.914/2011. | 445484 | UND | 7750 | KAIARI | R$ 0,90 | JANERI E JANERI DISTRIBUIDORA LTDA - CNPJ: 14.983.730/0001-64 |
| 2 | Água Mineral Natural: Água mineral potável, natural sem gás, acondicionada em garrafa pet (plástica reciclável), tampa com rosca e lacre, contendo no mínimo 500 ml, com rotulo contendo todas as informações necessárias para o controle de qualidade, validade, data de engarrafamento, etc., em conformidade com a Portaria MS N.º 2.914/2011. | 445484 | UND | 19410 | LINDAGUA | R$ 1,69 | ANDRADE & DEZANI LTDA - CNPJ: 11.110.685/0001-45 |

| | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **3** | Água Mineral Natural: Água mineral potável, natural sem gás, acondicionada em garrafão polipropileno, tampa de pressão e lacre, contendo 20 litros, sem vasilhame, com rotulo contendo todas as informações necessárias para o controle de qualidade, validade, data de engarrafamento, etc. Em conformidade com a Portaria MS N.º 2.914/2011 | 445485 | UND | 7618 | PURAGUA | R$ 8,45 | JANERI E JANERI DISTRIBUIDORA LTDA - CNPJ: 14.983.730/0001-64 |
| **4** | Garrafão: Galão para água mineral com capacidade de 20 LTS. Vasilhame em polipropileno para água mineral com capacidade de armazenamento para 20 litros. Obs.: o garrafão a ser adquirido deve estar em ótimas condições de uso. | 247737 | UND | 81 | WP | R$ 28,50 | JANERI E JANERI DISTRIBUIDORA LTDA - CNPJ: 14.983.730/0001-64 |

**CLÁUSULA II - ÓRGÃO(S) GERENCIADOR E PARTICIPANTE(S)**

**2.1.**O órgão gerenciador será a Gerência do Sistema de Registro de Preço - GSRP da Prefeitura Municipal de Ariquemes.

**2.2.**Caberá à Gerência do Sistema de Registro de Preço - GSRP a condução do conjunto de procedimentos do certame para registro de preços e gerenciamento da Ata dele recorrente, conforme art. 66, § 1º, do Decreto municipal 19.359/22.

**2.3.**No entanto, a alocação de recursos, empenhamento, análise do mérito das quantidades adquiridas, bem como a finalidade pública na utilização dos materiais e serviços são de responsabilidade exclusiva do ordenador de despesas do órgão Participante assim como as demais atribuições previstas no art. 67 e 68 do Decreto municipal 19.359/22.

**2.4.**São órgãos e entidades públicas participantes do registro de preços:

| Item | UNIDADE DE MEDIDA | Descrição do Objeto | FUNCET | SEMA | SEMED | SEMOSP | SEMFAZ | SEMPOG | SEMSAU | FIA | AMR | SEMAIC | SEMDES | IPEMA | Qnt Total. |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **01** | und | Água Mineral Natural copo: Água mineral potável, natural sem gás, acondicionada em copo com lacre (plástico reciclável), contendo no mínimo 200 ml, com rotulo contendo todas as informações necessárias para o controle de qualidade, validade, data de envasamento, etc., em conformidade com a Portaria MS N.º 2.914/2011. | 5000 | 0 | 200 | 0 | 350 | 1300 | 0 | 200 | 0 | 0 | 700 | 0 | 7750 |
| **02** | und | Água Mineral Natural: Água mineral potável, natural sem gás, acondicionada em garrafa pet (plástica reciclável), tampa com rosca e lacre, contendo no mínimo 500 ml, com rotulo contendo todas as informações necessárias para o controle de qualidade, validade, data de engarrafamento, etc., em conformidade com a Portaria MS N.º 2.914/2011. | 4190 | 0 | 3000 | 0 | 500 | 1300 | 4000 | 200 | 400 | 120 | 5700 | 0 | 19410 |
| **03** | und | Água Mineral Natural: Água mineral potável, natural sem gás, acondicionada em garrafão polipropileno, tampa de pressão e lacre, contendo 20 litros, sem vasilhame, com rotulo contendo todas as informações necessárias para o controle de qualidade, validade, data de engarrafamento, etc. Em conformidade com a Portaria MS N.º 2.914/2011. | 318 | 442 | 900 | 270 | 150 | 1150 | 3072 | 48 | 200 | 230 | 688 | 150 | 7618 |
| **04** | und | Garrafão: Galão para água mineral com capacidade de 20 LTS. Vasilhame em polipropileno para água | 4 | 2 | 37 | 0 | 5 | 10 | 0 | 5 | 0 | 4 | 12 | 2 | 81 |

| | | | | | | | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | mineral com capacidade de armazenamento para 20 litros. Obs.: o garrafão a ser adquirido deve estar em ótimas condições de uso. | | | | | | | | | | | | | |

**CLÁUSULA III - DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

**3.1**Durante a vigência da ata de registro de preços e mediante autorização prévia do órgão gerenciador, as secretarias municipais da prefeitura de Ariquemes que não tenha participado do procedimento poderá aderir à ata de registro de preços, desde que seja justificada no processo a vantagem de utilização da ata, a possibilidade de adesão tenha sido prevista no edital e haja a concordância do fornecedor ou prestador beneficiário da ata.

**3.2**As aquisições ou as contratações adicionais a que se refere no item anteriornão poderão exceder, por secretaria, a 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e para os órgãos participantes.

**3.3**O quantitativo decorrente das adesões à ata de registro de preços a que se refere o caput deste artigo não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independentemente do número de secretarias não participantes que aderirem.

**3.4**Caberá ao fornecedor ou prestador beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento ou prestação decorrente de adesão, o que fará no compromisso de não prejudicar as obrigações presentes e futuras decorrentes da ata, assumidas com o órgão gerenciador e com os órgãos participantes.

**3.5**As secretarias, órgão ou entidade poderá solicitar adesão aos itens de que não tenha figurado inicialmente como participante, atendidos os requisitos estabelecidos no § 2º do art. 86 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021.

**3.6**Não será concedida nova adesão ao órgão ou entidade que não tenha consumido ou contratado o quantitativo autorizado anteriormente.

**CLÁUSULA IV - DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO**

**4.1**O prazo de vigência desta Ata de Registro de Preço será de 12 (doze) mesescontados o prazo de vigência da ata de registro de preços, contado a partir da publicação do extrato da ata no Portal Nacional de Contratações Públicas e Diário Oficial dos Municípios do Estado de Rondônia

**4.1.1**Podendo este prazo ser prorrogado uma vez, por igual período, desde que ocorra motivo justificado aceito pela Administração e que comprovado que as condições e o preço permanecem vantajosos.

**4.1.2**No ato de prorrogação da vigência da ata de registro de preços poderá haver a renovação dos quantitativos registrados, até o limite do quantitativo original.

**4.1.2.1**O ato de prorrogação da vigência da ata deverá indicar expressamente o prazo de prorrogação e o quantitativo renovado.

**4.2**A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles possam advir, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro preferência de fornecimento ou contratação em igualdade de condições.

**4.3**As contratações decorrentes da ata serão formalizadas por meio de instrumento contratual, carta-contrato, nota de empenho de despesa, autorização de compra, ordem de execução de serviço ou outro instrumento equivalente, conforme prevê o art. 95 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021.

**4.3.1**Os contratos celebrados em decorrência do Registro de Preços estão sujeitos às regras previstas na Lei Federal n.º 14.133, de 2021.

a) Os contratos poderão ser alterados de acordo com o previsto em lei e no edital da licitação, inclusive quanto ao acréscimo de que trata os art. 124 a 136, da Lei Federal n.º 14.133, de 2021, cujo limite é aplicável ao contrato individualmente considerado e não à ata de registro de preços.

**b)**A duração dos contratos decorrentes da ata de registro de preços deverá atender ao contido no Capítulo V, do Título III, da Lei Federal n.º 14.133, de 2021.

**c)**O contrato decorrente do Sistema de Registro de Preços deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

**d)**A alteração dos preços registrados não altera automaticamente os preços dos contratos decorrentes do Sistema de Registro de Preços, cuja revisão deverá ser feita pela secretaria municipal, órgão contratante, observadas as disposições legais incidentes sobre os contratos.

**4.4**É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços, inclusive acréscimos do que trata o art. 124 da Lei n. º 14.133, de 2021.

**4.5**Para celebrar o contrato ou retirar o instrumento equivalente, o fornecedor ou prestador de serviço deverá se credenciar no sistema de registro cadastral unificado disponível no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no processo eletrônico municipal, mantendo as condições de habilitação exigidas na licitação.

**CLÁUSULA V - DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

**5.1**O registro do preço do fornecedor será cancelado pelo órgão gerenciador quando o fornecedor:

**I -**for liberado;

**II -**descumprir as condições da ata de registro de preços, sem justificativa aceitável;

**III -**não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado;

**IV -**sofrer sanção prevista no inciso IV do art. 156 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021;

**V -**não aceitar o preço revisado pela Administração.

**5.2**A ata de registro de preços será cancelada, total ou parcialmente, pelo órgão gerenciador:

**I -**pelo decurso do prazo de vigência;

**II -**pelo cancelamento de todos os preços registrados;

**III -**por fato superveniente, decorrente caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução obrigações previstas na ata, devidamente demonstrado; e
**IV** -por razões de interesse público, devidamente justificadas.
**5.3**No caso de cancelamento da ata ou do registro do preço por iniciativa da Administração, será assegurado o contraditório e a ampla defesa

**CLÁUSULA VI - DO PROCEDIMENTO PARA IMPUGNAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS**

**6.1**Qualquer cidadão ou entidade legalmente constituída é parte legítima para, a qualquer momento, durante a vigência da ata de registro de preços, impugnar o preço registrado, quando vier apresentar incompatibilidade com o preço vigente no mercado.
**6.2**A impugnação do preço registrado deverá ser acompanhada de sua respectiva fundamentação, e instruída com os elementos probatórios disponíveis para comprovação da veracidade do alegado.
**6.3**A comprovação da veracidade do alegado, para fins de impugnação deverá demonstrar que eventuais preços a menor do que o registrado são praticados no mercado por pessoas ou empresas que atendam os requisitos mínimos para contratação junto a Administração Pública, em atenção às regras previstas no edital da licitação que ensejou no preço registrado e às constantes na Lei 14.133/21 e legislação correlata.
**6.4**A impugnação deverá ser endereçada ao Gerente de Registro de Preços, preferencialmente via e-mail: registrodepreco.pma@gmail.com (ao transmitir o e-mail o mesmo deverá ser confirmado pelo Gerente de Registro de Preços ou equipe de apoio responsável, para não se tornar sem efeito), pelos telefones (069) 3516-2021 e 3516 -2020) ou ainda, protocolado o original junto a Prefeitura Municipal de Ariquemes, no horário das 07h30min às 13h30min de segunda a sexta-feira, situada na Av. Tancredo Neves, nº 2.166 Setor Institucional em Ariquemes/RO CEP: 76.872-854.
**6.5**Ao receber a impugnação, o Gerente de Registro de Preço instruirá os autos com a adoção das diligências que entender necessárias, entre elas a realização de pesquisa de preços, e proferirá decisão, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, conforme o caso, declarando a adequação ou a inadequação do preço registrado.
**6.6**Se a decisão a que refere o subitem anterior decidir pela inadequação do preço registrado, o Gerente de Registro de Preços notificará o fornecedor detentor do preço registrado para, no prazo de 72 (setenta e duas) horas, manifestar por escrito sua concordância ou não com a redução do preço registrado, nos termos da proposta da Administração, fundamentando sua manifestação com informações e documentos que entender pertinentes.
**6.7**Caso o fornecedor manifeste anuência com a redução do preço registrado, a Administração providenciará o aditamento da Ata de Registro de Preços e encaminhará os autos para a autoridade superior, para fins de homologação dos praticados e publicação na imprensa oficial.
**6.8**Na hipótese de não aceitação da proposta de redução da Administração por parte dos fornecedores, estes serão liberados do compromisso assumido sem aplicação de penalidades e haverá a convocação dos demais fornecedores, em ordem de classificação, para fornecimento dos itens registrados pelo preço constante na proposta da Administração.
**6.9**Liberado o fornecedor na forma do item anterior, o órgão gerenciador poderá convocar os integrantes do cadastro de reserva, para que manifestem interesse em assumir o fornecimento dos bens, a execução das obras ou dos serviços, pelo preço atualizado.
**6.10**Na hipótese de não haver cadastro de reserva, a Administração Pública poderá convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para negociação e assinatura da ata no máximo nas condições ofertadas por estes, desde que o valor seja igual ou inferior ao orçamento estimado para a contratação, inclusive quanto aos preços atualizados, nos termos do instrumento convocatório.

**CLÁUSULA VII - DO REEQUILÍBRIO ECONÔMICO**
**7.1**Os preços registrados poderão ser atualizados em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução tal como pactuado, nos termos do disposto na norma contida no § 5º do art. 82 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021.
**7.2**Quando o preço registrado se tornar superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão gerenciador convocará os fornecedores para negociarem a redução dos preços registrados, tornando-os compatíveis com os valores praticados pelo mercado.
**7.2.1**Os fornecedores que não aceitarem reduzir seus preços aos valores praticados pelo mercado serão liberados dos compromissos assumidos, sem aplicação de penalidades administrativas.
**7.2.2**A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação obtida originalmente na licitação.
**7.2.3**A redução do preço registrado será comunicada pelo órgão gerenciador aos órgãos que tiverem formalizado contratos com fundamento no respectivo registro, para que avaliem a necessidade de efetuar a revisão dos preços contratados.
**7.3**Quando o preço de mercado se tornar superior aos preços registrados é facultado ao fornecedor requerer, antes do pedido de fornecimento, nota de empenho ou contrato, o que vier primeiro, a atualização do preço registrado, mediante demonstração de fato superveniente que tenha provocado elevação que supostamente impossibilite o cumprimento das obrigações contidas na ata e desde que atendidos os seguintes requisitos:
**I -**a possibilidade da atualização dos preços registrados seja solicitada formalmente pelo fornecedor ou prestador signatário da ata de registro de preços;
**II -**a modificação seja substancial nas condições registradas, de forma que seja caracterizada alteração desproporcional entre os encargos do fornecedor ou prestador signatário da ata de registro de preços e da Administração Pública;
**III -**seja demonstrado nos autos a desatualização dos preços registrados, por meio de apresentação de planilha de custos e documentação comprobatória correlata que demonstre que os preços registrados se tornaram inviáveis nas condições inicialmente pactuadas;
**IV** -seja realizado ampla pesquisa de mercado;
**V** -seja feito negociação formal entre o órgão gerenciador e o fornecedor ou prestador signatário, buscando sempre manter menor custo para administração pública.
**7.3.1**A iniciativa e o encargo da demonstração da necessidade de atualização de preço serão do fornecedor ou prestador signatário da ata de registro de preços, cabendo ao órgão gerenciador a análise e deliberação a respeito do pedido.
**7.3.2**Se não houver prova efetiva da desatualização dos preços registrados e da existência de fato superveniente, o pedido será indeferido pela Administração e o fornecedor continuará obrigado a cumprir os compromissos pelo valor registrado na ata, sob pena de cancelamento do registro de preços e de aplicação das penalidades administrativas previstas em lei e no edital.

**7.3.3**Na hipótese do cancelamento do registro de preços prevista no § 2º deste artigo, o órgão gerenciador poderá convocar os demais fornecedores integrantes do cadastro de reserva para que manifestem interesse em assumir o fornecimento dos bens, a execução das obras ou dos serviços, pelo preço registrado na ata.
**7.3.4**Comprovada a desatualização dos preços registrados decorrente de fato superveniente que prejudique o cumprimento da ata, a Administração poderá efetuar a atualização do preço registrado, adequando-o aos valores praticados no mercado.
**7.3.5**Caso o fornecedor ou prestador não aceite o preço atualizado pela Administração, será liberado do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades administrativas.
**7.3.6**Liberado o fornecedor na forma do item 7.3.5, o órgão gerenciador poderá convocar os integrantes do cadastro de reserva, para que manifestem interesse em assumir o fornecimento dos bens, a execução das obras ou dos serviços, pelo preço atualizado.
**7.3.7**Na hipótese de não haver cadastro de reserva, a Administração Pública poderá convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para negociação e assinatura da ata no máximo nas condições ofertadas por estes, desde que o valor seja igual ou inferior ao orçamento estimado para a contratação, inclusive quanto aos preços atualizados, nos termos do instrumento convocatório.
**7.3.8**Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação da ata de registro de preços, adotando de imediato as medidas cabíveis para a satisfação da necessidade administrativa.
**7.3.9**Após a emissão da ordem fornecimento ou nota de empenho, o que vier primeiro, caso ocorra o requerimento do fornecedor ou prestador signatário, o reajuste valerá somente para a próxima ordem fornecimento ou nota de empenho.

**CLÁUSULA VIII - DA AUTORIZAÇÃO PARA AQUISIÇÃO**

**8.1**As aquisições do objeto da presente Ata de Registro de Preços serão autorizadas pela Autoridade Competente ordenador de despesa, conforme consta na Cláusula IX Da Dotação Orçamentária.
**8.2**Autorizadas às aquisições será emitida a respectiva nota de empenho, precedida da elaboração do contrato pela Administração, se for o caso.
**8.3**Após a assinatura do contrato se for o caso, as partes se submeterão às regras contidas naquele instrumento.

**CLÁUSULA IX - INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (art. 92, XIV)**

**9.1**Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:
**a)**der causa à inexecução parcial do contrato;
**b)**der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
**c)**der causa à inexecução total do contrato;
**d)**ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
**e)**apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
**f)**praticar ato fraudulento na execução do contrato;
**g)**comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
**h)**praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.
**i)**Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta, conforme artigo 155, inciso VI da Lei 14.133/2021.
**9.2**Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:
**I- Advertência**, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);
II - Multa:
**1.**moratória de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;
**2.**moratória de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 15% (quinze por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia.
**2.1**O atraso superior a 30 (trinta) dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.
**3.**compensatória de 15 % (quinze por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto.
**III- Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas b, c, d e i do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);

**IV- Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas e, f, g, e h do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas b, c, d e i que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).
**9.3**A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021)
**9.4**Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).
**9.4.1**Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021)
**9.4.2**Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

**9.4.3**Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.
**9.5**A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no**caput**e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.
**9.6**Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):
**a)**a natureza e a gravidade da infração cometida;
**b)**as peculiaridades do caso concreto;
**c)**as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
**d)**os danos que dela provierem para o Contratante;
**f)**a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
**9.7**Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).
**9.8**A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021).
**9.9**O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021).
**9.10**As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.
**9.11**Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022

**CLÁUSULA X - DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA**
**10.1**Conforme artigos 72, § 4º e seus incisos do Decreto municipal 19.359/22, o cadastro de reserva de fornecedores ocorrerá após o encerramento da etapa competitiva, com por finalidade especial atender a superveniente exclusão do primeiro fornecedor classificado.
**10.2**Será incluído, na respectiva ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes que aceitarem cotar os bens, obras ou serviços com preços iguais aos do licitante vencedor, na sequência da classificação do certame, observadas as seguintes questões:
**10.2.1**O registro a que se refere o item 9.2 deste artigo tem por objetivo a formação de cadastro de reserva no caso de impossibilidade de atendimento pelo primeiro colocado da ata, nas hipóteses previstas no § 4º do caput, nos incisos II, IV e V do art. 79, no inciso III do art.80, e no art. 81, do Decreto municipal 19.359/22;
**10.2.2**Se houver mais de um licitante na situação de que trata o item 9.2, serão classificados segundo a ordem da última proposta apresentada durante a fase competitiva;
**10.2.3**A habilitação dos fornecedores que comporão o cadastro de reserva, a que se refere o item 9.2, será efetuada quando houver necessidade de contratação de fornecedor remanescente.

**CLÁUSULA XI - DAS CONDIÇÕES GERAIS**
**11.1**As condições gerais do fornecimento, tais como os prazos para entrega e recebimento do objeto, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Edital de Licitação e em seus anexos como Termo de Referência e Minuta de contrato.

**CLÁUSULA XII - DAS INFORMAÇÕES GERAIS**
**12.1**Mais informações poderão ser adquiridas pelos telefones (0xx69) 3516-2021 com a servidora Bruna Ribeiro Almeida ou na sala da Superintendência Municipal de Licitação, situada no Centro Administrativo Municipal Dr. Carpintero, 2º piso, na Avenida Tancredo Neves, Nº. 2.166, Setor Institucional, Ariquemes-RO, de segunda à sexta-feira das 07h30min às 13h30min

**CLÁUSULA XIII - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**
**13.1**Integram esta Ata o Edital de Pregão Eletrônico Nº.0128/SML/2023, a proposta da empresa vencedora que esta subscreve, bem como todos os demais elementos do Processo nº. 17515/SEMPOG/2023.
**13.2**A eficácia da validade da presente Ata de Registro de Preços dar-se-á pela HOMOLOGAÇÃO do resultado da licitação que a originou, Pregão Eletrônico Nº. 0128/2023/PREGAO/SML/PMA, pela Excelentíssima Senhora Prefeita.

Órgão Gerenciador
***BRUNA RIBEIRO ALMEIDA***
Presidente da Comissão de Ger.do Sistema de Registro de Preços

**Publicado por:**
Bruna Ribeiro Almeida
**Código Identificador:**C6E79783

**ESTADO DE RONDÔNIA**
**PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAJARÁ-MIRIM**

## CÂMARA MUNICIPAL DE GUAJARÁ-MIRIM
## ORÇAMENTOS FISCAIS E DA SEGURIDADE SOCIAL DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL SET/2022 A AGO/2023

| | | | | | | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **Camara Municipal** | | | | | | | | | | | | | | |
| RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL | | | | | | | | | | | | | | |
| **DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL** | | | | | | | | | | | | | | |
| ORÇAMENTOS FISCAIS E DA SEGURIDADE SOCIAL | | | | | | | | | | | | | | |
| SET/2022 A AGO/2023 | | | | | | | | | | | | | | |
| RGF – ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a") | | | | | | | | | | | | | | R$ 1 |
| DESPESA COM PESSOAL | DESPESAS EXECUTADAS (últimos 12 meses) LIQUIDADAS | | | | | | | | | | | | TOTAL (últimos 12 meses) (a) | INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b) |
| | SET/2022 | OUT/2022 | NOV/2022 | DEZ/2022 | JAN/2023 | FEV/2023 | MAR/2023 | ABR/2023 | MAI/2023 | JUN/2023 | JUL/2023 | AGO/2023 | | |
| DESPESA BRUTA COM PESSOAL(I) | 313.025,60 | 311.902,42 | 370.746,60 | 366.134,46 | 329.745,97 | 284.065,34 | 419.104,68 | 378.175,65 | 345.324,28 | 357.669,53 | 448.802,21 | 362.084,63 | 4.286.781,37 | 31.083,67 |
| Pessoal Ativo | 311.798,60 | 310.675,42 | 368.913,60 | 364.308,96 | 328.428,97 | 282.748,34 | 417.787,68 | 356.858,65 | 343.989,28 | 356.334,53 | 441.799,71 | 354.748,62 | 4.238.392,36 | 31.083,67 |
| Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis | 265.818,33 | 265.076,85 | 290.392,88 | 331.942,44 | 285.867,18 | 282.748,34 | 328.010,86 | 310.052,77 | 296.902,43 | 306.108,82 | 395.051,83 | 307.148,61 | 3.665.121,34 | 0,00 |
| Obrigações Patronais | 45.980,27 | 45.598,57 | 78.520,72 | 32.366,52 | 42.561,79 | 0,00 | 89.776,82 | 46.805,88 | 47.086,85 | 50.225,71 | 46.747,88 | 47.600,01 | 573.271,02 | 31.083,67 |
| Pessoal Inativo e Pensionistas | 1.227,00 | 1.227,00 | 1.833,00 | 1.825,50 | 1.317,00 | 1.317,00 | 1.317,00 | 21.317,00 | 1.335,00 | 1.335,00 | 7.002,50 | 7.336,01 | 48.389,01 | 0,00 |
| Aposentadorias, Reserva e Reformas | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Pensões | 1.227,00 | 1.227,00 | 1.833,00 | 1.825,50 | 1.317,00 | 1.317,00 | 1.317,00 | 21.317,00 | 1.335,00 | 1.335,00 | 7.002,50 | 7.336,01 | 48.389,01 | 0,00 |
| Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (§1º do art. 18 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Despesa com Pessoal não Executada Orçamentariamente | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| DESPESAS NÃO COMPUTADAS (II) (§1º do art. 19 da LRF) | 622,21 | 746,67 | 32.188,50 | 0,00 | 8.675,54 | 0,00 | 628,33 | 22.186,67 | 0,00 | 10.569,72 | 77.811,76 | 21.679,01 | 175.108,41 | 0,00 |
| Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária e Deduções Consti | 622,21 | 746,67 | 32.188,50 | 0,00 | 8.675,54 | 0,00 | 628,33 | 22.186,67 | 0,00 | 10.569,72 | 77.811,76 | 6.001,01 | 159.430,41 | 0,00 |
| Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 15.678,00 | 15.678,00 | 0,00 |
| Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I-II) | 312.403,39 | 311.155,75 | 338.558,10 | 366.134,46 | 321.070,43 | 284.065,34 | 418.476,35 | 355.988,98 | 345.324,28 | 347.099,81 | 370.990,45 | 340.405,62 | 4.111.672,96 | 31.083,67 |

| APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL | VALOR | % SOBRE RCL |
|---|---|---|
| RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV) | 135.957.804,83 | |
| (-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (art. 166-A, § 1º, da CF) (V) | 1.870.000,00 | |
| (-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas de bancada (art. 166, § 16, da CF) e ao vencimento dos agentes comunitários de saúde e de combate às endemias (CF, art. 198, § 11) (VI) | 2.265.408,00 | |
| RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DA DESPESA COM PESSOAL (VII) = (IV - V - VI) | 131.822.396,83 | |
| DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (VIII) = (III a + III b) | 4.142.756,63 | 3,14 |
| LIMITE MÁXIMO (IX) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) | 7.909.343,81 | 6,00 |
| LIMITE PRUDENCIAL (X) = (0,95 x IX) (parágrafo único do art. 22 da LRF) | 7.513.876,62 | 5,70 |
| LIMITE DE ALERTA (XI) = (0,90 x IX) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF) | 7.118.409,43 | 5,40 |

| TRAJETÓRIA DE RETORNO AO LIMITE DA DESPESA TOTAL COM PESSOAL (art. 15 da LC 178/2021) | |
|---|---|
| PARÂMETROS PARA REDUÇÃO DO EXCEDENTE DE DTP (art. 15 da LC 178/2021) | Percentual |
| Limite Máximo (IX) (%) (LRF, art. 20) | 0,00 |
| DTP em 2021 (XII) (%) | 0,00 |
| Excedente em 2021 (XIII) = (XII - IX) (%) | 0,00 |
| Redutor anual (XIV) = (0,10 x XIII) (%) | 0,00 |

| TRAJETÓRIA DE RETORNO AO LIMITE DA DESPESA TOTAL COM PESSOAL (art. 15 da LC 178/2021) | Apuração da Trajetória de Retorno ao Limite da DTP (art. 15 da LC 178/2021) | | | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 2021 | 2022 | 2023 | 2024 | 2025 | 2026 | 2027 | 2028 | 2029 | 2030 | 2031 | 2032 |
| RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DA DESPESA COM PESSOAL (VII) | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |

| | | | | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (VIII) | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| % DTP (VIII/VII) | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| LIMITE CONFORME ART. 15 DA LC 178/2021 (%) | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Nota: | | | | | | | | | | | | |
| 1 - Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não-processados são também consideradas executadas. | | | | | | | | | | | | |
| Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em: | | | | | | | | | | | | |
| a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64; | | | | | | | | | | | | |
| b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não-processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força inciso II do art.35 da Lei 4.320/64 | | | | | | | | | | | | |
| 2 - A Câmara Municipal não gastará mais de setenta por cento de sua receita com folha de pagamento, incluído o gasto com o subsídio de seus Vereadores, nos termos do Art. 29-A da Constituição Federal | | | | | | | | | | | | |

**Publicado por:**
Sorin Melgar Maciel Siqueira
**Código Identificador:**EBBD2B33

